



55

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2024

Revista Portuguesa
de História

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Revista Portuguesa de História

TOMO LV

Coimbra 2024

Estatuto editorial/Editorial guidelines

A *Revista Portuguesa de História* foi criada em 1941, no âmbito do Instituto António de Vasconcelos, designado, desde 1975, Instituto de História Económica e Social. Está empenhada na divulgação dos resultados da investigação histórica nas áreas da História Portuguesa e Mundial, sob a forma de artigos, resenhas críticas e notícias. Todos os artigos publicados nesta revista anual são objeto de rigorosa arbitragem científica. A RPH segue o Código de ética e Guia de Boas Práticas da Imprensa da Universidade de Coimbra. A RPH está indexada nas seguintes plataformas: Web of Science, Latindex, Scientific Journal Impact, Dialnet, European Reference Index for the Humanities and Social Sciences, Scopus, DOAJ, SherpaRomeo.

The *Revista Portuguesa de História* (*Portuguese Journal of History*) was created in 1941, as a scientific organ of the Instituto António de Vasconcelos, renamed, since 1975, Instituto de História Económica e Social (Institute of Economic and Social History) in the Faculty of Arts of the University of Coimbra. The RPH is strongly committed to spreading the outcomes of historical research in the fields of Portuguese and World History through articles, critical reviews and news. All articles published in this annual journal have undergone a rigorous blind peer review process. The RPH follows the Code of Ethics and Good Practice Guide of the Coimbra University Press. A RPH is indexed in: Web of Science, Latindex, Scientific Journal Impact, Dialnet, European Reference Index for the Humanities and Social Sciences, Scopus, DOAJ, SherpaRomeo.

Antigos diretores Past directors

Torquato de Sousa Soares
Luís Ferrand de Almeida
António de Oliveira
Maria Helena da Cruz Coelho
Maria Margarida Sobral da Silva Neto

Diretora Director

Maria Antónia Lopes

Coordenação científica do volume

Scientific coordinator of the volume

Maria Antónia Lopes

Conselho de Redação Redactional Board

Ana Isabel Ribeiro (FLUC)
Irene Maria Vaquinhas (FLUC)
João Paulo Avelãs Nunes (FLUC)
Maria Antónia Lopes (FLUC)
Maria do Rosário Morujão (FLUC)
Saul António Gomes (FLUC)

Conselho Consultivo Advisory Board

Amélia Polónia (U. Porto)
António Martins da Silva (U. Coimbra)
Armando Luis de Carvalho Homem (U. Porto)
Eloy Fernández-Clemente (U. Zaragoza)
Fernando Taveira da Fonseca (FLUC)
Filipe Themudo Barata (U. Évora)
Filipe Ribeiro de Meneses (National University of Ireland)
Gaspar Martins Pereira (U. Porto)
Giovanni Chérubini (U. Florença)
Inês Amorim (U. Porto)
Jaime Reis (ICS, Lisboa)
Jean-Marc Moriceau (U. Caen)
João Marinho dos Santos (FLUC)
José Amado Mendes (FLUC)
José Ángel Ladero Quesada (U. Complutense de Madrid)
José Damião Rodrigues (U. Lisboa)
Leontina Ventura (U. Coimbra)
Luís Enriques Bezares (U. Salamanca)
Luís Miguel Duarte (U. Porto)
Márcia Motta (U. Federal Fluminense)

Maria Alegria Marques (U. Coimbra)
Maria Eugénia Mata (U. Nova de Lisboa)
Maria Helena da Cruz Coelho (FLUC)
Maria José Azevedo Santos (U. Coimbra)
Maria Margarida Sobral da Silva Neto (U. Coimbra)
Maria Teresa Nobre Velloso (U. Coimbra)
Martina de Moor (Institute for History; University of Utrecht)
Patrick J. Geary (UCLA)
Paulo Pinheiro Machado (U. Federal Fluminense)
Pegerto Saavedra (U. Santiago de Compostela)
Pedro Cardim (U. Nova de Lisboa)
Sérgio Campos Matos (U. Lisboa)
Vacca Lorenzo (U. Salamanca)

Coordenação técnica e administrativa

Technical and administrative coordination
Carla Rosa

Endereço

Revista Portuguesa de História
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
Largo da Porta Férrea
3004-530 Coimbra Portugal
<http://www.uc.pt/fluc/ihes/publicacoes/rph>
gapci@fl.uc.pt
Telefone/Phone (351) 239 859 984

Capa Cover Design

Rodrigo Fonseca

Edição Edition

Imprensa da Universidade de Coimbra

Infografia Infographics

Mickael Silva

Depósito Legal n.º 1409/82

ISSN 0870.4147

ISSN digital: 2183-3796

DOI: https://doi.org/10.14195/0870-4147_55

Editorial

Escrevo pela primeira vez na qualidade de Diretora da *Revista Portuguesa de História*, cargo para o qual fui eleita após a jubilação da Doutora Margarida Sobral Neto. Faço-o com orgulho e esperando estar à altura de quem me precedeu numa sucessão de diretores ilustres, pois a *Revista Portuguesa de História*, agora com 83 anos, é no nosso país a mais antiga publicação periódica desta natureza. A par da sua longevidade, a RPH tem sabido adaptar-se às mudanças, sendo publicada online com acesso aberto imediato, sem cobrar qualquer taxa aos autores e estando indexada nas mais prestigiosas bases de dados internacionais, como são a Web of Science, Scopus, DOAJ (Directory of Open Access Journals), ERIHPLUS (European Reference Index for the Humanities and Social Sciences), Latindex, EBSCO, Dialnet, Scientific Journal Impact Factor e SHERPA/ROMEO, sendo agora a única publicação portuguesa da área científica da História no patamar Q2.

Neste número 55 publicam-se 12 artigos, nove dos quais propostos livremente pelos seus autores e um pequeno caderno temático constituído por três estudos, reunidos por Filomena Serra e Paul Melo e Castro, subordinado ao tema “Políticas e Práticas da Propaganda Visual no Estado Novo em Portugal”. Redigida pelos organizadores do dossiê, pode ser lida adiante a apresentação do caderno e dos artigos, estes de autoria de Jesús Ramé López e Caterina Cucinotta, Patrícia Ferraz de Matos e Filomena Serra.

Curiosamente, três outros textos recebidos e aprovados para este número enquadram-se também na temática da propaganda política do Estado Novo português através dos meios visuais. Refiro-me a “*O Comércio do Porto as a cross-border space between Portugal and Spain. Photographic portrait of the Spanish Civil War*”, de Beatriz de las Heras; “*La vie mystérieuse du cinéaste français Jean Noël Pascal-Angot et de sa société de production de cinéma franco-belge aux colonies portugaises (1960-1974)*”, de Alexandre Ramos; e “*Legislação e censura na Sé7ima Arte em Portugal (1917-1974)*”, de Cristina Batista Lopes.

No primeiro, Beatriz de las Heras procedeu a um moroso trabalho de recolha, caracterização e análise de 1.099 fotografias publicadas n’ *O Comércio de Porto* para perceber e refletir sobre o seu papel na cobertura fotográfica da Guerra Civil espanhola de 1936-1939. O artigo de Alexandre Ramos faculta informações inéditas sobre Jean Noël Pascal-Angot e a sua atividade em Portugal e suas

colónias, o que permite aprofundar o conhecimento sobre o cinema ao serviço da propaganda do Estado Novo. Quanto ao texto de Cristina Batista Lopes, traça a evolução da moldura legal que possibilitou a censura ao cinema – e, portanto, também, a propaganda através dos filmes –, desde a criação dessa atividade censória, em 1917, até à sua extinção, recorrendo ainda às atas das reuniões das comissões de censura.

Outra evolução do enquadramento legislativo é-nos apresentada por António Ginja, em “O itinerário tutelar do património em Portugal: Rumo à(s) arqueologia(s) da arquitetura histórica”. Trata-se aqui da perceção do património arquitetónico enquanto documento arqueológico, colhida na lei e enquadramento tutelar, sendo traçada, interpretada e avaliada desde meados do século XIX à atualidade.

Passo a apresentar, também de forma sucinta, os cinco artigos que abrem o volume e que se situam maioritariamente no âmbito da História Social, área que foi sempre central na *Revista Portuguesa de História*.

Margarida Sobral Neto apresenta-nos um artigo que aborda uma realidade em geral esquecida quando se fala da Universidade de Coimbra: a sua natureza senhorial (territorial e jurisdicional), com todos os direitos, privilégios e obrigações que isso acarretava ao longo de um período multissecular, que vai da sua fundação, em 1290, até ao total desmantelamento dessa natureza senhorial, em 1835, quando a Universidade passa a ser financiada pelo Estado. Texto importante, porque não só esclarece essa dimensão tantas vezes omitida da Universidade de Coimbra, como contribui para o conhecimento do papel da Universidade, um dos mais poderosos senhorios do reino, na “configuração do regime senhorial em Portugal”.

Em “O papel edificante dos sínodos portugueses e castelhanos (séculos XIV e XV)”, Leandro Alves Teodoro analisou e comparou os ensinamentos morais dos bispos, nesse período e espaço, que não obedeciam apenas a preocupações com a disciplina do clero, mas, progressivamente, também com a formação doutrinal dos leigos de ambos os sexos.

Saul António Gomes, em “O crédito dos 20 mil florins de ouro do rei D. João I e do infante D. Pedro no “Monte do Comum” de Florença”, publica as fontes, localizadas nos Arquivos do Estado do Departamento da Renânia, contextualizando o contrato em apreço e seguindo a administração deste fundo pelo infante D. Pedro e seus herdeiros.

Publicam-se também neste volume dois artigos que se debruçam sobre contextos de epidemia no século XIX em Portugal e no Brasil. Neste último, “A epidemia de febre amarela e a atuação dos farmacêuticos (Rio de Janeiro, 1849-1850)”, Amanda Peruchi centra-se na ação dos farmacêuticos no

combate ao flagelo, grupo profissional que aproveitou a conjuntura para se afirmar como classe profissional autónoma. Laurinda Abreu, com o texto “O último lazareto *terrestre* de fronteira: Vila Real de Santo António na “segunda temporada colérica” (1885/1886)”, prossegue a sua investigação sobre os meios de contenção das epidemias em Portugal, problemática que a tem ocupado. Oferece-nos agora um trabalho, realizado com uma escala de observação mais fina, sobre o último lazareto terrestre, “a versão mais rigorosa dos meios tradicionais de combate às epidemias em Portugal”, incluindo ainda o processo de repatriamento de cidadãos portugueses retidos na Isla Cristina.

Seis resenhas completam o volume, cujos autores são provenientes das universidades de Coimbra, Porto, Autónoma de Lisboa, Cantábria e Complutense de Madrid.

A diversidade de objetos de estudo, das cronologias, das metodologias de investigação, das nacionalidades dos autores, das instituições a que pertencem, das suas idades e, ainda, das línguas de trabalho utilizadas são aspetos que quero realçar. Os autores são maioritariamente historiadores, como não pode deixar de ser. A *Revista Portuguesa de História* existe para construir conhecimento histórico com as metodologias de investigação da História. Isso não impede que acolha perspetivas provenientes de outros saberes que cooperam na construção historiográfica. Neste número encontramos análises de autores cuja formação e atividade se inserem nas áreas da Arqueologia, História da Arte, Estudos Artísticos, Literatura, Filosofia, Antropologia e Ciências da Comunicação. Saliento, por fim, o multilinguismo deste volume, com textos em português, inglês, castelhano e francês.

E termino, exprimindo a minha gratidão a todos autores que quiseram publicar na *Revista Portuguesa de História* e aos avaliadores que, tão generosamente, leram e enriqueceram os seus artigos. Este volume também não seria possível sem o trabalho de edição técnica e dos apoios institucionais. Agradeço, assim, à Dr.^a Carla Rosa, coordenadora técnica e administrativa desta revista, cujo empenhamento, eficiência e gentileza de trato quero realçar, e o apoio que a RPH tem sempre recebido dos Diretores da Faculdade e do Departamento em que se insere. Por fim, sinto-me reconhecida pelo acolhimento que a RPH continua a merecer por parte da Imprensa da Universidade, a quem agradeço nas pessoas da sua Diretora e Subdiretora, não esquecendo todo o trabalho desenvolvido pelos seus técnicos.

A DIRETORA DA REVISTA PORTUGUESA DE HISTÓRIA

MARIA ANTÓNIA LOPES

**A Universidade de Coimbra:
a instituição senhorial na longa duração**

**The University of Coimbra:
The Lordship institution in long term**

Margarida Sobral Neto
Universidade de Coimbra
marnet95@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6541-5237>

Texto recebido em / Text submitted on: 23/05/2024

Texto aprovado em / Text approved on: 17/07/2024

Abstract

The University of Coimbra was, in the modern era, a multifaceted institution. Historiography has revealed its role as a producer of knowledge and a trainer of scholars who held positions in the kingdom and the empire. Was also a territorial lordship, which constituted the material basis of its financing, and a jurisdictional lordship endowed with various prerogatives that conferred real and symbolic power. Endowed with intermediate lordship jurisdiction, it enjoyed the prerogative of exemption from correction, the verification of municipal justice elections conducted by the Rector or the auditor, and the knowledge of appeals and grievances. The University also held various privileges, notably the private forum that freed members of the university corporation and many people who interacted with it from royal justice. In a long-term analysis (1290-1835), the phases of structuring and consolidation of the lordship system are understood, which coincide with periods of reform in studies, as well as the institution's difficulties in obtaining the human and material resources necessary to control a geographically dispersed lordship territory

Resumo

A Universidade de Coimbra foi, na época moderna, uma instituição poliédrica. A historiografia tem-nos revelado a sua função de entidade produtora de conhecimento e de formação de letrados que desempenharam cargos no reino e no império. Foi também um senhorio territorial, que constituiu a base material do seu financiamento, e um senhorio jurisdicional dotado de várias prerrogativas que lhe conferiam poder real e simbólico. Dotada da jurisdição senhorial intermédia, usufruía da prerrogativa de isenção de correição, do apuramento das eleições das justiças concelhias que era feito pelo Reitor ou pelo ouvidor e do conhecimento de apelações e agravos. A Universidade era ainda detentora de vários privilégios, destacando-se o foro privativo que libertava das justiças régias os membros da corporação universitária, assim como muitas pessoas que com ela interagiam. Numa análise de longa duração (1290-1835) apreendem-se as fases de estruturação e consolidação do sistema senhorial, que coincidem com períodos de reforma nos estudos, bem como as dificuldades de a instituição obter os recursos humanos e materiais adequados para controlar um

inhabited by emphyteutas and parishioners who did not allow themselves to be caught in the meshes of private lordship justices.

Keywords: University; Coimbra; Lordship; Patronage; Seigneurial regime.

território senhorial geograficamente disperso e habitado por enfiteutas e paroquianos que não se deixavam apanhar nas malhas das justiças privativas senhoriais.

Palavras-chave: Universidade; Coimbra; Senhorio; Padroado; Regime senhorial.

Introdução

A historiografia sobre a Universidade tem colocado o seu enfoque no estudo da produção científica e na docência, dando particular ênfase aos períodos em que esta instituição de cultura e de ciência promoveu mudanças ao nível dos temas, dos métodos e dos conteúdos do ensino, bem como da criação do conhecimento, nomeadamente às reformas operadas nos reinados de D. João III e D. José. A corporação de estudantes e professores tem sido, igualmente, estudada desde a proveniência geográfica e social dos estudantes às motivações sociais subjacentes à sua formatura e às “carreiras” desempenhadas quer no Reino quer no Império¹.

O tema do financiamento das instituições integra outra linha de investigação que se desdobra na análise da natureza e proveniência dos recursos materiais e da forma como eram geridos, bem como das eventuais implicações da sua escassez no “progresso” do ensino e da ciência. Aspetos de natureza institucional e económica da história da instituição universitária coimbrã podem ser colhidos em bibliografia mais recente².

Um dos aspetos menos tratados na historiografia referente à Universidade de Coimbra é o que se reporta à sua condição de senhorio territorial e jurisdicional e ao papel que a instituição coimbrã desempenhou na configuração do regime senhorial em Portugal.

A Universidade de Coimbra era um senhorio com características particulares. Com efeito, para a sua formação contribuíram doações de rendimentos das igrejas do padroado régio e dos bispados, mas também de territórios, privilégios e jurisdições pertencentes ao Prior-Mor do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Finalmente, D. José acrescentou o senhorio territorial bem como o padroado da Universidade com a doação de bens seculares e eclesiásticos retirados aos jesuítas.

¹ Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1995; Idem, “As Finanças (Universidade de Coimbra)” in *História da Universidade em Portugal*, Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 445-487, 998-1040; Idem, *A História da Universidade de Coimbra. O Estado da questão*, s/data; Joana Estorninho de Almeida, *A forja dos homens. Estudos jurídicos e lugares de poder no século XVII*, Lisboa, ICS, 2005.

² Margarida Sobral Neto, “As Finanças da Universidade de Coimbra. 1770-1834” in Oliveira Ramos e António de Oliveira (dir.), *História da Universidade em Portugal*, vol. III, a publicar pela Fundação Calouste Gulbenkian; José Luís Barbosa, *O modelo de financiamento da Universidade de Coimbra entre 1772-1835*, tese de doutoramento, 2024; José Luís dos Santos Barbosa e Carlos Fernando Teixeira Alves, “The reform of the University of Coimbra: An analysis of quantitative and qualitative financial sources (1773-1777)”, *Hispania*, 83, 274 (2023), Madrid, e039.

A Universidade foi criada em 1290. Nesta data, já se constituíra o senhorio do poderoso mosteiro de Santa Cruz que continuará, ao longo da Idade Média, a ser distinguido pelos monarcas, e por particulares, com generosas doações de territórios e de jurisdições assumindo alguns deles a natureza de coutos.

Os amplos recursos, tanto a nível económico como cultural, que os cónegos regantes usufruíam poderão explicar a atribuição a membros da família real, nomeadamente ao Infante D. Henrique, o estatuto de Prior-Mor e a concessão dos recursos económicos e jurisdicionais necessários à manutenção da condição de comendador.

Em 1527, no contexto da reforma promovida por Frei Brás de Braga, realizou-se um desdobramento do senhorio crúzio, tendo ficado o Prior-Mor com alguns bens fundiários e com os direitos jurisdicionais, tudo avaliado em 3.312.152 réis e um ceítíl. Por sua vez, ao prior crasteiro foram atribuídas rendas avaliadas num conto e 234 mil réis que se destinavam ao sustento da comunidade.

Estavam, assim, criadas as condições materiais para a deslocação definitiva da Universidade de Lisboa para Coimbra, o que veio a acontecer em 1537. A morte de D. Duarte, filho bastardo de D. João III, permitiu ao monarca dotar a Universidade de um senhorio jurisdicional e territorial constituído pelo Priorado de Santa Cruz³.

Propomo-nos, neste artigo, dar um contributo para o conhecimento do regime senhorial em Portugal, através do estudo de um dos mais poderosos e influentes senhorios. Com efeito, foi na Universidade de Coimbra que se formaram os juristas que produziram as leis que configuraram os múltiplos aspetos do regime senhorial, bem como aqueles que contribuíram para a jurisdicionalização da conflitualidade que se gerou no seio do sistema senhorial através da participação nas demandas, na qualidade de advogados, de intérpretes das leis (caso de alguns professores universitários como Melo Freire) ou de juizes privativos de senhorios.

1. Os senhorios no contexto institucional de Antigo Regime

“A caracterização do regime jurídico-político dos senhorios portugueses da época moderna decorre do regime jurídico relativo à sua constituição, ao seu âmbito e à sua transmissão”⁴. O senhorio da Universidade de Coimbra apresenta

³ Margarida Sobral Neto, *Terra e Conflito. A região de Coimbra (1700-1834)*, 2ª.ed., 2018, p. 27-38.

⁴ No que diz respeito ao conteúdo das doações régias, seguimos António Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*, Coimbra, 1994, p. 388 e seguintes.

características semelhantes ao de outras instituições senhoriais – em particular das casas monásticas e aristocráticas mais poderosas⁵. A instituição universitária integrava-se numa categoria de senhorios donatários isentos de correição régia da qual faziam parte, entre outros, as Sés de Braga e de Coimbra, os grandes mosteiros de Arouca e Alcobaça e os duques de Aveiro, Bragança e Vila Real⁶.

Quanto à sua constituição, vigorava o princípio de que a aquisição de direitos reais ou de bens da Coroa tinha que ser expressa numa doação, ainda que na prática se aceitassem doações genéricas. Consideramos que este princípio se aplicaria ao senhorio da Universidade cujos bens, jurisdições e privilégios provinham de doações régias, destacando-se as concedidas pelos monarcas medievais e, já na época moderna, pelos reis reformadores da Universidade: D. João III e D. José.

As doações régias de bens ou privilégios destinavam-se a recompensar as instituições pelos serviços prestados, ou a prestar, ao rei e ao reino, no exercício de funções públicas consideradas relevantes, caso da guerra, do exercício de cargos ou da produção do saber, ensino e formação de letrados, campo em que se enquadram os “estudos” universitários. Quanto ao conteúdo das doações, destaca-se a isenção de correição que consistia no impedimento da entrada dos corregedores nas terras senhoriais. No que se reporta às apelações, a jurisdição senhorial era intermédia ou de segunda instância. Das sentenças dos juizes das terras apelava-se para os ouvidores senhoriais que, por sua vez, podiam apelar para os tribunais superiores. Os ouvidores eram nomeados pela entidade senhorial, por um período de três anos, sendo assessorados por oficiais do mesmo tipo daqueles que assessoravam os juizes ordinários e de fora.

Outro poder dos donatários, ainda que exercido por delegação régia, consistia na apresentação ou confirmação das “justiças das terras” (juizes, vereadores e restantes oficiais concelhios) eleitas pelas vereações dos concelhos em que estavam integradas. Mais invulgar era a “dada dos ofícios da fazenda ou dos direitos reais” que era exercida pela coroa ou pelos oficiais periféricos.

Após a apresentação sumária da componente jurídico-institucional do regime senhorial, esboçamos agora as principais características da vertente territorial dos senhorios laicos e eclesiásticos, bem como dos institucionais que usufruíam, por doação régia ou de particulares, terras ou outros recursos

⁵ Como estudos de referência de senhorios eclesiásticos e aristocráticos citamos os seguintes: Aurélio de Oliveira, *Terra e Trabalho. Senhorio e Gentes do Vale do Cávado Durante o Antigo Regime. A abadia de Tibães – 1620-1822*, 2 vols., 2013; Nuno Gonçalo Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, INCM, 2003; Margarida Sobral Neto, *Terra e Conflito...*, cit.; Cristóvão Mata, *A Casa de Aveiro na constelação dos poderes senhoriais. Estruturas de domínio e redes clientelares*, Coimbra, 2019.

⁶ António Hespanha, *As vésperas do Leviathan...*, cit., p. 433.

materiais destinados a custear as despesas de funcionamento da instituição para além de lhe conferirem poder.

A base de sustentação jurídica das rendas senhoriais eram os contratos enfiteúticos, que podiam assumir a forma de prazos de vida ou perpétuos, e os forais. Nos contratos explicitavam-se as condições de fruição do domínio útil, bem como um conjunto de requisitos a cumprir referentes ao pagamento das rendas. Por sua vez, os forais apresentavam os tributos régios a satisfazer pela comunidade à qual fora atribuído o foral, desde os que incidiam sobre o aproveitamento dos recursos naturais à circulação dos produtos (portagens).

Quanto à organização dos domínios senhoriais, os donatários preferiam os prazos encabeçados num dos foreiros que se encarregava da cobrança de uma prestação, muitas vezes simbólica, ao senhorio, modalidade que dificultava a desagregação das terras e consequente impossibilidade de identificar os foreiros.

Integramos neste modelo senhorial os direitos decorrentes do padroado, benefício eclesiástico que consistia na apresentação dos párocos das igrejas e no direito de cobrança total ou parcial dos dízimos. A natureza jurídica deste imposto é diferente dos anteriormente referidos por se tratar de um tributo eclesiástico. Apresenta, no entanto, semelhanças com outros direitos senhoriais como a prestação enfiteuticada denominada ração, quota proporcional à colheita, ou os tributos foraleiros de quarto ou oitavo. Recaindo sobre todos os “frutos e ganhos” dos habitantes das paróquias, os dízimos eram a principal fonte que alimentava a Universidade de Coimbra bem como as Universidades ibéricas⁷. Em muitas paróquias a renda era constituída por dízimos e por outras prestações como foros e rações. Não é, assim, possível apurar com rigor a percentagem que representava este tributo eclesiástico.

Ao longo da sua história o padroado universitário integrou mais de cem paróquias; em algumas os dízimos eram pagos integralmente à Universidade, noutras partilhavam-se com diferentes entidades. De notar que este tributo

⁷ Luis San Pedro Bezares, “Estructuras Económica y financiación de las Universidades españolas modernas em la Edad Moderna”, *Studia Historica. Historia Moderna*, XII, 1994; Begoña Busto Marroquín, *La Universidad de Valladolid en el siglo XVIII a través de sus cuentas*, Madrid, Instituto de Contabilidad y Auditoria de Cuentas, 1991; Alberto Marcos Martín, “La Hacienda de la Universidad de Valladolid en la época moderna” in Jesús María Palomares Ibáñez (coord.) e Luis Antonio Ribot García (ed.), *Historia de la Universidad de Valladolid*, Valladolid, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones, 1989, p. 205-298; Enrique Martínez Rodríguez, *La Universidad de Santiago de Compostela al final de la Epoca Autonómica*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 1981; Rosa Maria Davila Corona, “La estructura económico-administrativa de la Universidad de Valladolid al final del Antiguo Régimen (1800-1845)” in Jean-René Aymes, Ève-Marie Fell et Jean-Louis Guereña, *L’ Université em Espagne et em Amérique latine du Moyen Age a nos jours Structures et acteurs*, Tours, Presses universitaires François-Rabelais, p. 63-87.

eclesiástico tinha uma base tributável das mais abrangentes. Com efeito, recaía, em princípio, sobre toda a produção agrícola e pecuária, sobre os rendimentos de diversos meios de produção e sobre o trabalho⁸.

Englobamos todos estes rendimentos no conceito de “renda”, termo que era igualmente utilizado para designar o território de cobrança dos direitos senhoriais ou eclesiásticos.

Ainda no campo económico, importa referir a opção pela exploração indireta da terra enquadrada no regime jurídico enfiteutico, como modalidade preferencial de exploração dos prédios rústicos. Alguns senhorios, sobretudo os monásticos de menor dimensão, praticavam a exploração direta nas suas reservas. Quanto à cobrança da renda (sob a forma de dinheiro ou géneros), era feita maioritariamente por contratadores, denominados ao tempo *rendeiros*, indivíduos especializados na arrecadação junto dos “contribuintes” e na sua entrega na instituição senhorial, de acordo com o estipulado em contratos.

As instituições senhoriais da época moderna usufruíram, igualmente, de fontes de rendimento de natureza não senhorial, ainda que estas representassem uma percentagem muito menor do que a proveniente de rendas. No caso da Universidade, destacam-se: as propinas e as contribuições municipais para a formação de boticários, médicos, matemáticos e filósofos. Para financiar os custos da execução da reforma pombalina – nomeadamente a construção de edifícios, apetrechamento de laboratórios e bibliotecas, contratação de professores – a Universidade solicitou a devolução de todo o dinheiro emprestado e contraiu vários empréstimos⁹.

2. A constituição do padroado e do senhorio

2.1. A época medieval

A ideia de criação dos Estudos em Portugal nasceu no seio da igreja no reinado D. Dinis (1290), no pontificado de Nicolau IV¹⁰. Os primeiros passos

⁸ Daniel Ribeiro Alves, *Os dízimos no final do Antigo Regime. Aspectos económicos e sociais (Minho, 1820-1834)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2012.

⁹ Sobre este assunto ver: Margarida Sobral Neto, “As Finanças da Universidade de Coimbra...”, cit., p. 24.

¹⁰ Sobre a História da Universidade de Coimbra na Idade Média, seguimos o estudo de Maria Helena da Cruz Coelho, “As Finanças” in *História da Universidade em Portugal*, vol. I, tomo I, Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 39-68.

no sentido da sua concretização foram dados por eclesiásticos – os abades de Alcobaça; os priores de Santa Cruz de Coimbra e de São Vicente de Lisboa e das colegiadas de Santa Maria de Guimarães e de Santa Maria de Alcáçova de Santarém; e os reitores de 22 igrejas situadas em Lisboa e numa alargada periferia da capital (Sintra, Mafra, Sacavém, Alenquer, Azambuja, Atouguia, Torres Vedras) ou dispersas pelo país (Gaia, Mogadouro, Loulé e Faro) –, homens da Igreja que se mostraram disponíveis para contribuir para a fundação dos Estudos com alguns rendimentos. Por sua vez, os monarcas convergiram com os eclesiásticos na dotação dos Estudos: em 1308, o papa Clemente V autorizou D. Dinis a atribuir seis igrejas do padroado régio aos Estudos, autorização que terá abrangido apenas as igrejas de Soure e Pombal. Por sua vez, o rei D. João I, no ano de 1411, determinou a anexação à Universidade de uma igreja em cada um dos bispados e de outra do padroado real. Na diocese de Lamego foi escolhida a paróquia de Caria com as anexas: São Pedro de Aldeia de Nacomba e o Espírito Santo do Carregal¹¹.

Dada a itinerância dos Estudos entre Coimbra e Lisboa é provável que, em alguns casos, a promessa do seu financiamento não se tenha concretizado na íntegra e se ocorreu ficou muito aquém das necessidades da jovem instituição. Independentemente da maior ou menor generosidade da Coroa e da Igreja, as dotações recebidas em forma de dízimos ou de outros benefícios eclesiásticos constituíram o embrião do padroado da Universidade de Coimbra. Por sua vez, a aquisição de algumas casas em Lisboa e de bens no Alentejo lançaram as bases do senhorio.

2.2. A reforma de D. João III

Enquanto a universidade medieval se debatia com um orçamento escasso, o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra usufruía, desde os inícios da nacionalidade, de generosas doações régias de territórios, jurisdições e privilégios, numa clara demonstração da *liberalidade* régia e de recompensa pelos serviços prestados ao rei e ao reino, nomeadamente no tempo da Reconquista. A primeira metade do século XVI veio imprimir, entretanto, uma mudança na vida dos cónegos regantes. O mosteiro de Santa Cruz registou alterações

¹¹ Luciano Moreira, “O estado das igrejas do padroado da Universidade de Coimbra no entre Côa e o Távora nos finais do Século XVIII e os rendimentos dos seus párocos” in *Estudos em Homenagem ao Doutor António do Nascimento Sá Coixão*, Edição do Museu da Casa Grande de Freixo de Numão, 2021, p. 204-205.

profundas a diversos níveis: a vida monástica foi objeto de uma reforma protagonizada pelo monge Jerónimo Frei Brás de Braga, situação que terá facilitado a doação à Universidade de uma parte substancial das suas fontes de receita. Esta mudança ocorreu quando o governo da congregação foi entregue ao infante D. Henrique, que assumiu funções de Prior-Mor. Neste contexto, os rendimentos do mosteiro de Santa Cruz passaram a ser administrados, a partir de 1527, por duas entidades: o prior crasteiro, que auferia algumas rendas destinadas a satisfazer as despesas quotidianas do convento¹², e o Prior-Mor, um comendatário, que governava a congregação¹³. Preparava-se a transferência da Universidade para Coimbra, que viria a ocorrer em 1537, e a oportunidade de efetuar uma reforma nos Estudos tendo como paradigma as universidades humanistas europeias. Estas mudanças retiraram aos cônegos regantes o papel hegemónico que até aí tinham assumido no campo cultural, bem como parte das fontes de financiamento provenientes das rendas das igrejas do padroado e do senhorio, ambas integradas no Priorado-Mor de Santa Cruz, gerido por D. Duarte, filho bastardo de D. João III, que viria a falecer em 1543. Com a sua morte, o mosteiro de Santa Cruz não recuperou as rendas afetas ao Priorado, como desejaria. Com efeito, parte dos bens foi transferida para as dioceses então criadas de Portalegre e Leiria; e os restantes bens, jurisdições e privilégios que integravam o Priorado foram doados à Universidade de Coimbra. A drástica redução dos rendimentos do mosteiro de Santa Cruz provocou um profundo sentimento de desagrado e de injustiça aos cônegos regantes. Estes ainda tentaram reverter a situação, através de uma demanda que visava recuperar os bens e privilégios provenientes de doações régias, bem como de outras doadas por particulares.

Entretanto, continuando um modelo de financiamento já praticado na época medieval, D. João III, em 14 de março de 1538, obtém consentimento papal para integração no padroado da Universidade de 10 paróquias do padroado régio

¹² As rendas que continuaram afetas aos cônegos de Santa Cruz escolhidas pelo prior crasteiro foram as seguintes: Quiaios, Redondos, Alhadas e Maiorca, Cadima, Verride, Murtede, Orvieira, Antanol dos Frades, Condeixa a Velha, Bordalo, Sebal, Ansião e Rio de Galinhas. Em 1528, os procuradores do Mosteiro, o contador e o vedor deslocaram-se aos diversos lugares das rendas para tomar posse delas. Arquivo da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra (doravante AUC, UC), Dep. IV, Sec. 1ª (Auto de posse).

¹³ Nicolau de Santa Maria, *Chronica dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho*, 2.ª parte, Lisboa, 1668, liv. IX, cap. XXXIII, p. 280-283; Mário Brandão, *Cartas de Frei Brás de Braga para os priores do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, 1937, p. 1-18; José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, t. I, vol. I, Coimbra, 1960, p. 105-120.

(com as suas anexas) situadas no bispado de Lamego¹⁴, às quais se juntariam outras duas dezenas afetas ao Priorado Mor, situadas nos bispados de Coimbra, Viseu, Lamego e Guarda¹⁵.

A incorporação dos bens e igrejas do Priorado na Universidade foi autorizada pela bula *Cum atente*, de Paulo III, de 8 de julho de 1545. Apesar de ser muito elevado o número de paróquias desanexadas do padroado régio, às quais se acrescentaram as do priorado crúzio, os rendimentos eram considerados insuficientes para cobrir as despesas, nomeadamente as remunerações dos lentes. Em 4 de junho de 1543, a Universidade escrevia a D. João III solicitando providências. Dizia: “as rendas de que Vossa Alteza tem feito mercê a esta Universidade não abastam para o pagamento dos lentes e outros gastos necessários assi porque elas são poucas porque os rendeiros que a elas são obrigados não pagam aos tempos devidos”¹⁶. Identificavam-se dois problemas estruturais que iriam afetar as finanças universitárias ao longo da sua vida: a elevada percentagem das rendas afetas ao pagamento de salários (da ordem de 60%) e os incumprimentos dos rendeiros na entrega à Universidade da totalidade das rendas contratadas. Em 1557, a Universidade teria de renda

¹⁴ Nossa Senhora da Assunção de Fonte Arcada (anexas: São Bartolomeu do Vilar, São Domingos de Escurquela, Nossa Senhora da Maceira, Santo Estevão de Ferreirim, São Miguel de Chosendo, Santo Estevão de Ferreirim, São Miguel de Freixo); S. Pedro de Freixo de Numão (anexas: São Pedro de Mós e São Lourenço de Sabadelhe); São Bartolomeu de Paredes da Beira (anexa: São Miguel de Riodades); Nossa Senhora da Assunção da Sardoura (anexa: São Martinho); S. Martinho de Mouros (anexas: São Pedro de Paus, São João de Fontoura, São Pedro de Gozende); Nossa Senhora do Planalto da Vila de Penela (anexas: Santa Margarida da Póvoa e Santa Catarina de Valongo); Nossa Senhora do Pranto de Sindim (anexas: São Silvestre de Arcos, Espírito Santo de Paredelha, Santo Adrião de Cabaços); S. João de Moimenta (anexas: Nossa Senhora da Assunção de Paradinha, São Sebastião de Baldos, Santo Adrião de Cabaços); São Miguel das Antas (anexa: Santa Cruz da Beselga); Nossa Senhora da Corredoura de Caria (anexas: Espírito Santo do Carregal e S. Pedro da aldeia de dona Comba. Esta igreja pertencia à “Universidade Velha”, à universidade medieval).

Por sua vez, em 1542, o papa Paulo III, acrescentou à Universidade de Coimbra as rendas da capela de Santa Catarina que incluíam a renda da igreja do Crucifixo do Salvador de Bouças, situada junto a Matosinhos, no bispado do Porto. Esta igreja tinha como anexas São Martinho de Cinfães e São Miguel da Palmeira.

¹⁵ Bispado de Coimbra: São Facundo; Nossa Senhora de Ancião; Santa Olaia de Aguada; São Lourenço de Taveiro; São Gens de Pala, S. Mamede de vale do Érmio; São Miguel de Oliveirinha; Santo André do Ervedal; Santa Marinha; Santa Maria de Cadima; Santa Marinha do Alcorovim; Alvorge, Louriçal, Poiares, Lagares e Paços. Bispado de Viseu: São Paio de Oliveira de Frades; São Miguel de Papízios; Nossa Senhora da Alcofra; Nossa Senhora do Pereiro. Bispado da Guarda: S. Miguel de Martinchel. Bispado de Lamego: Santa Maria de Vale de Coelho.

¹⁶ António Gomes da Rocha Madahil, *Livro da Fazenda e Rendas da Universidade em 1570*, Coimbra, 1940.

6.500.000 réis. Um valor aproximado da renda anual do bispado de Coimbra avaliada 6.200.000 réis¹⁷.

Apesar de D. João III não ter acolhido as pretensões dos cónegos regrantes, no sentido de manterem sob a sua jurisdição o senhorio e o padroado formados na Idade Média, os cónegos iniciaram uma demanda que se prolongaria por mais de 60 anos¹⁸. Este conflito deu origem à produção, nas palavras de Rocha Madahil, de “dois famosos e monumentais volumes – os maiores do Arquivo em lombada”, que contêm a documentação de natureza jurídica, produzida ao longo de sessenta anos, no âmbito de um pleito do qual resultou a definição da base territorial e dos direitos que passaram a configurar os dois senhorios: o do mosteiro de Santa Cruz e o da Universidade.

O fim do conflito foi imposto por uma decisão régia que determinou o cumprimento do contrato celebrado entre as duas partes em 21 de abril de 1607. Neste acordo a Universidade comprometia-se a pagar aos crúzios uma indemnização de 200 mil réis anuais e a renda dos dízimos da quinta do Alvorge, no valor de 10.000.000 reis. Determinava-se, ainda, que os cónegos regrantes ficassem em Redondos com as rendas e a Universidade com a jurisdição cível e crime.

Em reconhecimento de um domínio perdido, o mosteiro de Santa Cruz ficou ainda com os foros de vinho, azeite, aves, ovos e carneiros que recebia nas terras que integraram o seu património até 1527.

Terminada a demanda, Santa Cruz apenas perdia para a Universidade as terras afetas ao Priorado e a jurisdição que exercia na área dos coutos. Saíam, assim, da sua dependência os oficiais concelhios do termo de Montemor-o-Velho. Por sua vez, o Reitor da Universidade passava a ter capacidade de intervenção na escolha dos oficiais e das justiças concelhias e de vigiar o seu desempenho através do seu ouvidor. Entretanto, Santa Cruz ficava com o domínio territorial pleno nos coutos, bem como com todos os direitos que cobrava até aí, incluindo as colheitas e os maninhos, direitos que a Universidade reivindicara pelo facto de lhe permitirem o aumento da área agricultada e consequente aumento das rendas.

O acordo realizado entre os cónegos regrantes e a Universidade, nomeadamente na parte referente aos direitos que exerciam sobre o mesmo território – os coutos

¹⁷ Mário Brandão e Lopes de Almeida, *A Universidade de Coimbra: Esboço da sua História*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1937, p. 196.

¹⁸ Maria Helena da Cruz Coelho e Maria José Azevedo Santos, “Contenda entre a Universidade e o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na segunda metade do séc. XVI. Breves notas” in *Universidade(s): História Memória Perspectivas, Actas do Congresso História da Universidade*, vol. III, Coimbra, 1991, p. 39-61; Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito...*, cit., p. 55-59.

do Baixo Mondego nos quais a Universidade detinha a jurisdição cível e os crúzios as rendas –, podia ser propício à existência de conflitos. Mas estes não ocorreram, por vários motivos, destacando-se o facto de o conservador da Universidade ser juiz privativo do mosteiro de Santa Cruz e de julgar, por norma, em favor dos crúzios, nomeadamente, em momentos de conflito entre os foreiros do mosteiro de Santa Cruz e a câmara de Montemor-o-Velho que era detentora da jurisdição crime, nas áreas de jurisdição cível da Universidade¹⁹.

Alguns dos desentendimentos decorriam da entrada dos moradores deste concelho nas gândaras para utilizar os seus recursos, nomeadamente as pastagens e a vegetação utilizada como fertilizante. Outro motivo de desentendimento entre os moradores dos coutos da Universidade e o município montemorense era a escusa de satisfazer os encargos do concelho, privilégio que os moradores nas terras de Santa Cruz usufruíam desde a Idade Média.

A mesma situação ocorria com os privilégios de natureza militar concedidos na Idade Média aos caseiros do mosteiro crúzio e que passaram para os foreiros da Universidade²⁰. Exemplificamos esta situação com uma ordem enviada pelo visconde de Barbacena, em 1696, ao sargento mor da comarca da Guarda e ao superintendente das coudelarias, no sentido de nas vilas de Ervedal, Torrocelo, Santa Marinha e Oliveirinha, de que era donatário o reitor da Universidade de Coimbra

não fassão soldados, nem lancem egoas nem obriguem os moradores a dar carruagens para as conduções nem outros nenhuns encargos de milicias e só se passe mostra huma vez cada anno hindo a passar as mesmas villas sem os obrigarem a vir fora do distrito para mandarem como são obrigados a lista da gente, armas e carruagens que ouuer naquelas villas²¹.

2.3. O senhorio territorial da Universidade de Coimbra em 1570

A necessidade de manter uma memória escrita dos bens que passaram a ficar afetos às duas instituições, levou o mosteiro de Santa Cruz a mandar trasladar os documentos pertencentes ao Priorado, tendo os originais sido enviados para o cartório da Universidade. A ordem foi cumprida e dela resultou o *Livro em que está scripta toda a fazenda e rendas que a Universidade de Coimbra tem, assi a que antigamente tinha na cidade de Lisboa e sua comarca, como ha*

¹⁹ Sobre a relação entre os cônegos regantes e a Universidade, ver Margarida Sobral Neto, *Terra e Conflito...*, cit.

²⁰ AUC, UC, Sentenças várias relativas a bens e privilégios da Universidade.

²¹ Idem.

que ouve das igrejas da capela de Santa Catherina nos bispados de Lamego e Porto com ha que ouve do priorado de Santa Cruz da cidade de Coimbra. Este cadastro foi mandado fazer pelo reitor D. Jerónimo de Meneses e saiu da pena do escrivão Simão de Figueiró, oficial que se dedicou, de forma muito diligente, à identificação de documentos comprovativos dos bens e direitos pertencentes ao extinto Prior-Mor de Santa Cruz de Coimbra. Foi intitulado por Rocha Madahil, historiador a quem cabe o enorme mérito da sua transcrição, *Livro da Fazenda e Rendas da Universidade de Coimbra em 1570 organizado por Simão de Figueiró, escrivão das suas rendas e bens*. Este livro é um documento fundamental para o conhecimento do senhorio universitário nas suas múltiplas dimensões: domínio territorial – organização das terras (casais ou terracha), contratos agrários, regime de sucessão dos enfiteutas –, jurisdições e privilégios. Em 2023 entradas, Simão de Figueiró fornece-nos informação que permite caracterizar o regime senhorial nos domínios da Universidade no século XVI.

O domínio territorial do senhorio da Universidade, herdeiro do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, estava disperso por todo o país, tendo uma particular concentração nas terras integradas na região centro do país. Simão de Figueiró inicia a referência às propriedades pertencentes ao senhorio territorial universitário pelo “Título que a Universidade antigamente tinha em Lisboa e ainda tem em Alentejo”, indicando 15 diminutos quantitativos referentes a rendimentos eclesiásticos e a foros de casas situadas em Lisboa, nomeadamente as que serviram de Escolas Gerais na Idade Média, umas pensões em Óbidos, três casais em Torres Vedras.

Segue-se a apresentação dos bens, jurisdições e privilégios do Priorado Mor que Simão de Figueiró denomina como “Título das propriedades que a Universidade tem dentro da cidade de Coimbra e seu limite que pagão pensão de dinheiro” começando pela indicação das suas terras situadas na freguesia de S. João de Santa Cruz:

Simão de Figueiro traz huns pardieiros e quintam que fez casas e forno per titulo fatiosim da Universidade feito a vinte e hum de julho de quinhentos e cincoenta e três anos com pensão em sua vida dozentos reis cada ano per Sam Miguel de Setembro e seus herdeiros am de pagar trezentos²².

Este texto evoca-nos a imagem de uma cidade em remodelação urbanística na sequência da transferência definitiva da Universidade para Coimbra²³.

²² António Gomes da Rocha Madahil, *Livro da Fazenda e Rendas...*, cit., p.11.

²³ Sobre este assunto ver António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra*, 3 vols., Coimbra, Palimage, 2016.

Prossegue indicando as casas e quintais situados na cidade e seu limite nas freguesias de S. João de Santa Cruz, Santa Justa, São Bartolomeu, Santiago, São Salvador, São Cristóvão e São Pedro e que pagavam foros em dinheiro.

Integrados no aro citadino indica bens rústicos em Coselhas, Assamaça, Vinhas e Água de Maias, Vale de Ferro, Conchada, Torre de Alcabideque e mais afastados da urbe coimbrã os Moinhos de Condeixa.

Passa, em seguida, para o termo de Coimbra. Regista os 30 casais antigos (“afora os novos que entretanto se fizeram”) de Taveiro e bens em Vila Pouca do Campo, Ameal. Na margem direita do rio Mondego descreve a Quinta da Torre de Manteigada, a Ademia, a quinta da Requeixada, Cioga do Monte, Alfur, Antusede e Reveles.

De Reveles (margem esquerda do Mondego) segue para o Alvorge, onde a Universidade tinha 40 casais e vários prazos situados entre Alvorge e a quinta de Ateanha até Zambujal e Alfafar. Trata-se das terras da chamada Ladeia conhecidas por terem sido palco de confrontos entre cristãos e mouros.

A leste de Coimbra situavam-se as juradias de Poiares, onde se cobravam dízimos e rações à Universidade e um foro a Santa Cruz.

Voltando aos lugares mais próximos da cidade de Coimbra, descrevem-se os prazos situados em Cernache (Quinta da Pousada e casais do Sovereiro), a Quinta da Copeira e os prazos da Corujeira, Fala, Casas Novas, Palheira e Carvalhais, Quinta do Pombal ou Lágrimas, a Quinta da Assamaça.

Prosseguindo para norte da cidade, registam-se os prazos da Marmeleira, Agum e Botão.

Reportando-se ao termo da vila de Ançã, apresenta São Facundo, Pomar de Alva, Cidreira, Geria, Granja da Preguiçosa, Ançã, Portunhos, Quinta do Rol, Moinhos do Rol, Lavarrabos (S. João do Campo) e Cioga do Campo.

No termo de Montemor-o-Velho, ao longo do rio Mondego entre Pereira e Tentugal, situava-se a quinta de Treixede, avaliada em 200 jeiras de terra, o prazo de Fernão de Pina (Carapinheira), o Prazo das Pitanças, Borralha e o couto do Louriçal no qual a Universidade exercia a jurisdição cível e Montemor a crime. O território não estava organizado em casais, sendo de “terra chã”. Possuía ainda um pinhal denominado do Usso, uma mata e muitos moinhos.

No termo da vila Redondos situava-se a ínsua da Morraceira. Simão de Figueiró regista, em seguida, os campos pertencentes à Universidade e situados junto ao Rio Mondego: a Quinta de Sanfins (Maiorca), Murujal (Verride) e Lírío (Alhadas). Nestes “campos do Mondego” praticava-se no século XVI a cultura do linho. As colheitas pautavam-se, entretanto, pela incerteza devido à irregularidade do rio e à ausência de investimento em obras de proteção dos campos, nomeadamente por parte das entidades que os senhoreavam, caso da Universidade.

O senhorio da Universidade possuía ainda bens no concelho de Lafões, onde se situavam Oliveira de Frades, vários celeiros (Cambra, Rebordinho, Cambarinho, Ribeiro, Fornelo, Moçamedes, Pinheiro e Quitriz, Sejães, Moldes, Censoria) e o couto de São João do Monte.

No termo de Viseu registam-se celeiros nas localidades de Lordosa Ribafeita e vários prazos dispersos.

Na fronteira entre Almeida e Castelo Rodrigo situava-se Vale de Coelha.

No termo de Seia destacam-se as chamadas rendas da Beira constituídas pelas vilas de Perselada, Oliveirinha, Ervedal, Lagares, Torroselo, Santa Marinha, Quinta do Vidal.

Aproximando-se novamente de Coimbra, Simão de Figueiró refere a Quinta do Fiscal situada na Lousã.

Depois de já ter apresentado informação sobre localidades situadas no termo de Penela, retoma a documentação referente a esta vila para referir a Quinta da Chaqueda, identificando, em seguida, bens em Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Soure, Abiul, Pombal, Ourém e Alvaiazere.

A partir do item 1457 apresenta-se informação sobre bens situados em Santarém e sua comarca. 64 itens reportam-se a Santarém, destacando-se entre eles a Quinta do Almonda. Finalmente, são referidos os bens existentes em Lisboa provenientes do Priorado, começando pelas casas, os olivais, as vinhas e as quintas situadas na periferia denominadas Herveadeira (Mafra), Granja de Loures, Vila Franca de Xira Atamuja, Palhacana, Meleças. Segue-se o pinhal de Alcochete.

Passa, em seguida, para o Alentejo para referir os bens existentes em Portalegre, Monforte, Borba, Vila Viçosa, e Beja.

Algumas terras integradas no Priorado-Mor, e que posteriormente passaram para a jurisdição da Universidade, tinham o estatuto de couto ou de concelhos e receberam foral manuelino. É o caso das localidades situadas no Baixo Mondego e que foram registadas com o seguinte título: “Foral do mosteiro de Sancta Cruz de Coimbra nas cousas que tem em o termo de Montemor ho velho, primeiramente ho Louriçal per doações del Rey dom Affonso Henriques e outras particulares titollos”²⁴. Ao Louriçal segue-se Verride, Redondos Quiaios, Alhadas e Maiorca, Cadima, Azambujal e Arazede.

Registam-se outros forais atribuídos ao Priorado ou ao Mosteiro de Santa Cruz: na região da Bairrada possuíam foral manuelino as vilas de Anadia, de Pereiro e de Aguada.

²⁴ Luíz Fernando de Carvalho Dias, *Forais manuelinos do reino de Portugal e do Algarve. Estremadura*, Edição de autor, 1962, p. 113-120.

Na região de Lafões, refere-se o foral concedido ao couto de S. João do Monte. Da vila de Oliveira de Frades não se conhece foral manuelino ainda que tivesse todos os requisitos para o ter. O mesmo acontecia com a aldeia de Vale de Coelha onde a Universidade tinha jurisdição cível e crime.

Finalmente, ao mosteiro e priorado de Santa Cruz foram atribuídos os forais das vilas de Oliveirinha, Lagares, Ervedal, Santa Marinha e Torrozelo.

Do número de forais atribuídos ao mosteiro ou ao priorado de Santa Cruz deduzimos que os habitantes dos 19 lugares que receberam o título manuelino estavam sujeitos ao pagamento da tributação registada nos forais.

2.4. O senhorio jurisdicional

As instituições senhoriais distinguiram-se pelos bens e rendimentos, mas também, e primordialmente, pelos privilégios de que usufruíam e que lhes conferiam poder real e simbólico. O senhorio jurisdicional da Universidade de Coimbra é filho do senhorio crúzio. Com efeito, formou-se com bens, direitos e privilégios que constituíam um legado do Priorado-Mor do mosteiro de Santa Cruz que remontava aos inícios da Idade Média, a maioria ao tempo de D. Afonso Henriques. A existência de um número elevado de terras senhoreadas pelo mosteiro crúzio explica-se pela política de atração que os monarcas medievais, em particular D. Afonso Henriques, praticaram. Com efeito, tendo como objetivo atrair povoadores às suas terras os cônegos regnantes, em 1146, concederam privilégios de couto a todos os homens que habitassem ou viessem a habitar em terras do Mosteiro bem como isenção dos encargos dos concelhos. Com esta concessão régia os foreiros de Santa Cruz passaram a usufruir de privilégios fiscais (caso da isenção da jugada) e de privilégios judiciais²⁵. Mais ordenou aos oficiais concelhios que não constrangessem os seus foreiros aos encargos dos concelhos e aos almoxarifes de Coimbra, Penela, Rabaçal e Alvaiázere, que respeitassem os privilégios de Santa Cruz e devolvessem ao Mosteiro as terras que lhe tinham usurpado. Uma confirmação do mesmo teor data do reinado de D. Duarte²⁶. Estas confirmações seguiam-se, por norma, a conflitos entre poderes, entre o poder concelhio e o senhorial.

²⁵ Relativamente à cronologia das doações de bens e privilégios concedidos por D. Afonso Henriques e D. Sancho ao Mosteiro veja-se: Avelino Jesus da Costa e Maria Alegria Marques, *Bulário Português. Inocência III (1198-1216)*, Coimbra, 1989; Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito...*, cit., p. 207-210.

²⁶ Idem, p. 53-54

Os cônegos regrantes detinham ainda amplos privilégios em matéria de execução de dívidas contraídas por enfiteutas ou por cobradores de rendas. Essa eficácia decorria dos privilégios de possuir juiz privativo (o conservador da Universidade de Coimbra) e de uma estrutura própria, dotada de plenos poderes para a execução das dívidas, equiparada à que possuía a Coroa²⁷. Todos estes privilégios passaram para a Universidade.

Por sua vez, na fase inicial da sua vida, a Universidade recebeu distinções muito relevantes aplicáveis à comunidade académica e a pessoas externas que com ela interagiam: uma bula concedida por Nicolau IV em 9 de agosto de 1290, e confirmada na magna carta de 1309²⁸, retirou da alçada das justiças régias os professores, os estudantes e os funcionários, concedendo-lhes foro privativo. Por sua vez, os conservadores que inicialmente zelavam apenas pela aplicação dos privilégios concedidos à comunidade universitária, viram o seu poder judicial alargado, passando a desempenhar funções de juizes privativos em matéria cível, em causas ocorridas entre membros dos Estudos, mas também entre estes e estranhos²⁹. Da lista dos privilégios régios constam ainda os referentes ao abastecimento, matéria que deu origem a conflitos com a vereação coimbrã e isenções fiscais. O poder régio conferiu, igualmente, à Universidade instrumentos jurídicos para a cobrança de rendimentos e execução de devedores: D. Afonso V concedeu ao recebedor das rendas a possibilidade de recorrer às justiças da Universidade.

Do estatuto de privilegiados gozavam também os recoveiros para Lamego, Castelo Branco e outras terras e os caseiros encabeçados. Estes privilégios consistiam na isenção das jugadas, das portagens, das coimas e de outros serviços e tributos. Quanto à finta dos marachões do Mondego, era somente paga pelos enfiteutas, ficando isentos o reitor, o cancelário, os lentes, os estudantes e os colegiais assim como os seus familiares. Os carneiros, livreiros e os mordomos beneficiavam igualmente de privilégios³⁰.

No âmbito dos privilégios destaca-se, no entanto, o foro privativo que consistia no facto de os lentes, professores e restantes servidores da Universidade de Coimbra, e a própria corporação, gozarem de privilégio de foro, estando

²⁷ Sobre execução de devedores da Universidade veja-se Fernando Taveira, *A Universidade de Coimbra (1700-1771)*..., cit., p. 732.

²⁸ Mário Brandão e Lopes de Almeida, *A Universidade de Coimbra*..., cit., p. 70.

²⁹ Idem, p. 71-72.

³⁰ Aires de Campos, *Questões forenses acerca das rações, foros e outros direitos que dos lavradores e proprietários de terras, no termo de Coimbra, cobravam antigamente alguns senhorios eclesiásticos e seculares*, vol. 1, Coimbra, 1857, p. 185-186.

sujeitos, nas ações cíveis ou crimes em que participassem, quer como autores, quer como réus, à jurisdição privativa do conservador da Universidade³¹.

2.4.1. A ouvidoria da Universidade

A Universidade de Coimbra possuía na Época Moderna uma ouvidoria constituída por 22 terras onde exercia a jurisdição cível em 8 coutos situados no Baixo Mondego e a jurisdição cível e crime nas restantes. O exercício das funções jurisdicionais contava com vários funcionários. Na categoria de oficiais senhoriais e corporativos destacam-se os ouvidores que eram encarregados de exercer as funções jurisdicionais que as doações régias atribuísem aos senhores, ou seja, a “justiça intermédia” que consistia no conhecimento das apelações e agravos vindos das justiças das suas terras. No exercício das suas funções, os ouvidores eram coadjuvados por oficiais correspondentes àqueles que auxiliavam as justiças locais (escrivães, meirinhos, porteiros)³². Na área da justiça, para além do ouvidor, destaca-se o conservador, cuja função era exercida com recurso aos funcionários seguintes: escrivão da conservatória, solicitadores, contador e distribuidor, meirinho, homens da vara e carcereiro.

Os poderes jurisdicionais eram exercidos numa ouvidoria, composta pelos lugares a seguir indicados: na região do Baixo Mondego, no concelho de Montemor-o-Velho, na margem direita do rio junto a Buarcos, a Universidade detinha a jurisdição cível e crime da vila de Redondos; e a jurisdição cível nos coutos das Alhadas, Maiorca, Zambujal, Arazede, Cadima e Quiaios. Por sua vez, na margem esquerda, possuía os coutos de Verride Ulmar e Carregosa, e Louriçal. Nestes coutos a Universidade exercia a jurisdição cível e os cônegos regantes cobravam as rendas.

Em todos estes lugares a Universidade apresentava os oficiais concelhios (juizes, vereadores e outros oficiais). As apelações e agravos eram apreciadas pelo ouvidor da Universidade e desta instância intermédia passavam para as instâncias superiores.

A norte de Coimbra, no termo da vila de Aveiro, a Universidade exercia a jurisdição cível e crime na vila de Pereiro, exceto dos casos de furto, ratur e morte, que eram da jurisdição da vila de Aveiro. Por sua vez, os oficiais do couto eram eleitos conforme a Ordenação e confirmados pelo ouvidor da Universidade. O escrivão era apresentado pela Universidade e confirmado por Sua Alteza.

³¹ António Hespanha, *As vésperas do Leviathan*, p. 350.

³² António Hespanha, *As vésperas do Leviathan*, p. 192-193.

A mesma situação ocorria em Aguada. Os juízes faziam-se por eleição e eram confirmados pelo ouvidor da Universidade. O escrivão era apresentado pela Universidade e confirmado pelo monarca. O crime referente a rouso, furto e homicídio era da vila de Aveiro. Aguada pertencia ao padroado da Universidade.

Sobre Anadia, Simão de Figueiró apenas refere que a Universidade tem a jurisdição cível e crime, exceto nos casos de furto, força e morte.

Segundo para Norte, em Oliveira de Frades (concelho de Lafões) a Universidade detinha a jurisdição cível e crime; os juízes e oficiais elegiam-se segundo a Ordenação e eram confirmados pela Universidade. Por sua vez, os ofícios de escrivão de notas, judicial, órfãos, câmara e almotaçaria eram apresentados pela Universidade ao monarca que os confirmaria. O padroado da igreja era da Universidade que apresentava os vigários.

No concelho de Lafões situava-se outro couto da Universidade, o de S. João do Monte, no qual detinha jurisdição cível e crime. O juiz e os oficiais eram eleitos localmente e confirmados pela Universidade. Por sua vez, o escrivão era eleito pela Universidade e confirmado pelo monarca.

Na região de fronteira (entre Almeida e Castelo Rodrigo) situava-se o couto de Vale de Coelha onde a Universidade exercia as duas jurisdições, confirmava os juízes e os oficiais e apresentava os escrivães que eram confirmados pelo monarca. A igreja era igualmente anexa à Universidade que aí cobrava os dízimos e primícias. Os cônegos regantes apenas exerciam as visitasões.

Finalmente, referimos as seis vilas que se situavam no termo de Seia em que a Universidade exercia jurisdição cível e crime: as vilas de Perselada, do Ervedal Oliveirinha, Lagares, Torroselo e Santa Marinha. Em todas elas os juízes e oficiais eram eleitos segundo a Ordenação e confirmados pela Universidade.

Quanto aos ofícios de escrivão do público, judicial e notas, eram apresentados pela Universidade e confirmados pelo monarca.

Estas localidades integravam as chamadas rendas da Beira onde a Universidade tinha plenos poderes, se excetuarmos os ofícios confirmados pelo monarca, normalmente o de escrivão. Com efeito, para além da jurisdição cível e crime, da confirmação do juiz e oficiais concelhios, faziam parte do padroado da Universidade as igrejas de S. Miguel de Oliveirinha, de Santo André do Ervedal e de Santa Marinha.

Os direitos jurisdicionais, sobretudo os de matéria crime, pela excecionalidade da sua concessão, conferiam prestígio e controlo sobre as comunidades. Nos concelhos onde o domínio territorial se juntava ao jurisdicional criavam-se condições para a cobrança mais efetiva de foros, rações ou dízimos.

A Universidade, com os instrumentos que tinha ao seu dispor, tentava ser intransigente na manutenção dos seus direitos, fossem eles de cariz material

ou honorífico. Até 1787, foi titular do senhorio jurisdicional e territorial da vila de Anadia. Nesta data, foi concedido o título de Visconde de Anadia a João Rodrigues de Sá e Mello bem como a mercê do senhorio das terras de que tinha sido anteriormente enfiteuta principal. Perante esta situação, a Universidade, para compensar a perda de bens e direitos, requereu à Coroa que lhe fosse concedida a mercê de integrar na ouvidoria da Universidade o senhorio jurisdicional da vila de Cernache dos Alhos, que pertencera à Casa de Atouguia, com os direitos de prover ofícios e confirmar as justiças cíveis e crime, direitos iguais aos que usufruía no couto de Anadia. E em substituição dos direitos territoriais, solicitava a quinta e bens de Vilar do Monte, que haviam pertencido ao colégio dos Jesuítas de Bragança, estando agora integrados no Fisco Real, e uma parte dos rendimentos do mosteiro de S. Jorge de Coimbra³³. A sua pretensão não foi, no entanto, atendida. Aproximava-se a data (1790) da extinção das jurisdições senhoriais.

3. A reforma Pombalina

A Reforma Pombalina, também denominada como “nova fundação”, é o tema mais estudado da história da Universidade³⁴.

Como já foi referido, a academia coimbrã estava atenta às mudanças que no campo das ideias ocorriam na Europa e tentava aplicá-las nos Estudos. No reinado de D. José, vários intelectuais almejavam que o movimento das Luzes inspirasse os professores e os alunos da Universidade de Coimbra, sendo um dos maiores entusiastas o Marquês de Pombal. Havia, no entanto, que conceber as condições de realização da Reforma, o que implicava a criação de novas infraestruturas, como a construção e reparação de edifícios, atualização das bibliotecas, instalação e apetrechamento de laboratórios, bem como disponibilidade financeira para custear deslocações de professores e alunos a universidades europeias, assim como a vinda de professores estrangeiros.

Como acontecera em momentos anteriores, D. José recorreu ao padroado régio, onde estavam integradas as igrejas dos jesuítas, e atribuiu, em 1772, as seguintes ao padroado da Universidade:

³³ AUC, UC, *Livro de Acordãos*, 130v-131.

³⁴ Fernando Taveira da Fonseca, “A dimensão pedagógica da reforma de 1772. Alguns aspectos” in Ana Cristina Araújo (coord.), *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2000; Ana Cristina Araújo e Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade pombalina: Ciência, Território e Coleções científicas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2017.

Santa Cruz de Alvarenga (anexa: São Miguel de Canelas); Santa Cruz de Lumiares; o Mosteiro de Nossa Senhora de Cárquere (anexas: Nossa Senhora da Conceição da Lamosa e Santa Luzia de Feirão); e São Paio da Vila da Rua (anexas: São Martinho da Faia, São Sebastião de Penso, São João Baptista de Quintela da Lapa, Nossa Senhora de Entre Vinhas do Arcozelo e São Martinho de Segões)³⁵.

Para reforçar o financiamento da Universidade, D. José concedeu-lhe, através de duas provisões, datadas de 4 de julho de 1774, “pura, perpetua e irrevogavel doação” dos bens incorporados na Coroa que tinham pertencido aos jesuítas. De uma provisão constam rendimentos de natureza secular – “bens, cazas, foros propriedades, pensões, herdades, cazaes, rações e fazendas” – e eclesiástica – “dizimos, passaes, foros, padroados” – afetos aos colégios, casas e residências de Braga, Porto, Coimbra, São Fins, São João dos Longos Vales, Cárquere, Évora, Santo Antão de Lisboa, Santarém, Bragança, Elvas, Vila Nova de Portimão e Faro³⁶.

Na outra provisão, especificam-se os bens seculares pertencentes aos colégios de Coimbra e Évora. Relativamente a Évora mencionam-se herdades, foros e prazos. Por sua vez, referentes ao colégio de Coimbra apresentam-se bens seculares afetos aos mosteiros de Sanfins e S. João dos Longos Vales e os quartos de Enxara de Bispo³⁷.

Com a natureza de bens eclesiásticos e pertencentes ao Colégio de Évora destacam-se os dízimos da Mesa Abacial de Paço de Sousa. Com a mesma natureza, mas pertencentes ao colégio de Coimbra, citam-se a ordinária que a Mitra de Coimbra pagava aos jesuítas, os dízimos de Sanfins e de S. João dos Longos Vales, os passais e padroados provenientes do arcebispado de Braga e três prebendas na igreja colegiada de Ourém. No mesmo ano, foram ainda doadas à Universidade as comendas da Rua e Alvarenga e os foros e as pensões da Ponte do Barco (Maiorca)³⁸. Com as novas doações, os rendimentos do património universitário quase duplicaram: em 1777, as rendas antigas somavam 30.998.700 réis e as novas 22.412.593 réis³⁹.

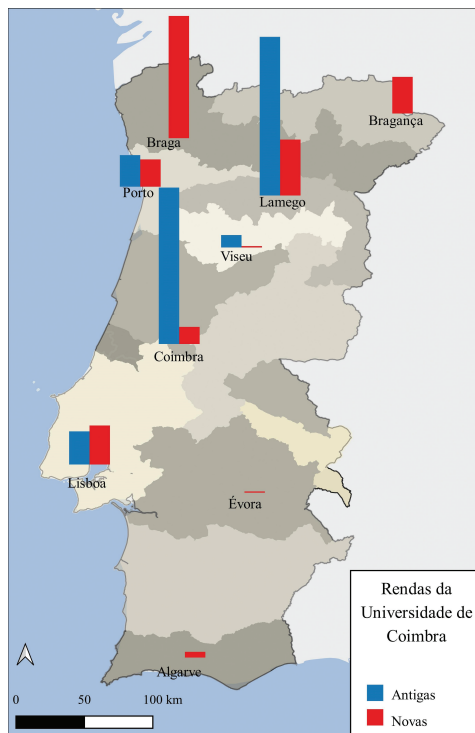
³⁵ Luciano Moreira, “O estado das igrejas do padroado...”, cit., p. 199-224.

³⁶ António Gomes da Rocha Madahil, *Livro da Fazenda e Rendas...*, cit., XXXVIII-XLI.

³⁷ António Gomes da Rocha Madahil, *Livro da Fazenda e Rendas...*, cit., XLI-XLIV.

³⁸ AUC, UC, *Livro de Acordãos*, fl. 148.

³⁹ Francisco de Lemos, *Relação geral do Estado da Universidade (1777)*, p. 170-173.

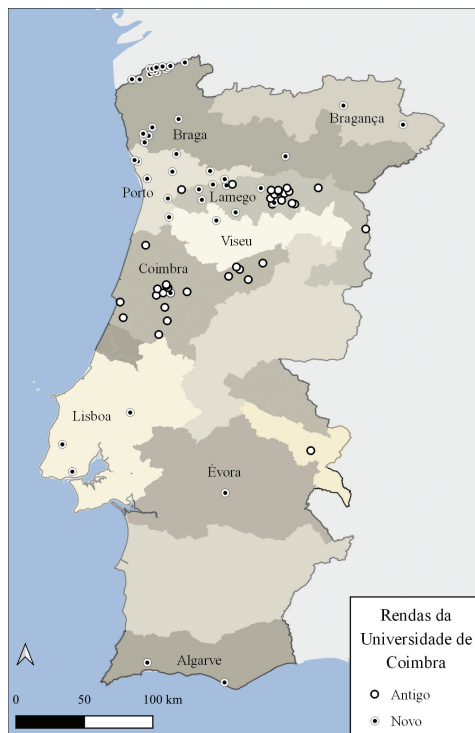


Fonte: Francisco de Lemos, *Relação geral do Estado da Universidade* (1977).

A incorporação dos bens dos Jesuítas significou um aumento do domínio territorial do senhorio da Universidade, constituído por casas, passais, alguns prazos e, sobretudo, um alargamento do padroado e consequente aumento da área de cobrança de dízimos.

Até 1774, as rendas da Universidade provinham essencialmente do espaço situado entre o Tejo e o Douro. A partir daquela data, o património estendeu-se a todo o país, do Minho ao Algarve. A distribuição geográfica das rendas em 1777 era a seguinte: bispado de Lamego (36%), bispado de Braga (18%), bispado de Coimbra (14%), patriarcado de Lisboa (12%), bispado do Porto (10%), bispado de Bragança (6%) e bispado de Viseu (2 %). Os restantes 2% distribuíam-se pelos bispados do Algarve, Elvas e Évora. Apesar da contestação ao pagamento dos dízimos, a Universidade de Coimbra destacava-se, nas comarcas de Braga e Valença, como a instituição que cobrava um volume maior deste tributo eclesiástico, no período entre 1827 e 1831⁴⁰.

⁴⁰ Daniel Ribeiro Alves, *Os dízimos no final do Antigo Regime...*, cit., p. 74-75.



Fonte: Francisco de Lemos, *Relação geral do Estado da Universidade* (1977).

A análise desta distribuição permite-nos concluir que a fatia mais substancial dos rendimentos da Universidade provinha de regiões férteis que produziam milho, frutas, azeite e vinho e das mais valorizadas comercialmente, por se encontrarem situadas em eixos privilegiados de escoamento de produtos como era o rio Mondego, o Douro e o Minho (caso das rendas situadas nos bispados de Coimbra, Lamego e Braga).

O aumento do património da Universidade não se traduziu, no entanto, imediatamente num reforço equivalente do financiamento. Através de um “Apostolico mandado de Capienda Possessione”, datado de 22 de agosto de 1775, o Núncio ordenou aos notários e oficiais de Justiça a quem fosse atribuída a missão de dar posse à Universidade dos bens pertencentes aos colégios de Coimbra e Évora que executassem esse serviço com “todos os actos e cirimonias que se costumam ter no dar de semelhantes posses”. Ordenava ainda a notificação de todas as pessoas que fossem necessárias para a cobrança das rendas e para o reconhecimento da Universidade como “verdadeira Senhora e possuidora” dos bens outrora pertencentes aos Jesuítas⁴¹.

⁴¹ Manuel Lopes de Almeida, *Documentos da Reforma Pombalina*, vol. I, 1937, p. 201-207.

Desconhecemos a forma como o processo de tomada de posse ocorreu. Com efeito, em 22 de julho de 1786, a Junta da Fazenda solicitava a Sua Majestade que remetesse para Roma um ofício a suplicar a Sua Santidade “Nova Bula de Confirmação” que compreendesse todos os bens eclesiásticos que tinham sido doados à Universidade, atendendo a que a Bula anterior não os integrava na totalidade.

Na verdade, a academia coimbrã podia fundamentar a sua qualidade de donatária dos referidos bens em documentos régios e papais. Mas, na prática, nunca conseguiu usufruir de todos os rendimentos de que tinham beneficiado os jesuítas. Com efeito, alguns bens tinham-se desencaminhado no período em que permaneceram sob administração da Coroa; em relação a outros, não foi possível identificá-los. Apesar dos esforços desenvolvidos pela Junta da Fazenda da Universidade no sentido de trazer para o seu arquivo todos os documentos referentes ao património dos diversos colégios, apenas o conseguiu em parte, faltando-lhe assim os instrumentos que lhe permitiriam um conhecimento global do património e consequente tomada de posse efetiva de todos os bens doados pelo rei D. José e confirmados pelo papa Pio VI.

Cinquenta anos passados sobre a doação, em abril de 1824, os provedores eram encarregados pelo monarca de verificar se no distrito da sua provedoria existiam

alguns Bens, Rendas ou Direitos confiscados aos extintos Jesuítas, que não se mostrando legitimamente alienados do Fisco até quatro de Julho de 1774 andem contudo fora do património da Universidade a quem pertencem pela Regia Doação daquela data.

Missão do mesmo teor foi dada, na mesma altura, a 226 párocos⁴². Por sua vez, em 29 de julho de 1825, uma comissão encarregada de identificar os problemas da fazenda universitária requeria a Sua Majestade autorização para poder intentar ações para recuperar bens dos Jesuítas que não constassem das relações referentes à doação Universal de 4 de julho 1774 e não tivessem sido doados a particulares no período compreendido entre a extinção dos Jesuítas e a referida doação⁴³. Ressalte-se que o problema não residia apenas na dificuldade de identificação dos bens, mas também na tomada de posse de alguns conhecidos, como era o caso do padroado da Mesa Abacial de Paços de Sousa, objeto de um litígio que nunca foi resolvido.

⁴² AUC, UC, *Caixa Reforma da Fazenda*.

⁴³ AUC, UC, *Livro de Acordãos*, 67-68.

3.1. A crescente complexidade da gestão do património – as novas incorporações e a gestão das despesas

A partir de 1772, a gestão universitária tornou-se muito mais complexa devido ao alargamento do património, mas também à integração na Universidade de novas administrações: caso do Colégio das Artes e dos Hospitais, bem como da gestão do rendimento do subsídio literário e do dinheiro aplicado às obras do mosteiro de Santa Clara. Com efeito, por provisão de 16 de outubro de 1772 foi incorporado na Universidade o Colégio das Artes⁴⁴. A este Colégio ficaram afetas as rendas de Santa Eulália da Cumieira e os dízimos de S. Vicente de Alcaface. Posteriormente, por provisão do Marquês de Pombal de 23 de fevereiro de 1776, o Colégio da Madre de Deus de Évora foi separado do fisco e incorporado no mesmo Colégio⁴⁵. Por sua vez, em abril de 1774, passaram para a gestão universitária os hospitais da Cidade: o Hospital Real, de invocação de N. Sra. da Conceição, o Hospital da Convalescença e o Hospital dos Lázaros⁴⁶, medida que foi justificada para “acudir com mais cuidado e zelo á saude dos pobres enfermos que a elle vão curar-se; mas taõbem para se practicarem com prefeita observancia a respeito da Faculdade de Medicina os novissimos Estatutos”⁴⁷.

As rendas dos hospitais eram constituídas por foros e rações, provenientes de prédios aforados – urbanos e rústicos⁴⁸ –, e juros de dinheiro emprestado.

Ao Hospital Real estavam ainda consignados os seguintes rendimentos: 1% imposto na folha do almoxarifado de Coimbra e Tomar e 1% do cabeção das sisas na folha dos ordenados do almoxarifado de Aveiro, 8 arrobas de açúcar na Folha da Obra Pia paga pelo tesoureiro geral dos ordenados em Lisboa⁴⁹.

Os rendimentos eram, no entanto, escassos, sendo, em 1777, os seguintes: Hospital Real – 1.697.000; Convalescença – 1.105.945; Hospital de S. Lázaro – 1.182.935. Nesta data, consignava-se a quantia de 2 contos de réis para fazer face às despesas hospitalares. Posteriormente os gastos situaram-se à volta dos 6 contos anuais⁵⁰. Houve, no entanto, períodos, como o das Invasões Francesas,

⁴⁴ Mário Brandão, *Colégio das Artes*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924-1933.

⁴⁵ Manuel Lopes de Almeida, *Documentos da Reforma Pombalina...*, cit., p. 220-223.

⁴⁶ Manuel Lopes de Almeida, *Documentos da Reforma Pombalina...*, cit., p. 146-151.

⁴⁷ Manuel Lopes de Almeida, *Documentos da Reforma Pombalina...*, cit., p. 150.

⁴⁸ O Hospital da Cidade cobrava rendas provenientes dos campos do Mondego – Campo de Anços, Borralha e Campo de Cima – e da zona da serra da Estrela – Ceia e Alvoco da Serra. Por sua vez, o Hospital de S. Lázaro concentrava as suas rendas no concelho de Coimbra – Trouxemil, Enxofens, Fala, Condeixa, Rio de Vide e Zouparria.

⁴⁹ Francisco de Lemos, *Relação geral do Estado da Universidade (1777)*, fl. 209.

⁵⁰ Sobre a situação financeira dos Hospitais: Maria Antónia Figueiredo Lopes, *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750-1850)* vol. I, Viseu, Palimage editores, 2000, p. 668-678.

em que os gastos ultrapassaram largamente as receitas. As administrações anexas vieram, assim, a traduzir-se num pesado encargo para a administração central da Universidade.

Quadro 1 – Estrutura das despesas da Universidade, 1777

Ordenados dos professores e funcionários.....	61%
Despesas de ensino e de investigação.....	16%
Ordenados da Junta da Fazenda.....	4%
Expediente.....	4%
Ordenados dos magistrados e oficiais da justiça.....	2%
Ministros e serviços da capela.....	2%
Obras nos edifícios universitários.....	3%
Igrejas do padroado.....	3%
Realização de tombos.....	3%
Pensões.....	2%

Fonte: Francisco de Lemos, *Relação geral do Estado da Universidade (1777)*.

Como decorre da observação do quadro anterior, a maior fatia das despesas – 61% – era destinada ao pagamento do ordenado dos professores das diversas faculdades, em exercício e jubilados, do reitor e dos funcionários (secretário, bibliotecário, contínuos, relojoeiro), situação coerente com as funções da instituição e com o espírito que presidiu à doação de 4 de julho de 1774. A segunda – 16% – destinava-se a despesas de ensino e investigação – apetrechamento das bibliotecas e gabinetes, salários de demonstradores e outros auxiliares de investigação – e ao estabelecimento da Congregação Geral das Ciências. O quantitativo orçamentado revelava-se, no entanto, muito aquém das necessidades. A título de exemplo referimos que, em 1777, se manteve o quantitativo de 100.000 réis para a biblioteca estabelecido por D. João V. Este valor foi sextuplicado em 1780, mas, apesar deste aumento, ainda se considerava uma quantia “vergonhosa” dada a falta que havia dos “principais jogos de livros magistrais”.

A parte restante do orçamento – 23% – distribuía-se por várias rubricas, das quais destacamos as que cabiam à folha económica (ordenados dos membros da Junta da Fazenda) – 4%; à folha civil, (ordenados do conservador, ouvidor, escrivão das execuções, solicitador da Fazenda, meirinhos, carcereiros e homens da vara do meirinho) – 2%; ao expediente – 4%; aos ministros e serviços da capela – 2%; à conclusão das obras nos edifícios universitários – 3%.

Por sua vez as pensões absorviam 2%. Estas eram devidas aos mosteiros de Santa Cruz e do Lorrão, ao Marquês de Marialva e ao Colégio de S. Paulo, ou assumiam a forma de esmolas, pagas nos dias de Sexta-feira Santa e de S. Nicolau. Uma parte das pensões era constituída por encargos decorrentes da integração na Universidade de rendas pertencentes ao priorado do mosteiro de Santa Cruz, sendo a maior fatia composta pelo subsídio ao Colégio de S. Paulo.

Para reparar, reedificar e paramentar as 107 igrejas do padroado foram destinados 2.000.000 réis, 3% do orçamento. Esta percentagem era demasiado magra atendendo ao estado das igrejas, classificado como “lamentavel”, por estarem algumas a cair, outras arruinadas, necessitando também de paramentos, para que se assegurasse convenientemente o culto.

Outra das grandes obrigações da Universidade era conservar as rendas, tanto as antigas como as doadas em 4 de julho de 1774. Em 1777, considerava-se que trinta unidades de renda necessitavam de ser tombadas. Por este motivo, foram destinados 2.000.000 réis – 3% das despesas – para a elaboração de tombos, quantitativo igualmente demasiado exíguo para um património tão vasto e disperso pelo país.

Na mesma altura, a Universidade afirmava a necessidade de ter “procuradores e administradores subalternos” nos locais onde possuía rendas (para cobrar foros, rendas e laudémios, e efetuar vistorias de seus prazos), bem como junto dos tribunais centrais, Porto e sobretudo Lisboa, a fim de acompanhar as demandas. E reconhecia que “por não se terem constituído os ditos Procuradores com Ordenados à proporção do seu trabalho tem padecido o expediente daquellas dependencias”⁵¹. Apesar disso, em 1777, não se afetou nenhuma verba a esta rubrica.

A Universidade de Coimbra era uma instituição de ensino que tinha como fonte de financiamento os rendimentos provenientes de um senhorio e de um padroado. Ora, a análise da distribuição das despesas leva-nos a concluir que a fatia mais substancial do orçamento universitário era canalizada, e absorvida, pela instituição de ensino, cabendo uma parte ínfima à gestão do senhorio. Na verdade, a Universidade dedicava uma parte muito pequena dos seus rendimentos às estruturas das quais dependia uma eficaz cobrança das suas receitas, opção que teve consequências profundamente negativas na docência e na investigação.

Importa referir, igualmente, o facto de os bens dos Jesuítas não trazerem apenas receitas para a Universidade. Alguns carregavam pesados encargos. A partir de 17 de julho de 1778, data da publicação do decreto que revogou a lei de 1769, que extinguiu encargos pios, a Junta da Fazenda debateu-se com

⁵¹ AUC, UC, Caixa *Reforma da Fazenda*.

o problema de “uma grande parte” dos bens doados, em 1774, se encontrarem “gravados com encargos de Missas, officios, esmolos e legados”. Perante esta circunstância, a Junta da Fazenda pediu informação a Sua Majestade sobre o modo de agir, sugerindo a impetração de bulas de “remissão, ou dispensa ou comutação” dos referidos encargos. Os deputados alegavam que as despesas da Universidade se tinham “proporcionado” às rendas livres dos encargos, tornando-se muito “oneroso” satisfazê-las⁵².

O alargamento do padroado acarretou, ainda, um aumento significativo de despesas com côngruas, paramentos e outros objetos litúrgicos, obras de manutenção de igrejas e casas de residência dos párocos⁵³. Em 1777, D. Francisco de Lemos considerava que as 107 igrejas do padroado estavam “no mais lamentavel estado”, algumas “cahindo, outras arruinadas e quazi todas sem os paramentos necessarios para o culto divino”. Para obviar a este problema, consignava-se a quantia de 2 mil réis anuais para reparações das referidas igrejas.

Na sequência da visita geral às igrejas do Padroado, efetuada em 1780 pelo deputado Manuel Barreto Perdigão de Villas Boas, acompanhado do mestre de obras Manuel Alves Macamboa, apuraram-se as obras que era necessário fazer nas igrejas e casas dos párocos. Identificaram-se ainda outros problemas que afetavam a vida das paróquias, como era a necessidade de aumentar as côngruas. A Junta da Fazenda, em reunião realizada em 29 de novembro de 1781, pedia autorização para as elevar até à quantia de quarenta mil réis alegando que as existentes, dada a desvalorização da moeda, não chegavam para a decente sustentação dos párocos, situação que dava azo a que as igrejas não fossem pretendidas, vendo-se obrigados os prelados diocesanos a “constranger” sacerdotes para servirem em algumas delas. Os deputados fundamentavam o aumento das côngruas alegando que estas eram “de direito Divino, não podendo pertencer aos Padroeiros mais que o remanescente dos dízimos depois de satisfeitos os encargos da Igreja e seu Pastor com decencia”⁵⁴. As côngruas seriam efetivamente aumentadas em 1782.

De notar ainda que a apresentação, por parte da Universidade, dos párocos das igrejas do “Novo Padroado” não foi pacífica em todos os bispados. Vários prelados manifestaram “duvidas”, situação que tentou ser resolvida pela Rainha D. Maria I, em 26 de setembro de 1787, através de circulares enviadas aos bispos dando-lhes conta da “Real Doação”, bem como da “amplissima Confirmação Pontificia”⁵⁵.

⁵² AUC, UC, *Livro de Acordãos*, fl. 109.

⁵³ Ana Maria Bandeira Leitão, “A História do património da Universidade através das fontes primárias do seu Arquivo” in *Universidade(s): História, Memória, Perspetivas, Actas do Congresso História da Universidade*, vol. III, Coimbra, 1991, p. 11-38.

⁵⁴ AUC, UC, *Livro de Acordãos*, fls. 146-147.

⁵⁵ AUC, UC, *Livro de Acordãos*, fl.108v.

A Universidade contava com a colaboração dos bispos para satisfazer os seus compromissos relativos ao padroado. Em contratos de composição, celebrados nos anos de 1605 e 1606 com os bispos de Lamego, Porto e Coimbra, estes haviam assumido o encargo de prover às fábricas ordinárias das Igrejas do padroado mediante consignações pecuniárias. Estes acordos foram realizados devido à dificuldade que a Universidade tinha em prover as fábricas das igrejas, devido a estarem distantes de Coimbra e ser impossível ter procuradores assalariados para todas elas. Em 1792, as consignações pecuniárias consideravam-se desatualizadas. Para evitar desvalorizações, a Junta propôs a renovação dos contratos, fixando-se, agora, um montante em géneros que seria pago em dinheiro aos preços correntes. Em 5 de maio deste ano, o ministro José Seabra da Silva aprovou o aumento, aguardando-se apenas as confirmações pontifícias⁵⁶.

Por vezes, os bispos excediam-se no cumprimento das suas funções. Em 1790, a Junta da Fazenda, atendendo ao facto de ser “costume antigo” mandar reedificar, reparar e paramentar somente a Capela Mor, a Sacristia e metade do Arco cruzeiro das igrejas do seu Património, protestava pelo facto de o bispo de Lamego ter mandado reparar também o corpo da Igreja de S. Lourenço de Sebadelhe, anexa de Freixo de Numão, mandando pôr sequestro nas rendas, sem ouvir a Universidade⁵⁷.

Ressalte-se ainda que uma eficaz cobrança de dízimos, bem como de outras prestações devidas à Universidade, passava, igualmente, pela colaboração dos párocos, como demonstram os casos a seguir apresentados. Nos finais do século XVIII, os moradores de Poiares recusaram-se a pagar o oitavo das produções devido à Universidade. Neste contexto, em 1793, sete lavradores, em representação dirigida à Junta da Fazenda, atribuíam aos párocos confessores, em especial aos que classificavam como “meios letrados”, uma quota de responsabilidade pela rebeldia dos povos. Nestas circunstâncias, consideravam que competia à Universidade convencer os párocos da legitimidade do seu direito à cobrança do oitavo, de modo a que estes persuadissem os povos nos “confessionarios, pulpitos e cadeiras paroquiais” a desistirem da recusa ao pagamento do tributo. Lembravam ainda que, dadas as circunstâncias, seria muito oportuna uma maior contribuição financeira da Universidade nas obras que se realizavam na Igreja Matriz de Poiares⁵⁸.

⁵⁶ AUC, UC *Livro de Acordãos*, fls. 146v-147v.

⁵⁷ AUC, UC, *Livro de Acordãos*, fls. 142v-143.

⁵⁸ Margarida Sobral Neto, “Contestação senhorial em Poiares nos finais do século XVIII: o papel do clero”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 1 (2001), p. 327-350.

A Junta da Fazenda deparou-se com outros problemas provocados por párocos do seu padroado, em especial por aqueles que eram letrados. Em finais do século XVIII, o pároco da Igreja de S. Mamede de Vila Chã da Maia reivindicou para si a cobrança integral dos dízimos denominados “novais” (aqueles que recaíam sobre a produção de terras recentemente arroteadas). A Universidade considerou improcedente esta pretensão e exigiu a cobrança dos dízimos sobre a produção de todas as terras⁵⁹. Depois de ser apresentada uma fundamentada argumentação jurídica, que se demonstrou não convincente para as partes em conflito, a Junta da Fazenda viria a solucionar o problema através da nomeação do pároco contestatário, o Doutor João Correia Botelho, como seu procurador no bispado do Porto. Com efeito, este teólogo tinha revelado capacidades e saber para defender os interesses da Universidade num tempo de contestação de direitos senhoriais. Os factos atrás apontados são indicativos da dependência do senhorio universitário relativamente à estrutura eclesiástica do país, tanto em matéria de satisfação dos encargos das rendas, como da sua cobrança.

3.2. As dificuldades na cobrança de rendas

A Universidade usufruía, desde a Idade Média, de vastos privilégios em matéria de execução de devedores. Mas, desde cedo, verificou a existência de uma distância considerável entre as suas prerrogativas e as possibilidades da sua aplicação. Em julho de 1784, a Junta da Fazenda representava a sua Majestade que, necessitando para acorrer às suas despesas de cobrar

as avultadas dividas que páram nas mãos de seus devedores, o não consegue por aquelles meios de que pode usar segundo o seu regimento, não obstante tê-los empregado com diligencia e cuidado, por que varios Ministros a quem pela Executoria da Universidade se encarregão as cobranças não cuidão dellas tão efficasmente que se alcance o fim que se pretende⁶⁰.

A Universidade acusava os tribunais de não serem rigorosos na avaliação das residências de juizes de fora e corregedores, no concernente à forma como cumpriam as suas obrigações em matéria de execução das rendas da Universidade. Em 11 de novembro de 1786, os Deputados protestavam pelo facto de se ter passado residência ao Juiz de Fora de Viseu, e feito a mercê de lhe atribuir o lugar de Juiz de Fora de Lamego, sem a Junta da Fazenda ter sido

⁵⁹ AUC, UC, *Junta da Fazenda: Avisos, Informações, Provisões e Despachos*, fl. 1-9.

⁶⁰ AUC, UC, *Livro de Acordãos*, fl. 122.

consultada sobre o desempenho daquele oficial régio que não tinha cumprido os seus deveres em matéria de execuções. Esta circunstância levou a Universidade a decidir enviar o ouvidor, no impedimento do conservador, para fazer as execuções naquelas zonas onde os funcionários régios eram negligentes. Ao mesmo tempo, tomou algumas medidas tendentes a tornar mais eficaz o sistema das execuções. Assim, ordenou ao juiz executor que tivesse sempre em dia um livro com o inventário, para além de outro que devia existir em poder do ouvidor como fiscal, de todas as execuções que estivessem a correr, bem como das dívidas a executar, de modo a conhecer-se o estado de cada uma delas, instrumento que seria utilizado também para obrigar os oficiais da Executória a cumprir as suas obrigações. Para melhor poder controlar o processo das execuções, ordenou-se ainda ao juiz executor e ao fiscal que viessem pessoalmente à Junta da Fazenda, na primeira sessão de cada mês, prestar informações⁶¹.

Apesar das diligências dos deputados da Junta da Fazenda, no sentido de tornar mais eficaz o processo de execuções, e dos privilégios de execução de que usufruíam, a sua ação era muitas vezes comprometida pela impossibilidade de dispor dos instrumentos que permitissem uma execução em tempo útil, bem como pela inexistência de bens de muitos devedores na altura da execução, como era o caso dos rendeiros falidos, facto que explica a elevada dívida ativa que a Universidade foi acumulando.

Como elementos de ligação entre a casa senhorial sediada em Coimbra e as várias unidades de renda, a Universidade dispunha de procuradores, mordomos, cobradores de foros e contratadores de rendas. A Universidade, podia ainda servir-se da rede de oficiais periféricos da Coroa – juizes de fora, corregedores e provedores – assim como da rede eclesiástica – bispos e párocos. A administração e cobrança dos foros pertencentes ao Colégio de Santarém e dos rendimentos das herdades e foros de Évora estava entregue aos respetivos corregedores. Por sua vez, o ouvidor de Faro e o juiz de Fora de Vila Nova de Portimão administravam o rendimento dos dízimos, terras e foros do Algarve⁶².

Os contratos de arrematação de rendas da Universidade faziam-se muitas vezes na presença dos corregedores ou dos provedores. Era igualmente a estes oficiais a quem competia fazer a execução das dívidas, bem como supervisionar as obras nas igrejas do padroado.

A principal estrutura que sustentava as finanças da Universidade era, no entanto, constituída pelos cobradores de foros e pelos contratadores de rendas.

⁶¹ AUC, UC, *Livro de Acordãos*, fls. 24v-25.

⁶² AUC, UC, *Livro de Acordãos*, fls. 193-194.

Os recetores de foros efetuavam cobrança direta, constituindo-se como representantes da Universidade nas terras que integravam o seu senhorio. De notar, entretanto, que a maior parte dos foros que cobrava o senhorio universitário, como acontecia com outros, tinha uma função eminentemente simbólica, constituindo o ato de pagar e cobrar uma manifestação de reconhecimento do domínio senhorial. O rendimento dos foros dos prazos do património antigo “em todo o Reyno” perfez, em 1777, o valor de 1.200.000 réis, quantitativo muito diminuto se tivermos em conta, por exemplo, que só a renda da igreja de S. Salvador de Matosinhos estava arrematada por 2.308.500 réis anuais.

Já a cobrança das rações, laudémios e dízimos era feita de acordo com outra modalidade. Não dispondo de uma estrutura que permitisse a cobrança direta das rendas dispersas por todo o país, a Universidade utilizava o sistema de cobrança típico do Antigo Regime: o recurso a contratadores de rendas. Estes agentes económicos assumiam o compromisso de fazer uma cobrança eficaz e entregar no cofre da Universidade as rendas. A sua função não se esgotava, porém, no exercício das cobranças: desempenhavam igualmente funções de procuradores. Com efeito, a eles era atribuída a função de pagar alguns dos encargos das rendas, como cômguas aos párocos ou outras despesas com as igrejas, ou fornecer informação sobre os direitos a pagar numa determinada localidade.

Nos contratos de arrendamento de rendas, os rendeiros eram obrigados a apresentar fiadores “seguros e abonados” e a submeter-se a um conjunto de cláusulas que permitiam a execução, no caso de não serem satisfeitos os montantes acordados nos tempos estabelecidos. Da leitura destes documentos decorre que as instituições titulares de rendas transferiam todos os riscos para os rendeiros, reservando para si os lucros. Os destinos das instituições titulares de rendas e dos contratadores eram, no entanto, coincidentes. Os tempos bons para os rendeiros eram, em regra, também bons para os proprietários de rendas, o mesmo acontecendo com os maus.

3.3. A política de gestão da Junta da Fazenda

Apresentaremos, em seguida, alguns traços da política de gestão desenvolvida pela Junta da Fazenda, órgão em que foi centralizada a administração do património a partir de 1772. Cabia à Junta da Fazenda gerir o património antigo da Universidade e o novo, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pela Mesa da Fazenda e por outros órgãos universitários.

Da leitura dos acórdãos da Fazenda, bem como de outros documentos produzidos pela Junta, caso dos despachos, decorre que uma das principais preocupações foi a de tentar impedir a alienação de bens e rendas. De acordo com esta política, a Junta promoveu a elaboração de alguns tombos, de modo a obter uma informação atualizada do património, bem como a fornecer aos rendeiros instrumentos para efetuarem as cobranças e à Executória títulos para executar os devedores. Em 1784, considerava-se que as rendas da universidade, atendendo ao facto de serem constituídas por dízimos, rações e laudémios, necessitavam de ser tombadas de 40 em 40 anos ou de 50 em 50 anos. O número de tombos a realizar excedia o número de 80. Mas devido aos elevados custos financeiros da realização destes cadastros, colocava-se a hipótese de se realizarem dois por ano. No momento, considerava-se absolutamente necessário proceder à feitura de 30 tombos do património antigo e sobretudo do novo “em que tem sido frequentes, à sombra das vendas mandadas fazer pelo Juízo da Inconfidencia como Administrador antecedente, as sobnegaçoens de foros e mais direitos e ainda de muitas propriedades”⁶³. Em matéria de elaboração de tombos as pretensões dos deputados da Junta ficaram, porém, sempre muito aquém do necessário devido a constrangimentos de ordem financeira.

A Junta da Fazenda também não inovou em matéria de formas de exploração das terras. O contrato enfiteutico era o dispositivo jurídico que definia, maioritariamente, as relações entre o senhorio universitário e os detentores do domínio útil do seu património. Esta modalidade continuou a ser considerada a mais adequada à exploração das terras situadas fora de Coimbra, como decorre do caso a seguir apontado.

Em 1782, o colégio da Sapiência dos Cónegos Regulares de Santo Agostinho pediu à Universidade o aforamento de uma parte da cerca que pertencera ao colégio dos Jesuítas, situada na cidade. A Junta da Fazenda não satisfez o pedido alegando que preferia administrar diretamente esse espaço. Neste contexto, distinguiu “os bens que se encontram fora da vista daquelles a quem pertencem”, prédios para os quais adotava a exploração indireta, através de contratos de aforamento, dos “bens que se encontram a vista daquelles a quem pertencem”, bens que preferia explorar diretamente.

Por sua vez, em 1786, a Universidade solicitava à Coroa licença para poder aforar propriedades cujo valor não excedesse 60 mil réis (até aí só estava autorizada a aforar bens cujo valor não excedesse 40) e a faculdade de o poder fazer, diretamente, a foreiros idóneos. Argumentava que não era rentável a exploração direta das terras, dado que os custos de amanhos e salários absorviam

⁶³ *Relação das rendas da Universidade (antigas e modernas)*, 1773-1784, f.34(v).

todo o seu rendimento. Afirmava, também, não lhe interessar a celebração de contratos de arrendamento – modalidade contratual de curta duração e que se materializava numa relação precária com o agricultor – dado que as terras arrendadas eram “em poucos annos destruidas”, devido ao facto de os rendeiros procurarem mais “o seu proprio interesse que o melhoramento” dos campos.

A Junta da Fazenda considerava igualmente prejudicial os aforamentos em hasta pública, situação propícia a que muitos licitantes, “ambiciosos de adquirir o dominio util das propriedades”, promettessem, “no calor da hasta publica”, foros muito elevados, que depois não satisfaziam, vendo-se obrigada a Universidade a executá-los e a recuperar os terrenos, por norma “deteriorados”, e com um valor muito diminuto em relação ao primitivo⁶⁴.

A Universidade considerava, de facto, mais rentável, e seguro, o aforamento de terras que se traduzia num pagamento anual de um foro – de reconhecimento de senhorio –, de rações – uma parte proporcional à colheita – e de laudémio, pago em situações de troca ou venda do domínio útil.

A exigência de pagamento de laudémio para além da sua componente económica também se constituía como uma oportunidade de controle dos detentores do domínio útil. Devido a estas circunstâncias, a Junta da Fazenda manifestou uma particular preocupação na cobrança dos laudémios, que se evidenciou de diversas formas: uma delas foi a realização de contratos de arrematação dedicados apenas à cobrança desta prestação que incidia na mobilidade do domínio útil. Para além disso, no sentido de criar um instrumento que melhor permitisse o controlo das vendas do domínio útil das terras, a partir de 1774 os foreiros da Universidade eram obrigados a fazer as escrituras de venda no notário desta instituição ou, nas terras distantes de Coimbra, a apresentar, perante o tabelião, um documento comprovativo do pagamento do laudémio, documento que era transcrito na escritura de venda.

A instituição de vínculos em bens enfitêuticos era outra situação que dificultava a mobilidade do domínio útil, acarretando, em consequência, uma diminuição dos laudémios. Por este motivo, a Universidade, tal como acontecia com outros senhorios, contrariava a instituição de vínculos nas suas terras. Foi o que aconteceu em 1800, quando recuperou o domínio pleno (consolidando o domínio direto com o útil) de uma quinta situada em Poiares, propriedade em que tinha sido instituído, à sua revelia, um vínculo de capela, em 1719⁶⁵.

⁶⁴ AUC, UC, *Livro de Acordãos*, fl. 122-123.

⁶⁵ AUC, UC, *Sentença cível de libello passada a favor e requerimento do Doutor Procurador Fiscal Regio da Fazenda da Universidade...contra o reo Antonio Vicente Xavier de Queiros* (Executória. Conservatória; Autos de contas correntes, sentenças cíveis, autos de execução de sentenças. Justiça; 30 de setembro de 1800).

Finalmente, importa referir que a Justiça Universitária moveu inúmeras demandas e processos de execução no sentido de preservar ou recuperar os seus direitos bem como os de outras casas senhoriais das quais o conservador da Universidade era juiz privativo, fenómeno atestado pela vasta documentação produzida no âmbito da conservatória⁶⁶.

Conclusão

A Universidade de Coimbra foi, na época moderna, uma instituição com múltiplas faces. Criada num contexto cultural que levava muitos estudantes a frequentarem as universidades europeias, a sua principal função foi a construção e a divulgação do conhecimento nas áreas da teologia e do direito. A sua criação e o seu percurso na época medieval resultaram de uma convergência de interesses entre membros do clero, monarcas e papas. Esta conjugação de vontades traduziu-se na concessão de privilégios à corporação universitária bem como aqueles que com ela interagiam. Já o apoio financeiro se revelou escasso e insustentável para o funcionamento da Academia que peregrinou, na Idade Média, entre Lisboa e Coimbra, afastando-se em termos de conteúdos de docência das Universidades humanistas europeias.

O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra reunia as condições culturais e financeiras para acolher a Universidade. Não foi esta a solução que D. João III adotou. No contexto da reforma da congregação dos “indisciplinados” cónegos regrantes, o monarca cria as condições para dotar a Universidade de recursos materiais, jurisdicionais e privilégios que estavam afetos ao Priorado de Santa Cruz. Com esta decisão dota a Academia Coimbrã de um senhorio territorial e jurisdicional. No sentido de reforçar o poder económico da Universidade reformada, D. João III reforça a dotação de rendimentos de igrejas do padroado régio com o consequente reforço financeiro de dízimos. A instituição de cariz civil sustenta-se de rendimentos e de tributos eclesiásticos. A Universidade não se alimenta, no entanto, com recursos do império. Só interage com ele através dos estudantes, sobretudo brasileiros, que se vinham formar à Universidade de Coimbra e que constituíam os quadros da administração portuguesa no império.

Ao longo do século XVII e na primeira metade do XVIII a Universidade prossegue a sua missão sem sobressaltos. Em termos de conteúdos e de métodos de docência afasta-se, no entanto, das Universidades consideradas iluministas.

⁶⁶ Sobre juízes privativos ver Nuno Gonçalo Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes...*, cit., p. 483-486.

Sentia-se a necessidade de introduzir mudanças ou utilizando o conceito do tempo de uma “Nova Fundação”. A ideia ganha força com a doação dos bens dos jesuítas à Universidade, que assim reforça o seu senhorio e padroado com prédios rústicos e urbanos que se esperava que se traduzissem num reforço dos rendimentos constituídos por foros, rações e dízimos.

O voluntarismo de Pombal irá, entretanto, deparar-se com uma dificuldade insuperável decorrente da impossibilidade de reunir os documentos comprovativos da totalidade dos rendimentos pertencentes aos jesuítas. Necessitava-se de um *Livro da Fazenda e Rendas da Universidade* dos jesuítas, similar ao elaborado no século XVI por Simão de Figueiró para os bens do Priorado de Santa Cruz.

A partir de meados do século XVIII a Universidade viveu um tempo de dificuldades decorrentes da conjuntura geral do país, em que se destacam as Invasões Francesas e os movimentos que vão conduzir à Revolução Liberal. Apesar de ainda ter tentado recuperar rendimentos não cobrados, em particular os pertencentes aos Jesuítas, não foi possível recuperar o irrecuperável. Os privilégios que a Universidade possuía em matéria de execução de dívidas bem como os instrumentos jurídicos disponíveis na sua conservatória, aplicados pelos juízes privativos, revelaram-se ineficazes. Neste contexto os decretos que eliminaram os forais e os dízimos, em 1832, não deixaram outra opção senão o financiamento da Universidade passar a ser realizado pelo Estado, o que ocorreu em 1835.

A Universidade, instituição vocacionada para o ensino e investigação, possuía, no entanto, uma organização administrativa e judicial que se revelou incapaz de controlar o seu património e cobrar, com eficácia, os seus rendimentos. Apesar da necessidade sentida, e várias vezes expressa pela Mesa e pela Junta da Fazenda, de se dotar de instrumentos atualizados que lhe permitissem o conhecimento das fontes dos seus rendimentos, o que implicava a realização de tombos, nunca teve disponibilidade financeira para mandar realizar todos os necessários. As receitas mostraram-se quase sempre escassas para satisfazer as despesas sempre prioritárias: pagar ordenados a professores e funcionários, realizar algumas despesas com investigação, bem como custear as infindáveis obras de construção e reparação dos edifícios universitários e das igrejas do padroado.

Por sua vez, a Coroa esgotou a sua generosidade nas doações feitas em 1774 e não poupou a instituição donatária a tributos, donativos e contribuições extraordinárias. Em contrapartida, o Erário Régio, o Conselho Ultramarino e a Impressão régia nunca pagaram as suas dívidas à Universidade.

Dado o escasso investimento em instrumentos que permitissem uma boa gestão do vasto património – o antigo e o novo –, este tornou-se cada vez mais

distante e desconhecido. Uma comissão, criada em 1824 e encarregada de avaliar a situação do cartório, identificou uma grande desorganização e a ausência de títulos comprovativos de bens e direitos⁶⁷.

Na total impossibilidade de fazer cobrança direta das rendas, a Universidade manteve a cobrança da sua principal fonte de receita nas mãos de contratadores e foi proporcionando os gastos às entregas irregulares destes intermediários, gerindo um equilíbrio difícil entre as receitas e as despesas. A partir de 1806, as sucessivas falências dos rendeiros, provocadas por perdas decorrentes de uma diminuição de produção, baixa de preços e recusa de pagamento de direitos senhoriais, deram o golpe fatal nas receitas da Universidade. E os rendeiros eram pilares insubstituíveis. Os destinos dos contratadores de rendas e de instituições recetoras de foros, rações, laudémios e dízimos eram efetivamente solidários. Ambos foram profundamente atingidos pela legislação liberal – em particular pela extinção dos dízimos e dos tributos consagrados em forais – que pretendeu libertar os povos e a agricultura dos tributos que os asfixiavam.

⁶⁷ Ana Maria Bandeira Leitão, “A História do património da Universidade...”, cit., p. 11-38.

O papel edificante dos sínodos portugueses e castelhanos (séculos XIV e XV)¹

The Edifying Role of Portuguese and Castilian Synods (14th and 15th centuries)

Leandro Alves Teodoro

Universidade Estadual Paulista, Departamento de História, UNESP – Câmpus de Assis

alves.teodoro@unesp.br

<https://orcid.org/0000-0002-5580-8838>

Texto recebido em / Text submitted on: 15/11/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 02/07/2024

Abstract

In the mid-14th century, the bishops of Portugal and Castile took on with greater fervor the duty of guiding the souls of faithful Christians so that they could instruct themselves and purge their sins. Focusing on synodal constitutions –the set of rules and advice read by the prelates at synods– this text aims to analyze to what extent the preachings of these ecclesiastical authorities of Portugal and Castile employed similar proposals to guide men and women in these Catholic realms in knowing how to profess the Christian religion. In other words, this study seeks to emphasize the similarities between the moralizing proposals of prelates from various regions of these kingdoms, which were carried out between the mid-14th and the late 15th centuries, a period of consolidation in Iberian lands of the ecclesiastical reform initiated in the times of the Fourth Lateran Council (1215).

Keywords: Synods; Portugal; Castile; edification; 14th and 15th centuries.

Resumo

Em meados do século XIV, os bispos de Portugal e Castela assumiram com maior veemência a obrigação de dirigir as almas dos fiéis cristãos para que pudessem se instruir e purgar os seus pecados. Com ênfase nas constituições sinodais – o conjunto de regras e conselhos lidos pelos prelados nos sínodos – este texto tem como objetivo analisar em que medida as prédicas dessas autoridades eclesiásticas de Portugal e de Castela lançaram mão de propostas semelhantes para orientar homens e mulheres desses reinos católicos a saberem como professar a religião cristã. Em outras palavras, o presente trabalho busca enfatizar as semelhanças entre as propostas moralizantes de prelados de diversas regiões desses reinos as quais foram levadas a cabo entre meados do século XIV e o final do XV, período de fixação em plagas ibéricas da reforma eclesiástica iniciada nos tempos do IV Concílio de Latrão (1215).

Palavras-chave: Sínodos; Portugal; Castela; edificação; Séculos IV e XV.

¹ Financiamento: Auxílio Jovem Pesquisador / Processo FAPESP 17/11111-9.

No sínodo de 1410, o bispo de Salamanca, D. Gonzalo de Alba (1408-1412), ressaltou que os “santos padres” ordenaram a celebração de sínodos todos os anos para a correção dos males por meio da prescrição de “boas ordenanças e estatutos”¹. Ressoando uma das prédicas do IV Concílio de Latrão (1215); nesse caso, a da obrigatoriedade de todo bispo reunir os clérigos e religiosos da prelazia por meio de sínodos², o referido prelado destacou o papel das constituições sentenciadas por ele para a correção e o aperfeiçoamento das práticas cotidianas de seus súditos³. Melhor dizendo, ele dissertou sobre a importância das constituições sinodais tanto para o estabelecimento de penas aos infratores e rebeldes quanto para a fixação de admoestações e conselhos direcionados à formação de seus subordinados. Tal aspecto destes documentos foi também abordado pelo arcebispo de Toledo, D. Alfonso Carrillo de Acuña (1446-1482), ao afirmar que os bispos herdaram dos apóstolos a obrigação de “extirpar muitos vícios e erros”, bem como de ensinar aos eclesiásticos e aos leigos os bons e louváveis costumes a fim de que, através deles, o “apetite humano fosse coibido e refreado”⁴.

¹ Antonio García y García (ed.), *Synodicon hispanum, IV, Ciudad Rodrigo, Salamanca y Zamora*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1987, proemio, p. 50: “[...] los santos padres hordenaron por los derechos que todos los obispos çelebrasen synodos cada anno en los obispados con los cabildos de sus yglesias catredales, e fuesen llamados a ello los clerigos e religiosos de sus obispados, por que lo que non es corregido por ellos en espeçial, sea corregido en general, e sabidos los males e exçesos de los subditos, sean corregidos por buenas hordenanças e estatutos [...]”.

² A palavra sínodo deriva do vocábulo latino *synodus*, que significa “assembleia”. A partir do IV Concílio de Latrão (1215), tornou-se uma reunião obrigatória. L. Ferrer, “Sínodo” in Quintin Aldea Vaquero; Tomas Marin Martinez; José Vives Gatell (org.), *Diccionario de historia eclesiástica de España*, Madrid, Instituto Enrique Florez, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1975, v. 4, p. 2487-2494. Nos mundos ibéricos, a legislação sinodal ganhou mais respaldo para servir como fonte para a doutrina cristã sobretudo a partir do século XIV, assim aponta José Sánchez Herrero, “Los sínodos y la catequesis” in *Los Sínodos diocesanos del pueblo de Dios: Actas del V Simposio de Teología Histórica (24-26 octubre 1988)*, Valencia, 1988, p. 159-196.

³ Conforme Ladero Quesada, o bispo era aquele que “poseia la plenitud de las funciones sacerdotales en su diócesis”. Miguel Angel Ladero Quesada, *España a finales de la Edad Media: 2. Sociedad*, Madrid, Dykinson, 2019, p. 69.

⁴ “Sínodo de Alfonso Carrillo de Acuña, Alcalá de Henares, 10 junio 1480” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon Hispanum, X: Cuenca y Toledo*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2011, prologo, p. 632: “E acatando que agora por la gracia de nuestro Señor hay paz e tranquilidad en estos regnos, e catada disposicion para hacer el dicho sínodo, mandamos convocar los cabildos e arciprestes e clerigos del dicho nuestro arçobispado, en el qual, de consentimiento del dean e cabildo de nuestra santa iglesia e aprobante la santa sínodo, hezimos ciertas constituciones sinodales para extirpar muchos vicios e errores, e instituir los ecclesiasticos e legos de buenas e loables costumbres, para que por ellas el apetito humano fuese cohibido e refrenado [...]”.

São as prédicas dos bispos castelhanos e portugueses e de prelados diocesanos encarregados de promover a doutrina cristã, em suas prelazias, que interessa examinar neste estudo. Nessa época em que os bispos já tinham feito dos sínodos uma presença constante em terras de Portugal e Castela, importa averiguar em que medida a palavra de tais autoridades eclesiásticas serviu para ensinar diversas matérias concernentes à fé e aos costumes cristãos. Ao se considerar que a lição de bispos e arcebispos era um dos principais veículos de formação de clérigos e leigos, as constituições sinodais tornaram-se, como veremos, peças-chave para a promoção da pastoral cristã nas cidades e nos campos, desde os arredores das catedrais até os extremos de cada bispado e arcebispado dessas terras. Vale ressaltar que as admoestações dos bispos que ecoavam especialmente pelas constituições sinodais eram um dos recursos mais importantes à disposição dos cleros português e castelhano para orientar os fiéis em assuntos relativos à doutrina cristã⁵. Ao procurar contar uma história acerca de uma unidade que se repete em diferentes obras escritas por prelados⁶ este estudo não negligencia, contudo, as especificidades da produção de cada diocese de Portugal e de Castela, mas visa enfatizar as semelhanças entre as propostas moralizantes de prelados presentes em regiões distintas destes reinos, que foram lançadas entre meados do século XIV e o final do XV, período em que diferentes constituições sinodais começavam a abrir um espaço maior para a promoção do ensino da fé e dos costumes cristãos⁷.

É importante destacar, de saída, que os monarcas desses reinos promoveram os bispos como os principais responsáveis pela pastoral e pelo ensino da palavra divina. Considerados representantes de Deus na Terra⁸, os monarcas procuraram

⁵ Isaías da Rosa Pereira, “A Vida do Clero e o Ensino da Doutrina Cristã através dos Sínodos Medievais Portugueses: A Vida do Clero através da Legislação Sinodal”, *Lusitania Sacra*, 10 (1978), p. 37-74.

⁶ O especialista Luis Resines destaca que o Concílio de Valladolid (1322) foi a base dos sínodos até meados do século XVI. Ver Luis Resines, *El catecismo del Concilio de Valladolid de 1322*, Valladolid, L. Resines, 2003, p. 13.

⁷ No que diz respeito ao ensino das paróquias, ver José Ángel García de Cortázar y Ruiz de Aguirre, *La Iglesia en el reino de Castilla en la Edad Media (años 711-1475)*, Madrid, Marcial Pons Ediciones de Historia, p. 246-271; Emilio Mitre, *Pecados y pecadores de la Edad Media: Ortodoxos frente a disidentes*, Madrid, Ediciones Cátedra, 2023, p. 130-144; Adeline Rucquoi, “L’enseignement de la foi et des pratiques dans l’Espagne du début des Temps Modernes” in *Homo religiosus, Mélanges en l’honneur du professeur Jean Delumeau*, Paris, Fayard, 1997, p. 190-195; José Sánchez Herrero, “Concilios Provinciales y Sínodos Toledanos de los siglos XIV y XV: La religiosidad cristiana del clero y pueblo”, *Scripta Theologica*, 9, 2 (1977), Universidad La Laguna, Estudios de Historia, p. 737-738.

⁸ Sobre a temática, consultar Adeline Rucquoi, “Reflexions sur le droit et la justice en Castille entre 1250 et 1350” in Nilda Guglielmi and Adeline Rucquoi (éd.), *Droit et justice: le pouvoir*

escolher os prelados diocesanos para administrar as prelazias e conduzir as almas dos fiéis nestas terras⁹. Em complemento à ação dos reis como legisladores e responsáveis pela manutenção da paz e da harmonia social, os bispos assumiram para si, como veremos, o direito de conduzir as almas dos fiéis ensinando e punindo de acordo com as recomendações prescritas tanto por obras jurídicas – especialmente as de D. Afonso X (1252-1284) e as das Cortes de Guadalajara, de 1390 – quanto por obras elaboradas pelas principais autoridades do pensamento cristão, tal como Santo Agostinho (354-430), São Tomás de Aquino (1225-1274) e outros teóricos das bases ético-morais da Igreja¹⁰. Uma das justificativas da época para que os bispos assumissem o governo das almas foi, inclusive, elaborada pelo rei D. Juan I (1379-1390), nas referidas Cortes. Afirma, pois, o monarca que “se os prelados não corrigissem com grande diligência os pecados de seus súditos, grandes danos nasceriam daí nas almas cristãs [...]”¹¹.

As trocas entre Portugal e Castela no âmbito da administração diocesana romperam as barreiras geográficas não apenas por seus bispos prescreverem regras bastante semelhantes, mas também dado o fato de tanto a sede metropolitana de Braga ter como sufragâneos os bispados espanhóis de Mondoñedo, Lugo, Astorga, Orense e Tuy; quanto a arquidiocese de Santiago de Compostela possuir como sufragâneos os bispados portugueses de Lamego, Idanha (Guarda), Lisboa e Évora. Também cabe lembrar que a diocese de Silves foi sufragânea de Sevilha. Esse quadro se manteve até 1393, quando se decidiu redistribuir o plano diocesano para que nenhuma arquidiocese de Portugal e de Castela tivesse dioceses sufragâneas no reino vizinho. É essa simbiose, entre outras características, que nos permite explorar os traços que uniam os reinos católicos da Península Ibérica.

dans l'Europe médiévale, CONICET-IMICIHU-CNRS, 2008, p. 135-164; José Manuel Nieto Soria and Iluminado Sanz Sancho, *La época Medieval: Iglesia y Cultura*, Madrid, Ediciones Istmo, 2002, p. 164.

⁹ Ana Arranz Guzmán, “Obispos y clérigos extranjeros en Castilla durante el papado de Aviñón: ¿tema de preocupación ciudadana o creación de opinión pública por la monarquía?” in Isabel Beceiro Pita (dir.), *La espiritualidad y la configuración de los reinos ibéricos (siglos XII-XV)*, Madrid, Dykinson, 2018, p. 162.

¹⁰ Para uma visão geral dessas referências teológicas, conferir Horacio Santiago-Otero, *Fe y cultura en la edad media*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1988.

¹¹ “Ordenamiento otorgado a la petición de los Prelados del Reino en las Córtes de Guadalajara de 1390” in *Cortes de los antiguos Reinos de León y de Castilla*, tomo 2, Madrid, Real Academia de la Historia, 1863, cap. 36, p. 456: “Si los perlados con grant diligencia non corregiesen los pecados de sus subditos, grand dannamiento nasceria dende alas almas christianas; onde fauor deuemos dar con justiciã por quelos perlados libre mente visiten sus subditos e corrian los eçesos que traen las almas a perdiçion; e por ende estableçemos que ningunos sean osados de estoruar nin enbargar la visitaçion e corregeçion e justiciã delos perlados e sus ofiçiales publica nin ascondida mente [...]”.

Os prelados não apenas das dioceses de Castela, mas também de Portugal ao formularem regras por meio de constituições sinodais estavam longe de criar medidas para concorrer com as leis prescritas e ordenadas pelos monarcas. Numa época em que a cúpula diocesana era imbuída da tarefa de ensinar os elementos basilares aos fiéis de diferentes origens sociais, essas autoridades religiosas ao iniciarem homens e mulheres nas doutrinas da Igreja estavam empenhadas em ajudar o poder real a divulgar a fé cristã. Assim, muitos bispos dos dois reinos não poupavam esforços para auxiliar os monarcas a zelar pelos costumes cristãos, especialmente a partir da escrita de prédicas em que delegaram para si a responsabilidade de dirigir as almas de todos os habitantes de suas prelazias. O poder dos bispos atribuído por concílios ecumênicos e pela obra *Siete Partidas*, de D. Afonso X era, portanto, o de governar as almas. Eles formaram um dos grupos que melhor conseguiu ajudar os reis a colocar regiões distantes umas das outras em contato com lições comuns, fornecendo aos portugueses e castelhanos condições para que aprendessem a examinar a própria consciência.

Os sínodos legaram um número bem maior de documentos e informações que as próprias visitas realizadas por algumas dessas autoridades ou por eclesiásticos imbuídos dessa missão. Embora as visitas às paróquias fossem um dever do prelado para corrigir os seus súditos e conhecer as limitações das paróquias, não se conservaram muitos relatos sobre essas missões e o pouco que se nos chegou se deve especialmente às próprias constituições de sínodos com menções a essa atividade administrativa¹². Nesse sentido, os sínodos tornaram-se um dos principais meios para os prelados diocesanos admoestarem os clérigos e os prepararem para o ofício litúrgico e a formação dos leigos¹³. São documentos que abordam desde costumes de eclesiásticos às lições a serem transmitidas aos homens e mulheres durante as pregações; efetivando, assim, o poder pastoral do clero secular.

¹² Ana Arranz Guzmán, “Las visitas pastorales a las parroquias de la Corona de Castilla durante la Baja Edad Media: Un primer inventario de obispos visitantes”, *En la España medieval*, 26 (2003), p. 295-339. Como destaca esta historiadora, (p. 301): “Las noticias sobre visitas, en general, se encuentran en los siguientes sínodos y constituciones: Avila (1384, 1481), Badajoz (1501), Burgos (1407, 1412, 1474, 1498, 1500, 1503), Coria (1462), Jaén (1492), León (1267, 1288, 1303, 1306, 1335, 1406), Maldonado (1379), Oviedo (1377, 1382), Palencia (1390, 1412, 1472, 1474, 1490, 1500), Plasencia (1499), Salamanca (1396, 1410, 1411, 1451, 1497), Santiago (1390, 1435), Segovia (1325, 1440), Tuy (1482)”.

¹³ Quanto às visitas em terras portuguesas, foram consultados estes trabalhos do importante historiador Isaias da Rosa Pereira, “Visitações de S. Miguel de Sintra e de Santo André de Mafra (1466-1523)”, *Lusitania Sacra*, 10 (1978), p. 135-257; e “Visitações da Igreja de S. Miguel de Torres Vedras (1462-1524)”, *Lusitania Sacra*, 2, 7 (1995), p. 181-252.

O aumento do número de constituições que apelam para a reforma dos costumes está ligado à consolidação da figura do bispo como gestor de almas em Portugal e Castela. Numa época em que a Igreja se reestruturava para se adaptar às exigências dos concílios reformadores de Latrão (especialmente as do III Concílio, datado de 1179; e as do IV Concílio, de 1215) – nos quais foi debatida, entre outros assuntos, a função pastoral dos sacerdotes – os bispos eram exortados constantemente a administrar os seus bens e a zelar pela reputação dos sacerdotes, de modo que tinham de ensiná-los a cuidar das próprias almas e da saúde espiritual dos fiéis cristãos. No que tange a essas funções, o bispo de Cuenca, D. Juan Cabeza de Vaca (1396-1407), fixa uma prédica que sintetiza o papel dos bispos (constituições de 1399): “Pelo ofício da dispensação de nosso Senhor Deus a nós encomendado, somos solícito[s] por cuidados contínuos aos proveitos de nossos súditos”¹⁴.

Nos séculos XIV e XV, já estava consolidado o pressuposto defendido pelo bispo D. Yves de Chartres (1090-1116) – defensor da delimitação do poder temporal e espiritual –, e por outros clérigos reformistas a respeito da definição de “dispensar” (do ato de administrar), que não se limita à gestão dos bens e das possessões da Igreja, mas também ao governo das almas¹⁵. Acerca do poder conferido aos prelados, as constituições de 1481, do bispo de Ávila, D. Alonso de Fonseca (1469-1485) – editadas, posteriormente, por D. Diego de Álava y Esquivel (1548-1558) – acentuam que a unidade do corpo místico da Igreja¹⁶, a sociedade cristã cuja cabeça invisível era Cristo, rompia-se a partir do momento em que os clérigos ousassem não seguir as orientações de sua outra cabeça, o bispo. Adita D. Alonso de Fonseca que dada “a clemência de Deus”, ele era a cabeça na medida em que sob sua responsabilidade estava “a dispensação e governo” de seus súditos do bispado de Ávila¹⁷. Embora o

¹⁴ “Sínodo de Juan Cabeza de Vaca, 7-8 abril 1399” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon hispanum, X: Cuenca y Toledo...*, cit., p. 40: “Por el oficio de la dispensación de nuestro Señor Dios a nos encomendado, somos solícito por cuydados continuos a los provechos de los nuestros subditos”.

¹⁵ Bruno Lemesle, *Le gouvernement des évêques. La charge pastorale au milieu du Moyen Âge*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2015, p. 116-117.

¹⁶ Ernst Kantorowicz, *Os dois corpos do rei. Um estudo sobre teologia política medieval*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 140.

¹⁷ “Sínodo de Alonso de Fonseca, 10-14 sept. 1481” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon hispanum, VI, Avila y Segovia*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1993, const. 8, p. 216: “Por quanto segun derecho, asi natural como divino e humano, sea cosa monstruosa e contraria a la natura y razon que los miembros se aparten de su cabeça, y es venido a nuestra noticia que algunos beneficiados y clerigos, asi de la ciudad de Avila como de las otras villas e lugares del dicho nuestro obispado, no acatan la conformidad y union que [deven] como miembros

prelado estivesse se referindo à função a ele delegada de advertir os clérigos que vendiam os bens da Igreja, suas constituições não deixam de delimitar, igualmente, o seu dever de zelar pelas almas, para que o corpo místico não fosse maculado pelo aumento do número de pessoas não batizadas. Tal era o cuidado exigido em relação à alma de seus fiéis, que ele diz: “a solicitude do pastor é muito útil e necessária para a saúde de suas ovelhas. Por isso [...], ordenamos e mandamos que os clérigos que têm benefícios curados [...] não sejam negligentes em batizar as criaturas” e em dar penitência “aos enfermos quando a pedirem [...]”¹⁸.

Os sínodos promovidos nas dioceses e arquidioceses portuguesas também partilham esse objetivo de tornar o bispo o principal responsável pela saúde das almas de seus súditos e, por consequência, pela correção dos pecados cometidos em sua prelazia. No sínodo celebrado no arcebispado de Lisboa de 1403, D. João Afonso Esteves de Azambuja repete a fórmula que ecoou por outros sínodos: “Nós, D. João, por mercê de Deus e da Santa Igreja de Roma, arcebispo da mui nobre e leal cidade de Lisboa, desejando de os nossos súditos serem ensinados e regidos” naquilo que pertencente e faz necessário para “a saúde de suas almas e bom regimento de todas as igrejas, mosteiros e albergarias da dita cidade e arcebispado [...]”¹⁹. Ao assumir o compromisso de orientar o clero lisboeta, o prelado orienta “a todos os clérigos, especialmente aos de ordens sacras e reitores e beneficiados” a aprender o que era necessário para o próprio aperfeiçoamento moral e para admoestarem outras pessoas, como a “gramática” e também “os artigos da fê, as sete obras da misericórdia”, os sete pecados e a penitência ideal para cada um deles²⁰.

del Cuerpo místico, cuya cabeza, por la clemencia de Dios, nos somos en la dispensacion y governmento a nos cometido y dado de la dicha nostra yglesia y obispado de Avila [...]”.

¹⁸ “Sínodo de Alonso de Fonseca, 10-14 sept. 1481” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon hispanum, VI: Avila y Segovia...*, cit., const. 5, p. 214: “La solitud del pastor es muy util y necessaria para la salud de sus ovejas. Por ende, de acuerdo de nuestro dean y cabildo, sancta synodo approbante, ordenamos y mandamos que los clerigos que tienen beneficios curados [...] no sean negligentes en baptizar las criaturas lo mas ayna que pudieren, y a los enfermos dar penitencia quando la pidieren [...]”.

¹⁹ “Sínodo de D. João Esteves de Azambuja, 13 de Janeiro de 1403” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon hispanum, II: Portugal*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1982, p. 318: “Nós dom Joham per mercee de Deus e da sancta egreja de Roma, arcebispo da mui nobre e leal cidade de Lixboa, desejando de os nossos sojectos seerem emsinados e regidos em aquellas cousas que pertecem e fazem mester à saude de suas almas e bõ regimento de todas as egrejas e moesteiros e albergarias da dita cidade e arcibispado, de conselho e consintimento do nosso dayam e cabidoo e da outra clerizia do dicto arcibispado”.

²⁰ “Sínodo de D. João Esteves de Azambuja, 13 de Janeiro de 1403” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon hispanum, II: Portugal...* cit., const. 2, p. 320: “Item, porquanto a todollos clerigos

O objetivo de tornar o sínodo uma assembleia para a formação dos clérigos repercutiu por outras plagas portuguesas, tendo se destacado nas constituições de prelados ligados às prelazias do norte de Portugal. Em 1496, o bispo do Porto, D. Diogo de Sousa (1496-1505), doutor em teologia em Paris, celebrou num sínodo sessenta constituições que foram editadas um ano depois pelo tipógrafo Rodrigo Álvares. Em um trecho da obra, considerada um dos mais completos conjuntos de constituições portuguesas do século XV, D. Diogo de Sousa apregoa que o principal benefício concedido por Deus aos sacerdotes e prelados era o de serem “pastores e regedores de seu povo”²¹.

Essa obrigação de zelar pelas almas fazia com que os bispos tivessem de assumir certas responsabilidades junto ao seu grupo. Em relação a isso, apregoa o arcebispo D. Luís Pires (1468-1480) – no início de sua prédica no sínodo de Braga, realizado no ano de 1477 – o seguinte depoimento: “[...] a principal carga das almas de todos do nosso arcebispado é posta sobre nossos ombros e delas temos de dar conta com entrega ao grande maioral, o qual as demandará da nossa mão quando vier julgar os vivos e os mortos”. Na sequência, ele diz que era constrangido tanto para corrigir e emendar os clérigos e leigos, quanto para prover “abades, priores, reitores e beneficiados das igrejas e mosteiros [...]”²². Esse arcebispo assumiu, portanto, a tarefa de conduzir os leigos, clérigos e religiosos de sua prelazia, ensinando-lhes lições pontuais acerca da maneira considerada correta, na época, de agir dentro e fora das igrejas.

e spicialmente aos dordões sacras e rectores e beneficiados perteece muito de seerem emsinados e sabedores em aquellas cousas que lhe perteecem e som theudos de gardar em si e ensinar aos outros, porém stabelleemos e ordenamos que todollos que ora som ordenados de ordões sacras ou ham beneficios curados ou outros sinplezes e forem habiles e aptos e despostos pera ello se trabalhem daaqui em deante de aprenderem gramatica pera por ella entenderem [...] os artigos da fé e sacramentos da sancta Egreja e preceitos da lei e as sete obras da | misericordia e sete pecados principaes mortaaes”.

²¹ “Sínodo de D. Diogo de Sousa, 24 de Agosto de 1496”, in Antonio García y García (ed.), *Synodicon hispanum, II: Portugal...*, cit., p. 355: “Porque aale de nos fazer homens e verdadeiros christãos, que hé o principal beneficio a nós concedido, quis-nos pooer por pastores e regedores de seu poovo [...]”.

²² “Sínodo de Luís Pires, 11 de Dezembro de 1477” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon hispanum, II: Portugal...*, cit., const. 1, p. 76, grifo nosso: “E porquanto a principal carga das almas de todollos do nosso arcebispado hé posta sobre nossos onbros e dellas avemos de dar conta com entrega ao gram mayoral | o qual as demandará da nossa mão quando vier julgar os vivos e os mortos. E ainda os sanctos degredos nos constranguem que corregamos e emmendemos os males assy nos clerigos como nos leigos e principalmente provejamos sobre os abbades, priores, rectores e beneficiados das egrejas e moesteiros se vigiam cada huum sobre sua manada que lhe per nós hé encomendada quando os nos dictos beneficios confirmamos e se lhes ministram os sanctos sacramentos [...]”.

Longe de Braga, o bispo D. Alfonso de Cusanza²³ (1424-1434) – num sínodo realizado em 1426, no bispado castelhano de Leão – apregoa que “os sínodos nos direitos foram estabelecidos” para haver “sincera disposição, ordenação e reformação da Santa Madre Igreja”, bem como “correção das vidas dos clérigos”. Na mesma prédica, estabelece que todos os clérigos do referido bispado teriam de ir aos sínodos para que recebessem “castigos e ensinaças” sobre como deveriam viver²⁴. Esse é o mesmo conselho que o mencionado D. Luís Pires oferece em suas constituições ao declarar ao clero bracarense que ele visava, por meio da realização do sínodo, a emenda e a correção da igreja metropolitana e de todas as outras, e de mosteiros do arcebispado. Na mesma frase, ele diz que reuniu os clérigos e os religiosos de Braga para a manutenção da saúde de sua alma e a de seus súditos, bem como para “bom exemplo e edificação deles”²⁵. Estas constituições sinodais, não apenas as escritas por D. Luís Pires ou por D. Alfonso de Cusanza, mas um conjunto de outras – apregoadas em Lisboa, Granada, Santiago de Compostela, Toledo e nas demais prelazias das terras ibéricas –, ajudaram a fazer da figura do bispo o principal confessor de seu rebanho e a autoridade julgada mais adequada para selecionar as lições acerca da Escritura a serem transmitidas aos fiéis cristãos.

Com o propósito de esclarecer melhor a função do prelado como pastor de almas, o bispo de Salamanca, D. Diego de Anaya y Maldonado (1392-1407), proclama – no texto de suas constituições sinodais de 1396 – a prédica: “os corações dos homens são departidos de muitas maneiras, por isso é coisa natural que os entendimentos e as obras não” se articulem, provocando desarmonias entre os homens. Para sanar esse problema, explica o bispo que “os santos padres ordenaram que pelos prelados fossem celebrados [sínodos] cada ano com os cabidos de suas igrejas catedrais” e fossem convidados os clérigos e

²³ Esse prelado era dominicano e tinha sido confessor do rei D. Enrique III.

²⁴ “Sínodo de Alfonso de Cusanza, 12 Junio 1426” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon hispanum, III, Astorga, Leon y Oviedo*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1984, const. 4, p. 310: “Los signodos en los derechos fueron establecidos por firmeza e corroboracion de la santa fe catolica, e sincera dispozeçion e ordenaçion e reformaçion de la santa madre Yglesia, e otrosi por corregimiento de las vidas de los clerigos. Por ende, ordenamos e estableçemos que todos los clerigos de nuestro obispado vengan a los signodos, por que reçiban castigos e ensennanças de lo suso dicho e de commo devan bevir”.

²⁵ “Sínodo de Luís Pires, 11 de Dezembro de 1477” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon hispanum, II: Portugal...*, cit., p. 75: “[...] por serviço de Deus e emmenda e corregimento nosso e de vós todos e da dicta nossa egreja metropolitana e de todallas outras egrejas e moesteiros e beneficios de todo nosso arcebispado e pera saude das almas nossa e vossas e de todos nossos subdictos e pera boo enxemplo e edificaçom delles”.

religiosos para que fossem corrigidos²⁶. Bispos como D. Diego de Anaya y Maldonado faziam da prescrição de penas aos clérigos e leigos pecadores um caminho para orientá-los a se sentirem pertencentes ao corpo místico, isto é, a se reconhecerem como membros de uma sociedade unida em torno de um conjunto bastante definido de regras e preceitos.

Os fiéis ou até mesmo os clérigos que ousassem não seguir os conselhos prescritos pelo bispo eram rotulados, pois, de “rebeldes”. Assim, ao se dirigir aos clérigos não obedientes às determinações das constituições sinodais, o arcebispo de Santiago de Compostela, D. Lope de Mendonza (1399-1445), no ano de 1401, anunciou: “porquanto a experiência, que é a mãe e mestra eficaz das coisas, prova que por pequena pena, às vezes, os homens tomam em si grande audácia e ousadia de não obedecer a seus prelados e incorrem, por isso, em vício de contumácia e rebelião”²⁷. Com isso, ele acusa o clérigo que faltou ao sínodo de rebeldia por se mostrar avesso às regras estabelecidas pelo arcebispado de Santiago de Compostela.

Na visão dos prelados ibéricos, um tipo de fiel desobediente era a pessoa que se recusasse a se dirigir diante do confessor de sua paróquia. No bispado de Ávila, pouco tempo antes de D. Lope de Mendonça denunciar os rebeldes de Santiago de Compostela, o bispo D. Diego de los Roeles (1378-1394) afirma, no ano de 1384, que:

[...] pelo ofício da cura pastoral a nós encomendado, [para] prover de remédio de saúde, estabelecemos e mandamos que todos os fiéis cristãos de nosso bispado, tanto varões quanto mulheres, desde que chegarem à idade, os varões de quatorze e as mulheres de doze anos, se confessem em cada ano ao menos uma vez e recebam o dito Sacramento na Páscoa da Ressureição

²⁶ “Sínodo de Diego de Anaya y Maldonado, 30 Enero 1396” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon Hispanum, IV: Ciudad Rodrigo, Salamanca y Zamora...*, cit., proemio, p. 24: “En el nonbre de Dios. Porque los coraçones de los omes son departidos en muchas maneras, por ende natural cosa es que los entendimientos e las obras non acuerden en uno, e por esta razon vienen muchas discordias e contiendas e usos nuevos entre los omes’, lo cual, sy non fuese corregido por los mayores, vernia en danno de los subditos. Por lo qual los santos padres ordenaron que por los perlados fuesen çelebrados [synodos] de cada anno con los cabildos de sus yglesias catedrales, e fuesen llamados a ello los clerigos e los religiosos de sus obispados, porque lo que por ellos non es corregido en espeçial, sea corregido por ordenaçiones e estatutos en la manera que los derechos mandan e entendieren que cunple [...]”.

²⁷ “Sínodo de Lope de Mendoza, 9 Noviembre 1401” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon hispanum, I, Galicia*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1981, p. 316: “[...] por quanto la esperiençia, que es madre e maestra eficaz de las cosas, prueva que por la pequena pena a las veces los ombres toman en si grand audacia e osadia de non obedesçer a sus prelados e incurrer por ello en viçio de contumaçia e rebellion”.

ou em outra festa. E os que assim não fizerem, mandamos aos clérigos e capelães, a cada um em suas igrejas e lugares, que expulsem das igrejas os tais *rebeldes* e não os acolham nas Horas, até que os tais *rebeldes* venham por mandamento de santa Igreja e, confessados, recebam o dito Sacramento [o da eucaristia]²⁸.

Numa época em que os curas de almas²⁹ eram inspetores do foro interno³⁰, isto é, da consciência, os bispos assumiram o compromisso de instruir os clérigos para que soubessem como ouvir a confissão e aplicar a penitência adequada a cada tipo de fiel.

No que diz respeito às responsabilidades dos bispos, um conjunto de constituições sinodais do bispado de Ourense – reunidas, no final do século XV, a partir dos escritos de antigos bispos da região – promulgam: “outrossim, mandamos e com grande devoção estabelecemos e encomendamos, em virtude de obediência aos prelados das igrejas, que digam e admoestem o povo em suas igrejas” para que fiquem de joelhos e com grande humildade adorem o corpo de Deus quando o clérigo levantar o *Corpus Christi*³¹. Emprego semelhante da expressão “em virtude de obediência” também ocorreu nas terras portuguesas

²⁸ “Sinodo de Diego de los Roeles, Bonilla 4 de julho de 1384” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon Hispanum, VI: Avila y Segovia...*, cit., const. 41, p. 35, grifo nosso: “[...] por el ofício de la cura pastoral a nos encomendado, proveer de remedio de salud, estableçemos et mandamos que todos los fieles christianos del nuestro obispado, asi varones commo mugeres, desque llegarem a hedat, los varones de catorze et las mugeres de doze años, se confiessen en cada año al menos una vez, et resçiban el dicho Sacramento por la Pasqua de Resurreçion o en otra fiesta. Et los que lo asi non fizieren, mandamos a los clerigos et capellanes, a cada unos en sus eglesias et logares, que echen fuera de las eglesias a los tales rebeldes et los non acojan en las Oras, fasta que los tales rebeldes vengan a mandamiento de santa Eglesia et, confessados, resçiban el dicho Sacramento”.

²⁹ Roberto Rusconi, “De la predication à la confession: transmission et contrôle de modèles de comportement au XII^e siècle” in *Faire croire. Modalités de la diffusion et de la reception des messages religieux du XII^e au XV^e siècle*, Roma, École Française de Rome, 1981, p. 73-74. Considera Roberto Rusconi: “Ainsi, au bas Moyen Âge, pour celui qui a charge d’âmes, il existe manifestement un lien organique entre la prédication en langue vulgaire - en tant que moyen de transmission des doctrines, des pratiques religieuses à observer, de la liste de péchés à éviter (que predicent fugienda) –, et la confession individuelle (parochianos instruere quomodo debeant confiteri)”.

³⁰ Alejandro Morin, *Pecado y delito en la Edad Media: estudio de una relacion a partir de la obra jurídica de Alfonso el Sabio*, Córdoba, Del copista, 2009, p. 131-132.

³¹ “Constituciones antiguas del Obispado de Orense (finales del s.XV)” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon hispanum, I: Galicia...*, cit., proemio, p. 118: “Otrosy mandamos e con grand devoçion stableçemos e encomendamos en virtud de obediência aos perlados das yglesias que digan e amonesten al pueblo en las sus yglesias que quando el clerigo alçare sobre el altar el Corpus Christi que todos finquen las rodillas e con grand omilldad adoren el cuerpo de Dios, e otrosy quando le lyevan al doliente”.

de Braga, pelo arcebispo D. Luís Pires. Em suas constituições sinodais de 1477, este prelado adverte “todos os beneficiados e não beneficiados, clérigos e religiosos e todas as pessoas leigas”, para que não celebrassem, fizessem ou mandassem fazer, “em virtude de obediência e sob pena de excomunhão”, saimentos e exéquias nas igrejas e mosteiros aos domingos e em dias e festas cristãs (à Nossa Senhora, a Jesus Cristo, São João Batista etc)³². A proibição de realizar exéquias aos domingos e nos dias santos era uma das prédicas do referido bispo em que ele exigia de seus súditos obediência à sua palavra.

Para formar melhor os seus rebanhos e punir os rebeldes, os prelados diocesanos ofereciam conselhos que se dividiam em dois segmentos: um acerca da maneira de interiorizar a fé e outro concernente à aprendizagem de costumes. Essa ordenação do conhecimento transmitido pelos bispos foi assim elaborada, entre outros prelados, por D. Alfonso Fernández de Vargas (1349-1361). Ao parafrasear Santo Agostinho, este bispo de Cartagena – em suas constituições sinodais, lidas em um sínodo celebrado na cidade de Murcia, em 1352 – afirma que “todo assunto dos fiéis cristãos está em duas coisas, a saber, na fé e nos costumes”. Com isso, ele explica que a apreensão da fé estaria “na crença dos artigos [da fé] e dos sacramentos” e que a absorção de costumes ocorreria ao “guardar os mandamentos da Lei [de Deus] e em fazer obras boas e virtuosas”, evitando os pecados³³. Através da ênfase em dois núcleos de ensinamentos, essa prédica de D. Alfonso Fernández de Vargas sintetiza o plano de ação de boa parte dos prelados ibéricos e permite averiguar o ponto de partida de muitos sínodos celebrados em Portugal e Castela, desde meados do século XIV ao início do XVI.

Tempos antes, o bispo de Leão, D. Gonzalo Osorio (1301-1313), foi ainda mais preciso que D. Alfonso Fernández de Vargas ao esquematizar um roteiro

³² “Sínodo de Luís Pires, 11 de Dezembro de 1477” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon hispanum, II: Portugal...*, cit., const. 28, p. 101: “[...] porque per muitas vezes per nossos olhos vimos que muitas perssoas fazem saimentos e exequeas por seus finados no dia do domingo e festas de nosso Senhor Jhesu Christo e de nossa senhora a Virgen Maria e de san Johan Baptista e de Omnium Sanctorum e esto fazem por sua ponpa e por convocaren e ajuntaren povoo [...]. Porém mandamos e defendemos a todollos beneficiados e nom beneficiados, clerigos e religiosos e a todallas perssoas leigas, em virtude de obediencia e sub penna d’excuminhom, que daqui avante nom celebrem nem façam nem mandem fazer nem consintam fazer saimentos nem exequias nas egrejas e moesteiros nos sobredictos dias e festas [...]”.

³³ “Sínodo de Alfonso Fernández de Vargas, Murcia, 21-23 de abril de 1352” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon Hispanum, XI*, Cádiz, Canarias, Cartagena, Córdoba, Granada, Málaga y Sevilla, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2013, const. [3]1, p. 140: “Segund dize sant Agostyn, toda la fazienda de los fieles christianos esta en dos cosas, es a saber en fe e en costunbres. La fe esta en creencia de los articolos e de los sacramentos; [las costunbres], en guardar los mandamientos de la Ley e en fazer obras buenas e virtuosas e en guardarse de los pecados”.

para a aprendizagem dos elementos basilares da fé e das regras que tinham de delimitar o comportamento cristão. Em certa altura de suas constituições de 1303, diz o referido prelado que os reitores deveriam, todos os domingos durante as missas fazer um sermão, mas se não soubessem como elaborá-lo poderiam apenas comentar aquilo que sabiam acerca do Evangelho³⁴. Na sequência da prédica, D. Gonzalo Osorio considera que os reitores precisavam apregoar tanto sobre os artigos da fé quanto acerca dos mandamentos da Lei de Deus. Dada a quantidade de assuntos voltados para a formação elementar do fiel, o prelado afirma que este, ao ir à igreja, deveria ouvir admoestações específicas a respeito de quatro temas: os artigos da fé; os dez mandamentos; os pecados mortais; e sobre “as boas obras” a serem praticadas para se alcançar a salvação³⁵. Assim, se o primeiro grupo de lições ensinava, por meio do Credo, o que todo fiel tinha de crer³⁶, como a Trindade, os outros três blocos mostravam desde as leis elementares dos cristãos até os pecados mortais, isto é, constituíam o alicerce da aprendizagem de um campo de ação focando a atenção, desse modo, nos comportamentos a serem praticados ou evitados³⁷.

Outro prelado preocupado com a formação elementar dos fiéis cristãos era o bispo de Salamanca, D. Gonzalo de Alba, que promulgou um livro sinodal no ano de 1410. Segundo esta autoridade, o apóstolo Paulo havia dito, em uma epístola escrita a seu discípulo Timóteo, que os clérigos que bem regiam seus povos mereciam ser duplamente honrados, especialmente aqueles responsáveis

³⁴ “Sínodo de Gozalo Osorio, 22 abril 1303” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon hispanum*, III: Astorga, Leon y Oviedo..., cit., const. 32, p. 276: “[...] stablecemos que cada domingo enna missa prediquen los rectores, se sobieren o se acaescier y algun frade; et se non sobieren fazer sermon, digan aquello que sobieren depoes del evangelio”.

³⁵ “Sínodo de Gonzalo Osorio, 22 abril 1303” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon Hispanum*, III: Astorga, Leon y Oviedo..., cit., const. 33, 34 e 35, p. 277-279: “[...] la primera amonestacion que deven os clerigos monestar et predicar a los legos, que es de los articulos de la fee que deven creer. Et los articulos de la fee son doze e contienense en el Credo in Deum. [...] es la segunda monestacion de los diez mandamientos de la lee [...] la tercera monicion, que es commo los clerigos deven predicar a los legos los peccados de que deven guardar. [...]. la cuarta [...] es que devem los clerigos mostrar a los legos quales son las bonas obras que deven husar, porque an de seer salvos”.

³⁶ Jean-Claude Schmitt, *O corpo, os ritos, os sonhos, o tempo: ensaios de antropologia medieval*, Petrópolis, Vozes, 2018, p. 90-92.

³⁷ O pesquisador José María Soto Rábanos destaca que as constituições, ao lado de tratados como o *Sacramental*, de Clemente Sánchez de Vercial, ou o *Libro de las confesiones*, de Martín Pérez, constituíam um gênero importante para a difusão da pastoral cristã, especialmente junto dos clérigos considerados mais ignorantes. José María Soto Rábanos, “Visión y tratamiento del pecado en los manuales de confesión de la baja edad media hispana”, *Hispania Sacra*, 58, 118 (2006), p. 411-447.

por ensinar “com boa palavra e doutrina”. Contudo, diz D. Gonzalo de Alba que “as coisas não conhecidas” não poderiam ser ensinadas³⁸. Nesse sentido, ele aponta que a ignorância dos curas por não conseguir transmitir o conhecimento acerca da fé era um problema muito perigoso³⁹. Para evitar que a rudeza e a ignorância impedissem a formação dos fiéis⁴⁰ ele manda que os clérigos, sobretudo os que possuíam o ofício de cura de alma, trabalhassem para apreender o conteúdo de seu livro sinodal⁴¹. Vale destacar que esta forma de instrução que utilizava listas fixadas nas igrejas, tão comum nas paróquias a partir do século XV, abriu espaço para que os curas assumissem cada vez mais o papel de instrutores da fé⁴².

Na França e nas ilhas britânicas, os estatutos sinodais seguiram desde o século XIII as recomendações do quarto concílio de Latrão de 1215; ao contrário de Portugal e Castela, que ampliaram as celebrações de sínodos a partir do século XIV e não se sintonizaram de imediato com esta assembleia, inclusive por ela não contemplar as guerras contra os muçulmanos no sul da Península Ibérica e por privilegiar as cruzadas em suas discussões, ou seja, tratar de temas

³⁸ “‘Livro Sinodal’ de Gonzalo de Alba, post 6 abril 1410” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon Hispanum, IV: Ciudad Rodrigo, Salamanca y Zamora...*, cit., proemio, p. 176: “Segund testimonio del apostol sant Paulo en la primeira epistola que enbio a su discípulo Thimoteo, en el v. cap., quando los clerigos que bien rigen sus pueblos, de doble onra merescen ser onrados, mayormente aquellos que trabajan por ensennar su pueblo con buena palabra e doctrina. E por quanto las cosas que non son sabidas, non pueden bien ser ensennadas”.

³⁹ O especialista José María Soto Rábanos afirma que o livro sinodal, de D. Gonzalo de Alba, foi importante para instaurar a divisão dos papéis eclesiásticos quanto à promoção do conhecimento. O prelado teria defendido que o papa e bispos cuidariam do combate às heresias; e os párocos, voltados a uma camada intermediária, eram imbuídos de ensinar ao povo cristão os artigos da fé, os dez mandamentos e outras lições. José María Soto Rábanos “La ignorancia del Pueblo Cristiano llano, un obstáculo para el diálogo interreligioso” in Horacio Santiago-Otero (ed.), *Reencontres 3/1944- Diálogo filosófico-religioso entre cristianismo, judaísmo e islamismo durante a Edad Media en la Península Ibérica. Actes du Colloque international de San Lorenzo de El Escorial, 23-26 juin 1991*, organisé par la Société internationale pour l’étude de la philosophie médiévale, Turnhout, Brepols, 1994, p. 99-116.

⁴⁰ Sobre essa questão, ver Adeline Rucquoi, “La formation culturelle du clergé en Castille à la fin du Moyen Âge” in *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l’enseignement supérieur public*, Amiens, 22, 1, 1991, p. 249-262.

⁴¹ “‘Livro Sinodal’ de Gonzalo de Alba, post 6 abril 1410” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon Hispanum, IV: Ciudad Rodrigo, Salamanca y Zamora...*, cit., proemio, p. 176-177: “la ynorança de aquellas cosas que a la fe pertenesçen, en aquellos que cura tienen de animas es muy reprehensible e muy culpable, ca por la sinpleza e ynorança de los tales pueden acaesçer grandes peligros [...]”.

⁴² Sobre a questão das tábuas nas igrejas, ver: Isabel Beceiro Pita, *Libros, lectores y bibliotecas en la España medieval*, Murcia, Nausicaá, 2007, p. 516.

que não eram do interesse principal dos prelados ibéricos⁴³. Além disso, o papa Inocêncio III (1198-1216) enviou legados pontifícios aos territórios da França e Inglaterra justamente para promoverem as instruções lateranenses e ajudar os bispos na formação do clero diocesano⁴⁴. Logo após esse concílio, os estatutos sinodais franceses passaram a oferecer lições sobre os sacramentos e também a respeito do governo das almas, estabelecendo listas de rudimentos para serem memorizados e se colocando numa posição pioneira na consolidação do poder pastoral dos prelados diocesanos⁴⁵.

Ao adotarem uma prática já existente na França e em outras regiões desde o século XIII, os prelados acentuaram a promoção dessas listas na passagem do século XV ao XVI, a fim de facilitar a memorização das regras basilares da vida cristã e formar fiéis mais empenhados nos propósitos edificantes da Igreja. Além disso, eles visavam tornar esses materiais um suporte em que estavam textualizadas as principais informações que deveriam despertar no fiel leigo a vontade de refletir sobre a vida, examinando as suas ações para saber se atendiam às exigências dos curas de almas. Contudo, é importante destacar que os sínodos celebrados no período entre 1215 e 1322 não possuem a mesma riqueza de detalhes sobre o poder pastoral do bispo e sobre a formação dos leigos quando comparados àqueles realizados posteriormente à segunda data; ano do concílio legatino de Valladolid, celebrado pelo cardeal de Sabina, D. Guilermo Peyre de Godin (1317-1336), responsável pelo impulso de novos sínodos em que a catequese era um dos temas apresentados⁴⁶. De 1322 a 1418, segundo o historiador José Sánchez Herrero, foram celebrados em Castela 12 concílios provinciais e 105 sínodos, obtendo uma média de 1,09 destas assembleias por ano, número superior aos 24 sínodos celebrados entre 1215 e 1322⁴⁷. Além

⁴³ Peter Linehan, *La Iglesia española y el papado en el siglo XIII*, Salamanca, Universidad Pontificia, 1975, (Bibliotheca salmanticensis), p. 5.

⁴⁴ Antonio García y García, “Introdução” in *As constituições Sinodais de D. Diogo de Sousa de 1496* (ed. Porto 1497), *Constituições qvez fez ho Senhor Dom Diogo de Sovsa B[is]po do Porto*, Lisboa, Edições Távola Redonda/C.E.H.L.E, 1997, vol. 2, p. 33.

⁴⁵ Geneviève Hasenohr, *Textes de dévotion et lectures spirituelles en langue romane (France, XII-XVI siècle)*, Turnhout, Bélgica, 2013, p. 584.

⁴⁶ O historiador Luis Resines demonstra que o Concílio de Valladolid de 1322 ecoou por diversos sínodos através de compilações, são eles: Cartagena (1323), Toledo (1323), Tarragona (1328, 1329), Cuenca (1344), Toledo (1345), Toledo (1356), Oviedo (1377), Babia 1381, Ávila (1384), Burgos (1394, 1411, 1418, 1443), Toledo (c. 1490), Osma (1511), Tuy (1528), Osma (1536), Coria (1537), Oviedo (1553), Astorga (1553), Burgos (1575) e Palencia (1582). Luís Resines Llorente, *El catecismo del Concilio de Valladolid de 1322*, Valladolid, L. Resines, 2003, p. 38.

⁴⁷ José Sánchez Herrero, inclusive, caracteriza o período de realização dos sínodos em quatro etapas: a primeira de lento desenrolar dessas reuniões (1215-1321); a segunda como o seu auge

do aumento de celebrações como estas, o conteúdo das constituições foi enriquecido com mais detalhes sobre os pecados de clérigos e das lições que deveriam ser ensinadas aos leigos. Em Portugal, foram os prelados do século XV que se notabilizaram por prédicas mais contundentes sobre seus deveres pastorais – como na arquidiocese de Braga com D. Fernando da Guerra (1416-1467) e com D. Luís Pires; na diocese da Guarda com D. Pedro Vaz Gavião (1496-1516); na arquidiocese de Lisboa com João Afonso Esteves de Azambuja; e, na diocese do Porto, com D. Diogo de Sousa.

Para conduzir as almas dos cristãos os prelados tinham como uma de suas principais tarefas a de corrigir a falta de conhecimento dos fiéis acerca dos preceitos da Igreja, elaborando para os clérigos constituições como diretrizes mais certeiras sobre a aprendizagem dos rudimentos da fé. Tal era a preocupação com a formação destes que o arcebispo de Toledo, D. Alfonso Carillo de Acuña (1446-1482), considera – em suas constituições de 1480 – que “a ignorância é tão perigosa quanto a fé é necessária” para a salvação. Por isso, diz que os curas e reitores paroquiais eram obrigados a ensinar a seu povo, além dos artigos da fé e dos sacramentos, “todas as coisas necessárias para a saúde da alma [...]”. E, visando diminuir o número de ignorantes⁴⁸, ele recomenda a mesma regra prescrita por D. Diego de Muros – a de que os curas e reitores paroquiais tinham de colocar uma lista nas igrejas em que eram escritos os artigos da fé, os sacramentos, os mandamentos, os sete pecados mortais, as obras de misericórdia, as virtudes, cardeais e teologais, os dons do Espírito Santo e os cinco sentidos. Os curas e reitores deveriam manter a lista “em lugar público iminente” onde todos pudessem vê-la e consultar o seu conteúdo sabendo que se recusassem seguir sua determinação seriam punidos com uma multa no valor de dois mil maravedis. Adiante, D. Alfonso Carillo de Acuña justifica a criação destas medidas edificantes ao afirmar que pertencia ao ofício sacerdotal a obrigação de “quitar todo véu de ignorância” e ensinar aos seus súbditos o que era necessário para a saúde da alma⁴⁹.

(1322-1418); a terceira como um período de pausa (1419-1472); e na última, observa-se uma retomada das celebrações sinodais (1473-1553). José Sánchez Herrero, “Catequesis y predicacion” in Bernabé Bartolomé Martínez (dir.), *Historia de la acción educadora de la iglesia en España: Edades Antigua, Media y Moderna*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, p. 205.

⁴⁸ Para uma visão geral acerca das medidas pedagógicas adotadas em Castela na Idade Média, conferir José Sánchez Herrero, “La literatura catequética en la Península Ibérica. 1236-1553”, *En la España Medieval*, tomo V, Madrid, Editorial de la Universidad Complutense, 1986, p. 1051-1117; Leandro Alves Teodoro, *Guias dos costumes cristãos castelhanos: o Espelho da alma e outros opúsculos pastorais dos séculos XIII, XIV e XV*, Campinas, Editora Unicamp, 2024 (prelo).

⁴⁹ “Sinodo de Alfonso Carrillo de Acuña, Alcalá de Henares, 10 junio 1480. Constituciones de las rentas de Alfonso Carrillo Acuña, 1480” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon*

A respeito das dificuldades encontradas para o ensino destas práticas, o arcebispo de Braga, D. Luís Pires, apregoa:

Achamos que, por negligência dos reitores, curas e padrinhos, muitas criaturas e ainda homens e mulheres velhos não sabem o Pai-Nosso, [a] Ave-Maria e o *Credo in Deum* para os rezarem, nem sabem preceitos da lei e obras de misericórdia para as cumprirem, nem sabem os artigos da fé para os crerem, nem sabem quais são os sete pecados mortais para deles se guardarem e neles não caírem⁵⁰.

Era a partir de prédicas como esta que os prelados denunciavam a falta de compromisso do clero para ensinar os rudimentos da fé, a qual todo cristão tinha de conhecer nesses tempos. Durante as visitas realizadas aos diversos cantos de suas prelazias, os bispos e arcebispos avaliavam o grau de conhecimento dos curas e dos fiéis leigos a fim de ficarem cientes dos limites de suas gentes e poderem ajudá-los por meio de admoestações oferecidas nos sínodos. Ao receber informações a respeito das práticas dos habitantes de Braga, o próprio D. Luís Pires diz, na passagem acima, suspeitar de que os fiéis não eram instruídos da maneira correta; por isso, ordena, nas mesmas constituições de 1477 “a todos abades, priores, reitores e curas que cada um, em sua igreja”, ensinasse orações e os rudimentos da fé. O prelado adita também que seus subordinados teriam

Hispanum, X: Cuenca y Toledo..., cit., const. [3] 1, p. 632-633: “[...] es la fe precipuo fundamento in Christo, nuestro Señor e Redentor, acerca de la qual tanto es mas peligrosa la ignorancia, quanto la fe es necesaria para nuestra salvacion. [Por ende], considerando que los antiguos padres en la ley de escriptura e de gracia con la fe vencieron el mundo e alcançaron la gloria eterna, e, otrosí, atento que los curas e retores parrochiales son obligados a instituir su pueblo y parrochianos de los articulos de la nuestra santa fe catholica e de los sacramentos de la nuestra madre santa Iglesia, que son protestaciones de la fe, e enseñar a sus parrochianos de todas las cosas necesarias para la salud de la anima e salvacion suya [...] estatuímos e ordenamos que los dichos curas e retores [...] hagan poner e pongan en cada una de sus iglesias una tabla, en que esten escriptos en pargamino todos os articulos de la nuestra santa fe catholica e los sacramentos de santa la madre Iglesia de los diez mandamientos del decalogo e los siete pecados mortales e las obras de misericordia e las virtudes, asi cardinales como theologales, e los dones del Espiritu Santo e los cinco sentidos. [...] por este ismo hecho caya en pena de dos mill maravedis. [...] // E deseando, como pertenece a nuestro oficio pastoral, quitar todo velo de ignorancia e que los nuestros subditos sean enseñados de lo que pertenece a salud de sus animas [...]”.

⁵⁰ “Sínodo de D. Luís Pires, 11 de dezembro de 1477” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon Hispanum, II: Portugal...*, cit., const. 35, p. 108: “Achamos que per negligencia dos rectores e curas e padrinhos muitas criaturas e ainda homens e molheres velhos nom sabem o Pater noster, Ave Maria e Credo in Deum pera os rezarem, nem sabem preceptos da ley e obras de misericordia pera comprirem, nem sabem os artiigoos da fê pera os creerem, nem sabem quaaes som os sete pecados mortaaes pera se delles guardarem e nelles nom cayrem”.

de ensinar os fiéis a rezar o Pai-Nosso, a Ave-Maria e o Credo (em latim e em língua vernácula). Ele não se esquece, contudo, de ressaltar que “os preceitos da lei, os artigos da fé, as obras de misericórdia e os pecados mortais”⁵¹ eram para ser ditos apenas em vernáculo; por ser esta a língua mais comum entre as pessoas, tornava, portanto, tais conhecimentos mais acessíveis.

Essas admoestações de D. Luís Pires repercutiram por muitos sínodos organizados em Portugal e Castela, tornando-se um *topos* da produção moralizante dos prelados dessas regiões⁵². Muito distante de Braga – na ilha Las Palmas, localizada nas Canárias (arquipélago da costa africana) o bispo D. Diego de Muros (1496-1506) determinou, no texto de suas constituições de 1497, que os curas tivessem, num prazo de três meses, uma lista em suas igrejas em que fossem escritos “todos os artigos da fé, os sacramentos da santa Madre Igreja e os mandamentos, os sete pecados mortais e as obras de misericórdia, e as virtudes cardeais e teologais, com os dons do Espírito Santo, os cinco sentidos, os casos reservados” ao bispo. Além disso, o prelado instituiu a regra que previa uma multa de cem maravedis aos curas que não tornassem pública a mencionada lista aos paroquianos, desde a Septuagésima até o domingo de Lázaro⁵³.

⁵¹ “Sínodo de D. Luís Pires, 11 de dezembro de 1477” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon Hispanum, II: Portugal...*, cit., const. 35, p. 108-109: “Porém mandamos a todollos abbades, priores e rectores e curas que cada huum em sua egreja denunciie e emsine o Pater noster e Ave Maria e Credo in Deum e os artiigos da fé e os preceptos da ley e as obras da misericordia e quaaes som os sete pecados mortaaes. E sejam avisados que o Pater noster e Ave Maria e o Credo in Deum digam primeiramente per latim e depois per lingoajem, mas os preceptos da ley e os artiigos da fé e obras d misericordia e os pecados mortaaes digam somente per lingoajem”.

⁵² Para ver um quadro mais amplo dos sínodos que contemplaram a discussão acerca dos rudimentos da fé, ver José Sánchez Herrero, “Alfabetización y catequesis en España y en América durante el siglo XVI” in Josep-Ignasi Saranyana (dir.), *Evangelización y teología en América (siglo XVI)*, v. I, Actas del X Simposio Internacional de Teología de la Universidad de Navarra, Pamplona, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, 1990, p. 237-263. Ver também Saul António Gomes, “A religião dos clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural” in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, v. 1, 2000, p. 339-421.

⁵³ “Sínodo de Diego de Muros, 23 octubre 1497” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon Hispanum, XI: Cádiz, Canarias, Cartagena, Córdoba, Granada, Málaga y Sevilla...*, cit., const. [24] 20, p. 29: “Otrosi, constituimos e ordenamos que los curas e sus lugares tenientes dentro de tres meses primeros siguientes fagan poner y pongan en cada una de sus yglesias una tabla en pergamino, en la qual esten escritos todos los articulos de la fee y los sacramentos de la santa madre Yglesia e los mandamientos e los siete pecados mortales y las obras de misericordia e las virtudes cardinales y theologales, con los dones del Espiritu Santo e çinco sentidos, y los casos reservados a nos [...]. E, asimismo, mandamos a los dichos curas o sus lugares tenientes que sean obligados de publicar a sus parrochianos la dicha tabla el primero domingo desde la Setuagesima fasta el Domingo de Lazaro [...] so pena de çiento maravedis [...]”.

A proposta dos prelados hispânicos de produzir uma rede de aprendizagem em que a fé e os costumes eram os eixos principais também ajudou na criação, em certas dioceses, de um sistema de ensino para as crianças, no final do século XV. Acerca deste tipo de ensino o bispo das Canárias, D. Diego de Muros, ordena, em suas constituições, que se tenha nas igrejas “clérigo ou sacristão douto, para que ensine aos filhos dos paroquianos a ler, escrever e cantar, e lhes ensine bons costumes e [lhes] aparte dos vícios, [...] e lhes ensine [...] todas as coisas que se contêm” na lista de rudimentos da fé⁵⁴. Já o célebre arcebispo de Toledo, D. Francisco Jiménez de Cisneros (1495-1517), chegou a elaborar um roteiro para a formação das crianças ao afirmar que os curas e outros clérigos eram obrigados, pelas constituições, a ensiná-las, em todos os domingos depois da Véspera, orações (Pai-Nosso, Ave-Maria e o Credo), os artigos da fé, os mandamentos da lei de Deus, os mandamentos da Igreja, as obras de misericórdia e os sete pecados mortais⁵⁵.

Não diferente em relação a D. Diego de Muros também foi a recomendação do bispo de Cuenca, D. Alonso de Burgos (1483-1485). Este prelado afirma, em suas constituições de 1484, que todos tinham de enviar os seus filhos com a idade de até catorze anos às igrejas para que aprendessem “a ler, escrever, e ajudar na missa [...]”⁵⁶. A aprendizagem das lições debatidas em sínodos como este de Cuenca e materializadas nos textos das constituições deveria fazer com que os fiéis refletissem sobre suas práticas. Num momento em que os concílios exigiam que as prelazias fossem melhor assistidas, os prelados procuravam inventariar as ações por eles condenadas. No bispado de Cuenca, o bispo D. Lope de Barrientos denuncia, por exemplo, que muitos fiéis em vez de louvarem a Deus nas vigílias não tinham vergonha de fazer nas igrejas

⁵⁴ “Sínodo de Diego de Muros, 23 octubre 1497” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon Hispanum, XI: Cádiz, Canarias, Cartagena, Córdoba, Granada, Málaga y Sevilla...*, cit., const. [28] 22, p. 30: “[...] ordenamos que el cura o su lugar teniente tenga en su yglesia consigo otro clérigo o sacristan docto, para que enseñe a los hijos de los parrochianos leer, escrevir e cantar, e les enseñe buenas costunbres y aparte de los vícios y les instruya en toda castidad y virtud, e les enseñe los mandamientos y todas las cosas que se contienen en la dicha tabla [...]”.

⁵⁵ “Sínodo de Francisco Jiménez de Cisneros, Talavera de la Reina, 24 octubre 1498” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon Hispanum, X: Cuenca y Toledo...*, cit., const. 26, p. 751: “Lo que los curas o aquellos a quien ellos lo encomendaren son obligados por las constituciones synodales a enseñar a los niños todos los domingos despues de Visperas [...]”.

⁵⁶ “Sínodo de Afonso de Burgos, Pareja, 17 octubre 1484” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon Hispanum, X: Cuenca y Toledo...*, cit., const. [4] 2, p. 363: “[...] mandamos que durante la dicha hedad de catorze años todos enbien los dichos niños y moços, sus fijos, aprender, y esten enseñados leer y escrevir y ayudar a missa [...]”.

“danças dissolutas” e cantar “com vozes altas [...]”⁵⁷. E, seguindo o caminho desse prelado o bispo de Córdoba, D. Íñigo Manrique de Lara (1485-1496), apregoa – numa compilação de constituições sinodais datada de 1496 – que “o inimigo da linhagem humana” sabe “introduzir pecados e inconvenientes,” por isso contra ele os fiéis cristãos tinham de usar a cautela e a diligência, para não serem enganados. O bispo faz esse preâmbulo para reprimir os fiéis simples que, “debaixo de espécie de devoção”, realizavam “coisas muito torpes e enormes pecados”⁵⁸.

Tais recomendações acerca dos comportamentos adequados que os fiéis deveriam manter dentro e fora das igrejas eram premissas consensuais entre os prelados daquela época. Nesse sentido, os prelados portugueses não eram menos exigentes que D. Lope de Barrientos. Exemplo disso é o caso do arcebispo D. Diogo de Sousa que determina, em suas constituições sinodais do Porto de 1496 e de Braga de 1505, que os fiéis não podiam nas igrejas, ermidas e mosteiros entoar cantigas, dançar e acender fogo para se esquentar ou mesmo para comer⁵⁹.

⁵⁷ “Sínodo de Diego de Anaya y Maldonado, Pareja, 14-19 abril 1409” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon Hispanum, X: Cuenca y Toledo...*, cit., cont. [26]18, p. 144: “E por quanto munchas perssonas, anssi ecclesiasticas commo seglares, del nuestro obispado van a munchas yglesias e hermitas situadas en el dicho obispado, mayormente en veneracion de ciertas fiestas, en las quales vigiliass [...] non han verguença de fazer en las dichas yglesias danças dissolutas e cantan con bozes altas e instrumentos dulçes a la carne humana cantilenas e otras cosas torpes e feass, de las quales cosas munchas vezes se siguen las yglesias e çimenterios ser violados, homiçidios e mutilaciones de mienbros ser perpetrados, adulterios e pecados de inçestu [...]”.

⁵⁸ “Sínodo de Íñigo Manrique de Lara, abril de 1494” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon Hispanum, XI: Cádiz, Canarias, Cartagena, Córdoba, Granada, Málaga y Sevilla...*, cit., const. [120] 75, p. 419-420: “El enemigo del linaje humano sabe muchas vezes, so espeçie de bien, yntroduzir pecados e ynconvenientes, contra el qual conviene que los fieles christianos usen de cautela, con diligencia por que no sean engañados. E porque la devoçion de algunos simples yntroduxo de estar de noche en las yglesias, se cometen algunas vezes cosas muy torpes e enormes pecados, debaxo de espeçie de devoçion”.

⁵⁹ “Sínodo de D. Diogo de Sousa, 24 de Agosto de 1496” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon Hispanum, II: Portugal...*, cit., p. 384. “Sínodo de D. Diogo de Sousa, 15 de Dezembro de 1505” in Antonio García y García (ed.), *Synodicon Hispanum, II: Portugal...*, cit., const. 48, p. 179: “[...] man[damos sub pena dexcomunham a todollos fiees christãos assi homens como mulheres, ecclesiasticos e seculares, e a cada h-ũu delles que por comprirem sua devaçam quiserem teer vigilia em algũa igreja, moesteiro ou hirmida do nosso arcebispado que nom sejam ousados de fazerem nem consentirem dar nem dem logar que se façam no dicta igreja, moesteiro ou hirmida, bailos, danças, jogos, momos, nem cantigas [...]. Isso meesmo nam possam fazer fogo pera se quentarem, nem fazer de comer”.

Considerações finais

Os prelados de Portugal e de Castela fizeram de suas constituições sinodais uma fonte de conselhos para ensinarem aos membros do clero a maneira tida como correta pela Igreja para cuidarem de si e dos fiéis cristãos. Mais precisamente, como os bispos foram imbuídos da tarefa de governar as almas dos fiéis de suas dioceses e se esforçando para que não fossem maculadas pelo pecado –, eles tiveram de tomar cada vez mais medidas tanto para punir os homens considerados rebeldes quanto para corrigir as práticas daqueles julgados néscios e simples, de modo que edificaram um plano a fim de estender suas regras pelas terras colocadas sob sua responsabilidade. Este plano era fazer com que o clero seguisse todas as determinações de suas constituições, aplicando à risca, inclusive, as recomendações sugeridas para o aperfeiçoamento da conduta de todo tipo de fiel, fosse ele nobre ou não.

Em síntese, a missão delegada aos arcebispos e bispos de dirigir as almas dos habitantes de suas prelazias fez com que eles tivessem de observar as práticas dos fiéis que habitavam em suas dioceses para conseguirem apontar, durante os sínodos, as medidas mais adequadas para torná-los comprometidos com os dogmas cristãos. Nesse contexto, destacava-se a necessidade de guiar os cristãos por um mesmo quadro de leis, condutas e de valores. Entre seus desdobramentos, as constituições lidas durante os sínodos, compondo documentos que mesclavam leis e conselhos, ajudaram, portanto, o poder monárquico tanto de Portugal como de Castela na manutenção da fé cristã em muitos lugares onde os reis não iam com frequência.

Vimos através deste trabalho, uma parcela das prescrições dos prelados desses reinos que materializaram as principais ações assumidas por eles para poderem formar cristãos que conhecessem os mandamentos da Igreja, os artigos da fé e outras lições elementares; ressaltando, assim, a importância de certas autoridades na condução espiritual dos fiéis. Ao partirem do particular, isto é, da observação de aspectos mezinhos da vida de leigos e clérigos, essas autoridades buscavam ensiná-los as bases universais que tinham de edificar toda a Igreja.

O crédito dos 20 mil florins de ouro do rei D. João I e do infante D. Pedro no “Monte do Comum” de Florença

The credit of 20 thousand gold florins from King D. João I and Infante D. Pedro in the “Monte do Comum” of Florence¹

Saul António Gomes
Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
saulgomes@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7188-610X>

Texto recebido em / Text submitted on: 05/03/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 07/06/2024

Abstract

This article contextualizes and documents, publishing the sources, which are among the documentary collections of the estate of the House of Clèves held by the State Archives of the Department of Rhineland, North-Westphalia, the credit contract, for 20 thousand gold guilders, signed by king João I of Portugal, in 1409-10, with “Monte Commune” in the city of Florence. Donated in 1414 to Infante Pedro, duke of Coimbra, the administration of this credit by this Infante and his children and heirs throughout the 15th century is also elucidated.

Keywords: King João I; Duke of Coimbra; Florence; Credit; 15th century.

Resumo

Este artigo contextualiza e documenta, publicando as respetivas fontes, que se encontram entre os acervos documentais do espólio da Casa de Clèves custodiadas pelos Arquivos do Estado do Departamento da Renânia, do Norte-Vestfália, o contrato de crédito, sobre 20 mil florins de ouro, assinado por D. João I, em 1409-10, com o Monte do Comum da cidade de Florença. Doado, em 1414, ao infante D. Pedro, elucidada-se, ainda, a administração deste crédito pelo infante das Sete Partidas e os seus filhos e herdeiros ao longo do século XV.

Palavras-chave: D. João I; Duque de Coimbra; Florença; Crédito; Século XV.

¹ O autor agradece, muito penhoradamente, ao Dr. Pedro Pinto, do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, a comunicação e demais esforços de reprodução, junto dos arquivos custodiais, dos documentos latinos que se editam no presente estudo.

1.

Os reis de Portugal, já Fernão Lopes o escrevia claramente, acumularam grandes somas de prata, ouro e riquezas nos seus palácios e torres guardiãs de tesouros. As suas políticas económicas, criando e protegendo centros urbanos, fomentando feiras e comércio, interno e externo, entre cristãos e “infiéis”, assim como as medidas que tomaram no sentido de organizarem e modernizarem o governo das finanças e da fazenda públicas, especialmente no século XV, tempo de afirmação de um “capitalismo financeiro e industrial”², dão testemunho da “cultura mercantil”³ que então triunfa por toda a Europa medieval⁴.

Referindo-se a D. Fernando I, o mencionado cronista escreveu que:

começou de reinar o mais rico rei que em Purtugall foi ataa o seu tempo: ca elle achou grandes tesouros que seu padre e avoos guardarom em guisa que somente na torre do aver do castello de Lixboa foram achadas oitocentas mill peças d’ouro e quatrocentos mill marcos de prata, afora moedas e outras cousas de grande valor que hi estavom e mais todo ho outro aver em grande cantidade que em certos lugares pollo reino era posto⁵.

O afamado cronista revela também que, de direitos reais, o Formoso auferia anualmente de 800 mil libras, afora as rendas das alfândegas de Lisboa e do Porto, superiores a 35 a 40 mil dobras, para além das grossas rendas que o monarca-mercador ganhava de empréstimos sob fiança que se faziam aos

² Recuperando um conceito assaz operativo de Yves Renouard, *Les hommes d'affaires italiens du Moyen Age*, Paris, Armand Colin, 1968, p. 251 e seguintes.

³ Referência ao conceito valorizado por Jaume Aurell, “Introducción. El Mediterráneo medieval y renacentista: la formación de una cultura mercantil específica” in Jaume Aurell (ed.), *El Mediterráneo medieval y renacentista, espácio de mercados y de cultura*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 2002, p. 9-32.

⁴ Cf. Guy Fourquin, *História Económica do Ocidente Medieval*, Lisboa, Edições 70, 1981, p. 399-422; Jacques Bernard, “Comercio y finanzas en la Edad Media, 900-1500” in Carlo M. Cipolla (ed.), *Historia económica de Europa (I) La Edad Media*, Barcelona, Ariel Historia, 1981, p. 295-361; Edward Miller, “Medidas económicas gubernamentales y hacienda pública. 1000-1500” in Carlo M. Cipolla (ed.), *História económica de Europa (I)*..., cit., p. 362-400; Vitorino Magalhães Godinho, “Finanças públicas e estrutura do Estado”, *Ensaio II. Sobre História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, Editora, 2ª edição correcta e ampliada, 1978, p. 29-74.

⁵ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando* (edição crítica por Giuliano Machi), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975, Prólogo, p. 5. Vd., sobre o mundo em que esta evolução económica acontecia, Virgínia Rau, *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo* (Introdução e índices de José Manuel Garcia), Lisboa, Editorial Presença, 1982; Maria Helena da Cruz Coelho, *Ócio e Negócio em Tempos Medievais*, Coimbra, Inatel, 1998; Luís Miguel Duarte, *A Feira da Vila. 1407-2007*, Santa Maria da Feira, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 2007.

mercadores e despachantes desses portos, verdadeiras zonas francas, “ca elles emprestavom sob fiança dinheiros aos que carregar quiriam, e aviam dizima duas vezes no ano do retorno”⁶.

As dinâmicas comerciais internacionais que as principais cidades portuárias portuguesas conheciam no reinado de D. Fernando I, como é conhecido, ampliaram-se e aprofundaram-se, mormente com as prósperas senhorias itálicas, nos reinados de D. João I e dos seus sucessores⁷.

Apesar das dificuldades de natureza ética e cultural que a Igreja levantava, na plenitude dos séculos medievais, ao enriquecimento pelo dinheiro e seus negócios e ganhos, o que pressupunha o benefício do lucro e do empréstimo de dinheiro com interesses ou usura, de modo justo, por benefício comum e sem pecado, a verdade é que triunfaram, no Ocidente do outono medieval, as técnicas comerciais que valorizavam a letra de câmbio e a emergência de instituições bancárias, os seguros marítimos e a fundação de companhias e sociedades mercantis, apurando-se modelos monetários internacionais, padrões de pesos e medidas, de câmbios e, ainda, as próprias práticas de registo de contabilidade, circunstâncias que contribuíram para o crescimento do comércio internacional e enformaram a emergência de uma doutrina e ética cristãs legitimadoras do lucro⁸. O “tempo da Igreja”, poder-se-á afirmar, convive licitamente, no final da Idade Média, com o sistema de valores do “tempo do mercador”⁹.

A legitimidade do lucro foi reconhecida particularmente pelos pensadores franciscanos, especialmente por Henrique de Susa e Duns Scoto, mas também,

⁶ Idem, *ibidem*, p. 6.

⁷ Mariagrazia Russo, “Os italianos e o porto de Lisboa nos séculos XV e XVI” in Nunziatella Alessandrini, Mariagrazia Russo e Gaetano Sabatini (coord.), *Chi fa questo camino è bem navigato. Culturas e Dinâmicas no Portos de Itália e Portugal (Sécs. XV-XVI)*, Lisboa, CHAM – Centro de Humanidades, 2019, p. 51-68; Amândio J. M. Barros, “As relações entre os portos portugueses e as cidades italianas nos séculos XV e XVI. O Mediterrâneo na construção do sistema atlântico” in Nunziatella Alessandrini, Mariagrazia Russo e Gaetano Sabatini (coord.), *Chi fa questo camino è bem navigato...*, cit., p. 69-89.

⁸ Vd. A. H. de Oliveira Marques, “Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV”, vol. 4 de *Nova História de Portugal* (Dir. Joel Serrão e de A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Ed. Presença, 1985, p. 74-75; Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Editora Difel, 1990, p. 57 e seguintes; António Castro Henriques, “Taming Leviathan. Constitution, Representation and Taxation in fifteenth century Portugal”, *População e Sociedade* 31 (2019), p. 69-82; Idem, “Capital in a Frontier Economy. Portugal 1230-1500”, *Revista de Historia Económica / Journal of Iberian and Latin American Economic History*, 38, 1 (2020), p.11-44.

⁹ Jacques Le Goff, “Na Idade Média: tempo da Igreja e tempo do mercador”, *Para um novo conceito de Idade Média. Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*, Lisboa, Editorial Estampa, 1980, p. 43-60.

ainda que com algumas reticências, por dominicanos como Raimundo de Peñaforte e Tomás de Aquino¹⁰. Por bem comum e por um preço justo justificavam-se negócios envolvendo câmbios, empréstimos, adiantamentos de rendas e suas garantias e penhoras, em contexto sobremodo urbano e mercantil, em que participavam agentes de todas as ordens sociais, do povo, mas também do clero e da nobreza e realeza. As necessidades de capital, por parte da Igreja e das suas instituições, caso das dispendiosas ordens militares, a pretexto do financiamento da cruzada santa e outras muitas despesas, a expansão da economia benéfica em torno de prebendas, dízimas e demais rendas eclesiásticas, foram enfraquecendo as proibições canónicas relativas a empréstimos e negócios financeiros que envolvessem lucro e juros.

2.

Neste contexto histórico das realidades económicas europeias da abertura do século XV se integra a decisão, tomada por D. João I¹¹, rei de Portugal e do Algarve, com a aquiescência da sua esposa e do herdeiro do trono, de negociar um crédito, com o banco do Monte do Comum, de Florença, não somente para nele possuir um depósito financeiro, de que ele e a sua progénie legítima poderiam usufruir, como para rentabilizar, por remunerações e lucro, nos anos futuros, a soma em causa.

Efetivamente, entre 1409 e 1410, o rei D. João I contratou um crédito de vinte mil florins de Florença junto do chamado “Monte” ou banco comunal desta próspera cidade mercantil e bancária toscana. A génese deste negócio financeiro, refira-se, não é totalmente evidente; aliás, os procedimentos e negociações em torno deste contrato, como era e é comum em negócios financeiros, foram secretos.

¹⁰ Vd. Oreste Bazzichi, “Appunti sull’Etica Economica della Scuola Franciscana”, *Acta Philosophica* 21, 1 (March 1, 2012) p.15-40; Giovanni Patriarca, “Algunas reflexiones sobre el pensamiento económico escolástico. Introducción al método”, *Revista Fe y Libertad*, 3, 1 e 2 (enero-diciembre 2020), p. 157-176. O “exercício da pobreza” não dispensou o “comércio com a pobreza” por parte das ordens religiosas mendicantes medievais. Vd. as obras, bem elucidativas dessa realidade, de Paul Bertrand, *Commerce avec dame Pauvreté. Structures et fonction des couvents mendiants à Liège (XIIIe-XIVe s.)*, Genève, Librairie Droz, 2004; Clément Lenoble, *L’exercice de la pauvreté. Économie et religion chez les franciscains d’Avignon (XIIIe-XVe siècle)*, Rennes, Presses Universitaire de Rennes, 2013.

¹¹ Vd. A. H. de Oliveira Marques, “Portugal na Crise do Séculos XIV e XV...”, cit., p. 530-548; Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005; Damião Peres, *D. João I*, Porto, Vertente, 1987 [1ª ed., 1917].

Os documentos que o demonstram não explicam, na verdade, como se conseguiu este depósito inicial de dinheiro, sendo claros, apenas, na explicitação das garantias de cobertura da soma “depositada” e dos modos por que o rei de Portugal passava a auferir de um crédito, no montante referido, destinado a pagamento de mandatos de levantamento apresentados pelo monarca e seus sucessores, ou algum procurador deles, assim como dos rendimentos que resultassem da aplicação, mormente por concessão de empréstimos e outras aplicações, com direito a juros – “commoditates” ou “interesses”, como são designados nos contratos então assinados – entre os 4,5 e 5%¹².

Foi procurador e *numularius* (responsável pelo dinheiro) do rei, neste negócio, tratado em Florença, Afonso Eanes, talvez um mercador português, atuante nessa ou nalgumas outras praças itálicas por esse tempo¹³, senão identificável, por hipótese alternativa, como Afonso Eanes da Atouguia, bacharel em Leis e desembargador ativo no Desembargo Real justamente pelos anos de 1412-1414¹⁴. No contrato datado de 1410, aliás, é referida a procuração passada ao dito Afonso Eanes, a qual foi lavrada, por mandado do rei português, a 1 de abril de 1410.

Da composição acordada entre o rei D. João I e os “priors e alferes” da cidade de Florença chegam-nos dois instrumentos de teor semelhante embora com algumas diferenças pontuais nalgumas cláusulas. O primeiro¹⁵, corresponde às decisões tomadas nos atos realizados nos dias 10 e 14 de outubro de 1409, respetivamente no conselho do povo (“consilio populi”) e no conselho do comum da cidade de Florença (“consilio comunis ciuitatis Florentie”) pelas quais se aceitou o acordo “secreto” sobre um crédito, resultante naturalmente de depósito ou das suas garantias, por parte de D. João I, rei de Portugal, de 20 mil florins de ouro velho, do cunho florentino.

Por este crédito, o rei português passava a usufruir, no dito Monte, dos rendimentos ou “interesses” anuais sobre 20 mil florins de ouro do cunho velho

¹² Publicam-se, no presente artigo, os documentos em causa (n.ºs 1 e 2).

¹³ Talvez o Afonso Eanes, presente em Pisa, negociante e correspondente do Abade D. Gomes na década de 1420. Vd. Rita Costa Gomes (ed.), *A Portuguese Abbot in Renaissance Florence. The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)*, Florença, Leo S. Olschki Editore, 2017, docs. 53, 62, 65, 67 et passim; Idem, “Between Pisa and Porto: Afonso Eanes, Merchant of the King of Portugal (1426-1440)” in Diogo Ramada Curto; Eric R. Dursteler; Julius Kirschner; Francesca Trivellato (eds.), *From Florence to the Mediterranean and Beyond*, Florence, Olshki, 2009, p. 235-248.

¹⁴ Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto, 1990, Biografia 10, p. 266.

¹⁵ Doc. 1, no apêndice.

florentino. Este crédito pertenceria sempre ao rei e à sua estirpe. Por cada cem florins de ouro concedidos, entenda-se emprestados, assentar-se-iam nos livros da contabilidade do Monte, em favor do rei e seus descendentes, 130 florins.

Por cada 100 florins áureos concedidos, o rei e seus descendentes teriam direito, ainda, a receber, anualmente, 5 florins de “rationem” e, por cada 130, outros 6,5 florins. Os resíduos, resultantes da “venda”, reverteriam “ad utilitatem” da comuna florentina. Tanto o monarca como os seus filhos não teriam encargos ou custos com as operações que os oficiais do Monte levassem a cabo. De interesses, ou seja, juros, pagar-se-ia ao rei e seus herdeiros o valor de 5%.

Consentia-se ao monarca e seus herdeiros e procuradores vender, trocar ou alienar os ditos “interesses et prouisionem”, com a condição de que, sendo esses negócios feitos com cidadãos florentinos, se mantivesse o preço primitivo estabelecido no contrato de crédito.

Nos seis dias seguintes, Afonso Eanes, procurador do soberano português, entregaria 18 mil florins de ouro, do cunho florentino, aos oficiais do Monte. Esperar-se-ia o assentimento do rei aos termos contratuais. Havendo concordância, seriam depositadas novas quantias, nos seis meses seguintes, até à soma de 40 mil florins de ouro. Neste período, o rei não estava obrigado a observar as cláusulas contratuais, podendo o contrato ficar nulo. Mas, para a sua confirmação, deveriam ser enviadas cartas solenes de ratificação. Em caso de nulidade do acordo, o dinheiro entregue seria restituído, sem perdas, ao rei.

Ficava à diligência dos oficiais do Monte a venda, em diversos tempos, deste crédito, recolhendo os juros, em benefício do monarca, sem custos para este. Nesse quadriénio, o rei ou o seu procurador poderiam vender esse crédito, no todo ou em parte, até à quantia de 20 mil florins de ouro por ano, desde que sem prejuízo para o “comum de Florença”. A comuna florentina não ficaria obrigada à restituição de qualquer quantia que fosse expendida ou gasta pelo monarca no maneo desses créditos. Aos oficiais do Monte, após a ratificação do contrato, deveriam ser entregues oito mil florins de ouro, de interesses.

Destas cláusulas foi redigido o ato de compromisso ou contrato devidamente subscrito pelas autoridades judiciais e notariais da comuna florentina. A 24 do referido mês de outubro de 1409, o pacto foi aprovado “in palatio populi florentino”.

Nos mesmos termos foi lavrado um outro diploma ou contrato, também aprovado a 24 de outubro de 1409, mas agora “in camera armorum”, determinando que os termos acordados deveriam ainda receber a aprovação, até ao mês de maio de 1410, dos oficiais do Monte do Comum que não se encontravam presentes na aprovação do ato anteriormente homologado. Os termos são os mesmos, com exceção das cláusulas relativas ao recebimento,

após a aprovação pelo rei português, até 15 mil florins de ouro, e não os 18 mil anteriormente indicados, assim como da que respeitava à verba relativa ao pagamento, aos oficiais do Monte, de 10 mil florins de ouro, e não dos 8 mil primeiramente aprovados.

Na aprovação deste segundo ato, o procurador do rei, Afonso Eanes, “numularius”, como se referiu, apresentou as cartas régias, com selos de chumbo pendentes por cordões de seda, datadas de 15 de maio de 1409, comprometendo-se a acolher os termos que viessem a ser definidos e convencionados. A 23 de junho de 1410, o contrato reformado recebia a aprovação “in palatio populi florentini”¹⁶.

3.

Poderia associar-se este acontecimento a necessidade de transferência de capital entre Portugal e aquela praça financeira mediterrânica, nas vésperas da conquista de Ceuta, e por eventual necessidade de despesas relacionáveis com a preparação da conquista da praça magrebina. Tal não se verificou. Certo é que, em junho de 1414, concluído um quadriénio sobre o contrato assinado entre o “Monte debitorum” florentino e o rei português, precisamente, andando já avançados os preparativos e despesas da armada de Ceuta¹⁷, essa enorme verba financeira de 20 mil florins de ouro, do cunho velho, de Florença, com os rendimentos entretanto gerados e acumulados, foram integralmente doados ao infante real secundogénito, D. Pedro¹⁸.

A carta de doação foi redigida por instâncias de Antão Martins, cônego de Lisboa, secretário do rei e notário público¹⁹, o qual pelas suas muitas ocupações,

¹⁶ Doc. 2, no apêndice.

¹⁷ Vd. Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, cit., p. 171 e seguintes; A. H. de Oliveira Marques, “Portugal na Crise do Séculos XIV e XV...”, cit., p. 541-544; João Gouveia Monteiro e António Martins Costa, *1415. A Conquista de Ceuta*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Manuscrito, 2015; Luís Miguel Duarte, *Ceuta, 1415. Seiscentos anos depois*, Lisboa, Libros Horizonte, 2015; Paulo Drumond Braga, *Uma Lança em África. História da Conquista de Ceuta*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2015; Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (ed.), *As Décadas de Ceuta (1385-1460)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2018.

¹⁸ Ver, no presente estudo, o doc. 3.

¹⁹ Tratar-se-á de Antão Martins, depois embaixador ao Concílio de Constância, tendo sido promovido ao episcopado do Porto, em 1423-24, e elevado ao cardinalato, em 1439. Faleceria, em Roma, em 1447. Mariana Alexandra Monteiro, *Do morro da Sé à cúpula de Roma: D. Antão Martins de Chaves, prelado portuense do século XV (1423-1447)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008, p. 29-37; Saul António Gomes, “Embaixadores de Portugal junto da Santa Sé” in Carlos Moreira de Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001, vol. 2, p. 180.

todavia, não escreveu o ato, tão somente o averbou. Como testemunhas da doação régia, aparecem os nobres Diogo Borges²⁰, Rodrigo Gomes da Silva²¹ e Pedro Nunes de Ataíde²².

No seu testamento, feito em 1426, momento em que o infante D. Pedro realizava o seu longo périplo pela Europa, passando por Bruges e dirigindo-se posteriormente à cúria do imperador Segismundo, D. João I, apelando ao sucessor para que protegesse os infantes seus irmãos, refere-se mais especificamente ao caso do infante das Sete Partidas, reafirmando deixar-lhe: “aalem das terras que tem, o que lhe demos no comum de Floremça, pella guisa que as them per nossa cartas, e assy a seus filhos mayores e netos e a outros decemdemtes lidimos por linha direita”²³.

Entre as despesas extraordinárias realizadas por D. João I, desde a conquista de Ceuta até à sua morte, ou seja, entre 1415 e 1433, segundo José Soares da Silva, aparece uma verba de 1 000 dobras relativas “a hida do Infante D. Pedro com o Cambio de Florença que lhe comprou El Rey”²⁴. Um dos primeiros biógrafos do infante registou que D. João I doou ao filho doze mil peças de ouro²⁵. Entre as receitas e despesas apuradas por Jorge de Faro, há um registo que refere ter D. João I depositado no “Caimbo de Florencia” cinquenta mil dobras, em nome de D. Pedro, para seu sustento e da sua comitiva, aquando do périplo que o infante realizou pela Europa²⁶.

²⁰ A 14 de junho de 1385, D. João I confirmou a Diogo Gonçalves Borges, seu vassalo, as terras de Ourilhe, Calvos e portagem do barco de Ourilhe (*Chancelarias Portuguesas. D. João I*, vol. 1 – tomo 2 (Org. João José Alves Dias), Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2005, doc. 773, p. 135).

²¹ Tratar-se-á de Rodrigo ou Rui Gomes da Silva, que veio a ser alcaide de Campo Maior e Ouguela, pai de Santa Beatriz da Silva e do Beato Amadeu da Silva. (A. Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2ª ed., Lisboa, 1973, p. 15-18).

²² Pedro Nunes de Ataíde poderá ser parente de João de Ataíde, genro de Nuno Fernandes de Codornelos, vassalo do rei, do qual recebeu a vila de Penacova com o paço da Aboboreira “que jaz na Riba de Momdeguo”, de jure e herdade, por carta dada em Coimbra, a 10 de abril de 1385. João de Ataíde foi camareiro-mor do infante D. Duarte. Em 1421, já era falecido. Sucedeu-lhe, na casa, o filho, Pêro de Ataíde. (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – Chancelaria de D. Manuel I, livro 29, fls. 51 e 53).

²³ *Monumenta Henricina*, vol. III (1421-1431), Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do Vº Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, doc. 70, p. 133.

²⁴ *Monumenta Henricina*, vol. IV (1431-1434), Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do Vº Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1962, doc. 65, p. 235.

²⁵ Gomez de Santisteban, *O Livro do Infante D. Pedro que Viajou pelas Quatro Partes do Mundo* (edição crítica de Francis M. Rogers), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1962, p. 66.

²⁶ Jorge Faro, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481. Subsídios documentais*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1965, p. 67.

A 16 de junho de 1428, encontrando-se em Pisa, recolhido à hospitalidade dos frades do Mosteiro de S. Francisco, o infante D. Pedro, acompanhado pelo seu chanceler, D. Estêvão, doutor em Decretos²⁷, por D. Diogo Gonçalves²⁸, cavaleiro e vedor (“magistro Curie dicti Domini Infantis”) da casa do infante, e outros notáveis cidadãos locais, nomeou Gonçalo Fernandes, seu escudeiro, como procurador pleno (“actorem, factorem et certum nuntium speciale”) junto das autoridades de Florença para todos os assuntos relativos às quantias de dinheiros e dos florins de ouro depositados no Câmbio daquela cidade²⁹.

Em 1444, o crédito do infante D. Pedro, no Monte, somava 3 147 florins, nove soldos e oito dinheiros. A 2 de outubro desse ano, os responsáveis pelo Monte Comum confirmavam que o infante D. Pedro era credor de 41 582 florins, à razão de juro de 5% anuais. O pagamento destes interesses, todavia, não fora satisfeito, levando a um arresto, ordenado pela Duquesa da Borgonha, irmã do infante, junto dos mercadores florentinos “in partibus Flandriae et similiter contra patrono galearum quae anno praeterito ad dictas partes iverunt”³⁰.

As boas relações entre Florença e o rei português atestam-se, por carta de 9 de janeiro de 1430, quando as autoridades da Senhoria escrevem ao monarca congratulando-se pelo bom tratamento que este dera, no porto de Lisboa, a uma galé e seus mareantes que se dirigiam para a Flandres, concedendo-lhes privilégios semelhantes aos que usufruíam os venezianos³¹. Senhoria

²⁷ Tratar-se-á do Dr. Estêvão Afonso, do conselho real e chanceler-mor do infante D. Pedro e “clérigo de missa”. Uma sua filha, Inês Afonso, mulher de Mestre Martinho, havida de Mor Rodrigues, mulher solteira ao tempo do nascimento, recebeu carta régia de legitimação, a 17 de março de 1441, Lisboa (ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 61).

²⁸ Trata-se de Diogo Gonçalves de Travassos, cujo túmulo raso, com uma magnífica tampa esculpida e o respetivo brasão com lápide funerária epigrafada, na parede conjunta, se pode admirar no Mosteiro da Batalha, à entrada da chamada Capela do Fundador. Vd., sobre este vedor, Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média. (Estudo de História Rural)*, vol. II, Coimbra, Faculdade de Letras, 1983, apêndice XII, p. 3-4; Saul António Gomes, “O Mosteiro da Batalha e os seus túmulos e capelas particulares” in *A Capela dos Sousas no Mosteiro da Batalha*, Batalha, Câmara Municipal da Batalha, 2012, p. 11-25.

²⁹ A procuração foi outorgada, como se lê no escatocolo da mesma, “in cameretta parvula iuxta salam camere consuete residentie Reverendi Patri Ministri Ordinis Fratrum Minorum Sancti Francisci, quando in Pisis residere contingit, posita in conventu Sancti Francisci Pisane civitatis, in angulo secundi claustrum dicti conventus, prope claustrum quoque ipsius conventus, que cameretta est aperte dicti claustrum quoque (...)”. *Serto di Documenti attenenti all Reali Case di Savoia e di Braganza, per le Auspicatissime Nozze di Sua A.R. La Principessa Pia di Savoia com Sua Maestà Don Luigi I Re di Portogallo*, Florença, Stamperia Reale di Firenze, 1862, doc. XXIII, p. 113-119.

³⁰ Manuel Cardoso Mendes Atanásio, *A Arte em Florença no Séc. XV e a Capela do Cardeal de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, doc. 11, p. 193-195.

³¹ Era capitão da galé florentina Luca di Maso degli Albizi, o qual se refere, em carta de 10 de janeiro de 1429, por ele dirigida aos Cônsules do Mar de Florença, ao bom acolhimento que

florentina que se congratulará, também, junto do rei D. Afonso V, por carta de 12 de setembro de 1456, ao saber da empresa militar que ele se propunha levar a cabo contra o Turco, motivando resposta do monarca, agradecendo justamente a manifestação de regozijo dos florentinos, a 8 de novembro de 1456, que se apressaram a dirigir novo agradecimento ao rei lusitano por missiva datada de 5 de março de 1457³². Ainda mais tarde, a 5 de novembro de 1471, a Senhoria dirigirá a D. Afonso V nova carta de congratulações, bastante encomiástica, aliás, desta feita a pretexto da sua vitória sobre os mouros em Arzila, “opulentissimum oppidum”³³.

4.

A morte do infante D. Pedro, em Alfarrobeira, em maio de 1449, abriu certamente o processo sucessório, mas as dissensões que então atravessaram a família real, mormente com a posição régia de chamar à Coroa direitos de reversão e apropriação dos bens dos que foram considerados desleais e traidores ao monarca, não terão facilitado qualquer solução imediata em torno do dinheiro depositado em Florença³⁴. Só com os tempos de reconciliação, alcançados após o nascimento do príncipe herdeiro, futuro D. João II, em 1455, é que o processo sucessório relativo ao dinheiro de Florença parece ter-se debloqueado. Nesse ínterim, os herdeiros do malgrado infante procuravam administrar e usufruir do legado paterno.

Com a garantia do dinheiro de Florença, concedeu D. Guiomar de Castro, condessa da Atouguia, em diversas ocasiões, ao infante D. Pedro, caído em

recebera do monarca luso, tendo obtido “franquezas” nos seus portos. A esse acolhimento amistoso não terá sido estranha a intervenção de Antonio Marabotto e de Bartolomeo da Firenze, decerto mercadores com interesses em Portugal. Poderá ter sido nesse contexto que o rei, escrevendo à Senhoria, lhe recomendou um Isaac Hebreu, português, estante em Florença, a fim de receber certo dinheiro que pertencia ao monarca e se encontrava entre os bens confiscados às famílias Médici e Tornabuoni. Vd. *Serto di Documenti...*, cit., doc. XXIV, p. 121-122 e 219-220.

³² *Serto di Documenti...*, cit., docs. XXXII a XXXIV, p. 139-144.

³³ *Serto di Documenti...*, cit., doc. XXXVII, p. 151-152.

³⁴ Vd. J. P. Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Clube do Autor, 2022, p. 73 e seguintes [segue a 1ª edição, de 1891, mantendo as preciosas notas documentais no final do livro]; Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira, Antecedentes e significado histórico*, 2 vols., Coimbra, Universidade, 1979; Idem, *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra – Itinerário e Ensaio Histórico*, Porto, Universidade Portucalense, 1997; Maria Helena da Cruz Coelho, “O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra”, *Biblos*, LXIX (1993), Coimbra, p. 15-57; Idem, *D. João I: o que re-colheu Boa Memória...*, cit., p. 242-243; Ana Maria S. A. Rodrigues, “O Infante Dom Pedro e as suas Viagens Reais e Imaginárias” in Vânia Leite Fróes et al. (ed.), *Viagens e Espaços Imaginários na Idade Média*, Rio de Janeiro, Anpuh-Rio, 2018, p. 9-27.

Alfarrobeira, quantias que atingiram a soma de 981 825 reais brancos e 7,5 pretos. Por ocasião da morte do infante, em 1449, o valor acumulado no Monte de Florença atingiria o equivalente a três milhões de reais brancos. A Condessa da Atouguia, avançando somas, sob garantia desse dinheiro do Monte florentino, a diversos herdeiros do Duque de Coimbra, passou inquietações nas demandas judiciais que teve de levar a cabo para boa cobrança dos empréstimos efetuados. Fê-lo pelo menos em relação aos infantes herdeiros da rainha D. Isabel, a D. Pedro, candidato ao trono de Aragão, a D. João, príncipe de Antioquia e a sua irmã, menor, D. Catarina³⁵. Por sentença régia de D. Afonso V, de 4 de maio de 1462, as quantias em dívida foram reconhecidas e ordenado o seu pagamento³⁶.

Também a rainha D. Isabel, no testamento ditado a 25 de fevereiro de 1452, declarava destinar à irmã, D. Filipa, “a parte que tenho no cambo de Florença” e de tudo o que pudesse herdar do património paterno³⁷. Todavia, por carta assinada a 29 de julho de 1454, em Lisboa, enviada a Cosme e a Pedro de Médicis, a rainha rogava-lhes que fizessem entregar a seu irmão, D. Pedro, o rendimento anual do crédito do Comum do Monte de Florença³⁸.

Por seu turno, no contrato de casamento, assinado a 6 de maio de 1453, em Lille, de Beatriz de Portugal, com Adolfo de Clèves, intermediado por Filipe e Isabel, duques da Borgonha, seus tios, regista-se que integrava o património da infanta, filha do

très hault et puissant prince l’infant dom Prettre de Portugal, en son vivant duc de Coimbre (...) des biens de feu mon dit seigneur le duc de Coimbre leur pere, mesmement sur la rente que avoit mon dit seigneur de Coimbre en son vivant sur le mont de Florence pour les dites mil livres de rente perpetuelle, prendre et lever sur le dit mont de Florence et sur les autres biens du dit feu monsieur de Coimbre³⁹.

³⁵ Vd., sobre esta infanta, leia-se Teixeira de Carvalho, “Historia de uma arca de pedra e de uma madeixa de cabelos loiros”, *Atlantida – Mensario Artístico, Literario e Social para Portugal e Brazil*, Ano II, 18 (1917), p. 419-433.

³⁶ Anselmo Braamcamp Freire, “A avó materna de Affonso de Albuquerque (Os Penhoristas do Seculo XV)”, *Archivo Historico Portuguez*, 1 (dezembro de 1903), p. 418-419.

³⁷ D. António Caetano de Sousa, *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, tomo II, Lisboa, Oficina Silviana e da Academia Real, 1742, p. 52.

³⁸ *Monumenta Henricina*, vol. XII (1454-1456), Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1971, doc. 14, p. 20-21.

³⁹ Landesarchiv NRW Abteilung Rheinland- AA 0611 / Ravenstein, Urkunden AA 0611, Nr. 2 – a. [Ref.: https://www.archive.nrw.de/archivsuche?link=VERZEICHUNGSEINHEIT-Vz_9865a6bc-2374-43fc-9697-991f6301786d].

A 11 de julho de 1458, precisamente, o embaixador do Duque de Clèves em Florença, reclamaria da Senhoria a entrega, ao seu senhor, da parte dos rendimentos do dinheiro existente no Montepio florentino que pertenciam à sua mulher, filha do infante D. Pedro. A resposta das autoridades florentinas foi todavia muito evasiva, adiando o pagamento solicitado, mau grado a insistência do embaixador, o que pode traduzir sintomas de tempos de crise ou de declínio do próprio Monte⁴⁰.

D. Afonso V não abriu mão da parte da herança de D. Isabel, no dinheiro herdado do Monte florentino, que entendia pertencer aos filhos do casal. A morte do cardeal de Portugal, D. Jaime, em 1459, por outro lado, justificaria nova intervenção do soberano e da infanta D. Filipa, reclamando o pagamento dos créditos deles e do decesso cardeal, apurando-se, em conselho do Monte do Comum de 18 de junho de 1463, um crédito, em favor de cada um dos sete herdeiros do duque de Coimbra na ordem dos 5 940 florins⁴¹.

Na verdade, por carta do rei D. Afonso V, despachada de Santarém a 27 de janeiro de 1460, e dirigida aos magistrados do governo de Florença, lê-se que haviam ficado, à morte do infante D. Pedro, no Monte daquela cidade, 41 580 florins de ouro, devidos aos sete herdeiros, a saber, D. Pedro, administrador da Ordem de Avis, D. Jaime, que fora cardeal, D. João, príncipe de Antioquia, D. Filipa, D. Beatriz e D. Catarina e, ainda, a rainha D. Isabel, já falecida, mas cuja parte o monarca, como se referiu, entendia ser devida aos filhos e herdeiros de ambos, o príncipe D. João e a infanta D. Joana, cujo tutor era. E porque o era, solicitava às autoridades florentinas que a soma que lhes pertencia, estimada em 5 940 florins mais $\frac{1}{4}$ de florim, com outros juros (“commoditates”) daí resultantes, deveriam ser acautelados e registados, como seus, nos livros de crédito do Monte florentino, à razão de 8% ao ano, ou seja, com 297 florins de juro anuais⁴².

O apelo, como se viu, sucedia à recente morte do Cardeal de Portugal, acontecimento funesto que a Senhoria muito lamentou em carta de pêsames enviada ao rei português, com data de 24 de maio de 1460⁴³. Nova missiva da

⁴⁰ *Serto di Documenti...*, cit., doc. XXXV, p. 145-148. Vd., sobre a situação bancária na Florença de Quatrocentos, George Holmes, “How the Medici Became the Pope’s Bankers”, *Florentine Studies: Politics and Society in Renaissance Florence* (ed. Nicolai Rubinstein), vol. 1, London, Northwestern University Press, 1968, p. 357-380; Bichard A. Goldthwait, “The Medici Bank and the World of Florentine Capitalism”, *Past & Present* 114 (February 1987), p. 3-31.

⁴¹ Manuel Mendes Atanázio, *A Arte em Florença...*, cit., doc. 1, p. 183-186.

⁴² *Serto di Documenti...*, cit., doc. XXXVI, p. 149-150; Manuel Mendes Atanázio, *A Arte em Florença...*, cit., doc. 6, p. 189.

⁴³ Manuel Mendes Atanázio, *A Arte em Florença...*, cit., doc. 7, p. 190.

Senhoria para D. Afonso V, a 18 de julho desse ano, justificava a demora na remissão da reclamada sétima parte do dinheiro⁴⁴.

A infanta D. Filipa renovará queixas, nos anos seguintes, pelos atrasos e obstáculos levantados pelas autoridades florentinas para pagamento dos dinheiros que lhe eram devidos no Monte, chegando a obrigar D. Afonso V e o príncipe herdeiro, D. João II, a dirigirem-se a Lourenço, o Magnífico, por cartas de 15 de julho e de 20 de agosto, respetivamente, de 1473, pedindo-lhe intermediação para boa resolução do assunto⁴⁵.

5.

Em dia e mês não definidos do ano de 1459, mas seguramente antes de 27 de agosto desse ano⁴⁶, no sobreclaustrado da Sé de Lisboa, junto às pousadas de Pedro Gomes, reitor da igreja paroquial de Santa Maria da Azambuja, notário apostólico e secretário do senhor D. Jaime, cardeal-diácono do título de Santo Eustáquio, administrador perpétuo do Arcebispado Lisboa, presente Luís Eanes, vigário geral no espiritual e temporal do bispado, e testemunhas circunstantes, compareceu Fernando Eanes, escudeiro e servidor da casa do infante D. Pedro, governador da Ordem Militar de Avis⁴⁷, como seu representante em virtude de carta de procuração do dito infante, escrita pela mão do seu secretário, Rodrigo Vasques⁴⁸.

⁴⁴ Manuel Mendes Atanázio, *A Arte em Florença...*, cit., doc. 10, p. 192-193.

⁴⁵ *Serto di Documenti...*, cit., doc. XXXVIII, p. 155-156 e 224-225.

⁴⁶ Tenha-se presente que o Cardeal D. Jaime morreu a 27 de agosto de 1459, em Florença, pousando na casa de Francesco di Niccolò Campino, mercador muito empenhado com a Casa Real de Portugal (*Serto di Documenti...*, cit., p. 223-224). O ato em causa, a que se refere o nosso texto, abre referindo-se a D. Jaime, cardeal, como ainda vivo, vindo a ser selado, todavia, já depois da sua morte, sede vacante, situação explicitamente referida no escatocolo do diploma, datado de 24 de novembro do referido ano de 1459. Vd. Luís Filipe Oliveira e Mário Farelo, “Jaime de Portugal (1453-1459)” in João Luís Inglês (dir.), *Bispos e Arcebispo de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2018, p. 515-530.

⁴⁷ É aceitável que este Fernando Eanes seja o que, tendo acompanhado o Condestável D. Pedro à Catalunha, aqui viesse a exercer funções de lugar-tenente do tesoureiro do governo de D. Pedro. Luís Adão da Fonseca propõe a sua identificação com o escudeiro do duque de Coimbra, pai do Condestável, que foi escrivão dos contos de Lisboa (Luís Adão Fonseca, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1982, biografia 112, p. 334-335).

⁴⁸ Rodrigo Vasques será o escolar que combateu em Alfarrobeira ao lado do infante D. Pedro, tornando-se notário e escrivão da puridade do Condestável português. Com ele esteve na Catalunha, onde desempenhou o cargo de secretário do pretendente ao trono (Luís Adão da Fonseca..., cit., biografia 371, p. 359).

O procurador do Condestável de Portugal solicitava ao mencionado notário apostólico a emissão de cópias autenticadas de um dossiê processual respeitante ao crédito que o rei D. João I negociara no Câmbio ou Monte do Comum de Florença, em 1409-1410, e doara, com a anuência da rainha D. Filipa e do infante herdeiro, D. Duarte, a 15 de junho de 1414, ao infante D. Pedro, para aumento da sua casa e estado⁴⁹. Estes são os documentos que nos chegam e elucidam este dado histórico relevante, por longo período temporal, como se exporá, na vida das primeiras gerações da família real de Avis.

Para a execução das públicas-formas pedidas, a infanta D. Filipa fez apresentar, por um seu escudeiro, Rodrigo de Oliveira⁵⁰, ao mencionado vigário diocesano e ao notário apostólico olisiponense, as cartas de 10 e 14 outubro de 1409 e de 4 e 7 de agosto de 1410, lavradas em Florença, e a referida doação régia, de 1414, em favor do infante D. Pedro e dos seus herdeiros.

Tanto a citada carta de doação, como os contratos da composição creditícia estabelecida entre D. João I e os representantes do Monte de Florença foram, então, trasladados em públicas-formas, pedidas pelo procurador do condestável D. Pedro. Não sabemos se os traslados então efetuados foram apenas os exemplares que aqui se dão a conhecer, se houve outros traslados eventualmente entregues ao próprio condestável de Portugal ou a outros herdeiros do dinheiro do Monte florentino.

Pesquisas futuras permitirão, certamente, acrescentar mais informação histórica e aprofundar o conhecimento deste crédito estabelecido pelo rei D. João I, mantido pelo seu filho, infante D. Pedro, e disputado pelos filhos e herdeiros deste. Qual o destino que esse dinheiro acabou por ter, é uma pergunta ainda sem resposta cabal face aos elementos que se conhecem.

As públicas-formas que nos chegam do contrato de 1409-10 e da sua entrega ao infante D. Pedro, todavia, pertenceram, de seguro, à infanta Beatriz de Portugal, casada com Adolfo de Clèves em 1453, como se observou, vindo a falecer pouco depois, em fevereiro de 1462. O seu filho, Filipe, sucessor no condado, e demais descendentes, aliás, não esqueceriam o seu parentesco com

⁴⁹ Justamente os documentos 1, 2 e 3 que ora se publicam.

⁵⁰ De difícil identificação. Há um Rodrigo Eanes de Oliveira, escudeiro, nomeado tabelião de Pedrógão Grande por D. Afonso V e confirmado, no ofício, em 1482, por D. João II. (ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 6, fl. 49; ref^a em Bitagap texid 27486, em : <https://pb.lib.berkeley.edu/xtf/servlet/org.cdlib.xtf.dynaXML.DynaXML?source=/BITAGAP/Display/27486BITAGAP.Work.xml&style=Work.xsl&gobk=http%3A%2F%2Fpb.lib.berkeley.edu%2Fxtf%2Fsearch%3Frmode%3Dphilobitagap%26title%3Dbeja%26text-join%3Dand%26rmode%3Dphilobeta%26browseout%3Dwork%26sort%3Dmoniker%26startDoc%3D21>).

a casa ducal de Coimbra, não tendo deixado de brandir, como sucedeu em 1510, direitos sucessórios no ducado português⁵¹.

É precisamente entre a documentação proveniente da família do Conde de Clèves, senhores de Ravenstein, custodiada nos Arquivos do Estado do Departamento da Renânia, Renânia do Norte-Vestfália, que se encontram os três traslados, realizados em 1459, dos contratos e da doação do dinheiro do Monte de Florença ao infante D. Pedro que seguidamente se publicam.

Documentos⁵²

Documento 1

1459 novembro, 20, Lisboa – *Pública-forma da primeira versão do contrato, concluído a 24 de outubro de 1409, Florença, feito entre o “Monte debitorum” da comuna de Florença e o rei D. João I, relativo a um crédito de 20 mil florins de ouro.*

Landesarchiv NRW Abteilung Rheinland - AA 0053 / Kleve-Mark, Urkunden AA 0053, Nr. 1012.

Acessível em linha: [https://dfg-viewer.de/show/?tx_dlf\[id\]=https%3A%2F%2Fwww.landesarchiv-nrw.de%2Fdigitalisate%2FAbt_Rheinland%2FAA_0053_Kleve_Mark%2F%7E010%2F01013%2Fmets.xml](https://dfg-viewer.de/show/?tx_dlf[id]=https%3A%2F%2Fwww.landesarchiv-nrw.de%2Fdigitalisate%2FAbt_Rheinland%2FAA_0053_Kleve_Mark%2F%7E010%2F01013%2Fmets.xml)

In nomine Domini, amem. Nouerint uniuersi presentis publici instrumenti seriem inspecturi quod anno a natiuitate Domini millesimo quadingentesimo quinquagesimo nono super clauastro sedis siue ecclesie maioris nobilis ciuitatis Ulixbonensis in domo habitacionis mei Petri Gomecii rectoris ecclesie parrochialis Beate Marie de Azambuia publici et auctoritate apostolica

⁵¹ Ver documento 4. Filipe de Clèves, senhor de Ravestein, veio a falecer em 1528. Foi um notável bibliófilo, tendo herdado preciosos manuscritos da coleção dos duques da Borgonha. Assinava os códices que lhe pertenciam e fazia pintar neles a sua divisa com o moto: “A JAMAIS”. Vd. Anne Korteweg, “La bibliothèque de Philippe de Clèves : inventaire et manuscrits parvenus jusqu’à nous”, *Entre la ville, la noblesse et l’Etat : Philippe de Clèves (1456-1538), homme politique et bibliophile*, Turnhout, Brepols, 2007, p. 183-221 ; “Collection de Philippe de Clèves (Filips van Kleef ; + 1528)”, na base : Bibale-IRHT/CNRS (<https://bibale.irht.cnrs.fr/8284>) e também : <https://bibale.irht.cnrs.fr/20244> (Consultas feitas em 03/03/2024).

⁵² Seguimos, na transcrição paleográfica dos textos, as linhas essenciais definidas em Avelino de Jesus da Costa, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, 3.^a ed., Coimbra, Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993.

notarii, secretariisque reuerendissimi in Christo patris et domini domini Jacobi Dei et apostolice sedis gratia dyachony cardinalis Sancti Eustachii atque administratoris perpetui ecclesie et archiepiscopatus Ulixbonensis et testium infrascriptorum, ante in eadem domo venerabili et discreto viro Ludouico Johannis canonico Ulixbonensis et vicario generali in spiritualibus et temporalibus predicti reuerendissimo domini cardinalis, comparuit Fernandus Johannis scutiffer et continuus familiaris illustrissimi principis domini Petri gubernatoris ordinis milicie de Ausio tamquam procurator predicti domini prout in quodam aluareto procurationis scripto per manu Roderici Valasci ipsius domini Petri secretarii signato nomine prefati domini principis eiusque signeto secreto cera nigra impresso sigilato non viciato non cancelato neque in aliqua sui parte suspecto sed omni prorsus vicio et suspicionem carente prout prima facie apparebat.

Et statim per dictum Fernandum Johannis expositum fuit predicto vicario et michi notario qualiter predictus dominus princeps sibi mandauerat ut transuntum siue copiam quarundam literarum, scilicet, donacionis excellentissimi ac potentissimi et victoriosissimi principis et domini domini quondam regis Johannis, et excellentissime domine regine Philipe eiusdem uxoris, et illustrissimi principis et domini iffantis Eduardi eorum primogeniti cum aliis duobus instrumentis compositionum siue tractum inter ipsum dominum regem Johannem et ciues florentinos ab illustrissima sorore sua domina Philipa peteret. Et quia a predicta domina acceperat quod predictae litere de mandato suo erant in manu mei dicti notarii. Ideo me dictum notarium nomine dicti domini sui requirebat ut copiam siue transuntum dictarum literarum, scilicet, donacionis et aliorum instrumentorum compositionum sibi dare requirens ipse Fernandus Johannis procurator predictum vicarium ut auctoritatem ordinariam dictis transuntis interponeret et sub sigillo predicti reuerendissimi domini cardinalis et signo meo publico dictas scripturas siue dictos transuntos sibi dari mandaret.

Et statim per venerabilem virum Rodericum de Oliueira scutiferum predictae domine Philipe michi dicto notario fuit presentatum quodam instrumentum scriptum in pargameno datum et actum in ciuitate florentina die decimo mensis octobris in consilio populi et die quarto decimo eiusdem mensis in consilio comunis ciuitatis Florentie anno incarnationis domini nostri Jhesu Christi millesimo quadingentesimo nono, signatum et reddatum in publica forma et suscriptum per Antonium filium Ser Pieri notarium publicum in anno Domini ab eius incarnatione millesimo quadingentesimo decimo in die quarta et die septima mensis augusti anni eiusdem, non uiciatum, non cancelatum, nec rasum aut aliqua suarum parte suspectum sed omni prorsus vicio et suspicionem carentem prout prima facie apparebat cuius tenor de verbo ad verbum sequitur et est talis:

In Dei nomine, amem. Anno incarnationis Domini nostri Jhesu Christi millesimo quadringentesimo nono, indictione tercia, die decimo menssis octobris in consilio populi et die quarto decimo eiusdem menssis in consilio comunis ciuitatis Florentie, mandato magnificorum dominorum, dominorum priorum artium et vexiliferi justicie populi et comunis Florentie pletoria conuocacione campaneque sinitu in palacio populi florentini more solito congregatus. Quorum dominorum priorum et vexiliferi nomina ista sunt, videlicet, Girolamus Nicholay Gerutii, Jacobus Latozei Nasi, Andreas Sindri Raugugii, Jacobus Nicholay Dericcalbanis, Antonius Leonardi de Strocis, Laurencius Pieri Lenci, Philipus Siluestri nati Capsetarius et Dominicus Lulli Corazarius, priores artium, et Nicholaus Maneti de Felicaria vexilifer iusticie populi et comunis Florentie. Et per ipsa iam dicta concilia in sufficientibus numeris congregata in palacio supradicto totaliter aprobata amissa et acceptata fuit infrascripta prouisio facta et hedita super tractis omnibus et singulis per dictos priores et vexilifer gonfaloneros societatem populi et duodecim bonos viros comunis Florentie secundum formam ordinamentorum dicti comunis. Et I^a proxime et immediatis annotata et scripta. Et prouisum et decliberatum fuit quod in hiis et super hiis omnibus et singulis subscriptis procedatur obseruari et firmetur et fiat et fixum et stabile esse intelligatur et sit in omnibus et per omnia secundum et prout inferius continetur.

Credentes magnifici et potentes domini, domini priores artium et vexilifer justicie populi et comunis Florentie infra ordinanda prouidenda et scribenda cedere ad magnam utilitatem et etiam ad honorem dicti comunis. Et super ipsis etiam requisiti pro parte infrascripti domini regis. Et habita super hiis inuicem, et una cum officiis gonfaloneriorum societatum populi et duodecim bonorum virorum comunis Florentie deliberatione solempne. Et demum intra ipsos omnes in sufficienti numero congregatos in palacio populi florentini, premissis facto et celebrato solempniter et secreto scriptum et obtempto partito ad fabas nigras et albas secundum ordinem dicti comunis eorum proprio motu pro utilitate comunis eiusdem et omni uia iure et modo quibus melius potuerunt prouiderunt et ordinauerunt et deliberauerunt die quinto menssis octobris anno millesimo quadringentesimo nono inditione tercia quod hinc ad per totum menssem maii proxime futuris officiales officii dominum debitorum montium comunis Florentie et seu due partes eorum aliis etiam absentibus et requisitis aut contradicentibus uel remotis uel quomodolibet impeditis possint simul uel separati et semel et pluries pro dicto comuni et eius parte conuenire componere et pascisci conuentiones compositiones et pacta cum effectum facere de et super omnibus et singulis de quibus infra scribetur cum serenissimo domino Johanne Dei gracia rege Portugalie et seu quocumque uel quibuscumque habente uel habentibus mandatum ab eo videlicet:

Quod dictus dominus rex uel alius pro eo possit et sibi liceat infra tempum quatuor annorum a die ratificationis domini regis proxime futurorum emere de crediti dictorum montium tota credita quorum interesse et prouissio possit ascendere pro anno quolibet usque ad sumam florenorum viginti milium auri de floreni de sigillo veteri florenorum florentinorum secundum effectum et rationem de quibus et infra dicitur. Hoc addicto quod officiales montis non teneantur recipere pro prediis a dicto domino rege ultra quindecim milia florentinos pro menssis dicti tempis quatuor annorum. Et quod credita emanantur pro officiale pro dicto et sub nomine dicti domini regis.

Item quod dicta credita que etiam possint et debeant scribi simul uel diuisim sub nomine dicti domini regis et quod ualeant quod se retinere quandiu sibi placuerit uel dictos redditus dicte sume appropriare uni ex natis suis cuicumque uoluerit uel etiam diuidere intra eosdem et eisdem uel cuilibet eorum de dictis redditibus successione uel substitutione ordinare uel alteri de sua stirpe et sanguine cuicumque sibi placuisset nulla amplius a dicta comunitate nec ab officialibus petita licencia set vigore istius.

Item quod quicquid expedierit pro dictis creditis uel quecumque et quotienscumque ex dictis creditis empta fuerint pro quocumque precio effectus sequatur et sic iste uidelicet quod pro quibuscumque florenis centum auri de bonis et ueri qui expenditur per dictum uel pro dicto rege scribantur in libris montium florenos centum triginta et non ultra sub nomine dicti domini regi sint seu filii uel filiorum uel cuiuscumque sibi placuerit de sua stirpe et sanguine pro quibus habeat ad rationem quinque auri pro quolibet centenario de scriptis et pro anno quolibet uidelicet pro quibuslibet centum triginta florenis descriptis florenos sex auri et dimidium alterius floreni pro anno et <ad> rationem anni et non ultra. Et residuum quod haberetur a uenditore sui crediti pro dictis centum florenis de bonis qui expenderentur sit ad utilitatem dicti comuni. Et exinde finiatur et liberetur ipsum comune libere. Et sic obseruetur realiter et bona fide. Et debeant dicti officiales et comunis curre in contractu et seu conuencionibus apponere. Quod in preciiis quibus credita emanantur pro dicto domino rege taliter procedatur quod comune Florentie suam utilitatem consequatur et ipsa non fraudetur.

Item quod predictis creditis que emanant et scribuntur sub nomine dicti domini regi et seu filiorum uel cuiuscumque de sua stirpe et sanguine non teneantur ipse dominus rex et seu filii neque obligati sint pro dictis emptionibus et scripturis de ipsi faciendis in libris montium ad aliquam grauedinem dicti comunis realiter uel personaliter nec possit nec debeat imponi ullo tempore ipso rege aut filiis aliqua prestancia per dictum comune uel eius officiales directe uel indirecte uel aliquo quesito coloro. Et hoc obseruetur secundum bona et recta fidem et secundum sanum et rectum intellectum. Et in super quod predicti

creditis aut eorum emptionibus uel finis et liberalis predictis aut pro eo quod scriberetur sub nomine dicti domini regis et seu et filiorum uel cuiuscumque eorum non debeat per ipsum dominum regem uel eius filios uel alios predictos solui uel dari aliqua gabella grossa uel minia dicto comuni uel suis officialibus.

Item quod interesse et prouisio predictorum predictis creditis soluatur et detur et solui et dari possit et debeat ad dictam rationem quinque pro centenario de scriptis in illis temporibus et terminis in quibus dictum comune soluit et soluet ciuibus florentinis sine aliqua dilatione uel cauillatione et si in aliquo casu occurrente dictum comunis ordinasse uel ordinaretur seu stabiliret ex ciuibus florentinis aut forensibus differretur ad tempus solucio talis interesse in totum uel in parte. Ita quod in tali ordinamento uel stabilimento facto uel faciendo non includatur dicti interesse quinque pro centenario descriptis debitum domino rege et seu filiis sed soluatur ut dictum est.

Item quod dicta credita dicti domini regi set filiorum intelligantur esse et sint fortificata munita et roborata omnibus et singulis fortificacionibus prohibicionibus securitatibus et cautelis quibus sunt munita fortificata et roborata credita dictorum montium debita ciuibus florentini. Ita est quod pro aliquo malleficio uel excessu aut alia causa aut alio quesito colore non possint in totum uel in partem confiscari annullari remoueri uel tolli ad eo domino rege et seu eius filiis aut successoribus uno uel pluribus in totum uel in partem quoquo modo.

Item quod dictus dominus rex et eius filii in quod de dictis creditis scripta essent et eorum herede et eorum procurator seu procuratores possint et eis liceat huiusmodi credita et interesse et prouisionem permutare vendere et alienare in quemlibet ciuem florentinum et non in forense omni tempore prout eis placuerit in totum et in partem et simul et diuisim et cum interesse et sine tam solum modo cum iuribus que haberent ipsi non obstante aliqua prohibicione aut reformatione facta uel fieret in contrarium que predictis non habeat iudicare. Hoc tandem declarato quod sy comune Florentie montis uellent emere de ipsis crediti pro illo precio quod reuera inumeretur a ciuibus florentinis debeant uendere comuni pro ipso eodem precio antequam alii ipsa credita. Et sic bona fide et realiter obseruetur.

Item quod pro parte dicti domini regis dentur maxime per Alfonsum Johannis eius procuratorem ad presens et numerentur dictis officialibus montis aut cuius per eorum officio voluerint saltem I^a sex dies dicti contractus proxime secuturum decem et octo milia florenorum auri de sigillo florentino. Quo dicti officiales et eorum officium possint retinere usque ad tempus quo veniet responsum a dicto domino rege de satisficatione uel non. Et in super et quo si a dicto domino rege ueniret uel icteretur pro predictis aliqua quantitas debeat dari officio officialium montium saltem usque in quadraginta milia florenos, computata dicta quantitate

florenorum decem et octo milium retinendis ut supra. Et sic fieri debeat cum condicione predicta.

Item quod in contractu celebrando super predictis cum procuratore dicti domini regis possit poni in effectum quod expectetur ratificacio regis usque ad octo menses post contractum immediate secuntur. Ita quod durantis ipsis sex mensibus rex non intelligatur obligatus ad contenta in contractu sed ante ratificacionem ipsius domini regis habeantur ac si contractus non esset factus. Ita tamen quod si uellet dictus dominus rex ratificare ratificet et ratificare possit infra ipsos octo menses predictus et eius arbitrio sit ratificare uel non. Et de ratificatione sic debita debeat infra ipsos menses fieri noticia officio officialium diminucionis montis per literas regias cum bulla solemnes uel per instrumentum autenticum et solemne. Et quod si casus occurreret quod rex non ratificasset dictum contratum uel responsionem aliquam non misisset I^{ra} dictos menses. Quod non propterea remaneat esse obligatus ad obseruandum contractum post dictum tempus nec etiam comune Florencie.

Item quod si dictus dominus rex non ratificabit infra supradictum tempus ut dictum est et notum fuerit officio dictorum officialium quod ipse dominus rex non uult ratificare ex tunc facta dicta noticia ipsi officio per literas regias cum sigillo aut instrumentu infra viginti dies exinde proxime secuturos quelibet quantitas florenorum datis officio dictorum officialium uel alii pro eis de pecuniis dicti domini regis debeat libere restitui ipsi domino regi aut eius procuratori sine solucione alicuius interesse uel gabelle et sine aliqua detencione. Hoc declaratio est quod comune obligetur ad dictam restitutionem. Et faciant officiales quod tres bancherii obligentur. Et si comune soluerit et restituerit viginti dies predictos sufficiat. Et si non restituerit bancherii cogantur ad soluendum et pro banchario non soluente comune teneatur soluere libere ut dictum est.

Item quod credita pro dicto domino rege verisimiliter emanant in diuersis temporibus cum simul de facili haberi non possunt. Quid interesse incipiat in omni quantitate que emetur eadem die qua per creditorem uendentem permutata fuerit penes scribanum montium sub nomine dicti domini regis aut eius filii uel filiorum et sic procedat de tempore in tempus initium dicti interesse sane et recte intelligendo. Et si pecunia pro parte regis daretur uel assignaretur officialibus, et transiret tempus et non emerentur sub nomine regis de dictis creditis teneatur comune facere scribi quantitas data quantocumque fuerint. Ita quod interesse incipiat infra quimdecim dies a die date uel assignate pecunie et non differatur ulterius.

Item quod dictus dominus rex et seu eius procurator pro eo possit solum modo infra quatuor annos a die ratificacionis domini regis proxime secuntur quandocumque simule et separatim emere de dictis creditis montium modo predicto usque in tantam quantitatem quod interesse secundum predicta possit

ascendere et ascendat ad sumam florenorum viginti milium auri pro quolibet anno firmis stantibus superscriptis et icturis. Et quod in libero arbitrio sint maiestatis domini regis uel filiorum aut heredum uel successorum unius uel plurium ad quod seu quem ex voluntate dicti domini regis dicta pecunia montis peruenerit. Qui omnis sint solum modo de eius stirpe et sanguine et non alii mutare renouare adere uel minuere atque etiam emendare circa condicione et circunstantias contractus ipsius contractus substantia non mutata nec in aliquo preiudicando comuni Florentie nec alicui suo iuri.

Item quod dictus dominus rex et quicumque eius procurator possit super dictis creditis apponere condiciones tales quod non possit per filios uendendi alienari uel permutari aut alii concederi in totu et seu in partem nisi prout et sicut in condicione uel conditionibus que apponerentur per ipsum dominum regem uel eius procuratorem contineretur non tandem per hoc preiudicando in aliquo comuni Florentie uel alicui iuri.

Item quod in aliquo contractu seu conuentione uel pactu aut obligatione non possit poni uel contineri quod comune Florencie aut eius ciues uel subditi et eorum bonis obligentur ad restitutionem alicuius vere sortis que expenderetur per dictum dominum regem uel aliam pro eo pro dictis creditis aut pro predictis uel aliquo predictorum quymo expresse dicatur quod ipsu comune uel ius bona non sint obligatum nec obligata nec in aliquo modo teneantur ad restitutionem alicuius vere sortis pro predictis et solum modo ipsum comune teneatur pro solutione dicti interesse. Set quod liceat dicto domino regi et eius filiis vendere alienare et in alium transferre ipsa credita cum interesse et sine in totum et in partem prout supra in alio capitulo scriptum est. Et cum limitationibus superscriptis et de personis filiorum et sua stirpe et sanguine. Et non derogando in aliquo superscriptis.

Item quod super et pro predictis et dependentibus et connexis officiales diminucioni montium et seu due partes eorum ut dictum est possint ut supra dicitur contraere conuenire et pascisci. Et pacta contractus et conuenciones predicto comuni cum dicto domino rege et seu eius procuratore ad hec mandatum habente. Et propterea facere confici instrumentum et instrumenta unum et pleures et cum capitulis pluribus et obligationibus et articulis oportunis. Ita quod de iure subsistant sequendo in effectus capitulorum supradictorum.

Item quod contractus et pacta et conuenciones que pro predictis fient et obseruentur et obseruari possint et debeant ad sanum et rectum intellectum et bona fide remotis fraudibus dolis maliciis cauilationibus quibuscumque.

Item quod non obstantibus superscriptis interesse supradictorum decernet octo milium florenorum, qui de proximo dari debent officiales montium non incipiat nisi post ratificacionem que facta fuerit per dictum dominum regem.

Et post notificationem que de ipsa ratificatione facta fuerit officio officialium montium et non prius.

Item quod post ratificationem et notificationem predictam possit per officium dictorum montis officialium innouata et seu de nouo fieri contractus quilibet pro predictis quomodolibet opportunum cum dicto domino rege uel eius procuratore non mutando tamen effectum suprascriptorum capitulorum.

Non obstantibus in predictis uel aliquo predictorum aliquibus legibus statutis ordinamentis prouisionibus aut reformationibus consiliorum populi et comunis Florencie obstaculis seu repugnanciis quibuscumque et quantumcumque derogatoriis penalibus uel precisis uel etiam si de eis uel ipsorum aliquo debuisset uel deberet fieri specialis mentio et expressa quibus omnibus intelligatur esse et sit nominatim et expresse specialiter et generaliter derogatum.

Ego Bonguida Bartholomei Bindi ciuis et notarius florentinis imperiali auctoritate iudex ordinarius notariusque publicus coadiutor prouidi uiri de Viuiani Neri de Franchis de Florentia notaraii scribe reformationum consiliorum populi et comunis Florencie predicta uidelicet in presenti et aliis proxima precedenti cartis de membranis scripta ex dictis reformationum in palacio populi florentini penes ipsum. Ser Viuianum existente fideliter sumpsy scripssy et publicaui. Ideoque me subscripssy et signum meum apposui consuetum.

Ego Viuianus quondam Neri Viuiani de Franchis ciuis florentinus imperiali auctoritate iudex ordinarius publicusque notarius tuncque scriba reformationum consiliorum magnifici populi et comunis Florencie predictis sumptis scriptis et publicatis per dictum Bonaguida notarium ante scriptum ad fidem et in testimonium me subscripssy et solito signo signaui.

Ego Johannes filius Ser Mathei de Loris de Fineschis de Radda ciuis florentinus imperiali atque apostolica auctoritate iudex ordinarius publicusque notarius predicta omnia et singula in hoc presenti alioque precedenti peciis cartarum de membranum in simul sutarum et in earum suturis meo solito signo signatarum ex dicto publico et autentico sumpto et scriptum dicti Ser Bonagudo coadiutori predictis et subscriptis manu propria dicti prouidi uiri Ser Viuiani notarius florentinus et scribe predicti fideliter sumpsy scripssy exemplauit et in hanc publicam formam redegit. Ideoque me subscripssy et meo solito signo signaui.

Ego Antonius filius Ser Pieri, Ser Betini ciuis florentinus imperiali auctoritate iudex ordinarius publicusque notarius predicta omnia et singula in presenti et precedenti peciis cartarum de membranis in simul subtarum et in earum suturis proprio signo verissimo Ser Johanis antescripti signatarum et per eundem Ser Johanem sumpta scripta et exemplat et in hanc publicam formam fideliter reductis ex dicto publico et autentico scripto dictis Ser Bonaguide coadiutoris

prefati et predictum prouidum uirum Ser Viuiantum notarium et scribam antescritum subscriptis una simul cum dicti Ser Johanne seriatim de verbo ad verbum fideliter ascoltaui et quia concordat iuueni in omnibus cum dicto Ser Bonaguide sumpto in fide et testimonium premissorum me subscripssy et meo solito signo signaui.

In Dei nomine, amem. Anno incarnationis domini nostri Jhesu Christi millesimo quadringentesimo nono, indictione tertia, die vigesimo quarto menssis octobris auctum Florencie in palacio populi florentini presentibus fratre Georgio Nuti priore Hospitalis Sancti Galli de prope Florentina et Ser Martino Luce Martini notario florentino testibus adictura adhibit vocatus et rogatus.

Domini priores artium et vexillifer justicie populi et comuni Florentie una cum officialibus gonfalonensibus societatis populi et duodecim bonorum virorum dicti comunis in sufficientibus numeris congregati in palacio supradicto premiso et facto solemptni et secreto scriptum inter ipsos omnes et obtento partito ad fabas nigras et albas ut moris est prouiderunt ordinauerunt deliberauerunt et taxauerunt serenissimum principem et dominum dominum Johannem Dei gratia regem Portugalie e ct^a, debere dare et soluere eandem camere armorum dicti palatii pro dicto comuni recipienti pro prouisione in eius fauorem, approbatum in consilio populi die decimo dicti mensis octobris, et die quarto decimo ipsius mensis in consilio comunis florenos duos auri.

Ego Bonaguida Bartholomeei notarius et coadiutor in proxime precedenti facie scriptus predicta in presenti scripta ex libris dicti populi et comunis in dicto palacio penes subscriptum Signor Viuiantum existente fideliter sumpsy scripsy et publicaui. Ideoque me subscripssy et signum meum apposui consuetum.

Apparet in libro introhitus eandem camera armorum palatii populi florentini serenissimum principem et dominum Johanem Dei gratia regem Portugalie subscriptum pro dicta tasacione dominis causa pro dicto comuni Florentie recipit soluisse die trigesimo primo menssis octobris millesimo quadringentesimo nono, indictione tertia florenos duos auri.

Ego Bonaguida Bartholomei notarius et coadiutor predictis subscripsi.

Ego Johannes filius Ser Mattei, Ser Loris de Fineschis de Radda ciuis florentinus imperiali atque apostolica auctoritate iudex ordinarius publicusque notarius predicta omnia et singula ex autentico instrumento sumptis et scriptis per dictum Ser Bonaguidam ut supra apparet fideliter sumpssi et exemplaui nichil addens uel minuens quod sensum mutet uel negocii variet intellectum. Ideoque in fidem et testimonium premissorum me subscripssi millesimo quadringentesimo decimo indictione quarta die septimo menssis februarii et meo solito signo signaui.

Ego Antonius filius Ser Pieri notarius subscriptus predicta omnia et singula per dictum Ser Johannem Sumptis scripta et exemplata et in hanc publicam formam fideliter reductus ex dicto publico et autentico sumptis dicti Ser Bonaguie coadiutor predictis et per dictum prouidum virum Ser Viuianu notarium et scribam antedictum suprascriptum ut supra aparet una simul cum dictis Ser Johanne Seriatim de verbo ad verbum fideliter abscoltaui et quia concordat iuueni in omnibus cum dicto Ser Bonaguide sumpto in fide et testimonium premissorum me subscripssy et meo solito signo signaui in anno Domini ab eius incarnationis millesimo quadringentesimo decimo, in die quarta et die septinia menssis augusti anni eiusdem.

Post cuiusquidem strumentum presentationem per predictum Rodericum de Oliueira coram dicto notario factam fui per predictum Fernandum Johannis procuratorem supra scriptum debita cum instancia requisitur quatinus transuntum siue copiam dicti instrumenti sub signo meo publico et signo dicti vicarii. Et sigillo predicti reuerendissimi domini cardinalis sibi darem. Idem vero vicarius antedictus auctoritatem suam dicte copie siue transunto interposuit de quo sibi instrumentum in publica forma sub signo suo solito et sigillo predicti reuerendissimo domini cardinalis dari mandauit. Testes autem qui presentes fuerunt Johannes Martini, portionarius ecclesie Sancte Marie de Maruilla, ville Sanctarenensis. Et Valascus Laurentii scutiffer habitante in dicta villa Sanctarenensis. Et Fernandus Suillus. Et Johanes Lupi, familiares mei dicti notarii, et alii ibi existentes et c^a. Et quia predictum strumentum non fuit expeditum de sigillo ante obitum predicti reuerendissimi domini cardinalis, ideo de mandato venerabilis viri domini Alfonsy Johannis cantoris et canonici ipsius ecclesie Ulisbonensis et vicarii generalis in spiritualibus et temporalibus sede vacante transiuit sub sigillo ipsius sedis vacantis vigesima die mensis nouembris.

(Ass.) Ludouicuss Johanis.

(Sinal do notário)

Et ego Petrus Gomecii prior siue rector parrochialis ecclesie Beate Marie de Azambua Ulixbonensis diocesis <publicus et apostolica auctoritate notarius> quod predictae requisitioni et strumentorum presentationi et premissis omnibus aliis dum sic agerentur et fierent una cum prenominationis testibus rogavi et presens interfui eaque omnia et singula sic fieri uidi et audiui ideoque presens strumentum manu mea fideliter scripssy et in publicam formam reduxi. Et signo meo solito solito [sic] signaui in fidem et testimonium omnium singulorum premissorum. Ne dubium percurrat in linea ubi dicit publicus et apostolica auctoritate notarius quia ego predictus notarius correxi in fidem et testimonium veritatis.

(Sinal do notário).

[Na plica]

Gomecius.

[Com o selo pendente de cera vermelha, do Cabido de Lisboa, sede vacante]

[No verso]

Registado - xvj reaes. – Rodrigo Anes.

Pago__ xbj reaes. – Johanes Dominici.

Documento 2

1459 novembro, 20, Lisboa – *Pública-forma da composição feita entre o “Monte debitorum” da comuna de Florença e o rei D. João I, datada de 24 e 31 de outubro 1409, Florença, sobre um crédito de 20 mil florins de ouro.*

Landesarchiv NRW Abteilung Rheinland - AA 0053 / Kleve-Mark, Urkunden AA 0053, Nr. 1013.

Acessível em linha: [https://dfg-viewer.de/show/?tx_dlf\[id\]=https%3A%2F%2Fwww.landesarchiv-nrw.de%2Fdigitalisate%2FAbt_Rheinland%2FAA_0053_Kleve_Mark%2F%7E010%2F01012%2Fmets.xml](https://dfg-viewer.de/show/?tx_dlf[id]=https%3A%2F%2Fwww.landesarchiv-nrw.de%2Fdigitalisate%2FAbt_Rheinland%2FAA_0053_Kleve_Mark%2F%7E010%2F01012%2Fmets.xml)

In nomine Domini, amem. Nouerint uniuersi presentis publici instrumenti seriem inspecturi quod anno a natiuitate Domini millesimo quadingentesimo quinquagesimo nono, super claustro sedis siue ecclesie maioris nobilis ciuitatis Ulixbonensis in domo habitacionais mei Petri Gomecii publici et auctoritate appostolica notarii testiumque infra scriptorum. Stante in eadem domo venerabili et discreto viro Ludovico Johannis canonico Ulixbonensi et vicario generali in spiritualibus et temporalibus reverendissimo episcopo patris et domini, domni Jacoby Dei et appostolice sedis gratia dyachoni cardinalis sancte Eustachii atque administratoris perpetui ecclesie et archiepiscopatus ciuitatis Ulixbonensis predictae, comparuit Fernandus Johannis scutifero et continuus familiaris illustrissimi principis domini Petri, gubernatoris ordinis millicie de Ausio tanquam procurator predicti domini principis prout in quodam aluareto procurationis in papiro scripto per manum Roderici Valasci, ipsius domini principis secretarii, signato nomine et signo soliti prefati domini principis, eiusque signeto secreto cera nigra impresso sigillato, non viciato non cancellato neque in aliqua sui parte suspecto sed omni prorsus vicio et suspicionem carente prout prima facie apparebat.

Et statim per dictum Fernandum Johannis expositum fuit predicto vicario et michi notario qualiter predictus dominus princeps sibi mandauerat ut transuntum

siue copiam quarumdam literarum, scilicet, donationis excellentissimi ac potentissimi et victoriosissimi principis et domini, domini quondam regis Johannis et excellentissime domine regine Philipe eius uxoris, et illustrissimi principis et domini iffantis Eduardi eorum primogeniti cum aliis duobus instrumentis composicionum siue tractuum inter ipsum dominum regem Johannem et ciues Florentinos, ab illustrissime sorore sua domina Philipa peteret. Et quia a predicta domina acceperat quod predictae littere de mandato suo erant in manu mei dicti notarii. Ideo me dictum notarium nomine dicti domini sui et tamquam procurator suus requirebat ut copia siue transuntum dictarum literarum, scilicet, donacionis et aliorum instrumentorum composicionum sibi darem requirens ipse Fernandus Johannis procurator nomine quo supra predictum vicarium ut auctoritatem ordinariam dictis transuntis interponeret. Et sub sigilo predicti reuerendissimi domini cardinalis et signo meo publico dictas scripturas siue dictos transuntos sibi dari mandaret.

Et statim per venerabilem virum Rodericum de Oliueira scutifferum predictae domine Philipe michi dicto notario fuit presentatum quodam instrumentum scriptum in pargameno auctum Florentie in camera armorum et loco solute audiencie, indicione terciæ et die vigesimo quarto mensis octobris anno ab incarnatione Domini millesimo quadringentesimo nono, signatum et reddactum in publica forma et suscriptum per Johannem Boneti et per Antonium filium Ser Pieri ciues Florentinos imperialis auctoritate iudices ordinarii et notarii publicos, non viciatum, non cancellatum neque rasum aut in aliqua suarum parte suspectum sed omni prorsus vicio et suspicione carentem prout prima facie apparebat, cuius tenor de verbo ad verbum sequitur et est talis:

In Dei nomine, amem. Anno Domini ab eiusdem salutifera incarnatione millesimo quadringentesimo nono indicione terciæ et die vigesimo quarto mensis octobris, auctum Florentie in camera armorum et loco solite audiencie interorum officialium sint in palatio residencie dominorum artium et vexelleri justicie populi et comunis Florentie presentibus testibus ad hec vocatis et rogatis, Jacobo Francisci Federigi, Piero Pauli Locti, Antonio Philipi Talensis et Pieroço Jacoby Corsini ciuibus florentinis et aliis, scilicet, uniuersis et singulis huius publici instrumenti seriem inspecturis pateat euidenter qualiter prudentes et circumspecti viri Nicholatis Marci Beneuenuti, Paulus Berti Carnesechi, Rodolfus Pauli Locti, Franciscus Francisci Meroci de la Luna et Jacobus Montis Pugii, ciues honorabiles florentini officiales diminucionis debitorum montium comunis Florentie una cum Schiata Uberti de Ridolfis eorum collegia absente in simul et in loco eorum solite audiencie more solito pro eorum officio exercendo colegialiter comamduti et congregati, aduertentes

ad quamdam noua reformatione et prouisionem populi et comunis Florencie nuper de dicto presenti mensse octobris in consiliis et per concilia opportuna audiencia populi et comunis solempniter edita et firmata de qua et prout constat manu prouidi viri Ser Viuiani Neri, notarii et scribe reformationum populi et comunis Florencie, in effectum disponentem per infrascripta verba et capitula quorum tenor infra describetur in omnibus et per omnia ut inferius sequidem legitur et habetur videlicet:

Quod hinc ad per totum menssem maii proxime future officiales officii diminucionum debitorum montium comunis Florentie et sue due partes eorum aliis etiam absentibus et inrequisitis aut contradicentibus uel remotis uel quodlibet impeditis possint simul uel separatim et semel et pluries pro dicto comuni et eius parte conuenire componere et pacisci et composiciones conuenciones et pacta cum effectum facere de et super omnibus et singulis de quibus infra scribitur cum serenissimo domino Johanne Dei gratia rege Portugaliae et seu quocumque uel quibuscumque habente uel habentibus mandatum ab eo videlicet:

Quod dictus dominus rex uel alius pro eo possit et sibi liceat infra tempus quatuor annorum a die ratificationis domini regis proxime futurorum emere de creditis dictorum montium tot credita quorum interesse et prouisio possit ascendere pro anno quolibet usque in sumam florenorum auri viginti milium de florenis de sigilo veteri florenorum florentinorum secundum effectum et rationem de quibus infra dicitur hoc addito quod officiales montis non teneantur recipere pro dictis a dicto domino rege ultra quimdecim milia florenos pro mense dicti temporis quatuor annorum. Et quod credita emanantur per officiales montis pro dicto et sub nomine dicti regis.

Item quod dicta credita que empta fuerint possint et debeant scribi simul uel diuisim sub nomine dicti domini regis. Et quod valeat apud se retinere quamdiu sibi placuerit uel dictos redditus dicte sume appropriare uni ex natis suis cuicumque voluerit uel eam diuidere inter eosdem et eisdem uel cuilibet eorum de dictis redditibus subcessionem uel substitutionem ordinare uel alteri de sua stirpe et sanguine cuicumque sibi placuisset nulla amplius a dicta comunitate nec ab officialibus petita licencia sed vigore istius.

Item quod quicquid expenderit pro dictis creditis uel quecumque et quocumque ex dictis creditis empta fuerint pro quocumque precio effectus sequatur et sit iste videlicet :

Quod pro quibuscumque florenis centum auri de boni et veris qui expendantur per dictum uel pro dicto rege scribantur in libris montium floreni centum triginta et non ultra sub nomine dicti domini regis et seu filii uel filiorum uel cuicumque sibi placuerit de sua stirpe et sanguine pro quibus habeat ad

ratione florenorum quimque auri pro quolibet centanario de scriptis pro anno quolibet videlicet pro quibuslibet centum triginta florenos descriptis florenos auri sex et dimidium alterius floreni pro anno et ad rationem anni et non ultra. Et residuum quod haberetur a uenditore sui crediti pro dictis centum florenis de bonis quo expenderentur sit ad utilitatem dicti comunis et exinde firmatur et liberetur ipsum comune libere. Et sic obseruetur realiter et bona fide et debeant dicti officiales et sic curent in contractu seu conuencionibus aponere quod in preciis quibus credita ementur pro dicto domino rege taliter procedatur quod comune Florencie suam utilitatem consequatur et ipsa non fraudetur.

Item quod pro predictis creditis que ementur et scribentur sub nomine dicti domini regi set seu filiorum uel cuicumque de sua stirpe et sanguine non teneantur ipse dominus rex et seu filii nec obligati sint pro dictis emptionibus et scripturis de ipsis faciendis in libris montium ad aliquam grauedinem dicti comunis realem uel personalem nec possit nec debeat propterea imponi ullo tempore ipsi domino regi aut filiis aliqua prestancia per dictum comune uel eius officiales directe uel indirecte uel aliquo quesito colore. Et hoc obseruetur secundum rectam et bonam fidem et secundum sanum et rectum intellectum. Et in super quod pro predictis creditis aut eorum emptionibus uel fine et liberatione predictis aut pro eo quod scribentur sub nomine dicti domini regis et seu etiam filiorum uel cuicumque eorum non debeat per ipsum dominum regem uel eius filios uel alios predictos solui uel dari aliqua gabella grossa uel minuta dicto comuni uel suis officialibus.

Item quod interesse prouisio predictorum predictis creditis soluatur et detur et solui dari possit et debeat ad dictam rationem quicumque per centanario de scriptis et illis temporibus et terminis in quibus dictum comune soluit et soluet ciuibus florentinis sine aliqua gauilacione uel dilatione etiam si in aliquo casu occurrerent dictum comune ordinaret uel ordinasset seu stabiliret quod ciuibus florentinis aut forensibus differatur ad tempus solucio talis interesse in toto uel in partem. Ita quod in tali ordinamento uel stabilimento facto uel fiendo non includatur dictum interesse quinque pro centanario de scriptis debitis domino regi et seu filiis sed soluatur ut dictum est.

Item quod credita dicti domini regis set filiorum intelligantur esse et sint fortificata munita et roborata omnibus et singulis fortificationibus prohibicionibus securitatibus et cautelis quibus sunt munita fortificata et roborata credita dictorum montium debita ciuibus florentinis. Ita est quod pro aliquo malificio uel excessu aut alia causa aut alio quesito colore non possint in totum uel eam partem confiscari annullari remoueri uel tolli a dicto domino rege et seu eius filiis et successoribus uno uel pluris in totum uel in partem quoquo modo.

Item quod dictus dominus rex et eius filii in quod de dictis creditis scripta essent et eorum heredes et eorum procurator seu procuratores possint et eis liceat

huiusmodi credita et interesse et prouisionem permutare vendere et alienare in quemlibet ciuem florentinum et non in forensem omni tempore prout eis placuerit in totum uel in partem et simul et diuisim et cum interesse et sine tantum soluendo cum iuribus que habent seu haberent ipsi non obstantibus aliqua prohibicione uel reformacione facta uel que fieret in contrarium que predictis non habeat preiudicare. Hoc tamen declarato quod si comune Florencie uel officiales montis vellent emere de ipsis creditis pro illo precio quod reuera inueniretur a ciuibus florentinis debeant uendere comuni pro ipso eodem precio antequam alii ipsa credita et sic bona fide et realiter obseruetur.

Item quod pro parte dicti domini regis dentur maxime per Alfonssum Johannis eius procuratorem ad presens et numerentur dictis officialibus montis aut cui uis pro eorum officio uoluerint saltem infra sex dies a die facti contractus proxime futuros florenos xvij [millium] auri de sigilo florentino quos dicti officiales et eorum officia possint retinere usque ad tempus quo veniet responsum a dicto domino rege de ratificatione uel non. Et in super etiam pro si a dicto domino rege ueniret uel miceretur pro predictis aliqua alia quantitas debeat dari officio officialium montium saltem usque in quadraginta milia florenos computata dicta quantitate florenorum decem et octo milium retinende ut supra et sic fieri debeat cum condicione predicta.

Item quod in contractu celebrando super predictis cum procurator domini regis possit poni in effectum quod expectetur ratificacio regis usque ad octo menssis post contractum immediate secuturos. Ita quod durantibus ipsis octo menssibus rex non intelligatur obligatus ad contenta in contractu sed ante ratificationem ipsius domini regis habeatur ac si contractus non esset factus. Ita tamen quod si uolet dictus dominus rex ratificare ratificet et ratificare possit infra ipsos octo menses et in eius arbitrio sit ratificare uel non. Et de ratificatione si fiat debeat infra ipsos ses mensses fieri noticia officio officialium diminucionis montium per literas regis cum bulla solempnes uel per instrumentum autenticum et solempne. Et quod si casus occurreret quod rex non ratificasset dictum contractum uel responssionem aliquam non dedisset in dictos octo mensses quod non propterea remaneat obligatus ad obseruandum contractum post dictum tempus nec etiam commune Florencie.

Item quod si dictus rex non ratificabit infra dictum tempus ut dictum est et notum fuerit officio dictorum officialium quod ipse dominus rex non uult ratificare ex tunc facta noticia ipsi officio per literas regias cum sigillo aut per instrumentum infra viginti dies exinde proxime secuturos quelibet quantitas florenorum data officio dictorum officialium uel alii pro eis de pecunia dicti domini regis debeat libere restitui ipsi domino regi aut eius procuratori siue solucone alicuius interesse uel gabelle et sine aliqua retencione. Hoc autem

declarato quod comune obligetur ad dictam restitutionem et faciant officiales quod tres bancherii etiam obligentur et si comune solvente comune teneatur soluere libere ut dictum est.

Item quod dicta dicta [sic] credita pro dicto domino rege ueri similiter ementur diuersis temporibus cum simul de facili haberi non possent. Et interesse incipiat in omni quantitati que emetur eadem die qua per creditorem vendentem permutata fuerit penes scribanos montium sub nomine dicti domini regis aut eius filii uel filiorum et sic procedat de tempore et in tempus initium dictis interesse sane et recte intelligendo. Et si pecunia pro parte regis daretur uel assignaretur officialibus et transiret tempus et non emeretur sub nomine regis pecunie et non diseratur ulterius.

Item quod dictus dominus rex seu eius procurator pro eo possit solummodo infra quatuor annos a die ratificationis domini regis proxime sequutorum quandocumque simul uel separatim emere de dictis creditis montium modo predicto usque in tantam quantitatem quod interesse secundum predictum possit ascendere et ascendat ad sumam florenorum viginti milium auri pro quolibet anno firmis statutibus scriptis et interius. Et quod in libero arbitrio sit maietatis domini regis et filiorum aut heredum uel successorum unius uel plurium ad quos seu ad quem ex voluntate dicti domini regis dicta pecunia montium peruenit qui omnis sint solummodo de eius stirpe et sanguine et non alii mutare renouare adere uel minuere atque etiam emendare circa condiciones et circumstantis contractus ipsius contractus substantia non mutata nec in aliquo preiudicando comuni Florentie nec alicui suo iuri.

Item quod dictus dominus rex et quicumque eius procurator possit super dictis creditis apponere condiciones tales quod non possint per filios uenderi alienari uel permutari uel alii concedi in totum uel in partem nisi prout et sicut in condicione uel condicionibus que apponerentur per ipsum dominum regem uel eius procuratores contineretur non tamen per hoc preiudicando in aliquo comuni Florentie uel alicui suo iuri.

Item quod in aliquo contractu seu comuentione uel pacto obligatione non possit poni uel contineri quod comune Florentie aut eius ciues uel subdicti et eorum bona obligentur ad restitutionem uere sortis que expedirentur per dictum dominum regem uel alium pro eo pro dictis creditis aut pro predictis uel aliquo predictorum quomo expresse dicatur quod ipsum comune uel eius bona non sint obligatum uel obligata nec aliquo modo teneantur ad restitutionem alicuius uere sortis pro predictis set solummodo ipsum comune teneatur pro solutione dicti interesse set quod liceat dicto domino regi et eius filiis uendere et alienare et in alium transferre ipsa credita cu interesse et sine in totum et in partem prout supra in alio capitulo scriptum est et cum limitationibus suprascriptis

etiam de personis filiorum et de sua stirpe et sanguine et non derogando in aliquo suprascriptis.

Item quod super et pro predictis et dependentibus et connexis officiales diminucionum montium et seu due partes eorum ut dictum est possint ut supra dicitur contrahere compnueniri et pacisci et pacta contractus et conuentiones predicto comuni cum dicto domino rege seu eius procuratorem ad hoc mandatum habente et propterea facere confici instrumentum et instrumenta unum et plures et cum capitulis pluribus et obligationibus et articulis oportunis. Ita quod de iure subsistant sequendo in effectur capitulorum suprascriptorum.

Item quod contractus pacta et conuentione que por predictis fient obseruentur et oberuari possint et debeant ad rectum et sanum intellectum et bona fide remotis fraudibus dolis alicuis et cauilacionibus quibuscumque.

Item quod non obstantibus suprascriptis interesse suprascriptorum decem milium florenos qui de proximo dari debent officiales montium non incipiat nisi post ratificatione que facta fuerit per dictum regem et post notificacionem que de ipsa ratificatione facte fuit officio officiales montium et non prius.

Item quod post notificacionem et ratificationem predictum possit per officium dictorum officialium montium innouari et seu de nouo fieri contractus quolibet pro predictis quomodolibet oportunis cum dicto domino rege uel eius procuratore non mutando tamen effectum supradictorum capitulorum. Eademque reformatione ac prouisione et mea contentis dispositis et ordinatis ibidem et in presenti et ante omnia de uerbo ad uerbum aperte et clare perlectis et expositis ad eorum necnon <et> ad alterius partis et integre plenam et claram intelligentiam omni opportuna dilligencia per eosdem officialle recte penssatis tandem uolentes per eandem reformationem placita prouisa et ordinata per ipsos officiales ut supra fieri possit in omnibus et per omnia secundum quod in ea disponitur effectui suoque debito fini ad quod intendunt et ordinata sunt admodo sine longiori more dispendio demandare protestacione tandem per eos premissa in principio medio et fine presentis huius contractus et interessi quod non intendunt nec volunt per hec uel aliqua integra se ipsos uel eorum herede aut bona suis propriis nominibus obligare set solummodo dicte comune Florentie et ipsius uniuersitatem et bona uigore et virtute potestatis auctoritatis et balie eis concesse et atribute per reformationem prefatam et contentis in ea eorumque officii vigore omnique meliori modo uia et iure quo et quibus magis et melius potuerunt premissa et facto inter eos solempni scrupitino et secreto ad fabas nigras et albas et obtento partito secundum ordinamenta dicti comunis necnon etiam una voce parique consensu et unanimi voluntate eorum nemine discrepante pro dicto comuni Florentie et ipsius comunis iure et nomine ex parte una et prefatus prouidus et circumspectus uir Alfonsus

Johannis numularius procurator ut dixit supradicti serenissimi domini domini Johannis Dei gratia regis Portugalie et Algarbii ut constare uidi ego Johannes iudex ordinarius et notarius interus in publicis et patentibus eiusdem domini regis licteris et mandatis ipsius procuratoris ipsiusque domini regis bulla plumbea infra pendenti ad cordulam de serico munimine roboratis sub datis anno Cesaris secundum morem et computacionem dicti domini regis millesimo III^o quadragesimo septimo die vero vigesimo quinto maii a me ipso notario uisa et lecta audita et intellecta reformatione et prouisione prefata et omnibus et singulis in ea contentis et de ipsa et omnibus supradictis in ea contentis sed plenam asserens habere noticiam acceptando pro dicto domino rege in ea disposita prouisi et ordinatis sub condicione tandem prout in ea continetur ex certa sciencia omniue modo uia iure quo et quibus magis et melius potuit procuratore nomine dicti domini regis necnon uice et nomine ipsius regis eiusque successorum filiorum atque descendencium omniumque et singulorum de sua stirpe et sanguine quorum posset uel poterit quomodolibet interesse et pro eo et eis et quolibet modo et nomine in solidum ex parte alia deum post longas praticas et tractatus super predictis perhabiti de et super omnibus et singulis de quibus supra et in dictis reformatis scriptis est in compossicionem concordiam et conuencionem eorum omnium et singulorum supra in dicta reformatione contentorum et descriptorum in omnibus et per omnia cum modificationibus prouisionibus reseruatis conditionibus suspensionibus modis et foris ad plenum prout eisdem officialibus facere concessum est et superius et in dicta reformatione legitur et habetur inuicem et uicisim deuenerunt sicque et taliter et prout in dicta reformatione supra continetur prefati officiale dicti modis et nominibus ex parte una et dictus Alfonsus modis et nominibus quibus supra et quolibet eorum ex alia supradicta pacta conuenciones et concordia eisdem officialibus ut supra posse facere cum dicto domino rege uel quouis alio ab eo mandatum habente omniaque et singula in dicta reformatione descripta et contenta cum modificacionibus prouisionibus reseruacionibus condicionibus suspensionibus modis et formis in eis insertis et adiectis et in omnibus et per omnia prout sicut et que admodum in eadem reformatione disponitur et prouidetur de et super omnibus et singulis de quibus supra in eis scribitur adinuicem et uicisim inierunt contraxerunt firmauerunt pepigerunt atque stabilierunt per pactumque etiam et conuencionem inuicem et uicisim inter ipsas partes modis et nominibus quibus supra et quolibet eorum initum et firmatum solepniter et ualida stipulacione roborauerunt ita quod sano et recto intellectu et bona fide remotis omnibus fraudibus dolis maliciis et gaulacionibus quibuscumque ut in dicta reformatione disponitur et continetur predicta omnia et singula obseruentur et obseruari debeant

cum effectu. Promictentes in super atque conuenientes dicte partes inuice et uicissim una alteri et equo modis et nominibus quibus supra et quolibet eorum solempniter super huic inde interuenientis omnia et singula supradicta pacta conuenciones composiciones atque concordias et omnia et singula facta et in dicta reformatione ac prouisione contentis in omnibus et per omnia prout sicut et quemadmodum supra in eadem reformatione continetur iuxta eorum omnium et singulorum rectum purum ac sanum intellectum sibi inuicem et uicissim modis et nomibus quibus supra exequy obseruare actendere et adimplere ad plenum et cum effectu bona fide remotisque dolis fraudibus maliciis versuciis et gauillacionibus quibuscumque predictaque omnia et singula firmata et rata habere et tenere et contra non facere uel uenire quomodolibet sub integra etiam refectione dampnorum expensarum ac interesse litis et extra pro quibus omnibus et singulis supradictis obseruandis et firmis et ratis habendis atque tenendis prefati officiales modis et nomibus quibus supra obligauerunt dicto Alfonso procuratori predicto modis et nominibus quibus supra et quolibet eorum recipientis estipere dictum comune Florentie et ipsius comunitatibus uniuersitate et bona presentia et futura et uersa uice idem Alfonssus procurator modis et nomibus supra et quolibet eorum obligauit eisdem officialibus ut supra nomine dicti comunis Florentie et pro eo recipere et estipere dictum dominum regem et ipius successores regnum et bona omnia et singula presencia et futura renunptiatis in predictis dicte partes et quelibet earum modis et nomibus quibus supra et quolibet eorum exceptis doli mali infactum actioni conditioni sint causa et ex iniusta causa exceptionique etiam contractus non sit celebrati et omnium predictorum non sic gestorum et omni alio beneficio auxilio et fauori pro eisdem partibus uel aliqua earum modis et nominibus antedictis uel aliquo eorum quomodolibet facienti et legi dicenti generalem renunptiacione non valere. Quibus quidem officialibus dictoque procuratori modis et nominibus supra presentibuss et predicta omnia et singula suprascripta sic uolentibuss et confitentibus precepi ego Johanes iudex ordinarius et notarius interus pregnaris nomine juris prout mihi licuit ex forma capituli constitutionis ciuitatis Florentie, De guar., disponentis quatinus predicta omnia et singula supra per eos facta et promissa adtendant faciant et obseruent in omnibus et per omnia prout superius promiserunt continetur et scriptum est.

Ego Johannes Bonauici ciuis florentinis imperiali auctoritate iudex ordinarius et notarius publicus predictis omnibus et singulis dum sic per prefatos officiales et dominum Alfonssum agarentur et fierent interfui et notarius et scriba tunc dictorum officialium ea rogatus rogauit et abreuiaui et aliis meis negociis occupatus complenda et plubicanda comisi iterum Ser Antonio seripieri ideoque me subscripsy et solitum mei signum apposui.

Ego Antonius filius Ser Pieri, Ser Bectini ciuis florentinus imperialis auctoritate notarius iudex ordinarius et notarius publicus predicta omnia et singula in presenti et alio precedenti pecio cartarum de membranum insimul subtarum et in eorum subturis binis uirgulis signatarum ex libro in breuiaturarum dicti Ser Johani sumpssi scripsy et exemplau i vigore comissionis predictae per dictum Ser Johanem in me facte eoq me subscripsy et meo solito signo signau i.

In Dei nomine, amem. Anno Domini ab eius incarnatione millesimo quadringentesimo decimo indicione tertia die vigesimo tercio menssis junii auctum Florentie in palacio populi florentini residence dominorum priorum artium et uexiliferi iusticie populi et comunis Florentie in loco solite residence officialis diminucionum montium comunis Florentie presentibus testibus ad hec vocatis habitis et rogatis. Egregio legum doctore domino Torello domini Nicholay de Torelis de Prato iudice aduocato florentino, Piero Pauli locci populi Sancti Jacopo ultra Armiz de Florentie, et Guccio Andree de Somaria populi Sancti Pancracii de Florentia et aliis subscriptis. Certum est qualiter da anno proxime preterito millesimo quadringentesimo nono indicione tertia et mensse ouctobris proxime preterito inter tunc officiales diminucionis montis debitorum comunis Florentie pro et uice et nomine dicti comunis Florentie ex una parte. Et prouidum et circumspectum virum Alfonsum Johannis procuratorem serenissimi domini, domini Johannis Dei gratia regis Portugalie et Algarbii ex parte alia vigore et uirtute cuiusdam reformationis et prouisionis populi et comunis Florentie de dicto anno proxime preterito et mensse octobris proxime preterito in consiliis et per concilia opportuna populi et comunis Florentie solempniter edite et firmate circa quam plura capitula et pacta tunc fienda et cellebranda inter dictum comune Florentie ex parte una et dictum regem Portugalie et seu eius procurator ex parte alia de qua et prout latius constare dicitur manu prouidi uiri Ser Viuiani Nerii notarius florentinus ac notarius et scriba dictarum reformationum populi et comunis Florentie firmauerunt pepigerunt atque stabilierunt inuicem et inuissim modi set nomibus quibus supra solempni et ualida stipulacione roborauerunt ut in dictis reformationibus continetur cum pacto et indicione inter cetera. Quod dictus dominus rex si uellet posset infra octo menses retificare secundum contractum capitulum compositis et pactis predicta et in eius arbitrio foret ratificare uel non prout latius constat manu mei Johannis notarii iterum.

Ac etiam certum esse dicitur qualiter post de anno presenti et die primo mensis aprilis proxime preteritis dictus serenissimus dominus dominus Johannes rex Portugalie constituit suum procuratorem dictum Alfonssum Johannis inter cetera ad ratificandum dictum contractum et pacta predicta ut constare dicitur

per literas ipsius domini regis et eius bulla plumbea sigillatis subdatis die primi mensis aprilis proxime preterite. Unde hodie hac presenti scripta die vigesima tertia mensis junii supradictus dominus Alfonsus procurator et procuratorio nomine dicti domini regis et uigore dicti sui mandati et omni predictorum constituit in presencia prudentorum virorum Johannis Francisci de Alchaccio, Cronavii Francisci de Baroncellis, Lapi Blaxii, Vespuccii Juliani, Tomasii Gucci et Nicholay Pauli Beati cuius florentinorum officialium diminucionum montis comunis Florentie audita et intellecta reformationis predictis et omnibus predictis et de ipsis omnibus et singulis et in eis contentis plena asserens habere noticiam subscriptum contractum pacta compositiones et capitula de quibus supra fit mencio et omnia predicta ratificauit aprobauit et emologauit. Et ipsa ratificationem approbationem et emologacionem et omnia predicta eisdem officialibus presentibus audientibus et intelligentibus ad maiorem cautelam notificauit intimaui et ad memoria reduxit rogans me Johanem notarium interum, ut de predictis publicum conficiam interum.

Ego Johannes Bonauiti cuius Florentie imperiali auctoritate iudex ordinarius et notarius publicus predictis omnibus et singulis supra proxime in dicta ratificatione contentis dum sic agebantur interfui et ea rogatus rogavi et imbreuiaui. Et aliis occupatis ea omnia complenda et publicanda comisi strumento. Iterum Ser Antonio, Ser Pieri imoque me subscripsy et solitum michi signum apposui.

Ego Antonius filius Ser Pieri, Ser Bettini cuius florentiniis imperiali auctoritate iudex ordinarius et notarius publicus predicta omnia et singula supra proxime in dicta ratificatione contentis ex libro inbreuiaturarum dicti Ser Johannis sumpsy scripsy exemplavi et publicaui vigore commissis per dictum Ser Johannis in me factis ideoque me subscripsy et meo solito signo signauy.

Post cuius quidem stramenti presentationem per predictum Rodericum de Oliueira coram me dicto notario facta fui per predictum Fernandum Johannis procuratorem supra nominatum debita cum instancia requisitos quatinus transunto siue copiam dicti instrumenti sub signo meo publico et signo dicti vicarii et sigilo predicti reuerendissimi domini cardinalis sibi darem. Idem vero vicarius antedictus auctoritatem suam dicte copie siue transunto interponens de quo sibi instrumentum publicum in publica forma sub signo suo solito et sigilo predicti reuerendissimi domini cardinalis dari mandauit. Testes autem qui presentes fuerunt Johannes Martini portionarius ecclesie Sancte Marie de Maruilla ville Sanctarenensis. Et Valascus Laurentii scutiffer habitante in dicta uilla Sanctarenensis. Et Fernandus Suillus et Johannes Lupy, familiares mei dicti notarii. Et plurimi alii ibi existentes. Et quia predictum instrumentum non fuit

expeditum de sigillo ante obitum predicti reuerendissimi domini cardinalis ideo de mandatorio venerabilis viri domini Alfonssy Johannis cantoris et canonici ipsius ecclesie Ulixbonensis et vicarii generalis in spiritualibus et temporalibus sede vacante transiuit sub sigillo ipsius sedis vacantis vigesima die menssis nouembris predicti anni et c^a.

(Assin.) Ludouicus Johanis.

Et ego Petrus Gomecii prior siue rector parrochialis ecclesie Beate Marie de Azambuia Ulixbonensis diocesis <publicus et apostolica auctoritate notarius> que predictae requissicioni et instrumentorum presentacioni et predictis omnibus aliis dum sic agerentur et fierent una cum prenominais testibus rogatus rogavi et presens interfui eaque omnia et singula sic fieri uidi et audiui. Ideoque presens strumentum manu mea fideliter scripssy et in publicam formam reduxi et signo meo solito signarii in fidem et testimonium omnium singulorum premissorum. Ne dubium percurrat in linea ubi dicit publicus et apostolica auctoritate notarius quia ego predictus notarius correxí in fidem et testimonium veritatis.

(Sinal do notário).

[Na plica]

Gomecius.

[No verso]

Registado, xvj reaes. Rodrigo Anes.

Pago__ xvj reaes. Johanes Gunsalui.

Secunda.

[Com o selo pendente de cera vermelha, do Cabido da Sé de Lisboa, sede vacante].

Documento 3

1459, s. m., s. d. [novembro, 20], Lisboa – *Pública-forma da carta de doação, feita pelo rei D. João I, rainha D. Filipa e infante herdeiro, D. Duarte, ao infante D. Pedro, em 15 de junho de 1414, Sintra, de todo o dinheiro que tinham no “Monte” da comuna de Florença.*

Landesarchiv NRW Abteilung Rheinland - AA 0053 / Kleve-Mark, Urkunden AA 0053, Nr. 1097.

Acessível em linha: [https://dfg-viewer.de/show/?tx_dlf\[id\]=https%3A%2F%2Fwww.landesarchiv-nrw.de%2Fdigitalisat%2Fabt_Rheinland%2FAA_0053_Kleve_Mark%2F%7E010%2F01097%2Fmets.xml](https://dfg-viewer.de/show/?tx_dlf[id]=https%3A%2F%2Fwww.landesarchiv-nrw.de%2Fdigitalisat%2Fabt_Rheinland%2FAA_0053_Kleve_Mark%2F%7E010%2F01097%2Fmets.xml)

Obs.: Não apresenta mês e dia em que o traslado foi concluído, mas deve ser a mesma data das duas públicas-formas anteriores.

In nomine Domini, amem. Nouerint uniuersi presentis publici instrumenti seriem inspeecturi quod anno a natiuitate Domini nostri Jhesu Christi millesimo quadringentesimo nono super claustro sedis siue ecclesie maioris nobilis ciuitatis Ulixbonensis in domo habitationis mei Petri Gomecii publici et apostolica auctoritate apostolica notarii testiumque infrascriptorum in presencia venerabilis et discreti viri Ludouici Johannis scolaris in iure canonico et canonici Ulixbonencii necnon vicarii generalis in spiritualibus et temporalibus reuerendissimi in Christo patris et domino, domini Jacoby Dei et apostolice sedis gratia dyachony cardinalis sancti Eustachii atque administratoris perpetui ecclesie et archiepiscopatus ciuitatis Ulixbonensis predictae comparuit Fernandus Johannis scutifer et continuus familiariss illustrissimi principis domini Petri gubernatoris ordinis milicie de Auisio tamquam procurator predicti domini principis prout inquodam aluareto procurationis in papiro scripto per manum Roderici Ualasci ipsius domini principis secretarii signato nomine et signo solitis eiusque signeto secreto cera nigra impressso non uiciato non cancellato neque in aliqua sui parte suspecto sed omni prorsus uicio et suspicionem carente prout prima facie apparebat. Et statim per dictum Fernandum Johannis expositum fuit predicto vicario et michi dicto notario qualiter predictus dominus princeps sibi mandauerat ut transsumtum siue copiam quarumdam literarum scilicet donacionis excellentissimi ac potentissimi et uictoriosissimi principis et domini domini Johannis quondam regis Portugalie, et excellentissime domine regine Philipe eius uxoris, et illustrissimi principis et domini ifantis Eduardi eorum primogeniti cum aliis duobus instrumentis compositionum siue tractum inter ipsum dominum regem Johannem et ciues florentinos ab illustrissima sorore sua domina Philipa peteret. Et quia a predicta domina acceperat quod predictae litere de mandato suo erant in manu mei dicti notarii. Ideo me dictum notarium nomine dicti domini sui requisiiuit et tamquam procurator suus ut copiam siue tansumtum dictorum literarum, scilicet, donationis et aliorum instrumentorum compositionum sibi darem requirens ipse Fernandus Johannis procurator nomine quo supra predictum vicarium auctoritatem ordinariam dictis instrumentis interponeret. Et sub sigilo predicti reuerendissimi domini cardinalis et signo meo publico dictas scripturas siue dictos transuntos sibi dari mandaret.

Et statim per venerabilem virum Rodericum de Oliueira scutiferum predictae domine Philipe michi dicto notario fuit presentatum quodam instrumentum scriptum in pargameno datum et auctum Sintrie in palatio solite reidencie predicti domini regis decimo quinto die mensis iunii anno Cesaris secundum regni Portugalie cursum millesimo quadringentesimo quinquagesimo secundo quod est anno a natiuitate Domini millesimo quadringentesimo quartodecimo signatum nomibus predicti domini regis regine eius uxoris et ifantis eorum

primogeniti. Subscriptum manum Antonii Martini canonici Ulixbonensi predicti domini regis secretarii eiusque regia auctoritate publici in regnis suis notarii et signo suo publico signatum sigillatum sigillis predictorum dominorum, scilicet, regis, regine et infantis cera rubea alba circulatis prenentibus in cordulis siue filiis sericis nigri et albi coloris non viciatum non cancellatum non rasum nec in aliqua sui parte suspectum set omni prorsus uicio et suspicione carentes prout prima facie apparebat, cuius tenor de uerbo ad uerbum sequitur et est talis:

Johanes Dei gratia Portugalie et Algarbii rex. Uniuerssis et singulis presentes nostras literas siue hoc publicum instrumentum inspecturis notum facimus quod nos una cum Philipa regina uxore mea et infante Eduardo amantissimo primogenito nostro presentialiter constitutus atendente set considerantes qualiter dillectissimus filius infans Petrus etiam presencialiter constitutus emmancipatus et in tali etate et dispositione existit quod iuxta sui generis claritatem necesse habeat concedentem statum tenere et gubernare. Ideo nos rex memoratus de regine et infantis primogeniti nostri predictorum consensu uolentes uobis infanti Petro prefato et statui uestro prouidere ac gratia facere singularem motu proprio certa scientia et libera uoluntate et potestate absoluta donamus et concedimus ac facimus liberam et puram ac irreuocabilem donacionem inter uiuos ab hac die im perpetuum omnium et singularim pecuniarum sub quocumque numero et in quacumque quantitate seu suma existentium per nos seu nomine nostro in monte diminucionis debitorum comunis Florencie positarum necnon omnium comodituum reddituum et prouentuum ac interesse occasione earumdem pecuniarum nobis hactenus debitorum et debendorum pro quibusquidem pecuniis prefatum commune ad nobis dandum et soluendum annuatim comodate reddictus et prouentus et interesse⁵³ predictos nobis extitit efficaciter obligatum prout in publicis instrumentis exinde confectis plenius continetur.

Quas quidem pecunias et earum comoditates reddictus et prouentus ac interesse huiusmodi uobis infanti Petro memorato pro uobis et heredibus uestris donamus et concedimus cum pottate ea donandi vendendi cambiendi legandi et cuicumque seu quibuscumque ipsas pecunias seu earum parte dimictendi et de ipsis tamquam de rebus propriis faciendi et ordinandi et de ipsis diponendi iuxta uestre arbitrium et beneplacita uoluntatis. Et per has nostras patentes literas seu publicum instrumentum uobis dimictimus et renunciamus omne dominium potestatem ius et proprietatem et possessionem que nos in pecuniis et earum comoditatibus reddictibus prouentibus et interesse prefatis tam debitis quam debendis habemus et de iure habere possumus.

⁵³ No documento: interesse.

Quamquidem donacionem sic ut prefertur per nos factam teneri et obseruari irreuocabiliter uolumus non obstantibus iuribus canonicis et ciuilibus legibus ac constitutionibus et statutis et consuetudinibus tam predecessorum nostrorum quam nostris et quorum tumque doctorum oppinionibus ac aliis in contrarium facientibus quibuscumque que presentem nostram donacionem in toto uel in parte impediant uel impedire ualeant aut possint etiam si talia sint quod de ipsis seu eorum aliquo in presenti donatione plena et expressa ac de uerbo ad uerbum mencio fieri debeat que hic habemus pro expreis et specificis declaratis. Ipsaque iura leges statuta consuetudines et oppiniones huiusmodi que hanc donationem infringere perturbare seu uiolare quomodolibet possent ex nostris motu proprio certa scientia libera uoluntate et potestate absoluta prefatis reuocamus cassamus et annullamus cum ea et eorum quemlibet in donatione huiusmodi nulum uolumus habere locum neque sibi quomodolibet in parte uel in totum nocere derogare seu preiudicare posse sed donationem sepedictam firmam stabilem ac ualituram perpetuo forme et esse tenere et remanere. Quamquidem donationem si opus est de ipsa libera et plena potestate insinuamus et proinsinuata habemus et haberi uolumus per presentes nos in super Johannes rex et Philipa regina et infans Eduardus primogenitus memorati in nostra regali fide pro nobis et successoribus nostris et heredibus promittimus hanc donationem in parte aut in toto non infringere nec uiolare sed ipsa integre et perfecte ac inuiolabiliter tenere et seruare et quicumque successor noster aut heres antedictam donacionem irreuocabiliter seruauerit et non contrauerit omnipotentis Dei et nostram habeat benedictionem.

Quarum pecuniarum scripturas inter nos et comune memoratus confectus uobis infanti Petro antedicto in manibus uestris damus donamus et assignamus et per eas uos in dominium proprietatem ius et possessionem corporallem reallem et auctuallem pecuniarum comoditatum reddituum prouentuum et interesse predictorum inducimus et inuestimus et quod etiam per uos aut procuratorem seu procuratores et nuncios speciales uestros in monte diminucionis comunis possessionem pecuniarum comoditatum reddituum prouentuum et interesse predictorum recipere ualeatis et possitis sic et prout nos ea hactenus habuimus et melius plenius et perfectius si habere ea potueritis et valuerit rogant magnificos et honorabiles uiros priores artium et uexiliferum iustitie populi et communis Florencie ac officiales diminucionum montis prefatorum quod uos infantem Petrum memoratum de dominium et proprietatem ius et possessionem pecuniarum comoditatum reddituum prouentuum et interesse predictorum recipiant et adiciant uobisque seu procuratoria ut procuratoribus uestris plene ac perfecte respondeant et cum ipsis faciant responderi.

In quorum omnium et singulorum testimonium presentes nostras literas seu hoc publicum instrumentum seu plura publica instrumenta nostra et regine ac infantis Eduardi primogeniti predictorum manibus subscripta sigillisque nostris munitis per infrascriptum publicum notarium nostrum uobis dari mandamus. Datum et actum Sintrie in palatio nostro decimo quinto die menis junii, anno Cesaris secundum regnorum nostrorum cursum millesimo quadringentesimo quinquagesimo secundo quod est anno a natiuitate Domini millesimo CCCC^o quartodecimo.

Presentibus ibidem nobilibus uiris Didaco Borges et Roderico Gomecii de Silua et Petro Nuni de Ataide testibus ad premissa uocatis specialiter et rogati.

Sequitur subscriptio.

Et ego Antonius Martini canonicus Ulixbonensis predicti domini regis secretarius ipsiusque et eius regia auctoritate publicus notarius quia prefatis donacioni concessioni scripturarum predictorum assignacioni et possessionis predictae indutioni ac omnibus aliis et singulis suprascriptis dum sic ut permictatur per dominos reginam et infantem primogenitum supra scriptos fierent et agerentur unacum prenominationis testibus presens interfui eaque sic fieri uidi et audiui ideo hoc presens publicum instrumentum per alium fideliter scriptum me aliis occupato negociis confeci subscripsi et hanc publicam formam redege signoque et nomine meo solitis signaui rogatus et requisitos in fidem et testimonium omnium singulorum premissorum.

Post cuiusquidem instrumenti presentacionem per predictum Rodericum de Oliueira coram me dicto notario factam fui per predictum Fernandum Johannis supramemoratum debita cum instancia requisitos quatinus transuntum siue copiam dicti instrumenti donationis sub signo meo publico et signo dicti uicarii et sigilo predicti reuerendissimi domini cardinalis sibi darem. Idem uero vicario antedictus auctoritatem suam dicte copie siue instrumento interposuit de quo sibi instrumentum publicum in publica forma sub signo suo solito et sigilo predicti reuerendissimi domini cardinalis dari mandauit. Presentibus ibidem Johanne Martini portionario ecclesie Sancte Marie de Maruilla ville Sanctarenensi. Et Valasco Laurentii scutifero habitante in dicta uilla Sanctarenensis. Et Fernando Suilo et Johanne Lupi familiaris mei dicti notarii, testibus ad premissa uocatis specialiter et rogatis.

Et quia predictum instrumentum non fuit sigilatum ante obitum predicti reuerendissimi cardinalis ideo de mandato uenerabilis viri domini Alfonsi Johannis cantoris et canonici ipsius ecclesie Ulixbonensis et uicarii generalis in spiritualibus et temporalibus sede vacante transiuit sub sigilo ipsius sedis uacantis vigesima die menssis nouembris predicti anni.

(Ass.) Luduicicus Johanis.

Et ego Petrus Gomecii prior siue rector parrochialis ecclesie Beate Marie de Azambua Ulixbonensis diocesis et auctoritate apostolica publicus notarius qui predictae requisicioni et instrumentorum requisicioni et predictis omnibus aliis dum sicut premictetur agerentur et fierent una cum prenominationis testibus rogatus rogavi et presens interfui eaque omnia et singula sic fieri uidi et audiui ideoque hoc presens publicum instrumentum manu mea fideliter scripsy et in publicam formam redegi et signo et nomine meis solitis et consuetis signavi rogatus et requisitos in fidem et testimonium omnium singulorum premissorum.

(Sinal do notário).

[Na plica]

Gomecius.

[Com o selo pendente de cera vermelha do cabido de Lisboa sede vacante].

[No verso]

Pago__ xvj reaes. Johanis Gunsalui.

Registado, xvj reaes. Rodrigo Anes.

Documento 4

1510 abril, 15, Castelo de Enghien (Soignies, Hainault, Bélgica) – *Filipe de Cleves, “duque de Coimbra”, nomeia representantes para tomarem posse do ducado de Coimbra e do “condado” de Montemor, que lhe couberam pela morte de D. João de Portugal.*

Landesarchiv NRW Abteilung Rheinland - AA 0611 / Ravenstein, Urkunden AA 0611, Nr. 62.

Descrição documental em linha: https://www.archive.nrw.de/archivsuche?link=VERZEICHUNGSEINHEIT-Vz_832627f9-654a-4587-a36f-9cb5c4a079be

Obs.: documento delido nalgumas partes, dificultando a leitura.

Philippus dux Colimbrie, Dux in Clevis, Comes in Marca, de Ravestam, de Angia, de Vbymendale, de Oxensschere et dominum. Vniueris presentes litteras lectures, salutem et dilectionem. Notum facimus ex cum per decessum pie memorie serenissimi principis Johannis Portugalie et Algharbii regis, domini et consanguini nostri colendissimi nuper defuncti, ducatus Colimbrie, comitatus et dominum Montismaioris cum omnibus appetentibus et dependentibus in dicto regno Portugalium sita. Etiam nonnulla alia dominia vilae et loca extra dictum regnum, nobis succesorio et hereditario jure obuenerint quibus dictum comitatum dominis castris territoriis et villis pro debito nostro officio congenit de salubri

regimine et gubernaculis tam iustis quam pollicis oportune promissum Dei igitur plene confidentes fidelitati sapientie et prudentie nobilium virorum carissimorum nostrorum Georgii de Thesire ecclesie collegiate Caseletensis prepositi et Anthonii de Exegny militis domini de Stybonal commissus et ordinamus et per has presentes comittimus et ordinamus ut et quemlibet eorum comunitim et diuisim seu aliquo fortuito casu infrascripta mandata nostra simul gerere curare et exequi non soalerent concedendo et tribuendo ipsis et cuiuslibet eorum auctoritate potestatem et mandatum specialem nostro nomine ut dux Colimbri comes et dominus Montimaiores et eorum pertinentiarum se transferre et comparere apud omnes et singulas ciuitates urbes opida castra portus villas et territoria dictorum nostrorum dominorum. Et eorundem capere possessionem. Et illic prestare et facere in anima nostra iuramentum quod duces Colimbri et domini Montismaiores tenent et consueuerunt facere in adoptione dictorum dominorum, ipsis ciuitatibus urbibus opidis vassallis et subdicis recipere etiam a dictis ciuitatibus opidis territoriis vassallis et iudicis iuramentum fidelitatis quod de iure tenentur et consueuerunt facere principibus et ducibus Colimbrie et dominis Montismaiores etc. In super constituendi ordinandi mutandi et continuando in dictis ciuitatibus opidis castris villis portibus et locis quibuscumque iudices ordinarios pedanos legislatores iusticiarios officarios tabelliones collectores seu receptores vectigalium theoloniorum ri...torum (?) et aliorum quorumcumque iurium pertinentium dictis dominis capitaneis et custodes castrorum portuum et quoscumque administratores iusticie et pollicie secundum iura et consuetudines dictorum dominorum audire rationes corrigere emendare et reformare quicquid utilitati publice notum inuenerint iuxta juris et rationis ordinem obseruatis privilegis statutis et consuetudinibus stilo et moribus patrie. Ordinandi etiam et procedendi canonice de quibuscumque dignitatibus beneficiis officiis et seruicis ecclesiasticis rite vacantibus. Comitendo etiam et instituendi locum euentem unum vel plures ecclesiasticos vel seculares qui per nostram absenciam aut donec alis de dictis dignitatibus beneficiis officiis seruientis et administrationis quibuscumque tam ecclesiasticis quam secularibus ut nos sture fuerit promissum et ordinatum. Promittentes sub fide et iuramento nostro perpetuo habere rata ... ta (?) firma et stabilia omnia et quecumque de istos nostros locotenentes legatos nuncios et procuratores generales et speciales vel alterum eorum in omnibus et quibuscumque istis nostris negociis et mandatis. Acta facta decreta ordinata gesta et disposita forent. Etiam si regni rexerit pro eorum firmitate mandatum magis speciale et ut ea omnia per nos coram et in persona. Acta facta decreta et disposita fuissent. In quorum fidem testimonium et corroboracionibus perpetuum duximus ista nostra manuali signo ei appensione sigilli nostri munenda. Datum in castro nostro Angie, decima quinta die aprilis, anno millesimo quingentesimo decimo.

(Ass.) Phe[lipus].

A epidemia de febre amarela e a atuação dos farmacêuticos (Rio de Janeiro, 1849-1850)

The yellow fever epidemic and the role of pharmacists (Rio de Janeiro, 1849-1850)¹

Amanda Peruchi

Universidade de São Paulo

amandaperuchi@outlook.com

<https://orcid.org/0000-0002-7362-2252>

Texto recebido em / Text submitted on: 28/11/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 14/05/2024

Abstract

In studies on the yellow fever epidemic in the city of Rio de Janeiro in the mid-19th century, one of the most discussed topics is the collaboration between physicians and the imperial government in creating sanitary measures. Although these studies indicate that the epidemic was decisive for the consolidation of medical authority in relation to other healing activities, one of the less explored subjects is how pharmacists also took advantage of this epidemic scenario to argue in favor of the authority of the qualified pharmacy professional. In this sense, grounded in the historiography of pharmacy history, which examines the social role of the pharmacist and the man-medicine relationship over time, this article analyzes how pharmacists leveraged the yellow fever epidemic to establish themselves as an autonomous class and contribute to the organization

Resumo

Nos estudos sobre a epidemia de febre amarela na cidade do Rio de Janeiro em meados do século XIX, um dos aspectos mais observados é a colaboração entre médicos e o governo imperial na criação de medidas sanitárias. Embora esses estudos apontem que a epidemia foi determinante para a consolidação da autoridade médica em relação a outras atividades curativas, um dos assuntos pouco explorados é como os farmacêuticos também se valeram desse cenário epidêmico para argumentar a favor da autoridade do profissional da farmácia diplomado. Nesse sentido, fundamentado na historiografia da história da farmácia, que examina o papel social do farmacêutico e a relação homem-medicamento no tempo, este artigo analisa como os farmacêuticos se utilizaram da epidemia de febre amarela para se estabelecerem como uma classe autônoma e contribuíram com a organização do mercado

¹ Investigadora de pós-doutoramento na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), bolsista FAPESP (processo nº 2022/06767-0). Este artigo é fruto da pesquisa desenvolvida pela autora na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com financiamento BEPE/FAPESP (processo nº 2023/02477-0).

of the pharmaceutical market, through the elaboration of specific regulations for the operation of pharmacies.

Keywords: Pharmacists; yellow fever; Rio de Janeiro; mid-19th century.

farmacêutico, através da elaboração de um regulamento específico para o funcionamento de boticas e farmácias.

Palavras-chave: Farmacêuticos; febre amarela; Rio de Janeiro; meados do século XIX.

Introdução

Um dos estudos mais conhecidos sobre a epidemia de febre amarela que assolou a população do Império do Brasil – notadamente os cariocas – no verão de 1849 e 1850 é a *História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850* do médico José Pereira do Rego (1816-1892). Nesse trabalho, impresso em 1851, quando a epidemia já dava uma trégua aos moradores do país, encontram-se algumas razões para o aparecimento da doença. Eis o que o autor anotou:

As diferenças completas observadas em nossa constituição climatérica em o ano de 1849, caracterizada por uma seca de que não há exemplo há muito tempo; pelo calor ardente que nos flagelou no estio, pela falta de trovoadas na mesma estação, e ausência das virações para a tarde quase constantes no Rio de Janeiro; a chegada de imensos aventureiros que se destinavam à Califórnia, e que aqui desembarcavam e percorriam todas as nossas ruas, sem que medidas algumas sanitárias a seu respeito se tomassem, não obstante saber-se que vinham de países em os quais reinavam moléstias epidêmicas gravíssimas [...], tudo reunido ao abandono em que estava a nossa higiene pública, ao estado deplorável das nossas valas de despejo e de nossas praias, ao desenvolvimento de incessante emanação de miasmas infectos pelo grau excessivo de calor no estio, fazia presumir ou antes acreditar no aparecimento para o outono de alguma epidemia grave mais ou menos mortífera, se por acaso semelhantes condições durassem¹.

Em meados do século XIX, ainda não se conhecia que o agente etiológico da febre amarela era o mosquito infectado com o vírus. Por isso, várias teorias sobre a origem e o desenvolvimento da doença começaram a ser apresentadas pelos envolvidos com as atividades curativas. A explicação de Pereira do Rego, por exemplo, estava entre as mais recorrentes e pautava-se nas concepções da medicina higienista – a doutrina médica que defendia as condições de vida como causa principal das enfermidades². Essa concepção analisava a transmissão das doenças e as formas de combatê-las a partir da relação entre homem, doença e

¹ José Pereira do Rego, *História e descrição da febre amarela epidêmica*, Rio de Janeiro, Typ. de Paula Brito, 1851, p. 1.

² Johann Peter Frank (1745-1821), médico alemão, é considerado o fundador da medicina higienista. A sua obra *A miséria do povo, mãe de enfermidades*, publicada em meados do século XVIII, que apontava a pobreza e as más condições de vida como as principais causas das doenças, teve bastante repercussão na época, e outros médicos começaram a introduzir o higienismo na medicina visando erradicar doenças como o cólera e a febre amarela.

clima, e compreendia duas teorias médicas: a infeccionista e a contagionista³. Para os seguidores da primeira teoria, faziam-se necessárias medidas para a higiene pública, como a purificação do meio ambiente com fumigações e desinfecções, e intervenções no espaço urbano, com o tratamento de esgotos, limpezas das ruas e praias e outras. Os contagionistas, por outro lado, voltavam-se para a higiene privada, e defendiam o isolamento dos doentes, uso de latrinas, quarentenas de navios, entre outras ações sanitárias. Até a década de 1880, com o advento da bacteriologia e da microbiologia, essas duas teorias impulsionaram medidas que se relacionavam com as condições de vida das pessoas⁴.

Segundo a concepção de Pereira do Rego e de outros médicos adeptos da medicina higienista no Brasil em meados do século XIX, a eficiência dos tratamentos não dependia exclusivamente dos agentes da cura. A população precisava se prevenir, e o Estado desempenhava um papel fundamental na execução e fiscalização das medidas sanitárias propostas pelos médicos, sobretudo por aqueles que integravam a Comissão Central de Saúde Pública, órgão instituído pelo governo imperial para assessorá-lo em assuntos relacionados à saúde pública⁵.

Na historiografia ocidental, os estudos sobre as doenças, especialmente as epidêmicas, ganharam impulso a partir da década de 1970⁶. Desde então, sob diferentes perspectivas e metodologias, as epidemias ocorridas no Rio de Janeiro têm sido objeto de várias investigações⁷. Seja para evidenciar a

³ Elizabete V. Delamarque, *Junta Central de Higiene Pública: vigilância e política sanitária*, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2011, p. 64-69.

⁴ Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 67.

⁵ A Comissão Central de Saúde Pública foi formada em 5 de fevereiro de 1850 e renomeada para Junta de Higiene Pública em 14 de setembro deste ano. Brasil, “Decreto n. 598 de 14 de set. de 1850. Concede ao Ministerio do Império hum credito extraordinario de duzentos contos para ser exclusivamente despendido no começo dos trabalhos, que tendam a melhorar o estado sanitário da Capital e de outras Povoações do Império”, *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1850*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1851, p. 299.

⁶ Os historiadores Revel e Peter incluíram a doença numa coletânea dedicada aos novos objetos da história e lançaram a ideia de que o estudo das doenças poderia fornecer numerosos esclarecimentos sobre as articulações e as mudanças da sociedade. Jacques Revel e Jean-Pierre Peter, “Le Corps” in Jacques Le Goff e Pierre Nora (ed.), *Faire de l’histoire*, Paris, Gallimard, 1974, v. 3, p. 169-191.

⁷ Donald Cooper, “Brazil’s long fight against epidemic disease, 1849-1917, with special emphasis on yellow fever”, *Bulletin of New York Academy of Medicine*, 5 (1975), p. 672-696; Sidney Chalhoub, *Cidade febril...*, cit.; Monique de S. Gonçalves, *A febre amarela, o poder público e a imprensa durante a década de 1850, no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

política centralizadora do Império brasileiro⁸, seja para entender o processo de legitimação da elite médica imperial, uma das observações mais recorrentes desses estudos é a cooperação entre os médicos e o governo imperial⁹. Um ponto pouco explorado, no entanto, é que os farmacêuticos também se valeram desse cenário epidêmico para argumentarem a favor da importância de um profissional da farmácia diplomado para manipulação e venda de medicamentos, mesmo porque os cursos de farmacêutico criados nas escolas de medicina em 1832 ainda não tinham muitos alunos em meados do século XIX¹⁰.

Diante dessa carência e pautando-se na historiografia da história da farmácia que investiga não apenas a profissão farmacêutica¹¹, mas também a ciência farmacêutica e o papel social do profissional da farmácia no tratamento das doenças e, portanto, a relação homem-medicamento no tempo¹², este artigo analisa como os farmacêuticos fizeram parte das discussões que criaram diversas medidas sanitárias para a cidade do Rio de Janeiro, durante e após a epidemia de febre amarela, chegando inclusive a elaborar um regulamento específico para o funcionamento das boticas e farmácias¹³. Afinal, não parece ter sido mera coincidência que a primeira

⁸ Roberto Machado, *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.

⁹ Flávio Coelho Edler, *A constituição da Medicina Tropical no Brasil oitocentista: da climatologia à parasitologia médica*, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999; Luiz Otávio Ferreira, *O nascimento de uma instituição científica: os periódicos médicos brasileiros da primeira metade do século XIX*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996.

¹⁰ Amanda Peruchi, *A Institucionalização da farmácia brasileira: Rio de Janeiro e Bahia, 1808-1891*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2023, p. 118-119.

¹¹ Em 1927, o farmacêutico George Urdang (1882-1960) definiu a profissão farmacêutica e o exercício farmacêutico como os únicos objetos da história da farmácia. Tal definição, no entanto, excluía muitos aspetos da história das ciências farmacêuticas e chocava-se com as tendências contemporâneas da história, nomeadamente a da *Escola dos Annales*, uma vez que desconsiderava tanto a história global quanto a interdisciplinaridade. A despeito disso, Urdang foi responsável por introduzir nos Estados Unidos da América a tradição histórico-farmacêutica alemã, embora sua definição dos limites disciplinares da história da farmácia tenha sido largamente abandonada atualmente. José Pedro Sousa Dias, *Os Medicamentos na História: História da Farmácia e da Terapêutica*, Lisboa, Caleidoscópio, 2023, p. 4.

¹² José-Luis Valverde Lopez, “La Historia de la Farmacia que se ha escrito”, *Ars Pharmaceutica*, 17 (1976), p. 351-352; José Pedro Sousa Dias, *Os Medicamentos na História...*, cit., p. 1-6. Um trabalho recente sobre as dificuldades e o desenvolvimento da profissão farmacêutica na sociedade moderna e contemporânea é o livro *Ciencia y profesion. El farmaceutico en la historia*, organizado por Esteban Moreno Toral, Antonio Ramos Carilla e Antonio González Bueno e impresso em 2018.

¹³ No Brasil do século XIX, as boticas eram estabelecimentos cujos proprietários eram boticários licenciados pela Fisicatura-mor, enquanto as farmácias eram de propriedade dos

associação farmacêutica do Império, a Sociedade Farmacêutica Brasileira, cujo um dos objetivos era justamente a defesa do farmacêutico diplomado¹⁴, tenha sido criada exatamente nessa época¹⁵.

O artigo está estruturado em três partes: a princípio, analisam-se as primeiras notícias sobre a chegada da febre amarela ao Brasil, com o objetivo de observar as reações iniciais do governo, dos profissionais da saúde e da população diante da doença. Na segunda parte, investiga-se a febre amarela na capital do Império, com destaque para a Comissão Central de Higiene Pública e suas medidas sanitárias. Por fim, são analisadas as denúncias dos farmacêuticos acerca da facilidade pela qual os medicamentos eram ofertados nos anúncios de jornais, a criação da Sociedade Farmacêutica Brasileira no contexto da epidemia de febre amarela e a elaboração do primeiro regulamento para o funcionamento das boticas e farmácias após a extinção da Fisicatura-mor em 1828. Como principais fontes, utilizamos artigos, anúncios de jornais comerciais e científicos, bem como relatórios governamentais. Nesses documentos, buscamos isolar padrões repetitivos que ajudam a compreender certos lugares comuns relacionados ao cenário epidêmico, às políticas governamentais e ao envolvimento dos farmacêuticos. Tais padrões descritivos fornecem evidências significativas acerca de importantes aspectos da época.

Primeiras notícias deste “terrível flagelo”

Na sua edição de 29 de janeiro de 1850, o periódico satírico *A Marmota na Corte* (1849-1852), mantido por Francisco de Paula Brito (1809-1861) e Próspero Ribeiro Diniz (1820-1852), publicou o seguinte comunicado em sua primeira página:

Veio a Ilustríssima a nós;
Leitores, vamos a ela!
Vamos lhe dar pancadinhas
Respeito a *febre amarela*¹⁶.

farmacêuticos, profissionais diplomados pelas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, a partir de 1832.

¹⁴ Amanda Peruchi, *A Institucionalização...*, cit., p. 11-12.

¹⁵ Verônica Pimenta Velloso, *Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes*, Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, 2007, p. 114.

¹⁶ “A Febre Amarela (Comunicado)”, *A Marmota na corte*, Rio de Janeiro, Typ. de Paula Brito, 40 (29 jan. 1850), p. 1.

Até meados do século XIX, excetuando-se aparições episódicas nos tempos da Colônia, como as epidemias observadas em Pernambuco e Bahia no final do século XVII¹⁷, a febre amarela era uma novidade para os moradores do Brasil e para o próprio governo imperial. Dessa doença sabiam apenas que era bastante contagiosa, tinha alta mortalidade e que os sintomas iniciais eram febres, dores de cabeça e musculares e vômitos pretos. Tais conhecimentos provinham, sobremaneira, dos casos ocorridos em outros lugares (Estados Unidos da América, Espanha, Cuba, Colômbia, ilhas das Índias Ocidentais etc.) e frequentemente divulgados nos periódicos nacionais¹⁸. Na década de 1840, notadamente, os escritos sobre a febre amarela no exterior abordavam as características da doença e os tratamentos empregados, e também comentavam sobre as reincidências e os primeiros casos em muitas cidades até então poupadas desse mal. Pelo tom dos jornais, a febre amarela não parecia estar mais tão longe dos brasileiros.

A Bahia foi a primeira região do Império do Brasil a ser afetada pela febre amarela, seguida por Pernambuco e Rio de Janeiro. No final de setembro de 1849, o brigue americano *Brasil*, vindo de Nova Orleans – cidade que enfrentava surtos de cólera e febre amarela – recebeu permissão para atracar no porto da Bahia, mesmo após dois de seus tripulantes terem falecido de febre amarela durante a viagem¹⁹. Este incidente alertou a população local, e os primeiros casos suspeitos foram relatados entre outubro e novembro de 1849, conforme registraram alguns periódicos baianos²⁰. Entretanto, essas mortes ainda eram consideradas suspeitas, sem confirmação definitiva da doença.

No mês seguinte, com a epidemia se intensificando na capital baiana, o presidente da província, Francisco Gonçalves Martins (1807-1872), solicitou ao seu Conselho de Salubridade Pública um diagnóstico mais preciso sobre a

¹⁷ Odair Franco, *História da febre amarela no Brasil*, Rio de Janeiro, GB, 1969, p. 8-27.

¹⁸ Um dos periódicos que mais divulgaram casos de febre amarela foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Sobre a febre amarela “na cidade de Santa Cruz” em 1810, o jornal anotou que “mais de 500 pessoas” se infetavam e “morriam [de] 25 até 35 por dia”, sendo que “no espaço de um mês morreram mais de 300 pessoas”. *Gazeta do Rio de Janeiro*, 28 (6 abr. 1811), p. 2. Do mesmo modo, ao descrever a “desgraçada calamidade” que atingiu a Ilha de Leão e de Cádiz em 1819, a folha estampou “um resumo dos artigos que tratam da peste na Espanha”, na sua edição de 8 de janeiro de 1820. “Resumo dos artigos que tratão da peste em Hespanha”, *Gazeta do Rio de Janeiro*, 3 (8 jan. 1820), p. 1-2.

¹⁹ A licença chamou tanto a atenção dos baianos que, por meio de uma correspondência anônima, um deles questionou se apenas a apresentação da carta de saúde bastava para “escusar as cautelas” a um navio marcado pela febre amarela. “Publicação a pedido”, *Correio Mercantil: Jornal Politico, Commercial e Litterario*, 219 (2 out. 1849), p. 3.

²⁰ Odair Franco, *História...*, cit., p. 24.

característica da doença. Em um relatório publicado no *Correio Mercantil* em 12 de dezembro de 1849, os médicos do Conselho descreveram a situação como “uma epidemia típica dos países intertropicais, especialmente em períodos de mudanças abruptas no clima, chuvas fora de época e calor excessivo”²¹. Este parecer divergia das conclusões de outros médicos residentes na província, como o do escocês John Ligertwood Paterson (1820-1882), que em novembro havia diagnosticado a doença como febre amarela²².

Na capital do Império, as primeiras informações sobre uma “possível” epidemia de febre amarela na Bahia foram divulgadas em 13 de dezembro de 1849, por meio do vapor *Pernambucana*, que havia passado pelo porto baiano e trazia consigo exemplares de jornais locais. Na cidade carioca, o *Correio Mercantil* do dia seguinte registrou que

espalhou-se pela cidade com susto geral, que na Bahia havia aparecido uma febre amarela, epidêmica e de efeito rápido e inevitável. Diziam uns que tão terrível flagelo fora levado por um navio dos Estados Unidos (o que aumentava os receios da população), outros, que fora trazida por um barco negroiro²³.

No entanto, segundo o redator do jornal, pela falta de informações mais confiáveis sobre a doença que a essa altura acometia os baianos já há algumas semanas, se a notícia fosse verdadeira o vapor não teria sido aprovado pela inspeção de saúde do porto. Além disso, os próprios jornais baianos vindos com o vapor não abordavam sobre o “flagelo com esse horror”, e as cartas remetidas daquela província diziam que o pânico de algumas pessoas não tinha nenhum fundamento²⁴.

Um dia após o *Pernambucana*, foi a vez da corveta portuguesa *D. João I*, proveniente de Lisboa com escalas em Pernambuco e Bahia, atracar no porto do Rio de Janeiro. O comandante, ao registrar cinco casos de febre a bordo – dos quais duas pessoas se recuperaram, duas faleceram e uma permanecia doente – içou a bandeira amarela ao entrar na baía carioca²⁵. Poucos dias depois, o

²¹ “Communicado, Febres reinantes”, *Correio Mercantil*, 277 (12 dez. 1849), p. 2-3; José Pereira do Rego, *Memoria historica das epidemias da febre amarella e cholera-morbo que têm reinado no Brasil pelo Dr. José Pereira do Rego*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1873, p. 18.

²² Odair Franco, *História...*, cit., p. 24; “Communicado, Febres reinantes”, *Correio Mercantil*, 277 (12 dez. 1849), p. 2.

²³ *Correio Mercantil*, 340 (14 dez. 1849), p. 2.

²⁴ *Correio Mercantil*, 340 (14 dez. 1849), p. 2.

²⁵ *Correio Mercantil*, 341 (15 dez. 1849), p. 2.

vapor Imperatriz trouxe notícias sobre a doença que assolava a Bahia. Assim, leu-se no *Correio Mercantil* do dia 20 de dezembro de 1849:

O quadro que da Bahia traçam os jornais, e as cartas particulares, é sombrio e pungente. A epidemia tinha recrudescido, e causava terríveis estragos. Suas origens era assunto muito discutido pelos profissionais, que para isso foram convidados pela imprensa e pelo presidente da província. Eis a descrição que se nos faz do estado melancólico da cidade e o juízo de um nosso correspondente:

“As febres têm continuado a decimar com mais força, e é geral e pungente a consternação desta infeliz cidade. Raras são as casas, em que o flagelo não tem penetrado, e muita gente vai sucumbindo à violência e gravidade do mal; a mortalidade diária orça por 20 a 30 pessoas, e igrejas há que já não têm sepulturas para jazigos das vítimas [...]. A população está aterrada, e o luto e a dor é geral”²⁶.

Em apenas uma semana, as notícias que iam da Bahia para o Rio de Janeiro deixaram de retratar uma moléstia possivelmente controlada e passaram a descrever um cenário bastante preocupante. A natureza exata da doença, porém, continuava a não ser confirmada pelo Conselho de Salubridade Pública, mesmo após algumas semanas desde a solicitação feita pelo presidente da província Francisco Gonçalves Martins. Tal incerteza, a propósito, também foi destacada pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, José da Costa Carvalho (1796-1860), em seu *Relatório da Repartição dos Negócios do Império* referente ao ano de 1849. Em tom de alerta, o ministro mencionou que as febres estavam causando pânico e que havia rumores de uma epidemia de febre amarela na cidade. Entretanto, conforme o relatório, apesar de alguns doentes apresentarem sintomas que poderiam ser associados à febre amarela, como vômito negro e características semelhantes ao tifo, e em raros casos, outros sintomas que sugeriam a doença, os médicos mais experientes da região não confirmavam tal diagnóstico. Em vez disso, atribuíam o surgimento desses sintomas a um estado específico de cada paciente²⁷.

As primeiras notícias sobre a febre amarela na Bahia indicam que os médicos procederam com grande cautela na confirmação da doença. Ao tratarem de pacientes com sintomas característicos da febre amarela, como os vômitos pretos, eles se mostraram relutantes em diagnosticar a doença imediatamente. Na prática, essa abordagem cautelosa retardou a implementação de políticas

²⁶ *Correio Mercantil*, 346 (20 dez. 1849), p. 2.

²⁷ José da Costa Carvalho, *Relatório da Repartição dos Negócios do Império, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 8ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario d'Estado Visconde de Mont'alegre*, Rio de Janeiro, Na Typographia Nacional, 1850, p. 45.

sanitárias eficazes para conter a propagação da doença, não apenas na província da Bahia, mas também em outras regiões. Por esse motivo, a confirmação da febre amarela pelos médicos do Rio de Janeiro ocorreu praticamente ao mesmo tempo em que os médicos baianos Vicente Ferreira de Magalhães (1799-1876) e Salustiano Ferreira Souto (1814-1887) oficialmente declararam que a “febre atualmente prevalente na Bahia é, de fato, febre amarela”, conforme parecer de 19 de janeiro de 1850²⁸.

A epidemia de febre amarela e a regularização da saúde no Império

No Rio de Janeiro, ao tratar de cinco marinheiros que estavam febris, ictericos e vomitando um líquido escuro na enfermaria dos estrangeiros no Hospital da Santa Casa, entre os meses de dezembro de 1849 e janeiro de 1850, o médico alemão Robert Christian Avé-Lallemant (1812-1884) os diagnosticou como os primeiros casos suspeitos de febre amarela. Diante disso, e segundo a recomendação da época, ele notificou ao Provedor da Santa Casa e este comunicou ao Ministro do Império, o qual convocou a Academia Imperial de Medicina para pronunciar se a febre amarela se encontrava na cidade carioca²⁹.

Para atender à solicitação do Ministro, a Academia Imperial de Medicina nomeou os médicos José Maria de Noronha Feital (1818-1873), José Pereira do Rego, Francisco Júlio Xavier (1809-1850), Luiz Bompani (1811-1877) e Avé-Lallemant para examinarem “os casos e a natureza das febres que têm aparecido em estrangeiros recém-chegados a esta capital”. Diante da urgência do governo imperial, os médicos inicialmente afirmaram que não poderiam emitir uma opinião clara sobre a natureza da febre que afetava os marinheiros estrangeiros³⁰. No entanto, como haviam identificado semelhanças nos casos relatados, eles propuseram algumas medidas sanitárias e preventivas que poderiam ser adotadas tanto pela administração pública, quanto pelos próprios cariocas. Estas medidas, de acordo com os médicos, visavam ao

²⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 8321 (8 fev. 1850), p. 2. O parecer foi realizado a pedido do presidente da província da Bahia, o Conselheiro Francisco Gonçalves Martins.

²⁹ Odair Franco, *História...*, cit., p. 35.

³⁰ José Maria de Noronha Feital; José Pereira do Rego; Francisco Júlio Xavier; Bompani; Lallemant, “Parecer da comissão nomeada para examinar os casos que se dizem ter aparecido de febre amarela, e para propor medidas higiênicas e preventivas de que o povo se possa utilizar”, *Annaes de Medicina Brasiliense: jornal da Academia Imperial de Medicina*, 4 (jan. 1850), p. 91.

menos trazer tranquilidade às famílias e acalmar a população, que já estava bastante apreensiva³¹.

Assim, para a administração pública da cidade, os médicos sugeriram que fossem impostas quarentenas às mercadorias e aos “navios vindos dos portos onde rein[assem] *quaisquer epidemias*, ou neles [tivessem] tocado, e limpeza das praias, calçamento e asseio das praças e ruas, dando-se esgoto às águas estagnadas e fazendo-se secar os pântanos”³². Já para os moradores, aconselhavam que evitassem “todos os excessos, especialmente os praticados com a ingestão de comidas grosseiras, muito apimentadas e bebidas alcóolicas e excitantes”; que tomassem banhos regularmente e “bebidas ácidas e refrigerantes”; que mudassem “de roupas o mais frequentemente”; que fizessem “passeios brandos e em lugar arejado”, deixando de lado os “longos passeios a pé ao Jardim Botânico, Ponta do Caju etc.”; que fossem sóbrios em tudo, “usando ao mesmo tempo de alimentação pouco temperada, simples e de fácil digestão”; e que não utilizassem medicamentos como “os Le Roys, pílulas de Allan e outros purgantes enérgicos”³³. A advertência sobre medicamentos desse tipo era justificada pelo fato de que eles não eram comercializados exclusivamente em boticas e farmácias. Seus vendedores os promoviam através de uma linguagem chamativa, especialmente direcionada àqueles que temiam ser infectados e procuravam soluções milagrosas³⁴.

Além dessas medidas, o próprio D. Pedro II chegou a ordenar que “todos os doentes suspeitos daquela epidemia” fossem tratados no edifício da ilha do Bom Jesus dos Frades. Esse local, devido aos seus espaços e características, oferecia as condições ideais para servir como um lazareto provisório. Nele seriam acolhidos todos os doentes, tanto os provenientes de navios quanto dos hospitais da cidade, que apresentassem suspeita da referida enfermidade³⁵. Entretanto, a despeito dessas e outras disposições, a epidemia de febre amarela tomou vulto cada vez maior e invadiu quase toda a cidade, demandando do governo outras medidas regulatórias para a saúde no Império.

³¹ José Maria de Noronha Feital et al., “Parecer da comissão nomeada...”, cit., p. 91.

³² José Maria de Noronha Feital et al., “Parecer da comissão nomeada...”, cit., p. 91. [Grifos do autor].

³³ José Maria de Noronha Feital et al., “Parecer da comissão nomeada...”, cit., p. 91-92.

³⁴ Amanda Peruchi, *A Institucionalização...*, cit., p. 123-149.

³⁵ Ministerio do Imperio, *Annaes de Medicina Brasiliense: jornal da Academia Imperial de Medicina*, 4, (jan. 1850), p. 91.

Daí, em 5 fevereiro de 1850, atendendo inclusive uma demanda reclamada há tempos pela população e pelos médicos, pelo menos desde os anos 30 do século XIX, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império nomeou uma “comissão de médicos, como juízes competentes, para entender sobre tão delicado assunto”³⁶. A chamada Comissão Central de Saúde Pública proporia “todas as medidas necessárias a arredar de sobre a população tão terrível flagelo” e seria consultada em todas as questões que dissessem respeito à epidemia³⁷. Foi a primeira vez que um corpo especializado de médicos acadêmicos se encarregou de ordenar a matéria sanitária no Brasil. Para eles, era uma oportunidade para avançar em suas aspirações profissionais, mas, sobretudo, para defenderem a autoridade da medicina acadêmica em relação às outras formas de cura³⁸.

Poucos dias após sua criação, a Comissão Central de Saúde Pública apresentou ao governo imperial dois documentos normativos para a sanitização da cidade, os quais foram rapidamente aprovados: “Conselhos às famílias, sobre o comportamento que devem observar durante a epidemia” – amplamente divulgados nas folhas cariocas – e “Regulamento sanitario mandado observar por Aviso desta data nas Comissões Parochiaes de Saude Publica, creadas por Aviso de 14 de fevereiro de 1850”³⁹. Nos “Conselhos às famílias...”, como uma maneira para tranquilizar a população, a Comissão Central de Saúde Pública destacou que a febre amarela acometia “de preferência as pessoas recém-chegadas de países estrangeiros, marinheiros e outros indivíduos não aclimatados, ou não habituados, às influências de temperatura, e outras especiais ao clima de nosso país”⁴⁰.

³⁶ Ministerio do Imperio, *Annaes...*, cit., p. 92.

³⁷ “Relação Nominal dos membros da Comissão Central de Saúde Pública” in José da Costa Carvalho, *Relatório da Repartição dos Negócios do Império, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da 8ª legislatura*, Rio de Janeiro, Na Typographia Nacional, 1850, p. 31.

³⁸ Monique de S. Gonçalves, *A febre amarela*, cit., p. 33.

³⁹ Entre outros, o “Conselho às famílias...” foi publicado pelo *Diário do Rio de Janeiro* e pelo *Correio Mercantil* respetivamente em 14 e 15 de fevereiro de 1850. Parte Oficial, “Mistério do Império. Conselhos às famílias, sobre o comportamento que devem observar durante a epidemia”, *Diário do Rio de Janeiro*, 8327 (14 fev. 1850), p. 1; Parte Oficial, “Mistério do Império. Conselhos às famílias, sobre o comportamento que devem observar durante a epidemia”, *Correio Mercantil*, 46 (15 fev. 1850), p. 1.

⁴⁰ “Conselhos às famílias, sobre o comportamento que devem observar durante a epidemia, pela Comissão Central de Saude Publica”, *Annaes de Medicina Brasiliense: jornal da Academia Imperial de Medicina*, 4 (jan. 1850), p. 94. Tal justificativa era defendida pelos médicos da província baiana e apresentada aos cariocas desde janeiro de 1850. O recém-doutor Augusto Victorino Alves Sacramento (1827-1903) escreveu, no dia 18 desse mês, “Quais razões por que os estrangeiros recém-chegados à Bahia padecem mais, e é mais funesta para

Já o “Regulamento sanitario...” serviria como um instrumento de apoio e referência para o trabalho das comissões paroquiais criadas “em cada freguesia da cidade, [para] fiscalizar na mesma freguesia, enquanto durar a epidemia, a fiel observância de todas as leis, ordens e providências relativas à saúde pública, e velar na sorte da classe indigente, administrando-lhe todos os socorros de que possa precisar”⁴¹. Tais comissões eram formadas por um subdelegado, um fiscal e três médicos, sendo esses últimos responsáveis pelas visitas aos pobres e pela emissão de receitas para a obtenção de medicamentos gratuitos⁴².

Particularmente, o décimo nono artigo do “Regulamento sanitario...” determinou que “a prática da medicina, cirurgia e farmácia em todos os seus ramos e dependências, conhecendo das habilitações dos que a exercerem”, só poderia ser exercida por “pessoas competentemente habilitadas nas formas das Leis em vigor”. Isso significou que apenas aqueles que possuíam título conferido ou aprovado pelas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, instituídas em 3 de outubro de 1832, estavam autorizados a exercer a medicina, a cirurgia, a farmácia, ou a partejar, em todo o território nacional⁴³.

No contexto do mercado farmacêutico, frequentemente criticado por médicos e farmacêuticos, o décimo oitavo artigo do “Regulamento sanitario” estabeleceu medidas rigorosas. Proibiu-se explicitamente, por exemplo, a

eles a epidemia reinante?”. Do mesmo modo, ao refletir sobre a doença reinante na Bahia em um artigo datado de 26 de janeiro, o médico Egas Muniz Barreto Carneiro de Campos afirmou que todas as enfermidades epidêmicas, como a febre amarela, “afligem mais as pessoas não aclimatadas e se apresentam sempre com caráter mais grave”. Augusto Victorino Alves Sacramento, “Quais razões por que os estrangeiros recém-chegados à Bahia padecem mais, e é mais funesta para eles a epidemia reinante?”, *Annaes de Medicina Brasiliense: jornal da Academia Imperial de Medicina*, 5 (fev. 1850), p. 101-103; Publicações a pedido, “A febre epidemia reinante é o typho americano, ou a febre amarela”, *Jornal do Commercio*, 87 (20 mar. 1850), p. 3.

⁴¹ “Regulamento sanitario mandado observar por Aviso desta data nas Comissões Parochiaes de Saude Publica, creadas por Aviso de 14 de fevereiro de 1850”, *Annaes de Medicina Brasiliense: jornal da Academia Imperial de Medicina*, 5 (fev. 1850), p. 103.

⁴² José de Paiva Magalhães Calvet, “Providências propostas pela Comissão Central de Saude Publica e aprovadas pelo governo em 14 de fevereiro”, *Annaes de Medicina Brasiliense: jornal da Academia Imperial de Medicina*, 5 (fev. 1850), p. 103; Maria Rachel Fróes da Fonseca, “A Saúde Pública no Rio de Janeiro Imperial” in Ângela Porto (ed.), *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*, Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2008, p. 40; Amanda Peruchi, *A Institucionalização...*, cit., p. 164.

⁴³ Brasil, “Lei de 3 de outubro de 1832. Dá nova organização as actuaes Academias Medico-Cirurgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia” in *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1832*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1874, p. 89.

comercialização de remédios, sejam compostos sejam simples, por indivíduos não autorizados por lei⁴⁴. Além disso, o regulamento garantiu o fornecimento gratuito dos medicamentos essenciais para o tratamento dos indigentes, indicando que essa responsabilidade caberia às boticas designadas pelo governo. Para garantir o fornecimento gratuito, as receitas médicas deveriam ser assinadas pelos médicos e conter a indicação “Epidemia reinante”, além do endereço completo do paciente⁴⁵. Uma das boticas designadas para aviar “com prontidão e gratuitamente as receitas que ali se apresentarem, indo assinadas por facultativo legalmente habilitado”, era a de Ezequiel Corrêa dos Santos (1801-1864), localizada na rua da Carioca, n. 113⁴⁶.

O cuidado desse novo órgão regulador com o mercado farmacêutico se deu porque muitas lojas de naturezas variadas negociavam substâncias medicinais. Essa situação não era propriamente uma novidade porque desde os primeiros escritos normativos para a venda de medicamentos no Brasil observa-se uma preocupação para que somente profissionais licenciados, a exemplo dos boticários autorizados pela Fisicatura-mor (1521⁴⁷, 1744⁴⁸ e 1808-1828)⁴⁹ e dos farmacêuticos diplomados (após 1832), vendessem remédios. Entretanto, de acordo com os registros da época, a lei não foi seguida e, à medida que a febre amarela afligiu mais e mais brasileiros naquele verão de 1849 e 1850, o mercado farmacêutico viu-se invadido por uma grande quantidade de medicamentos que ofereciam curas rápidas e milagrosas. Os farmacêuticos, a fim de defender a autoridade da sua profissão e de seus produtos, começaram a denunciar remédios, vendedores e anúncios de jornais. Os anúncios, como sabemos, eram um importante meio de divulgação na sociedade brasileira oitocentista⁵⁰ e, por isso, podiam contribuir com a administração de tratamentos errados, uma vez que nem

⁴⁴ “Regulamento Sanitario mandado observar por Aviso desta...”, cit., p. 107.

⁴⁵ “Regulamento Sanitario mandado observar por Aviso desta...”, cit., p. 106.

⁴⁶ “Declarações”, *Jornal do Commercio*, 59 (28 fev. 1850), p. 3.

⁴⁷ “Regimento do Fysico-mor do Reino”.

⁴⁸ “Regimento, que devem observar os Comissarios delegados do Fizico-mor do Reyno no Estado do Brazil”.

⁴⁹ A Fisicatura-mor foi recriada pelo Príncipe Regente, em 1808, e foi responsável pela fiscalização das artes curativas no Brasil até 1828, quando foi dissolvida. A Fisicatura-mor deveria contribuir com “o aumento e conservação da saúde pública, fazendo desarreigar antigos e prejudiciais abusos, e dando todas as providências que forem análogas e conducentes a tão importante objeto”. Brasil, “Alvará de 23 de novembro de 1808. Manda executar os Regimentos de Físico Mor e Cirurgião Mor e regula a sua jurisdição e de seus Delegados” in *Coleção das leis do Brasil de 1808*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1981, p.163-164.

⁵⁰ Gilberto Freyre, *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*, São Paulo, Global, 2008, p. 66.

sempre os medicamentos mais adequados eram escolhidos pelos doentes. Por meio dessas denúncias, a administração imperial ganhou um novo aliado na luta contra a febre amarela: os farmacêuticos.

Anúncios de remédios e a febre amarela

Poucos dias após o governo imperial reconhecer que a febre amarela grassava entre os cariocas, o proprietário da botica na rua dos Ourives, n. 81, publicou um anúncio de umas “pílulas depurativas como preservativo das febres” na edição de 11 de fevereiro de 1850 do *Jornal do Commercio*. Baseando-se no diagnóstico da comissão médica da Bahia, o qual explicava que os “primeiros sintomas cedem em geral e prontamente aos evacuantes e sudoríferos”, o boticário informou que as Pílulas Depurativas reuniam “todas as qualidades desejadas, [obrando] prontamente sem dores e naturalmente sem aumentar a estada da irritação do estômago e fígado”⁵¹. Um outro “preservativo para a febre amarela”, o medicamento denominado Sachet, também era ofertado nessa mesma edição do *Jornal do Commercio*, e podia ser comprado em um depósito na rua do Ouvidor, n. 66, por 2 mil réis. Conforme o anúncio, esse “salutar remédio” era recomendado pelos médicos da Faculdade de Medicina de Paris “a todas as pessoas que habita[ssem] em lugares onde este flagelo [pudesse] atacá-las”⁵².

A exemplo do *Jornal do Commercio*, outros periódicos também passaram a publicar mais frequentemente anúncios de medicamentos contra a febre amarela. O *Diario do Rio de Janeiro* de 19 de fevereiro de 1850 divulgou um “desinfetante contra a febre amarela” para “destruir os miasmas, ou ar infectado”. Feito à base de cloreto de cal, o medicamento era recomendado por “médicos nacionais e estrangeiros, e usado nos hospitais”, e estava à venda na “farmácia da rua do Sabão, n. 46”⁵³. Dois dias depois, o *Correio Mercantil* propagandeou a “água e óleo da Rainha, composição infalível do célebre dr. químico Oliveira”. Vendido na rua da Alfândega, n. 136, 1º andar, esse medicamento era indicado tanto para “fazer crescer em pouco tempo os cabelos, bigodes”, quanto como “um preservativo infalível contra a febre amarela”⁵⁴.

⁵¹ “Annuncios”, *Jornal do Commercio*, 42 (11 fev. 1850), p. 4.

⁵² “Annuncios”, *Jornal do Commercio*, 42 (11 fev. 1850), p. 4.

⁵³ “Annuncios”, *Diario do Rio de Janeiro*, 8331 (19 fev. 1850), p. 4.

⁵⁴ “Annuncios”, *Correio Mercantil*, 50 (21 fev. 1850), p. 4.

Em comum, além de mencionarem alguns dos medicamentos disponíveis imediatamente após o governo imperial confirmar que a doença era a febre amarela, esses anúncios indicam a falta de uniformidade nos métodos de tratamento empregados. Enquanto alguns propunham a limpeza interna do paciente, outros sugeriam a eliminação dos miasmas do ambiente, e ainda havia aqueles que preconizavam o fortalecimento do indivíduo para prevenir a febre amarela. Tais propagandas, como brevemente mencionado, também demonstram que em plena epidemia de febre amarela o mercado farmacêutico não era composto apenas por lojas especializadas – algo que, inclusive, vinha se mantendo desde o período colonial⁵⁵. Mesmo os purgantes, considerados remédios mais perigosos, eram facilmente negociados por estabelecimentos comerciais não especializados, como o citado Sachet que podia ser encontrado em um depósito⁵⁶.

No âmbito das associações médico-farmacêuticas e de seus periódicos oficiais⁵⁷, a facilidade pela qual os medicamentos eram anunciados por qualquer tipo de comerciante foi um tema bastante recorrente. Por vezes, os farmacêuticos demonstravam o quanto os seus conhecimentos eram imprescindíveis para a boa manipulação dos medicamentos e, conseqüentemente, para o próprio tratamento dos doentes. Eles igualmente apontavam que a ausência de uma vigilância efetiva do órgão fiscalizador estimulava a presença de negociantes diversos no mercado farmacêutico⁵⁸. Em um parecer para o governo imperial de 1845, por exemplo, o boticário

⁵⁵ Vera R. B. Marques, *Natureza em Boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*, Campinas, Editora da Unicamp, Centro de Memória-Unicamp, 1999, p. 155-234.

⁵⁶ Conforme os primeiros tratamentos contra o mal amarelíco, a maior parte dos remédios utilizados tinha essa característica purgativa, com o intuito de limpar o corpo de impurezas interiores. Conferir o tratamento prescrito pela Comissão Central de Saúde Pública. Cândido Borges Monteiro; Manoel do Valladão Pimentel; Joaquim José da Silva; Antônio Félix Martins; José Francisco Xavier Sigaud; Luiz Vicente De-Simoni; José Pereira do Rego; José Maria de Noronha Feital, “Descrição da febre amarela, que tem reinado epidemicamente, no Rio de Janeiro, nos primeiros mezes do corrente anno” in José da Costa Carvalho, *Relatório da Repartição dos Negócios do Império, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da 8ª legislatura...*, cit., p. 15.

⁵⁷ Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829) e Academia Imperial de Medicina (1835), e os periódicos *Revista Medica Fluminense* (1833-1841), *Revista Medica Brasileira* (1841-1843) e *Annaes de Medicina Brasiliense* (1845-1851).

⁵⁸ No Brasil da primeira metade do século XIX, o mercado farmacêutico foi fiscalizado pela Fisicatura-mor (1808-1828), pelas câmaras municipais (1832-1850) e, depois, pela Junta Central de Higiene Pública. Tânia S. Pimenta, “Alopatia e Homeopatia no Rio de Janeiro em meados do Oitocentos” in Sebastião P. Franco; Dilene R. do Nascimento e Ethel L. N. Maciel (ed.), *Uma história brasileira das doenças*, Belo Horizonte, Fino Traço, 2013. v. 4, p. 129.

Ezequiel Corrêa dos Santos expôs que pela omissão das câmaras municipais era comum encontrar anúncios de “três vendedores de umas pílulas drásticas, chamando-se cada um o possuidor das verdadeiras, designando-se mutuamente por impostores, e levando o excesso da ambição e perversidade, a ponto de falarem [aos] pais de família” que se essas fossem mal aplicadas poderiam “produzir a morte” de seus filhos⁵⁹.

Do mesmo modo, seis anos antes, o autor do artigo intitulado “Charlatões”, informou que anotações como “chegou o Monsieur de tal; químico em Paris formado; traz segredo especial; um elixir aprovado; um remédio universal; não pretende ajuntar fundo; com os grandes segredos seus”, eram frequentes nas propagandas de remédios e confundiam os doentes⁶⁰. As reclamações desses profissionais sugerem que o comércio farmacêutico tinha muitos negociantes que objetivavam mais o dinheiro e o sucesso do que a cura do doente, principalmente em tempos de epidemia quando os enfermos, desesperados, ficavam à espera de tratamentos rápidos⁶¹.

Assim, segundo o doutor Francisco Lopes Oliveira Araújo (1823-1893), após a população carioca ser “vindimada por horrível epidemia, que inda aterrava seus ânimos”, e mediante consecutivas queixas mal resolvidas, os farmacêuticos, “guiados pelo espírito da humanidade, dedicação ao país e amor à ciência e à sua arte, reunidos em corpo coletivo, tentando reformar a farmácia, fundaram a Sociedade Farmacêutica Brasileira, em 30 de março de 1851”⁶². O principal objetivo dessa associação era fornecer análises sobre a atividade farmacêutica no Brasil, focando especialmente na atuação dos aproveitadores, a fim de garantir a autoridade da sua profissão. Seu propósito era apresentar ao governo imperial sugestões de modificações visando aprimorar tanto a prática farmacêutica quanto a qualidade dos medicamentos disponibilizados aos pacientes⁶³.

No ano anterior, o “Regulamento sanitário...”, elaborado pela Comissão Central de Saúde Pública e aprovado pelo governo imperial, demonstrava uma clara intenção de regularizar o exercício da medicina e da farmácia,

⁵⁹ Ezequiel Corrêa dos Santos, “Parecer do Sr. Ezequiel Correa dos Santos, sobre uma consulta do governo relativamente à inocuidade do sangue de boi como meio de purificação do açúcar; lido e aprovado na sessão geral da Academia Imperial de Medicina em 18 de dezembro de 1845”, *Annaes*, 7 (dez. 1845), p. 250-251.

⁶⁰ “Os Charlatões”, *Diario do Rio de Janeiro*, 70 (27 mar. 1839), p. 2.

⁶¹ Amanda Peruchi, *A Institucionalização...*, cit., p. 39 e 42.

⁶² “Introdução”, *Revista Pharmaceutica: jornal da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, 1 (jul. 1852), p. 3.

⁶³ Amanda Peruchi, *A Institucionalização...*, cit., p. 11.

fixando papéis distintos para cada uma das profissões, e proibir a venda de medicamentos simples e compostos por aqueles que não tivessem autorização. Os farmacêuticos, no entanto, alegavam que a proibição não era suficiente e exigiam um conjunto de regras para regular a abertura de boticas e farmácias, assim como para fiscalizar seu funcionamento, tomando como exemplo as extintas legislações da época da Fisicatura e da Junta do Protomedicato. Mas, quem deveria organizar essas normas e zelar para que fossem cumpridas?

Após atingir os cariocas e os habitantes das demais províncias litorâneas do Império, naquele verão de 1849 e 1850, a febre amarela deu uma trégua. Porém, de acordo com as observações médicas sobre a epidemia, presumia-se que a doença pudesse voltar se o clima novamente fosse favorável⁶⁴. À vista dessa possibilidade, em 14 de setembro de 1850, o governo imperial “mand[ou] observar as providências organizadas para prevenir e atalhar o progresso da febre-amarela” e concedeu ao

Ministro do Império um crédito extraordinário de duzentos contos para ser exclusivamente despendido no começo de trabalhos, que tendem a melhorar o estado sanitário da Capital e de outras Povoações do Império, como dessecamento de lugares alagadiços, que se tenham reconhecido insalubres, o estabelecimento de valas, e canos de despejo, e reparação e limpeza dos existentes, a multiplicação de depósitos de água para uso, e asseio das Povoações, e outros trabalhos de semelhante natureza; entre os quais preferirá o governo os que julgar mais urgente⁶⁵.

Nessa ocasião, o governo imperial também substituiu a Comissão Central de Higiene Pública pela Junta de Higiene Pública, a qual foi composta por um presidente, um provedor de saúde do porto, um inspetor do Instituto Vacínico, pelos cirurgiões-mor da Armada e do Exército, e por um secretário, todos com formação em medicina⁶⁶. A sua principal função era propor todas as medidas

⁶⁴ Cândido Borges Monteiro et al., “Descrição da febre amarela, que tem reinado...”, cit., p. 3-4.

⁶⁵ Brasil, “Decreto n. 598 de 14 de setembro de 1850. Concede ao Ministerio do Império hum credito extraordinario de duzentos contos para ser exclusivamente despendido no começo dos trabalhos, que tendam a melhorar o estado sanitário da Capital e de outras Povoações do Império” in *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1850*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1851, p. 299.

⁶⁶ Os primeiros membros da Junta de Higiene Pública foram: Francisco de Paula Cândido (presidente), Joaquim Cândido Soares de Meireles, Antônio Henrique, Cirurgião-mor da Armada, Jacinto Rodrigues Pereira Reis, Cirurgião-mor do Exército, Antônio Felix Martins, Inspetor do

julgadas “necessárias ou convenientes a bem da salubridade pública [...] e informar sobre as que lhe forem indicadas pelo governo”⁶⁷.

Para orientar a atuação da Junta de Higiene Pública, o governo imperial solicitou a elaboração de um regulamento. Publicado em 29 de setembro de 1851, esse regulamento renomeou o órgão para Junta Central de Higiene Pública, enfatizando o seu caráter centralizador, e trouxe anotados dois artigos que abriram o caminho para o envolvimento mais direto dos farmacêuticos com a questão sanitária do Império. O artigo 57, por exemplo, determinou que não se abriam mais

boticas na Corte e nas Capitais das Províncias sem que as Autoridades Sanitárias [tivessem] examinado se est[avam] suficientemente sortidas de remédios, vasilhames, instrumentos, utensílios e livros constantes de uma tabela, que para esse fim ser[ia] organizada pela Junta Central, e publicada com autorização do Governo⁶⁸.

Em complemento a esse, o artigo 79 estipulou que a tabela listaria todas as “substâncias venenosas, que só pode[riam] ser expostas à venda por boticários e droguistas, assim como outra das mesmas substâncias que pode[riam] ser empregadas nas artes e fábricas”⁶⁹. As diretrizes para abertura e funcionamento de boticas e farmácias, todavia, ainda deveriam ser formuladas. Foi justamente nesse momento que a Junta Central de Higiene Pública se dirigiu à recém-criada Sociedade Farmacêutica Brasileira, pedindo-lhe a organização das tabelas solicitadas nos dois artigos mencionados e colocando os farmacêuticos no centro da discussão sobre a atividade farmacêutica no Império⁷⁰.

Em resposta a essa solicitação, a Sociedade Farmacêutica Brasileira afirmou que ninguém poderia “mais cabalmente desempenhar a doutrina dos dois citados artigos” do que ela. Argumentou ainda que, com sua experiência consolidada na área, estaria mais apta a orientar sobre os itens essenciais para que uma farmácia pudesse iniciar suas operações e conquistar a confiança pública de

Instituto Vacínico e Provedor-mor de Saúde do Pôrto. Todavia, não tendo comparecido Jacinto Rodrigues Pereira Reis, foi nomeado para substituí-lo, efetivamente, José Pereira Rego. Odair Franco, *História...*, cit., p. 39.

⁶⁷ Brasil, “Decreto n. 598 de 14 de setembro de 1850...”, cit., p. 300; Odair Franco, *História...*, cit., p. 37.

⁶⁸ Brasil, “Decreto n. 828 de 29 de setembro de 1851. Manda executar o Regulamento da Junta de Hygiene Publica” in *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1851*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1882, p. 270.

⁶⁹ Brasil, “Decreto n. 828 de 29 de setembro de 1851...”, cit., p. 274.

⁷⁰ *Revista Pharmaceutica*, 6 (dez. 1851), p. 95.

forma sólida e confiável⁷¹. Após cerca de um ano e meio de discussões, a Sociedade Farmacêutica Brasileira publicou a “Tabela dos medicamentos, vasilhames, instrumentos, utensílios e livros, organizados em virtude do Art. 57 do Regulamento da Junta Central da Higiene Pública, de 29 de setembro de 1851, para as boticas do Império”, nas edições de novembro de 1852 e março de 1853 do seu periódico oficial, a *Revista Pharmaceutica*.

A “Tabela dos medicamentos...” abrangia mais de 500 substâncias medicinais, das quais 120 foram marcadas como indispensáveis, 38 tipos de recipientes e equipamentos para produção e armazenamento, além de seis manuais⁷² que serviriam como orientação para a preparação dos medicamentos, devido à falta de um código nacional⁷³. Continha também “um livro para registro das receitas” e outro “para o registro das substâncias venenosas vendidas, incluindo sua qualidade e quantidade, nome do comprador e data da venda”⁷⁴. O governo imperial prontamente aprovou a “Tabela dos Medicamentos...”, reconhecendo o envolvimento significativo dos farmacêuticos, especialmente os membros da Sociedade Farmacêutica Brasileira, na estruturação do mercado farmacêutico durante a epidemia de febre amarela.

Conclusão

Ainda que não existam estatísticas exatas sobre a morbidade e a mortalidade da febre amarela naquele verão de 1849 e 1850, estima-se que ela tenha afetado entre 90 e 100 mil cariocas, numa população total de 166 mil habitantes, resultando na morte de cerca de 10% dos doentes. Esse alto índice reflete o atraso na implementação de medidas sanitárias capazes de conter a propagação da doença da Bahia para outras províncias litorâneas, como a do Rio de Janeiro, bem como a falta de conhecimento

⁷¹ *Revista Pharmaceutica*, 6 (dez. 1851), p. 94.

⁷² *Codex medicamentarius gallicus* (1818; 1837), *Pharmacopée Universelle* (1828), de Antoine Jourdan; *Nouveau formulaire magistral* (1840), escrito pelo farmacêutico e químico francês Apollinaire Bouchardat (1809-1866); *Pharmacopeia geral para o Reino e Dominios de Portugal*; *Traité de Matière médicale et de Thérapeutique* (1843), do farmacêutico e médico francês François Foy (1793-1867); e *Código Pharmaceutico Lusitano* Agostinho Albano da Silveira Pinto (última edição).

⁷³ Primeira Farmacopeia Brasileira foi publicada em 1926.

⁷⁴ “Tabella dos medicamentos, vasilhames, instrumentos, utensílios e livros, organizados em virtude do Art. 57 do Regulamento da Junta Central da Higiene Pública, de 29 de setembro de 1851 para as boticas do Império”, *Revista Pharmaceutica*, 9 (mar. 1853), p. 137.

sobre transmissibilidade da febre amarela, uma vez que ainda não se sabia que o mosquito era o agente transmissor.

O cenário confuso e desesperador, agravado pela imprecisão dos procedimentos terapêuticos, incentivou a proliferação de tratamentos e medicamentos, muitos dos quais eram oferecidos por comerciantes sem o devido conhecimento. Entretanto, assim que os médicos confirmaram tratar-se de febre amarela, o governo imperial, em parceria com eles, implementou uma série de ações para lidar com a disseminação da doença e com o uso indiscriminado de remédios e outros tratamentos. Entre essas medidas, estão a criação da Comissão Central de Saúde Pública (renomeada para Junta Central de Higiene Pública) e a promulgação de textos normativos e regulamentos sanitários.

Nesse contexto de incerteza e crise, os farmacêuticos encontraram uma oportunidade para consolidar sua posição como uma classe profissional autônoma. A criação da Sociedade Farmacêutica Brasileira em 1851, com o objetivo de legitimar a autoridade dos farmacêuticos na manipulação e venda de medicamentos e contribuir para a sanitização das cidades, representou um marco na história da farmácia do Brasil e, em particular, da profissão farmacêutica. Nos seus primeiros meses após sua criação, a Sociedade foi convocada pela Junta Central de Higiene Pública para elaborar um conjunto de normas para as farmácias brasileiras, estabelecendo, assim, o primeiro regulamento desse tipo desde a extinção da Fisicatura-mor, em 1828.

Além das diversas ações preventivas contra a febre amarela e outras doenças, sejam epidêmicas ou não, propostas pela Junta Central de Higiene Pública e promulgadas pelo governo imperial, a “Tabela dos medicamentos, vasilhames, instrumentos, utensílios e livros, organizados em virtude do Art. 57 do Regulamento da Junta Central da Higiene Pública, de 29 de setembro de 1851, para as boticas do Império” começou a regular o mercado farmacêutico. Como observamos, a garantia de uma padronização das farmácias e de que apenas profissionais qualificados manipulassem e comercializassem medicamentos foi uma resposta crucial para proteger a população de remédios ineficazes e perigosos.

A epidemia de febre amarela em meados do século XIX, portanto, desafiou o entendimento médico e farmacêutico da época, exigindo mudanças significativas na saúde pública brasileira. A colaboração entre o governo, médicos e farmacêuticos, tanto durante quanto após a epidemia, reforçou a importância da regulação da atividade dos profissionais da saúde e promoveu, entre outros aspectos, a consolidação da autoridade farmacêutica.

Anexo

Transcrição integral do “comunicado” escrito em verso publicado n’*A Marmota da Corte* sobre a chegada da febre amarela no Rio de Janeiro em janeiro de 1850.

A FEBRE AMARELA

Veio a Ilustríssima a nós;
Leitores, vamos a ela!
Vamos lhe dar pancadinhas
Respeito a *febre amarela*.

Tudo o que o novo edital
Publicado nos revela
Reduz-se quase ao seguinte
Contra a tal *febre amarela*:

“Quem comer cousa que pese,
Crua, ou cozida em panela,
Fica por esse motivo
Sujeito à *febre amarela*.

Quem beber vinho, cachaça,
Ou cousa que es quente a goela,
Triste vítima há de ser
Da negra *febre amarela*.

Quem tomar purgante drástico,
Por qualquer dor de canela,
Le Roy, sene et coetera,
Provoca a *febre amarela*.

O que por muito trabalho,
Ou por qualquer bagatela,
Apanhar sol prolongado,
Morre de *febre amarela*.

Quem viver na ociosidade
Co’a língua dando à tramela,
Vai direitinho pra cova,
Mirra-se em *febre amarela*.

Bebidas aciduladas,
Banhos em tanque, ou gamela,
Branços passeios, bons ares,
Privam de *febre amarela*.

Na casa fazer limpeza,
No corpo fazer barrela,
Basta para ninguém ter
O mal da *febre amarela*”.

Quem mais leu, e lá o entende.

Isto nos diz por cautela.
Prevenindo a epidemia
Da fatal *febre amarela*.

Porém o povo que sabe
Onde lhe aperta a fivela,
Também diz o que se segue
Sobre a tal *febre amarela*:

Que o sofrerem as famílias,
Mal que chegam à janela,
Fedor de tigres e tinas,
É o que faz a *febre amarela*.

Péssimas ruas sem ordem,
(Pois que ninguém as nivela)
Sem darem esgoto às águas,
Causam a *febre amarela*.

Gente apinhada em maus prédios,
Como sardinha em tigela,
Viveiros de meretrizes
É o que são *febre amarela*.

Tantos impostos pesados.
De infrações a comidela,
É que tem sido constante
A nossa *febre amarela*!

Viveres maus e corruptos,
Com que o povo se repela.
Falta de polícia em tudo,
Eis o que é *febre amarela*!

No que lhe cumpre fazer
Tenha a Câmara cautela:
Tape as valas, seque os mangues
Fontes da *febre amarela*!...

De bem cumprir-se os deveres
O exemplo deve vir dela:
O povo conhece a causa
Da sua *febre amarela*!...

Quem de eleições populares
Nos cargos se *refestela*,
Bem se importa o que votam
Morram de *febre amarela*!...

Quanto tudo em abandono
(Contra o qual a razão q'rela)
Se vê... mísera cidade
Se houvesse *febre amarela*!...

A Divina Providência,
Que, qual Mãe, sobre nós vela,
É quem nos há de livrar
De termos *febre amarela*.

O Mamoteiro que arranja,
Também a sua novela,
Fala a seu povo, e receita
Contra a tal *febre amarela*.

Manteiga assada no espeto,
Laranja de cabidela,
Bifes de carnes de aranha
Curam a *febre amarela*.

Um beijo em rapaz solteiro
Dado por moça donzela,
Ou por viúva sem dono,
É contra a *febre amarela*.

Um encontro em qualquer sala,
Ou uma beliscadela,
Um certo olhar, certa cousa,
Obsta a *febre amarela*.

D'um peito em que bate amor
Sentir a palpitadela
Dá vida à verde esperança,
É morte à *febre amarela*!...

Rezar de dia em alcova,
Junto da luz de uma vela,
Ao pé d'uma escrivaninha,
É bom pra *febre amarela*.

Paro aqui... que se me acabam
Os consoantes em *ela*.
Quem gostar mande-me um doce:
Basta de *febre amarela*.

O último lazareto *terrestre* de fronteira: Vila Real de Santo António na “segunda temporada colérica” (1885/1886)

The last terrestrial border lazaretto: Vila Real de Santo António in the 'second cholera season' (1885/1886)

Laurinda Abreu
Universidade de Évora
lfsa@uevora.pt

<https://orcid.org/0000-0003-1037-2804>

Texto recebido em / Text submitted on: 29/01/2024

Texto aprovado em / Text approved on: 28/03/2024

Abstract

Built on the beach of Meio do Alto, intended to accommodate individuals in quarantine arriving from Spain via the river, not subject to maritime health regulations, the lazaretto of Vila Real de Santo António was the last terrestrial lazaretto established in Portugal. Open to the public on July 15, 1885, it was also the final one to be closed on April 22, 1886, marking the end of the strictest version of traditional epidemic control measures in Portugal. This paper focuses on this lazaretto and the constraints associated with its creation. The analysis also includes the repatriation process of Algarve fishermen detained in Isla Cristina during the “second cholera season” of the outbreak that began in 1884.

Keywords: cholera; quarantines; lazaretos; Vila Real de Santo António; Isla Cristina.

Resumo

Construído na praia do Meio do Alto, destinado a acolher quarentenários procedentes de Espanha pela via fluvial, não sujeitos aos regulamentos de sanidade marítima, o lazareto de Vila Real de Santo António foi o último lazareto terrestre estabelecido em Portugal. Aberto ao público a 15 de julho de 1885, foi, também, o derradeiro a ser encerrado, a 22 de abril de 1886, e, com ele, a versão mais rigorosa dos meios tradicionais de combate às epidemias em Portugal. É sobre este lazareto, e os condicionais ligados à sua criação, que se debruça o presente texto. Em análise estará igualmente o processo de repatriamento dos pescadores algarvios retidos na Isla Cristina durante a designada “segunda temporada colérica” do surto iniciado em 1884.

Palavras-chave: cólera; quarentenas; lazaretos; Vila Real de Santo António; Isla Cristina.

Introdução

Proveniente do subcontinente indiano onde era endêmica, a cólera espalhou-se pela Europa nos anos de 1830, associada à expansão colonial e comercial¹, quando cientistas e higienistas começavam a alcançar ganhos significativos sobre vários fatores responsáveis pelo excesso da mortalidade². Desconhecendo a etiologia da doença, as autoridades enfrentaram a cólera recorrendo aos métodos ancestrais contra as epidemias de peste, já longínquas na Europa, à exceção da que se abatera sobre Marselha em 1720: desinfecção e isolamento, para quebrar a cadeia do contágio³. Em alguns países, seguindo os procedimentos adotados no século XVIII pela monarquia dos Habsburgos na fronteira com o Império Otomano, reforçou-se o controlo da mobilidade com os estados vizinhos através de cordões sanitários, que incluíam lazaretos, hospitais e postos de vigilância. Rapidamente se verificaria, porém, que os mecanismos quarentenários tradicionais não eram suficientes para sustentar a propagação da cólera⁴.

Concomitantemente, em Inglaterra e França, pioneiras no desenvolvimento da saúde pública, avançavam as políticas higienistas e sanitárias. Dentre todas, sobressairia o ambicioso programa de saneamento empreendido por Edwin Chadwick, assente na generalização do sistema de esgotos e fornecimento de água potável. Um programa com a dupla virtualidade de manter o país e o comércio externo a funcionar sem constrangimentos de maior durante as epidemias. Neste último caso, contudo, havia necessidade de arregimentar os demais países para agirem do mesmo modo, objetivo que esteve na origem das Conferências Sanitárias Internacionais, a primeira das quais realizada em Paris, em 1851⁵. Todavia, tanto nesta conferência como na seguinte (1859), as dúvidas em relação ao caráter contagioso da doença obstaculizaram a aceitação do fim dos mecanismos quarentenários no sentido pretendido pela Inglaterra.

¹ Sobre as cronologias das diferentes vagas pandêmicas, veja-se Anne Hardy, “Cholera, quarantine and the English preventive system, 1850-1895”, *Medical History* 37 (1993), p. 250.

² Patrice Bourdelais, *Les épidémies terrassées, une histoire de pays riches*, Paris, La Martinière, 2003.

³ Cf. Urška Bratoz, “Cholera at the junction of maritime and land routes in nineteenth-century Trieste” in Christian Promitzer and Paul Weindling (ed.), *Medicalising borders. Selection, containment and quarantine since 1800*, Sevasti Trubeta, Manchester University Press, 2021, p. 56-77.

⁴ Dentre outros, Benoît Pouget, “Choléra, impérialisme(s) européen(s) et frontières sanitaires en Méditerranée au XIXe siècle”, *L’encyclopédie EHNE*, (<https://ehne.fr/fr/encyclopedia/articles-a-z>, consultado em 2024.01.25).

⁵ Sobre a presença portuguesa nestas conferências, veja-se Maria Rita Lino Garnel, “Portugal e as Conferências Sanitárias Internacionais (Em torno das epidemias oitocentistas de cholera-morbus)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9 (2009), p. 229-251.

Mesmo perante a demonstração de que a quarta vaga epidémica havia tido origem nas rotas de peregrinação do mar Vermelho, e, de certa forma, legitimada pelos estudos de John Snow e William Farr sobre o efeito da água contaminada na transmissão da cólera, a Inglaterra não recua, reforçando aquilo que Peter Baldwin designa como neoquarentenismo: a articulação do sanitarismo profilático com o controlo quarentenário sobre os infetados ou potenciais portadores da doença. Cientes do valor desta forma de atuação, mas, também, da reduzida abrangência da cobertura sanitária, sobretudo entre as suas populações mais pobres⁶, Portugal, Suécia, Prússia e França voltam a não ceder à Inglaterra⁷, embora, na conferência de Viena, em 1874, a maioria dos países concorde quanto à ineficácia das quarentenas terrestres.

Conquanto as divergências persistissem, às vezes dentro de uma mesma entidade política, com o passar do tempo, mesmo os países mais conservadores tenderam a abrandar as medidas quarentenárias⁸, escudados no desenvolvimento da ciência e nos avanços da bacteriologia: com realce para Filippo Pacini, que, em 1854, identificou o *vibrio cholerae* como uma bactéria, Louis Pasteur e Robert Koch, que lançavam as bases da bacteriologia e da microbiologia médica moderna, e Jaime Ferrán y Clúa, que ensaiava, em 1885, a primeira vacina contra a cólera. Não foi essa a situação de Portugal⁹, que, aquando do surto de cólera de 1884/1885, recorrendo às aprendizagens adquiridas durante a epidemia de cólera da década de 1850, deu uma escala nunca antes vista aos meios quarentenários tradicionais¹⁰.

A importância que atribuímos àquela que foi a última das duas epidemias de cólera que assolaram o Portugal oitocentista, a de 1855/1856¹¹, explica-se

⁶ Peter Baldwin, *Contagion and the State in Europe, 1830-1930*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, p. 142-143.

⁷ As opiniões das potências europeias em relação às práticas quarentenárias tendiam a variar quando se tratava das suas colónias. Sobre o assunto, veja-se Francisco Javier Martínez, “Hegemony in the mid-nineteenth century Mediterranean”, *French History*, 30 (2016), 1, p. 77-98.

⁸ Peter Baldwin, *Contagion and the State...*, cit., p. 159-161.

⁹ Sobre as fronteiras marítimas, veja-se Pere Salas-Vives; Joana Maria Pujadas-Mora, “Cordons Sanitaires and the Rationalisation Process in Southern Europe (Nineteenth-Century Majorca)”, *Medical History*, 62, 3 (2018), p. 315.

¹⁰ Recorde-se que mesmo a Inglaterra ainda passou pela epidemia de cólera de 1865/1866. As quatro epidemias que assolaram a Espanha, em 1833/34, 1853-55, 1865 e 1885, terão deixado um rasto de 800 000 vítimas mortais, E. Angolotti Cárdenas, “Datos para la historia del cólera en España”, *Rev. Sanid. Hig. Pública*, 45 (1971), p. 199-220.

¹¹ Com um total de mais de 70 mil mortos: 31 238 mortos no surto de 1855/56 (não contabilizando as 82 vítimas mortais do de 1853/1854 nos distritos de Viana, Portalegre, Faro e Beja) e mais de 40 mil na epidemia dos anos de 1830. Cf. *Relatório da epidemia de cholera-morbus em Portugal nos anos de 1855 e 1856. Seguido de uma breve noticia da epidemia de*

por duas razões principais. Por um lado, porque se fixou a militarização do combate à doença epidémica que mais preocupou o mundo ocidental durante o século XIX¹², pese embora permaneçam por avaliar os seus reais efeitos na sociedade¹³. Por outro, porque permitiu perceber que boa parte da legislação sanitária internacional, de caráter preventivo, transposta para Portugal¹⁴, não poderia ser aplicada devido ao atraso do país e à extensão da miséria¹⁵, conforme demonstravam as respostas dos delegados de saúde ao inquérito solicitado pelo Conselho de Saúde Pública em 25 de maio de 1855¹⁶.

Ministro das Obras Públicas durante a epidemia de 1855/56, Fontes Pereira de Melo, confrontado, nos finais de junho de 1884, já como chefe de Governo, com a informação de que a cólera matava em França (Toulon) e estava a caminho de Itália (Calábria) e de Espanha¹⁷, recuperou as leis de 10 de janeiro de 1854 e 5 de julho de 1855, que possibilitavam a aplicação de “medidas

cholera-morbus nos annos de 1865 e 1866 (doravante, *Relatório de 1855-1856*), parte II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866, p. 7. A propósito da qualidade dos dados, o Conselho de Saúde Pública lamentava a perda de informação “dos atacados e dos falecidos” durante a epidemia de 1833, criticando o atraso da estatística em Portugal. *Breve Relatório da cholera-morbus em Portugal nos anos de 1853 e 1854 feito pelo Conselho de Saude Publica do Reino*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855, p. 4. A discussão destes números foi feita por André Filipe Samora Pita, *A cólera em Lisboa (1833 e 1855/56): emergência do poder médico e combate à epidemia no Hospital de São José e enfermarias auxiliares*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (Dissertação de Mestrado), 2018. Maiores detalhes sobre o enquadramento teórico, aqui resumido, veja-se, também, Laurinda Abreu, “Cólera em Portugal na segunda metade do século XIX”, *Revista Portuguesa de História*, LIV (2023), p. 152-158.

¹² Para isso muito contribuiu o aspeto dos coléricos: espertos de olhos cavados, unhas e pele negras, dentes e boca queimados, em resultado da diarreia e dos vômitos, que, depois de mortos, pareciam regressar à vida devido às contrações musculares. Veja-se, o *Relatório da epidemia de cholera-morbus em Portugal nos anos de 1855 e 1856*, parte I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, p. 77. Documento citado em Laurinda Abreu, “Cólera em Portugal na segunda metade do século XIX”..., cit., p. 146.

¹³ Como já alertou Margaret Pelling para o caso inglês. Cf. “Epidemics in Nineteenth-Century British Towns: How Important was Cholera?”, *Journal of Victorian Culture*, 2 (2022), p. 346-355. Para Portugal, veja-se Laurinda Abreu, “A luta contra as invasões epidémicas em Portugal: políticas e agentes, séculos XVI-XIX”, *Ler História*, 73 (2018), p. 117-118.

¹⁴ Veja-se *Colecção de leis e regulamentos gerais de sanidade urbana e rural, Portugal*, Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1876 e 1883.

¹⁵ *Relatório de 1855-1856*, parte I, p. 7.

¹⁶ *Relatório de 1855-1856*, parte II, doc. 2, n.º 1, p. 185.

¹⁷ Cf. Alberto Llorente de la Fuente, “La epidemia de cólera de 1885 en Valladolid y provincia”, Tesina de licenciatura, Valladolid, 1988 (<https://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/la-epidemia-de-colera-en-1885-en-esquivillas/html/>, consultado em 2023.12.20); Robert Blanes Andrés et al., *Repercusiones sociales de la epidemia de cólera de 1885 : (el mal del Ganges en Burjassot)*, [Valencia] Obrapropia, 2019.

extraordinárias contra a invasão do cholera morbus”, e determinou um controlo sem precedentes nas entradas em território nacional. Sob a superintendência do ministro do Reino, Augusto César Barjona de Freitas, o Governo reforçou a presença de navios e barcos de guerra na fronteira marítima e, pela primeira vez, implementou um cordão sanitário na fronteira terrestre, ao longo do qual estabeleceu quatro lazaretos e respetivos hospitais para coléricos. Os locais selecionados pelo médico A. M. da Cunha Bellém e pelo cirurgião Guilherme José Ennes¹⁸, ambos militares, nomeados inspetores dos lazaretos por diploma de 30 de setembro de 1884, foram as linhas de caminho de ferro, em Valença, Vilar Formoso, Marvão e Elvas, escolhidas como as únicas portas oficiais de acesso ao país por terra, abertas entre setembro desse ano e janeiro de 1885¹⁹. Transposta a fronteira, hospitais temporários e postos de vigilância sanitária acompanhavam os ramais das linhas férreas e outros pontos estratégicos²⁰. Na sessão parlamentar de 21 de março, quando procurava justificar os elevados gastos com o combate à epidemia, o Governo elogiava o sucesso das suas políticas, que tinham permitido manter o país afastado do flagelo que tanto mal causara em Espanha²¹.

Apesar da violência das críticas externas e internas contra as quarentenas terrestres, perante rumores de cólera em Madrid, em junho de 1885, o Governo português reabriu o lazareto de Marvão, a 11 de junho, o de Elvas, a 13, o de Vilar Formoso, a 15, e o de Valença a 21. Nesta altura, já fora decidido construir um novo lazareto, no extremo sudeste do país, em Vila Real de Santo António²². É sobre ele, e as suas circunstâncias, que se debruça o presente trabalho; tem o singelo objetivo de contribuir para o conhecimento do modo como Portugal lidou com a cólera no século XIX, assunto sobre o qual já existe relevante produção

¹⁸ Notam-se similitudes entre esta missão e a que a monarquia Habsburgo solicitou ao médico Karl Ignaz Lorinser, no inverno de 1828. Cf. Christian Promitzer, “Uses of quarantine in the nineteenth century until the Crimean War: examples from south-east Europe”, *Medicalising borders...*, cit., p. 78-99.

¹⁹ Referiam os inspetores que os lazaretos eram “estabelecimentos accessorios e indispensaveis aos cordões sanitarios”, *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886 (Marvão, Elvas, Villar Formoso e Villa Real de Santo Antonio). Relatório apresentado a Sua Excelência o Ministro do Reino pelos inspectores A. M. da Cunha Bellém; e José Ennes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, segunda parte, p. 247.

²⁰ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 19-23.

²¹ Laurinda Abreu, “A luta contra as invasões epidémicas em Portugal...”, cit., p. 108-110.

²² Carminda Cavaco refere a existência de um lazareto edificado na década de 1860 em Vila Real de Santo António para acolher ceifeiros portugueses que trabalhavam em Espanha, mas não encontrámos a referência documental ao dito estabelecimento. Cf. Carminda Cavaco, “Migrações internacionais de trabalhadores do sotavento do Algarve”, *Finisterra*, Lisboa, VI, 11 (1971), p. 42.

científica²³. O texto organiza-se em quatro pontos. Nos primeiros dois, analisar-se-ão as adversidades enfrentadas por Cunha Bellém e José Ennes no momento de estabelecer o lazareto de Vila Real de Santo António e averiguar-se-ão as condições funcionais do novo estabelecimento. Os dois últimos pontos respeitam a questões mais de índole política ou, melhor, ao processo de repatriamento de cidadãos portugueses retidos em Espanha e à gestão dos tempos da epidemia por parte de Portugal. Como fonte nuclear, utilizar-se-ão os três relatórios sobre os lazaretos terrestres, da autoria dos ditos inspetores, publicados pela Imprensa Nacional ainda em 1886, e alguma correspondência endereçada pela rede consular portuguesa no sul de Espanha ao ministro dos Negócios Estrangeiros.

1. Construir sobre areia: os desafios de Vila Real de Santo António

A 19 de junho de 1885, poucos dias depois de encerrar em Roma a sexta conferência internacional sanitária sob o espírito da condenação dos mecanismos quarentenários tradicionais, Cunha Bellém e José Ennes viajam até ao Algarve com a incumbência de construírem um lazareto em Vila Real de Santo António. Pelo caminho, avaliam as condições do cordão sanitário, organizado pela 4.^a divisão militar, composto por 3012 homens, 425 postos de vigilância e dezenas de *hospitais*, cada um para três ou quatro soldados²⁴. Nos cerca de 487 quilómetros do cordão, entre a foz do rio Sever, no Tejo, até ao cabo de S. Vicente, registam particular apreensão pelos “largos e extensos esteiros”²⁵ do rio Odiana, facilmente transpostos por contrabandistas ou simples viajantes, a exigir vigilância permanente e trabalho concertado entre o comandante militar do cordão e a autoridade administrativa do distrito.

Chegados ao destino, defrontam-se com um cenário quase apocalíptico: a sul de Vila Real, numa “lingueta denominada *ponte da areia*”, muito próximo da boca da barra, agrupavam-se, em quarentena, barcos de diversos portes, a bordo dos quais, expostos a um sol abrasador, se amontoavam, quase sem se poderem mexer,

n’uma comunidade infecta, homens, mulheres, creanças, desprovidos de tudo, quasi todos sem dinheiro para comprar alimentos, e obrigados a

²³ Apenas alguns nomes: João Lourenço Roque; Alexandra Esteves; José Carlos Vilhena Mesquita; e, ainda, o já referido André Filipe Samora Pita.

²⁴ O número de praças de infantaria, caçadores e cavalaria diverge conforme as fontes, mas tal pode dever-se a contagens realizadas em diferentes momentos. *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 268-278.

²⁵ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 278.

demorarem-se alli, á mercê de quem lhes fôsse buscar á villa as refeições, em regra, de peixe salgado e lh’as atirasse de longe para o barco²⁶.

Ali abundariam também os dejetos lançados à água, sem quaisquer cuidados nem atenção às marés. Os quarentenários não recebiam ajuda médica e mesmo o guarda-mor da saúde transmitia as instruções aos condutores dos barcos sem sair do seu escaler. Apenas um guarda de saúde subia a bordo levando consigo uma “botija de um desinfectante illusorio”²⁷, que não conseguia aplicar devido à elevada concentração de passageiros e à sordidez das suas roupas e bagagens. Se a cólera deflagrasse a bordo, Cunha Bellém e José Ennes anteviam uma catástrofe.

O quadro que observariam pela primeira vez estava, no entanto, longe de ser do desconhecimento público. No ano transato, os habitantes de Vila Real teriam pressionado o governador de Faro a criar um lazareto, mas a sugestão fora rejeitada, começando o Governo por intensificar o controlo dos barcos e alargar a quarentena a bordo para sete dias, e acabando por abandonar à sua sorte os trabalhadores portugueses concentrados em Ayamonte²⁸. O agravamento da epidemia em Espanha e o medo de que vazasse para Portugal impunham agora a criação do lazareto recusado no ano anterior.

O Governo continuava, no entanto, a desaprovar a construção de um lazareto marítimo em Vila Real de Santo António por ser dispendiosa, morosa e poder suscitar reclamações de outros portos costeiros. A alternativa proposta por Cunha Bellém e José Ennes era construir um lazareto terrestre apenas para acolher os pequenos barcos de boca aberta, exclusivamente utilizados no transporte de pessoas, incluindo os faluchos espanhóis – opção com a vantagem de manter uma ligação segura entre a cidade de Ayamonte e Portugal através do Guadiana.

A primeira dificuldade a ultrapassar foi convencer o ministro do Reino da validade da ideia, uma vez que para o governante os lazaretos terrestres deviam servir apenas as linhas de caminho de ferro internacionais. Para tal, os inspetores utilizam um amplo conceito de fronteira: Ayamonte e Vila Real de Santo António eram povoações fronteiriças, que partilhavam um rio, este

²⁶ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885 (Marvão, Elvas, Villar Formoso e Villa Real de Santo Antonio). Relatório apresentado a Sua Excelência o Ministro do Reino pelos inspectores A. M. da Cunha Bellém; e José Ennes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, primeira parte, p. 122.

²⁷ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 123.

²⁸ De acordo com documentos que existiram no Arquivo Municipal da Isla Cristina, segundo Antonio Luis López Martínez, “El cólera morbo de 1885 y sus repercusiones sobre la emigración portuguesa en Isla Cristina”, *II Jornadas de Historia de Isla Cristina*, Isla Cristina, 2010, p. 5. (<https://hdl.handle.net/11441/91736>, consultado em 2023.11.5). Utilizamos estes dados sob reserva, uma vez que apenas na primeira nota de rodapé do texto é fornecida alguma informação, truncada, dos núcleos documentais consultados.

efetivamente uma fronteira internacional; situação não muito diferente da que se verificava entre Valença e Tui, Elvas e Badajoz, Valência de Alcântara e Marvão, ligadas por via-férrea. O facto de o Guadiana ser, junto da sua foz, “grandioso e imponente”, apenas tornava a viagem mais longa, não alterando a natureza da relação entre o ponto de partida e o de chegada, “embora os hospedes lhe viessem pela via humida”²⁹.

Estribados na convicção das suas opiniões, lançaram-se à procura de um local onde pudessem edificar o lazareto. Apesar de já trazerem um histórico de dificuldades enfrentadas em Valença, Vilar Formoso e Marvão (em Elvas, o lazareto foi estabelecido no forte de Santa Luzia), Vila Real, “região mais avessa e mal fadada para uma construção d’esta natureza”³⁰, excedia-as largamente. Cunha Bellém começou por defender a construção a norte da vila, por ali o rio ser mais estreito e ficar mais próximo de Ayamonte e, também, para evitar conflitos de jurisdição com as autoridades que controlavam o mar. Rapidamente mudou de ideias ao ver o “extenso e ingrato sapal, alagadiço por vezes na estação hiemal, insalubre e sujeito a febres palustres no estio e outono”³¹. Secundado pela população e autoridades da vila, afirmava, aceitou levantar o lazareto a sul, no areal, não muito distante do local onde quarentenavam os barcos. Para mestre de obras escolheram António Jorge Freire Júnior³², pertencente aos quadros do Ministério das Obras Públicas.

Os potenciais problemas adivinhavam-se facilmente:

construir sobre a areia (...) exprime a falta de fundamento ou a instabilidade das coisas, tanto na ordem moral, como na physica; e nós íamos construir sobre areia, movediça, caprichosa, correndo em tenues camadas rasteiras ao sabor dos ventos, mas deslocando-se, deslocando-se em massas enormes, especialmente para o lado da costa³³.

²⁹ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 123.

³⁰ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 125.

³¹ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 125.

³² Para diretor do lazareto foi nomeado o médico Abel da Silva e, como administrador, Cândido Brazão Cassanaia, ambos do Ministério da Guerra. O primeiro recebeu a mercê honorífica de cavaleiro de S. Tiago, *Commercio de Portugal*, terça-feira, 15 de junho, Ano 1886/Edição 02079. Cunha Bellém e José Ennes indicam, contudo, que por decreto de 18 de fevereiro lhe foi atribuído o grau de cavaleiro da ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, enquanto aos diretores dos lazaretos de Valença e do de Elvas, o grau de cavaleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, os três, mais “distinctos, entre todos, em quantidade e qualidade de serviço”. Outras distinções foram posteriormente atribuídas a mais funcionários. *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 158-159.

³³ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 126.

Acresciam, ainda, as previsíveis dificuldades do abastecimento alimentar, fornecimento de água potável, criação de um sistema de esgotos e enterro dos mortos. Outra tormenta eram os acessos: a “saída da villa para o areal é difficultosa, immunda, nauseante”³⁴, quer em termos do fumo, quer do cheiro, provocados pelas fábricas de azeite de peixe e de conserva e preparação de atum e de sardinha, a que se juntavam resíduos fermentáveis e despojos de toda a espécie. Areal limpo, apenas mais a sul, onde as companhas dos barcos faziam o sirgueiro, usado também para chegar ao posto de saúde ou à estação semafórica. Foi a 150 metros do posto, e a 350 metros da vila, que os inspetores encontraram um pequeno armazém de alvenaria que guardava armações de pesca, denominado Barraca dos Galeões. Pareceu-lhes ser o melhor local para suporte ao lazareto e alojamento do diretor e demais pessoal. Ultrapassadas as resistências do proprietário a ceder o espaço, acordaram no pagamento de um aluguer pela sua utilização³⁵.

Decidido o local do lazareto e com a estrutura de apoio a necessitar de obras, logo verificaram não haver operários disponíveis por ser tempo de festas. Além disso, os carpinteiros mais especializados estavam todos ocupados e nem privados nem as autoridades os dispensavam. Apenas os carpinteiros de Faro se mostraram desimpedidos, contudo as exigências apresentadas foram consideradas absurdas. Só perante a decisão de recorrer aos carpinteiros do regimento de engenharia é que alguns locais e outros de Tavira decidiram apresentar-se ao trabalho³⁶.

Abandonada a ideia de adquirir os materiais necessários à obra em Lisboa pela demora do transporte até Vila Real de Santo António (cerca de um mês), decidiu-se contar apenas com os recursos da terra, o que levantou novos problemas. Por exemplo, o facto de ali só existirem paus de prumo pequenos obrigou a aumentar a área do edifício para ampliar a cubagem de ar e a sua renovação. Refeitos os cálculos, ergueu-se uma linha de sete barracões, com 42 m de comprido por 20,8 m de largo, teto comum, divididos em três corpos, com sete portas e 14 janelas, cada uma correspondente a uma divisão, com superfície de 124,8 m² e uma cubagem de 337 m³, o que perfazia uma altura média de 2,7 m³⁷. Dois corpos foram destinados a homens, o terceiro, a mulheres,

³⁴ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 126.

³⁵ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 71, 77-79, 302.

³⁶ O dia de trabalho começava às quatro horas e meia da manhã e terminava à meia-noite, com descanso de uma hora para almoço, duas para jantar e uma para a ceia.

³⁷ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 173-175.

cada um com espaço para 30 a 40 camas, oferecendo alojamento para 210 a 280 quarentenários, conforme as necessidades³⁸. Passou-se, de seguida, à construção da barraca de desinfecção, posto neutro, lavandaria, parlatório e, a alguma distância, da barraca que funcionaria como hospital³⁹.

Maiores desafios surgiram com o poço, canalização de esgoto e inumação dos mortos. Sabia-se que havia água potável a pouca profundidade, mas temia-se a sua contaminação pelos dejetos dos quarentenários e/ou pelo sulfato de cobre usado para os desinfetar antes de os lançar na corrente. Para impedir que refluissem na praia, decidiu-se que a canalização devia ir “até além da linha mais baixa das águas”⁴⁰ e que os despejos só se fizessem na baixa-mar. Já quanto aos cadáveres, optou-se pela sepultura à beira do oceano, depois de rejeitado o cemitério da vila, por estar em mau estado, e a cremação por implicar mais tempo de contacto com os vivos, deixar “a medicina legal desarmada de um dos seus mais valiosos recursos”⁴¹ e, sobretudo, por criar problemas sociais e religiosos. Enquanto decorriam estes trabalhos, Cunha Bellém e José Ennes preparavam o regulamento do lazareto, tarefa concluída a 25 de junho.

2. Regulando um lazareto para pobres

Não obstante a percepção, e a crítica social, tendessem a olhar os lazaretos como algo uniformizado sob as mesmas (más) condições⁴², Cunha Bellém e José Ennes, seguindo os modelos europeus, haviam-nos organizado de acordo com o tipo de utentes que previsivelmente receberiam, adaptando a matriz regimental às circunstâncias locais. De acordo com os inspetores, acolhendo passageiros de Paris e Madrid, com destino a Lisboa, o lazareto de Marvão era o “dos aristocratas sociaes”, aqueles que tinham maiores capacidades reivindicativas e fácil acesso à imprensa. Foi o que mais embaraços lhes provocou. O lazareto de Valença acolhia “remediados”⁴³, gente com alguma capacidade económica,

³⁸ O pavimento localizava-se a uma altura média de 0,7 m sobre o solo de areia, que consideravam constituir a caixa de ar. A partir da distância do Guadiana (24 metros), distância entre o solo e areia humedecida (menos de 2 metros abaixo da superfície) e velocidade atmosférica no interior das barracas, estimam que cada quarentenário teria, no máximo da sua lotação, 139 m² de ar. *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 174.

³⁹ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 79-81.

⁴⁰ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 131.

⁴¹ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 131.

⁴² Como Rafael Bordalo Pinheiro fez questão de ilustrar na sequência da sua passagem pelo lazareto de Lisboa em 1879.

⁴³ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 212.

mas sem exigências de maior, que aceitaria as condições oferecidas à segunda ou terceira classes, suposições que não se revelaram totalmente corretas⁴⁴. De resto, o peso da imprensa no modo como foram geridos os lazaretos ainda está por avaliar, mas poderá explicar as reformas implementadas em Marvão e Valença, em 1885.

Pelo lazareto de Elvas passava um “mixto de remediados e pobres”⁴⁵, com predominância dos ceifeiros, também o grupo mais presente no lazareto de Vilar Formoso. De nenhum dos dois lazaretos se esperavam reclamações que tivessem impacto nacional. Idêntico pressuposto norteou a redação do regulamento do lazareto de Vila Real de Santo António, que nascia para “trabalhadores da provincia, idos para Espanha”, gente pobre e suja, frequentemente classificada como “indigente”⁴⁶. Esta informação seguiu para o vice-cônsul em Ayamonte, com a indicação de que a deveria transmitir aos potenciais passageiros, para que estes pudessem escolher Marvão ou Elvas, caso quisessem comodidades que Vila Real não oferecia⁴⁷. A novidade nas instruções relativas ao novo lazareto era a possibilidade de a quarentena ser iniciada a bordo, lotado o lazareto. Independentemente do tempo de permanência nos barcos, só se descontaria um dia aos sete dias de confinamento em terra.

Recupere-se o essencial dos 69 artigos que compunham o regulamento do lazareto de Vila Real⁴⁸: ancorado o barco, os passageiros deviam ser acompanhados por quatro soldados e um cabo até à barraca da desinfecção; ali chegados, deviam ser informados de que, uma vez iniciados os procedimentos quarentenários, não os poderiam interromper, pelo que aquele era o momento para decidirem se queriam regressar a Espanha.

Entrados no posto de desinfecção, eram desinfetados e as bagagens fumigadas. Como de costume, não havia lugar a responsabilizações pelos estragos que ocorressem. Seguiam depois para a avaliação do diretor do lazareto, que se inteirava do seu estado de saúde, remetendo os doentes coléricos para o hospital.

⁴⁴ Como teriam oportunidade de verificar, alguns quarentenários conseguiram que as suas reclamações chegassem aos jornais. Laurinda Abreu, “A luta contra as invasões epidémicas em Portugal...”, cit., p. 166-167.

⁴⁵ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 212.

⁴⁶ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 207.

⁴⁷ Desconhece-se se assim terá acontecido com os 9 quarentenários de primeira classe lá recebidos. Ver adiante, tabela 1.

⁴⁸ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1886 (Marvão, Elvas, Villar Formoso e Villa Real de Santo Antonio). Relatório apresentado a Sua Excelência o Ministro do Reino pelos inspectores A. M. da Cunha Bellém; e José Ennes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, appendice, p.125-133. Datadas do mesmo dia, as instruções para o posto de desinfecção (p. 134-136) e a tabela das refeições (p. 136-137).

Os restantes passageiros eram encaminhados para o lazareto, onde se procedia ao seu registo e pagamento da estadia, se fosse esse o caso. Separavam-se, então, os quarentenários por classe e sexo, mesmo tratando-se de famílias; os rapazes até aos 12 anos poderiam ficar com familiares do sexo feminino, se assim o desejassem. Seguia-se a limpeza dos corpos, obrigatória para todos, exceto se considerada prejudicial aos doentes. Roupas de corpo imundas deviam ser descontaminadas numa solução de “bichloreto de mercúrio” e só depois lavadas. Se os internados não possuísem vestuário de substituição, teriam de aguardar na cama pela devolução das suas roupas. A cada um deles era entregue um recipiente próprio “para lançar os excreta”⁴⁹.

A diferenciação de classe fazia-se ao nível das comodidades e alimentação, não da separação física, uma vez que não havia condições para tal. A primeira classe teria direito a cama, colchão, loiça e lençóis finos; à segunda classe seria dada preferência pelas camas com colchão que houvesse disponíveis, dormindo os restantes quarentenários em esteiras. As refeições seriam fornecidas às 9:00 horas e às 16:00 horas por uma estalagem da vila. A ementa da primeira classe incluía, ao almoço, chá, café ou chocolate, ovos, bifes, peixe, manteiga, açúcar e vinho; ao jantar, sopa, cozido, arroz, hortaliça, três pratos principais, três sobremesas e café. Em ambas as refeições seriam servidos 250g de pão fino e 5dl de vinho. Já os pobres, alimentados gratuitamente, teriam à sua disposição a tradicional açorda, legumes ou peixe e 700 g de pão ordinário, ao almoço; legumes, batata e massas, ao jantar. Dentre os repastos dos cinco lazaretos, as diferenças mais substantivas ocorrem entre as primeiras classes de Vila Real e as de Marvão.

Como nos demais lazaretos terrestres, estão presentes preocupações com a limpeza e receios de contágio, ainda que muito mais moderadas do que em qualquer outro lazareto. Veja-se a questão da incomunicabilidade, central nos restantes regulamentos, que não tem em Vila Real um realce notável, quanto mais não fosse porque seria difícil de operacionalizar devido à exiguidade do espaço. Menores diferenças no tratamento previsto para os dejetos e vômitos (desinfetados antes de despejados num reservatório portátil e depois queimados antes de enterrados), cadáveres (envolvidos em panos embebidos em cloreto de zinco e usando-se o triplo de cal regulamentada) e funerais (sem cerimónia religiosa, a menos que algum sacerdote se voluntariasse⁵⁰).

Igualmente mais restrito era aqui o grupo de trabalhadores, prevendo-se que houvesse serventes, um guarda de saúde, um guarda de fiscalização

⁴⁹ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1886...*, cit., appendice, p. 130.

⁵⁰ Deveria, de seguida, permanecer em isolamento no hospital, recebendo alimentação de primeira classe, por conta do lazareto.

e um amanuense. Se o hospital abrisse, recrutar-se-iam enfermeiros e um encarregado da cozinha. Tal como as funções administrativas, também estas eram asseguradas por militares, neste caso soldados reformados e recrutas. Ofício do dia 1 de julho reafirmava a jurisdição do guarda-mor da saúde nas questões da “polícia sanitária da via húmida, quer a procedência seja marítima, quer fluvial”, segundo os termos do aviso publicado no Diário do Governo de 11 de setembro de 1884. Competia-lhe decidir quem deveria quarentenar no lazareto ou fazer quarentena marítima, à exceção dos violadores do cordão sanitário, que deviam ser diretamente conduzidos ao lazareto; transposta a porta, a autoridade era exclusiva do seu diretor. Era ainda ele que decidiria o número de militares alocados à segurança e vigilância do recinto.

Com as obras bem encaminhadas e o regulamento estabelecido, Cunha Bellém e José Ennes regressam a Lisboa no dia 27 de junho de 1885. À passagem por Faro, o governador civil tê-los-á advertido da necessidade de limitar a emissão de passaportes a portugueses para trabalharem em Espanha.

3. “Extinguir o incêndio onde ele deflagrara”, ou como deixar a cólera em Espanha

Pensando apenas no movimento de saída e não na hipótese de um regresso em massa, Cunha Bellém e José Ennes terão desvalorizado os conselhos do governador civil de Faro⁵¹. As notícias enviadas pela rede consular de Portugal sobre o estado sanitário das províncias onde se concentravam mais portugueses também eram relativamente tranquilizadoras, mas, como bem sabiam as autoridades, poderiam alterar-se de um momento para o outro, como viria a acontecer em Cádiz⁵².

⁵¹ Eventualmente, porque isso também poderia ter reflexos no movimento contrário – emigração da Andaluzia para o Algarve, sobretudo da província de Huelva, e em maior número na segunda metade do século XIX. O papel que tiveram no desenvolvimento económico da região é demonstrado por João Romero Chagas Aleixo, *A Migração de Andaluzeiros para o Algarve (1850-1914): os casos de Loulé e Vila Real de Santo António*, Tese de Doutoramento em História, apresentada à FCSH da UNL, 2021.

⁵² A 15 de junho, o cônsul registava um “estado sanitário muito satisfatório”, na cidade e na província, mas logo a 19 reportava que a vila próxima, de Puerto Real, tinha sido declarada “oficialmente invadida pelo cholera morbus asiatico”, registando já nove mortes. Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (doravante, AMNE), *Consulado de Portugal em Cadiz*, caixa 591, 1844-1926, documentos n.º 1-A (não paginado); n.º 2-A (não paginado); n.º 4-A, fol. 319; n.º 5-A, fols. 326-326v; n.º 3-A, fols. 339-339v; n.º 6-A (não paginado); 8-A, fols. 345-345v.

O cenário antecipado pelo governador civil concretizar-se-ia logo em julho, com os ceifeiros “acumulados” em Badajoz⁵³, e a partir de setembro, com os pescadores deslocados na província de Huelva⁵⁴. Os mais de 2000 portugueses que trabalhavam nos barcos, na carga e descarga, principalmente de carvão, que viviam na Línea de la Concepción, em frente de Gibraltar, já em agosto “vítimas da fome e da morte pela epidemia”⁵⁵, ali permaneceram encurralados – nem Sevilha nem Huelva os deixavam transitar –, em estado de quase abandono, apesar da insistência do governo espanhol para que Portugal cuidasse deles⁵⁶.

Pouco se sabe sobre o acolhimento dos ceifeiros, exceto que a maioria terá entrado por Elvas, dada a proximidade geográfica com Badajoz, e que terá quarentenado durante sete dias em barracas militares levantadas no interior da muralha, convertidas numa espécie de lazareto de emergência paralelo ao lazareto principal⁵⁷. Organizado apressadamente e sem informações precisas, começou-se por se pensar na constituição de grupos, fazendo-os entrar entre 10 e 30 de agosto. Cedo se verificou que o número inicial aventado de 6000 ceifeiros⁵⁸ era inferior ao previsto, pelo que foram albergados de uma só vez⁵⁹. Os inspetores fizeram questão de asseverar que os ceifeiros foram sujeitos às mesmas “prescrições” em vigor para os que quarentenavam no interior do forte⁶⁰, que teriam melhores

⁵³ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 58.

⁵⁴ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 59. Sobre o assunto haveriam de escrever os inspetores, a fechar o relatório, que se destinava apenas “a attender ás mais instantes necessidades de receber os filhos da provincia do Algarve que vão a Espanha buscar trabalho, como ceifeiros, como pescadores ou como mineiros e que depois, na hora do perigo, intentam repatriar-se”. *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 225.

⁵⁵ AMNE, *Consulado de Portugal em Cadiz*, caixa 591, 1844-1926, documento n.º 7 A, fols. 328-330.

⁵⁶ Em desespero de causa, o cônsul-geral, após três cartas e um telegrama enviados ao ministro do Reino sem obter qualquer resposta, recorreu ao ministro dos Negócios Estrangeiros explicando-lhe que autorizara a entrega de pequenos socorros àqueles trabalhadores, devido à miséria em que se encontravam e aos iminentes conflitos com as populações locais. AMNE, *Consulado de Portugal em Cadiz*, caixa 591, 1844-1926, documentos n.º 7-A, fols. 328-330; n.º 9-A (não paginado).

⁵⁷ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1886...*, cit., appendice: Instruções para a repatriação dos ceifeiros (extrato do ofício de 7 de julho de 1885 para o diretor do lazareto de Elvas), p. 25-26.

⁵⁸ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 86, 216 e 220.

⁵⁹ Veja-se, adiante, tabela 1.

⁶⁰ Melhor sorte não tiveram os ceifeiros que entraram por Vilar Formoso, obrigados a quarentenar num descampado. *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 206.

condições que as do ano anterior, quando os ceifeiros tinham sido “arrabanhados” na tapada do Penedo, também em Elvas⁶¹.

A invocação da temperatura amena que se fazia sentir em agosto⁶², indicia a consciência de que o tratamento recebido pelos ceifeiros em Elvas era ainda mais precário que o dos restantes quarentenários. Idêntica situação também se verificou com o grupo que foi encaminhado para Vila Real de Santo António. Alegava-se, aqui, que, por exceder a capacidade do lazareto, tinha sido alojado no areal, em coberturas de esteiras, tendo mesmo alguns pescadores iniciado a quarentena nos barcos. Calcula-se que tenha sido submetido às tradicionais fumigações, mas não à desinfecção completa, nem sequer de todas as roupas, pois, por serem muitos, decidiu-se apenas “lavar e desinfectar as mais immundas”⁶³.

Ao contrário do que aconteceu com os ceifeiros, o processo de repatriamento dos pescadores está mais bem documentado, sobretudo ao nível dos preparativos. As primeiras notícias oficiais sobre a presença da cólera na província de Huelva datam do dia 2 de setembro⁶⁴. Segundo o cônsul português em Cádiz, em carta do dia 21 de agosto, a doença já circularia por lá há, pelo menos, 15 dias, mas o governador proibira a disseminação da informação por telegrama⁶⁵.

Em outubro, começou a circular o rumor de que a epidemia alastrava entre os pescadores portugueses da Isla Cristina⁶⁶. Atormentados com o socorro à sua própria população, as autoridades locais procuravam desembaraçar-se dos estrangeiros. Destas preocupações dava eco o periódico publicado em Huelva, *La Provincia*, informando, no dia 6 de novembro, ter havido sete mortes no grupo; ocorrência que poderá estar relacionada com a participação do correspondente do *Commercio Português* em Madrid, enviada dois dias depois, relatando que pescadores portugueses tinham jantado “a bordo de um catraio um boi morto de doença”⁶⁷, o que provocara a morte de alguns deles e a enfermidade de vários outros. *La Provincia* instava Portugal a recolhê-los sem demora no lazareto de Vila Real, sob pena não só de perecerem, como de porem em risco a vida das populações vizinhas⁶⁸.

⁶¹ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 85.

⁶² Em 20 de agosto de 1885, em 32 províncias espanholas, a cólera estaria a matar entre 1800 a 2000 pessoas por dia, segundo o jornal *El Diario de Badajoz*, citado por Jonathan Escolar Borrero, *La epidemia de cólera de 1885 en Huelva*, Trabajo fin de grado en Historia, Universidad de Huelva, s/d, p. 7.

⁶³ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 132-133.

⁶⁴ Jonathan Escolar Borrero, *La epidemia de cólera de 1885...*, cit., p. 7.

⁶⁵ AMNE, caixa 591, 1844-1926, documento n.º 6 A.

⁶⁶ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 57.

⁶⁷ *Commercio Português*, terça-feira, 10 de novembro de 1885, Ano 1885/Edição 01903 (1).

⁶⁸ *La Provincia*, lido em Jonathan Escolar Borrero, *La epidemia de cólera de 1885...*, cit., p. 8.

A documentação consular demonstra que a miséria dos trabalhadores portugueses no sul de Espanha, particularmente dos pescadores em Ayamonte, era bem conhecida das autoridades portuguesas⁶⁹, que estavam igualmente cientes do perigo que constituía para toda a comunidade e, ainda, dos limitados recursos assistenciais disponíveis em Huelva. As negociações então entabuladas pelo Governo português com o seu homólogo espanhol para a resolução do problema dos pescadores foram caracterizadas por Cunha Bellém e José Ennes como “uma das paginas mais interessantes da historia das medidas sanitarias”⁷⁰, um “procedimento cavalheiresco” que devia fazer jurisprudência e ser integrado no direito internacional sanitário, omissos quanto às exigências aceitáveis por parte de um país infetado por uma epidemia sobre a repatriação de estrangeiros para “outro paiz indemne”⁷¹, que ali tivessem contraído a doença.

Todavia, as missivas do cônsul e dos vice-cônsules revelam um quadro bem mais complexo do que o descrito pelos inspetores. Ajudam, do mesmo modo, a perceber o oportunismo com que Portugal geriu a questão dos pescadores: ainda que os inspetores os reconhecessem como “filhos do Algarve”, “ávidos de regressarem à pátria, saudosos do lar, receiosos do contagio, da miséria, da falta de conforto no paiz estranho, de onde viam a olho nu as suas terras, as suas choupanas, as suas famílias”⁷², tinham “consigo e entre si o cholera”. Era necessário, afirmavam Cunha Bellém e José Ennes, “fatalmente necessario que o incendio se extinguisse onde nascera”⁷³. Por isso, obstaram ao repatriamento enquanto durou a epidemia.

Dois documentos produzidos por quem acompanhou de perto a situação permitem reconstituí-la com algum pormenor: uma carta enviada no dia 5 de novembro pelo médico Rafael López Hernández, responsável pelo Hospital Provincial de Huelva, a José García Cabañas⁷⁴ – carta que o jornal *La Provincia* transliterara para escrever a notícia atrás referida – e o *Informe dirigido al gobernador de la provincia de Huelva por los doctores V. Vera López y Saenz Mazón el 16-12-1885*, numa cópia enviada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português com o título *Relatorio enviado ao governo de S. M. Catolica pela comissão facultativa de medicos nomeada pelo mesmo governo [para] combater o cólera em Ilha Christina*, em 16-12-1885⁷⁵. O primeiro,

⁶⁹ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 10-11.

⁷⁰ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 178.

⁷¹ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 180.

⁷² *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 7.

⁷³ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 7-8.

⁷⁴ Jonathan Escolar Borrero, *La epidemia de cólera de 1885...*, cit., p. 11.

⁷⁵ AMNE, *Consulado de Portugal em Cadiz*, caixa 591, 1844-1926, documento s/n, fols. 346-353. Tivemos conhecimento deste documento no mencionado texto de Antonio Luis López

um relato do chefe da delegação, organizada pelo Ajuntamento, composta por três médicos, o governador da província e o cônsul português em Ayamonte, que visitou a Isla Cristina, a fim de se inteirar da dimensão do problema. O segundo constitui uma minuciosa descrição de como foi abordado e resolvido.

Nas palavras de Rafael López Hernández, que chefiava a delegação, o cenário “no ha podido ser más triste”: na praia de Ayamonte e estuário das Mojanas, a uma milha da Isla Cristina, encontravam-se entre 2000 a 2500 pescadores, dos quais cerca de 500 espanhóis, com as suas famílias, a maioria presa nos galeões⁷⁶. Uma “multitud de mujeres y niños implorando socorros y alimentos, completamente abandonados y sin auxilios de ninguna classe”, alguns deles coléricos. Nem Portugal lhes abria as fronteiras, nem Huelva os deixava sair do local, temendo a cólera e o seu estado higiénico. Numa das cabanas, depararam-se com três mortos e dois doentes deitados no chão, um deles agonizante, em situação de abandono. Apenas o arcipreste e o médico de Ayamonte prestavam auxílio aos coléricos, “verdaderos héroes [...]. Ellos mismos han tenido necesidad de dar sepultura a los fallecidos y auxiliarlos personalmente en su enfermedad”⁷⁷. López Hernández prometia ao seu interlocutor que ainda nessa noite, regressados a Ayamonte, providenciariam “aquellos desgraciados” o envio de criados, macas, medicamentos, cal, etc., enquanto o governador tentaria dissipar o terror que o grupo causava nas populações vizinhas e apelar à caridade com os seus semelhantes, até para sua própria proteção. Concluía, instando o governo português a agir e a auxiliar os seus compatriotas encurralados nos galeões e na praia, admitindo-os nos lazaretos nacionais, de modo a impedir que pagassem “con sus vidas la miseria, el desaseo y el abandono en que han estado, a más de su imprudencia”⁷⁸.

De acordo com o *Informe*, a cólera começara por atacar os pescadores em Cabezas, na Isla Canela, espalhando-se depois por Punta del Caimán, praia de Berdigón e Isla Cristina, “ocasionando bastantes victimas”⁷⁹. Sem que consigamos confirmar a veracidade da afirmação, *La Provincia* clamava que

Martínez, que o refere nas páginas 10-13. A partir do título e da informação que estaria no dito arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi-nos possível localizá-lo e completar os dados bibliográficos. Por considerarmos mais correto o título apresentado por López Martínez, é esse que seguiremos na identificação do documento.

⁷⁶ Jonathan Escolar Borrero, *La epidemia de cólera de 1885...*, cit., p. 33-34. *La Provincia* aumentava o número para 3000 pessoas, 2500 portuguesas, incluindo aqui, cremos, os pescadores que se encontravam na praia da dita ilha. *Idem*, p. 8.

⁷⁷ Jonathan Escolar Borrero, *La epidemia de cólera de 1885...*, cit., p. 34.

⁷⁸ *Idem*, *ibidem*.

⁷⁹ AMNE, *Consulado de Portugal em Cadiz*, caixa 591, 1844-1926, documento s/n, fol. 346v.

os jornais portugueses difundiam a ideia de que os pescadores se recusavam a regressar a território nacional, uma notícia falsa, denunciava – Portugal é que preferia ignorar as suas súplicas de repatriamento, deixando-os na miséria, não fosse a humanidade dos espanhóis, que não distinguia nacionais de estrangeiros⁸⁰.

Na sequência da primeira visita, superando a resistência das autoridades locais⁸¹, Portugal, através do cônsul-geral na Andaluzia, João Damasceno de Moraes, acordou com o governo espanhol a permanência dos pescadores, pagando as suas despesas, até conseguir organizar o seu repatriamento. Sigamos o relatório de Vicente Vera López e Felipe Sáenz Mazón, os médicos que, conjuntamente com mais dois ajudantes, nomeados pela Dirección de Beneficencia y Sanidad del Gobierno Civil, se deslocaram aos lugares infetados para comandar os trabalhos de desinfeção, higiene e saneamento e organizar o serviço médico. Nas diferentes tarefas, que incluíram a criação de “hospitalitos”, equipados pelo governo português e pelo governo civil de Huelva, e a preparação de cemitérios nas proximidades dos hospitais, foram acompanhados por médicos locais, cinco irmãs da caridade⁸², dois sacerdotes e pelo secretário do Ayuntamiento, o único representante das autoridades da Isla Cristina que tinha permanecido no seu posto, já que os restantes, à semelhança da população, haviam fugido do potencial perigo que representavam os pescadores portugueses.

Além dos pescadores que se encontravam em terra, um outro grupo, contratado para a pesca da sardinha entre agosto e dezembro, permanecia nos barcos, tentando regressar a Portugal e recusando-se a desembarcar na ilha, temendo a cólera que continuava a fazer vítimas. Vedado o acesso aos portos portugueses, os pescadores decidiram vaguear pelos estuários e canais existentes entre Isla Cristina e Ayamonte, numa extensão de 15 a 20 quilómetros. Trabalhando em conjunto, o cônsul-geral e os vice-cônsules de Portugal em Huelva, Ayamonte e Isla Cristina procuravam fazer-lhes chegar alimentos, tarefa ingrata – afirmam os relatores –, dada a sua condição de embarcados, e em movimento, debaixo de um enorme temporal. Esta condição impedia, igualmente, qualquer tipo de acompanhamento médico, não permitindo, também, verificar se ocultavam casos de cólera a bordo.

Por deliberação das autoridades dos dois países, foi decidido obrigá-los a desembarcar e a estacionarem num local limpo, salubre e com vigilância médica,

⁸⁰ Jonathan Escolar Borrero, *La epidemia de cólera de 1885...*, cit., p. 9-10.

⁸¹ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 57-65.

⁸² À semelhança do mestre de obras António Jorge Freire Júnior, também as irmãs da caridade que prestaram auxílio aos portugueses atacados pela cólera foram condecoradas pelo Governo. *Commercio de Portugal*, sábado, 19 de junho, Ano 1886/Edição 02083.

onde ficariam até que os governos português e espanhol autorizassem o seu regresso. Apesar das difíceis condições atmosféricas, deu-se início à construção de um acampamento, de barracas de madeira, que efetivamente funcionava como um lazareto. O local escolhido foi uma ilhota na parte meridional da Isla Canela, o que garantia a proteção das águas do Guadiana e das populações de ambas as margens.

Enquanto decorriam estas operações, os pescadores foram-se deslocando até à bacia de Ayamonte, acabando “casi todos fondeados junto á la misma boca del Guadiana á la vista al mismo tiempo de Villa Real (Portugal) y de Ayamonte (España)”⁸³, chegando alguns mesmo a desembarcar. Acerca deles, Cunha Bellém e José Ennes haveriam de contar sobre os braços estendidos ao seu país, do outro lado do Guadiana, implorando que os deixassem entrar, “e o coração a dizer-nos que os recebêssemos, e o frio raciocínio a impôr silencio aos impulsos do coração, que não minorariam a desgraça d’elles e nos trariam o funesto presente de uma grande calamidade”⁸⁴. Venceram as autoridades, não os deixando avançar por terra, convencendo-os a viajar até ao acampamento preparado para os acolher. Posteriormente, juntar-se-iam mais 200 portugueses que viviam na praia deserta de Berdigón, também em completa penúria.

Apesar de não haver notícias de cólera no acampamento e de ter todos os lazaretos em prontidão, Portugal continua a escudar-se no Aviso de 26 de julho de 1884, que proibia os barcos procedentes de portos sujos de acederem aos portos nacionais e só encontrava inconvenientes nos diferentes alvitres apresentados para repatriar os seus cidadãos. O do general que comandava a 4.^a divisão, responsável pelo cordão sanitário do sul, previa o alojamento de grupos de 200 a 300 pessoas no forte de Sagres, sugestão considerada inapropriada devido à falta de espaço e de recursos hospitalares. A proposta de instalação de um acampamento de tendas de lona na ilha de Tavira foi recusada devido às baixas temperaturas que se faziam sentir. A construção de barracas de madeira estava fora de questão por ser morosa. A distribuição dos pescadores por vários lazaretos, após viagem de comboio custeada pelo estado, constituiria “um perigo imminente de sementeira de cholera”⁸⁵. O exemplo dos ceifeiros em julho anterior não colhia agora por ser inverno e a epidemia estar mais violenta. A quarentena no mar alto, num barco português, seria “mais bárbar[a] e menos pratic[a]”⁸⁶, porque morreriam muitos a bordo se sobreviesse a cólera, além

⁸³ AMNE, *Consulado de Portugal em Cadiz*, caixa 591, 1844-1926, documento s/n, fol. 350.

⁸⁴ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 8.

⁸⁵ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 179.

⁸⁶ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 180.

de inutilizar o navio. Aportar o barco numa povoação costeira seria um grave risco para a saúde pública, podendo haver necessidade de evacuar a terra e indemnizar os seus moradores⁸⁷.

E nestas discussões se passaram os meses de novembro e dezembro, o período mais crítico da cólera na Isla Cristina e Ayamonte. Por várias vezes, o governador da província e a Junta Provincial de Sanidad tencionaram enviar os portugueses para os lazaretos de Mahón ou Vigo e, depois da quarentena, recambiá-los para Portugal. Percebe-se que também foi esse o objetivo dos autores do *Informe*, recorde-se, datado de 16 de dezembro. Apesar de, por mais de uma vez, louvarem o empenho do governo português na coadjuvação das autoridades espanholas para a resolução do problema dos pescadores, reiteravam a ausência de casos de cólera no acampamento e o facto de não haver nenhum inconveniente em serem admitidos na sua pátria⁸⁸. Só a partir de então, Portugal pôs em marcha os procedimentos para o repatriamento.

Por sugestão do cônsul, aceite pelos pescadores, optou-se por sortear a ordem de saída, o que trazia a vantagem de dar um horizonte de esperança a quem calhavam números mais elevados. Foi também ele, pelas mesmas razões de gestão de expectativas, que decidiu a partida diária de 40 pessoas em vez de levadas semanais de 280, solução que também facilitava as escalas do isolamento nos lazaretos. Em simultâneo, discutia-se com os diretores dos lazaretos de Elvas e de Marvão a possibilidade de receberem pescadores sem perturbar o seu normal funcionamento⁸⁹.

Observando a orientação da Junta de Saúde de que seria melhor queimar o vestuário que estivessem a usar, compraram-se, em Lisboa, alguns fatos novos, ideia logo abandonada por ser demasiado dispendiosa. Optou-se, então, por apenas substituir a roupa que, “pela sordice ou nullo valor”, não pudesse ser desinfetada. Seguindo os preceitos em voga⁹⁰, adquiriram-se os químicos e vasilhas apropriadas e, em Marvão, construiu-se uma fornalha a partir de um tanque de ferro requisitado ao Ministério da Marinha. Como as roupas

⁸⁷ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p.180; *de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 59-60.

⁸⁸ AMNE, *Consulado de Portugal em Cadiz*, caixa 591, 1844-1926, documento s/n, fol. 351.

⁸⁹ O diretor do lazareto de Marvão mostrava disponibilidade para acolhimento diário de 50 pescadores (ou 350 por semana), número que seria superior a partir do momento em que a quarentena passasse de sete para cinco dias, *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 61.

⁹⁰ Indicando-se que deviam ser fervidas durante duas horas, “em solução de sublimado corrosivo, na proporção de 1 para 1:000, expondo-as depois ou á atmosphaera sulfurosa ou a grande e demorado arejamento”, *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 62.

compradas para Vila Real acabaram por ficar em Lisboa devido aos dois dias de atraso do vapor, procedeu-se a nova aquisição local⁹¹. Simultaneamente, abasteciam-se as despensas para tão grande número de hóspedes. Por fim, alcançava-se um acordo com a companhia espanhola dos caminhos de ferro para a redução do preço dos bilhetes em 50%. Nestes preparativos se passou o mês de janeiro de 1886; a 1 de fevereiro, o cônsul português recebeu ordem para fazer partir para Marvão os primeiros 350 pescadores⁹². Três dias antes, Huelva fora considerada livre da epidemia⁹³.

4. O mistério da Isla Cristina

Para estupefação dos envolvidos, o cônsul português informava que não estariam mais de 600 pessoas no acampamento da Isla Cristina, a maioria mulheres e crianças. Menor estranheza deveria causar a “obstinada” recusa de viajarem para Marvão, porque o assunto já tinha sido reportado antes. Cunha Bellém e José Ennes lamentavam-se de só então ser especificado o sexo e a idade dos pescadores, tornando inúteis as calças, as jalecas, os barretes e os sapatos e desnecessária tão grande quantidade de alimentos, muitos deles perecíveis⁹⁴.

Procuradas justificações para o *desaparecimento* dos pescadores, o cônsul apresentou três explicações que, no mínimo, denotam a pouca presença dos representantes de Portugal no teatro das operações: no início da pandemia, um grupo de mineiros ter-se-á desentendido com a direção das minas em que trabalhava e juntou-se aos pescadores para beneficiar do processo de repatriamento; sanado o conflito, terão regressado ao trabalho. Por outro lado, alguns pescadores com números altos no sorteio da repatriação teriam decidido regressar ao mar. Outros “internaram-se por aquelle paiz á procura de trabalho de diversa natureza”⁹⁵. Em momento algum se mencionava o impacto que os vários meses de confinamento e a declaração da extinção da epidemia terão

⁹¹ “Para cobrir a nudez dos seus hospedes e preserval-os do frio, que ainda era intenso n’aquella ocasião”. *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 62.

⁹² *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 63.

⁹³ Jonathan Escolar Borrero, *La epidemia de cólera de 1885...*, cit., p. 10.

⁹⁴ Alguns daqueles bens foram vendidos em Lisboa, em hasta pública. Outros foram armazenados no lazareto, “na expectativa de que nova temporada cholerica que, a manifestar-se, se não faria talvez esperar muito tempo”. Acabaram por se estragar. *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 63.

⁹⁵ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 64.

tido na decisão dos portugueses de abandonarem o acampamento. Também se omitia que a situação era por demais conveniente ao governo português. É certo que custeara a permanência dos pescadores em solo espanhol, mas, ainda assim, com menores despesas do que as previstas, porque Espanha oferecera a assistência médica e farmacêutica⁹⁶.

Igualmente fica por explicar, no contexto deste relato, porque é que Marvão entrara nas contas dos inspetores, contra a vontade dos pescadores. É num apartado separado que os leitores são informados da existência de duas contestações contra o lazareto movidas pela câmara municipal de Vila Real de Santo António e pelos moradores⁹⁷. Começando por afirmar “verdadeira surpresa” em relação aos documentos remetidos pelo governador civil de Faro ao Ministério do Reino, Cunha Bellém e José Ennes acabam por reconhecer ter sabido, por correspondência confidencial, “que os povos queriam assaltar o lazareto, e que, se apparecesse a cholera em Ayamonte, o assaltariam sem duvida, por o considerarem como uma ameaça de perigo imminente para a villa”⁹⁸. Aquando das reclamações, o lazareto apenas tinha funcionado 17 dias entre julho e setembro e 8 dias em outubro.

A desconstrução da argumentação apresentada pelos queixosos pende entre o registo irónico e acusações diretas, no mesmo tom violento que os inspetores já tinham usado para se defenderem de críticas contra outros lazaretos⁹⁹. Em Vila Real, atacam em várias direções, estranhando a revolta do poder local e do guarda-mor da saúde, que haviam acompanhado a escolha do local “sem o menor protesto”, e insurgindo-se contra a população, gananciosa, que não se queixara quando inflacionou os preços dos materiais para obter maiores lucros, gente ignorante e analfabeta ou que mal sabia escrever, que se “mettia (...) a discutir sciencia”, “um luxo scientifico que muito honra a diffusão da instrucção no nosso paiz”¹⁰⁰. Assim acontecia com a proposta de substituição daquele lazareto por um marítimo, na ilha de Tavira, quando o que estava em causa era um lazareto *terrestre*, de fronteira, para acolher passageiros vindos da outra margem do Guadiana.

À reclamação de que o lazareto prejudicava “o logradouro do areal que os habitantes escolhiam nas noites calmosas e (...) apavora[va] os transeuntes que íam para a costa pela margem, ou os barqueiros que por ali faziam o

⁹⁶ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 180.

⁹⁷ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 171-180.

⁹⁸ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 171.

⁹⁹ Laurinda Abreu, “Cólera em Portugal na segunda metade do século XIX”..., cit., p. 168-171.

¹⁰⁰ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 173.

seu sirgal”¹⁰¹, os inspetores respondiam com sarcasmo, lamentando que “os honrados munícipes de Villa Real” não pudessem prescindir do seu passeio à beira-mar enquanto o país fazia sacrifícios para evitar a cólera. Isto, apesar de, para chegar à praia, terem de percorrer caminhos imundos e malcheirosos, devido às fábricas de peixe e azeite, autorizadas pela zelosa câmara, que assim “deixou embelezar” o dito logradouro. Não esquecendo as eiras de seca do atum e as fábricas de conserva e salga, ao longo da praia ou perto das habitações, quando não mesmo dentro delas. E, até, o facto de a quarentena marítima se fazer pouco abaixo do lazareto, sem que a acumulação de barcos, tripulantes e passageiros, onde faltavam condições de higiene, isolamento ou cuidados de saúde, os preocupasse sobremaneira¹⁰².

Não era também atendível, na perspetiva dos inspetores, o facto de o lazareto prejudicar a sirgagem dos barcos, serviço que consideravam quase desnecessário naquele local, apesar de poder ser feito depois da linha de vedação dos sete barracões, onde não entravam coléricos – lembravam. Os “doutos” opositores confundiam o lazareto, destinado a pessoas sãs, com o hospital de coléricos, afastado a sul, praticamente inacessível pela vila¹⁰³. E mesmo que o lazareto recebesse coléricos, “o micro-organismo, germen do cholera, não salta, nem voa”. Pior estariam as sentinelas que policiavam o recinto e nunca, em parte alguma, alguém se lembrara de semelhante risco. Reputam igualmente de falsas as alegações sobre os perigos de comunicação com o exterior (“ou de infiltração de principios morbigenicos nas paredes de madeira, tudo aquilo exposto com um luxo de sciencia avariada nas representações”¹⁰⁴). E rebatem, circunstanciadamente e com pormenores aritméticos, as apreciações sobre o que apelidavam de insuficiência de arejamento do lazareto, matéria onde consideram haver tantos erros como na

¹⁰¹ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 173

¹⁰² *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 172.

¹⁰³ Sobre o assunto, escreveriam, noutro contexto, que havia necessidade de “reconstruir o hospital para cholicos, porque o primitivo – levantado sobre as dunas da costa, em areias sempre movediças, sem fundamentos de alvenaria, por não ter havido tempo para os formar, e erguido sobre prumos de pequenas dimensões, por não haver outros nos mercados da provincia – soffreu os naturaes resultados da deslocação das areias, e caiu em ruinas”. Fica-se a saber, por esta resposta, que o hospital apenas tinha recebido, no início de setembro, um suspeito com sintomas de cólera e seu acompanhante, e que se havia registado um morto no lazareto, com diagnóstico incerto. *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 87.

¹⁰⁴ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 175.

parte médica¹⁰⁵. Por fim, reiteram o inusitado de tantas críticas, que afirmam não terem existido nos demais lazaretos, dois deles também próximos de povoações, omitindo as especificidades desses mesmos locais¹⁰⁶.

A peculiaridade que Cunha Bellém e José Ennes encontram na contestação a um lazareto que se destinava apenas a passageiros de terceira classe e pobres servia-lhes para desferir a estocada final: a suspeição sobre a alfândega, como mentora dos protestos (“e ella lá soube por que motivo”)¹⁰⁷. Suspeições que davam força às levantadas pelo governador civil de Faro, Jerónimo Bivar, quando o visitaram, a 22 de junho, sobre a fiscalização aduaneira das transações feitas na costa e no mar alto, particularmente sobre “uma pesqueira defronte de Tavira”, onde os pescadores da Fuzeta e de Olhão vendiam o peixe a barcos espanhóis, assim fugindo aos impostos. Desconfianças que o governador alargava ao tráfico entre os barcos espanhóis provenientes do mar de Larache e os barcos de pesca portugueses¹⁰⁸.

Certo é que, por “falta de materia prima”¹⁰⁹, o lazareto de Vila Real de Santo António foi encerrado desde o dia em que o porto de Ayamonte foi considerado “sujo”. Reabriria, a 19 de novembro, por breves períodos, num total de 12 dias até finais de dezembro¹¹⁰, apenas para acolher quatro transgressores do cordão sanitário e a polícia que os capturara. Por essa altura, indicam os relatores, já tinham acabado as reclamações e ameaças de destruição do lazareto¹¹¹, mas, ainda assim, se protelava o repatriamento dos pescadores. Quando, por fim, em fevereiro do ano seguinte, mineiros, pescadores e suas famílias começaram a entrar pelo lazareto de Vila Real¹¹², já a epidemia fora dada como extinta, conforme referido. Por isso, era manifestamente exagerada a afirmação dos inspetores de que por Vila Real tinham passado, “durante muito tempo”, à razão de 40 pessoas por dia, dos “quarentenários mais perigosos que atravez dos lazaretos entraram no paiz”¹¹³. Aliás, iam em sentido contrário as orientações

¹⁰⁵ Só mais tarde, a concluir o relatório nacional, haveriam de registar que o lazareto de Vila Real “não passa ainda de um barracão provisório”. *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 225.

¹⁰⁶ Veja-se Laurinda Abreu, “Cólera em Portugal na segunda metade do século XIX”..., cit., p. 165-166.

¹⁰⁷ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 176.

¹⁰⁸ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 133.

¹⁰⁹ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., primeira parte, p. 177.

¹¹⁰ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., segunda parte, p. 59.

¹¹¹ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 59.

¹¹² *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 63.

¹¹³ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 59.

então enviadas ao diretor do lazareto, uma versão aligeirada das instruções deixadas a 25 de junho de 1885, por Cunha Bellém e José Ennes¹¹⁴.

Enquanto, a sul, decorria o repatriamento, a norte, começava-se a aligeirar o rigor das quarentenas, a encerrar os lazaretos e a levantar o cordão sanitário. A 25 de fevereiro, aconteceu com os lazaretos de Elvas e Marvão (ambos com restrições aliviadas desde novembro) e, finalmente, a 22 de abril, com o de Vila Real de Santo António, suprimindo-se então “todas as medidas de vigilância, terrestres, fluviais e marítimas, que ainda subsistiam no Algarve”¹¹⁵. Nas “duas temporadas coléricas”, os cinco lazaretos tinham recebido 21 541 pessoas. Destas, 5 762 tinham estanciado em Vila Real de Santo António, a maioria das quais quarentenários de quarta classe (tabela 1)¹¹⁶.

Tabela 1 – Tipologia dos quarentenários na “segunda temporada colérica”¹¹⁷

Classes	Marvão (11.06.85/4.03.86)	Elvas (13.06.85/4.03.86)	Vilar Formoso (15.06.85/15.02.86)	Valença (21.06.85/15.02.86)	Vila Real (15.07.85/22.04.86)
Primeira	710	287	77	364	9
Segunda	316	518	183	1870	20
Terceira	620	3604	850	2078	53
Quarta	386	–	–	–	3495
Total	3535	4409	1110	4312	3577

Fonte: *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 283.

Considerações finais

Acérrimos defensores dos cordões sanitários e dos lazaretos como melhor meio de defesa do país contra as epidemias, considerando as deficiências nacionais em termos sanitários, a escassez de recursos de saúde (materiais

¹¹⁴ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1886...*, cit., appendice, p. 26-27.

¹¹⁵ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 67.

¹¹⁶ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 315-316.

¹¹⁷ Não há indicações sobre as classes que quarentenaram na “primeira temporada”, e, mesmo para a segunda, há que tomar os números com alguma cautela dadas as várias correções referidas pelos inspetores.

e humanos) e o atraso da “medicina pública”¹¹⁸, Cunha Bellém e José Ennes concediam que o sistema era dispendioso e compreendiam as dificuldades dos soldados e guardas-fiscais em separar a própria família e amigos, dado o carácter artificial das fronteiras na divisão do território. Admitiam que alguns deles, por falta de cuidado ou maior recetividade à corrupção, afrouxavam a fiscalização, mas concluíam que, na impossibilidade de colocar um vigilante sanitário atrás de cada passageiro – numa indireta referência à atuação inglesa –, seria preferível atuar sobre os infratores.

Assumiam que, devido à inexperiência e pressão do tempo, haviam feito despesas desnecessárias e pago preços especulativos, todavia o que verdadeiramente importava era o êxito obtido, concluindo que, “se á defeza se deve a immuidade do terrivel flagello, barato e economico e abençoado foi o systema de defeza”¹¹⁹. Lamentavam, no entanto, que não se tivesse obrigado os quarentenários com maior capacidade económica a pagar mais pela estadia nos lazaretos, sobretudo os que “exigiram melhores commodos e regalos”¹²⁰. Não tinha sido esse o caso de Vila Real de Santo António, o mais despojado, se não mesmo o mais indigente de todos os lazaretos, como comprovado pelo *extracto do mappa geral de carga dos valores existentes em todos os lazaretos. Mobilia, loiças e utensílios*¹²¹. Tal como ocorrera em Elvas, também ali não sobram fatos, “porque todos foram distribuidos aos pescadores, em troca dos proprios, que, por sordidos, tiveram de ser inutilizados”¹²².

Ao lazareto algarvio e ao modo como havia sido organizado o repatriamento dos pescadores, Cunha Bellém e José Ennes atribuíam boa parte do sucesso nacional sobre a epidemia de cólera, que dizimara o país vizinho. A agonia que expressam no tributo prestado aos pescadores do Algarve omite a memória dos que tinham sido enterrados no areal da Isla Cristina, sacrificados pela segurança do país. Orgulhosos do trabalho desempenhado, asseguram a sua prontidão para repetir a experiência que então terminava, assim o ministro do Reino o considerasse apropriado, respeitando a “velha sentença, que tem a perenne juventude da verdade: *Salus populi suprema lex*”¹²³.

¹¹⁸ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 11.

¹¹⁹ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 317.

¹²⁰ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 317.

¹²¹ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1886...*, cit., appendice, p. 147-150.

¹²² *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1886...*, cit., appendice, p. 151.

¹²³ *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 320.

O itinerário tutelar do património em Portugal: Rumo à(s) arqueologia(s) da arquitetura histórica

The custodian itinerary of heritage in Portugal: Towards the archaeology(ies) of historic architecture

António Ginja

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

antonioldginja@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3300-8223>

Texto recebido em / Text submitted on: 15/04/2024

Texto aprovado em / Text approved on: 11/07/2024

Abstract

The end of 2023 witnessed the start of a new custodian of cultural heritage in Portugal, Património Cultural, I.P. From the archaeology of architecture's perspective, as a condition imposed by the custodian on projects affecting architectural heritage, the new organisation inherits a long history, marked by moments of rapprochement and estrangement between the administrations of archaeological and architectural heritage. Using the legislation on these specialities, this article seeks to understand the itinerary of the custodian(s) of archaeology and architecture in Portugal, in order to fulfil two objectives. Firstly, to understand how architectural heritage has come to be perceived as an archaeological document, in order to discern the conditions that have led the custodian(s) to demand archaeology of architecture interventions. Secondly, to analyse the different attitudes towards the application of archaeology to architectural heritage over time, to try to uncover the possibilities for the future of archaeology of architecture in the country, at a time when a new custodian is being inaugurated.

Keywords: Architectural heritage; archaeological heritage; custodian; archaeology of architecture.

Resumo

O final do ano de 2023 testemunhou o início de uma nova tutela do património cultural em Portugal, o Património Cultural, I.P. Desde a perspetiva da arqueologia da arquitetura, enquanto condicionante imposta pela tutela a projetos com afetação ao património arquitetónico, a nova orgânica herda uma longa história, pautada por momentos de aproximação e de afastamento entre as administrações dos patrimónios arqueológico e arquitetónico. Convocando a legislação destas especialidades, este artigo procura compreender o itinerário da(s) tutela(s) da arqueologia e da arquitetura em Portugal, para cumprimento de dois objetivos. Em primeiro lugar, conhecer o modo como o património arquitetónico passou a ser percecionado como documento arqueológico, para discernir as condições que têm conduzido a(s) tutela(s) a exigir trabalhos de arqueologia da arquitetura. Em segundo lugar, perspetivar as distintas posturas tutelares face à aplicação da arqueologia ao património arquitetónico ao longo dos tempos, para, num momento em que se inaugura uma nova tutela, tentar desvendar as possibilidades que se apresentam ao futuro da arqueologia da arquitetura no país.

Palavras-chave: Património arquitetónico; património arqueológico; tutela; arqueologia da arquitetura.

Introdução

Desde meados do século XIX que em Portugal as iniciativas legislativas no domínio do património cultural combinaram o património arquitetónico e arqueológico, oscilando entre a sua institucionalização conjunta e a separação das suas respetivas tutelas. Quando no início do século XXI, a lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural 107/2001 exigiu a “conformidade com a legislação sobre a salvaguarda do património arqueológico” dos trabalhos “que envolvam (...) a demolição ou modificação de construções”¹, portanto, já um longo itinerário conduziu ao entendimento da arquitetura histórica como documento arqueológico. Longe de um fenómeno recente, a aproximação da arqueologia à arquitetura em Portugal levou as distintas tutelas do património à adoção da arqueologia da arquitetura, precisamente na transição do século XX para o século XXI.

Apesar disto, a aplicação da arqueologia da arquitetura pelas tutelas, enquanto condicionante a intervenções em património arquitetónico, tem conhecido altos e baixos, mercê do entendimento que cada nova tutela faz da relação entre arqueologia e arquitetura, conforme definida nos diplomas legais que a instituiu. Em Coimbra, por exemplo, um estudo recentemente conduzido pelo autor revelou que durante a vigência do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, entre 2006 e 2011, 89% dos pareceres para licenciamento de obras de reabilitação em áreas ou edifícios protegidos foi condicionado à execução de arqueologia da arquitetura. Entre 2012 e 2016, já sob tutela da Direção-Geral do Património Cultural, este valor desceu para os 77%, representando uma diminuição de 12% de pareceres que condicionavam intervenções sobre património arquitetónico a arqueologia da arquitetura².

Num momento em que o país experiencia a substituição da Direção-Geral do Património Cultural por uma nova tutela, o Património Cultural, I.P., este artigo convoca as instituições e as normas pelas quais o Estado português assegurou a salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico, para compreender as dinâmicas administrativas inerentes à arqueologia da arquitetura nacional. Recuando às primeiras iniciativas legislativas, acompanha-se a aproximação entre arqueologia e arquitetura, percurso que revelará as bases legais que conduziram a arqueologia à proteção do património arquitetónico em

¹ Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, Diário da República n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 5813, 5821.

² António Ginja, *Para uma arqueologia crítica da arquitetura*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2023, p. 319.

Portugal. Simultaneamente, avaliam-se as condições regulamentares da nova tutela, antecipando eventuais repercussões no futuro da prática institucional da arqueologia da arquitetura no país.

Os Primeiros Passos: de 1852 a 1925

Ainda que as iniciativas de proteção ao património arquitetónico e arqueológico se possam recuar em Portugal a 1721, ano em que D. João V incumbiu a Academia Real de História da proteção de monumentos que pela sua antiguidade contribuíssem para a história do reino³, seria necessário aguardar por 1852 para que o Estado português criasse mecanismos institucionais especificamente vocacionados para a salvaguarda de bens culturais imóveis. O reconhecimento institucional do valor patrimonial da arquitetura histórica cresceu a par da consciencialização pública, despertada para o tema através de publicações da especialidade, bem como das denúncias sobre o seu estado de incúria, veiculadas na imprensa nacional⁴.

A premência da salvaguarda não advinha ainda, contudo, do respeito pelo valor histórico dos monumentos, tanto quanto da sua autoridade moral e dos seus atributos memorativos. Enquanto elementos de um passado que se queria resgatado, os monumentos mediavam, na esteira dos ideais românticos da época, o reencontro entre a nação e a sua história. Em 1835, na sequência da extinção das Ordens religiosas masculinas, a lei que regulamentou a alienação dos bens nacionalizados, por exemplo, interditou a venda de monumentos ditos “historicos”, não porque constituíssem fontes historiográficas, mas porque se assumiam como símbolos de “grandes feitos, ou de epocas nacionaes”⁵. A destrinça entre os imóveis que podiam ser alienados e aqueles que mereciam permanecer sob tutela pública, exigia mecanismos institucionais de ponderação. Mas, no lugar de criar organismos adequados para o efeito, os sucessivos governos liberais confiaram a tarefa a entidades não governamentais, como em

³ Paulo Simões Rodrigues, “O longo tempo do património. Os antecedentes da República (1721-1910)” in Jorge Custódio (coord.), *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, 2ª ed, Lisboa, IGESPAR, 2011, p. 21.

⁴ Lúcia Maria Cardoso Rosas, *Monumentos pátrios. A arquitectura religiosa medieval - Património e restauro (1835-1928)*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, p. 60.

⁵ Carta de Lei de 15 de abril de 1835, *Collecção de leis e outros documentos officiaes publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, 4ª série, D. Maria II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837, p. 119.

1836 a Academia de Ciências de Lisboa, ou, no ano seguinte, as Academias de Belas Artes de Lisboa e do Porto⁶.

Apesar do crescente orçamento destinado à conservação dos monumentos nacionais⁷, o fraco investimento na estruturação institucional redundou num significativo atraso em matéria de inventariação e classificação, situação que nem mesmo o ímpeto progressista da Regeneração conseguiu inverter. O período de desenvolvimento económico conhecido como Regeneração, marcado pela ação governativa de Fontes Pereira de Melo, abriu caminho à pacificação do país, depois do golpe militar de 1 de maio de 1851. No ano seguinte, a então criada Direção-Geral das Obras Públicas, sob alçada do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, passou a tutelar os monumentos históricos. O património edificado passava, assim, a servir os interesses do progresso económico do país. A incorporação na dependência das Obras Públicas fez-se acompanhar, todavia, de uma certa incúria face ao património arquitetónico, que, sucessivamente negligenciado pelos governos regeneradores, sofria ainda por meados dos anos de 1870 de graves carências administrativas e financeiras⁸.

A arqueologia, já então uma disciplina científica plenamente capacitada, adquiriu um destacado papel na formação ideológica e na congregação social do país⁹. Competia-lhe revelar a antiguidade que a exaltação da nacionalidade exigia¹⁰. Incentivada pelo ambiente político da época, propício à estruturação não governamental de setores socialmente essenciais, a arqueologia portuguesa, seguindo de resto a tendência internacional, congregou-se em torno de instituições de natureza civil, académica e militar. Em grande medida dependentes da dedicação das individualidades que as compunham¹¹, surgiram organizações como a Sociedade Arqueológica Lusitana e a Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, em 1849 e 1863, a Secção

⁶ Paulo Simões Rodrigues, “O longo tempo...”, cit., p. 25.

⁷ Maria Helena Maia, *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*, Lisboa, Colibri, 2007, p. 64.

⁸ Lúcia Maria Cardoso Rosas, *Monumentos pátrios...*, cit., p. 117; e Maria Helena Maia, *Património e...*, cit., p. 167.

⁹ Carlos Fabião, “José Leite de Vasconcelos (1858-1941): Um archeólogo português”, *O Arqueólogo Português*, IV, 26 (2008), p. 106.

¹⁰ Mariana Diniz e Victor S. Gonçalves, “Na segunda metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da arqueologia em Portugal”, *O Arqueólogo Português*, IV, 11/12 (1993-1994), p. 174.

¹¹ Luís Raposo, “As origens da arqueologia científica portuguesa no século XIX” in Jorge Custódio (coord.), *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, 2ª ed., Lisboa, IGESPAR, 2011, p. 47-56.

de Arqueologia do Instituto de Coimbra, em 1873, e, também dedicada à arqueologia, a Comissão Geológica de Portugal, em 1857¹².

A congregação dos círculos cultos da sociedade em torno da arqueologia não podia deixar de se refletir também na consciencialização cívica face ao estado de ruína dos monumentos históricos da nação, em contraste com a evidente inoperatividade do Estado. Incapaz de assegurar a salvaguarda do seu próprio património, o Estado delegava no associativismo civil a defesa dos interesses patrimoniais nacionais. A Associação dos Arquitetos Cíveis e Arqueólogos Portugueses, por exemplo, dedicou-se desde a sua fundação ao estudo dos monumentos arquitetónicos do país, contribuindo com pareceres técnicos para diversos projetos públicos de restauro. A própria administração pública havia solicitado à Associação, em 1866, a definição de critérios de intervenção. Fiel à sua condição simultaneamente arquitetónica e arqueológica, a Associação destacou então os “diversos estilos” empregues em cada monumento, assim como a importância de “analysar cada uma d’essas partes, e comparalas entre si”¹³.

Sensibilizado para a relevância da inventariação no âmbito da salvaguarda patrimonial, mas consciente das suas limitações, o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria encarregou a Associação da preparação de uma lista de imóveis a classificar como monumentos nacionais. Embora se encontrasse concluída já no início da década de 1880, a lista nunca se tornou vinculativa¹⁴, gerando um clima de tensão que se prolongaria até meados da década seguinte. Pressionado, o governo designou em 1881 uma Comissão dos Monumentos Nacionais, sob a Direção dos Serviços das Obras Públicas¹⁵. Responsável pela gestão do património arqueológico e arquitetónico, a Comissão haveria de, em 1894, definir como putativos monumentos nacionais os “edifícios, construcções, ruínas e objectos artisticos, industriais ou

¹² Ana Cristina Nunes Martins, “As ruínas de Tróia (Portugal) e o despertar da arqueologia clássica no Portugal de Oitocentos”, *Archäia*, 3-5 (2003-2005), p. 75-76; e Carlos Fabião, “Percurso da arqueologia clássica em Portugal: Da Sociedade Lusitana (1849-1857) ao moderno projecto de Conimbriga (1964-1971)” in Gloria Mora e Margarita Díaz-Andreu (ed.), *La cristalización del pasado, Génesis y desarrollo del marco institucional de la arqueología en España*, Málaga, Universidad de Málaga, CSIC, 1997, p. 106.

¹³ In Lúcia Maria Cardoso Rosas, *Monumentos pátrios...*, cit., p. 109.

¹⁴ Maria Helena Maia, *Património e...*, cit., p. 245-251; e Susana Chalante, “«Demolimania», a Real Associação de Arquitectos Cíveis e Arqueólogos Portugueses e a «cruzada de honra e brio» (1866-1880)”, *Ler História*, 55 (2008), p. 25.

¹⁵ Pedro Vaz, *Edificar no património: Pessoas e paradigmas na conservação & restauro*, Lisboa, Edições 70, 2019, p. 208.

archeologicos”¹⁶, sublinhando a dupla valência arqueológica e arquitetónica do património nacional.

Não obstante existir agora uma instituição especificamente votada à gestão do património arqueológico e arquitetónico, a classificação e a recuperação estrutural dos monumentos tardavam em concretizar-se. Localmente, iniciativas civis procuravam, em contracorrente, compensar a inação da administração pública. De Coimbra, por exemplo, partiu em 1893 uma proposta para o restauro da antiga sé românica. Ao diretor regional das Obras Públicas competia fiscalizar a obra e administrar as verbas, mas a direção das obras era assumida por um diretor artístico, da sociedade civil. A responsabilidade partilhada entre agentes locais e administração central revelou-se, contudo, pouco operativa. Para resolver indecisões, foi chamada a Comissão dos Monumentos Nacionais, que não teve alternativa senão encomendar o seu próprio projeto, num processo moroso e dispendioso¹⁷. Dependendo em grande medida de iniciativas locais, a tutela tardava em concretizar os desígnios de proteção patrimonial para que fora legalmente investida.

Substituída a Comissão dos Monumentos Nacionais em 1898 pelo Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, manteve-se sob tutela das Obras Públicas a gestão do património arqueológico e arquitetónico, incluindo a classificação e aprovação de projetos de restauro dos monumentos, selecionados “sob os aspectos archeologico, historico e architectonico”¹⁸. Ampliava-se o conceito de monumento histórico, que passava a abranger também, no dealbar do século XX, parâmetros de valorização histórica e arqueológica. De forma mais significativa, a tutela de ambas as práticas arqueológica e arquitetónica era assumida pelas Obras Públicas, que equiparava em valor patrimonial os testemunhos arqueológicos e o património arquitetónico. A equiparação patrimonial entre arqueologia e arquitetura saíria de resto reforçada na legislação dos alvares do século XX, direcionada para a proteção do edificado histórico. Em 1901, proibiu-se a destruição de “ruínas de edificios antigos ou monumentos de

¹⁶ Regulamento para a comissão dos monumentos nacionaes de 27 de fevereiro de 1894, *Collecção official de legislação portugueza, Anno 1894*, Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, p. 101.

¹⁷ António de Vascolcellos, *A Sé-Velha de Coimbra. Apontamentos para a sua história*, vol. 1, Coimbra, Coimbra Editora, 1930, p. 362.

¹⁸ Plano organico dos serviços de monumentos nacionaes de 9 de dezembro de 1898, *Collecção official da legislação portugueza, Anno de 1898*, Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, Direcção Geral de Obras Publicas e Minas, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 924.

certa grandeza”, “no todo ou em parte, nem soffrer qualquer trabalho”, sem a autorização das Obras Públicas¹⁹.

Aproximando-se das expetativas da Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, as iniciativas legislativas de 1901 desencadearam os meios administrativos necessários às primeiras classificações de monumentos nacionais em Portugal. Entre setembro de 1906 e junho de 1910, mais de quatrocentos monumentos, foram classificados²⁰. Sob tutela de uma mesma instituição, os monumentos arquitetónicos e arqueológicos nacionais encontravam-se, escassos meses antes da instauração da I República, submetidos a mecanismos legais de proteção, não apenas instituídos, mas também, ainda que de discutível eficácia, operativamente definidos. A prática arqueológica, no entanto, permaneceu na sua maioria subordinada ao voluntarismo individual, circunstância que se manteria ao longo das primeiras décadas do século XX.

Instituída a 5 de outubro de 1910, a I República ocasionou uma revisão constitucional, que, entre outras reformas, ambicionou melhorar a instrução dos portugueses. Como modelos ilustrativos do passado nacional, os monumentos foram alocados ao ensino público da história da nação, transitando em 1911 da Direção-Geral das Obras Públicas e Minas para a Direção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, que por sua vez, depois de uma curta passagem pelo Ministério do Interior, foi, em 1913, transferida para o Ministério da Instrução Pública. Como reflexo da política republicana de descentralização dos serviços públicos, em 1911 surgiu igualmente, sob tutela da Direção-Geral, o Conselho de Arte Nacional, sob o qual funcionavam três Conselhos de Arte e Arqueologia regionais. Com poderes consultivos, deliberativos e executivos sobre os monumentos arqueológicos e arquitetónicos, aos Conselhos competia a aprovação dos “projectos de reparação e restauração”, zelando pelos seus valores “artístico, historico ou archeologico”²¹, os mesmos preconizados pela legislação monárquica de 1901. Só em 1924, a abrangência do conceito de património arquitetónico voltaria a ser alargada, com a criação de zonas de proteção a

¹⁹ Portaria 10-04-1901, de 10 de abril de 1901, Diário do Governo n.º 79, Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, Direcção Geral das Obras Publicas e Minas, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. 94; e Decreto de 24 de Outubro de 1901, *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1901*, Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902, p. 2031.

²⁰ Lúcia Maria Cardoso Rosas, *Monumentos pátrios...*, cit., p. 149; Flávio Lopes, *Património arquitetónico e arqueológico – Noção e normas de proteção*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2012, p. 22; e Pedro Vaz, *Edificar no ...*, cit., p. 230.

²¹ Decreto n.º 1 de 29 de maio de 1911, Diário do Governo n.º 124/1911, série I, Ministério do Interior, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, p. 2245.

“menos de 50 metros de qualquer imóvel classificado”, supervisionadas pelo Conselho Superior de Belas Artes, que havia em 1915 substituído o Conselho de Arte Nacional²². A este passo, fundamental para o entendimento da malha urbana pré-industrial enquanto património arquitetónico por direito próprio, juntar-se-ia, em 1926, a definição de imóveis de “interêsse público”, voltando a alargar o conceito, desta feita aos monumentos que, não alcançando a categoria de nacionais, oferecessem ainda assim interesse “artístico, histórico ou turístico”²³.

Descentralizada, mais abrangente e ao serviço da instrução popular, a nova organização patrimonial espelhava a ideologia republicana, que se refletia também na incorporação da comunidade civil e na articulação com voluntários, associações e museus regionais, em grande medida essenciais para a operatividade da estruturação proposta. Transferida das Obras Públicas para a Instrução Pública, a administração do património arqueológico e arquitetónico manteve-se em Portugal, ainda assim, concentrada sob alçada de um só organismo, desde a criação da Comissão dos Monumentos Nacionais, em 1894. Nas primeiras décadas do século XX, portanto, nem a preponderância atribuída ao contributo da comunidade civil, nem a congregação dos patrimónios arqueológico e arquitetónico sob alçada de uma única tutela se alteraram, não obstante a transição do regime monárquico para o regime republicano.

Nem mesmo a relevância da comunidade civil no domínio das intervenções em património arquitetónico se viu diminuída. A intervenção de reabilitação do antigo paço episcopal de Coimbra, com vista à instalação do Museu de Machado de Castro, por exemplo, contou com a direção artística de António Augusto Gonçalves²⁴, o mesmo que dirigira o restauro da Sé Velha, em finais do século XIX. Gonçalves assumiu o controlo da intervenção arquitetónica para adaptação museológica do edifício, submetendo para tal um projeto de sua autoria à tutela²⁵. Ainda que qualquer “reparação ou modificação” em imóveis classificados devesse ser previamente autorizada por uma comissão de

²² Lei n.º 1700 de 18 de dezembro de 1924, Diário do Governo n.º 281/1924, série I, secção I, Ministério da Instrução Pública, Lisboa, Imprensa Nacional, 1924, p. 1862; e Decreto n.º 1657 de 15 de junho de 1915, Diário do Governo n.º 113/1915, série I, Ministério de Instrução Pública, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915, p. 543-544.

²³ Decreto n.º 11445 de 13 de fevereiro de 1926, Diário do Governo n.º 34/1926, série I, secção I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1926, p. 145.

²⁴ Duarte Manuel Roque de Freitas, *Memorial de um complexo arquitectónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965)*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2014, p. 201.

²⁵ António Jorge Botelho Carrilho, *Os museus em Portugal durante a 1ª República*, tese de doutoramento apresentada à Universidade de Évora, 2016, p. 258; e Duarte Manuel Roque de Freitas, *Memorial de...*, cit., p. 219-221.

monumentos, a operar dentro dos Conselhos de Arte e Arqueologia regionais²⁶, as obras encontravam-se, na prática, subordinadas à vontade de Gonçalves, simultaneamente primeiro diretor do museu e vogal do recém-criado Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra. Num claro sinal das limitações operativas da tutela, a proximidade tutelar à sociedade civil, nos primeiros tempos da República, tendia para favorecer estratégias personalizadas, em detrimento de uma visão estratégica de âmbito nacional.

Como que confirmando a divergência entre interesses de salvaguarda de bens arqueológicos e arquitetónicos, em 1920 a tutela do património arquitetónico incorporou a então criada Administração-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, sob alçada do Ministério do Comércio e Comunicações²⁷, enquanto a tutela do património arqueológico se mantinha sob alçada dos Conselhos de Arte e Arqueologia regionais, tutelados pelo Ministério da Instrução Pública. Em resposta à carência económica que marcou Portugal no pós-I Guerra Mundial, a alteração de tutela visava a redução de despesas, concentrando na Administração-Geral a gestão do património arquitetónico, até então dispersa pelos três Conselhos de Arte e Arqueologia e pelas Direções Distritais de Obras Públicas. Não obstante, a separação dos patrimónios arqueológico e arquitetónico não seria invertida senão em 1980, aquando da criação do Instituto Português do Património Cultural. A tentativa de reatribuição dos monumentos nacionais ao Ministério da Instrução Pública, sob alçada de uma Direção-Geral de Belas Artes, criada em 1924²⁸, poderá justificar-se pela aspiração republicana de alocar o património arquitetónico à instrução popular. Contudo, ainda em 1925 se lamentava a desorganização e a carência de verbas da Direção-Geral, determinando-se que as obras de restauro continuassem a cargo da Administração-Geral, que na prática nunca perdeu, até aos primeiros anos da ditadura militar, os seus poderes no domínio do património arquitetónico.

Uma Jornada Autocrática: de 1926 a 1974

Quando o golpe de 28 de maio de 1926 instituiu a Ditadura Militar em Portugal, a administração dos patrimónios arqueológico e arquitetónico

²⁶ Decreto n.º 1 de 29 de maio de 1911, Diário do Governo..., cit., 2246.

²⁷ Decreto n.º 7038 de 17 de outubro de 1920, Diário do Governo n.º 209/1920, série I, Ministério do Comércio e Comunicações, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920, p. 1391-1396.

²⁸ Decreto n.º 10711 de 23 de abril de 1925, Diário do Governo n.º 88/1925, série I, Ministério do Comércio e Comunicações, Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, Imprensa Nacional, 1925, p. 440.

encontrava-se dividida entre organismos tutelares distintos. Seguindo as inclinações totalitárias da época, porém, a administração dos bens culturais imóveis, como de resto noutros setores, tendeu durante o novo regime para a centralização. A revisão de 1928 do regulamento dos Conselhos de Arte e Arqueologia, por exemplo, manteve as suas competências no âmbito da conservação dos monumentos nacionais, embora dotasse o próprio ministro da Instrução Pública da prerrogativa de “dar parecer sobre (...) decisões dos Conselhos”²⁹. No ano seguinte, extinguia-se a Administração-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Considerando que a congregação dos diversos serviços patrimoniais num só organismo permitia “imprimir-lhes unidade de orientação”, constituía-se no seu lugar, sob tutela do Ministério do Comércio e Comunicações, a Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, DGEMN³⁰. Embora os Conselhos de Arte e Arqueologia regionais não fossem de imediato extintos, na prática as suas competências, incluindo a administração da arqueologia, foram pouco a pouco absorvidas pela Direção dos Monumentos Nacionais, sob alçada da DGEMN, até que foram extintos em 1932³¹.

A autorização e fiscalização de trabalhos arqueológicos, porém, transitou para o Conselho Superior de Belas Artes, sob o Ministério da Instrução Pública, no ano da sua criação, em 1932³², diminuindo a relevância deliberativa de instituições regionais e de personalidades locais. A administração do património arqueológico, contudo, permanecia prerrogativa da DGEMN, que lhe dedicou nas décadas seguintes uma atividade governativa residual³³. Consentaneamente, as recomendações de conservação e restauro em monumentos e em ruínas arqueológicas decretadas pela Carta de Atenas de 1931, em cuja redação Portugal não participou, não se refletiriam senão de forma esporádica na

²⁹ Decreto n.º 15216 de 22 de março de 1928, Diário do Governo n.º 67/1928, série I, Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral de Belas Artes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1928, p. 564.

³⁰ Decreto n.º 16791 de 30 de abril de 1929, Diário do Governo n.º 97/1929, série I, Ministério do Comércio e Comunicações, Lisboa, Imprensa Nacional, 1929, p. 1056.

³¹ Decreto n.º 20985 de 7 de março de 1932, Diário do Governo n.º 56/1932, série I, Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1932, p. 431-436.

³² Decreto n.º 21117 de 18 de abril de 1932, Diário do Governo n.º 91/1932, série I, Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1932, p. 668-669.

³³ António Carlos Silva, “Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação do Instituto Português de Arqueologia (1996), cem anos de equívocos na gestão do património arqueológico”, *Arqueologia & História*, 54 (2002), p. 305; e Rui Gomes Coelho, *O arqueólogo cordial, A Junta Nacional de Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2018, p. 31-32.

extensa legislação patrimonial produzida no país nos anos que se seguiram à instituição da Ditadura Militar³⁴. O respeito pelo local de implantação do bem, por exemplo, embora próximo da valorização da “vizinhança dos monumentos antigos”, recomendada na Carta de Atenas, inscrevia-se no conceito de zonas de proteção, legislado em Portugal já em 1924³⁵.

Nas vésperas do Estado Novo, que a Constituição de 11 de abril de 1933 instituiu, como tal, os patrimónios arqueológico e arquitetónico permaneciam divididos entre o poder normativo do Ministério da Educação, e o poder executivo do Ministério das Obras Públicas. Nas décadas que se seguiram, o regime de António Oliveira Salazar, tendencialmente corporativista, intensificou a estruturação coletiva da gestão patrimonial. A institucionalização da arqueologia conheceu então um impulso, consubstanciado logo em 1933 na criação do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnologia, de natureza associativa, assim como da respetiva tutela, a Junta Nacional de Escavações e Antiguidades, de natureza governativa³⁶. Sob alçada do Ministério da Instrução Pública, a Junta controlava a projeção, autorização e fiscalização das intervenções arqueológicas. No entanto, ainda que se possa ponderar o contributo da arqueologia para a consolidação ideológica do Estado Novo³⁷, o regime remeteu a prática arqueológica para a estagnação, reservando-lhe métodos “fortemente individualistas e amadores”, agravados pelo facto de a Junta depender de delegados amadores e não remunerados³⁸. Ainda que a Junta e o Instituto visassem o efetivo enquadramento administrativo da arqueologia portuguesa, os sítios arqueológicos não ultrapassariam, até 1974, 10% dos

³⁴ Jorge Custódio (coord.), “Sociedade das Nações, Portugal e a Carta de Atenas (1931)”, *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, 2ª ed., Lisboa, IGESPAR, 2011, p. 131-135; e José Casalta Nabais “A legislação do património arqueológico e sua evolução”, *RevCEDOUA*, 26 (2010), p. 10.

³⁵ ICOMOS (ed.), “The Athens Charter for the restoration of historic monuments (1931)”, *International charters for conservation and restoration, Monuments and Sites*, I, 2ª ed., Paris, International Secretariat of ICOMOS, 2004, p. 31; e Lei n.º 1700 de 18 de dezembro de 1924, Diário do Governo n.º 281/1924, série I, secção I, Ministério da Instrução Pública, Lisboa, Imprensa Nacional, 1924, p. 1858-1863.

³⁶ Decreto n.º 22338 de 20 de março de 1933, Diário do Governo n.º 64/1933, série I, Ministério da Instrução Pública, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, p. 335-337; e Decreto-Lei 23125 de 12 de outubro de 1933, Diário do Governo n.º 232/1933, série I, Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, p. 1740.

³⁷ Rui Gomes Coelho, *O arqueólogo...*, cit., p. 94.

³⁸ Vitor Oliveira Jorge e Susana Oliveira Jorge, “Theoretical underpinnings of Portuguese Archaeology in the twentieth century” in Peter J. Ucko, *Theory in archaeology, A world perspective*, Londres, Routledge, 1995, p. 247.

monumentos classificados, e destes, menos de 4% chegariam, até 1960, a ser sequer intervencionados³⁹.

Criada em 1936, em substituição do Conselho Superior de Belas Artes e da Junta Nacional de Escavações e Antiguidades, extintos nesse mesmo ano, a Junta Nacional de Educação, JNE, organismo burocrático e ideologicamente motivado, só em 1965 seria reformada, para melhorar as suas competências arqueológicas. Procurando enquadrar-se com as recomendações da UNESCO, a que havia aderido nesse mesmo ano, Portugal respondeu à necessidade de autoridades governamentais especificamente vocacionadas para a defesa do seu património arqueológico⁴⁰. Tutelada pela JNE, surgiu então a Secção de Antiguidades e Belas-Artes, abrangendo a Subsecção de Arqueologia, com competências normativas no domínio de “sondagens, escavações e outros trabalhos de exploração arqueológica”⁴¹. Assegurados os esforços legislativos e decorrida a Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico em 1969, a arqueologia portuguesa permaneceu até ao final do regime salazarista, todavia, política e cientificamente isolada das suas congéneres internacionais.

No domínio do património arquitetónico, pelo contrário, o Estado Novo atingiu muito cedo a maturidade administrativa necessária ao enquadramento ideológico da arquitetura histórica, que, restaurada na “sua traça primitiva”, deveria reconduzir a nação à “tradição do seu passado épico”⁴². Para o efeito, encetou a DGEMN um ambicioso programa de restauro de monumentos nacionais, que dirigia e executava de forma autocrática⁴³, com amplas consequências para a paisagem pré-industrial dos ‘centros históricos’ do país. Para enaltecer certos episódios e personagens históricos, as intervenções abrangiam não raras vezes as envolventes urbanas dos monumentos, ‘libertados’ pela demolição das construções no seu entorno. Às demolições motivadas pelo engrandecimento monumental, somaram-se os desmantelamentos decorrentes

³⁹ Rui Gomes Coelho, *O arqueólogo...*, cit., p. 31-32.

⁴⁰ UNESCO, “Recommendation on international principles applicable to archaeological excavations”, *Records of the General Conference, 9th session, New Delhi, 1956: Resolutions*, Paris, UNESCO, 1957, p. 40-44.

⁴¹ Decreto-Lei n.º 46348 de 22 de maio de 1965, Diário do Governo n.º 114/1965, série I, Ministério da Educação Nacional, Lisboa, Imprensa Nacional, 1965, p. 710; e Decreto-Lei n.º 46349 de 22 de maio de 1965, Diário do Governo n.º 114/1965, série I, Ministério da Educação Nacional, Lisboa, Imprensa Nacional, 1965, p. 711-714.

⁴² DGEMN, *A Igreja de Leça do Bailio*, *Boletim da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais*, 1, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1935, p. 6, 9.

⁴³ Pedro Vaz, *Edificar no...*, cit., p. 316-317; e Miguel Tomé, “Arquitectura: Conservação e restauro no Estado Novo” in Jorge Custódio (coord.), *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, 2ª ed., Lisboa, IGESPAR, 2011, p. 172.

dos grandes projetos urbanísticos do regime, que, como decorrido na Alta universitária de Coimbra, ou no bairro da Mouraria e no metropolitano de Lisboa, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, destruiriam parte significativa do património arqueológico e arquitetónico nacional⁴⁴.

Para a conclusão do restauro da igreja de Santiago de Coimbra, a DGEMN não deixou de convocar uma comissão de especialistas, embora quanto da contribuição de cada um tenha efetivamente sido vertida no projeto executado permaneça por esclarecer. Nos alvares de um regime católico e nacionalista, a DGEMN procurou restituir a “vera imagem do primitivo templo”, para ali afirmar “o espírito cristianizador das lutas da Reconquista”⁴⁵, não hesitando em criar elementos para os quais não dispunha de sustentação arqueológica. Paradoxalmente, enquanto promovia restauros interventivos e demolições, a DGEMN não deixou de definir, desde 1945, zonas de proteção para os conjuntos arquitetónicos no entorno de imóveis classificados. Em 1963, a Câmara Municipal de Coimbra, por exemplo, solicitou parecer sobre alterações num estabelecimento comercial, precisamente por este se encontrar nas imediações da igreja de Santiago. Visando a harmonização do projeto com o seu entorno, a Junta Nacional de Educação, para onde o processo foi remetido, autorizou o projeto, não sem certas condicionantes, como “o revestimento da fachada”, que deveria ser “em tom leve”. Informada sobre o parecer positivo da Junta, a DGEMN não deixava de manter as suas prerrogativas no domínio da fiscalização, dando conta, alguns meses depois, da conclusão da obra, que decorreria, “como previsto”⁴⁶.

Na prática, não obstante, sempre que o valor simbólico de um monumento assim o exigisse, grandes parcelas de património arquitetónico podiam ser demolidas, potenciando o impacto paisagístico e social do monumento, como ocorreu, por exemplo, com os bairros periféricos à Sé do Porto, demolidos durante a década de 1940⁴⁷. Com a Carta de Veneza, em 1964, porém, reforçava-se a nível internacional o valor patrimonial, não apenas das obras monumentais, “mas também das obras modestas”, tanto isoladas como articuladas em conjuntos arquitetónicos⁴⁸. O diploma parece não ter tido, ainda assim, impacto

⁴⁴ Francisco Sande Lemos, “A lei e a arqueologia urbana”, *Praxis Archeologica*, 1 (2006), p. 247; e Rui Gomes Coelho, *O arqueólogo...*, cit., p. 87-88.

⁴⁵ DGEMN, *A igreja de S. Tiago, Coimbra*, *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 28, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942, p. 18.

⁴⁶ In António Ginja, *Para uma...*, cit., p. 218.

⁴⁷ Maria Leonor Botelho, “A Sé do Porto e as intervenções da DGEMN (1929-1982)”, *Estudos de História Religiosa*, 16 (2014), p. 170.

⁴⁸ ICOMOS (ed.), “The Venice Charter (1964)”, *International charters for conservation and restoration, Monuments and Sites*, I, 2ª ed., Paris, International Secretariat of ICOMOS, 2004, p. 37.

significativo em Portugal, uma vez que não encontrou à época quaisquer reflexos na legislação da especialidade. De facto, e não obstante a participação da DGEMN no certame, a prática de desafrontamento de monumentos manteve-se até ao final do Estado Novo⁴⁹, mesmo depois de em 1965 Portugal aderir à UNESCO, que vinha apelando à conservação dos chamados ‘centros históricos’, pelo menos desde a Convenção de Haia, em 1954.

As iniciativas legislativas do Estado Novo, que concentraram a administração patrimonial na DGEMN, nunca inverteram a separação promovida em 1920 entre patrimónios arqueológico e arquitetónico. Enquanto a DGEMN congregava todo o poder executivo, a JNE mantinha a autoridade normativa no domínio de uma arqueologia episódica e politicamente pouco expressiva. Quando, a 25 de abril de 1974, um golpe militar pôs fim ao Estado Novo, a gestão do património arqueológico não ia, consequentemente, além da classificação de alguns sítios arqueológicos⁵⁰, ao contrário do património arquitetónico, que convocava os maiores esforços políticos e financeiros. Nos anos que se seguiram à democratização do país, ainda que pautados por um desenvolvimento da arqueologia portuguesa, refletido, por exemplo, na crescente oferta formativa, a gestão pública da atividade arqueológica manter-se-ia, não obstante, num estágio incipiente⁵¹.

Por Caminhos Divergentes: de 1975 a 2000

Sob a égide da democratização, o país assistiu em 1975 à criação da Direção-Geral do Património Cultural⁵², que, tutelada pela Secretaria de Estado da Cultura, remetia, pela primeira vez, o património cultural para a tutela da Cultura. Assumindo a autorização de obras em imóveis

⁴⁹ José Miguel Mendes Freitas Silva, *O monumento e o lugar. Relação entre o espaço público e o monumento na intervenção patrimonial contemporânea*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2010, p. 15; e José Aguiar, “Após Veneza: Do restauro estilístico para o restauro crítico” in Jorge Custódio (coord.), *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, 2ª ed., Lisboa, IGESPAR, 2011, p. 221.

⁵⁰ António Carlos Silva, “Das propostas...”, cit., p. 306.

⁵¹ Daniel Carvalho e Mariana Diniz, “A emergência da arqueologia processual em Portugal: A teoria e o método (1968-2000). Uma introdução” in José Morais Arnaud e Andrea Martins (coord.), *Arqueologia em Portugal/2017 – Estado da questão*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017, p. 55-56; e Jacinta Bugalhão, “A arqueologia portuguesa nas últimas décadas”, *Arqueologia e História*, 60-61 (2008-2009), p. 19-43.

⁵² Decreto-Lei n.º 409/75, de 2 de agosto, Diário do Governo n.º 177/1975, série I, Ministérios da Educação e Cultura e da Comunicação Social, Lisboa, Imprensa Nacional, 1975, p. 1078-1080.

classificados e as atribuições da JNE, extinta dois anos depois⁵³, a Direção-Geral concentrou competências normativas e de fiscalização, em ambos os domínios do património arqueológico e arquitetónico. Não obstante, a preservação dos poderes executivos por parte da DGEMN no domínio dos monumentos nacionais diminuía a autoridade tutelar da Direção-Geral. Na prática, mantinham-se separadas as tutelas dos patrimónios arqueológico e arquitetónico, pelo que pouco se alterou na operatividade da proteção patrimonial nos anos que se seguiram à democratização do país.

Em 1980 surgiu o Instituto Português do Património Cultural, IPPC⁵⁴. Portugal ratificara no ano anterior a Convenção da UNESCO para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972, que recomendava a equidade patrimonial entre arquitetura e arqueologia. Concomitantemente, o IPPC reconheceu como património imóvel tanto a arquitetura histórica como os sítios arqueológicos, criando para o efeito os respetivos Departamento do Património Arquitetónico e Departamento de Arqueologia⁵⁵. Voltavam a concentrar-se sob a mesma tutela as competências administrativas dos patrimónios arquitetónico e arqueológico, fator decisivo para o desenvolvimento que a arqueologia viria a conhecer na década de 1990⁵⁶. Também o regulamento de trabalhos arqueológicos, decretado em 1978, dotou a prática arqueológica portuguesa da regulamentação de que carecia para administrar a arqueologia. Pela primeira vez, as intervenções arqueológicas passavam, por exemplo, a ter de apresentar relatórios com “plantas e cartas das estruturas descobertas e das estratigrafias”⁵⁷, hoje registos essenciais para o estudo arqueológico de estruturas arquitetónicas.

Não obstante o regulamento e a criação do IPCC, nada obrigava a estudos do edificado ou mesmo a acompanhamento arqueológico às intervenções de restauro arquitetónico. Contudo, algumas intervenções decorridas nesta época em Portugal, empregaram métodos que se encontravam prematuramente próximos da arqueologia da arquitetura. Com efeito, ainda que não pela adoção

⁵³ Decreto-Lei n.º 70 de 25 de fevereiro de 1977, Diário da República n.º 47/1977, série I, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação e Investigação Científica, Lisboa, Imprensa Nacional, 1977, p. 296-297.

⁵⁴ Decreto-Lei n.º 59/80, de 3 de abril, Diário da República n.º 79/1980, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1980, p. 638-642.

⁵⁵ Decreto Regulamentar n.º 34/80, de 2 de agosto, Diário da República, n.º 177/1980, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1980, p. 1995.

⁵⁶ António Carlos Silva, “Das propostas...”, cit., p. 308.

⁵⁷ Portaria n.º 269/78, de 12 de maio, Diário da República n.º 109/1978, série I, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1978, p. 886.

de leituras estratigráficas do edificado, mas pela análise empírica de técnicas e materiais de construção, Manuel Luís Real discerniu diferentes momentos construtivos no convento da Costa de Guimarães, já em 1981. De forma mais significativa, destrinçou verdadeiras relações estratigráficas próprias das análises arqueológicas à arquitetura, ainda que as não tenha denominado como tal. No muro sul do claustro do convento, por exemplo, afirmou serem “visíveis as duas épocas de construção (...) a parte inferior sem qualquer travamento com a parede que a ele se encosta”⁵⁸.

Sinal das aspirações da recém-criada democracia, a abertura das instituições nacionais às práticas internacionais refletiu-se na constituição do ICOMOS Portugal, em 1980. Vocacionado para a proteção de “monumentos, conjuntos e sítios”, manteve desde o início grande proximidade à administração patrimonial portuguesa⁵⁹. Um ano depois, entrava em vigor a Convenção do Património Mundial da UNESCO, e em 1983 inseriam-se na Lista do Património Mundial os primeiros monumentos e conjuntos portugueses⁶⁰. Em 1985, legislavam-se as bases do património cultural português. Apesar de ter tido um desenvolvimento regulamentar pouco expressivo⁶¹, a nova legislação não deixou de introduzir novidades estatutárias significativas. No âmbito do património arquitetónico e arqueológico, decretou a imprescindibilidade de autorização prévia da tutela, o IPPC, para quaisquer ações de afetação ao edificado e ao solo, “no todo ou em parte”, em imóveis classificados e respetivas zonas de proteção⁶². Em contrapartida, limitava os trabalhos arqueológicos ao solo e ao meio aquático, ignorando por completo a possibilidade de leituras estratigráficas no edificado. Foi sem enquadramento legal específico, portanto, que em 1987 o arqueólogo Luís Fontes promoveu a leitura estratigráfica de parte da igreja matriz de São Torcato, em Guimarães⁶³, considerados os primeiros passos da arqueologia da arquitetura em Portugal.

Apesar da criação do IPPC, dos esforços legislativos e da abertura às instituições e convenções patrimoniais internacionais, a arqueologia em

⁵⁸ Manuel Luís Real, “O convento da Costa (Guimarães). Notícia e interpretação de alguns elementos arquitetónicos recentemente aparecidos”, *Atas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, IV, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1981, p. 465.

⁵⁹ Pedro Vaz, *Edificar no...*, cit., p. 363.

⁶⁰ Ana Paula Amendoeira, “O Património de Portugal na Lista da UNESCO” in Jorge Custódio (coord.), *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, 2ª ed., Lisboa, IGESPAR, 2011, p. 303-312.

⁶¹ Francisco Sande Lemos, “A lei...”, cit., p. 15.

⁶² Lei n.º 13/85, de 6 de julho, Diário da República n.º 153/1985, série I, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 1985, p. 1867.

⁶³ António Ginja, *Para uma...*, cit., p. 227.

Portugal experienciou, até inícios dos anos de 1990, uma fase de profunda crise⁶⁴. A partir de meados da década, porém, a situação inverteu-se. A arqueologia portuguesa conheceu então anos de fortalecimento institucional, consolidação do mercado e proliferação de trabalhos⁶⁵, enquanto nos ‘centros históricos’ do país, impulsionadas pelo crescente financiamento da CEE, a que Portugal aderira em 1986, as obras de reabilitação se multiplicavam. Até finais dos anos de 1990, os fundos provenientes da CEE já representavam 43% do investimento da tutela para reabilitação do património arquitetónico em Portugal⁶⁶. A gradual transposição para a legislação nacional de diretivas comunitárias, incluindo precauções na alteração “dos patrimónios construído e arqueológico”, no entanto, vinculava a reabilitação urbana a estudos prévios de arqueologia⁶⁷. Prosperou então em Portugal a chamada arqueologia preventiva, cujo custeamento, por conta dos proprietários dos imóveis protegidos, abriu espaço para a arqueologia empresarial.

No domínio da arqueologia em contexto de reabilitação urbana, a última década do século XX haveria de ficar marcada ainda pela Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico, assinada em Malta, em 1992. Promovido pelo Conselho da Europa, o diploma designou arquitetura histórica como património arqueológico, tornando-se um dos primeiros convénios internacionais a fazê-lo. Estabelecendo a proteção legal do património arqueológico construído como responsabilidade dos membros do Conselho, o tratado comprometia juridicamente os Estados signatários, incluindo Portugal, que o sancionou em 1997⁶⁸. Sem surpresa, a lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural portuguesa, decretada quatro anos depois, incluiria também sob alçada do património arqueológico as “construções, [e os] agrupamentos arquitectónicos”⁶⁹.

Em 1992, o IPPC deu lugar ao Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico, IPPAR, circunstância que marcou também o universo do património arqueológico e arquitetónico na década de 1990.

⁶⁴ Jacinta Bugalhão, “A arqueologia...”, cit., p. 39.

⁶⁵ Pedro C. Carvalho, “Da lei à prática na arqueologia urbana portuguesa” in Scott Joseph Allen, Maria de Conceição Lopes e Carlos Etchevarne (ed.), *Arqueologia a serviço das cidades*, Recife, Editora Universitária, 2013, p. 161-162.

⁶⁶ Autores vários, *Património, Balanço e perspectivas [2000-2006]*, Lisboa, Ministério da Cultura, IPPAR, 2000, p. 31.

⁶⁷ Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de junho, Diário da República n.º 130/1990, série I, Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, Lisboa, Imprensa Nacional, 1990, p. 2462.

⁶⁸ Decreto do Presidente da República n.º 74/97, de 16 de dezembro, Diário da República n.º 289/1997, série I-A, Presidência da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 1997, p. 6624.

⁶⁹ Lei n.º 107/2001..., cit., p. 5821.

Assistido regionalmente por Direções Regionais, ao novo IPPAR competia a autorização, promoção e fiscalização das obras em imóveis classificados, assim como de “trabalhos em monumentos ou estações arqueológicas”⁷⁰, sobrepondo-se à DGEM, que assim se via ainda mais diminuída nas suas competências. Quando, em 1995, um projetista invocou a capacidade evolutiva da rua Ferreira Borges de Coimbra para propor alterações à fachada de um edifício, por exemplo, foi o IPPAR que reprovou o projeto. Meses depois seria o mesmo IPPAR a aprovar o projeto, já devidamente redesenhado, tendo a decisão sido meramente comunicada à DGEMN⁷¹.

Ainda que pautado por grande autonomia e atividade, e tutelado desde 1995 pelo novo Ministério da Cultura, o IPPAR não deixou de inaugurar, porém, uma fase de desequilíbrio na tutela patrimonial, pendendo para o favorecimento institucional e financeiro do património arquitetónico, em detrimento do património arqueológico⁷². Cabendo ao Departamento de Projetos e Obras do IPPAR a promoção e a fiscalização de intervenções em imóveis protegidos, as obras, contudo, decorriam sem que fossem obrigatórios acompanhamentos arqueológicos⁷³. Ainda assim, as primeiras experiências portuguesas em arqueologia da arquitetura decorreram proximamente ao IPPAR. A arqueóloga Maria de Magalhães Ramalho, por exemplo, promoveu leituras estratigráficas da arquitetura no convento de São Francisco de Santarém a partir de 1992, no âmbito de uma intervenção promovida pelo IPPAR⁷⁴. Durante a reabilitação do mosteiro de São Martinho de Tibães, cujo dono de obra era o próprio IPPAR, efetuaram-se em 1992 análises da estratigrafia arquitetónica, por iniciativa de Luís Fontes⁷⁵. Legalmente isentos os projetos da obrigatoriedade de trabalhos arqueológicos, estas experiências decorriam da determinação pessoal dos técnicos envolvidos, que consideravam já a arqueologia da arquitetura como um instrumento capaz de proporcionar informações úteis à intervenção arquitetónica.

⁷⁰ Decreto-Lei n.º 106-F/92, de 1 de junho, Diário da República n.º 126/1992, 1º suplemento, série I-A, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 1992, p. 2648(31).

⁷¹ António Ginja, *Para uma...*, cit., p. 232.

⁷² António Carlos Silva, “Das propostas...”, cit., p. 310; e Vitor Oliveira Jorge e Susana Oliveira Jorge, “Theoretical underpinnings...”, cit., p. 253-254.

⁷³ Maria de Magalhães Ramalho, “A arqueologia na intervenção dos edifícios históricos ou a arqueologia da arquitetura”, *Al Madan*, II, 5 (1996), p. 53-54.

⁷⁴ Maria de Magalhães Ramalho, “Práxis em arqueologia da arquitetura”, *Promontoria*, 9, 9 (2011), p. 12.

⁷⁵ Luís Fernando de Oliveira Fontes, André Manuel Paes Machado e Sofia Barroso Catalão, “Experiências em arqueologia da arquitetura na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho”, *Arqueología de la Arquitectura*, 3 (2004), p. 176.

Reorganizado em 1997, o IPPAR, à época com apenas cinco anos de existência, deu no entretanto lugar ao Instituto Português de Arqueologia, IPA, e ao Instituto Português do Património Arquitetónico, IPPAR. As tutelas dos bens arqueológicos e arquitetónicos, que desde a fundação do IPPC em 1980 se encontravam reunidas sob uma só instituição, voltavam à jurisdição de duas direções distintas. Não obstante, embora os projetos afetos a bens arqueológicos carecessem de parecer vinculativo do IPA, o novo IPPAR não deixava de assegurar a administração de todos os bens imóveis, incluindo os arqueológicos⁷⁶. Ainda que o novo modelo pretendesse autonomizar o setor da arqueologia, a indefinição de fronteiras de atuação e a sobreposição de competências geraram sucessivos conflitos entre IPA e IPPAR⁷⁷. Enquanto se repartia a administração dos patrimónios arqueológico e arquitetónico, multiplicavam-se os decisores na gestão dos bens arqueológicos, com consequências para a arqueologia urbana, que rapidamente viu a prática de salvamento sobrepor-se aos projetos de investigação⁷⁸.

À luz do novo regulamento de trabalhos arqueológicos de 1999, por conseguinte, todas as atividades arqueológicas passaram a ser obrigatoriamente autorizadas pelo IPA, ainda que como trabalhos arqueológicos se previassem apenas “prospecções, acções de registo, levantamentos (...), sondagens e escavações arqueológicas”, sem considerar o património arquitetónico, à época sob tutela distinta do IPPAR. Considerava ainda assim todas as ações que visassem “a detecção, o estudo, a salvaguarda e valorização de bens do património arqueológico”⁷⁹, que desde a ratificação portuguesa da Carta de Malta, dois anos antes, deveria inequivocamente incluir também o património arquitetónico. Na prática, competia ao IPA autorizar e fiscalizar os trabalhos arqueológicos, muito embora fosse o IPPAR que, em edifícios localizados em zonas de proteção, emitisse as condicionantes de arqueologia. Quando em 1997 deu entrada na Câmara Municipal de Coimbra um projeto para remodelação de um prédio na couraça de Lisboa, por exemplo, foi o IPPAR que condicionou a obra ao acompanhamento arqueológico das ações de afetação ao solo, limitando-se o IPA a autorizar ulteriormente o plano proposto para os trabalhos de arqueologia⁸⁰.

⁷⁶ Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de maio, Diário da República n.º 111/1997, série I-A, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1997, p. 2352.

⁷⁷ António Carlos Silva, “Das propostas...”, cit., p. 312.

⁷⁸ Francisco Sande Lemos, “A lei...”, cit., p. 16-17.

⁷⁹ Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho, Diário da República n.º 163/1999, série I-A, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1999, p. 4412.

⁸⁰ António Ginja, *Para uma...*, cit., p. 236.

Em Direção à Ambiguidade: de 2001 aos nossos dias

O século XXI iniciou-se em Portugal com a nova lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, Lei n.º 107/2001. Ao declarar os trabalhos de “modificação de construções” suscetíveis de autorização pelas entidades competentes no domínio da arqueologia, o Estado chamava agora a si a responsabilidade pela avaliação do “risco de destruição (...) de bens culturais” e pela emissão das adequadas “medidas de protecção”. Mas considerando trabalhos arqueológicos escavações, prospeções e “outras investigações”, que visassem “a descoberta (...) do património arqueológico”, no solo e em “estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos”, a nova legislação salvaguardava a necessidade de investigações arqueológicas em arquitetura, que agora indubitavelmente reconhecia como vestígio arqueológico⁸¹. Consequentemente, entre 2001 e 2006, 61% dos pareceres emitidos pela DRC já condicionavam obras com afetação ao património arquitetónico de Coimbra, por exemplo, a trabalhos de arqueologia da arquitetura⁸².

Não obstante a ambição legislativa da nova lei de bases, a arqueologia urbana conheceu por meados da década de 2000 um período de crise administrativa. Mercantilizada e, na prática, desprovida de fiscalização eficaz, a atividade arqueológica lidava em arena confusa, no centro da qual a lei, recém-criada e em parte revogada por diplomas posteriores, tinha dificuldades em afirmar-se⁸³. No domínio da reabilitação urbana, a situação agravava-se, porque os ‘centros históricos’, definidos por diplomas municipais de gestão territorial ou pelo somatório de zonas de proteção centralmente estabelecidas, encontravam-se tutelados pelo IPPAR, que remetia a fiscalização da arqueologia para um IPA cada vez mais enfraquecido.

Ainda assim, foi através de protocolos estabelecidos com o IPPAR, que havia já organizado em 1999 o primeiro convénio português dedicado à arqueologia da arquitetura⁸⁴, que se conduziram neste período alguns estudos seminais de arqueologia da arquitetura. São os casos do mosteiro de Santo André de Rendufe, entre 2001 e 2006, da igreja de São Gião da Nazaré, em 2002, ou ainda da igreja Velha

⁸¹ Lei n.º 107/2001..., cit., p. 5814-5825.

⁸² António Ginja, *Para uma...*, cit., p. 247.

⁸³ Jacinta Bugalhão, “A arqueologia...”, cit., p. 40; e Francisco Sande Lemos, “A lei...”, cit., p. 17.

⁸⁴ Maria de Magalhães Ramalho, “Os primeiros passos da arqueologia da arquitectura no âmbito do Instituto Português do Património Arquitectónico”, *Arqueologia de la Arquitectura*, 3 (2004), p. 149.

de São Mamede de Felgueiras, entre 2004 e 2005⁸⁵. Seguindo de perto as estratégias institucionais neste domínio, arqueólogos contratados e empresas de arqueologia começaram, também por este período, a promover análises estratigráficas de conjuntos edificados, para minimização de impactos patrimoniais decorrentes de intervenções de reabilitação urbana. Em Lagos, por exemplo, a empresa Neoépica iniciou em 2005 a leitura estratigráfica de um quarteirão habitacional⁸⁶.

Na tentativa de sanar os conflitos decorrentes da indefinição de fronteiras de atuação e da sobreposição de competências entre IPPAR e IPA, surgiu em 2006 o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, IGESPAR, congregando as competências de ambos os institutos, mas também as remanescentes atribuições administrativas da DGEMN, que, esvaziada de todas as suas funções, seria extinta no ano seguinte⁸⁷. A administração do património arquitetónico e arqueológico voltava a reunir-se sob a tutela de um só organismo. No ano seguinte, contudo, um conjunto de decretos regulamentares veio condicionar profundamente a atuação do recém-criado instituto, subtraindo-lhe, por exemplo, a fiscalização das medidas de salvaguarda dos patrimónios arquitetónico e arqueológico, que transitou para as Direções Regionais de Cultura, diretamente tuteladas pelo Ministério da Cultura⁸⁸.

Omissos quanto à orgânica interna do IGESPAR, os regulamentos não estabeleciam quais os departamentos responsáveis pelo património arquitetónico e pelo património arqueológico, outrora divididos entre IPPAR e IPA. Organicamente indefinido, o novo organismo perdia autonomia administrativa face aos extintos institutos, enquanto as competências para que fora criado se repartiam por Direções Regionais. A reforma pretendida para a tutela patrimonial, que no domínio da reabilitação dos ‘centros históricos’ ambicionara ultrapassar fricções entre organismos distintos, falhava, redundando naquele que foi já considerado “o mais desastrado acto de toda a história do património”⁸⁹.

⁸⁵ Luís Fernando de Oliveira Fontes, André Manuel Paes Machado e Sofia Barroso Catalão, “Experiências em...”, cit., p. 173-180; e Maria de Magalhães Ramalho, “Os primeiros passos...”, cit., p. 149.

⁸⁶ Raquel Santos, “Arqueologia da arquitectura: Perspectivas metodológicas”, *Promontoria*, 9, 9 (2011), p. 46-47.

⁸⁷ Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 21 de abril, Diário da República n.º 79/2006, série I-B, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 2006, p. 2848; e Decreto Regulamentar n.º 96/2007, de 29 de março, Diário da República n.º 63/2007, série I, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 2007, p. 1923.

⁸⁸ Decreto Regulamentar n.º 34/2007, de 29 de março, Diário da República n.º 63/2007, série I, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 2007, p. 1917.

⁸⁹ Paulo Pereira, “Sob o signo de Sísifo. Políticas do património edificado em Portugal, 1980-2010” in Jorge Custódio (coord.), *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, 2ª ed., Lisboa, IGESPAR, 2011, p. 275.

Ainda assim, nos anos que se seguiram à criação do IGESPAR, a institucionalização da arqueologia da arquitetura não deixou de crescer. Entre 2006 e 2012, as autorizações para obras em património arquitetónico condicionadas a arqueologia da arquitetura em Coimbra, por exemplo, já alcançavam os 84%⁹⁰. Num parecer de 2007 podia ler-se que “os trabalhos que impliquem (...) alteração de paramentos, deverão ter acompanhamento arqueológico (...), tendo por base as metodologias empregues pela arqueologia vertical”⁹¹. Em função da nova legislação, a tutela encontrava-se, como tal, plenamente capacitada para exigir trabalhos de arqueologia da arquitetura, sempre que os impactos patrimoniais assim o exigissem.

A desarticulação entre IGESPAR e Direções Regionais era, porém, evidente e desfavorável à prática da arqueologia da arquitetura. Quando em 2009 o projeto de reabilitação de um edifício na rua da Matemática, em Coimbra, foi submetido à apreciação do IGESPAR, a Direção Regional de Cultura do Centro, DRCC, emitiu parecer favorável condicionado a acompanhamento arqueológico. Não obstante, muito embora fosse o IGESPAR a autorizar o projeto de arquitetura, o pedido de autorização para trabalhos arqueológicos, seria autorizado apenas pela DRCC⁹². Reconhecidamente desvantajoso, o sistema seria sujeito a nova reforma, passados escassos seis anos. A solução recaiu na criação de um organismo que, como havia acontecido entre 1980 e 1997, reunisse sob uma única alçada a administração dos patrimónios arqueológico e arquitetónico.

Surgia assim, em 2012, a Direção-Geral do Património Cultural, DGPC, sob a qual, ao contrário da estratégia regulamentada para o IGESPAR, passaram a operar as Direções Regionais⁹³. Os pareceres sobre intervenções “com impacto arqueológico no património arqueológico, [e] arquitetónico”, ainda uma prerrogativa das Direções Regionais, passaram a ser remetidos para a DGPC, a quem competia autorizar os trabalhos arqueológicos e orientar as Direções Regionais nas suas ações de fiscalização⁹⁴. Na prática, o novo sistema preservava parte da autonomia das Direções Regionais, ainda que submetidas à validação

⁹⁰ António Ginja, *Para uma...*, cit., p. 247.

⁹¹ Direção Regional de Cultura do Centro, *Processo DRCC (1992) 06.03.43, Edifício sito na R. Ferreira Borges (n. 60) – Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofício de 24 de outubro de 2007. Consultado a 14 de novembro de 2022.

⁹² António Ginja, *Para uma...*, cit., p. 251.

⁹³ Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro, Diário da República n.º 249/2011, 1.º suplemento, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 2011, p. 5516(2)-5516(4), 5516(7), 5516(9).

⁹⁴ Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio, Diário da República n.º 102/2012, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 2012, p. 2768.

da DGPC. A partir dos processos instruídos pelas Direções Regionais, a DGPC autorizava as “obras em bens imóveis classificados ou em vias de classificação” e respetivas zonas de proteção, dentro das quais estabelecia medidas preventivas, assim como “normas e orientações técnicas para a salvaguarda” patrimonial⁹⁵. No concernente a ações com impacto arqueológico, contudo, a regulamentação da nova DGPC não ia além dos trabalhos arqueológicos no solo ou em meio aquático, sem qualquer referência à arqueologia da arquitetura.

Dois anos depois, a DGPC passou a contar com um novo regulamento de trabalhos arqueológicos, legislado em 2014. Embora dando seguimento a grande parte dos parâmetros já regulamentados, o novo regulamento, reflexo da crescente presença da arqueologia em intervenções de reabilitação urbana, incluiu nos trabalhos da especialidade o registo da “estratigrafia da arquitetura”. A apreciar pela tutela, os relatórios dos trabalhos deveriam por isso incluir, para além das “plantas e perfis de pormenor” e da “descrição e interpretação de estruturas e estratigrafia”, exigidos desde o diploma anterior, “secções e alçados de pormenor”⁹⁶. A natureza legislativa da estratigrafia arqueológica diversificava em Portugal, deixando de resultar apenas de fenómenos sedimentológicos ocorridos ao nível do solo ou em meio aquático, para advir também de processos construtivos.

A adaptação do paradigma estratigráfico à arquitetura atesta consciencialização do valor da arqueologia da arquitetura em contexto de reabilitação do património arquitetónico. Já desde início da década de 2010, de facto, que Maria de Magalhães Ramalho, por exemplo, vinha destacando a importância atribuída por algumas academias, como as universidades do Minho e do Algarve, à oferta formativa dedicada à arqueologia da arquitetura⁹⁷. Orientada para a proteção do património arquitetónico, a disciplina progredia em Portugal. À investigação historiográfica da arquitetura em contexto de projetos de reabilitação, até então fundamentalmente assente em fontes escritas e iconográficas e em paralelos estilísticos bem datados, juntava-se a arqueologia da arquitetura. Ainda assim, a vigência da DGPC pode ter constituído um período de contração desta prática no país. Entre 2012 e 2016, apenas 77% dos pareceres para licenciamento de projetos de reabilitação em Coimbra, por exemplo, exigiram trabalhos de arqueologia da arquitetura, o que constitui uma diminuição de 7% relativamente ao período de tutela do IGESPAR⁹⁸. Parte desta aparente

⁹⁵ Portaria n.º 223/2012, de 24 de julho, Diário da República n.º 142/2012, série I, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças, Lisboa, Imprensa Nacional, 2012, p. 3877.

⁹⁶ Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, Diário da República n.º 213/2014, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 2014, p. 5634, 5638-5639.

⁹⁷ Maria de Magalhães Ramalho, “Práxis em...”, cit., p. 1-2.

⁹⁸ António Ginja, *Para uma...*, cit., p. 319.

contração poderá dever-se à discordância nas medidas a aplicar, entre técnicos das DRC e a DGPC. Depois de condicionado a trabalhos de arqueologia, um parecer emitido pela DRC de Coimbra para uma obra num edifício classificado da cidade, por exemplo, foi aprovado pela DGPC, “exceto a realização de (...) acompanhamento dos trabalhos de picagem de paredes e de demolição, que não tenham afetação do subsolo”⁹⁹.

Considerando-se que operava sob um modelo de salvaguarda “excessivamente centralizado e fortemente condicionado”, a DGPC deu lugar, no domínio do património arquitetónico e arqueológico, ao Património Cultural, I.P., criado em 2023¹⁰⁰. As prerrogativas de autorização e supervisionamento dos projetos de intervenção em património arquitetónico e arqueológico, assim como o dever de assegurar o cumprimento do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, transitaram para a nova tutela. No mesmo ano, procedeu-se à conversão das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, CCDR, que absorveram as competências das Direções Regionais de Cultura, cuja extinção se previa ocorrer até 31 de março de 2024¹⁰¹.

Passaram a ser atribuições das CCDR as ações de salvaguarda e acompanhamento do património arqueológico, assim como a emissão de parecer sobre projetos em património arquitetónico e respetivas zonas de proteção. Embora promettesse revitalizar e descentralizar a salvaguarda do património cultural, a nova orgânica parece ter-se limitado a transferir a articulação anteriormente existente entre a DGPC e as Direções Regionais de Cultura, para a dinâmica a estabelecer entre o Património Cultural, I.P. e as CCDR. Sendo esta transição ainda muito recente, configura-se prematuro retirar ilações sobre o novo quadro tutelar da arqueologia da arquitetura, enquanto método de investigação e salvaguarda do património arquitetónico. A missão das CCDR, porém, encontra-se orientada para o desenvolvimento regional nos mais diversos domínios, incluindo a cultura, nomeadamente através do estímulo da competitividade e do empreendedorismo. Nesta moldura vocacional, o património arquitetónico fica, portanto, claramente alocado às estratégias regionais de desenvolvimento do país.

⁹⁹ Direção Regional de Cultura do Centro, *Processo DRCC (95)06.03/50, Colégio de São Jerónimo e das Artes, Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, vol. 3, informação n.º 1752/DRCC/2017 de 26 de julho de 2017 e informação n.º S-2017/444639 (C.S:165698) de 21 de novembro de 2017. Consultado a 14 de novembro de 2022.

¹⁰⁰ Decreto-Lei n.º 78/2023, de 4 de setembro, Diário da República n.º 171/2023, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 2023, p. 130.

¹⁰¹ Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, Diário da República n.º 102/2023, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 2023, p. 6-27.

Considerações Finais

A leitura estratigráfica enquanto paradigma metodológico da arqueologia da arquitetura, capacitado para o discernimento das diferentes fases construtivas que caracterizam muito do património arquitetónico português, não chegou a Portugal senão por finais da década de 1980. Não obstante, a ponderação das distintas épocas de construção do edificado histórico era já um imperativo para os intervenientes da especialidade em 1866, quando a Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses assumiu a definição de critérios de intervenção nos monumentos portugueses. Cerca de três décadas depois, o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais reconhecia a valência histórica, arqueológica e arquitetónica do património arquitetónico. Da comunidade civil às primeiras entidades tutelares, o reconhecimento da arquitetura como documento arqueológico consolidou-se, como tal, bem antes da arqueologia da arquitetura ser uma realidade em Portugal.

Assim se justifica que a arqueologia tenha sido incorporada sob a mesma tutela que os monumentos nacionais, no início do século XX, sob governo da Primeira República. Não apenas porque os sítios arqueológicos eram, acompanhando o desenvolvimento científico da arqueologia, considerados monumentos por direito próprio, mas também porque o património arquitetónico era valorizado como testemunho arqueológico. A crescente valorização dos monumentos arquitetónicos enquanto recurso para o desenvolvimento económico do país, consubstanciada na sua administração por ministérios do Comércio e das Obras Públicas, contudo, ditou sucessivos afastamentos da arqueologia da tutela da arquitetura. Em 1920, arqueologia e arquitetura são respetivamente atribuídas à distinta tutela da Administração-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais e dos Conselhos de Arte e Arqueologia regionais. Em Ditadura Militar, são remetidas para o Conselho Superior de Belas Artes e para a Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. Durante o Estado Novo são assumidas pela Junta Nacional de Educação e pela mesma Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.

Só em 1980 o Instituto Português do Património Cultural voltaria a juntar sob a mesma tutela a administração do património arqueológico e arquitetónico. Ainda assim a tutela seguinte, o Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico, criado em 1992, continuou a favorecer o património arquitetónico, em detrimento da arqueologia. Embora potencialmente favorável à aproximação da arqueologia à arquitetura, num período em que a arqueologia da arquitetura dava já os seus primeiros passos no país, a valorização patrimonial e economicista da arquitetura continuava a impor limitações à arqueologia. Neste

sentido, a junção da arqueologia e da arquitetura sob uma mesma tutela parece não ter contribuído para um melhoramento administrativo da arquitetura como documento arqueológico, quando comparado com as limitações e sobreposições de competências verificadas durante a vigência das tutelas anteriores.

Foi preciso esperar pelo fim da década, e pela lei de bases do património cultural 107/2001, para que a tutela envidasse as primeiras iniciativas de arqueologia da arquitetura realizadas no país, que assim acontecem, não apenas por a comunidade científica e a tutela terem conhecido as potencialidades da disciplina, mas também porque o novo diploma legal claramente reconheceu a arquitetura como arqueologia. Por essa altura, contudo, já a administração da arqueologia havia sido remetida para uma tutela distinta, o Instituto Português de Arqueologia, criado em 1997, e submetida ao Regulamento de Trabalhos Arqueológicos de 1999, ainda que à nova tutela competisse a autorização de trabalhos arqueológicos e que o novo regulamento nada referisse a respeito da arqueologia aplicada à arquitetura. Foi, portanto, à margem da tutela e da regulamentação arqueológicas que, paradoxalmente, a arqueologia da arquitetura deu os seus primeiros passos em Portugal.

Alguns anos mais tarde, já o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, criado em 2006, podia entender a arqueologia da arquitetura como um requisito que, à luz da nova lei 107/2001, deveria ser imposto enquanto condicionante a obras de afetação ao património arquitetónico. Sob esta nova instituição tutelar, voltaram a reunir-se as administrações dos patrimónios arquitetónico e arqueológico, junção que, assim, pode ter contribuído para um entendimento mais alargado das capacidades científicas e do desígnio social da arqueologia da arquitetura.

Consagradas a arquitetura histórica como documento arqueológico e a estratigrafia da arquitetura como método de trabalho em arqueologia, a arqueologia da arquitetura alcançava por meados da década de 2010 reconhecimento científico e institucional. Segundo a lei, nenhuma afetação ao património arquitetónico poderia ocorrer sem parecer favorável da tutela, que, assim, podia impor trabalhos de arqueologia como condicionante à obra. Pronunciando-se sobre projetos previamente gizados, porém, a tutela não podia ir além da emissão de condicionantes arqueológicas à execução do projeto. Por conseguinte, a arqueologia da arquitetura incidia sobre as áreas afetadas pelo projeto e não necessariamente sobre as que maior relevância científica suscitavam.

Não obstante o reconhecimento alcançado pela disciplina, a arqueologia da arquitetura enquanto condicionante imposta pela tutela parece ter enveredado por uma rota de contração, depois da criação da Direção-Geral do Património Cultural, em 2012, e da entrada em vigor de um novo Regulamento de

Trabalhos Arqueológicos, em 2014. Problemas que decorrem da subjetiva interpretação da lei redundaram, em Coimbra por exemplo, em casos em que pareceres regionais condicionando projetos a arqueologia da arquitetura foram superiormente anulados. Aos insuficientes recursos administrativos acresce por isso a subjetividade, a personalização e a reversibilidade das condicionantes que, dependendo da leitura da lei, são impostas pela tutela, como entrave à aplicação da arqueologia da arquitetura em Portugal.

Da nova orgânica tutelar, que o Património Cultural, I.P. agora inaugura, espera-se, por isso, maior clareza na aplicação dos diplomas legais que regem a arqueologia aplicada ao património arquitetónico. Uma aproximação do conceito de património aos intuitos de desenvolvimento regional, patente na orgânica da nova tutela, parece recuperar a ideia de potencial económico, próprio dos tempos em que o património nacional se encontrava sob tutela do Comércio ou das Obras Públicas. O modo como esta estratégia condicionará o exercício da arqueologia da arquitetura em Portugal, contudo, só o tempo o dirá.

Legislação e censura na Sé7ima Arte em Portugal (1917-1974)¹

Legislation and censorship in the Seven7h Art in Portugal (1917-1974)

Cristina Batista Lopes
Universidade de Coimbra, CEIS20
karatecrisviolin@live.com.pt
<http://orcid.org/0000-0002-4397-7773>

Texto recebido em / Text submitted on: 04/04/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 17/06/2024

Abstract

This article addresses the legal and regulatory aspects of film censorship. The laws that served as the basis for the work of censors will be analyzed, seeking to answer the following questions: What laws were created? When were they published? How long did they remain in force? Who applied them? How did they evolve? What were the changes? How did the changes respond to specific social and political circumstances?

There is a considerable number of studies on legislation and censorship, but the data is not systematized to allow for a better understanding of its evolution. A more comprehensive study would involve examining the application of the law, the censors, their actions, and the functioning of censorship in the metropolis and in the colonies, but it would not be possible to conduct such an examination in this article with the appropriate depth. However, this is a work in progress to be presented soon.

Resumo

Este artigo aborda os aspetos legais e regulamentares da censura ao cinema. Serão analisadas as leis que serviram de base ao trabalho dos censores, procurando responder às seguintes questões: Que leis foram criadas? Quando foram publicadas? Até quando vigoraram? Quem as aplicava? Como evoluíram? Quais as alterações? De que forma as mudanças responderam a circunstâncias sociais e políticas específicas?

Existe um número considerável de trabalhos sobre legislação e censura, mas falta fazer uma sistematização dos dados, que permita compreender melhor a sua evolução. Um estudo mais completo implicaria examinar a aplicação da lei, os censores, a sua atuação, e o funcionamento da censura na metrópole e nas colónias, mas neste artigo não seria possível realizar esse exame com a profundidade apropriada. Contudo, esse é um trabalho em desenvolvimento a apresentar num futuro próximo.

¹ Com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) proveniente do Orçamento de Estado e do orçamento comunitário através do Fundo Social Europeu (FSE) e do Programa Por_Centro e da União Europeia (EU).

This text addresses the legislation from the creation of film censorship to the end of the Estado Novo, seeking to understand the continuity traits of censorial practices in cinema throughout history, and aims to contribute to the streamlining of future research, avoiding lengthy consultations of various decrees.

Keywords: Film censorship; Legislation; Censorship commission; Cinema; Estado Novo.

Este texto aborda a legislação desde a criação da censura ao cinema até ao final do Estado Novo, procurando perceber os traços de continuidade da prática censória ao cinema ao longo da História, e ambiciona contribuir para a agilização de pesquisas futuras, evitando consultas morosas de diversos decretos-lei.

Palavras-chave: Censura cinematográfica; Legislação; Comissão de censura; Cinema; Estado Novo.

Introdução

A censura é um mecanismo ancestral e dinâmico, que atua sobre os diversos meios de expressão para impedir a livre circulação de ideias. Em Portugal, está associada a séculos de mortes, torturas e proibições que vão desde a Inquisição até ao 25 de Abril de 1974. Não sendo uma invenção da ditadura do Estado Novo, este regime foi exímio no aperfeiçoamento e aplicabilidade da prática censória, que se adaptou à época e às intenções do poder, e acompanhou a evolução dos meios de comunicação.

A democracia portuguesa permite-nos estudar o tema sem temer pela nossa integridade física e moral, porém, não estamos livres do regresso da censura, nem a prática é exclusiva do passado. A repressão do pensamento persiste e é oficial em países como a China, o Irão, a Índia ou a Rússia, mas diariamente somam-se episódios de censura um pouco por todo o mundo. Recentemente, o filme *Barbie* de Greta Gerwig foi considerado imoral e proibido na Argélia, no Kuwait e no Líbano. Na Europa, a mentalidade opressora renasce, com Inglaterra a alterar as obras de Enid Blyton, Agatha Christie e Roal Dahl, por ferirem as suscetibilidades modernas e Espanha (nos municípios onde VOX e PP governam em coligação) a censurar peças de teatro e um filme da Disney por mostrar um beijo entre duas mulheres. Estas proibições sustentam a ideia de que a transexualidade e a homossexualidade são temas desadequados. No passado, ou no presente, os argumentos e os objetivos são sempre iguais, “defender a moral e os bons costumes” para controlar a sociedade.

Sem censura, a ditadura portuguesa não teria sobrevivido quase meio século, os regimes autoritários precisam permanentemente de manipular a população para garantir o domínio. Não obstante, as leis repressivas, as prisões e as perseguições, havia oposição. As reuniões secretas, a imprensa clandestina, a organização de entidades como os cineclubes, tiveram um importante papel na criação de movimentos alternativos e de resistência ao Estado Novo e no sucesso do 25 de Abril. Reconstituir o que foram as tentativas de incumprimento das normas impostas pelo regime é uma tarefa ingrata. A censura, juntamente com a

ação da polícia política [tornaram] muito difícil a pesquisa iconográfica para quem, hoje, pretenda estudar a história da oposição ao Estado Novo. [...]. [A] penas ficaram alguns rastos ténues, umas pistas quase invisíveis, documentos pobres em visibilidade, mas que são apesar de tudo objetos autênticos, os raros que nos permitem ainda espreitar, narrar, e sobretudo, explicar esse passado².

² Jacinto Godinho, “O «espetáculo do sigilo»: as imagens, a PIDE e o Tarrafal” in José Luís Alves Garcia, Tânia Alves e Yves Léonard (coord.), *Salazar, o Estado Novo, e os Média*, Lisboa, Edições 70, 2017, p. 170-172.

O que nos resta sobre este período são, essencialmente, documentos oficiais, que precisam ser desconstruídos e analisados considerando as suas limitações. Quando havia algo que o regime queria ocultar, essa matéria seria provavelmente destruída. Da mesma forma, por motivos óbvios, a oposição devia ser discreta e destruir as provas da sua existência.

O desfecho da Segunda Guerra Mundial permitiu à Europa traçar um caminho rumo à democracia e as ditaduras perderam representatividade. O Estado Novo precisava reforçar o controlo da informação, uma necessidade que coincidiu com a criação da primeira Comissão de Censura. “A vitória aliada obrigava Salazar a dar para o exterior a imagem de uma abertura política, a simular um certo alinhamento «democrático»”³. Essa imagem foi astuciosamente fabricada com o anúncio da revisão constitucional e com a dissolução da Assembleia para preparar eleições gerais. A oposição organizou-se e o governo ao perceber a força dos opositores,

logo voltou à intimidação e repressão. Foram proibidas as reuniões, a censura reforçada. Os signatários das listas foram ameaçados [...] manifestações inofensivas foram dispersas com violência. Prenderam ilegalmente dirigentes da oposição. Adeptos do regime declararam que o governo “não seria derrubado nem com votos nem com tiros”, explicando publicamente que as eleições eram “para inglês ver”⁴.

As eleições foram um embuste, tinham o intuito de simular para o estrangeiro a eleição democrática do ditador, legitimando assim a continuidade da ditadura. Apesar da forte manipulação da imagem que se pretendia passar para o exterior, havia situações que ultrapassavam o controlo do governo, como a fuga do país ou a clandestinidade.

Muitos portugueses emigrados exilados, de todas as orientações políticas, procuravam criar estruturas de comunicação no estrangeiro que dessem voz a quantos se não reviam nos propósitos e nas práticas do programa político da ditadura [...]. É no estrangeiro que essas vozes de condenação do regime, ou simplesmente vozes de isenção e pluralismo político, se fazem escutar e são publicadas⁵.

³ Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, p. 105.

⁴ Arquivo de História Social / Instituto de Ciências Sociais (Lisboa), *Jornal Brasileiro, Correio da Manhã*, “A verdade sobre o Fascismo em Portugal”, 3 de agosto de 1946, caixa 2, p. 13.

⁵ Rui Correia, *Salazar em New Bedford*, Lisboa, Guerra e paz editores, 2021, p. 22.

Em Portugal a liberdade estava amordaçada, todavia, o pensamento é invisível, e mesmo que não se dissesse o que se pensava, isso não quer dizer que não existisse consciência e que não se lutasse. O professor Abílio Hernandez Cardoso recorda a projecção do filme *Casablanca* no Cinema Sousa Bastos em Coimbra que terá ocorrido por volta do ano 1960 ou 1961:

Na cena em que uma mulher canta a Marselhesa, num café, cheio de soldados alemães, grande parte dos espectadores cantou também em sintonia com ela. Como canção de resistência que também é, além de hino nacional, a Marselhesa era uma referência para os opositores e resistentes à ditadura salazarista. [...] Esclareço que a PIDE não interveio nem durante, nem depois da sessão. Mas é verdade que interveio noutras ocasiões. Recordo uma em especial. Não sei dizer-lhe a data, apenas que foi na década de 60 (tenho quase a certeza que foi em 65), mas neste caso é provável que haja notícias (do espetáculo, embora dificilmente sobre a presença da PIDE). Foi numa representação da *Antígona*, na versão de Jean Anouilh, interpretada por Maria Barroso, já na altura uma resistente antifascista bem conhecida e excelente atriz. O Avenida⁶ estava completamente cheio (o que significava perto de mil espectadores, divididos por plateia, camarotes e geral) e havia largas dezenas de agentes da PIDE espalhados por toda a sala. No final, Maria Barroso ficou sozinha em palco, claramente comovida e rodeada por centenas de flores, curiosamente, cravos vermelhos, como se estivéssemos já a anunciar abril⁷.

Os jornais, diariamente censurados, não relatavam os episódios inconvenientes para o regime. Estes momentos apenas sobreviveram na memória de quem os viveu, e são testemunhos essenciais para reconstruir e compreender a História desse período. A opressão não conseguiu anular o ânimo e a força dos resistentes que ousaram desafiar as imposições e arriscaram as próprias vidas. Foram a coragem e a resiliência destes homens e mulheres que acabaram com 48 anos de ditadura, contornando toda a legislação cuidadosamente criada para impedir esse fim.

Estado da Arte

A censura é um tema plural que pode ser estudado conforme o objeto censurado (livros, jornais, cinema, teatro, música) e partindo de diversas perspetivas (censura política, censura religiosa, censura social, autocensura).

⁶ Antigo Teatro Avenida em Coimbra.

⁷ Testemunho do professor catedrático da Universidade de Coimbra, Dr. Abílio Hernandez Cardoso, gentilmente fornecido através de contacto por email.

O conhecimento sobre a evolução da censura permite identificar as suas consequências no desenvolvimento social, intelectual e político da sociedade, ainda que de forma inconclusa, e contribui para um melhor entendimento do mundo contemporâneo, sendo fundamental na identificação das restrições à liberdade de expressão no presente e no futuro. Dada a infinitude de abordagens possíveis, mantém a sua relevância, enquanto tema de investigação e existem diversos estudos sobre a matéria que têm surgido nos últimos anos.

Estudar a censura enquanto ela vigora, tem consequências para os investigadores, daí a escassez de estudos sobre o tema durante o Estado Novo. Antes de 1974, um autor que ousasse falar de censura em Portugal arriscava ver a sua obra confiscada, como aconteceu a Raul Rego, autor de diversos estudos sobre inquisição e censura. Em 1969, publicou o livro *Horizontes fechados. Páginas de política* onde definiu a censura como “um dos maiores crimes do Governo Português contra a consciência da Nação e a evolução normal do espírito dos portugueses”⁸, obra que foi apreendida pela PIDE. Só com o fim da ditadura se alcançou a liberdade necessária para o avanço de estudos desta natureza.

No âmbito deste artigo importa identificar alguns dos contributos mais relevantes que estabelecem pontos de contacto com a temática da legislação censória. Ainda antes do 25 abril de 1974, foi publicado o livro *A censura e as leis de imprensa* (1973), obra da autoria de Alberto Arons de Carvalho, que aborda a legislação da censura à imprensa entre 1910 e 1926, durante a ditadura militar e durante a ditadura do Estado Novo. Em 1999, o mesmo autor publicou uma segunda edição intitulada *A censura à imprensa na época Marcelista*, que alarga o âmbito do estudo à censura durante a governação de Marcello Caetano.

Relativamente ao tema específico da censura cinematográfica, em 1978, surgiu a primeira obra dedicada ao tema, *Censura e cinema em Portugal*, da autoria de Lauro António. Um trabalho pioneiro, totalmente dedicado à censura cinematográfica. Durante mais de uma década, esta foi a única obra de referência existente sobre a matéria. Em 2001, Lauro António publicou uma segunda edição aumentada, com correções e anexos onde constam reproduções de correspondência e dos relatórios de censura aos filmes. Importa salientar as dificuldades apontadas pelo autor no acesso aos arquivos, que então se encontravam na antiga repartição da Direção-Geral dos Espetáculos, no Palácio Foz em Lisboa. Só em 2006, a documentação da censura foi depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e colocada à disposição dos investigadores, registando-se a partir desse momento o maior progresso nas investigações sobre o tema.

⁸ Raul Rego, *Horizontes Fechados Páginas de Política*, Porto, Brasília Editora, 2ª edição, 1970, p. 23.

Existem inúmeros trabalhos que abordam a censura de forma generalista e que estabelecem uma conexão com a legislação, dos quais se destacam aqui algumas obras de referência. Começando pelo livro *Mutiladas e proibidas: Para a História da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*, publicado em 1997 por Cândido de Azevedo, e que em 1999 alargou o estudo a outros campos, na obra intitulada *A censura de Salazar e Marcello Caetano – Imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*, com a apresentação do testemunho de realizadores e abordagens à censura cinematográfica em Portugal.

No ano 2000, foi publicado *O cinema sob o olhar de Salazar*, um trabalho de referência, com uma segunda edição em 2011. Esta obra aborda os condicionamentos impostos ao cinema português pela censura e contou com a colaboração de vários investigadores. Não podem deixar de ser mencionados alguns estudos específicos como “Cinema e política na Primeira República”, comunicação apresentada em 2010 por Tiago Baptista no *Congresso histórico internacional*, um contributo importante para a compreensão do surgimento da censura ao cinema em Portugal e para o conhecimento das primeiras leis que a regulamentaram. E os trabalhos desenvolvidos por Paulo Cunha que em 2010 publicou um capítulo no livro *Outros combates pela História* intitulado “A censura e o novo cinema português”, e em 2013 apresentou no *Congresso internacional sobre censura ao cinema e ao teatro* a comunicação: “Cineclubismo e censura em Portugal (1943-65)” onde reflete sobre o papel de resistência à censura do movimento cineclubista durante o Estado Novo em Portugal.

Existem outros trabalhos de referência desenvolvidos por Maria do Carmo Piçarro que publicou em 2015 o livro *Azuis ultramarinos. Propaganda colonial e censura do Estado Novo*, sobre a propaganda e as imagens proibidas pela censura, propondo uma leitura do modelo político colonial transmitido através do cinema durante o Estado Novo.

Ana Cabrera coordenou em 2013 a obra *Censura nunca mais! A censura ao teatro e ao cinema no Estado Novo*, trabalho que reuniu textos de diferentes investigadores sobre as especificidades e a evolução dos mecanismos de censura ao teatro e ao cinema durante a ditadura militar e durante o Estado Novo, procurando compreender as suas influências nas formas de pensamento atuais.

Os trabalhos de Leonor Areal são outro forte contributo para a compreensão do funcionamento da censura ao cinema em Portugal. Em 2011, publicou dois volumes intitulados *Cinema português – Um país imaginado*, sendo que o primeiro analisa as limitações que a censura impôs ao cinema em Portugal nas décadas de 1950, 60 e 70, e o segundo incide sobre o cinema após a revolução de abril de 1974.

Merecem destaque os trabalhos de Ana Bela Morais que contribuem para a análise das transições legais e processuais da censura ao cinema durante o Marcelismo. A autora escreveu vários textos sobre a censura ao cinema espanhol e hispano-americano em Portugal e ainda sobre a censura aos filmes do realizador Ingmar Bergman. Em 2017, publicou o livro *A censura ao erotismo e violência – Cinema no Portugal Marcelista (1968-1974)*, sobre os cortes efetuados às cenas que abordavam a sexualidade e a violência em Portugal e Espanha durante esse período.

O enquadramento institucional, político e ideológico do cinema em Portugal, entre 1896 e 1974 foi exaustivamente abordado no dicionário *Cinema no discurso do poder*, publicado em 2017 por Jorge Seabra. Trata-se de uma obra que não se concentra apenas na censura, mas que apresenta dados relevantes sobre a matéria, com um grande ênfase na legislação, e que foi uma importante referência na elaboração deste artigo.

Katrin Pieper tem investigado a tradução e a manipulação dos conteúdos dos filmes durante o Estado Novo português, com diversos trabalhos publicados sobre a censura às legendas. Em 2018, publicou “Censoring sexuality – the filtered reception of sexual content in portuguese cinemas during the dictatorship: The case of Helga”, um interessante estudo sobre a manipulação e a omissão das alusões sexuais, diálogos ou comentários eróticos do único filme de educação sexual exibido em Portugal durante o Estado Novo.

Por fim, realço o projeto de doutoramento *Resgates da Sé7ima Memória* (2021-2025), em desenvolvimento por Cristina Batista Lopes, que tem vindo a contribuir para a investigação sobre censura cinematográfica com várias comunicações e publicações. Às suas comunicações sobre o tema da estrutura e atuação da primeira Comissão de Censura criada pelo Estado Novo, e sobre os censores e as normas de censura ao cinema da segunda Comissão, juntam-se também outros estudos de maior especificidade, nomeadamente sobre censura aos filmes sobre nazismo e comunismo entre 1945 e 1974, às atualidades filmadas entre 1957 e 1974, e aos filmes franceses e italianos.

O conjunto de trabalhos sobre a censura ao cinema é vasto e o que aqui apresento são apenas algumas obras essenciais para o desenvolvimento da investigação neste tema, que continua a despertar a atenção da comunidade científica. Não obstante a imensa diversidade de estudos realizados, existem ainda alguns aspetos que interessa aprofundar e organizar. As leis de censura aplicadas ao cinema são um tema recorrente em todos os estudos, mas não dispomos de um trabalho que as sistematize e facilite a sua compreensão e consulta, sendo esse o contributo que este texto pretende dar.

O aparecimento da censura cinematográfica

Quando se realizou a primeira sessão de cinema em Portugal, em 1896, a entidade responsável pela censura dos espetáculos era a Inspeção Geral dos Teatros, criada em 1836. Até 1913 não se conhece qualquer lei reguladora do cinema em Portugal. As primeiras leis direcionadas para a indústria cinematográfica estavam relacionadas com a segurança devido ao risco de incêndio. O nitrato de celulose da película cinematográfica era um material altamente inflamável que exigia medidas de prevenção. Em 1913, foram publicados dois diplomas sobre a segurança dos cinematógrafos, não havendo ainda referências ao controlo dos conteúdos, preocupação essa que surgiu no contexto da Primeira Guerra Mundial. A participação de Portugal no conflito conduziu a um controlo da informação.

Em Portugal, a primeira lei de censura cinematográfica surgiu em 1917 e atribuiu ao Ministério da Guerra a competência de garantir que

nenhuma fita cinematográfica, de qualquer natureza ou proveniência, que [contivesse] assuntos militares, ou que direta ou indiretamente [fizesse] alusão aos exercícios beligerantes ou à grande guerra, [fosse] exibida nos territórios da República sem previamente ser sujeita à censura militar⁹.

Como refere Tiago Baptista, a medida pretendia proteger a imagem das tropas nacionais e evitar a agitação ou a revolta popular, mas continuou a vigorar mesmo depois do final da guerra¹⁰. Findo o conflito, a censura à correspondência foi suspensa em 1919, mas não se verificou o mesmo com os espetáculos, pois “a partir dos anos 20, a vigilância sobre os espetáculos [acentuou-se] havendo uma provável relação direta com os efeitos decorrentes da crescente instabilidade política e da necessidade de o poder republicano se proteger da erosão a que estava sujeito”¹¹. O surgimento de novas leis reguladoras dos espetáculos públicos revela que havia uma preocupação crescente com os conteúdos exibidos publicamente.

Em 1925, a lei n.º 1748 proibiu a “exibição de fitas contrárias à moral e bons costumes”¹². Este era um critério limitador da liberdade, mas abstrato,

⁹ Diário do Governo, n.º 155, Ministério da Guerra, Repartição do Gabinete, decreto n.º 3 354, 1.º, 10 de setembro de 1917.

¹⁰ Tiago Baptista, “Cinema e política na primeira República” in *I República e Republicanismo, Congresso Histórico Internacional*, Lisboa, 2010, p. 4.

¹¹ Jorge Seabra, *O cinema no discurso do poder*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, p. 89 e 90.

¹² Diário do Governo, Série I, n.º 36, Ministério da Instrução Pública, lei n.º 1748, artigo 1.º, 14 de fevereiro de 1925.

que não definia quais os comportamentos ou condutas que violariam a ideia de “moral” e “bons costumes”. Com conceitos indefinidos, que variam no tempo e no espaço, e que englobam ações consideradas dentro dos padrões habituais, caberia aos censores avaliar a violação dos padrões. Nesse ano, o decreto n.º 10573, obrigou as empresas

a comunicar com antecedência mínima de vinte e quatro horas, em Lisboa, à Inspeção Geral dos Teatros e nas demais terras do país às autoridades administrativas, [...] os títulos e assuntos das películas novas e o dia em que [seriam] apresentadas em público¹³.

Sendo a censura executada no dia da estreia, significa que não existia, ainda, uma censura prévia e era possível exhibir qualquer filme, porém, caso os censores considerassem “a fita contrária à moral e aos bons costumes” a sessão seria interrompida e o filme proibido. O diploma reiterou a proibição de “exibições perniciosas para a educação do povo, incitamento ao crime e atentados à moral”¹⁴. Aos conteúdos de ordem moral, acrescem as preocupações com o crime e a violência, provavelmente devido à agitação social e política que se vivia no país. Em caso de incumprimento, a empresa era punida com a aplicação de multas¹⁵. Como esta era uma censura proibitiva, as empresas tinham de recorrer à autocensura, ou arriscar perder todo o investimento e ainda pagar uma multa.

Ficou proibida a entrada “de menores de 12 anos quando desacompanhados pelos pais, tutores, professores, ou pessoa responsável pela sua guarda”¹⁶. Contudo, as empresas podiam “organizar sessões diurnas [...] dedicadas a crianças, [...] [com] películas instrutivas, como [...] viagens, cenas históricas e outra de carácter educativo, moralizador ou patriótico”¹⁷. A preocupação com o público era evidente, sendo necessária uma regulação geral das entradas, dado que, ainda não existia uma classificação etária dos filmes.

Durante este período, Tiago Baptista salientou a ausência de determinações que colocassem as leis em prática e a inexistência de um órgão central para exercer a censura cinematográfica que era uma responsabilidade do poder local,

¹³ Diário do Governo, Série I, n.º 43, Direção Geral das Belas Artes, Inspeção Geral dos Teatros, decreto n.º 10573, artigo 11º, 26 de fevereiro de 1925.

¹⁴ Ibidem, artigo 13º.

¹⁵ Ibidem, §.

¹⁶ Ibidem, artigo 14º.

¹⁷ Ibidem, artigo 15º.

desempenhada pelos governadores civis¹⁸. A arbitrariedade e a falta de método tornavam-na “relativamente ineficaz. Só durante o Estado Novo seria criada a máquina burocrática centralizadora que permitiu à censura cinematográfica (e a todas as outras formas de censura) tornar-se mais eficaz e abranger todo o território da mesma maneira”¹⁹. A censura exercida pelas autoridades locais carecia de um controlo central que uniformizasse a sua aplicação.

Em 1926, promulgou-se a última lei de censura cinematográfica da Primeira República, que introduziu a possibilidade de censura prévia com o objetivo de evitar “transtornos de natureza técnica e financeira, a censura das fitas [seria] feita, em regra, no primeiro dia da sua exibição, exceto nos casos em que os interessados [requeressem] a sua antecipação”²⁰. Esta lei sugere a necessidade de colmatar os prejuízos a que as empresas estavam sujeitas quando as sessões eram interrompidas e o filme ficava proibido. Os menores de 15 anos não podiam assistir a sessões cinematográficas quando se “[exibissem] fitas que ao seu espírito [pudessem] suggestionar a prática de atos menos conformes com a moral social”²¹. A indefinição dos conceitos dificulta um entendimento dos conteúdos censurados, e não permite distinguir o que seria proibido para menores de 15 anos e aceite para maiores.

Estas medidas evidenciam preocupações com a ordem, a segurança e a proteção das instituições do Estado, na tentativa de travar o crescimento da agitação social, revelando também um interesse crescente pelo controlo dos conteúdos cinematográficos.

Censura ao cinema durante a ditadura militar

A ditadura militar instituída em 1926 deu origem à ditadura do Estado Novo (1933-1974), e rompeu com o passado, nomeadamente com o sistema partidário e parlamentar defendido pela Primeira República. Contudo, no que diz respeito ao mecanismo censório, a sua atuação teve por base a manutenção das políticas existentes. Na imprensa, a novidade residia na camuflagem. Segundo José Barreto, a lei da censura de 1933 proibiu os espaços em branco quando se efetuassem cortes. As notícias eliminadas deviam ser substituídas para que o leitor não percebesse que o jornal tinha sido censurado, a esta simulação

¹⁸ Tiago Baptista, “Cinema e política...”, cit., p. 4.

¹⁹ Ibidem, cit. Lauro António.

²⁰ Diário do Governo, Série I, n.º 36, Ministério da Instrução Pública, Direção Geral do Ensino Primário e Normal, decreto n.º 11459, artigo 5º, 20 de fevereiro de 1926.

²¹ Ibidem, artigo 2º.

acresce, ainda, a não publicação do regulamento dos Serviços de Censura de 1936 no Diário do Governo²². Provavelmente a censura não era apreciada pela generalidade das pessoas, por isso procurava-se uma ação discreta, a população não precisava saber que os conteúdos tinham sido censurados.

Relativamente aos espetáculos, Jorge Seabra constatou que, no essencial, a censura praticada pela Primeira República se manteve durante a ditadura militar e depois da instauração do Estado Novo, não obstante algumas diferenças, nomeadamente no seu carácter permanente e na justificação do seu exercício²³. Uma ideia que é corroborada pelo facto da ditadura ter adotado e promovido a continuidade do organismo então vigente, a Inspeção Geral dos Teatros. A ditadura conservou o mecanismo censório, trabalhou no seu aperfeiçoamento e, em 1927, reuniu num só diploma a regulamentação dos espetáculos públicos, até então dispersa. A fiscalização dos espetáculos era da competência da Inspeção Geral dos Teatros constituída pelo Inspetor Geral, pelos seus delegados e por um subinspetor²⁴. O serviço não era remunerado, mas os censores, quando incumbidos de exercer funções fora de Lisboa usufruíam de ajudas de custo²⁵. “As entidades importadoras e produtoras [de filmes] [...], [ficaram] obrigadas a requerer a sua inscrição no registo especial”²⁶ e a comunicar a designação e o conteúdo das películas, e o local da primeira exibição pública²⁷. Esta reorganização dos serviços revela um controlo cada vez mais eficiente e coordenado.

Foram definidos novos critérios de censura que interditavam

a exibição de fitas perniciosas para a educação do povo, de incitamento ao crime, atentatórias da moral e do regime político e social vigorante e designadamente as que apresentarem cenas que contenham: Maus-tratos a mulheres. Torturas a homens e animais. Personagens nuas. Bailes lascivos. Operações cirúrgicas. Execuções capitais. Casas de prostituição. Assassínios. Roubo com arrombamento ou violação de domicílio, em que, pelos pormenores apresentados, se possa avaliar dos meios empregados para cometer tal delito. A glorificação do crime por meio de letreiros ou efeitos fotográficos²⁸.

²² José Barreto, “Censura” in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 276.

²³ Jorge Seabra, *O cinema no discurso...*, cit., p. 93.

²⁴ Diário do Governo, Série I, n.º 92, Ministério da Instrução Pública, Inspeção Geral dos Teatros, decreto n.º 13564, artigo 1º, 6 de maio de 1927.

²⁵ Ibidem, artigo 7º.

²⁶ Ibidem, artigo 130º.

²⁷ Ibidem, artigo 131º.

²⁸ Ibidem, artigo 133º.

Estas normas, embora continuassem fundamentadas por meio de expressões ambíguas como “pernicioso para a educação” e “atentatório da moral”, que permitiam uma larga margem de aplicação, especificaram pela primeira vez imagens concretas a proibir, como por exemplo nudez, torturas, ou “maus-tratos a mulheres”. Em 1929, a Inspeção Geral dos Teatros passou a designar-se Inspeção Geral dos Espetáculos, uma denominação mais adequada à realidade das suas competências que não se restringiam à fiscalização teatral. O poder alargou a vigilância, e controlava os mais variados aspetos dos espetáculos públicos como licenças, taxas, censura e cadastro de profissionais das artes²⁹.

A preocupação com a falta de aproveitamento do cinema enquanto meio de propaganda foi reconhecida em 1942 no decreto-lei n.º 32 241, que afirmava que a Inspeção dos Espetáculos

não [tinha] tido possibilidade [...] de impor [...] uma política educativa de que o espetáculo público [podia] ser um instrumento precioso. A função cultural e [...] de propaganda do teatro e do cinema não [tinha] sido suficientemente desempenhada. [...] [Havia] que procurar que [...] [desempenhasse] completamente a sua função³⁰.

Com a intenção de melhorar o desempenho da Inspeção, o diploma apresentou um quadro de pessoal e respetivas remunerações³¹, uma novidade, dado que como referido anteriormente, até então, os serviços da Inspeção não eram remunerados, apenas se asseguravam as ajudas de custo nas deslocações. Jorge Seabra nota com estranheza, que o diploma denomina o organismo de Inspeção dos Espetáculos sem que se conheça qualquer decreto que tenha extinguido a Inspeção Geral dos Espetáculos (IGE), o autor salienta que essa extinção só se tornou factual após a criação do Secretariado Nacional da Informação (SNI) e considera que a vigência da IGE terá terminado em 1944³². Independentemente da denominação do organismo, evidencia-se uma aposta na otimização dos serviços de censura e um esforço constante por colmatar as limitações no controlo dos espetáculos.

²⁹ Diário do Governo, Série I, n.º 146, Suplemento, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, decreto-lei n.º 17946-A, 29 de junho de 1929.

³⁰ Diário do Governo, Série I, n.º 208, Ministério da Educação Nacional, secretaria geral, decreto-lei n.º 32241, preâmbulo, 3 de setembro de 1942.

³¹ Ibidem, artigo 11º e 12º.

³² Jorge Seabra, *O cinema no discurso...*, cit., p. 241.

A Comissão de Censura (1945-1952)

A derrota nazi na Segunda Guerra Mundial foi uma vitória para a democracia. O declínio dos regimes totalitários obrigou ao reforço da máquina repressiva como resposta estratégica para o novo contexto social e político de ascensão democrática.

A censura ao cinema passou para a responsabilidade de um novo organismo composto por uma equipa fixa de homens da confiança do governo, remunerados pelas suas funções, e que reunia semanalmente a Comissão de Censura, criada em 1945 e que manteve essa designação até 1952.

O decreto-lei n.º 34 590 refere que o organismo seria composto por 15 elementos: o presidente (Secretário-Geral do Ministério), vice-Presidente (Inspetor dos Espetáculos), nove vogais, um secretário e três delegados do SNP³³. Contudo, Jorge Seabra e Cristina Lopes constataram que o organismo nunca operou com 15 elementos, pois nas primeiras reuniões participaram nove membros e ainda em 1945, o número aumentou para 12. Em 1950 a equipa ficou reduzida a 11 elementos e assim se manteve até 1952³⁴. Verifica-se, assim, uma discrepância não justificada, entre o número de elementos decretados e os que participaram nas reuniões.

Na ata n.º 7, foram organizadas as instruções sobre censura cinematográfica e ficou definido que as empresas dispunham do prazo mínimo de 15 dias, antes da primeira exibição, para fazerem os pedidos de censura aos filmes. Apenas o representante da empresa distribuidora e o tradutor podiam assistir à passagem dos filmes para censura. O material de propaganda só podia ser afixado quando aprovado pela Comissão³⁵.

Relativamente aos critérios de censura manteve-se em vigor o decreto n.º 13 564 de 1927. Pontualmente, as atas referem também critérios de censura, na ata n.º 14 ficou determinado “eliminar as cenas que possam considerar-se desprimorosas para os japoneses e [...] os planos referentes à Guerra Civil de Espanha, devendo os assuntos russos ser reduzidos o mais possível”³⁶.

³³ Diário do Governo, Série I, n.º 102, Presidência do Conselho e Ministério da Educação Nacional, Decreto-lei n.º 34 590, artigo 15º, 11 de maio de 1945.

³⁴ Jorge Seabra e Cristina Lopes, “Censura e cinema em Portugal: A comissão de censura (1945-1952) Funcionamento, censores e deliberações”, *Estudos do Século XX, Revista do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 20 (2020). p. 23.

³⁵ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Sessões da Comissão de Censura, Ata n.º 7, 17 de abril de 1945.

³⁶ Ibidem, Ata n.º 14, 12 de junho de 1945.

Nem todos os critérios resultaram em diplomas legais e os censores acrescentavam medidas que não estavam na legislação, mas que regulavam a prática da censura. O facto destas medidas não constituírem uma lei demonstra que não havia interesse em divulgar que conteúdos eram censurados, eventualmente poderia ser uma informação que chegava às empresas, mas não constituía um decreto público.

Além dos critérios pontuais que surgem nas atas, existe na Cinemateca Portuguesa um documento intitulado “Diretrizes para o uso da censura cinematográfica”, que data aproximadamente do ano 1947, e que organiza os princípios orientadores da censura cinematográfica em três grupos: aspetos morais, aspetos políticos e aspetos criminais.

Os aspetos morais, estão divididos em seis alíneas e proíbem os filmes com:

- “intenção de excitar ou acordar os baixos instintos do público”;
- situações licenciosas ou obscenas definidas como sendo cenas de nu integral ou “seminudez com propósitos sensuais”, e bailados que contenham “movimentos intencionalmente lascivos”;
- situações que desrespeitem o casamento, que exagerem “a facilidade na quebra dos laços matrimoniais”, que exaltem o divórcio, que façam a “apologia do adultério” ou que o justifiquem;
- narrativas em locais “pouco recomendáveis” como: *cabarets*, ou casas de jogo;
- cenas de tortura a homens e animais;
- “intenção antirreligiosa”³⁷.

Estes seis pontos são acompanhados de uma frase explicativa que diz que

não bastará que um filme [...] procure destruir [...] o que houve [...] de imoral ou simplesmente amoral no decorrer do filme. Admite-se [a necessidade] de certas passagens realistas que não devem exceder a simples sugestão ou insinuação, mas torna-se indispensável que a intenção saudável [...] se pressinta, em cada momento, no próprio desenvolvimento da ação³⁸.

Os censores deviam estar atentos à história como um todo. Exigia-se que a narrativa fosse dotada de uma “intenção saudável” sentida ao longo de todo o filme. Este aspeto é uma forma de julgamento da criatividade e das escolhas do

³⁷ Cinemateca portuguesa / Coleções especiais, SNI, Diretrizes para o uso da censura cinematográfica, 995 MFR/009.

³⁸ Ibidem.

autor para contar a história, que deveria ter, do início ao fim, uma tese moralista e “saudável”, caso contrário, seria proibida.

No decreto de 1927, a censura dos aspetos sociais e políticos é sintetizada na proibição de imagens “atentatórias da moral e do regime político e social vigente”. Os aspetos políticos foram divididos em sete alíneas com diretrizes que superam a lei e proíbem:

- “os filmes com uma exagerada preocupação social, ou em que se sinta qualquer tendência comunizante”;
- os filmes que “foquem tendencialmente o problema das injustiças sociais”;
- “a luta de classe ou as diferenças de castas”;
- os filmes que abordem o “tráfico de brancas”;
- filmes ou cenas que “atentem contra o prestígio, a honra ou a disciplina das forças armadas”;
- “exaltação da guerra”;
- filmes que constituam um fator de “perturbação da paz social”³⁹.

O facto de a lei nunca mencionar a proibição de abordar as injustiças sociais, a luta de classes, ou filmes com “tendências comunizantes”, e essas normas constarem apenas num documento de circulação interna da Comissão de Censura, remetem para uma possível intenção de ocultação destes critérios específicos, por ser inconveniente assumir publicamente que se proíbe as abordagens às desigualdades sociais.

Finalmente os aspetos criminais, relativamente aos quais o decreto n.º 13 564 de 1927 proibia imagens de “roubo com arrombamento ou violação de domicílio, em que, pelos pormenores apresentados, se possa avaliar dos meios empregados para cometer tal delito. A glorificação do crime por meio de letreiros ou efeitos fotográficos”⁴⁰. As novas diretrizes dizem o mesmo por outras palavras e são três as alíneas dedicadas a este assunto e que proíbem:

- que se coloque “uma auréola à volta da figura do criminoso” ou que se “rodeiem os culpados de um certo prestígio romântico”;
- que se trate “crime sob um aspeto simpático”;

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Diário do Governo, Série I, n.º 92, Ministério da Instrução Pública, Inspeção Geral dos Teatros, decreto n.º 13564, artº 133, 6 de maio de 1927.

- “cenas e planos que descrevam ou foquem pormenores exagerados da técnica do crime”⁴¹.

Um último parágrafo explica que excecionalmente as regras poderiam não ser rigorosamente cumpridas “quando se [tratasse] de adaptação de obras pertencentes [...] ao património artístico universal, desde que [...] [não se procurasse o ajuste] aos problemas políticos atuais”⁴². Esta exigência de distanciamento da atualidade é um aspeto flagrante das funções da censura, que consistia em camuflar os problemas, protegendo a imagem do regime político vigente. O facto de não haver uma preocupação em transformar as diretrizes num documento oficial sugere, mais uma vez, que talvez fosse preferível mantê-las exclusivamente no domínio do organismo censório.

Estas normas não constituem um diploma legal, mas são o documento mais completo e explicativo da censura cinematográfica, e procuraram ultrapassar as indeterminações da legislação, suscetíveis de múltiplas interpretações e equívocos, orientando os censores na identificação dos comportamentos denominados na lei de “atentatórios da moral”, sem outra definição. Nesta diretiva considera-se que estão relacionados com a sensualidade, desrespeito pelo casamento, o corpo nu, o divórcio, ou ainda intenções antirreligiosas. Contudo, a subjetividade dos critérios continuou a ser sentida pelos censores.

Inicialmente, era atribuído um filme por censor, porém, muitas vezes surgiam dúvidas e era solicitada uma segunda opinião. Foi esta situação que conduziu a que, em 1948, a censura de cada filme fosse atribuída a grupos de dois censores “dada a frequência com que ultimamente se tem registado a atribuição a um segundo censor de filmes que a um primeiro mereceram dúvidas na apreciação”⁴³. A experiência possibilitou ao organismo encontrar soluções para as contrariedades que provinham da interpretação de uma lei ambígua, com uma larga margem de arbítrio e que dificultava as decisões. A partir de 1948, a censura deixou de ser um processo individual, o debate de ideias e a troca de opiniões sobre os filmes eram práticas fundamentais para superar as hesitações dos censores nas tomadas de decisão.

Em 1948, foi criado o Fundo do cinema nacional para “proteger, coordenar e estimular a produção de cinema nacional”⁴⁴. Embora não possamos considerar

⁴¹ Cinemateca portuguesa / Coleções especiais, SNI, Diretrizes..., cit.

⁴² Ibidem.

⁴³ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Sessões da Comissão de Censura, Ata n.º 160, 30 de março de 1948.

⁴⁴ Diário do Governo, Série I, n.º 39, Presidência do Conselho, Lei n.º 2027, I Fundo do cinema nacional, artigo 1.º, 18 de fevereiro de 1948.

este fundo como uma lei de censura, interessa perceber que esta foi uma nova forma de controlo, que conduziu à autocensura. Sem apoio, os realizadores não podiam criar e, para aceder aos subsídios, o filme “tinha de ser representativo do espírito português”⁴⁵, ou seja, devia apresentar a ideologia, os costumes, as tradições, o pensamento e a história que o Estado Novo considerasse como representativos.

Comissão de Censura aos Espetáculos (1952-1957)

O decreto-lei n.º 38 964 de 1952 remodelou o organismo que passou a designar-se Comissão de Censura aos Espetáculos (CCE), título que manteve até 1957. A equipa de censores foi substituída e o número de elementos diminuiu para 11, sendo constituída por: o presidente (Secretário Nacional da Informação), o vice-presidente (Inspetor dos Espetáculos), quatro membros designados pela Presidência do Conselho (sendo dois deles provenientes da Comissão de Literatura e Espetáculos para Menores), dois vogais designados pelo ministério da Justiça, mais dois nomeados pelo Ministro da Educação e por fim um secretário⁴⁶.

A discrepância que havíamos verificado na primeira Comissão, relativamente ao número de elementos referidos no diploma legal e aqueles que participaram nas reuniões, desapareceu. Cristina Lopes apurou que o número de participantes nas reuniões da CCE variou entre os 8 e os 11 elementos, e que a partir de 1954, a composição da Comissão estabilizou nos 11 membros como estipulado na lei⁴⁷.

Em comparação com a Comissão anterior, manteve-se a representatividade do Ministério da Educação e do Secretariado Nacional da Informação (SNI), todavia verificou-se uma diversificação das origens dos censores com a integração de elementos provenientes da área da justiça e da recém-criada Comissão de Literatura e Espetáculos para Menores (CLEM). Ao controlo moral assegurado pelos censores oriundos das áreas de educação, junta-se agora um reforço da CLEM e, ao controlo político exercido pelo SNI, soma-se

⁴⁵ Ibidem, III Definição de filme português, artigo 11, alínea c.

⁴⁶ Diário do Governo, Série I, n.º 241, Presidência do Conselho, decreto-lei n.º 38 964, artigo 16º, 27 de outubro de 1952.

⁴⁷ Cristina Batista Lopes, “A estrutura e o funcionamento da Comissão de Censura aos espetáculos (1952-1957). Continuidades e mudanças” in *Cinema em Português. XV Jornadas*, Covilhã, Editora LabCom, 2024, p. 116.

o olhar da justiça, possibilitando uma vigilância mais alargada de conteúdos inconvenientes e contrários à ideologia do Estado Novo.

Para efeitos de autorização, os filmes seriam classificados “para crianças” e “para adultos”. Os menores de 13 anos só poderiam assistir a espetáculos para crianças e havia ainda a categoria “sem classificação especial”, destinada aos maiores de 13 anos⁴⁸. O mesmo diploma criou a CLEM e introduziu a obrigatoriedade de censura prévia. Até então, por regra, a censura acontecia no dia da estreia, embora, os interessados pudessem requerer opcionalmente a sua antecipação.

Na apreciação prévia, nenhum espetáculo poderia ser classificado “para crianças” sem a intervenção de pelo menos um membro da CLEM⁴⁹. Os menores de 6 anos estavam proibidos de frequentar as salas de cinema, o diploma considerava que o “cinema tem além dos possíveis perigos morais, [...] inconvenientes para a saúde física das crianças até aos 6 anos”⁵⁰. A lei em vigor era de 1939, que já proibía a entrada de menores de 6 anos em espetáculos públicos, mas possibilitava que os menores dos 12 aos 15 anos assistissem aos espetáculos para adultos quando acompanhados pelos pais⁵¹. Esse cenário deixa de ser possível, o decreto-lei n.º 38 964 excluiu

a possibilidade de os menores assistirem, quando acompanhados dos pais ou encarregados de educação, aos espetáculos para adultos por [...] não se poder esperar da formação de grande número de pessoas com aquelas responsabilidades um uso de tal faculdade que não redunde em inutilização de grande parte dos fins da lei, e na criação de graves embaraços à já de si difícil fiscalização do seu cumprimento⁵².

Esta medida paternalista destituiu os pais e os educadores da função educativa dos jovens, papel assumido pelo Estado com o objetivo de garantir a transmissão da sua ideologia. A apreensão com a interferência do cinema junto dos mais jovens é perceptível no preâmbulo do diploma. Afirma-se que não basta limitar a entrada de menores a espetáculos “é necessário criar os estímulos indispensáveis para que aos menores [...] seja, além de vedado o acesso aos espetáculos que

⁴⁸ Diário do Governo, Série I, n.º 241, Presidência do Conselho, decreto-lei n.º 38 964, artigo 2.º, 27 de outubro de 1952.

⁴⁹ Ibidem 5.º, § único.

⁵⁰ Ibidem, preâmbulo, 5.

⁵¹ Diário do Governo, Série I, n.º 39, Presidência da República, lei n.º 1974, Base I, 1), 2), 16 de fevereiro de 1939.

⁵² Diário do Governo, Série I, n.º 241, Presidência do Conselho, decreto-lei n.º 38 964, preâmbulo, ponto 4, 4.º, 27 de outubro de 1952.

possam ser-lhes prejudiciais, [lhes seja] proporcionada a possibilidade de assistirem aos que lhes convenha”⁵³. Para quem seriam convenientes esses espetáculos? Para os jovens? Ou para o regime?

Vejamos o exemplo do filme *Chaimite* (1953) de Jorge Brum do Canto, que faz a exaltação do império colonial, um tema de eleição para o Estado Novo.

O presidente da Comissão de Censura avaliou o filme como sendo “uma boa lição para as crianças e [...] [que merece] proteção pelo esforço que representa como iniciativa portuguesa”⁵⁴, devendo por isso ser classificado para crianças. Foi solicitado a Cortês Pinto, representante da CLEM na Comissão, a aprovação do filme para o público mais jovem, o vogal respondeu:

Chaimite só não seria aconselhável para crianças pela sua grande extensão o que muito lhes fatigaria a vista, [...] o próprio assunto, não [interessa] às primeiras idades, quando as crianças ainda não têm conhecimento da História de Portugal e [...] não podem vibrar com o sentido patriótico da fita, nem compreender o interesse da série de combates que nela decorrem. No entanto, reconhecia [...] [vantagens] na sua inclusão num programa para crianças por este grupo abranger as classes da instrução primária. [Mas] a fita deveria ser fracionada pelo menos em três partes e projetadas na obscuridade, [e não na] [...] escuridão absoluta [...] mais fatigante para os [olhos]. Assim, não tinha dúvidas, dado o caso especial deste filme, em classificá-lo para crianças, mas em espetáculos em que se observassem as condições que acabava de indicar⁵⁵.

A classificação atribuída, tanto nas atas, como no processo de censura foi “sem classificação especial” e a classificação “para crianças” não é mencionada em nenhum destes documentos, mas a televisão portuguesa transmitiu o filme em 1957, 1958, 1961, 1966 e 1973⁵⁶. Como um filme só podia ser transmitido na televisão se fosse classificado “para crianças” ou “para todos”, podemos concluir que, posteriormente, foi atribuída ao filme *Chaimite* uma dessas classificações. Independentemente da violência, e mesmo sendo uma obra inapropriada para crianças, o importante era transmitir uma mensagem patriótica que glorificasse o império colonial, um pensamento que se queria incutir na memória coletiva desde a infância.

⁵³ Ibidem, preâmbulo, 2.

⁵⁴ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Sessões da Comissão de Censura aos Espetáculos, Ata nº 12, 14 de abril de 1953.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ Paulo Cunha, “A emissão de cinema português na televisão pública (1957-1974)”, *Análise Social*, XLVI, 198 (2011), Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 148.

Relativamente ao diploma que determinou os critérios de censura, manteve-se o decreto n.º 13 564 de 1927. A complexidade dos conceitos e a sua difícil definição foram assuntos debatidos nas reuniões desta Comissão. Os conceitos abstratos, suscetíveis de diferentes interpretações, variavam de acordo com as opiniões e vivências pessoais. Este foi um dos problemas que o órgão censório teve de enfrentar ao deparar-se com critérios de censura subjetivos que deixavam abertura para diversas interpretações e dificultavam o trabalho, mas que alargavam simultaneamente as possibilidades de arbítrio.

Os censores procuraram definir conceitos como “reles, ordinário e pornográfico” numa tentativa de clarificar as orientações que suscitavam dúvidas na sua execução. Para os vogais não havia dúvida que estas cenas deveriam ser proibidas, mas segundo o censor Leite de Sampaio o que se

impõe não é a formulação de normas abstratas, mas sim a possível uniformização da sua adequação ao caso concreto [...], dizer que o reles deve ser banido, está certo, mas pouco adianta. O que é preciso é [um entendimento] sobre o que é reles, o que é ordinário, o que é pornográfico. [...] O único processo eficaz de prosseguirmos esse *desideratum* reside na apreciação em conjunto de suficiente número de casos concretos, cuja tipicidade os torna autênticos paradigmas⁵⁷.

Para o censor impõe-se a necessidade de uniformizar, através de um padrão de análise de casos concretos, perceções de cariz individual e subjetivo. As incongruências da censura ficam explícitas, tanto pela ausência de uma norma, como pela vontade de estabelecer um pensamento único, como se fosse possível definir objetivamente e universalizar conceitos abstratos.

Comissão de Exame e Classificação dos Espetáculos (1957-1974)

A terceira alteração ocorreu com o decreto-lei n.º 41 951 de 1957, o órgão passou a denominar-se Comissão de Exame e Classificação dos Espetáculos (CECE). A palavra censura foi retirada do nome do organismo, o que sugere que se pretendia evitar um termo que, eventualmente, ganhava uma conotação cada vez mais negativa junto da opinião pública. O diploma alterou o número de elementos para 13, presidente, vice-presidente, um secretário e dez vogais. Os membros tinham diversas proveniências, o presidente era nomeado pela

⁵⁷ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Sessões da Comissão de Censura dos Espetáculos, Ata n.º 4, 17 de fevereiro de 1953._

Presidência do Conselho, e o cargo de vice-presidente, tal como aconteceu com as Comissões anteriores, foi ocupado pelo Inspetor dos Espetáculos. Quanto aos vogais, dois eram designados pela Presidência do Conselho, quatro pertenciam à Comissão de Literatura e Espetáculos para Menores, também escolhidos pela Presidência do Conselho, dois designados pelo Ministro da Justiça, mais dois designados pelo Ministro da Educação⁵⁸. A primeira reunião da CECE ocorreu no dia 23 de julho de 1957, com os 13 elementos citados mencionados na ata.

A classificação dos espetáculos foi regulamentada em quatro categorias: “1º Espetáculos «para crianças» que podem revestir a modalidade de «teatro infantil»; 2º Espetáculos «para todos»; 3º Espetáculos «para maiores de 12 anos»; 4º Espetáculos para «adultos»”⁵⁹. Este modo de classificação é semelhante ao anterior com ligeiras variações, os menores de 6 anos continuaram impedidos de assistir a espetáculos de cinema e a categoria “sem classificação especial” denomina-se agora “para maiores de 12”, mas o público era, praticamente, o mesmo.

Durante 32 anos, o decreto n.º 13 564 de 1927 foi o único normativo legal a determinar os critérios da censura cinematográfica. Este regulamento da censura às fitas apenas foi reformulado em 1959. O novo decreto reforçou a proteção dos órgãos do poder ao interditar os espetáculos

ofensivos dos órgãos de soberania nacional, das instituições vigentes, dos chefes de Estado ou representantes diplomáticos de países estrangeiros, das crenças religiosas e da moral cristã tradicional, dos bons costumes e das pessoas particulares, ou que incitem ao crime ou sejam, por qualquer outra forma, perniciosos à educação do povo⁶⁰.

O diploma acentuou a subjetividade da norma ao apresentar como critério a defesa da “moral” e dos “bons costumes”, mas no essencial aquilo que o distingue do anterior é a preocupação em acautelar a intocabilidade do poder protegendo-o de qualquer ataque. Esta alteração aconteceu num momento em que se preparava a guerra colonial, mas também depois das conturbadas presidenciais de 1958, que revelaram a enorme força da oposição ao regime. Com a nova lei procurava-se evitar a proliferação das vozes contrárias ao Governo que estavam em crescimento.

⁵⁸ Diário do Governo, Série I, n.º 74, Presidência do Conselho, decreto-lei n.º 41 051, artigo 19º, 1 de abril de 1957.

⁵⁹ Ibidem, artigo 1º.

⁶⁰ Diário do Governo, Série I, n.º 268, Presidência do Conselho, decreto-lei n.º 42 660, IV do Exame e Classificação dos diversos elementos do espetáculo, artigo 40º, 20 de novembro de 1959.

Como bem observou Jorge Seabra, não obstante as alterações introduzidas pelo decreto de 1959, o de 1927 aparenta ser o mais relevante, por ter vigorado o dobro do tempo e porque os critérios determinantes relativos à moral católica e à ordem continuaram a ser aplicados⁶¹. Embora o decreto de 1959 não especifique quais as imagens a cortar, a prática da censura das cenas definidas no diploma de 1927 continuou a exercer-se. Jorge Seabra notou ainda que este aspeto é revelador de uma contenção do poder “devido a pressões modernizantes que interna e externamente se faziam sentir, nomeadamente sobre os valores conservadores que orientavam o discurso oficial”⁶². O poder tinha consciência das dificuldades que enfrentava, era essencial manter a censura, mas subtilmente camuflava-se a sua atuação. Primeiro alterou-se o nome do organismo suprimindo o termo “censura”, e depois encurtou-se o diploma que deixou de mencionar as imagens a eliminar. A sociedade ressentia-se dos anos de opressão e a manutenção da censura em Portugal contradizia o que se passava na Europa Ocidental. No “início dos anos 70, Portugal era o único país com censura prévia à imprensa”⁶³ e justificar a sua manutenção numa Europa livre tornava-se cada vez mais complicado.

Em 1963, o decreto-lei n.º 45 201 atualizou o número de membros da Comissão com a introdução de três elementos designados pela Presidência do Conselho⁶⁴. As atas confirmam esta alteração, a 6 de novembro de 1963 são dadas as boas-vindas a três novos vogais e a Comissão passou a atuar com um total de 16 elementos. A mudança pode ser vista como uma reação ao aumento do volume de trabalho, e a aposta em novos censores designados pela Presidência do Conselho demonstra uma maior preocupação com a presença de elementos diretamente nomeados pelo poder.

Quando Marcello Caetano substituiu Salazar na Presidência do Conselho, as palavras do novo Presidente pareciam sugerir um caminho de abrandamento da opressão, ainda que defendesse a manutenção “das grandes linhas da política portuguesa e das normas constitucionais do Estado”⁶⁵, o estadista afirmou que isso não impediria “o Governo de proceder, sempre que [fosse] oportuno, às

⁶¹ Jorge Seabra, *O cinema no discurso...*, cit., p. 95.

⁶² Ibidem, p. 97.

⁶³ Arons de Carvalho, *A censura à imprensa na época Marcelista*, 2º edição, Coimbra, Libraria Minerva, 1999, p. 10.

⁶⁴ Diário do Governo, Série I, n.º 195, Presidência do Conselho, decreto-lei n.º 45 201, artigo único, 21 de agosto de 1963.

⁶⁵ Discurso de Marcello Caetano, *apud* Rita Almeida de Carvalho, “O Marcelismo à luz da revisão constitucional de 1971” in *Anuário português de direito constitucional*, vol. III, 2003, p. 203.

reformas necessárias”⁶⁶. Estas palavras sublinham uma política de continuidade, mas simultaneamente alimentaram a ideia de uma renovação. “Motivados por uma certa abertura que as declarações de Marcello Caetano sugeriam [...], diversos sectores oposicionistas movimentaram-se para que se pusesse fim à censura”⁶⁷. Criaram-se expectativas de uma renovação que

produziram uma sensação de mudança, como a atenuação da censura à imprensa e o surgimento nas livrarias de muitas obras consideradas como subversivas. O mesmo sucedeu com as revistas e filmes que passaram a exibir fotografias e reportagens que eram habitualmente consideradas imorais⁶⁸.

Nas atas das reuniões da CECE, a partir de 1971 é comum encontrar a expressão “abertura de critério”, e várias obras anteriormente reprovadas foram revistas.

O filme *Nunca ao Domingo* (1960) de Jules Dassin conta a história de um filósofo americano que se apaixona por uma prostituta grega. Em 1961, o filme foi proibido, mas em 1971 o censor Alambre dos Santos “declarou votar pela aprovação [por considerar] [...] que o problema da prostituição, tal como é posto neste filme, não constituirá grave perigo para as nossas plateias”⁶⁹, e a censora Maria Eugénia considerou que “em face da abertura que se verifica hoje, em relação à data em que foi proibido, aprova o filme”⁷⁰. Não foi possível consultar o processo de censura deste filme, mas na base de dados da Torre do Tombo está referenciado como aprovado com cortes e inicialmente proibido, o que permite, concluir que esta foi uma das obras que beneficiou da “abertura de critério”.

O mesmo não sucedeu com o filme *Não somos de pedra* (1968) de Manuel Summers, que conta a história de Lucas, um homem casado, pai de nove filhos, mas que sente atração por outras mulheres. Lucas quer convencer a mulher a tomar a pílula contraceptiva, algo inconcebível e pecaminoso para a sua esposa católica. O filme foi projetado para efeitos de uma revisão e a temática dividiu os censores, foi reprovado com nove votos, contra 6 que votaram a aprovação. Por um lado, aqueles que aprovavam o filme, afirmavam que o público tinha preparação para o ver, porque se trata de “uma sátira e crítica a costumes, comuns

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Ana Cabrera, “A censura ao teatro no período Marcelista”, *Revista Média & Jornalismo, Estudos de Teatro e Censura Portugal-Brasil*, 12 (2008), Coimbra, Minerva Coimbra, p. 36.

⁶⁸ Ana Bela Morais, *Censura ao erotismo e violência. Cinema no Portugal Marcelista (1968.1974)*, V.N. Famalicão, Edições Húmus, 2017, p. 22 e 23.

⁶⁹ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Sessões da Comissão de Exame e Classificação dos Espetáculos, Ata sem número, 12 de janeiro de 1971.

⁷⁰ Ibidem.

em toda a parte, [...] [cujo] aspeto negativo fica completamente diluído pelo ar de brincadeira”⁷¹. Por outro lado, aqueles que defenderam a proibição do filme consideravam-no destrutivo “na medida em que trata um tema sério em ar de brincadeira”⁷². Os argumentos usados para aprovar e reprovar este filme são demonstrativos das contrariedades da censura. A narrativa tratada num tom de comédia, para uns, diluía os aspetos negativos do filme, para outros, era inadmissível abordar um tema sério em tom de brincadeira. O presidente da Comissão não quis pronunciar-se sobre a sua posição, mas

disse compreender a divisão de opiniões acerca deste filme: de um lado, um grupo que entende tratar-se de uma farsa, embora fazendo sátira de certas situações ligadas à religião e à família, suscetível de ser apresentadas às nossas plateias, sem inconveniente, de outro lado, um grupo, mais numeroso, cujo entendimento é o de que, para além disso, o filme constitui um ataque à família e a determinados aspetos religiosos e, portanto, uma sátira que pretende atingir princípios⁷³.

Este filme reflete a evolução da sociedade, temas como a pílula contracetiva, gradualmente deixavam de ser tabu, e para alguns censores não se justificava a reprovação. Contudo, os mais conservadores continuavam a recusar que o cinema abordasse temáticas consideradas como um ataque à família. O mesmo argumento serviu para justificar a aprovação, e a reprovação do filme. Por mais regras e normas que existissem as decisões tomadas eram uma consequência da mentalidade de cada censor e dependiam das suas vivências pessoais. A fase de abertura foi um momento que evidenciou a divisão de opiniões, entre aqueles que aceitavam e promoviam essa abertura e os que resistiam e a recusavam.

Apesar de a “abertura de critérios” ter dividido a Comissão, houve filmes que reuniram uniformidade de opiniões e votos. Foi o caso do filme *Diário íntimo de uma mulher* (1968) de George Axelrod, que conta a história de Vitória, uma mulher entediada com as suas funções de dona de casa exemplar. O marido trabalha para uma celebridade e tem a função de recrutar prostitutas para a estrela de cinema se entreter. Vitória quer mostrar ao marido que ainda é uma mulher atraente e disfarça-se de prostituta. Os vogais votaram unanimemente pela reprovação deste filme e foi “salientado que apesar de todas as aberturas de critério até agora verificadas, de modo algum é possível chegar à aceitação

⁷¹ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Sessões da Comissão de Exame e Classificação dos Espetáculos, Ata sem número, 6 de abril de 1971.

⁷² Ibidem.

⁷³ Ibidem.

do que se apresenta no filme”⁷⁴ e acrescentou não ver “qualquer vantagem para os distribuidores em submeter a exame ou em interpor recurso de reprovação de fitas deste género, sem qualquer possibilidade de salvação”⁷⁵. O papel da dona de casa obediente e submissa e da família feliz e funcional eram matérias intocáveis, este filme era demasiado ousado ao romper com essas ideias.

A “abertura de critérios” tinha limites, ocorria em matérias que já estavam vinculadas na sociedade e não adiantava ocultar porque faziam parte do quotidiano das pessoas. Os filmes mais disruptivos não eram contemplados pela suposta “abertura”, que na verdade, parece ser, uma adaptação lenta e resistente da censura, à evolução da sociedade. Apesar das expectativas criadas pelo discurso de tomada de posse do novo Presidente do Conselho, o fim da censura não chegou a acontecer, Marcello Caetano defendeu a sua manutenção usando como argumento principal “a guerra colonial e a necessidade de defender a retaguarda de campanhas psicológicas que pudessem colocar em risco a frente de batalha”⁷⁶. Assim, a governação de Marcello Caetano não aligeirou a censura cinematográfica, e pouco ou nada acrescentou à regulamentação dos critérios, existente durante a governação de Salazar.

Em 1971, foi publicado o decreto que apresentou a quinta e última alteração da constituição da Comissão de Censura, que manteve a mesma designação, mas aumentou substancialmente o número de elementos passando a ser constituída pelo presidente (cargo ocupado pelo diretor Geral da Cultura Popular e Espetáculos), dois vice-presidentes (cargos ocupados pelo diretor dos Serviços de Espetáculos e por um elemento nomeado pelo Secretário do Estado da Informação e Turismo), 17 vogais (nove designados pelo Secretário de Estado da Informação e Turismo, dois pelo Ministério da Justiça, dois pelo Ministro da Educação Nacional e quatro membros da CLEM), e um secretário⁷⁷, o que perfaz um total de 21 elementos. Este aumento permitiu a designação de uma subcomissão de teatro de cinco vogais e uma subcomissão de cinema com 12 vogais⁷⁸, até então, não havia qualquer distinção entre os vogais que avaliavam as peças de teatro e aqueles que censuravam os filmes.

⁷⁴ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Sessões da Comissão de Exame e Classificação dos Espetáculos, Ata sem número, 12 outubro de 1971.

⁷⁵ Ibidem.

⁷⁶ Ana Bela Morais, *Censura ao erotismo...*, cit., p. 24.

⁷⁷ Diário do Governo, Série I, n.º 142, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, decreto-lei n.º 263\71, Capítulo II, das Comissões de Exame e Classificação dos Espetáculos e de Literatura e Espetáculos para Menores, artigo 24º, 11 de junho de 1971.

⁷⁸ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Sessões da Comissão de Exame e Classificação dos Espetáculos, Ata sem número, 16 novembro de 1971.

A classificação dos espetáculos passou a designar-se pelas letras A, B, C e D. Os menores de 4 anos estavam impedidos de assistir aos espetáculos, dos 4 aos 6 anos podiam assistir a espetáculos especialmente classificados na modalidade de “teatro infantil”. Não era permitida a assistência a menores de 6 anos, a espetáculos classificados com a letra A, e aos filmes classificados com a letra B, não era permitida a assistência a menores de 10 anos. A classificação com a letra C proibia a assistência de menores de 14 anos, enquanto a letra D vedava a entrada a indivíduos com menos de 18 anos⁷⁹. Foi designada pela primeira vez uma Comissão para avaliar os recursos interpostos às decisões da censura. O grupo era constituído por um presidente e seis vogais. O cargo de presidente foi ocupado pelo diretor-geral da Cultura Popular e Espectáculos. Os vogais eram, o 1º vice-presidente da CECE, dois vogais designados pelo Secretário de Estado da Informação e Turismo, e três vogais nomeados pela Corporação dos Espectáculos, dois dos quais em representação da Secção de teatro, música e dança e da Secção de cinema, e que só podiam intervir nas áreas artísticas que representavam⁸⁰. A possibilidade de recorrer já existia e era uma tarefa atribuída aos vogais da Comissão de Censura, mas a sua prática não estava enquadrada legalmente.

Quanto aos critérios de censura cinematográfica, estes foram apresentados no artigo 26º do diploma, mas nada acrescentaram aos critérios do decreto-lei n.º 42 660 de 1959 e apenas os repetiram. A oportunidade para legislar a “abertura de critério” não foi aproveitada, e tudo se manteve como estava na governação de Salazar.

A derradeira lei de cinema do Estado Novo foi publicada a 7 de dezembro de 1971, extinguiu o Fundo do cinema nacional instituído em 1948 e criou o Instituto Português de Cinema. A partir de então, “a rodagem de qualquer filme comercial, nacional ou estrangeiro, em território português [carecia] de visto prévio do Instituto Português de Cinema, a requerer pelo produtor”⁸¹. Garantia-se, assim, a continuidade do controlo sobre os conteúdos cinematográficos que careciam de visto. Após concessão do apoio, o Instituto Português do Cinema podia fiscalizar a produção dos filmes para garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelos produtores⁸². Estes apoios juntamente com o

⁷⁹ Diário do Governo, Série I, n.º 142, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, decreto-lei n.º 263\71, Capítulo I, da classificação dos espetáculos e divertimentos públicos, artigos 1º e 2º.

⁸⁰ Ibidem, Capítulo II, das Comissões de Exame e Classificação dos Espectáculos e de Literatura e Espectáculos para Menores, artigo 27º.

⁸¹ Diário do Governo n.º 286, Presidência do Conselho, Série I, n.º 286, decreto-lei n.º 7\71, Título II, do fomento da indústria cinematográfica, capítulo I, da produção, Secção I, disposições gerais, Base XIII, 1. 26 de novembro de 1971.

⁸² Ibidem, Secção II, da assistência financeira, Base XVIII, 1.

trabalho das Comissões de Censura funcionavam como filtros apertados de tudo o que se produzia e exibia em território nacional.

A lei 7/71 embora com alterações esteve em vigor em Portugal até à revogação em 1993 pelo decreto-lei n.º 239/93. A própria censura foi mantida depois da revolução de 1974 pela Junta de Salvação Nacional através da lei n.º 281/74 que autorizava a nomeação de “uma comissão *ad hoc*, de carácter transitório, para controle da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema”⁸³. Esta Comissão apenas foi extinta pelo conselho da revolução em 1975⁸⁴.

As leis da censura ao cinema entre 1917 e 1974

Entre 1917 e 1974 foram identificados 14 diplomas (Quadro 1) que regularam a censura, os órgãos responsáveis pela sua execução e a assistência aos espetáculos públicos. Quatro destes diplomas foram produzidos durante a Primeira República e 10 durante a ditadura militar e o Estado Novo. Foram ainda apresentados dois diplomas que regularam os apoios financeiros e mais dois que determinaram a continuidade da censura depois do 25 de Abril de 1974 e a sua extinção em 1975.

Quadro 1 – Legislação da censura ao cinema em Portugal 1917-1975.

		Matéria	Link de acesso ao diploma
1917	Decreto n.º 3 354, 10 de setembro de 1917	Censura às fitas de conteúdos militares.	https://files.dre.pt/1s/1917/09/15500/08270827.pdf
1925	Lei n.º 1 748, 14 de fevereiro de 1925	Proíbe a exibição de fitas contrárias à moral e bons costumes.	https://files.dre.pt/1s/1925/02/03600/01750175.pdf
	Decreto n.º 10 573, 26 de fevereiro de 1925	Obrigatoriedade de comunicar os títulos e assuntos das películas e o dia de estreia.	https://files.dre.pt/1s/1925/02/04300/02170218.pdf
1926	Decreto n.º 11 459, 20 de fevereiro de 1926	Introduz a possibilidade de censura prévia.	https://files.dre.pt/1s/1926/02/03600/01580158.pdf
1927	Decreto n.º 13 564, 6 de maio de 1927	Promulga várias disposições relativas a espetáculos ou divertimentos públicos.	https://files.dre.pt/1s/1927/05/09200/06890704.pdf

⁸³ Diário do Governo, Série I, n.º 146, Ministério da Comunicação Social, decreto-lei n.º 281/74, sumário, 25 de junho de 1974.

⁸⁴ Diário do Governo, Série I, n.º 251, Conselho da revolução, resolução DD 1453, 29 de outubro de 1975.

1929	Decreto n.º 17 946-A, 29 de junho de 1929	Criação da Inspeção Geral dos Espetáculos.	https://files.dre.pt/1s/1929/06/14601/15871589.pdf
1939	Lei n.º 1 974, 16 de fevereiro de 1939	Regulação da entrada de menores em espetáculos públicos.	https://files.diariodarepublica.pt/1s/1939/02/03900/01170117.pdf
1942	Decreto-lei n.º 32 241, 3 de setembro de 1942	Determina que será organizada a Inspeção dos Espetáculos.	https://files.diariodarepublica.pt/1s/1942/09/20800/11351139.pdf
1945	Decreto-lei n.º 34 590, 11 de maio de 1945	Constitui Comissão de Censura.	https://files.dre.pt/1s/1945/05/10200/03690371.pdf
1952	Decreto-lei n.º 38 964, 27 de outubro de 1952	Regula a assistência de menores a espetáculos públicos. Dá nova constituição à Comissão de Censura dos Espetáculos e cria a Comissão de Literatura e Espetáculos para menores e define as suas atribuições.	https://files.dre.pt/1s/1952/10/24100/10531056.pdf
1957	Decreto-lei n.º 41 051, 1 de abril de 1957	Altera o regime em vigor sobre a assistência de menores a Espetáculos públicos e nomeia a Comissão de Exame e Classificação dos Espetáculos.	https://files.dre.pt/1s/1957/04/07400/03670370.pdf
1959	Decreto-lei n.º 42 660, 20 de novembro de 1959	Reforma do regime jurídico dos espetáculos e divertimentos públicos.	https://files.dre.pt/1s/1959/11/26800/17391752.pdf
1963	Decreto-lei n.º 45 201, 21 de agosto de 1963	Aumenta o número dos vogais Comissão de Exame e Classificação dos Espetáculos.	https://files.dre.pt/1s/1963/08/19500/11271127.pdf
1971	Decreto-lei n.º 263/71, 11 de junho de 1971	Classificação dos espetáculos e divertimentos públicos. Reforço da CECE. Constituição de uma Comissão de Recurso.	https://files.dre.pt/1s/1971/06/14200/08960901.pdf
Leis de apoio ao cinema			
1948	Lei n.º 2 027, 18 de fevereiro de 1948	Criação do Fundo Nacional do Cinema.	https://files.dre.pt/1s/1948/02/03900/01250127.pdf
1971	Decreto-lei n.º 7/71, 26 de novembro de 1971	Criação do Instituto Português de Cinema.	https://ica-ip.pt/fotos/downloads/lei_7_71_179653426255bf9ce34f504.pdf
Pós 25 de Abril			
1974	Decreto-lei n.º 281/74, 25 de junho de 1974	Criação de uma comissão <i>ad hoc</i> , para controlar a imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema.	https://dre.tretas.org/dre/228540/decreto-lei-281-74-de-25-de-junho
1975	Resolução DD 1 453, 29 de outubro de 1975	Extinção da comissão <i>ad hoc</i> do decreto-lei n.º 281/74, de 25 de junho.	https://dre.tretas.org/dre/223844/resolucao-DD1453-de-29-de-outubro

Quanto aos 10 diplomas para regular a censura ao cinema decretados pela ditadura, apenas dois são dedicados à definição de critérios, um número que não é expressivo, tendo em conta que a ditadura governou durante 48 anos. A ausência de enquadramento legal da censura ao cinema denota uma falta de transparência do processo. Depois da instauração da ditadura, em 1926, parece ter havido uma urgência inicial em definir os critérios de censura publicados em 1927, a partir de então, a legislação sobre esta matéria estagnou e só em 1959 surgiu o segundo e último diploma a definir critérios. Contudo, em 1947, foram determinadas as diretrizes da censura cinematográfica, num documento informal e com informação mais abrangente que a lei, mas que não constituiu um diploma legal, o que indica novamente uma falta de transparência e uma política de omissão. A mesma falta de clareza é perceptível na ausência de regulamentação dos recursos às decisões da censura, que foi uma prática regular, mas sem legislação, os interessados só tiveram acesso a recursos minimamente transparentes a partir de 1971.

Relativamente à estrutura e competência dos serviços de censura, o período mais eficiente foi a partir de 1945, quando se efetuou uma reforma que consolidou a eficácia dos serviços com a constituição da Comissão de Censura. A partir desse ano foram identificados cinco diplomas que regularam a constituição do organismo. As exigências e o volume de serviço conduziram a um aumento gradual dos seus integrantes, como vimos, iniciou funções com 12 elementos (embora estivessem decretados 15) e na fase final atuava com 21 membros.

O primeiro diploma foi o decreto-lei n.º 34 590 de 1945 que surgiu quando se anunciava o fim da Segunda Guerra Mundial. A derrota do nazismo constituía uma ameaça para os regimes autoritários que viram o seu domínio ameaçado. Nesse ano, criou-se uma Comissão responsável pela vigilância dos conteúdos dos espetáculos públicos, remunerada pelas funções, o que remete para uma profissionalização do censor que se manteve nas Comissões seguintes. O segundo foi o decreto-lei n.º 38 964 de 1952 que apareceu um ano antes das eleições de 1953, e que reformou o organismo e criou a Comissão de Literatura e Espetáculos para Menores, demonstrando uma vontade de controlar a influência dos espetáculos sobre os jovens. Em 1957, nas vésperas das conturbadas eleições de 1958, foi publicado o terceiro diploma a regular a constituição da censura, o decreto-lei n.º 41 051, que reforçou a equipa de censores e procurou mitigar a conotação negativa da designação do organismo, substituindo a palavra “censura” por “exame”. O quarto diploma, decreto-lei n.º 45 201 de 1963, ampliou a equipa de censores, com a introdução de três novos elementos designados pela Presidência do Conselho, aumentando assim

a supervisão vinda diretamente da Presidência. Finalmente o quinto diploma foi publicado em 1971, sob a presidência de Marcello Caetano, o decreto-lei n.º 263/71 aumentou novamente o número de elementos da Comissão, muito possivelmente no sentido de dar resposta ao aumento crescente de obras com carácter subversivo, mas também para dar uma ideia de mudança.

O mesmo diploma constituiu uma Comissão de Recurso, uma possível resposta ao aumento de pedidos de revisão devido à anunciada “abertura”. O recurso era uma possibilidade que existia e que é referido diversas vezes nas atas desde 1953, mas que não estava regulamentada. As leis foram surgindo de acordo com as necessidades de reestruturação do organismo e o número de censores foi aumentando gradualmente. Nem todas as práticas estiveram sempre regimentadas, como é o caso dos recursos, que só tardiamente se regulamentou o seu exercício.

Conclusão

A censura ao cinema foi a continuidade e adaptação progressiva de um mecanismo ancestral utilizado pelo poder político em Portugal para controlar a sociedade. No início do século XX, a censura aos espetáculos era uma prática regular, mas a sua introdução no cinema está relacionada com a Primeira Guerra Mundial. Depois do golpe militar de 1926 há evidências da continuidade do mecanismo que funcionava durante a Primeira República, a censura ao cinema era exercida pelo Inspetor Geral dos Espetáculos e seus delegados, assistiu-se a um aperfeiçoamento progressivo do aparelho censório e a uma redefinição dos critérios de avaliação de obras.

A regulação dos critérios de censura ao cinema durante a vigência da ditadura, foi fundamentada por dois diplomas que surgiram em momentos relevantes da situação política e social do país: o decreto n.º 13 564 de 1927, publicado logo depois do golpe militar de 1926 e o decreto-lei n.º 42 660 de 1959 que surgiu depois das presidenciais de 1958. Embora o decreto-lei n.º 263/71 de 1971 também refira critérios de censura, limitou-se a repetir as normas aplicadas desde 1959. Se o poder se sentia ameaçado tomava medidas para se proteger, e esse foi o objetivo principal do diploma de 1959 que essencialmente serviu para assegurar a proteção do poder numa fase em que os grupos de contestação floresciam. O decreto de 1927 esteve o dobro do tempo em vigor e mesmo depois da introdução do diploma de 1959, as imagens por ele proibidas continuaram a ser cortadas. A não publicação das diretrizes de 1947 remete para um certo secretismo num momento de renovação democrática da Europa.

O facto dessas normas proibirem os filmes com “tendências comunizantes” e que abordassem as desigualdades sociais, ou a luta de classes, e isso não estar expresso na lei, sugere que não havia interesse em divulgar que estes temas eram proibidos. Finalmente, o decreto-lei n.º 263/71 de 1971 que não introduziu qualquer alteração substancial, surgiu num momento de transição para o *Marcelismo*, e respondia à necessidade de transmitir uma ideia pública de reforma e mudança, embora corresponda a uma continuação consolidada da censura praticada anteriormente.

A partir de 1971, nas atas das reuniões do organismo, recorre-se frequentemente ao termo “abertura”, mas não se concretiza uma definição dos critérios dessa “abertura”. Vários filmes anteriormente proibidos foram reenviados para uma nova avaliação, mas na prática apenas se aprovaram os filmes sobre temas que já estavam presentes no quotidiano das pessoas e que não valia a pena esconder. Esta situação sugere que houve uma adaptação da censura à “abertura” da sociedade e não uma “abertura” da censura, que efetivamente continuava a proibir as matérias consideradas inadmissíveis, ainda que com contrariedades e evidências de divisão de opiniões.

A escolha dos membros das Comissões obedecia à estratégia de albergar diversos ângulos do poder, reunindo elementos de diferentes proveniências como a Presidência do Conselho, Ministério da Justiça, Ministério da Educação Nacional e a Comissão de Literatura e Espetáculos para Menores. Desta forma, o poder garantia um controlo alargado sobre a opinião pública nas vertentes políticas e pedagógicas, com uma nítida preocupação de moralização dos mais jovens, sobretudo a partir de 1952. Não há nenhuma relação com a escolha dos censores e os conhecimentos que estes tinham nas áreas que iriam avaliar (teatro e cinema), sendo a prioridade o seu alinhamento ideológico com o regime.

Independentemente do regime ou do Governo em vigor, a censura foi, e é uma arma ao dispor do poder para controlar a opinião pública. O objetivo é sempre o mesmo: garantir a ordem e a estabilidade governativa daqueles que pretendem assumir e manter o poder, limitando a liberdade das populações e provocando danos difíceis de reparar no desenvolvimento cultural e na identidade de um povo. A censura não foi uma invenção do Estado Novo, mas nenhum outro regime em Portugal a aperfeiçoou de forma tão exemplar. Apesar de se notar que não havia uma grande preocupação com a regulamentação legal de todo o processo, isso não impediu uma prática eficiente do controlo.

***O Comércio do Porto* as a cross-border space between Portugal and Spain. Photographic portrait of the Spanish Civil War¹**

Beatriz de las Heras
Universidad Carlos III de Madrid, Instituto de Cultura y Tecnología
bheras@hum.uc3m.es
<https://orcid.org/0000-0003-0289-811X>

Texto recebido em / Text submitted on: 01/05/2024

Texto aprovado em / Text approved on: 10/07/2024

Abstract

The Spanish Civil War is considered the first modern conflict to be photographed, day by day, by Spanish and foreign photographers. Those snapshots taken between 1936 and 1939 are today memory supports to recover the history of the Spanish conflict. However, in their context they became another tool for winning the war in the field of propaganda. The aim of this article is to reflect on the role that a Portuguese newspaper, *O Comércio do Porto*, played in the coverage of the war. The newspaper carried out an extraordinary photographic follow-up of the events and happenings in Spain. And it did so as Franco's official mouthpiece in Portugal. We will first profile the 1,099 photographs published between July 1936 and April 1939, and then analyze how these images were used to maintain Allied morale,

Resumo

A Guerra Civil de Espanha é considerada o primeiro conflito moderno a ser fotografado, dia após dia, por fotógrafos espanhóis e estrangeiros. Esses instantâneos tirados entre 1936 e 1939 são hoje suportes de memória para recuperar a história do conflito espanhol. No entanto, no seu contexto, tornaram-se mais uma ferramenta para ganhar a guerra no domínio da propaganda. O objetivo deste artigo é refletir sobre o papel desempenhado por um jornal português, *O Comércio do Porto*, na cobertura da guerra. O jornal fez uma extraordinária cobertura fotográfica dos acontecimentos em Espanha. E fê-lo como porta-voz oficial de Franco em Portugal. Começaremos por traçar o perfil das 1099 fotografias publicadas entre julho de 1936 e abril de 1939 e depois analisaremos a forma como essas imagens foram utilizadas

¹ This work was supported by the CNPQ (Agência de financiamentos da pesquisa no Brasil) of Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico of the Brazilian Government; under Grant CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021- Faixa B; Fundação para a Ciência e a Tecnologia del Ministério da Educação e Ciência of the Portuguese Government; and University Excellence Programme of the Comunidad Autónoma de Madrid under Grant EPUC3M16-2020/00552/001.

criticize the enemy, and convince foreigners of the need to collaborate with the common political cause.

Keywords: Spanish Civil War; Photography; Memory; Strategy; *O Comércio de Porto*.

para manter o moral dos Aliados, criticar o inimigo e convencer os estrangeiros da necessidade de colaborar com a causa política comum.

Palavras-chave: Guerra Civil Espanhola; Fotografia; Memória; Estratégia; *O Comércio de Porto*.

Introduction

The Spanish Civil War, an event that forms the backbone of Spain's Contemporary History, has become a period of inexhaustible inspiration for photographic researchers. This is due to several factors. The first one is the alborcurrent consideration of photography as a primary source of information in the historian's work. The fact that photography is no longer regarded today as a mere illustration has helped to activate its interest.

Moreover, in the case of the period 1936-1939, other aspects coincide, such as the great visual production and international monitoring of the Spanish conflict, the proliferation of graphic magazines since the 1920s, the complexity of a century that had already shown the need for visual propaganda as a strategy, and a public demanding this "reality" that asked for information about the great events and happenings that took place in a world characterised by political tension. All these factors combined to turn photography into another weapon for winning wars. As the photo-historian Susan Sontag states, the Spanish War was "the first war to be witnessed ('covered') in the modern sense: by a corps of professional photographers at the lines of military engagement and in the towns under bombardment, whose work was immediately seen in newspapers and magazines in Spain and abroad"².

The thousands of snapshots that portrayed the Spanish front and rearguard flood the archives, albums, boxes full of memories and spaces to be discovered in corners all over the planet³ this collection, with great patrimonial and historical value, seems inexhaustible in view of the discoveries that surprise us every year. Among the most recent, the collection of 5. 000 photographs by Antoni Campaña that appeared in a garage built in Sant Cugat de Barcelona in the 1940s⁴ or the negatives of Margaret Michaelis' photographs taken for the Comissariat de Propaganda de la Generalitat de Catalunya, kept at the International Institute of Social History (IISH) in Amsterdam and discovered by the historian Almudena Rubio, who had already traced, in the same collection, 514 negatives by the photographer Kati Horna⁵.

We also located a large collection of photographs among the pages of newspapers and magazines from 80 years ago. The press became the channel

² Susan Sontag, *Regarding the Pain of Others*, New York, Picador, 2003, p. 19.

³ Antonia Salvador Benítez, "Fuentes fotográficas para el estudio de la guerra civil. Archivos, fondos y colecciones", *Letra Internacional*, 126 (2018), p. 33-64.

⁴ Arnau González Villalta; Plácido García-Planas; and David Ramos, *La capsa vermella. La Guerra Civil fotografiada per Antoni Campaña*, Barcelona, Editorial Comanegra, 2019.

⁵ Almudena Rubido Pérez, "Las cajas de Ámsterdam. Kati Horna y los anarquistas de la CNT-FAI", *Historia Social*, 96 (2020), p. 21-39.

for the (re)presentation of victory and defeat, survival and death, joy and sorrow during the three years of war.

These media included photographers from what has been called the golden generation of Spanish photojournalism. Professionals of the importance of Alfonso, P. Luis Torrents, Centelles, Albero and Segovia, the Mayo brothers, José María Casariego and Santos Yubero, among the reporters who covered the development of the conflict from the perspective of the anti-fascists. Also José Demaría Vázquez (Campúa), José Serrano, Nicolás Ardanaz, Calvache and Compte, to name but a few of the names who worked for the rebels. As those photographers who worked for CIFRA GRÁFICA, such as Hermes Pato, Manuel Iglesias, Antonio Verdugo or other local reporters who contributed to covering the war from all corners of Spain did⁶.

In the case of the international press, the coverage was exceptional. Foreign reporters included Robert Capa, Gerda Taro, Jean Moral, David Seymour, Luis Bressange, Walter Reuter and others who worked for the AP, Keystone View Company, Planet News, World Wide Photo, Central Press and London News Agency Press, to mention the most important agencies. The results of their work were published in newspapers and illustrated magazines all over the world, such as *L'Illustration*, *Paris-Soir*, *Vu*, *Regards*, *Daily Mail*, *The Illustrated London News*, *Picture Post* and *Life*. In addition to this follow-up by foreign professionals and media, the work of Spanish photographers was distributed abroad and managed by the Foreign Press Office of the Ministerio de Estado, the Photographic Service of the Ministerio de Propaganda in the hands of the photographer Lladó Fábregas, the Propaganda Commissariat of the Generalitat de Catalunya, the Propaganda Department of the Junta de Defensa de Madrid, some embassies in London and Paris, and through organisations such as the Spanish Information Bureau in the United States⁷. Among the foreign correspondents who photographed the war from the rebel side, the work of the prestigious photographer Albert-Louis Deschamps, who covered the conflict for *L'Illustration* from 1938, stands out. In addition, the activity of the rebel sub-delegations abroad of the Delegation for Press and Propaganda was fundamental. Thanks to the collaboration of volunteers such as Frederick Ramón Bertodano and Joan Estelrich, these organisations were very active in distributing publications full of snapshots (such as the *Preliminary Official Report* in October 1936). Also noteworthy was the enormous work of

⁶ Beatriz de las Heras, *Imágenes de y para una guerra. España, 1936-1939*, Madrid, Síntesis, 2017.

⁷ Beatriz de las Heras, "La Guerra Civil Española en Crónica (1929-1938) durante el primer año de contienda. Poética fotográfica como información y estrategia", *Revista General de Información y Documentación*, 30 (2020), p. 609-629.

Herbert Charles O'Neill's press agency, which published a weekly magazine -*Spain*- with extensive reports on the war, daily life in the rebel rearguard and popular culture in rebel-held towns from September 1937.

The aim of this article is to recover a part of that history through visual narration. And to do so, moreover, in its essence. That is to say, by attempting an approximation to its meaning in its original context: that of the reader who first had access to the images. And we will do so using the press of the time as a channel. The proliferation of newspapers and weeklies in the 1930s means that we have many options for undertaking this study. Among them all, we have chosen *O Comércio do Porto*, the most widely read newspaper in the city of Porto, which formed the fifth most sold newspaper in Portugal, together with the Lisbon newspapers *Diário de Notícias*, *O Século*, *A Voz* and *Diário de Lisboa*.

There are three reasons that justify this approach to the object of study. The first one is that this newspaper was published in Portugal, a country determined by the special political circumstances of living under the Salazar government. This control, typical of a dictatorship, meant that the image projected of the war in Spain could be considered an official photograph of the conflict: the one that benefited the rebels. The second reason is the intense follow-up of the Spanish conflict in the Portuguese country, which resulted in an unprecedented visual exposure of the war. Especially during the first 12 months of the war. In addition to these two motivations, there is a third. Although the Portuguese press has been the subject of relevant studies on its position in the Spanish conflict⁸, these works focus on the analysis of the chronicles and the chroniclers, and not so much on the photographs and their strategic use.

In order to carry out this research, we have accessed the collection through the issues preserved on paper, in a magnificent state of preservation, in the library of the Faculdade de Letras of the Universidade do Porto. Then, we treated the 1,099 snapshots published between July 1936 and April 1939 about the war in Spain as if they were part of an archaeological find. Each photograph has been analysed as a piece to be located among the thousands of pages of the newspaper, its constituent elements have been determined and the information they contained has been detected, in order to link them with other fragments of visual information that would allow us to reconstruct that past time from the singular perspective of a newspaper controlled by Salazarism in the end. In this way, we approached the research from the perspective of Historiophotography⁹. We do not use images

⁸ Alberto Pena-Rodríguez, *El Estado Novo de Oliveira Salazar y la Guerra Civil española: información, prensa y propaganda (1936-1939)*, PhD diss, Universidad Complutense de Madrid, 2003.

⁹ Hayden White, "Historiography and Historiophoty", *The American Historical Review*, 93 (1988), p. 1193-1199; Beatriz de las Heras, "La fotografía como arqueología de la Historia

to make history out of them, but they serve as an instrument of analysis for the recovery of the past. In short, as a source of memory that allows us to reconstruct a place, an event, an occurrence or to recover a propaganda strategy¹⁰.

There are three phases of work. First, as already mentioned, we carried out an individualised cataloguing of each of the photographs, identifying relevant data. Secondly, we created profiles taking into account the number of snapshots, the period of publication, the authorship and the subjects portrayed with the intention of discovering a trend that would provide more information about the context. The result of this work is quantitative. Finally, and as a third stage, the interpretation based on the data and the integral analysis of each snapshot. The method is based on a controlled observation of a set of photographs – in this case those published in Portugal through the pages of the newspaper *O Comércio do Porto* during the three years of war – with the intention of recording those camouflaged behaviours that allow us to extract information that is in the snapshot itself, but is presented as veiled if we apply an abstracted analysis.

Therefore, we will transcend the recognition of the visual elements seen in the snapshots, that is, the study of the photograph as an illustration, to delve into the interpretation of the image from a historical-cultural perspective and treat it as a source of knowledge that reveals the use that the dictator Salazar, Francisco Franco's ally, made of the Spanish war in Portugal in an unsettling context in which the world was preparing for the Second World War.

O Comércio do Porto: a Franco speaker in Portugal

Founded on 2 June 1854 by Manuel de Sousa Carqueja and Henrique Carlos de Miranda, *O Comércio do Porto* was the expression of the change that took place in the city from 1851 onwards¹¹. The newspaper became a means of economic information and independent of political ideologies. This obviously changed when Salazar came to power in 1932. Salazar understood the need to control the press.:

... chego a concordar que a censura é uma instituição defeituosa, injusta, por vezes sujeita ao livre arbítrio dos censores, às variantes do seu temperamento,

Contemporânea. De instante eterno a fuente de memoria”, *Fotocinema. Revista científica de cine y fotografía*, 28 (2024), p. 35-63.

¹⁰ Beatriz de las Heras, *Fotografía e Historia. El testimonio de las imágenes*, Madrid, Vincent Gabrielle, 2011.

¹¹ Helena Lima, “Oporto newspapers and the city readers: the construction of editorial and audiences identities”, *RIHC. Revista Internacional de Historia de la Comunicación*, 1 (2013), p. 75-92.

às consequências do seu mau humor... Ora o jornal é o alimento espiritual do povo e deve ser fiscalizado como todos os alimentos¹².

He passed very restrictive control measures such as the executive order 26589 (14 May 1936) and executive order 27003 (14 September 1936)¹³.

This moment coincided with the change of management of the newspaper, which passed into the hands of Paulina Carqueja Seara Cardoso, granddaughter of one of the founders and who received the legacy of her father (Bento Carqueja), after his death on 2 August 1935, and her husband – Fortunato Seara Cardoso. Despite wanting to maintain the same direction as the founders, censorship in the media meant that *O Comércio do Porto* became just another organ of Salazarism. In spite of this, and as the researcher Eduardo Filipe Cunha de Silva¹⁴ points out:

Soube, contudo, conservar incólumes as suas principais características editoriais. Preservou o cariz regional, permaneceu umbilicalmente ligado à sociedade civil portuense (em particular à pequena e média burguesia), continuou a identificar-se com os valores laicos e republicanos (nomeadamente os que enformam o sistema democrático) e manteve-se como um jornal de causas e com notória actividade de assistência social¹⁵.

It was at this difficult time when the newspaper was confronted with the monitoring of the July uprising and subsequent war in Spain between 1936 and 1939¹⁶. We know that journalists Eduardo dos Santos and Emilio Sari

¹² António Ferro, *Salazar*, Lisboa, Edições do Templo, 1978, p. 93-95.

¹³ Graça Franco, *A Censura à Imprensa (1820-1974)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993; Jorge Ramos, “Censura” in Fernando Rosas and José María Brito Brandão (ed.), *Diccionario de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand, 1996; Goffredo Adinolfi, *Ai confini del fascismo. Propaganda e consenso nel Portogallo salazarista (1932-1944)*, Milán, Franco Angeli, 2007; Alberto Pena-Rodríguez, “Tudo pela Nação, nada contra a Nação. Salazar, la creación del Secretariado de Propaganda Nacional y la censura”, *Hispania. Revista Española de Historia*, 240 (2012), p. 177-204.

¹⁴ Eduardo Filipe Cunha da Silva, *A estrutura gráfica das primeiras páginas dos jornais: O Comércio do Porto, O Primeiro de Janeiro e Jornal de Notícias entre o início da publicação e final do séc. XX: contributos para uma ferramenta operacional e analítica para a prática do design editorial*, PhD diss, Universidade do Porto, 2006, p. 59.

¹⁵ Own translation: “However, it managed to preserve its main editorial characteristics unscathed. It preserved its regional nature, remained umbilically linked to Oporto civil society (in particular to the small and medium bourgeoisie), continued to identify itself with lay and republican values (namely those that shape the democratic system) and remained a newspaper of causes and with notorious social welfare activity”.

¹⁶ The Portuguese government’s control over the media during Salazarism was mainly in the hands of two institutions: the National Propaganda Secretariat and the Direcção dos Serviços de Censura (Censor Services Bureau). The National Propaganda Secretariat was particularly active

were sent to Spain¹⁷. Dos Santos was sent to the North, an experience that was captured in the book *A rota de guerra do norte de Espanha* and which shows the chronicler's inclinations in favour of the uprising. Emilio Sari sent some chronicles during the first week of the war from Madrid.

It is not known whether the newspaper sent a photojournalist to illustrate the chronicles of Eduardo dos Santos or Emilio Sari¹⁸. However, our hypothesis is that, although the name was not recorded, this was the case. On page 3 of the 16 December 1936 issue of *O Comércio do Porto*, two photographs were published of a snowy rural spot near the city of Valladolid. Underneath the second image one can read, in brackets: "Clichés do repórter-fotográfico de "*O Comércio do Porto*"". We know, also from the images themselves, that the newspaper had external collaborators. For example, on 21 November 1936 an aerial photograph of Ciudad Universitaria de Madrid to illustrate the military operations of the rebels in the capital of the Republic was published. There is no record that the picture was taken during the conflict, but everything suggests that it was taken before, as there is no sign of combat in this sector where important battles were fought in November. The caption reads: "The photograph was loaned by João Hitzemann"¹⁹.

Apart from *O Comércio do Porto*'s own reporters and photographers who collaborated on an occasional basis, we know that the newspaper published

during the Spanish Civil War and this was reflected in its budget. If the average budget of the Secretariat was 2 million escudos per year, in August 1936 the figure rose to 525,336 escudos, according to Alberto Pena-Rodríguez, "Tudo pela Nação, nada contra a Nação. ...", cit., p. 185.

In fact, propaganda about Spain was so important that it had a specific budget line ("Movimento Revolucionário em Espanha"), which was responsible for financing the publication of books and pamphlets -most of them published by the Império publishing house-, radio broadcasts on international radio stations and projects such as "Propaganda anti-comunista pela fotografia" or "Propaganda anti-comunista pelo cinema".

¹⁷ Alberto Pena-Rodríguez, "Los periodistas portugueses en la Guerra Civil Española: sensacionalismo y propaganda" in L. Esteban; C. Almuiña; R. Martín de la Guardia; and J. Vidal (ed.), *Perfiles de periodistas contemporáneos*, Madrid, Fragua, 2016, p. 307-320.

¹⁸ The photographers who worked in Spain for Portuguese newspapers, as documented, are: Teodoro Medel de Aquino, Firmino Marques da Costa and Ferreira da Cunha who worked for *Diário de Notícias*; Deniz Salgado and Alfonso Pereira de Carvalho who worked for *Diário de Lisboa*; and M.R. who worked for *O Primeiro de Janeiro*.

¹⁹ Although there is not much information about this person, we know that he was a photographer representing AGFA who worked in Portugal in the 1930's. The trace of this man is lost during the war, but we know that he was in Spain because he was summoned to attend a trial in Madrid (Municipal Court number 7) on 29 March 1940 "for damages". We know from the summons that he was registered in Oporto. The request was published in the *Boletín Oficial de España* (Spanish Official Gazette) on 12 March 1940, No. 62, p. 4.

images taken by other Portuguese reporters who went to Spain after the uprising. This was a common practice among professionals in the 1930s. The difficulty lies, in most cases, in discovering who they were, as their names are not recognised and we must decipher their authorship through exhaustive research. Let us take an example. On 5 October 1938, a photograph was published on the front page showing the moment when several men tried to clear the railway tracks after an accident in Martorell, a town 40 kilometres from Barcelona. The caption reads: “Conforme “*O Comércio do Porto*” noticiou registrou-se, ha dias, próximo de Martorell, em Espanha, un gravissimo desastre ferroviario”²⁰. The same image was published in Spain in the newspaper ABC, Seville²¹ on 11 October 1938. In other words, the photograph was published earlier in Portugal than in Franco’s Spain. What the Spanish newspaper gives, unlike the Portuguese one, is the name of the photographer: “Foto Correira”. Only Félix Correira, correspondent of the *Diario de Lisboa*, answers by that name. This would therefore demonstrate the exchange of photographs between different Portuguese newspapers.

We should not close this section without pointing out that, despite these exceptions, the majority of the photographs published in the Portuguese press were usually taken from Spanish sources. Both photographs of the Republican authorities and of the rebel forces. It was common for Portugal to ask the Junta de Defensa Nacional de Burgos in Lisbon for photographic material - which was sent via the Foreign Relations Secretariat - to illustrate the newspapers.

It is important to highlight that the name of the photographer was never given in the information accompanying the image in *O Comércio do Porto*. This was despite the fact that the photographs were recognised in Spain and other countries. An exemplary case in this regard was published on 8 August 1936. A few days after the military uprising of July 1936. The newspaper included in the news from Spain a photograph illustrating one of the most shocking episodes of the beginning of the conflict. The image shows dozens of dead in the courtyard of the Cuartel de la Montaña in Madrid. *O Comércio do Porto* does not mention the authorship, but we know that only two photographers worked in that situation: Alfonso and the reporters from the photographic label Albero y Segovia.

²⁰ Own translation: “As “*O Comércio do Porto*” reported, a serious rail disaster has been registered, some days ago, near Martorell, in Spain”.

²¹ During the Civil War, *ABC* had two different editions. One in Madrid, controlled by the anti-fascists, and one in Seville, in the service of the rebels. On 20 July 1936, it was announced that the newspaper published in the Spanish capital was to be seized, and after the occupation by representatives of the UGT graphic union, the first issue came out on 26 July. Meanwhile, on 20 July, the first military-controlled issue was published in Seville.

To this collection must be added, finally, the inclusion in the pages of *O Comércio do Porto* of snapshots taken by foreign photographers and agencies. Many images were published, but, once again, no mention of authorship was made in the newspaper. Even some of them were very recognisable. For example, the recreation of a shooting by militiamen of the sculptural ensemble of the Sagrado Corazón in the Cerro de Los Ángeles in Getafe, Madrid, after its seizure on 6 August 1936. Agencia Paramount took snapshots of the event. These images were first published by *L'Illustration* (the first time in August and a second time on 28 November 1936) and the *Daily Mail* under the caption: "The 'Spanish Reds' war on religion"²². In Spain, the snapshot was published in *Fotos* magazine on 27 November 1937 under the headline: "The Godless in Spain". *O Comércio do Porto* included one of the photographs in the 22 August 1936 issue, but did not acknowledge the agency's authorship.

Another example is that of Raymond Vanker. On 15 September 1936, *O Comércio do Porto* published an image of this French journalist who worked for Agencia Keystone running, with a child in his arms, over the Avenida Bridge in Irún. The caption reads: "correndo sobre a ponte internacional, levado uma criança que encontrou abandonada em Irune a quem salvou con sacrificio da propria vida"²³, although there is no information on who the person rescuing the child is. The photograph was also published in France, specifically in *L'Illustration* on 12 September 1936. Once again, the Portuguese press was ahead of the news, as the action took place on 6 September 1936 and only a week later it was published in the Portuguese newspaper. We know, thanks to the work of tracing the image in other media, that the snapshot was the work of the American Horace Abrahams and that it is kept in the Hulton Archive. We also know that the action is preserved in moving images and that another man can be seen carrying a second child. This appears to be Jean Fontenoy, who, just before the event, was photographing the international brigaders with Valker²⁴.

²² The images were also distributed in motion in the newsreel Éclair Journal under the title "The great Spanish anguish", in Pathé Journal on 13 August 1936, British Paramount News on 17 August 1936 and by Universal Talking News on 24 August 1936. Afterwards, they were transferred to archive films such as "Geibel der Welt" (1937), "España heroica" (J. Reig, 1938) or "Vía Crucis del señor en las tierras de España" (J.L. Sáenz de Heredia, 1939), as mentioned by Rafel Rodríguez Tranche, "El cine documental de la guerra civil española. De un bando a otro: iconografías del dolor y la destrucción" in Beatriz de las Heras (ed.), *Imagen y Guerra Civil Española: carteles, fotografía y cine*, Madrid, Síntesis, 2017, p. 161-176.

²³ Own translation: "he ran across the international bridge, carrying a child he found abandoned in Irune, whom he saved by the sacrifice of his own life".

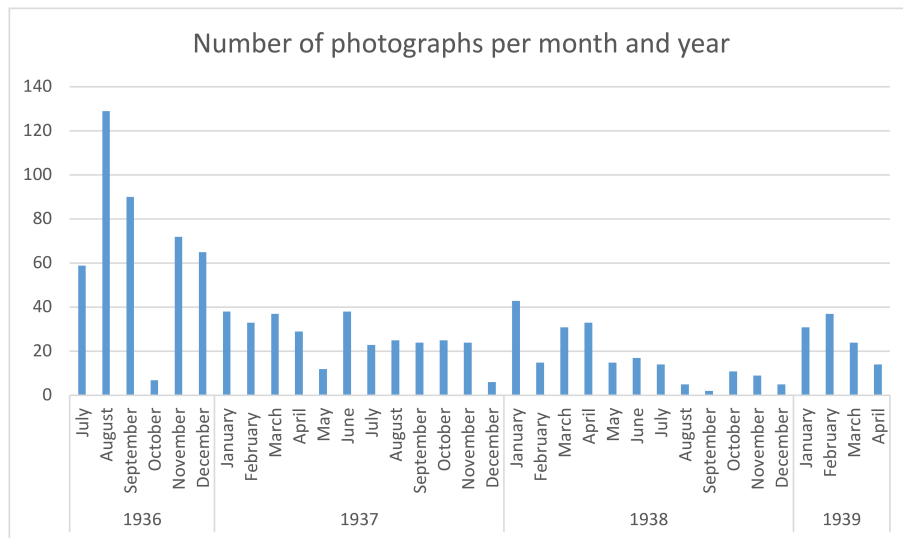
²⁴ There are reasonable doubts on the subject, as such a heroic deed would have been the subject of the protagonist's account. In his book "Fontenoy ne reviendra plus", Guégan recounts

Extensive Photographic coverage of the Spanish Civil War

As we have mentioned, in order to work with the collection of snapshots published in the newspaper, we have established three stages. The result of the first and second of these stages is presented below. Firstly, an individualised cataloguing of each of the pieces in which the date of publication, the situation of the photograph in the newspaper, the authorship and a summary of the subject have been identified in order, finally, to assign a descriptor taking into account three issues: the virtual space in which the photograph was taken – distinguishing between front, rear and military rearguard –, the geographical space (population, region and country) and the subject. Secondly, the creation of profiles taking into account the number of snapshots, the period of publication, the authorship and the subjects portrayed with the intention of discovering a trend that provides more information about the context. The result of this work is quantitative. It indicates, numerically, the degree of attention given to different topics at different times. The result, supported by objective data, becomes the pillar that explains different visual communication strategies during the conflict.

According to the cataloguing carried out, 1,099 photographs were published between July 1936 and April 1939. The large coverage of the first year of the war stands out, with a total of 481 snapshots published in the newspaper, accounting for 43.76% of the total. In 1937, 312 photographs were published (28.38%), in 1938, 200 photographs (18.19%) and in 1939, 106 photographs (9.64%) were published. If we follow the timeline, there was a downward trend with the highest number of photographs published in the first year. From then on, the number of photographs gradually decreased as the war progressed. This is interesting because it is proportional to the number of photographs published in the Republican press during the war and inversely proportional to the number of photographs published in the rebel press. If we make a more intense study by month, we can see that the attention that the newspaper gave to the Spanish situation from the photographic point of view coincides with the evolution of the war itself. This shows how *O Comércio do Porto* followed the Spanish Civil War closely. The months with the greatest photographic coverage coincide with the beginning of the war (August 1936), the beginning of the siege of Madrid (November 1936), the Battle of Bilbao (June 1937), the Battle of Teruel (January 1938) and the offensive on Catalonia (January 1939), as shown in Graph 1.

Fontenoy's experiences in Irún, but at no point does he mention the passage of the boy and the bridge. Gérard Guégan, *Fontenoy ne reviendra plus*, Paris, Folio, 2013.

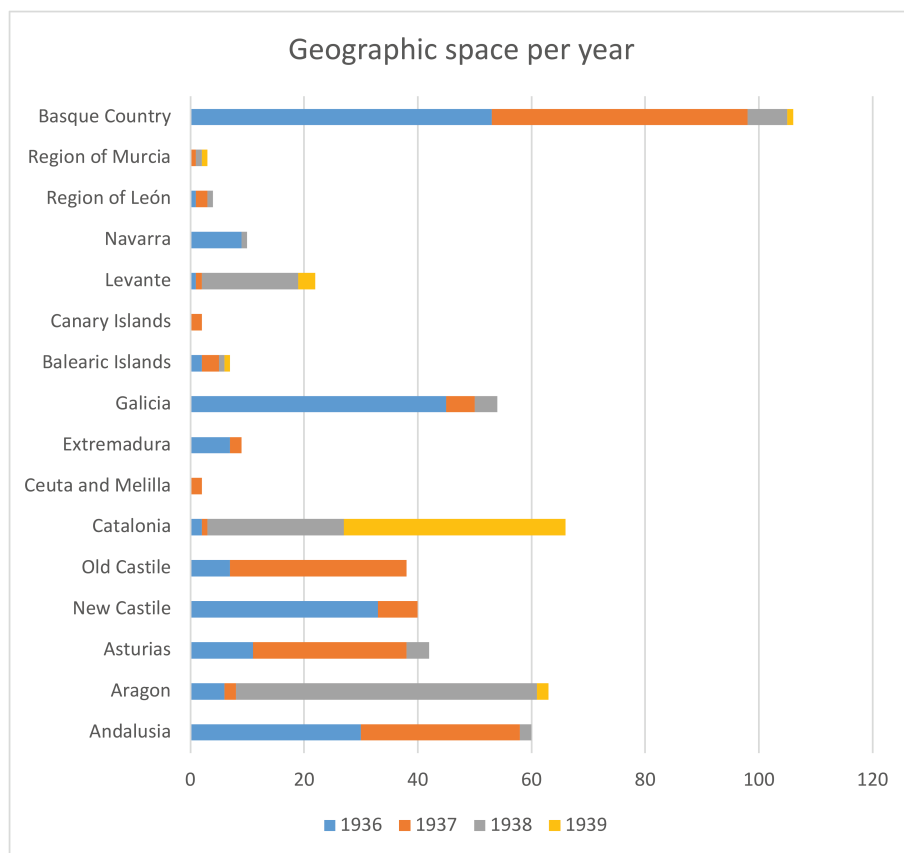


Graph 1 – Own elaboration based on the data extracted from *O Comércio do Porto*.

If we look at the representation of the spaces in which the snapshots are taken, we can distinguish between photographs taken on the front line (front), in the rear, in the military rearguard (space in the rear that is occasionally occupied by military troops. For example, during a parade or when soldiers are resting) and the photographs which were taken in other countries but which are directly related to what is happening in the Spanish war. If we make this distinction, the result is as follows: 462 photographs (42.03%) were taken in the rearguard, 383 photographs (34.84%) at the front, 147 photographs (13.37%) abroad and 107 photographs (9.73%) in the military rearguard. It is important to note that of the snapshots taken in the rear, 150 are images of different views of towns and villages which the newspaper used to illustrate the news and which are archive images taken before the war. If we subtract these images from the total number taken in rearguard areas, we can conclude that more photographs taken at the front were published than in the second line. This is interesting because it follows in the footsteps of the rebel newspapers, which published more snapshots showing the progress of the war than of the survival of the civilian population, a theme more developed in anti-fascist publications in Spain.

And if we talk about places, we should bear in mind that, subtracting the 103 snapshots that are photographic portraits, the 147 photographs that are taken abroad and the 77 photographs that are not located in any identifiable

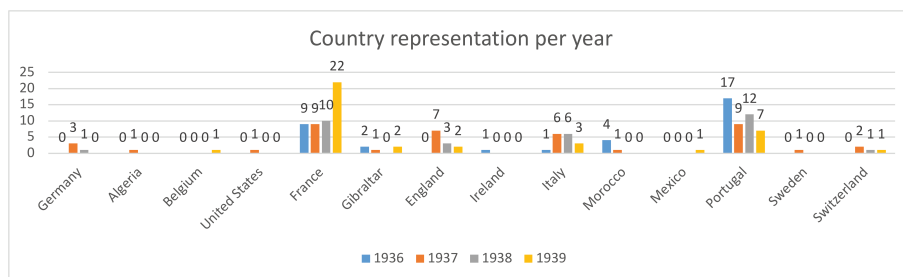
space, the collection of images is centred, especially, on the portrait of the city of Madrid. In total, 178 photographs portraying the capital of the Republic were published, which represents 16.19% of the total. Valencia and Barcelona were portrayed in 6 (0.54%) and 12 (1.09%) photographs, respectively. Even the rebel capitals, such as Burgos and Salamanca, did not acquire as much interest as Madrid. Of these two cities, 21 (1.91%) and 27 (2.45%) photographs were published, respectively. The rest of the regions, with a total of 528 photographs, are divided as shown in Graph 2. Of particular visual interest for *O Comércio do Porto* were the regions of the Basque Country with 106 photographs (9.64%), Catalonia with 66 photographs (6.0%), Aragon with 63 photographs (5.73%), Andalusia with 60 photographs (5.45%) and Galicia with 54 photographs (4.91%).



Graph 2 – Own elaboration based on the data extracted from *O Comércio do Porto*.

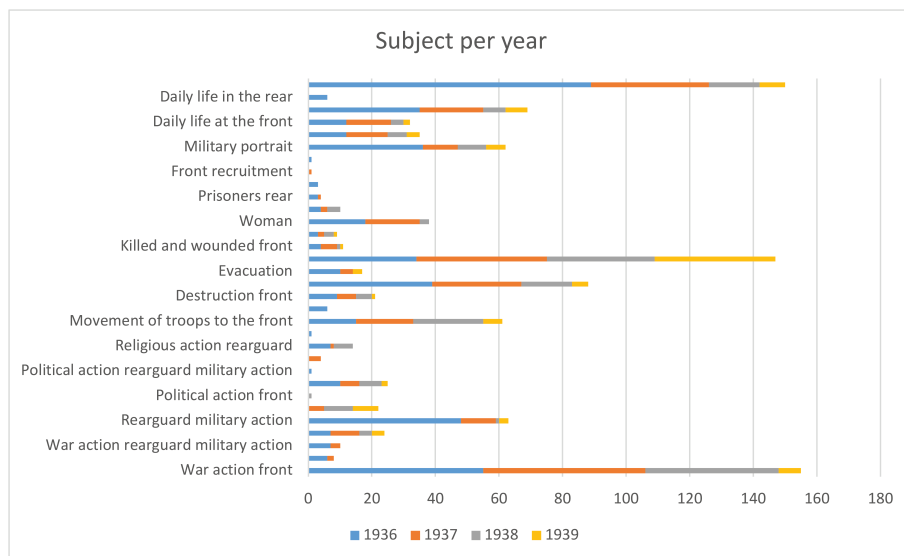
If we focus on the 147 photographs (13.37% of the total) published abroad, we can see that they portrayed 14 countries: Germany, Algeria, Belgium, the United States, France, Gibraltar, England, Ireland, Italy, Morocco, Mexico, Portugal, Sweden and Switzerland as shown in Graph 3. Most of these snapshots show images of evacuation, collaboration, fraternisation and institutional visits.

O Comércio do Porto paid special attention to France with 50 photographs (4.54%) and Portugal with 45 photographs (4.09%). In the French case, especially portrayed by the newspaper's interest in the evacuation of civilians and the flight of the militiamen. In the Portuguese case, the collaboration that Salazar and the Portuguese offered to rebel Spain is portrayed.



Graph 3 – Own elaboration based on data extracted from
O Comércio do Porto.

If we focus on the topics or subjects portrayed in the photographs published, we can observe, both in the photographs taken at the front and in the rear, the military nature of the snapshots. The main subject of most of the photographs taken at the front is the portrait of war actions with 155 photographs (14.10% of the photographs), the portrait of soldiers and soldiers with 62 photographs (5.64% of the photographs) and the movement of troops with 61 photographs (5.5% of the photographs). If we carry out the same research in the rearguard, the most photographed aspects are the destruction of spaces with 88 photographs (8.0% of the photographs), images of the daily life of civilians with 69 photographs (6.27% of the photographs) and the representation of military acts in the rearguard with 63 photographs (5.73% of the photographs), as shown in Graph 4.



Graph 4 – Own elaboration based on data extracted from *O Comércio do Porto*.

Photographs to Win a War Abroad. Information and Strategy

Having described some of the data that outline the profile of the collection, it is now time to analyse how the photographs were used and with what intentions. During the Spanish Civil War, photography became a tool for trying to win on the two opposing sides and in the two spaces that opened up as a breach after the uprising: the front and the rear. This would justify the exhaustive control that was exercised to prevent it from being counterproductive²⁵. The aim of this propaganda, of this visual communication strategy, was threefold: to maintain

²⁵ As was published in the government newspaper *El Socialista* on 19 February 1937: “Las imágenes son al mismo tiempo que medios eficaces para la propaganda, elementos peligrosos que pueden revelar al enemigo datos de interés para la ofensiva. Es, pues, elemental medida previsor, cuya omisión sería imperdonable, emplear medios para tener la seguridad de que quienes utilizan las reproducciones fotográficas son personas leales a la causa antifascista”. Own translation: “Images are at the same time effective means of propaganda, dangerous elements which can reveal to the enemy information of interest for the offensive. It is therefore an elementary precautionary measure, the omission of which would be unforgivable, to employ means to be sure that those who use the photographic reproductions are persons loyal to the anti-fascist cause”.

the morale of the Allies, to criticise the enemy and to convince outsiders of the need to get involved in a struggle presented as the test laboratory of the Second World War, also in terms of the use of photography as a propaganda medium²⁶.

Ninety years later, these photographs are presented as memory. They bear witness to history because they document a time and fold the past into the present by preserving moments that have happened but have not passed thanks to their preservation in a material form. And it is this capacity to retain time that allows photographs to be memory. This makes photographs a source of knowledge that helps us to recover the story of a period. As stated in the caption of a photograph published in *O Comércio do Porto* on 19 February 1937, which shows a dead militiaman, “nada melhor do que a fotografia para documentar certas informações”²⁷.

To achieve this status of photography as a working source for recovering the past, each photographic unit must be subjected to an exhaustive analysis that begins by transcending sight and advocating the gaze. An essential exercise that distinguishes the mere recognition or perception of what is portrayed from interpretation. This involves immersing oneself in the context in which the image was produced in order to understand its meaning.

However, there is a boundary between strategy and memory. A narrow boundary that the historian working with photographs should not cross and that has to do with the idea of (re)presentation. Photography does not show reality. It is a partial and interested version of that reality. It is a fragment and as a part, and not all of it, it is a selection of the photographer who decides, by will or under the guidance of a client, to leave out of the frame another part of what exists and is in front of the camera.

We say that the photographer intervenes in reality through selection, but there is also a second intervention. This is the one that takes place on the image itself when it is cropped, labelled under a headline or re-contextualised with a caption. These actions are intensified when the snapshots reflect an event or occurrence during a war. In addition to the intervention of the photographer and the channel – or means of communication through which the image reaches the visual reader – there is also the intervention of the authority, which uses the photograph to mobilise or redirect the visual reader. For example, on the front pages of 8 October 1936 and 17 January 1937, *O Comércio do Porto*

²⁶ Beatriz de las Heras, “Estrategias de comunicación visual. (Re)presentar la guerra desde la fotografía”, in Beatriz de las Heras (ed), *Imagen y Guerra Civil Española. Carteles, fotografía y cine*, Madrid, Síntesis, 2017, p. 145-158.

²⁷ Own translation: “there is nothing better than a photograph to document certain information”.

published the same photograph to illustrate different events in time and space. It is a snapshot of a light aircraft attacking an enemy position. The first time a photograph was published, the caption was added: “Bilbao sofreu um novo ataque aéreo dos nacionalistas”. Whereas when it was published the second time the caption specifies: “Un éxito de bombardeamento nacionalista em plena acção na frente de Madrid”²⁸. The same photograph serves to illustrate two different cities in two different years.

Another example is a photograph published on 29 January 1937. The photograph depicts a man carrying a woman, who appears to be injured, in his arms, surrounded by other nervous people who seem to have been in a very tense situation. *O Comércio do Porto* describes the photograph as “Uma cena de terror, nas ruas de Barcelona, provocada pelas recentes colisões entre elementos anarquistas e comunistas”²⁹ while we know, thanks to work in photographic archives in Spain, that the snapshot was taken by the photographic agency Antifafot Madrid in November 1936 and that it portrays the instant after a bombing by rebel aircraft in the Madrid neighbourhood of Tetuán de las Victorias. Thanks to the caption, *O Comércio do Porto* manages to re-semanticise photography by distancing the visual reader from reality, in an exercise of (re)presentation. This curious phenomenon of appropriation and circulation of images – or “migration of images”³⁰ – was one of the usual strategies in the propaganda/counter-propaganda binomial, especially employed in the rebel media.

What is undeniable is the great power of photography during the Spanish conflict. Let us take an example of one of Ferreira da Cunha’s works. This Portuguese photographer took a snapshot of a group of 59 soldiers in a truck. As specified by correspondent Jacques Berthet in *Le Temps*, the picture – published on 19 August 1936 in *Diario de Noticias* – depicts the handing over by the Portuguese authorities of 59 communists who had fled Badajoz and were imprisoned in the Quartel de Caçadores (Elvas), to the Moroccan regulars under the command of Spanish General Yagüe. This description could pose a diplomatic conflict for Portugal, just at a time when the Non-Intervention Pact, which it officially joined on 21 August 1936, was being negotiated. 48

²⁸ Own translation: “Bilbao suffered a new air attack by the Nationalists” and “Un éxito de bombardeamento nacionalista em plena acção en la frente de Madrid”.

²⁹ Own translation: “A scene of terror, in the streets of Barcelona, caused by recent collisions between anarchist and communist elements”.

³⁰ Vicente Sánchez Biosca, “Migración de imágenes de la guerra civil española”, in M.G. Besse and M. Ralle (ed.), *Les grands récits: miroirs brisés?, les grands récits à l'épreuve des mondes ibériques et ibéro-américains*, Paris, Indigo - Côté femmes, 2010, p. 232-250.

hours after the photograph that would prove the Portuguese non-neutrality was published. Faced with the serious accusation, the Gallic journalist was named *persona non grata* for Salazar and expelled from the country, and the photographer and other journalists were interrogated by the *Vigilância e Defesa do Estado* police to clarify the matter. The photographer recanted and stated that the 59 communists were arrested in Spain and by Spaniards³¹. If the original photograph is recovered, as we have done, the truth comes out. It is not a lorry carrying 59 communists but members of the Moorish troops in the service of General Franco. That is, according to the caption of the photo: “Uma das camionetas com regulares marroquinos que foram a buscar os 59 comunistas presos pelos carabineiros do posto do Caia”³². That is to say, at the time the photograph was taken, the battalion was moving to pick up the communists “arrested by the carabinieri from the Caia post”, which would corroborate Berthet’s interpretation of the affair, which the Salazarist government tried to cover up after the publication of the image.

The start of the war

With these considerations in mind, it is time to analyse the photographs of the Spanish Civil War that were published in *O Comércio do Porto*. The first photographs to be published date from 20 July, just 48 hours after the military uprising. The newspaper showed 7 portraits of those responsible: Queipo de Llano, Fernando Capaz, Núñez del Prado, Martínez Anido, Gómez Morato, Franco and, prominently, a portrait of General Sanjurjo. The day before, the Portuguese were informed of the conflict situation in Spain by graphically covering the assassination and funeral of José Calvo Sotelo with 3 snapshots that portray the car in which he was transferred, an agent collecting evidence in the vehicle and the crowd that surrounded the coffin on the day of his burial. The event took place in the early hours of 13 July, when he was kidnapped and executed by the socialist Luis Cuenca, Indalecio Prieto’s bodyguard³³. It is interesting to note that an event that took place between 13 and 14 July was reflected in the Portuguese press at the start of the conflict, almost as a visual justification for the military uprising that was to take place days later.

³¹ Alberto Pena Rodríguez, *Salazar, a Imprensa e a Guerra Civil de Espanha*, Coimbra, Minerva, 2007, p. 202.

³² Own translation: “One of the vans with Moroccan regulars that went to pick up the 59 communists arrested by the carabinieri from the Caia post”.

³³ Stanley Payne, *The Spanish Civil War*, Cambridge University Press, 2012.

If we focus on the first photograph published in the newspaper, which depicts what the paper considers to be a scene after the uprising, we have to go back to 21 July. On the front page, illustrating the news “A revolta militar em Espanha. Anuncia-se oficialmente que foi dominada a sublevação militar de Madrid. O Governo afirma que reina calma em Espanha, com excepção de Saragoça e Valladolid que estão o em poder dos revoltosos”³⁴, a snapshot of a group of civilians surrounding a tank on a street in Madrid is included. Curiously, this image seems to portray a pre-war scene. In fact, and although it is not specified in *O Comércio do Porto*, it is a snapshot taken by Jos. Völk of Waldshut (Baden, Germany) on 3 March 1935, according to the back of a copy circulating among collectors with the following caption: “Unruhiges Spanien’. Nach dem großen Sieg der Linkspartelen in Spanien sind die Unruhen und Feuergefechte in den Straßen von Tag zu Tag gewachsen”³⁵.

Another example of images of Spain that were published in those days, although they do not depict a war scenario, is the set of four snapshots published on 22 July, which reproduce the accident that cost Sanjurjo his life as he was on his way from Portugal to Spain to lead the uprising. A mosaic of four photographs shows two images of the wreckage of the aeroplane, a photograph before the accident – when the pilot poses in front of the plane – and an archive family image showing Sanjurjo with his wife and son. The composition is rounded off with another snapshot showing two members of the Spanish Falange guarding the coffin of the Spanish soldier during the funeral mass in Estoril.

In order to locate the first photograph taken during the war, shot in situ, which does not show general views before the uprising or portraits of generals or politicians, we must go back to 26 July 1936 when *O Comércio do Porto* published a snapshot taken in the city of San Sebastián, under the headline “O rastilho da revolta em Espanha”³⁶. The image shows a group of wounded civilians after an attack before the memorial mass for the death of Calvo Sotelo. The caption of the photograph in which the newspaper’s position on the assassination of the politician “was barbarously assassinated” is made explicit is noteworthy.

It was not until the issue of 30 October 1936 that the first image of the front was published in the newspaper. It was published on the front page and is a

³⁴ Own translation: “Military uprising in Spain. It is officially announced that the military revolt in Madrid has been subdued. The Government declares that calm reigns in Spain, with the exception of Zaragoza and Valladolid, which are in the hands of the insurgents”.

³⁵ Own translation: “Troubled Spain. After the great victory of the left-wing parties in Spain, the unrest and firefights in the streets have grown day by day”.

³⁶ Own translation: “The fuse of revolt in Spain”.

scene at sea. It shows a group of government soldiers in the water waiting to be rescued and “begging for mercy”, according to the caption. The group was part of the company aboard a submarine that attacked a rebel army ship and was eventually shot down in the port of La Coruña after a “violent battle”. Apart from showing the defeat of the anti-fascists, the aim is to highlight the goodness of the rebels by pointing out that “they were picked up by the victorious ship”.

On the same day, the first image depicting a scene of military mobilisation and street riots was also published. In the first case, a group of soldiers ready to be transferred to the front with vehicles in the square of a village in northern Spain, according to the caption. In the second case, and under the caption “Os horrores da guerra civil”, two snapshots taken in Plaza de Cataluña in Barcelona in which “extremists” are burning belongings and setting fire to cars.

The end of the war

Three years later the war ended and *O Comércio do Porto* covered Franco’s success with little interest. Between 27 March 1939 – the day before the capture of Madrid – and 11 April 1939 – 10 days after Franco’s victory – 26 photographs were published. Other international news, related to the power of European totalitarianism and the climate of tension that, a few months later, led to World War II, were more prominent. All the snapshots represent Franco’s victory through three visual formulas.

The first formula is to glorify victory. With two different strategies: to show the victorious soldier and to invest him with authority. As in the front page photograph of 1 April 1939, showing Franco getting out of a vehicle and in the caption of the photo it is pointed out that he was dressed in his great uniform as Head of State. The second strategy was to show the representation of the new state associated with the bicolour flag, as in the photograph published on 6 March 1939 showing how the Spanish Embassy in Brussels was exchanging flags to replace the tricolour flag of the Republican government with the bicolour flag of the new government.

The second formula is to represent the defeat of the rival. And this is done, in the same way, through two resources. The first one is to show the enemy’s flight. As an example, the photograph published on 9 April 1939 shows Segismundo Casado and other members of the Madrid Defence Council³⁷, leaning out of

³⁷ Segismundo Casado, head of the Army of the Centre of the Republic, in collaboration with Julián Besteiro, Wenceslao Carrillo, Cipriano de Mera and General José Miaja, was responsible for

the window of a train in Paris who are trying to “seek refuge” in England after Franco’s victory. The second resource is to show the joy of a people who are presented as “liberated” after the defeat of the anti-fascists, as in the cover of 3 April 1939, which shows a scene of jubilation of thousands of citizens in the Puerta del Sol in Madrid before the arrival of the rebel troops in the city.

The third formula is to present the new Spain. A country in which new values were to be imposed, represented by Franco and revolving around the idea of the great Spanish family. On the front page of 27 March 1939, *O Comércio do Porto* published a photograph showing Franco and Carmen Polo – his wife – posing in front of families who, with their arms raised in the fascist salute, maintained an attitude that contrasted with the smile of the new head of state. Below the photograph is the headline, which shows Franco in Burgos after handing out subsidies to large families. Here Franco symbolises the great father of a Spain under reconstruction.

Visual strategies to win the war on the border

As we have mentioned, every visual strategy in war aims to exalt the ally, criticise the enemy and convince third parties. Starting from this point, *O Comércio do Porto* selected the photographs it published from one position: the allies to praise were the rebels and the enemies to criticise were the anti-fascists.

The simplest strategy was to exalt the ally. In the case of the photographs published in the rebel press or in the countries that collaborated with rebel Spain, the glorification of the rebels was always related to two fundamental aspects: heroism and magnanimity. These values were closely linked to military and religious values, respectively. Two of the fundamental pillars on which the Francoist state was to be built: military order and the Church.

This glorification was done by highlighting well-known figures, especially military figures, or by using as an example an anonymous person who becomes

a coup against the publican government of the socialist Juan Negrín in the face of his determination to continue resisting after the rebel victory in Catalonia in February 1939. Faced with this coup d’état, a National Defence Council was formed with the aim of initiating talks with General Franco and reaching an agreement to end the war. Segismundo Casado left the city of Madrid in the face of the imminent entry of the rebels into Madrid and from the port of the Valencian city of Gandía he took a British ship that would take him to Marseilles in France. In 1951 he went into exile in Venezuela and then Colombia. He did not return to Spain until 1961. That year he faced a trial for military rebellion from which he was finally acquitted. This is discussed in the book Ángel Bahamonde and Javier Cervera, *Así terminó la Guerra de España*, Madrid, Marcial Pons, 2000.

an inspiration for the people. The most numerous examples are to be found among the former. Obviously, the greatest exponent of military gallantry was Francisco Franco. This strategy was developed from the first weeks of photographic coverage of the war. And it was done by alluding to the military man's heroic past. As an illustration, the front page of 22 August 1936 published a photograph recalling the operation led by Franco during the Rif War (1912-1927). This image was originally published in the Spanish newspaper ABC on 20 November 1921. It portrays Franco, at that time head of the Tercio de Voluntarios, giving orders to his captains during the Assault on Ras-Medua.

Less numerous are the photographs of anonymous soldiers who, thanks to their exemplary behaviour in the fight against the enemy, became an example for the people. Not only is this archetype less numerous, but it also tends to occupy less prominent space in the newspaper. If the great military figures dominate the front pages, the examples of anonymous heroism are relegated to the inside pages, which does not detract from the importance of the photograph. On 1 October 1936, a photograph of a soldier – presented as Pedro Gómez – was published on page 7 under the headline “One against forty”. The caption is a tribute to the strength and courage of the young soldier: “... sem outro auxillo que não fosse o da sua espingarda-metrallhadora desalojou quarenta marxistas entrincheirados numa casa dos arredores de Bilbao”³⁸.

Another characteristic that *O Comércio de Porto* emphasises about the heroes is their magnanimity in victory. The idea that rebel soldiers respect the rules of war is common. The idea behind the visual strategy is that justice is done (with victory) and, afterwards, they are benevolent towards the defeated. Words such as “generosity” are even used, as is alluded to in the caption of a snapshot published on the front page of 12 June 1937, which illustrates a group of foreigners who have been released “thanks to Franco's generosity”.

Heroism and benevolence are complemented by a third quality which, although less important in quantitative terms, also stands out: the affability of the rebel soldiers towards the civilian population. An image of closeness and kindness towards friends that balances the image of harshness in combat with the enemy. As an example, an interesting photograph published on 2 November 1936. In this image, General Luis Lomarte, in command of the Galician columns that took part in the conquest of Oviedo, surrounded by women, looks at the photographer with a smile. The caption leaves no doubt as to the military man's character: “... como se vê, um homem surpreendente e sociável. As jovens

³⁸ Own translation: “... without any help other than that of his machine-gun rifle he dislodged forty Marxists entrenched in a house on the outskirts of Bilbao”.

asturianas que o rodeiam acham-no, cetamente, encantador, achando-as êle, por seu turno – e não faz favor nenhum- ecantadoras...”³⁹.

As for criticism of the enemy, this can be designed through different strategies that focus on the military, not on civilians. It is interesting how the citizens left in the rearguard were shown as victims of the evil of the “vermelhos”. Moreover, the focus of prosecution and criticism was directed at the authority and the soldiers who took part in the battle on the anti-fascist side. In this way, civilians were depicted as suffering people awaiting salvation at the hands of the rebels. An example is a photograph published on 9 October 1936. It is a snapshot of a young woman, her face distorted, holding her baby in a street in the city of Toledo. This duality was highlighted in the caption. The pain caused by the Marxists to the civilian population and the joy of being saved by Franco:

A fotografia documenta, exuberantemente, a tragedia vivida, com heroísmo, pelos sitiados de «El Alcázar» de Toledo. Esta mãe, que aperta ao seio filho querido, nascido sob a ameaça dos tiros e das granadas, revela, nas suas lágrimas, a enorme alegria que lhe vai na alma no deparar com as tropas victoriosas do general Franco que, com todos os sitiados, salvarem aquele que é o sangue do seu sangue, vida da sua vida...⁴⁰.

Also of interest are the strategies used to criticise the enemy soldiers by accusing them of three reproaches – the first two ridiculing – which were visually reiterated: ineptitude, lack of respect and lack of scruples. Ineptitude was constantly alluded to when referring to the militiamen. Let us not forget that the rebel military took every opportunity to refer to the lack of professionalism of the government troops. They linked this lack of professionalism to the fact that the military leaders had to put the defence of their positions in the hands of civilians. Thus, the lack of discipline of the militias, a fundamental quality for the military, was emphasised. It was, therefore, a way of undermining the Republican army mocking the authorities who were constantly accused of forcing laymen to take up a fight they would lose to the all-powerful rebel army. Even reminding, constantly, the participation of minors in an adult war. As shown in

³⁹ Own translation: “...as can be seen, a surprising and sociable man. The young Asturian women around him find him quite charming, and he, in turn, finds them - and he does them no favours - charming...”.

⁴⁰ Own translation: “The photograph exuberantly documents the tragedy lived, with heroism, by the besieged of ‘El Alcázar’ in Toledo. This mother, clasping her beloved son to her breast, who was born under the threat of the shots and grenades, reveals, in her tears, the enormous joy in her soul on meeting the victorious troops of General Franco who, with all the besieged, saved the one who is the blood of her blood, the life of her life ...”.

a news item published on the front page of 8 January 1937, two days after Three Kings' Day (a celebration in which children are the main protagonists. In this way, the childish character of young people was emphasised), about how the Frente Popular recruited minors in France. It was accompanied by a photograph of a card from the Conserjería de Juventud de Sarriá (Barcelona) showing the details of a 14-year-old French boy (Henry Poeyo) enlisted in Barcelona in the anarchist battalion Columna de Hierro – an anarchist group that participated very actively between 1936 and 1937, especially on the Teruel Front – and who joined, according to the identification card, on 24 November 1936.

But criticism of the army for its ineptitude was based on ridicule and mockery, as we have already mentioned. We will highlight examples of the two forms that were most often repeated in the Portuguese newspaper. The first consisted of showing the listless attitude of the enemy army as portrayed in the photograph published on 26 September 1936 showing a group of militiamen in a trench in Madrid. The group is seated in different armchairs while contemplating the earthen sacks in their trench. The snapshot is captioned: "New combat tactic..." as "shown in this image".

The second way was to portray the lack of respect for the military uniform, as in this example published on 5 February 1937 showing communist political commissars, one of them badly uniformed, under the headline: "Como esta gravura mostra, os dirigentes militares madrileños usam no boné e no blusa o emblema soviético..."⁴¹. Apart from referring to the lack of decorum in the dress of the command, the image has another critical connotation, which is that of the power that communism maintained among the government army.

The disrespect attributed to the anti-fascists is usually associated with an attack on religion, one of the pillars of the state on which Franco wanted to rebuild the country after the victory of the rebels. On 11 November 1936 a snapshot was published that may serve as an example. In this photograph, two militiamen are picking up the remains inside a church. According to the caption, this is done to transform the metal into weapons.

Also recurrent was the allusion to the unscrupulousness of the enemy, who were capable of causing great suffering to civilians. A curious example is that of the alleged attempt to spread an epidemic in order to annihilate Franco's followers. The news item, published on 10 June 1937 and accompanied by two photographs, reported an "unnamed monstrosity" communicated by "reliable information". Two foreign spies (Witold Jedlinski and Jean Bouguennec) sent by the Soviets were

⁴¹ Own translation: "As this engraving shows, the Madrileño military leaders wear the Soviet emblem on their cap and blouse..."

supposed to have been arrested in the town of Irun on their way to introduce the lethal poison they were hiding under their skin. The images show the scarifications on the chest of the first one and on the leg of the second one. In these scarifications, the two detainees allegedly kept the poison. According to the archives of the Spanish Civil War Photographic Collection of the National Library), which has a copy of the series to which these two photographs belong, the images are signed by Foto Delespro and bear the stamp of Division 53 of the General Staff of the Technical Section of the Ministry of the Interior. Despite the existence of these images in Spain, we are not aware that the news item was published. What is clear is that abroad the photographs clearly served as a critique of the enemy who were shown to be capable of employing the most damaging tactics to win the war.

The third strategy, after defending the ally and criticising the enemy, was to convince third parties. In the case of Portugal, as a direct ally of the rebels, it was not necessary to design a specific campaign, although some photographs are aimed at mobilising other countries. An example is the photograph published on 1 September 1936 showing the British-flagged ship *Gibel Zerjon*, which, according to the text accompanying the image, was attacked by the government forces. It was added that the British had to send the battleship *Repulse* to defend it. The comment seems to implicate a third party – England – in the conflict and to demonstrate the violent character of the republican government.

What is more common, in terms of implicating third parties, is criticism of the rival's collaborators. This is evident on the back of the photograph published on 24 October 1936. The picture shows a portrait of the new Spanish ambassador to Paris, Luis Ariquistáin, at an official ceremony at the Élysée after meeting the French president. The newspaper took the opportunity to link the government of the Republic with communism: "Do papel do sr. Luiz Araquistáin nas manobras do comunismo internacional a favor do Governo de Madrid"⁴². The word "manoeuvres" implies a criticism of the Reds for manipulating the Spanish government and, on a second level of criticism, of the French government for accepting the visit of a communist.

Conclusions

Many propaganda tactics were employed during the Spanish Civil War through photography. Photography can be seen not only as a trace of the past

⁴² Own translation: "On the role of Mr Luiz Araquistáin in the manoeuvres of international communism in favour of the Madrid Government".

that helps us to immerse ourselves in the past (almost as if we were opening a door to the past). Photography is also revelation (which helps us to cross the threshold of that door). And the fact is that a photographic image, as an object of its time, offers us a great deal of information about, among other aspects, the context, the author, the media in which the photograph is published and the working circumstances of the photographers. It is only necessary that we learn to ask the relevant questions to the photographs so that these photographs respond to us⁴³. In order to do so, it is necessary to transcend sight and advocate looking, that is, looking rather than seeing. That is to say, to abandon the mere recognition of motifs (an act proper to sight and which treats the image as an illustration) in order to work on the interpretation of images (an act proper to the gaze and which treats the image as a source of knowledge).

Thanks to the analysis of the photographs, we have determined the use that *O Comércio de Porto* made of images by Spanish and foreign photographers, even if their authorship was not acknowledged in the caption. We have also demonstrated the newspaper's re-use of work by Portuguese photographers hired by other media during the war, or the use of snapshots taken before 1936. Finally, we have learned that the newspaper did send at least one photographer of its own.

After an exhaustive study of each of the photographs depicting the Spanish Civil War that were published in *O Comércio do Porto* from July 1936 to April 1939, we can highlight the newspaper's extensive coverage of what was happening in the neighbouring country. In the first twelve months of the conflict, the newspaper published almost 700 photographs. A figure that far exceeds the number of photographs published by the rebels in the Spanish media during the first year of the war. From the second year onwards, a gradual decline in the number of photographs published is confirmed. This decline coincides with a rise in the number of photographs published in the Franco-controlled Spanish press. The hypothesis is, therefore, that if the coup plotters made a propaganda effort abroad to consolidate their foreign alliances in the early stages of the war, from the spring of 1937 onwards they were more concerned with domestic propaganda, probably with the idea of preparing for the more than likely victory of the rebels at that point.

The visual account published in *O Comércio do Porto* is a self-serving narrative that would demonstrate the unconditional support of Salazar's Portugal for the rebels. To this end, photography was used as a (re)presentation of reality. Images, therefore, at the service of a cause to maintain the morale of the allies

⁴³ Boris Kossoy, *Lo efímero y lo perpetuo en la imagen fotográfica*, Madrid, Síntesis, 2014.

and criticise the enemies. And this representation, or even re-semanticisation of the snapshots, began from the start of the war. Sánchez Albornoz, Spain's ambassador in Lisbon, denounced this by stating that the Portuguese press was working hard to attack the Republic and extol the insurgents, censoring and disseminating false information. Even weeks before the military uprising of July 1936⁴⁴. A Portuguese press that was under the control of the Secretariado de Propaganda Nacional and the Direcção dos Serviços de Censura, institutions responsible for turning Portugal into Franco's photographic embassy.

⁴⁴ José Luis Martín, Claudio Sánchez Albornoz. *Embajador de España en Portugal (mayo-octubre de 1936)*, Ávila, Fundación Sánchez Albornoz, 1995, p. 15.

La vie mystérieuse du cinéaste français Jean Noël Pascal-Angot et de sa société de production de cinéma franco-belge aux colonies portugaises (1960-1974)¹

The mysterious life of French filmmaker Jean Noël Pascal-Angot and his Franco-Belgian production company (1960-1974)

Alexandre Ramos
Universidade de Évora, CIDEHUS
aramos@uevora.pt
<http://orcid.org/0000-0003-3872-5536>

Texte reçu le / Text submitted on: 21/03/2023

Texto aprovado le / Text approved on: 15/04/2024

Abstract

The French director Jean Noël Pascal-Angot, through his Franco-Belgian company International Audio Vision, was very active in the production of propaganda films in Portugal and its colonies in the 1960s and 1970s. For decades, however, a mystery surrounded his career and life before and after his time in Portugal. This article presents a detailed analysis of his biography, his professional activities and how his Franco-Belgian teams worked in the Portuguese colonies. This research aims to provide a detailed source of information for more analytical and critical studies of Pascal-Angot's work, and of European colonial propaganda cinema in general.

Keywords: Jean Noël Pascal-Angot; History of Franco-Belgian cinema; Colonialism; Portuguese colonial propaganda; Portuguese Africa.

Résumé

Le réalisateur français Jean Noël Pascal-Angot a développé une activité importante de production de cinéma de propagande au Portugal et dans ses colonies pendant les décennies de 1960 et 1970, au travers de son société franco-belge International Audio Vision. Cependant, son parcours professionnel et de vie avant et après son séjour au Portugal resta un mystère pendant des décennies. Cet article contient une analyse détaillée de sa biographie, de son activité professionnelle et des travaux de ses équipes franco-belges dans les colonies portugaises. Cette recherche vise à contribuer, avec une source d'information détaillée, pour des études plus analytiques et critiques sur l'œuvre de Pascal-Angot, en particulier, et sur le cinéma de propagande colonial européen, en général.

Mots-clés : Jean Noël Pascal-Angot ; Histoire du Cinéma franco-belge ; Colonialisme ; Propagande Coloniale portugaise ; Afrique portugaise.

¹ Ce travail est financé par des fonds nationaux par la Fondation pour la science et la technologie, dans le cadre du projet UIDB/00057/2020.

Introduction

Le cinéma colonial est une source d'information sur l'expansionnisme européen et l'histoire des nouveaux États indépendants. Ce genre cinématographique a été absent, à tant qu'objet d'étude et source d'information, de la plupart des productions académiques sur les études coloniales jusqu'aux années 1980. La cinématographie coloniale a ensuite progressivement été étudiée, ce mouvement s'est opéré à des rythmes différents dans les cercles académiques des anciennes métropoles européennes. Des auteurs tels que Francis Ramirez et Christian Rolot ont mené le mouvement et ont conclu que l'analyse et l'étude des films coloniaux ont bénéficié positivement de la distance temporelle qui a suivi les processus complexes d'indépendance.

Cette distance a permis l'émergence de lectures plus approfondies au fil du temps et les documents coloniaux classés comme simple propagande après la décolonisation ont été relus pour identifier leur valeur hypothétique en tant que source d'information pour l'histoire¹. Il a donc été conclu que les films coloniaux ont une valeur documentaire, tant pour les images que pour le contexte dans lequel elles s'inscrivent².

En effet, à partir du milieu des années 2010, les études sur le cinéma colonial se sont encore plus diversifiées et, parallèlement, les chercheurs ont, entre autres, cherché à comprendre leurs publics. Dans ce contexte, on peut citer, par exemple, les travaux de Keyan G. Tomaselli³, James Burns⁴ et Odile Goerg⁵. Ainsi, leurs études visaient à comprendre, entre autres : les lieux où les films étaient projetés et à qui ; et dans quelle mesure le cinéma, en particulier les longs métrages, reflétait les peurs et les désirs de la puissance coloniale. Ces études ont montré, par exemple : (1) que le contexte géopolitique de l'après Seconde Guerre mondiale a modifié le récit colonial présent dans les films, puisque les documentaires coloniaux ont commencé à se concentrer essentiellement sur le progrès socio-économique des populations et (2) qu'à partir des années 1950,

¹ Francis Ramirez e Christian Rolot, *Histoire du cinéma colonial au Zaïre, au Rwanda et au Burundi*, Tervuren, Musée Royale de l'Afrique centrale, 1985, p. 7.

² Marc Ferro, *Cinema and History*, Detroit, Wayne State University Press, 1988.

³ Keyan Tomaselli, *The Cinema of Apartheid: Race and Class in South African Film*, London, Routledge, 2013.

⁴ James McDonald Burns, *Flickering Shadows: Cinema and Identity in Colonial Zimbabwe*, Ohio, University Press, 2002; James Burns, "The African Bioscope – Movie House Culture in British Colonial Africa", *Afrique histoire* 5, 1 (2006), p. 65-80.

⁵ Odile Goerg, *Fantômas sous les Tropiques. Aller au Cinéma en Afrique Coloniale*, Paris, Vendémiaire, 2015; Odile Goerg, *Tropical Dream Palaces: Cinema in Colonial West Africa*, London, C Hurst & Co Publishers Ltd, 2019.

la censure a cherché à supprimer les contenus explicitement racistes, révélant que les autorités coloniales ne considéraient plus le public africain comme un public purement passif⁶.

Malgré l'importance de ces études, comme l'a noté Guido Convents dans sa monographie *A la recherche des images oubliées : Préhistoire du cinéma en Afrique, 1897-1918*⁷, les études sur le cinéma colonial ont eu tendance à se concentrer principalement sur les anciennes colonies britanniques et françaises. Par conséquent, les productions cinématographiques coloniales portugaises et autres ont été négligées.

Entre 1898 et 1975, des centaines de films ont été réalisés dans les colonies portugaises (Angola, Cap-Vert, Guinée-Bissau, Mozambique, São Tomé et Príncipe, Macao, Timor et l'État portugais de l'Inde) ont enregistré un grand variété d'aspects : les événements politiques, le développement agglomérations urbaines, la construction de grands ouvrages publics, l'évolution de la politique coloniale portugaise, les activités sportives et de loisirs, et de nombreux autres aspects de la vie urbaine et rurale, tels que la composition ethnique et religieuse de la population.

Le fait que l'étude du cinéma colonial portugais ait été négligée a entraîné des conséquences importantes. Un exemple évident est la monographie de Manthia Diawara, *African Cinema : Politics & Culture*⁸, dans laquelle l'auteur affirme – sans indication bibliographique – que la production cinématographique portugaise dans les colonies portugaises se limitait à la production mensuelle de films d'actualités de propagande et de films pornographiques pour le marché sud-africain. Les conclusions de Manthia Diawara ont eu et continuent d'avoir un impact important, surtout parce qu'il a été l'un des premiers auteurs anglophones à écrire sur le cinéma colonial portugais. Cela ne tient pas compte de tous les films d'actualité, documentaires et longs métrages produits par des sociétés locales sans, dans la plupart des cas, de financement public⁹. L'influence des études de Diawara aide à comprendre pourquoi l'article sur le cinéma africain dans l'*Oxford Encyclopedia of African Thought*¹⁰ mentionne

⁶ Alexandre Ramos, "Luanda e Sua Gente, Cidade Feiticeira: Representations of an Eternal Empire", *Canadian Journal of History* 56, 2 (2021), p. 112, <https://doi.org/10.3138/cjh-56-2-2021-0029>.

⁷ Guido Convents, *A la recherche des images oubliées: Préhistoire du cinéma en Afrique, 1897-1918*, Bruxelles, OCIC, 1986.

⁸ Manthia Diawara, *African Cinema: Politics & Culture*, Indiana University Press, 1992.

⁹ António Melo Pereira voir Alexandre Ramos e Paulo Miguel Martins, *Biografias do Cinema Colonial: Moçambique (1951-1975)*, Évora, Publicações do Cidehus, 2023, <http://books.openedition.org/cidehus/20781>.

¹⁰ Francis Abiola Irele e Biodun Jeyifo, *The Oxford Encyclopedia of African Thought*, vol. 1, Oxford, Oxford Univ. Press, 2010.

que la production cinématographique en Afrique lusophone est unique en ce sens que les Portugais ont limité leur production à des actualités mensuelles de propagande coloniale et à des films pour adultes. Ces conclusions, en part, sont le résultat que la plupart des études sur ce sujet sont publiées principalement en portugais, à quelques exceptions près¹¹.

La littérature en portugais sur le cinéma réalisé dans les colonies portugaises permet d'écarter les conclusions publiées par Manthia Diawara. Soulignons, par exemple, les importants travaux publiés au cours des deux dernières décennies par les chercheurs portugais comme Maria do Carmo Piçarra¹², Paulo Cunha¹³ ou l'auteur belge Guido Convents¹⁴, qui démontrent que la production de films sur les colonies portugaises ne s'est pas limitée à quelques éditions de films d'actualité et qu'il y a eu une diversification et une croissance progressives des productions cinématographiques après la Deuxième Guerre mondiale.

Cet article analyse la relation entre le cinéma et le colonialisme européen, en particulier le colonialisme portugais, en étudiant le réalisateur Jean Noël Pascal-Angot, qui a travaillé au Portugal et dans ses colonies entre 1966 et 1974. Après avoir décrit le contexte politique de cette période historique, nous explorerons la biographie et le parcours professionnel de ce réalisateur et montrerons ainsi comment il est parvenu à signer plusieurs contrats avec l'État portugais.

Le contexte politique du colonialisme portugais entre 1951 et 1974

Au lendemain de la Seconde Guerre mondiale, l'État portugais a ressenti le besoin de réinventer son empire afin de se présenter comme une nation pluricontinentale culturellement unique - se démarquant des autres systèmes

¹¹ Par exemple: Alexandre Ramos, "Portuguese and Belgian Colonial Cinema, the filmography of two small big countries in Africa", *Cahiers d'études africaines*, 239 (2020), p. 563-91, <https://doi.org/10.4000/etudesafriaines.31643>; Patrícia Ferraz de Matos, *The Colours of the Empire: Racialized Representations during Portuguese Colonialism*, Oxford, Berghahn Books, 2013; Maria do Carmo Piçarra e Teresa Castro, *(Re)Imagining African Independence*, Oxford, Peter Lang, 2017, <https://www.peterlang.com/document/1113224>.

¹² e.g., Maria do Carmo Piçarra e Jorge António (eds.), *Angola: o nascimento de uma nação*, Lisboa, Guerra e Paz, 2013; Maria do Carmo Piçarra, *Azuís ultramarinos: propaganda colonial e censura no cinema do Estado Novo*, Lisboa, Edições 70, 2015.

¹³ e.g., Paulo Cunha, "Guerra Colonial e Colonialismo no Cinema Português", *Estudos do Séc. XX – Colonialismo, Anticolonialismo e Identidades Nacionais*, 3 (2003), p. 185-208.

¹⁴ Guido Convents, *Imagens & Realidade: Os moçambicanos perante o cinema e o audiovisual: uma história político-cultural do Moçambique colonial até à República de Moçambique (1896-2010)*, Mozambique, Dockanema, 2011.

coloniaux européens. La prise de conscience de ce problème par les élites politiques de l'Estado Novo, mais aussi par les groupes d'opposition au régime, avant même 1945, préconise de remplacer les formules juridiques et institutionnelles de l'Acte colonial de 1930¹⁵ par d'autres plus conformes à l'esprit des temps à venir : on suggère notamment d'utiliser le concept de "provinces d'outre-mer", en éliminant ceux de "colonie" et "d'Empire"¹⁶.

Cependant, ce n'est qu'avec la révision constitutionnelle de 1951 que des changements fondamentaux ont été apportés afin d'adapter le discours officiel aux vents du changement. Cette démarche politique et culturelle visait à rejeter les ingérences extérieures, notamment celles de l'ONU, et à calmer les revendications au sein même de l'Empire, en mettant l'accent sur celles des élites de Goa¹⁷.

En 1950, des modifications de l'Acte colonial de 1930 ont été esquissées en vue de créer une politique organique de l'outre-mer, qui s'est exprimée dans la révision constitutionnelle de 1951 qu'était, en part une déclaration politique contre les pressions politiques et sociales sur la possibilité d'une autonomie ou d'une indépendance progressive pour les colonies portugaises. En 1959, lorsque le secrétaire général des Nations Unies a demandé si le Portugal administrait des territoires visés par l'article 73 de la Charte des Nations unies, le gouvernement portugais a répondu qu'il n'avait pas de "colonies", mais des "provinces" et qu'il n'était donc pas un État colonisateur¹⁸.

Le maintien de l'intégrité territoriale de l'Empire portugais a été, d'une part, mis à profit par le régime pour réitérer la légitimation du cas unique du colonialisme portugais, il a, d'autre part, attiré de plus en plus l'attention de la communauté internationale, surtout après l'adhésion du Portugal à l'ONU en 1955. Dans les années 1960, le siège de la souveraineté coloniale portugaise s'est intensifié avec l'entrée à l'ONU des nouveaux pays africains et asiatiques. Parallèlement à l'augmentation de la pression internationale, l'expulsion des autorités portugaises des enclaves de Dadrá et Nagar-Aveli (Inde), la capitulation symbolique du fort militaire de São João Baptista de Ajudá (1960)

¹⁵ Sur l'Acto Colonial voir Cláudia Castelo, "Colonial Migration to Angola and Mozambique: Constraints and Illusions" in Eric Morier-Genoud e Michel Cahen (ed.), *Imperial Migrations: Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*, London, Palgrave Macmillan UK, 2013, p. 109, https://doi.org/10.1057/9781137265005_4.

¹⁶ Alexandre Valentim, *Contra o vento: Portugal, o império e a maré anticolonial (1945-1969)*, Lisboa, Temas e Debates, 2017, p. 198.

¹⁷ Sur le statut des élites de Goa dans l'Empire portugais, voir Alexandre Valentim, *Contra o vento...*, cit.

¹⁸ A. E. Duarte Silva, "O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)", *Análise Social* 30, 130 (1995), p. 5-50.

au Bénin, le démarrage de la guerre coloniale (1961) et l'invasion de l'État portugais de l'Inde (1962) par les troupes de l'Union indienne sensibiliseront le régime portugais à la nécessité de trouver de nouvelles formules pour la défense de sa cause coloniale¹⁹.

Au début des années 1960, le régime de l'Estado Novo se rend compte que la nouvelle sémantique coloniale adoptée lors de la révision constitutionnelle de 1951 et les politiques assimilationnistes du ministre de l'Outre-mer Adriano Moreira (par exemple l'abolition du statut d'indigène en 1961) n'était pas suffisante. Deux renforcements de la légitimité étaient nécessaires : la doctrine du lusotropicalisme²⁰ et l'idéal du développement économique des territoires et de l'amélioration des conditions de vie des populations, soutenus par des investissements publics accrus²¹. Cette formule donne origine aux Planos de Fomento do Ultramar (Plans de développement d'outre-mer)²², qui prônent concrètement le développement social et économique des colonies portugaises au nom d'un mythe de création récente : l'existence de sociétés multiraciales en Angola et au Mozambique, ou les "nouveaux Brésils"²³, harmonieusement intégrés à la nation portugaise multiculturelle et pluricontinentale.

¹⁹ Alexandre Ramos, "Luanda e Sua Gente, Cidade Feiticeira: Representations of an Eternal Empire", *Canadian Journal of History* 56, 2 (2021), p. 112, <https://doi.org/10.3138/cjh-56-2-2021-0029>.

²⁰ Le Lusotropicalisme représente la synthèse des conceptions théoriques de Gilberto Freyre, conçues dans les années 1930 et formalisées dans les années 1950, concernant l'exceptionnalisme racial portugais et, par extension, brésilien. Le travail de Freyre a favorisé la reconnaissance de la relative bienveillance du colonialisme portugais et de sa plus grande tolérance raciale par rapport à d'autres puissances européennes. Il a postulé que le Brésil deviendrait éventuellement une Arcadie, caractérisée par une population métissée sur le plan racial. De plus, il a soutenu que le vaste Monde impérial portugais représentait, en dernière analyse, malgré certaines controverses, une expérience interr raciale réussie, voir Warwick Anderson; Ricardo Roque; e Ricardo Ventura Santos, *Luso-Tropicalism and Its Discontents: The Making and Unmaking of Racial Exceptionalism*, New York, Berghahn Books, 2019.

²¹ Cláudia Castelo, "“Novos Brasis” em África: desenvolvimento e colonialismo português tardio", *Varia Historia* 30, 53 (agosto de 2014), p. 507-32, <https://doi.org/10.1590/S0104-87752014000200009>.

²² Sur les Planos de Fomento no Ultramar voir Maria Fernanda Rollo, *Portugal e a Reconstrução Económica Do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a Economia Portuguesa Dos Anos 50*, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE – Série D, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.

²³ Sur le concept de "Nouveau Brésil" voir Cláudia Castelo, "“Novos Brasis” em África: desenvolvimento e colonialismo português tardio", *Varia Historia* 30, 53 (agosto de 2014), p. 507-532, <https://doi.org/10.1590/S0104-87752014000200009>.

En effet, l'interventionnisme et l'investissement étatique résultant des Plans de Développement et de l'Espace Economique Portugais (EEP)²⁴ combinés à un certain nombre de facteurs – entre autres : le cadre national et international de la croissance économique ; le début de la guerre coloniale portugaise (1961-1975) ; l'augmentation de l'émigration portugaise vers les colonies ; l'ouverture aux investissements étrangers et la rentabilité de produits tels que le café, le pétrole et les diamants – ont été responsables de l'évolution positive de l'économie dans l'Empire portugais, en particulier dans les provinces de l'Angola et du Mozambique²⁵.

Confronté au développement économique des colonies et à l'émergence théorique d'une société multiraciale, il était essentiel pour le régime portugais diffuser la nation pluricontinentale montrée les réalités du développement économique et social. Plusieurs films ont donc été produits avec des images et des messages positifs conformes au discours officiel du gouvernement. Les plus remarquables – pour leur qualité, leur coût de production et leur diffusion internationale – sont les documentaires en couleur produits par Jean Noël Pascal-Angot.

Qui était Jean Noël Pascal-Angot ?

Nous référons spécifiquement à Jean Gaston Raymond Angot né le 27 novembre 1928 à Solliès-Pont²⁶, un petit centre urbain situé dans la périphérie de Toulon, région administrative de Provence (France). Il était un des plus actifs réalisateurs/producteurs travaillant au Portugal pendant les années 1960s, début des années 1970s, appartenant à un petit groupe de cinéastes qui ont produit des documentaires sur presque toutes les colonies portugaises.

²⁴ Sur l'Espaço Económico Português voir Manuel Ennes Ferreira, "O Império e as relações económicas com África" in Pedro Lains e Álvaro Ferreira Silva (ed.), *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 349-353.

²⁵ Sur l'évolution de l'économie dans les colonies portugaises au XXe siècle, voir William Gervase Clarence-Smith, *The Third Portuguese Empire, 1825-1975: A Study in Economic Imperialism*, Manchester, Manchester University Press, 1985; António José Telo, *Economia e império no Portugal contemporâneo*, Edições Cosmos, 1994; Nuno Valério e Maria Paula Fontoura, "A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial – uma tentativa de síntese", *Análise Social* 29, 129 (1994), p. 1193-1203; Adelino Torres, "Pacto colonial e industrialização de Angola (anos 60-70)", 1983, <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1081>.

²⁶ Voir <https://www.acte-de-naissance.fr/acte-de-naissance-solliès-pont> (02/02/2022).

Le fait que Pascal-Angot ait utilisé noms différents au cours de sa vie professionnelle et ne pas révéler à la presse portugaise des aspects concrets de sa biographie ni de son parcours professionnel, présente un défi énorme pour l'analyse de son travail. Mieux connu par le nom de Jean Noël Pascal-Angot (ou J. N. Pascal-Angot), nous savons très peu sur son passé avant de se fixer au Portugal. La preuve de ceci sont les épars et courtes références dans les bases de données des principaux archives cinématographiques de France et de Belgique²⁷, où – comme nous décrirons en bas – il a fondé ses sociétés, ouvert ses bureaux. En plus, nous n'avons pas trouvé ni son nom ni ses pseudonymes (ceux que nous avons pu identifier) dans les dictionnaires et encyclopédies du cinéma français²⁸. Nous sommes parvenus à ces conclusions après avoir analysé la littérature spécialisée, mettant particulièrement en lumière des ouvrages essentiels sur le cinéma colonial belge et français, notamment ceux de Guido Convents²⁹, Patricia Van Schuylenberg³⁰, Mathieu Zana Etambala³¹, parmi d'autres. Sauf dans l'ouvrage *Histoire du cinéma colonial au Zaïre au Rwanda et Burundi*³² nous avons identifié des références aux documentaires co-réalisés par J. N. Pascal (autre pseudonyme) et Pol Laval³³ notamment *L'Enseignement au Ruanda-Urundi* (1960), *Comment voter ? Ruanda* (1960), et *Comment voter ? Ruanda* (1960).

²⁷ Parmi les bases de données françaises et belges que nous avons consultées, et les archivistes avec qui nous avons parlé, seulement au *Centre national du cinéma et de l'image animée* (CNC) et aux archives cinématographiques du Cinematek Royal (Belgique) avons-nous trouvé quelques données résiduelles sur Pascal Angot.

²⁸ Par exemple, Philippe Rège, *Encyclopedia of French Film Directors*, Plymouth, Scarecrow Press, 2009.

²⁹ Guido Convents, "African: Belgian Colonies" in *Encyclopedia of Early Cinema*, Oxon, Taylor & Francis, 2005, p. 11; Guido Convents, *L'Afrique? Quel cinéma! : un siècle de propagande coloniale et de films africains*, Anvers, EPO, 2003; Guido Convents, *Images & paix : les Rwandais et les Burundais face au cinéma et à l'audiovisuel : une histoire politico-culturelle du Ruanda-Urundi allemand et belge et des Républiques du Rwanda et du Burundi (1896-2008)*, Holsbeek, Film en Cultuurpromotie, 2008.

³⁰ e.g., Patricia Van Schuylenbergh, "Le Congo belge sur pellicule: Ordre et désordres autour d'une décolonisation (1940-1960)", *Revue d'histoire contemporaine de l'Afrique*, 1 (2021), p. 16-38, <https://doi.org/10.51185/journals/rhca.2021.e289>; Patricia Van Schuylenbergh, "Gérard De Boe. The art of filming reality in the Congo" in Erik Martens *Belgisch Congo Belge. Filmed by Gérard de Boe, André Cauvin & Ernest Genval*, Brussel, Cinematek, 2010, p. 79-88.

³¹ e.g., Mathieu Zana Etambala, "Patrimoines Missionnaires et Colonial : des images médiévales à l'époque du Congo belge 1890-1940", *Annales Aequatoria* 30 (2009), p. 989-1047.

³² Francis Ramírez e Christian Rolot, *Histoire du cinéma colonial au Zaïre...*, cit., p. 244, 253, 254, 255.

³³ Né à Hamoir le 23 juillet 1926, Pol Laval s'est marié à Madeleine Dricot le 3 septembre 1948. Il a commencé son service colonial le 13 septembre 1948 en tant qu'agent territorial, puis a été mis à la disposition du Gouverneur du Territoire du Ruanda-Urundi le 27 octobre 1948. Il

Donc, comment était-il possible de trouver sa véritable identité et de découvrir les divers aspects de son parcours, révélés dans cet article ? D'abord, nous avons analysé la documentation disponible dans les Archives Historiques Diplomatiques Portugais (AHD) sur Pascal-Angot, sa société de production International Audio Vision (IAV) et ses collaborateurs. Une partie importante de cette documentation se compose de la correspondance échangée entre la IAV et le Bureau des Affaires Politiques (Gabinete de Negócios Políticos – GNP) – sous la supervision du Ministère d'Outremer (MU) du Portugal. Notre deuxième démarche était de croiser la recherche dans plusieurs archives, notamment Arquivo da Torre do Tombo, les Archives Nationaux des Images en Mouvement (ANIM) de la Cinémathèque Portugaise, les Archives de la Cinémathèque Française et celui du Cinematek Royal de Belgique. On a découvert une quantité considérable de sources primaires, soit documents écrits, soit audiovisuels.

Ruanda-Urundi

Les premières références concrètes à Pascal-Angot datent de la période de 1960 à 1962, grâce à ses travaux dans les anciennes colonies africaines belges. Dans son curriculum, soumis au GNP et au Secrétariat National de l'Information (SNI), le réalisateur/producteur dit qu'il avait une vaste expérience en Afrique et qu'il aurait réalisé, entre d'autres productions, deux films de prestige et deux de caractère technique sur la production de café au Congo Belge et au Ruanda-Urundi, produits respectivement par l'*Institut National pour l'étude Agronomique au Congo* (INEAC) et par l'*Office des Cafés du Ruanda-Urundi* (OCIRU)³⁴. L'un de ces documentaires techniques était une co-production de la *Food and Agriculture Organization* (FAO) sur la vulgarisation des techniques de caféiculture dans l'ensemble des territoires formés par le Tanganyika, le Uganda et le Ruanda-Urundi. Ce documentaire lui a permis de gagner le premier prix du *Congrès Interafricain de l'Agriculture* de Arusha (actuelle Tanzanie) en 1962.

Dans la documentation soumise au MU, en plus de ces productions, Pascal-Angot informe qu'il a aussi produit d'autres œuvres – par exemple, le documentaire en couleur *Ruanda-Urundi* (1962), vainqueur de la Coupe d'Or

est devenu agent territorial principal à partir du 1er janvier 1952, et a servi quatre mandats entre octobre 1948 et mars 1959. Auparavant, il avait occupé les postes de chef comptable et chef du personnel de la S.A. Filmobel à Bruxelles. Il aurait été décédé avant février 1997.

³⁴ Voir Projet audiovisuel de la "International Audio-Vision Cinema Television" et du gouvernement du Portugal sur l'Outremer portugais : PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0122/UI01761.

du Festival de Rome en 1962 ; le documentaire *Café* pour le gouvernement de l’Ethiopie, une série de documentaires sur la “Kwashiorkor- Bilharziose” pour l’Organisation Mondiale de la Santé (OMS) ; et plusieurs documentaires sur des activités économiques et industrielles. De cet ensemble, nous avons seulement confirmé – au travers des informations fournies par les archives filmiques de la Cinematek Royal – la production de deux documentaires réalisés au Ruanda-Urundi : *Bukavu, Centre Producteur* (1960) et *Ruanda-Urundi* (1962).

La comparaison entre ces deux films et d’autres réalisés par Pascal-Angot dans les colonies portugaises nous permet de constater que la forme et le contenu de ses documentaires produits au Ruanda-Urundi sous administration belge sont semblables aux films réalisés entre 1964 et 1974 au Portugal Métropolitain et dans ses colonies. D’ailleurs, il ne fit pas un secret de sa “formule de production” des documentaires de propagande coloniale. Au contraire, dans la correspondance échangée avec les membres du GNP, le réalisateur-producteur français décrit son *modus operandi* comme un avantage de succès avéré³⁵.

Dans ses propositions soumises aux autorités portugaises qui seraient les financeurs de ses films, la IAV présentait toujours les suivant objectifs principaux : la supposée égalité d’opportunités entre européens et africains ; la croissance économique et l’amélioration des conditions socioéconomiques de la population – promues par l’investissement de la métropole, tout en soulignant, par exemple, l’élargissement des réseaux de chemin-de-fer et routier, aussi bien que la construction d’écoles, hôpitaux – comme Pascal-Angot l’avait déjà fait, par exemple, dans le film *Bukavu, Centre Producteur* (1960) coproduit par la Chambre de Commerce et d’Industrie de Bukavu. Cela étant le type de narrative audiovisuelle qui allait à la rencontre du “discours officiel” des autorités politiques. A priori, donc, la IAV pouvait facilement les persuader que ses projets pour le Portugal méritaient d’être stimulés et de recevoir de l’appui financier.

Il y a aussi un aspect particulier de la présence de Pascal-Angot et de son entourage au Portugal qui attire notre curiosité : sa société de production International Audio-Vision (IAV). Tel que Pascal-Angot, l’origine et le développement de cette société reste une inconnue dans les archives français et belges consultés. Dans les travaux antérieurs à sa permanence au Portugal, nous ne trouvons aucune référence à la IAV. Les crédits des films de Pascal-Angot réalisés au Ruanda-Urundi mentionnent l’agence coloniale officielle de diffusion Cinérudi et la société de production Filmafrica.

³⁵ Voir *Plan Outremer – Film Special sur le Café d’Angola*, 5 mars 1964 : PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0122/UI01761

Cependant, presque toute la correspondance se rapportant à l'activité professionnelle de Pascal-Angot au Portugal et dans les colonies était générée par la IAV, y compris le premier contact formel entre la IAV et le MU en 1963³⁶. Dans ce premier ensemble de documents envoyés par la IAV au MU, la société est présentée comme possédant “des moyens d'information liés entre soi par l'image et le son”, ayant des bureaux à Paris et à Bruxelles. Dans la lettre de présentation de la IAV en 1963³⁷, Pascal-Angot chercha à convaincre les autorités portugaises du besoin d'un investissement en propagande politique au travers de moyens audiovisuels. A cet effet, il énuméra, dans une des missives dirigées par la IAV aux autorités portugaises, les faiblesses de la propagande du Portugal dans ce domaine, comme décrits dans le paragraphe suivant :

nous pouvons malheureusement dire, et surtout regretter, qu'en 1963 le Portugal continue à être un des rares pays dans le monde presque dépourvus d'un minimum de matériel audiovisuel valide aimé par le public et que puisse satisfaire les besoins de propagande extérieure... Tout récemment, nous avons pu constater la malheureuse attention donnée à la diffusion internationale du Voyage Présidentiel au Angola : les réseaux de télévision ont systématiquement ignoré les milliers de mètres de film que les Services Officiels d'Information leur ont régulièrement envoyé ...³⁸.

Cet échec de la propagande portugaise était présenté en contraste avec le documentaire “avec effet psychologique pro-portugais” *Demain l'Angola*³⁹. Pascal-Angot avait réalisé ce documentaire sur l'Angola en avril 1963 pour le programme de la télévision française RTF (depuis ORTF) *Cinq Colonnes à la Une* (1958-1968) et pour le programme *Neuf Millions* (1961-1968) du réseau de télévision belge RTBF. Apparemment il aurait été vu par 30 millions de spectateurs, y compris ceux du Canada et de Suisse, au travers du programme de télévision *Regards sur le Monde*. En effet, c'était sa collaboration dans ces programmes qui a permis à Pascal-Angot d'écrire à António de Oliveira Salazar le 5 mai 1964⁴⁰, lui demandant un interview pour ces réseaux de télévision, à

³⁶ Voir PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0122/UI01761.

³⁷ “O que é a Audio-Visão”; “Plano Geral de Audio-Visão em Portugal” et “A Nossa Presença em Portugal”; Considerações sobre o Material Audio-Visual em Portugal” in PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0122/UI01761.

³⁸ Idem.

³⁹ Voir documentaire complet à <https://www.ina.fr/ina-eclaire-actu/video/caf93012462/demain-l-angola> (15/02/2022).

⁴⁰ António Oliveira de Salazar était Président du Conseil de Ministres du gouvernement de la dictature de l'État Nouveau entre 1932 et 1968.

l'occasion des commémorations de son 75^e anniversaire⁴¹. L'interview, ou au moins son enregistrement, n'était pas autorisée.

Ayant identifié les faiblesses, les besoins et les lacunes stratégiques de la propagande officielle portugaise à l'extérieur, surtout pour ce qui était de la colonie de l'Angola, la IAV proposa un programme détaillé de réponse et d'action pour satisfaire l'État portugais dans ce domaine. Cette stratégie de marketing fut bien réussie : d'abord elle expliquait comme les moyens de propagande et "les besoins de connaissance et d'information des masses humaines" avait été transformés dans la période après la Seconde Guerre Mondiale, donnant ensuite des exemples pratiques des échecs de la propagande officielle portugaise à l'étranger. À la fin, la IAV présentait un plan détaillé pour résoudre le problème et devenir un avantage pour la propagande et les relations publiques de l'État portugais à l'extérieur, par l'intermédiaire de moyens audiovisuels. A cet effet, la IAV assurait que, entre 1964 et 1965, les films dont la production aurait lieu au Portugal et dans ses colonies seraient diffusés par un ensemble d'organisations spécialisées d'Allemagne, France, Italie et d'autres pays. IAV assurait aussi la présence de ces films dans des festivals internationaux, y compris des compétitions organisées dans l'Europe orientale. Ce projet consistait à produire deux ensembles de documentaires : la série *Portugal*⁴² et la série *Ultramar*.

Mise en œuvre du Plan d'International Audio Vision

Les négociations visant le contrat ont commencé en décembre 1963, y participant plusieurs entités de l'État. La documentation rédigée par ces entités révèle clairement leur intérêt à faire avancer le contrat. Cependant, soit le GNP soit le SNI affirment consensuellement que les coûts seraient élevés, par comparaison avec d'autres documentaires qu'ils avaient financé auparavant. Les deux entités considèrent aussi élevés les valeurs de la distribution. Ce facteur était un des principaux responsables pour le retard des premiers tournages.

En avril 1964, le SNI présenta, en audience privée, la première contre-offre aux responsables de la IAV, Pascal-Angot et René Clerc (son nom complet, René Henri Clerc). Les valeurs proposées dans le "avant-projet" étaient considérées prohibitives, car elles s'élevaient à 320.000 USD. En vue de cette réaction,

⁴¹ Voir PT/TT/AOS/E/0010/00032.

⁴² Voir quelques titres et informations sur les films de Pascal-Angot produits au Portugal à <http://www.cinept.ubi.pt/pt/pessoa/2143704148/J.+N.+Pascal-Angot> (22/02/2022).

Pascal-Angot et René Clerc ont proposé des alternatives, tout en suggérant la répartition des coûts entre les autorités et les entreprises coloniales, à l'époque référées comme "outremerines". Le SNI donna un avis positif et remit les notes de la réunion, tel que l'avait suggéré le GNP au préalable, au Cabinet du ministre de la Présidence du Conseil. Ce Cabinet envoya au Ministre de l'Outremer une lettre qui nous éclaircit sur l'importance attribuée au projet de la IAV:

... je demande à Son Excellence l'indispensable collaboration technique et financière des Services du ministère dont vous êtes le Président, sans laquelle l'objectif que nous désirons accomplir serait irréparablement voué à l'échec, voire celui de présenter au monde une vraie vision d'un Portugal pluricontinental et pluriracial⁴³.

Dans sa réponse, le Ministère de l'Outremer ratifia l'importance du projet et réitéra son compromis de réunir le financement et les appuis nécessaires au tournage.

Après l'approbation des valeurs en termes généraux, les négociations minutieuses du contrat se prolongèrent pendant les mois suivants, repoussant le commencement du tournage à l'Angola et en Mozambique jusqu'au début d'octobre. Parmi les entités qui ont issu des rapports sur le "projet de contrat à être signé avec la IAV", l'Agence Générale de l'Outremer (Agência Geral do Ultramar – AGU)⁴⁴ donna son avis, signé par l'agent-général Leonel Pedro Banha da Silva – avec quelques commentaires défavorables. Selon Banha da Silva, plusieurs des principaux articles du contrat entre le SNI et la IAV nécessitaient une réflexion plus approfondie, surtout ceux liés à la "carte blanche" donnée à Pascal-Angot, en ce qui concernait (i) le tournage et montage des documentaires, (ii) le fait que la propriété des copies et de leur distribution n'était pas totalement de la responsabilité (ou supervision) de l'État portugais, et (iii) l'insuffisante information sur la IAV et son propriétaire. Par exemple, dans son rapport, Banha da Silva suggère qu'une partie des paiements soit retenue jusqu'à ce que les documentaires reçoivent l'avis positif de toutes les entités participantes et que la supervision de la distribution soit attribuée à l'État

⁴³ Lettre no. 428/64 du Cabinet du ministre de la Présidence du Conseil, dirigée au ministre de l'Outremer, 27 avril 1964.

⁴⁴ Sur l'Agence Générale de l'Outremer et Banha da Silva voir José Luís Lima Garcia, "A Agência Geral das Colónias/Ultramar e a propaganda no Estado Novo (1932-1974)" in Alberto Pena-Rodríguez e Heloísa Paulo (ed.), *A cultura do poder: a propaganda nos estados autoritários*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 345-66, https://doi.org/10.14195/978-989-26-1064-1_15.

portugais. Du point de vue de l'AGU, c'était la seule façon d'éviter quelques inconvénients décrits par Banha da Silva :

Admettons l'hypothèse suivante : à un certain moment, l'État reconnaît que le visionnement d'un certain documentaire est devenu préjudiciel, car le même est dépassé ou contient des expressions qui correspondent à la réalité du moment, ou au sens d'évolution de notre politique outremarine. Si le droit de propriété ne nous appartient pas, comment peut l'État éviter – ou empêcher – que son utilisation continue ? Et surtout ne pensez pas que cela puisse arriver seulement d'une façon sporadique : nous-mêmes l'avons vécu dans notre filmothèque. Référons, comme exemple, l'emploi des mots colonie, empire et indigène⁴⁵.

En plus de l'analyse, article par article, Banha da Silva écrit aussi 10 pages de "considérations subsidiaires", dont deux nous semblent importantes. La première réitère la préoccupation que découle du fait que ces films puissent devenir contre-productifs pendant leur distribution. Selon le contrat, les droits commerciaux de la distribution commerciale internationale des documentaires *Angola* (1966) et *Moçambique* (1966) seraient cédés à la 20th Century Fox, laquelle ferait un nouveau montage pour leur assurer un caractère apolitique, afin de tenir compte d'une audience plus vaste⁴⁶. C'était considéré par l'AGU comme un possible instrument politique contre l'État portugais. Donc, il recommande une réflexion sur les coupures à être remises au montage, car il était nécessaire de garantir soit la "non-discrimination raciale" soit "l'activité constructive et le progrès matériel et spirituel" que l'État portugais promouvait dans les colonies. Dans l'essentiel, l'AGU désirait que la narrative du discours officiel du colonialisme portugais fut assurée, indépendamment des montages.

La seconde considération se lie à une des problématiques principales de cet article, à savoir, l'identité et la crédibilité du curriculum du français Pascal-Angot et de sa société franco-belge. L'AGU se montra réticente quant à l'honorabilité de l'entreprise de Pascal-Angot. Pour cette raison, Banha da Silva commence par observer que la IAV, se référant à son portfolio, assure qu'il a "équipé" la Ethiopie et l'Uganda avec deux documentaires de prestige qui ont connu du succès, ayant été exhibés au Portugal. Cependant, Banha da Silva dit aussi qu'il connaît bien ces deux pays, car il les avait visités récemment, et que, tels que le Portugal, ils ne possédaient pas une entité publique de prestige

⁴⁵ Leonel Pedro Banha da Silva, "Projecto de Contrato a Realizar com a IAV", 18 août 1964: PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0122/UI01761.

⁴⁶ En plus de ces deux documentaires, les droits de distribution commerciale internationale des documentaires *Algarve* (1966) et *Portugal* (1966) seraient aussi cédés.

chargée de la production de documentaires de propagande ou d'autre type. En vue de cette faible concurrence, il était normal que n'importe quelle entreprise internationale plus ou moins bien organisée puisse sembler de faire un bon travail. Banha da Silva était encore plus incisif dans ses doutes sur la crédibilité de la IAV et de ses directeurs (Pascal-Angot et René Clerc) :

Est-ce que le curriculum de M. René Clerc nous présente des titres suffisants que le recommandent comme la personne indiquée pour nous conseiller sur ce que nous devons faire chez nous, à l'image de ce que la IAV a enseigné à l'étranger... dans une Ethiopie, ou dans un Uganda ? Il est vrai que ce monsieur a un pouvoir pour représenter une organisation qui a le titre d'internationale et que celle-là puisse avoir, dans ses cadres, des collaborateurs hautement qualifiés à cet effet. Malheureusement, je dois confesser que je ne connais pas les connaissances de ces cadres, ni l'importance ou projection de la IAV dans le panorama international...⁴⁷

En dépit de plusieurs avis, le contrat entre la IAV et le SNI – se basant sur la lettre 3378/L/3 du 30 novembre, du ministère de l'Outremer – était signé le 28 décembre. À ce moment, le tournage avait déjà commencé à l'Angola, en octobre, où la IAV recevait l'appui du Centre d'Information et Tourisme d'Angola (CITA) et du gouvernement-général d'Angola. Tout le tournage dans les colonies était coordonné et accompagné par un groupe de travail créé pour cet effet, composé par Alexandre Ribeiro da Cunha du GNP ; João Mesquitela (ancien directeur de l'Emissora Nacional de Goa⁴⁸) ; Júlio Monteiro de la Direction-Générale de l'Enseignement ; Sá Nogueira de la Direction-Générale des Œuvres Publiques et Communications et Martins Barbosa de la Direction-Générale de la Santé et de l'Assistance.

L'équipe de la IAV débarqua à Luanda le 2 octobre, à 8 heures du matin. Selon la demande des visas, soumise au GNP et à la PIDE⁴⁹ le 28 décembre 1964, cette équipe se composait des éléments suivants : Jean Noel Pascal Angot, réalisateur, de nationalité française, René Clerc, directeur de production, de nationalité

⁴⁷ Leonel Pedro Banha da Silva, "Projecto de Contrato a Realizar com a IAV", 18 août 1964: PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0122/UI01761.

⁴⁸ Goa était une partie intégrale de l'État Portugais de l'Inde jusqu'à son occupation et annexion par la République de l'Inde en 1961. L'État portugais ne reconnait l'administration de ce territoire par l'Inde qu'après la Révolution du 25 avril 1974.

⁴⁹ Héritière de la Police de Vigilance et de Défense de l'État (PVDE), la Police Internationale et de Défense de l'État, habituellement référé comme PIDE, était la police politique du régime de l'État Nouveau entre 1945 et 1969. En 1969, elle était transformée en Direction-Générale de Sécurité, en gardant l'essentiel de ses fonctions et *modus operandi*.

française, Fernand Tack⁵⁰, directeur de photographie, de nationalité belge, Michel Ladovitch, preneur de son, de nationalité française, et Jacques van der Hayden, premier assistant, de nationalité belge. Plus tard, le 3 octobre, un nouveau visa était requis à la PIDE, afin qu'un autre élément de la IAV puisse joindre l'équipe, le réalisateur français Henri Pasmantier⁵¹. Quant aux 950 kilos de matériel de tournage, ils ont voyagé par voie maritime, à bord du navire Infante D. Henrique, de la Compagnie Coloniale de Navigation (CCN), arrivé à Luanda le 1 octobre.

Le tournage et les travaux de production à Angola se sont déroulés pendant 7 mois, avec des points hauts et bas, tel que l'on peut lire dans le rapport du rédacteur-chef du CITA, Cruz Leal, dirigé à son Directeur, le Major Cardoso. Pascal-Angot et, surtout, René Clerc ont causé une mauvaise impression au personnel du CITA et aux collaborateurs d'autres entités.

Les premières frictions commencèrent immédiatement, avec l'exigence d'un avion Dakota spécial pour transporter le matériel et l'équipe à Lobito – ce que, après tout, leur était concédé. Je suis tout à fait convaincu que cette première concession a donné à M. Clerc une notion erronée de sa propre force...⁵²

Au contraire, les techniciens, tels que Henri Pasmantier et Jean Collomb⁵³, étaient comblés d'éloges pour leur professionnalisme. En vue de plusieurs

⁵⁰ Fernand Tack (1927-2012) était un cinéaste belge, responsable de la photographie de certains films produits par Pascal-Angot dans les colonies portugaises. À l'époque du tournage de ces documentaires dans les colonies portugaises, Tack était déjà un cinéaste reconnu ayant de l'expérience en Afrique. Il a collaboré, par exemple, avec Gérard de Boe, un des principaux réalisateurs de films de propagande coloniale belge au Congo. Sur le parcours professionnel de Tack, voir plus d'information à http://www.film-documentaire.fr/4D ACTION/w_liste_generique/C_78716_F (22/02/2022). Sur Gérard de Boe, le cinéma colonial belge et la description de quelques documentaires où il compta sur la collaboration de Fernand Tack, voir Alexandre Ramos, "Portuguese and Belgian Colonial Cinema, the filmography of two small big countries in Africa", *Cahiers d'études africaines*, 239 (2020), p. 555-583.

⁵¹ Henri Pasmantier (ou Henri Pasmentier, ou Henry Pasmentier), est né à Paris en 1928 et il est mort en 2001. Tel que Jean Collomb, Pasmantier a travaillé dans les colonies portugaises, où, par exemple, il a co-réalisé avec Pascal-Angot le documentaire de 1966 *Angola – Economia e Angola – O Café* et il était adjoint à la réalisation du long métrage *Portugal de Hoje* (1967). Selon notre recherche, il s'est dédié, dans les années suivantes, à la réalisation de documentaires institutionnels, de journaux d'actualités et de petits films pour la télévision française. Pour plus d'information, voir Archives Françaises du Film - Résultat de la recherche (cnc.fr) e <https://www.ina.fr/recherche?q=pasmantier> consulté le 22/ 02/2022.

⁵² Cruz Leal, "Relatório sobre as Actividades da International Audio Vision em Angola", Luanda, 20 juillet 1965: PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0122/UI01761.

⁵³ Jean Empataz Collomb est né le 9 octobre 1922 à Voiron (France). Ayant fini son cours de dessin industriel, il a commencé sa carrière dans le cinéma comme assistant de caméraman en

“plaintes”, René Clerc a été même empêché d’entrer au Mozambique et de retourner à Angola pendant toute la durée du tournage, ou pour s’occuper des matières associées au contrat signé avec la IAV. Son tempérament caractérisé, selon le rapport, par des épisodes de colère et de manifestations violentes, et bien aussi ses demandes onéreuses – par exemple, l’exigence de vols charters et de nuitées dans les hôtels plus chers – ont dicté son éloignement.

Le travail de l’Audio Vision en Angola peut, donc, se diviser de la façon suivante : bon travail des vrais techniciens et mauvais travail des dirigeants⁵⁴.

D’après ce rapport et les documents que nous avons analysés, il est clair que les moyens utilisés dans ces productions cinématographiques et les coûts respectifs n’avaient pas de précédent. Le 25 janvier 1965, le Gouverneur-Général envoya une lettre au ministre de l’Outremer, lui rapportant les dépenses croissantes – y comprises, par exemple, des vols de la FAP (Força Aérea Portuguesa) pour le transport de personnes et de matériel, des installations pour les travaux de l’équipe à Luanda et des automobiles pour déplacements du personnel. Selon Silvério Marques, le Gouvernement d’Angola, au travers du CITA, avait concédé toutes les facilités à la IAV, suivant les instructions

1957, dans le film *Les Violents* (1958) de Henri Calef. Dans les années suivantes, il a travaillé comme caméraman, acteur, réalisateur et producteur, mais c’était comme photographe en chef qu’il s’est plus distingué. Dans cette fonction, il travailla pendant les années 1960s et 1970s, surtout avec les réalisateurs Claude Lelouch et Claude Bernard-Aubert. Il travailla aussi comme caméraman, photographe en chef et réalisateur au Portugal Continental et dans les provinces de l’Outremer. Cependant, et pour des raisons que nous n’avons pas pu cerner, ces expériences de travail ne sont pas référencées dans ses filmographies et biographies disponibles sur l’Internet. Son association au Portugal était due à Jean Noël Pascal-Angot. Parmi d’autres travaux pour sa société à l’Outremer portugais, Collomb était photographe assistant dans la mini-série *Angola Economia I e II* (1966) et dans le court métrage de Henri Pasmentier *Angola – O Café* (1966). Aussi en 1966, il appartenait à l’équipe technique du long métrage *Portugal de Hoje* (1967). Cependant, c’est Jean Collomb qui a filmé dans les colonies portugaises de l’Orient (Macao et Timor), selon la demande de visa d’entrée du cinéaste à Timor, soumise au Directeur du Cabinet des Affaires Politiques au Directeur-Général de la PIDE, le 11 novembre 1966. Au début des années 1970, Collomb était membre de l’équipe technique de la série de cinq épisodes du long métrage *Africarama* (1973), partiellement tournée à Angola et Mozambique. Comme réalisateur dans l’Outremer, il signa, par exemple, les documentaires *As Ilhas de Cabo Verde* (1966) ; *Cabinda-Cassiga* (1966). Au Portugal Continental, il réalisa le court métrage *A Cortiça* (1971). Après ces travaux, il continua son travail régulier comme photographe assistant en France jusqu’à 1978, l’année de sa retraite. Son dernier travail connu de photographie était *Le margouillat* (2000). Il est mort à Paris le 18 février 2013.

⁵⁴ Cruz Leal, “Relatório sobre as Actividades da International Audio Vision em Angola”, Luanda, 20 juillet 1965: PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0122/UI01761.

données par le GNP et le Sous-secrétaire du Développement Outremerin, mais il devait attirer l'attention pour la dépense croissante et inattendue :

Nous avons déjà supporté des dépenses supérieures à Esc. 60.000\$00 et beaucoup d'autres le seront si nous satisfaisons toutes les demandes faites par Monsieur René Clerc. Ne sachant pas jusqu'à quel point nous devons maintenir ces facilités, j'ai l'honneur de vous demander de nous éclaircir sur leur limite et de m'envoyer une copie du contrat que cette équipe a signé avec le SNI⁵⁵.

Malgré les coûts soulignés par les entités outremerines et l'AGU, le Gouverneur-Général du Mozambique a été aussi requis de donner les moyens demandés et nécessaires à la IAV, par l'intermédiaire du CITMO (Centre d'Information et du Tourisme de Mozambique). Le tournage au Mozambique se déroula entre mars et août 1965. Dans le rapport des travaux réalisés au Mozambique, envoyé par la IAV au ministère de l'Outremer, Pascal-Angot a chaleureusement félicité le CITMO, les autorités locales et les services de transport fournis par les FAP. Dans ce rapport, Pascal-Angot fournit les statistiques du travail réalisé dans les colonies portugaises.

- 38.000 mètres de film tournés.
- 61.000 kms parcourus par chaque élément de l'équipe et un total de 480.000 kms parcourus, en avion et en automobile, par toute l'équipe.
- Plus de 5.800 plans, filmés ou refaits, desquels 65% en intérieurs et 30% avec son direct.
- Environ 4.000 photos en couleurs et noir-et-blanc.
- Environ 8.000 personnes, noires et blanches, filmées.
- Chaque élément de l'équipe de tournage a travaillé une moyenne de 3.600 heures, totalisant un ensemble de 25.000 heures.
- L'équipe de montage totalisa, jusqu'à présent, 9.400 heures de travail.

Le tournage se déroula surtout dans les lieux considérés au préalable par les différentes entités participantes comme étant d'intérêt. Par exemple, la Commission de Coordination des Services de Planification et d'Intégration Économique, une entité sous la supervision du MU, fournit une liste des aspects principaux qu'il fallait couvrir dans plusieurs villes de l'Angola et du Mozambique.

⁵⁵ Silvino Silvério Marques, "International Audio Vision", 25 janvier 1965 : PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0122/UI01761.

Des travaux cinématographiques réalisés en Angola et Mozambique entre 1964 et 1965 ont résulté les films suivants : *Angola – O Café* (1966)⁵⁶ ; *Angola – Agricultura* (1966) ; la série *Angola – Economia* (1966)⁵⁷ ; *Angola – O Ensino* (1966) ; *Angola – Indústria* (1966)⁵⁸ ; *Angola-Moçambique – Acção Médico-Social* (1966)⁵⁹ ; *Moçambique – Agricultura* (1966) ; *Moçambique – Economia* (1966)⁶⁰ ; *Moçambique – O Ensino* (1966) ; *Moçambique – Indústria* (1966)⁶¹ ; *Moçambique – Turismo 1* (1966) ; *Moçambique – Turismo 2* (1966). Selon le rapport de la distribution des films produits par la IAV, jusqu'au 30 avril 1968 circulaient au niveau international 924 bobines de la série Ultramar (219 version française ; 354 version portugaise ; 333 version anglaise et 18 version espagnole) et 330 bobines de la série Portugal (94 version française ; 58 version portugaise ; 133 version anglaise ; 25 version espagnole ; 20 version allemande).

Il faut éclaircir que la présumée “charte blanche” octroyée à la IAV au niveau artistique, et le fait que cette entreprise en était informée et que Pascal-Angot se présenta comme spécialiste en films de propagande, les copies zéro ont été soumises à l'appréciation du groupe de travail du GNP et à d'autres entités de l'État qui ont exprimé, soit par rapport soit par commentaire, leurs opinions et leurs “suggestions” d'altérations à introduire dans les films. Les films étaient d'abord visionnés par le groupe de travail du GNP au Cinéma Monumental, à Lisbonne. Pour ce qui était de la composante technique et artistique, les films étaient bien accueillis ; toutefois, quelques modifications du contenu ont été suggérées. Par exemple: dans le film *Moçambique – Ensino* on a suggéré de supprimer, ou lui superposer de la musique, le plan où un étudiante récite Gil Vicente, car le “public moins cultivé” peut le considérer comme instigation à la “guerre” ; dans le film *Moçambique – Economia* on a demandé la suppression de l'expression “en construction” et le remplacement du mot “pays” par “province” ou “territoire” ; tandis que en *Angola – O Ensino* on a remarqué l'insuffisante attention prêtée à la préparation des “institutrices natives” pour l'effort qui est

⁵⁶ Voir film à <http://www.cinamateca.pt/Cinamateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=3883&type=Video>, consulté le 22/02/2022.

⁵⁷ Voir série complète à <http://www.cinamateca.pt/Cinamateca-Digital.aspx>, consulté le 22/02/2022.

⁵⁸ Voir <http://www.cinamateca.pt/Cinamateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=9234&type=Video>, consulté le 22/03/2024.

⁵⁹ Voir <http://www.cinamateca.pt/Cinamateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=3908&type=Video>, consulté le 22/03/2024.

⁶⁰ Voir <http://www.cinamateca.pt/Cinamateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=3893&type=Video>, consulté le 22/03/2024.

⁶¹ Voir <http://www.cinamateca.pt/Cinamateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=4707&type=Video>, consulté le 22/03/2024.

en train de guider la politique d’instruction primaire développée en Angola : celle de mener l’École au Village (Sanzala)”⁶².

Les versions définitives de quelques films ont été exhibées devant les plus hautes individualités de la métropole et de l’outremer. Par exemple, le Président de la République, Américo Tomás, accompagné par le ministre de l’Outremer, par les sous-secrétaires d’État de la Présidence du Conseil et de l’Administration Outremerine, ainsi que le Secrétaire National de l’Information, ont assisté au Palácio Foz (Lisbonne) à l’exhibition des films *Angola – Ensino*, *Angola – Economia* et *Angola – O Café*.⁶³, le 3 mai 1966.

Le Portugal et ses colonies, une affaire profitable pour la IAV

Comme nous l’avons pu vérifier, la IAV semble avoir été créée avec le but spécifique de célébrer des contrats avec l’État portugais. Après la finalisation et la première des films mentionnés et d’autres réalisés au Portugal Continental, la IAV a soumis à son plus important (et peut-être unique) client un autre projet, d’autant plus que, pour son “avantage”, ses équipements étaient encore au port de Lisbonne.

Visant ce but, la IAV proposa de produire, par une valeur unitaire de 28.000\$, un court métrage pour chacune des autres colonies portugaises : Cap Vert ; Guinée-Bissau ; São Tomé e Príncipe ; Macao et Timor (aujourd’hui Timor-Leste). La première proposition était soumise par la IAV au sous-secrétaire d’État du Développement, du ministère de l’Outremer, le 23 décembre 1965. Le groupe de travail du GNP, dans la Note no. 585, remise au sous-secrétaire d’État du Développement en janvier 1966, considère, dans son avis, que les 5 films étaient complémentaires de la 1ère phase (Outremer) du projet de la IAV, initialement présenté et approuvé par la Présidence du Conseil, visant l’exécution par cette entreprise des documentaires cinématographiques sectoriels dans la Métropole et dans les colonies.

La proposition était envoyée aux différents Centres de Tourisme de ces provinces outremerines et reçue avec enthousiasme, sauf par le Gouverneur de Cabo Verde, qui considéra les coûts trop élevés et suggéra sa préférence pour un financement, pour le même effet, à Miguel Farini Spiguel⁶⁴. Le Gouverneur

⁶² Júlio Monteiro, “Documentário sobre Angola – O Ensino”, 11 juin 1965: PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0122/UI01761.

⁶³ “O Sr. Presidente da República assistiu, no SNI, à exibição de filmes sobre aspetos do Ultramar”, *Século*, 4 de maio de 1966.

⁶⁴ Miguel Farini Spiguel, né en Turquie en 1921, mourut à Paris en 1975. Il appartient aussi au groupe des réalisateurs et producteurs qui ont filmé dans toutes les colonies portugaises.

identifia quatre raisons pour lesquelles Spiguel devait être financé, au lieu de la IAV : (i) les coûts de production étaient clairement moins onéreux, (ii) le réalisateur-producteur était portugais, (iii) il connaissait déjà l'archipel, du aux trois films qu'il avait réalisés localement, et (iv) très peu de temps s'était écoulé depuis la réalisation du dernier documentaire sur cet archipel. Malgré la résistance du Gouverneur du Cap Vert, cependant le court métrage sur l'archipel était effectivement tourné, d'autant plus qu'il y eut de la pression exercée par la hiérarchie. Par exemple, le Chef de Bureau du Ministre de l'Outremer, mandaté par le sous-secrétaire d'État du Développement Outremarin, écrit au Gouverneur lui "demandant" son appui.

En dépit de l'avis positif du GNP à l'égard de ce projet, seulement deux des 5 courts métrages ont été réalisés, nommément *As Ilhas de Cabo Verde* (1967) et *São Tomé e Príncipe* (1967)⁶⁵. Les images sur les autres territoires ont été incorporées dans le long métrage documentaire *Portugal de Hoje* (1966)⁶⁶. Un des principaux objectifs de ce long métrage était de montrer le Portugal comme une nation pluricontinentale et pluriraciale, en pleine expansion économique. Dans ce documentaire, la notion d'empire portugais en tant que nation est étayée par la philosophie du lusotropicalisme, qui a encouragé (théoriquement) la coexistence pacifique entre les peuples de différentes ethnies, races et religions sous la domination portugaise. Dès l'introduction du film, il est affirmé que le Portugal et ses territoires d'outre-mer ne sont pas un anachronisme, mais représentent au contraire un progrès. Le réalisateur tente de justifier ces arguments, par exemple, par des scènes de coexistence multiraciale ou des environnements où les individus bénéficient théoriquement du développement économique - par exemple, l'emploi, le logement et le temps libre. Selon la chercheuse Maria do Carmo Piçarra, ce documentaire "s'agissait d'une contrepartie, en compensation de la commande des séries désignées comme *Série Metrópole* et *Série Ultramar* – et, en fonction de la valeur totale de la commande – Pascal-Angot réalisa, à titre non-onéreux, *Portugal de hoje*, lequel aurait eu sa première le 25 mai 1967"⁶⁷. Dans ce film, le producteur s'efforça

Pour plus d'information, voir <http://www.cinept.ubi.pt/pt/pessoa/2143688612/Miguel+Spiguel>, consulté le 22/02/2022.

⁶⁵ Voir <http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=3911&type=Video>, consulté le 22/03/2024.

⁶⁶ Voir <http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=606&type=Video>, consulté le 22/03/2024.

⁶⁷ Maria do Carmo Piçarra, "O império contra-ataca: a produção secreta de propaganda feita por estrangeiros para projecção internacional de "Portugal do Ultramar"", *Mídia & Jornalismo* 16, 29 (2016), p. 43-59, https://doi.org/10.14195/2183-5462_29_3.

de respecter la proposition initiale, à savoir, de présenter “le pays avec tous ses dénominateurs communs, de la métropole à les colonies, passant par Macao et Timor, comprenant les îles et l’Afrique. Du grand tableau doit ressortir, en gros plan, l’unité portugaise dans sa diversité de traditions et races”⁶⁸.

L’ambition de montrer des aspects de toutes les colonies portugaises, même celles que l’État portugais revendiquait comme étant *de jure* sous administration portugaise, ont mené Pascal-Angot à écrire de nouveau à António Oliveira Salazar le 22 mars 1967. Son objectif était d’assurer, auprès du Président du Conseil, qu’une possible position sur Goa dans ses documentaires puisse suivre les directives de la plus haute sphère du gouvernement portugais⁶⁹.

Entre 1967 et 1969, Pascal-Angot continua à produire des documentaires sur le Portugal. Dans quelques cas, même si leur titre ne l’indique pas, il montrait des images des colonies : par exemple, dans la série *Portugal Panorama*, dans les épisodes *Indústria da Madeira* (1968)⁷⁰ et *Cabinda Cassinga* (1969), il approche des aspects sur la réalité économique et industrielle d’Angola. Seul en 1970 on assistait à une nouvelle première sur les colonies, cette fois sur le Mozambique, en *O Porquê - Cabora-Bassa* (1970).

Nous avons aussi vérifié une longue liste des lieux, des dates, du chiffre de spectateurs, et des chaînes de télévision qui ont exhibé les documentaires sur le Portugal, produits par la IAV et par autres sociétés de production. Les lieux et les audiences varient beaucoup, entre les “Maisons du Portugal” au Brésil et les exhibitions dans des salons des syndicats français, ou l’exhibition par les chaînes de télévision locales dans les plus divers états fédéraux des EUA.

L’année suivante, il produit *Africarama* n. ° 1 (1971), sur de plusieurs aspects de l’Afrique du Sud, Swaziland, Malawi et Mozambique. En 1973, c’était la première de *Africarama* n° 2, exclusivement dédiée à Angola. Ce “reportage”, comme Pascal-Angot l’indique dans l’introduction, présente un portrait de l’Angola qui est très proche de la propagande officielle sur la “société pluriculturelle” e “le miracle économique de l’Outremer portugais”. Il nous donne un panorama d’Angola deux ans avant la décolonisation. Bien qu’il s’agisse d’un portrait du pays défini par le discours officiel, c’est un document que l’on ne doit pas ignorer. A notre avis, cette série *Africarama*

⁶⁸ Maria do Carmo Piçarra, “O império contra-ataca...”, cit., p. 43-59, https://doi.org/10.14195/2183-5462_29_3.

⁶⁹ Voir PT/TT/AOS/E/0010/00032.

⁷⁰ Voir <http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=3833&type=Video>, consulté le 22/03/2024.

n°2, tel que la série *Angola 70* (1970)⁷¹ de José Eliseu, est un des enregistrements audiovisuels plus complets de l'Angola pendant la décennie de 1970.

Le 11 septembre 1972, Pascal-Angot, en ensemble avec sa seule associée⁷², d'après ce que nous avons pu vérifier, change le nom de sa seule entreprise constituée au Portugal, de "Inforvisual – Agência de Informação Económica e Turística Lda." pour "Inforvisual – Agência Central de Promoção Audio-Visual Lda." ⁷³. Nous ignorons la date de constitution de la première Inforvisual; toutefois, d'après la documentation gardée au AHD⁷⁴, entre 1972 et 1974 cette entreprise était chargée de la distribution de films de la propagande portugaise au niveau international, comme nous pouvons constater dans les rapports élaborés pendant cette période. Dans cette documentation, nous avons analysé des correspondances échangées entre Pascal-Angot, par l'intermédiaires de l'Inforvisual, et plusieurs institutions publiques et privées dans de pays divers – par exemple, EUA, Brésil, Angleterre, France, Belgique, Allemagne, Autriche, Danemark, Hollande, Norvège, Finlande ou Japon. Il est intéressant de remarquer que les réponses aux lettres de réponse de ces institutions étaient, dans la plupart des cas, envoyées à Inforvisual, à l'adresse de Avenida da República, à Lisbonne, avec "cc" dirigée à l'adresse résidentiel de Pascal-Angot en France, à La Celle (Saint-Cloud), dans la région de Paris. Quelques lettres étaient remises, quand envoyées à Lisbonne, à Sunhild Brüger⁷⁵, surtout quand elles étaient rédigées en allemand. Comme nous pouvons conclure – au travers de *L'Annuaire des Entreprises* (République Française)⁷⁶ – son nom complet était Sunhild Brüger Angot, l'épouse de Pascal-Angot.

C'était précisément le nom de son épouse qui nous a permis de suivre la trace professionnelle et biographique de Pascal-Angot après sa production de la série *Africarama*⁷⁷ (1973) et aussi, dans le cadre de la série *Portugal : Panorama*, le

⁷¹ Voir série complète en <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/angola-70/>, consulté le (22/02/2022).

⁷² Maria Bourbon de Serpa Pimentel de Barros.

⁷³ Voir Diário da República n°. 221, III série, Inforvisual – Agência Central de Promoção Audio-Visual, Lda., 21/07/1972: <https://files.dre.pt/gratuitos/3s/1972/09/1972d221s000.pdf> consulté le 21/02/2022.

⁷⁴ Voir PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0438/UI01410; PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0438/UI12027).

⁷⁵ Nous trouvons aussi le nom de Sunhild Brüger dans les fiches techniques de quelques films de IAV, par exemple *Cabinda-Cassinga* (1969).

⁷⁶ Voir <https://annuaire-entreprises.data.gouv.fr/entreprise/424251684>, consulté le 21/02/2022.

⁷⁷ Les épisodes suivants de la série *Africarama* ont été aussi montés, à savoir, *Africarama – Vale do Zambeze*; *Africarama – África Austral*; *Africarama – Malawi*; *Africarama – Moçambique*;

court métrage *Luanda* (1973) – probablement ses deux derniers films réalisés dans les colonies portugaises.

Après le 25 avril 1974, malgré le manque d'évidence documentaire, nous proposons deux hypothèses pour expliquer la raison pour laquelle Pascal-Angot a terminé ses activités de cinéaste et promoteur de contenus audiovisuels au Portugal. Premièrement, son étroit lien professionnel – et peut-être personnel – à de diverses entités et membres de l'appareil de l'État Nouveau. Par voie de conséquence, en deuxième lieu, la faible probabilité de célébrer des contrats de service avec les futurs gouvernements portugais, d'autant plus qu'il avait passé pratiquement une décennie en produisant et distribuant des contenus de propagande politique du régime.

Après 1974, nous n'avons pas trouvé aucune documentation sur l'activité professionnelle de Pascal-Angot. Nous avons seulement découvert que Sunhild Angot constitua en 1999 une société de production et diffusion de films institutionnels et publicitaires à Mandelieu-La-Napoule (à 10km de distance de Cannes) appelée "Image Data Mediterranee". La société a terminé son activité en 2007⁷⁸. Pascal-Angot est mort à Cannes le 7 décembre 2012, à 84 ans⁷⁹.

Curieusement, après le 25 avril 1974, Pascal-Angot choisit Cannes comme lieu de résidence et de travail, tel que l'espagnol Felipe de Solms, un autre étranger qui habitait Lisbonne et produit plusieurs documentaires de propagande sur le Portugal et ses colonies⁸⁰.

L'identité de Pascal-Angot et les origines de la IAV

Depuis le début de notre recherche documentaire, nous avons pensé, comme hypothèse, que Jean Noël Pascal-Angot pourrait être un pseudonyme et que la IAV pourrait avoir été créé avec le propos de produire des films de propagande pour l'État portugais. Nous avons établi que cette explication serait la clef pour comprendre le parcours de Pascal-Angot et, ainsi, comprendre comment un cinéaste français – sur lequel n'existent pas, ni même aujourd'hui, des données importantes connues sur sa formation, ou sur son curriculum – a été capable de

Africarama – Suazilândia. Le projet original prévoyait également la production de documentaires sur les Azores ; le Cap Vert, Madère et São Tomé e Príncipe, mais ils n'étaient pas tournés.

⁷⁸ Voir <https://docplayer.fr/15642487-Les-ventes-aux-encheres.html> consulté le 21/02/2022.

⁷⁹ Voir <https://www.acte-deces.fr/acte-de-deces-cannes-2012> consulté le 21/02/2022.

⁸⁰ Alexandre Ramos e Paulo Miguel Martins, "Felipe de Solms, um cineasta espanhol em Portugal", *RIHC. Revista Internacional de Historia de la Comunicación*, 17 (2021), p. 157-81, <https://doi.org/10.12795/RiCH.2021.i17.08>.

s'installer au Portugal et négocier directement avec le SNI et le MU et, de cette façon, de échanger de la correspondance avec de hautes figures de l'appareil de l'État Nouveau, y compris António Oliveira Salazar.

L'analyse des documents d'archive de l'AHD, produits entre 1964 et 1974, nous permit de trouver un ensemble d'articles de presse qui ont renforcé notre hypothèse selon laquelle la IAV et le pseudonyme Pascal-Angot avaient étaient expressément créés pour célébrer des contrats au Portugal.

En mai 1964, une chronique était publiée dans le quotidien *Diário de Notícias*⁸¹ sur les contrats célébrés entre les municipalités et d'autres entités publiques du Portugal avec des cinéastes étrangers. D'après cet article, ces contrats étaient adjudiqués sans critère de mérite, ou sans ausculter les cinéastes et les entreprises du Portugal, afin de déterminer s'ils étaient capables de réaliser ces travaux. L'article suggérait, donc, que les concours publics devaient être obligatoires pour la production de ces films. Un article publié le 1 novembre 1964 était encore plus révélateur, montrant le malaise créé par l'installation à Lisbonne de Pascal-Angot et de sa société, la IAV. L'article, portant le titre "Le réalisateur-aventurier – un nouveau type de touriste"⁸² faisait la caricature d'un cinéaste étranger qui, sans mérites connus, s'installe dans d'autres pays profitant de la bonne foi des habitants locaux pour obtenir de profits élevés avec ses documentaires. Selon l'auteur de la chronique, Castelbranco, le "réalisateur-aventurier" commence par s'infiltrer dans les milieux influents locaux. Ensuite, il fait une session avec des documentaires qu'il attribue à soi-même, mais sans prouver qu'il en est l'auteur ; en fin de session, il organise un événement de "jazz". Puis, il monte un bureau avec des meubles et de l'équipement de tournage loués. Le pas suivant consiste à présenter un projet pour divulguer le pays et ses colonies au niveau international, en chargeant des prix exorbitants. De cette façon, il arrive à convaincre les politiciens locaux de son professionnalisme, de sa crédibilité, de son curriculum et de sa renommée internationale. Personne ne le connaît dans son pays d'origine, ni même ses films. Conscient de son anonymat parmi ses paires, le "réalisateur-aventurier" adopte astucieusement un nom semblable au d'un cinéaste fameux – par exemple : Witch-Cook, en lieu de Hitchcock – et si quelqu'un lui demande s'il est cette personne, il sourit. Selon Castelbranco, les films tournés par ce "réalisateur-aventurier" au Pakistan ou au Congo n'ont pas plus de mérite que quelques réalisateurs ou entreprise locaux. La seule explication que, dans son opinion, peut justifier la

⁸¹ *Diário de Notícias*, 3 de maio de 1964.

⁸² Castelbranco, "O realizador-aventureiro – um novo tipo de turista", *Diário Popular*, 1 de novembro de 1964.

contractation sans concours public de ce “réalisateur-aventurier”, et les prix chargés, est peut-être associée à de possibles contrats avec des sociétés de distribution internationales.

Pascal-Angot s’est reconnu dans cet article et chercha à défendre sa crédibilité auprès du SNI. A cet effet, il achemina trois lettres au SNI et au Bureau des Affaires Politiques (GNP) : la première était rédigée le 6 novembre 1964 par le président du Comité National des Travailleurs du Filme et de la Télévision (Belgique) ; la deuxième lettre, datée du 9 novembre, était écrite par le président du Syndicat Français du Cinéma, de la Radio et la Télévision ; et la troisième, datée du 14 novembre, non signée, avait été remise par l’Institut Belge d’Information et de Documentation. Les trois lettres, quoique adressées au bureau de la IAV à Lisbonne, ont comme destinataire le SNI. Elles sont toutes élogieuses du travail de Pascal-Angot et confirment certains aspects mentionnés dans les documents de présentation de la IAV. Cependant, elles ne donnent aucun éclaircissement sur la formation professionnelle de Pascal-Angot, ni sur des aspects concrets de ses travaux antérieurs. En essence, il s’agit de lettres “commandées” par Pascal-Angot à ces organisations, comme nous pouvons déduire du fait que, quoique étant adressées au SNI, sans spécifier aucun nom, elles n’étaient pas envoyées à cette entité, mais au siège de la IAV à Lisbonne. Nous pouvons percevoir qu’elles étaient le fruit d’un besoin inattendu de qui les a commandées, car leurs signataires n’ont pas été informés sur le destinataire de ces lettres. En effet, tandis qu’une lettre se dirige au responsable du SNI comme “Président”, l’autre lui appelle “Secrétaire”.

Selon l’auteur de l’article, “le réalisateur-aventurier choisit de faire des menaces”⁸³, dans un autre article publié au *Diário Popular* le 16 novembre, le simple envoi des lettres n’était pas suffisant pour Pascal-Angot : il téléphona anonymement à la rédaction de ce quotidien et, en ton menaçant, il exigea de savoir le nom et l’adresse de Castelbranco. Les rédacteurs ont facilement identifié Pascal-Angot comme responsable du coup de fil et ont refusé de donner l’information requise. Dans le même article, ils réitérent certaines accusations antérieures et informent que, après des passages antérieurs par l’Afrique portugaise, Pascal-Angot et ses collaborateurs réalisaient, dans le présent mois, un film commandé par Companhia Mineira de Angola.

Comme référé en haut pour le cas de Banha da Silva, la presse n’était pas la seule à soulever des questions concernant l’identité de Pascal-Angot et l’authenticité de la IAV. En décembre 1964, le Gouverneur Général d’Angola

⁸³ CastelBranco, “O Realizador-aventureiro entrou a ameaçar para defender as posições conquistadas”, *Diário Popular*, 16 de dezembro de 1964.

écrit une lettre au GNP pour les informer des affirmations faites par les cinéastes Augusto Fraga et Manuel Queiroz au CITA. Dans leur opinion, la IAV avait été fondée exclusivement pour permettre à Pascal-Angot et ses collaborateurs de venir au Portugal et à l’Outremer pour y produire des films et que leur idonéité était douteuse. En plus, ils affirment qu’un des opérateurs de la IAV avait proposé à Manuel Queiroz de travailler dans le film que celui-ci allait bientôt tourner en Angola, car Pascal-Angot ne lui payait pas ses honoraires.

Conclusion

En effet, l’article “réalisateur-aventurier” du *Diário Popular* semble condenser une série de conclusions que nous pouvons retirer de l’activité de Pascal-Angot au Portugal. Tel que dans les années 1960, aujourd’hui il n’est pas facile de trouver des références à Pascal-Angot, même dans les archives de son pays d’origine, la France, et de Belgique, le pays où, d’après son curriculum, il a célébré les contrats plus importants de sa carrière avant de travailler au Portugal.

D’après les documents consultés, le *modus operandi* d’installation du “réalisateur-aventurier” au Portugal, tel qu’il est décrit dans l’article, semble coïncider avec le procès de fixation de la IAV à Lisbonne. En 1963, Pascal-Angot commença par se présenter formellement au SNI, au MU et à autres entités officielles. Néanmoins, si nous considérons la correspondance échangée, tout indique qu’il y avait déjà des contacts informels auparavant, ce qui probablement explique l’ouverture du bureau de la IAV au centre de Lisbonne⁸⁴. La raison principale pour laquelle l’État a financé la IAV, au travers du Fond du Cinéma, semble avoir été, tel que Castelbranco l’a suggéré, la distribution internationale de ces films, spécialement les versions anglaises et françaises. Le contrat établit que le paiement serait totalement exécuté seulement après la garantie, par la IAV, de la distribution de ces films, dépendant des respectifs contenus, par les organisations internationales suivantes : OCDE – EFTA ; FAO ; UNESCO ; UNICEF et OMS. Aussi, l’entreprise de distribution 20th Century Fox Movies serait chargée de distribuer les contenus filmés au Portugal, Angola et Mozambique.

Ses compétences comme réalisateur sont aussi difficiles de prouver : une partie du tournage au Portugal et dans les colonies était exécutée par d’autres cinéastes, nommément Jean Collomb et Henri Pasmantier. Nous ignorons si la partie restante était tournée par Pascal-Angot. Cependant, il est certain

⁸⁴ Le bureau de la IAV se trouvait à Avenida António Augusto de Aguiar (Lisbonne).

que, au-delà des deux réalisateurs mentionnés, Pascal-Angot a assuré la collaboration des professionnels chevronnés, tels que le belge Fernand Tack et le portugais Elso Roque. Quant à la contraction de ces professionnels, nous pouvons proposer deux explications possibles. Selon la première, ils auraient été embauchés pour surmonter ses handicaps comme réalisateur. Selon la seconde, cette contraction serait en même temps la raison et la justification de ses coûts de production. Il est intéressant que les travaux de Collomb, Tack ou Pasmantier dans les colonies portugaises ne sont pas associés à leurs noms dans les principales bases de données sur le cinéma. Il est aussi curieux que les noms de ses autres collaborateurs français et belges ne se trouvent pas dans les bases de données des archives de leurs pays d'origine⁸⁵ ce qui nous fait croire qu'ils utilisaient possiblement des pseudonymes, comme dans les cas de Jacques van der Heyden ou de Michel Ladovitch.

Par rapport à la IAV, tout indique que la société ait été créée pour faire la production de films de propagande, mais nous ne pouvons pas déterminer si s'était exactement pour célébrer des contrats avec le Portugal. L'expérience de production de films de propagande au Ruanda-Urundi et au Congo Belge, et le fait que l'indépendance de ces pays a réduit son marché de travail, peut avoir mené Pascal-Angot à chercher au Portugal une nouvelle source de revenu, soit en Afrique soit en Europe. Le Portugal ne possédait pas une "industrie" cinématographique importante dans le panorama européen et l'État portugais avait une stratégie de propagande cinématographique rudimentaire : ce fait permit que Pascal-Angot put trouver une niche de marché et installer la IAV.

Comme nous l'avons pu constater, la IAV était l'entreprise d'un homme seul. Dans les premiers temps, il y avait aussi René Clerc, mais après son éloignement dû à l'expérience à Angola, il était clair que tout était coordonné par Pascal-Angot. Nous ignorons si Clerc avait une vraie expérience dans le cinéma, mais, d'après ce que nous avons pu puiser dans les documents produits par le CITA pendant le tournage à Angola, il ne jouait pas exactement un rôle de cinéaste mais d'un individu qui exécutait le programme de la IAV. René Clerc, si nous tenons compte de la correspondance de la IAV avec le GNP et d'autres entités, était une personne présente aux réunions que s'occupait des demandes plus onéreuses et sollicitait les paiements. Nous ne pouvons pas l'affirmer, mais, considérant son éloignement soudain, il semble avoir été quelqu'un qui s'occupait des affaires plus délicates de la IAV, exemptant Pascal-Angot de toute éventuelle confrontation avec les représentants du SNI ou do MU.

⁸⁵ Par exemple, dans les bases de données de l'Institut National de l'audiovisuel (France) ou dans le Centre National du Cinéma et de l'Image Animée (France).

Pascal-Angot, et non seulement la IAV, semble avoir trouvé une autre niche de marché au Portugal : la distribution et la promotion de contenus audiovisuels de propagande de l'État. C'est la raison pour laquelle il a créé la Inforvisual, exploitant les faiblesses des entités publiques dans ce domaine.

Les deux entreprises de Pascal-Angot fonctionnaient comme outsourcing de la propagande de l'État Nouveau dans une période où le régime, étant un État autoritaire et colonialiste, était progressivement plus contesté et isolé par la communauté internationale. Pascal-Angot vu dans cet isolement une opportunité et en a profité. Cependant, à un moment donné, il devient plus difficile de déterminer qui a plus bénéficié de cette relation. D'une part, Pascal-Angot a certainement trouvé une double source de revenus dans la production et distribution de documentaires. D'autre part, l'État portugais avait dans la IAV une entité officieuse qui produisait et distribuait la propagande et qui, dans de possibles situations non favorables, pouvait être mise au rebut ou culpabilisée de possibles impacts négatifs.

La raison qui explique le succès de Pascal-Angot, s'il est possible de le classer ainsi, se trouve fondamentalement dans le fragile panorama cinématographique portugais, peu important au niveau national et, donc, sans aucune relevance au niveau international. L'initiative privée est toujours restée dépendante de l'État et n'a jamais réussi, à l'exception de l'entreprise portugaise Telecine-Moro, de développer une structure solide avec capacité de distribution internationale de ses films pour atteindre une dimension de marché. Même dans l'espace portugais (Portugal métropolitain et colonies), il n'y eut jamais une véritable industrie cinématographique capable de couvrir ces territoires, soit en productions, soit en distribution.

Probablement pour ces raisons, des cinéastes étrangers, notamment Felipe de Solms, Jean Leduc⁸⁶ et Pascal-Angot, connaissant d'autres réalités de travail, ont perçu les points faibles du cinéma et de la propagande de l'État et, par manque de concurrents forts, se sont installés à Lisbonne, près du pouvoir

⁸⁶ Jean Albert Georges Leduc (1922-1996), réalisateur français, a réalisé des documentaires de propagande sur le Portugal et ses colonies, produits par Felipe de Solms. Les documentaires *Danse et Folklore de l'Angola* (1970) ; *Angola a Olho de Pássaro*, aussi connu comme *L'Angola à l'Oeil d'Oiseau* et *L'Angola à tire d'aile* (1971) et *Rythme de Luanda* (1971) ont débouché des travaux cinématographiques produits par De Solms et réalisés par Jean Leduc à Angola. Les deux étaient aussi responsables du "reportage" *Le Portugal D'Outremer Dans Le Monde D'Aujourd'Hui* (1971), lequel contient un interview avec Marcello Caetano et a été tourné dans toutes les provinces outremarines portugaises. Ayant aussi pour cible des audiences étrangères, Leduc filma les documentaires *Les Portugais* (1970). Au contraire de Pascal-Angot, Jean Leduc a réalisé deux longs métrages de fiction, avec des acteurs surtout français : *Via Macao* (1966) et *Capitaine Singrid* (1968). Pour trouver plus de données sur Jean Leduc, voir Ramos e Martins, "Felipe de Solms, um cineasta espanhol em Portugal" e https://www.imdb.com/name/nm0496674/?ref_=fn_al_nm_1 consulté le 22/02/22.

politique et financier national, et y ont développé leurs projets. Il faut remarquer que ces réalisateurs étrangers n'étaient pas exactement des individus renommés entre leurs collègues : au contraire, ils étaient, hier comme aujourd'hui, presque anonymes. Nous pouvons affirmer que leur seule exception à la loi de l'anonymat est son légat dans l'Histoire du Cinéma colonial portugais.

La biographie, la filmographie et les stratégies de Pascal-Angot pour obtenir des contrats avec l'État portugais peuvent être le point de départ d'autres études et servir de source d'informations complémentaires pour autres. Par exemple, ses films et leur contexte de production montrent, entre autres, comment la théorie de l'isolationnisme – politique, culturel et économique – du régime dictatorial portugais dans sa dernière décennie peut être remise en question⁸⁷. Soit en étudiant comment la propagande audiovisuelle portugaise a bénéficié de la contribution de distributeurs et de cinéastes étrangers ; en analysant des films comme *Cabinda-Cassinga* (1966) sur l'investissement américain dans l'exploration pétrolière off-shore à Cabinda où français dans le film *O Porquê - Cabora-Bassa* (1970),⁸⁸ ou comment le secteur du tourisme mis en avant dans les films *Mozambique – Turismo I et II* (1966) a continué à être reconnu internationalement et a même été célébré dans la chanson *Mozambique* de Bob Dylan.

Enfin, comme dans les cas français et belge, il a fallu un certain temps pour que les films coloniaux portugais cessent d'être considérés comme une simple propagande sans valeur historiographique pertinente. Des études plus récentes, dont certaines sont présentées dans cet article, montrent que, bien qu'il s'agisse essentiellement de panégyriques du colonialisme et de l'Estado Novo, la filmographie coloniale portugaise est également une source d'information et le point de départ de nouvelles recherches scientifiques.

⁸⁷ Le régime autoritaire et colonialiste mis en place par António Oliveira Salazar n'était pas un régime hermétique, même lorsqu'il est devenu la cible de manifestations médiatiques dans les rues de certaines capitales européennes dans les années 1960 et 1970 ou sur certaines scènes diplomatiques internationales, telles que l'Assemblée générale des Nations Unies. Le régime portugais a maintenu un agenda diplomatique visant à légitimer et à attirer les investissements dans ses colonies, concluant même des accords en coulisses favorables à l'administration de ses colonies, en particulier avec la France et les États-Unis. Le mythe de l'isolement international du régime a été remis en question par un nombre croissant de publications, par exemple : Daniel da Silva Costa Marcos, *Salazar e de Gaulle : a França e a questão colonial portuguesa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros Instituto Diplomático, 2007 ; Olivier Dard e Ana Sardinha-Desvignes, *Célébrer Salazar En France (1930–1974)*, 2017, <https://www.peterlang.com/document/1113335> ; Melissa K. Byrnes, "Diplomacy at the end of empire: evolving French perspectives on Portuguese colonialism in the 1950s and 1960s", *Cold War History* 19, 4 (2019), p. 477-91, <https://doi.org/10.1080/14682745.2019.1597857>.

⁸⁸ Daniel da Silva Costa Marcos, *Salazar e de Gaulle...*, cit., p. 42.

Thematic dossier:
*Politics and Practices of visual propaganda
in Portuguese Estado Novo*

Caderno Temático:
*Políticas e Práticas da propaganda visual
no Estado Novo em Portugal*

Politics and Practices of visual propaganda in Portuguese Estado Novo. An Introduction

Filomena Serra

Universidade NOVA de Lisboa, Instituto de História Contemporânea, FCSH | INPAST 2
sfmc@fcsb.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-3011-2383>

Paul Melo e Castro

University of Glasgow, School of Modern Languages & Cultures / Sgoil nan Nua-Chànan is
nan Cùltar

Paul.Castro@glasgow.ac.uk

<https://orcid.org/0000-0002-3711-7726>

Mass print media, such as newspapers and illustrated magazines, created mass audiences at the beginning of the twentieth century, offering fertile ground for governments wishing to mobilise entire societies for war or to disseminate information or propaganda to large groups of people in relatively short spaces of time. In the 1920s and 1930s, these printed means were joined, for political propaganda purposes, by cinema, photography and radio, which were especially exploited in the new authoritarian regimes of the Soviet Union, Fascist Italy and Nazi Germany.

Political propaganda aims to indoctrinate audiences, to persuade them to act in certain ways, to adopt behaviours that would then spread generally through proselytising and imitation. One of the most important resources for sensitising audiences is visual propaganda. It was assumed that the “people” would react positively to images and so adhere more easily to the desired aims of propaganda. But if the circulation of images was crucial for achieving these objectives, the continual reframing of visual production across varied and interrelated contexts was equally so. Visual propaganda raises vital questions of identity and historical memory. Through images propaganda may build in elements that increase the credibility and liveliness of messages, making them more convincing, even commonsensical.

This thematic dossier tackles the Portuguese “Estado Novo” (New State) through the analysis of the regime’s visual propaganda, specifically its printed and public images. Like other authoritarian regimes, the Portuguese “Estado Novo” was convinced that images, being intelligible and persuasive to wide audiences, were vital to achieve its objectives: the reinterpretation of history

to fix a certain articulation between past and present. A key figure was António Ferro, a former futurist and companion of the modernists associated with the literary magazine *Orpheu* (1915), who did not hide his admiration for a political and cultural solution like that of fascist Italy. He was appointed by Salazar in 1933 as head of the influential Secretariat of National Propaganda (SPN) to implement his “Politics of the Spirit”. From the creation of the SPN until Ferro’s dismissal in 1949, visual propaganda played a decisive role as vehicle for the Salazar regime as part of an extensive cultural policy programme covering the visual arts, theatre, cinema and literature.

In fact, Portuguese artists adapted international models, assembling images and texts with the aim of transforming them into ideological messages and narratives that were tested and disseminated through the edition of books, albums, luxury editions, posters, maps, leaflets, postcards, documentaries, illustrated magazines, and other formats of visual media. The texts that accompany these images encourage particular ways of seeing. If it is important to analyse images in relation to the written word, it is also fundamental to investigate these public images in exhibitions, films, photographs, ceremonies and performances according to the different purposes which they were expected to achieve. Painters, graphic artists, photographers, filmmakers and ethnographers selected and reinterpreted the images and sought to control their reception.

The three articles address the public impact of these images, exploring their reproduction across graphic illustrations, printed photography, film and expanded exhibition practices for propaganda purposes in the context of Salazar’s dictatorship.

The texts presented here cover the regime’s most politicized time from the 1930s to the 1940s. Grounded in the complex political history of this period, several analyses demonstrate the ways in which images were understood, used, imposed, circulated, and spread in various media, taking advantage of the emotional responses of a Catholic population to such imagery.

Overall, this thematic dossier gives special emphasis to the way in which formulations of national identity were defined and distributed through systems of images. Though several important studies have touched upon issues of propaganda during the Estado Novo, they do not focus on visual propaganda, or have approached the subject through very specific disciplinary and methodological lenses. Our dossier has a more comprehensive scope and covers a wide range of contexts and disciplines. Each contribution takes a case study related to visual propaganda and provides the reader with a thorough analysis based on comparative close readings.

Matos in “Female landscapes: the presence of women in the photographs and images of the Portuguese colonial exhibitions” reflects on the presence of colonized women in photographs and other representations such as drawings, posters, postcards, exhibition catalogues, newspapers and magazines which were disseminated in the context of the Portuguese colonial expositions and in exhibition spaces conceived with a colonial component.

These exhibitions sought to showcase Portugal’s progress in the spheres of land, rail and sea transport, but also roads, communications, trade, industry, arts, architecture, culture, and the most recent advances in science and medicine. These exhibitions were also places where the logic of colonial models was staged, showing a clear relationship between colonial domination and gender representation. Matos analyses the content associated with several exhibitions between 1931 and 1940, such as the *International Colonial Exhibition of Paris* (1931), the *Lisbon Industrial Exhibition* (1932), the *Portuguese Colonial Exhibition* in Oporto (1934), the *Portuguese World Exhibition* in Lisbon (1940), and the miniature park *Portugal of the Little Ones* (Portugal dos Pequenitos) in Coimbra (1940). She gives particular attention to the contexts in which women appear and the way in which they are represented — as active beings (performing tasks), as contemplative beings (as in natural landscapes) or as objects of sexual desire, revealing the context of power (legislative, administrative, male and colonial) in which the images and the representations were produced.

Jesús Ramé López and Caterina Cuccinota in “The materia of political propaganda in Helena Roque Gameiro’s costume design: “As Pupilas do Senhor Reitor” (1935) *filmic costume drama*” analyses this film by the filmmaker José Leitão de Barros as part of a series of films by him that linked the rural world to political propaganda promoting a certain ideal of Portugal.

Their comparative analysis of the film shows how the exaltation of rural life in this Portuguese “costumes drama” runs parallel to German and Spanish cases. As a paradigmatic example of the use of propaganda through cinema, the authors concentrate on the triangular relationship of themes, style, and tone. The authors place special emphasis on the wardrobe created by the film’s costume designer Helena Roque Gameiro, an essential contribution to the *mise-en-scène* of cinematic ruralism. In the film, reality is aestheticised. Gestures, speeches and sets induce the spectator to believe that what he or she is seeing is real and true. This is a type of cinema of the 1930s and 1940s in which costumes indicate the presence of a specific ideology underlined by moving images, frames and stylistic elements.

Filomena Serra’s “Political Spectacle, Folklorist Practices, Visual Representations, and Print Media at the *1940 Portuguese World Exhibition*”,

takes the imagery of the Regional Centre and examines the visual propaganda and its relationship with the album *Life and Art of the Portuguese People* (Vida e Arte do Povo Português) (1940). This was a planned publication on ethnography produced for the 1940 Celebrations by the regime's propaganda organisation for culture, the National Propaganda Secretariat (SPN).

With the Estado Novo, folkloric practices were institutionalised. By acquiring the standing of a matter of state, it created a hyper-valorisation of popular culture as a language for affirming national identity. Serra explores the way how popular art was transformed into spectacle through the "living groups" in Regional Centre with their wardrobe and domestic objects. And also focuses on how drawings and photography understood this form of ideological indoctrination and aestheticisation of reality. Specifically, this imagery fostered the idea of Portugal as a peaceful, rural country at a time when Europe was at war. She discusses in particular on how the traditional media of coloured illustrations by the painter Paulo Ferreira and the "new medium" of Mário Novais printed photography engage in a tense dialogue and harmonise in the national history narrative of *The Life and Art of the Portuguese People*. In sum, she emphasises also the dialogue and the interconnection between the two propaganda devices – the Regional Centre and the album – and what the role did they play as visual propaganda.

As these articles substantiate, images in print and on public display are crucial for understanding the Portuguese national myths, imaginaries, collective attitudes and emotions, perceptions, and ways of looking under the Estado Novo and how the dictatorship sought actively to shape and foster these.

**La materia de la propaganda política en el diseño de vestuario de
Helena Roque Gameiro: “As Pupilas do Senhor Reitor” (1935),
*drama de costumbres fílmico***

**The material of political propaganda in Helena Roque Gameiro's
costume design: “As Pupilas do Senhor Reitor” (1935),
*filmic costume drama***

Jesús Ramé López

Universidad Rey Juan Carlos

jesus.rame@urjc.es

<https://orcid.org/0000-0002-7480-949X>

Caterina Cucinotta

Universidad Rey Juan Carlos

caterina.cucinotta@urjc.es

<https://orcid.org/0000-0002-0572-6930>

Texte reçu le / Text submitted on: 21/03/2023

Texto aprovado le / Text approved on: 15/04/2024

Abstract

As Pupilas do Senhor Reitor (José Leitão de Barros, 1935) is part of a series of films that linked the rural world to political propaganda for the Portuguese nation idea Construction.

Ruralism, as a tool for constructing people identity, has played an important role in the history of cinema, to the point of giving rise, for example, to *western*. The exaltation of rural life became a vein for expressing, in the form of propaganda, the pillars of blood and land in Nazism and Fascism. In Spain, even a genre, *drama rural*, arises, which is paralleled by the Portuguese *drama de costumbres*.

In this sense, *As Pupilas...* is a paradigmatic example of the use of propaganda in the Portuguese Estado Novo, through cinema. This article analyses the propagandistic cinematographic use in this film, focusing on

Resumen

As Pupilas do Senhor Reitor (José Leitão de Barros, 1935), forma parte de una serie de películas que ligaron el mundo rural a la propaganda política para una construcción de la idea de nación portuguesa.

El ruralismo, como herramienta de construcción de la identidad de un pueblo, ha tenido mucho protagonismo en la historia del cine, hasta el punto, de originar, por ejemplo, el *western*. La exaltación de lo rural se convierte en un filón para expresar en forma de propaganda los pilares de la sangre y la tierra en el nazismo y fascismo. En España, incluso, surge un género, el *drama rural*, que se da paralelamente como el *drama de costumbres portugués*.

En este sentido, *As Pupilas do Senhor Reitor* es un ejemplo paradigmático del uso de la propaganda en el Estado Novo portugués,

the triangular relationship of themes, style and tone. Emphasis is placed on the costume work carried out by Helena Roque Gameiro, an essential contribution to the mise-en-scène of cinematic *ruralism*. Therefore, this film would decant the strategic ideological repertoire of the Portuguese Estado Novo.

Keywords: Film propaganda; Estado Novo; Artistic ruralism; History of cinema; Creative processes.

a través del cine. Este artículo analiza el uso cinematográfico propagandístico en esta película, centrándose en la relación triangular de temas, estilo y tono. Se hace hincapié en el trabajo de vestuario llevado a cabo por Helena Roque Gameiro, aportación esencial para la puesta en escena del *ruralismo* cinematográfico. Por lo tanto, esta película decantaría el repertorio estratégico ideológico del Estado Novo portugués

Palabras clave: Propaganda cinematográfica; Estado Novo; Ruralismo artístico; Historia del cine; Procesos creativos.

Introducción

La película de José Leitão de Barros (1896-1967), *As Pupilas do Senhor Reitor* (1935), forma parte de una serie de obras que tomaron el mundo rural como protagonista de sus historias. Pese a ser una adaptación cinematográfica del mundo rural del siglo XIX, que reflejaba la novela homónima de Júlio Dinis¹, los valores que se plasman son propios del ambiente político que se respiraba en los años treinta en Portugal. Este filme se estrena en 1935, dentro del desarrollo del Estado Novo portugués, generando un interrogante sobre el papel que tuvo para la propaganda de la época y cuales son los elementos cinematográficos que se pueden destacar a este respecto. El objetivo del siguiente ensayo es detenernos en el valor del mundo rural en algunas dictaduras europeas (italiana, española, alemana y portuguesa) y el papel del cine al incluirlo dentro de las políticas de propaganda. Analizaremos, en un estudio de caso, la película *As Pupilas do Senhor Reitor*, dentro de una emergencia desde la política de propaganda del Estado Novo, destacando los elementos filmicos que construyen el gesto político, siendo uno de los más importantes del proceso creativo el uso de la dirección de arte y del vestuario.

As Pupilas do Senhor Reitor tiene una importancia histórica, como obra filmica, dentro de una línea de películas en las que la estetización de la realidad se confundía voluntariamente con el documentalismo y el patriotismo. Los gestos, los discursos y los decorados acompañan estrechamente una puesta en escena que, a través del ingenioso uso del documental como dispositivo, induce al espectador en la creencia de que lo que está viendo es real y verdadero. El papel de los ambientes y de los trajes, en este tipo de cine de los años 30 y 40, está consagrado a la estetización de la realidad. De hecho, el vestuario de *As Pupilas do Senhor Reitor* es un claro ejemplo de la presencia de una ideología precisa que se reproduce a través de las imágenes en movimiento, los encuadres y las elecciones estilísticas.

Para completar el análisis, será importante también resaltar que el caso de *As Pupilas do Senhor Reitor* es un ejemplo visible del resumen visual de todas las demás actividades definidas como “principales” en la trayectoria artística de Helena Roque Gameiro, mujer de José Leitão de Barros y figurinista de la película. A través de este artículo, de hecho, la presencia de los artefactos manuales de la figurinista en el cine es pensada a partir de su vasta actividad artística, como de un conjunto de gestos que, sumados, retratan la totalidad de su obra.

Hija del acuarelista Alfredo Roque Gameiro, Helena siguió el mismo camino artístico que su padre y en 1920, con 25 años y tras varias exposiciones

¹ Júlio Dinis, *As pupilas do senhor Reitor. Chronica da aldeia*, Oporto, Cruz Couthinho Editor, 1875.

de éxito en diversas ciudades portuguesas, se fue con él a Río de Janeiro y São Paulo para realizar exposiciones de gran éxito. Aún hoy, el Museo de Arte Contemporáneo de Río de Janeiro conserva varias acuarelas de Helena Roque Gameiro. En los años 30, fue directora de la revista *Eva*, profesora de “Lavores Femininos”, “Oficina de Artes Aplicadas” y “Artes Decorativas” en la Escuela António Arroio², estilista y artista del bordado. Tras la muerte de su padre, en 1935, no expuso durante muchos años y fue durante este tiempo cuando se dedicó a confeccionar el vestuario de *As Pupilas do Senhor Reitor* y *Bocage* (1936).

De acuerdo con los créditos iniciales de la película³, las acuarelas que inspiraron los decorados y los ambientes interiores fueron pintadas por Alfredo Roque Gameiro y fue, a partir de ahí, que José Leitão de Barros construyó sus *storyboards*. Partimos de la base de que un figurinista nunca es sólo un estilista que diseña trajes, sino también una figura que consigue materializar ideas: una figura artística y profesional que, leyendo un guion, consigue vestir mentalmente a los personajes que lo pueblan. Una figura vinculada estética y rigurosamente a las ideas del director que, literalmente, en portugués, “realiza” y no “materializa”. La colaboración intelectual entre José Leitão de Barros y Helena Roque Gameiro está muy bien explicada en el volumen *A biografia roubada* (2019), en el que las autoras señalan varias veces el intercambio de cartas en las que José preguntaba directamente a Helena sobre las mejores opciones para un personaje, un decorado o un atrezo⁴.

1. Ruralismo para el fascismo y el cine: Alemania, Italia, España y Portugal

Antes de analizar las características de esta película, contextualizamos el papel del mundo rural para la propaganda y para algunas dictaduras cercanas en el tiempo a la de Salazar. Se parte de la definición de *ruralismo* planteada por Ortega y Gasset en *La España Invertebrada*⁵, donde las características más

² La ‘Escola Artística António Arroio’ nace en 1919 en Lisboa con el nombre de ‘Escola de Arte Aplicada de Lisboa’ bajo la dirección de Alfredo Roque Gameiro. Específicamente dirigida a la formación de jóvenes artistas de las artes decorativas y aplicadas, continúa en funciones bajo la denominación de ‘Escola secundaria artística Antonio Arroio’.

³ Decorações do arquitecto professor Cristino Da Silva sobre aguarelas de Roque Gameiro

⁴ Joana Leitão de Barros y Ana Mantero, *Leitão de Barros. A biografia roubada*, Lisboa, Bizancio, 2019.

⁵ José Ortega y Gasset, *La España invertebrada*, Madrid, Calpe, 1921.

relevantes son: la idea de “un pueblo «pueblo», raza agrícola, temperamento rural”⁶. El *ruralismo*, como herramienta de construcción de la identidad de un pueblo, ha tenido mucho protagonismo en la historia del cine, hasta el punto, tal vez, de originar uno de los géneros más estudiados de este medio: el *western*. La agricultura y sus costumbres contra la práctica de la ganadería, formaron uno de los temas más repetidos en este género, que pretendía explicar el origen de la nación de Estados Unidos. Como explica Astre y Horarau, “el oeste rehabilita (como se ve en numerosos «western») el sueño agrícola del que Benjamín Franklin fue antaño el principal promotor. Por esto, el antídoto de la civilización industrial y urbana del este”⁷. Esta afirmación nos muestra la importancia que ha tenido el mundo rural para la construcción política de un espíritu nacional.

Estas propuestas ruralistas también fueron plasmadas en las consignas medulares del romanticismo campesino de Richard Walther Darré (1895-1953), teórico de la raza y uno de los que más impulsó el apoyo campesino a los nazis. Darré, el cual tenía el cargo de líder campesino del Reich, fue ministro de Agricultura durante el periodo que va de 1933 a 1942. Sus tesis están definidas por “el pastoralismo romántico aunado con la hostilidad frente al materialismo, el regreso al orden social agrario y la visión de una vida rural más sencilla y saludable”⁸. Esto se puede relacionar con la idea de la sangre y de la raza como elementos que refuerzan el proyecto de un pueblo que se cura de una enfermedad social a través de la vida campesina. De hecho, Darré impulsaba el lema de que “la unidad de la sangre y la tierra debe ser restaurada”⁹.

En Alemania, Joseph Goebbels (1897-1945), ministro de Propaganda, funda la cámara de cine del Reich (1933). En ella se reunían profesionales de todos los momentos del proceso de creación cinematográfico, con el fin de controlar todo el desarrollo de las producciones. El cine era una herramienta de propaganda a la que se sumaban técnicos, artistas y profesionales de la producción y la distribución. En este camino tomaron valor los estudios cinematográficos de la UFA, productora dedicada a la propaganda cinematográfica. Esta estrategia estaba sincronizada con los preceptos del nacionalsocialismo¹⁰.

⁶ José Ortega y Gasset, *La España invertebrada...*, cit., p. 165-166.

⁷ Georges-Albert Astre y Albert-Patrick Horarau, *El universo del Western*, Madrid, Fundamentos, 1997, p. 24.

⁸ Janet Biehl y Peter Standenmaier, *Ecofascismo. Lecciones sobre la experiencia alemana*, Barcelona, Virus, 2019, p. 153.

⁹ Janet Biehl y Peter Standenmaier, *Ecofascismo...*, cit., p. 36.

¹⁰ Jesús Alberto García Riesco, “Propaganda y cine: las guerras mundiales”, *IEEE.es (Instituto Español de Estudios Estratégicos)*, 23 de Enero de 2020, p. 13. https://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2020/DIEEO06_2020JESGAR_cine.pdf.

“Se recrean episodios históricos que reflejan la perversidad de los enemigos y las virtudes del pueblo y ejército propios y se exaltan el campesinado y los valores de la sangre y del suelo mediante los noticiarios y las películas”¹¹. La exaltación de lo rural, a través del campesinado, se convierte en un filón para expresar en forma de propaganda los pilares nazis y fascistas de la sangre y la tierra.

En Italia, la propaganda se ligó al arte con esta idea de ruralismo, ya que se convierte en “el elemento vital de la espiritualidad fascista”¹². En consecuencia, aparece un movimiento que canaliza literariamente este aspecto cultural: el *Strapaese*, que despliega el ruralismo y el provincianismo como una herramienta del fascismo para una hegemonía cultural que incluyera al mundo del campo¹³.

En Italia, como escribe Marco Armiero y Wilko Graf Von Hardenberg, se construyó durante el fascismo una narrativa de la naturaleza y la nación que se apoyaba en una “ideología rural”¹⁴. La gente era espejo de la naturaleza, de tal modo que las personas que habitaban el espacio rural, en zonas de montaña especialmente, se convirtieron en un símbolo que representaba una población “fuerte y fiable gracias a su contacto directo con una naturaleza aún salvaje –o al menos con lo que se percibía como tal– que, a pesar de su dureza, era bella y productiva gracias al trabajo humano”¹⁵.

En concreto “Mussolini quería una Italia populosa y autosuficiente, arraigada en la tierra. Su enorme proyecto de recuperación –la llamada *bonifica integrale*– debe entenderse también como parte de esa narrativa rural”¹⁶. Esta retórica rural configuraba el estereotipo de que “los campesinos eran física y moralmente más fuertes que los de la ciudad. Según esa narrativa, la naturaleza no los hacía libres y rebeldes, sino que los doblegaba a cualquier tipo de autoridad”¹⁷.

Por otro lado, en la España de los años 40 aparecería un género que fue denominado *drama rural*, el cual formaba parte de unos “modelos genérico-temáticos”¹⁸ que la industria de la dictadura instauró en esta época. Así, aparecen “el drama y el melodrama, planteados bajo diversas líneas de influencia: la

¹¹ Jesús Alberto García Riesco, “Propaganda y cine...”, cit., p. 13.

¹² Victoriano Peña, “Fascismo italiano y vanguardia: del futurismo al novecentismo”, *Afinidades. Revista de Literatura y Pensamiento. Dossier Fascismo y Vanguardia*, Primavera 2011, p. 44.

¹³ Victoriano Peña, “Fascismo italiano...”, cit., p. 44.

¹⁴ Marco Armiero y Wilko Graf Von Hardenberg, “Green Rhetoric in Blackshirts: Italian Fascism and the Environment”, *Environment and History*, 19 (2013), p. 285.

¹⁵ Marco Armiero y Wilko Graf Von Hardenberg, “Green Rhetoric...”, cit., p. 292.

¹⁶ Marco Armiero y Wilko Graf Von Hardenberg, “Green Rhetoric...”, cit., p. 292.

¹⁷ Marco Armiero y Wilko Graf Von Hardenberg, “Green Rhetoric...”, cit., p. 295.

¹⁸ José Enrique Monteverde, “El cine de la autarquía (1939-1950)”, VV. AA., *Historia del cine español*, Madrid, Cátedra, 1995, p. 229.

psicológica, la caligráfica y la vieja tradición del drama rural”¹⁹. Si triunfaban las comedias dramáticas y el drama, también los temas folclóricos y rurales tenían su parte de protagonismo. El *drama rural* era la tradición filmica “considerada como más racialmente hispana”²⁰, teniendo como ejemplo a las obras de directores de gran prestigio en aquel momento: *La Dolores* (1940) y *Marianela* (1940) de Benito Perojo (1894-1974), *La aldea maldita* (1942) y *Orosia* (1943) de Florián Rey (1894-1962), *Tierra sedienta* (1945) de Rafael Gil (1913-1986), *Las aguas bajan negras* (1948) de José Luis Sainz de Heredia (1911-1992), *Entre barracas* (1949) de Juan de Orduña (1900-1974), y *Un hombre va por el camino* de Manuel Mur Oti (1908-2003).

El cine italiano y alemán se han erigido, dentro del estudio del cine relacionado con el fascismo, como las filmografías paradigmáticas de propaganda. Pero

ha habido muy pocas investigaciones que hayan centrado su atención en otros regímenes autoritarios más periféricos, en los que el cine también jugó un papel fundamental para persuadir a la opinión pública local y para proyectar una imagen positiva de sus respectivos gobiernos en el exterior²¹.

Esto es precisamente lo que le ha ocurrido al estudio del cine portugués durante la dictadura de Salazar.

En Portugal, la propaganda se plasmó en la idea de una *política do espírito*, donde el cine ocupaba una pieza fundamental del sistema en su totalidad. Esto se plasmó en prácticas concretas como “la creación y funcionamiento del llamado *Cinema popular ambulante* y el filme que simboliza el discurso cinematográfico del Estado Novo, *A Revolução de Maio* (António Lopes Ribeiro, 1937)”²². Esta iniciativa acercaba el cine al mundo rural, emergiendo un medio de influencia política que se desplegaba por todo Portugal. En consecuencia, los temas de las películas también derivaron en gestos creativos que introducían los valores de la vida rural y sus costumbres, dando paso a una serie de películas que se desarrollaban en el ambiente del campesinado²³.

¹⁹ José Enrique Monteverde, “El cine de la autarquía (1939-1950)”..., cit., p. 231.

²⁰ José Enrique Monteverde, “El cine de la autarquía (1939-1950)”..., cit., p. 232.

²¹ Alberto Pena-Rodríguez, “Cine, fascismo y propaganda. Una aproximación histórica al estado Novo portugués”, *Revista latina de Comunicación*, 67 (2012), p. 207.

²² Alberto Pena-Rodríguez, “Cine, fascismo y propaganda...”, cit., p. 207.

²³ João Mário Grilo, *O cinema da Não-Ilusão. Histórias para o cinema português*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p. 16.

En la historia del cine portugués existe un hecho que marca la filmografía de las décadas de los 30 y los 40: en 1935 se crea el Secretariado de Propaganda Nacional²⁴, cuya persona al frente era Antonio Ferro. Esta institución y su responsable dieron un gran valor al cine como herramienta ideológica, introduciéndolo en un programa de acción política de propaganda de masas, dando valor a las “manifestaciones particulares de un portuguesismo alegremente corporativo”²⁵.

2. La construcción estética del ruralismo romántico en la película

En las dos décadas entre 1930 y 1950, el género más popular, la comedia, representó el “único momento en que tenía sentido hablar de cine portugués como de una cinematografía de géneros”²⁶. En consecuencia, en el cine emerge un uso del mundo rural que desemboca, fuera de la comedia, en la formación del género *drama de costumbres*, que, de forma paralela al *drama rural* español, se tradujo en la participación de directores de primera fila del momento: *Maria Papoila* (1937) y *Ala-Arriba* (1942), de José Leitão de Barros, *A Canção da Terra* (1938) y *Lobos da Serra* (1942), de Jorge Brum do Canto (1910-1994), *Fado, historia de Uma Cantadeira* (1947), de Perdigão Queiroga (1916-1980), y la inacreditada *Capas Negras* (1948), de Armando de Miranda (1904-1975)²⁷.

As Pupilas do Senhor Reitor pertenece al género de *drama de costumbres*, entendiendo la definición de este, como la construcción fílmica con un tratamiento dramático de conflictos emocionales y personales de los personajes en una trama, dentro de los géneros canónicos que define Sánchez Nogueira²⁸, pero que, en este caso, se desarrollan en el ámbito rural. Este film se adelanta a la decantación de sus características: desde el estilo de esta obra, aparecerán un gran número de películas con un camino creativo común en torno al mundo rural.

Para el análisis de la construcción ideológica a través del cine, se debe diferenciar entre un uso de las imágenes y el sonido para cambiar el pensamiento del espectador (Eisenstein) y la pretensión de “reforzar ciertos aspectos de

²⁴ João Mário Grilo, *O cinema da Não-Ilusão...*, cit., p. 14.

²⁵ João Mário Grilo, *O cinema da Não-Ilusão...*, cit., p. 15.

²⁶ João Mário Grilo, *O cinema da Não-Ilusão...*, cit., p. 15.

²⁷ João Mário Grilo, *O cinema da Não-Ilusão...*, cit., p. 15.

²⁸ José Luis Sánchez Nogueira, *Historia del cine. Teoría y géneros cinematográficos, fotografía y televisión*, Madrid, Alianza, 2006, p. 99.

la ideología social dominante”²⁹. Esta segunda práctica se conforma como una de las características del cine clásico de Hollywood, donde se “intenta defender lo que se considera valores típicamente americanos”³⁰. Si un ejemplo claro de la intrusión de este tipo de ideología en EE. UU. es *Cita en San Luis* (Vincente Minelli, 1944), por introducir el tema de la familia y la vida en el hogar, *As Pupilas do Senhor Reitor*, del mismo modo, es un caso paradigmático de construcción ideológica a través del ruralismo como valor de la nación portuguesa.

Además, se puede tener en cuenta como cada género desarrolla una articulación poética propia³¹, como una suerte de triángulo repertorial que le permite expresar los intereses relevantes para sus funciones, ya sean artísticas, ideológicas o la articulación de las dos. Un vértice del triángulo filmico correspondería a los temas que enmarcan su narratividad, otro ápice es expresivo y define el tono, finalmente, el tercer elemento es el estilo que lo conforma estéticamente, dando lugar a dicho repertorio triangulado de temas, tono y estilo. Así, un género que expresa una identificación nacional desemboca, como se nota en el *western*, dentro “una triple realidad: histórica, mítica y geográfica”³².

En particular, en este caso de estudio del cine portugués y de la película *As Pupilas do Senhor Reitor*, destacamos la calidad artística e imaginación que ejerce Leitão de Barros en el uso del material audiovisual. El director se hace cargo de un trabajo concienzudo para contar una historia portuguesa, pero, al mismo tiempo, de una clara visión idealista del mundo rural.

La película, desde el principio, adquiere un carácter popular, ya que en los créditos iniciales se presenta a los actores, en un claro recuerdo del uso de este recurso en el cine de Hollywood y que después sería típico en las series de televisión.

En la primera secuencia, tras los créditos iniciales, se nos muestra la vida universitaria de Coimbra. En estos momentos de presentación de la trama al espectador, ya se está preparando el contraste del espacio moderno con el paisaje rural. Un *travelling* de derecha a izquierda nos mostrara la llegada a Coimbra, donde veremos, en diferentes planos, la obtención del título universitario y su celebración por parte de Daniel, el protagonista de

²⁹ David Bordwell y Kristin Thompson, *El arte cinematográfico*, Barcelona, Paidós, 1995, p. 424.

³⁰ David Bordwell y Kristin Thompson, *El arte cinematográfico...*, cit., p. 424.

³¹ Jordi Claramonte, *Desacoplados. Estética y política del western*, Madrid, UNED, 2015, p. 10-11.

³² Georges-Albert Astre y Albert-Patrick Horarau, *El universo...*, cit, p. 42.

la película que interpreta Paiva Raposo (1911-1997), y sus compañeros. Toda la construcción visual está acolchonada por una canción que cantan los estudiantes durante toda la secuencia. Lo interesante de esta propuesta es que, para mostrar el camino de regreso de Daniel a su pueblo, volvemos a ver el *travelling* sobre Coimbra pero en sentido contrario, de izquierda a derecha. Al mismo tiempo las voces masculinas dejan de cantar, pero la música continúa, hasta que un nuevo *travelling* de derecha a izquierda nos muestra ahora un pueblo. El canto es continuado de forma menos enérgica y más dulce por un grupo de niñas, las cuales aparecen dando una lección en la escuela. Este inicio de historia requiere una gran maestría a la hora de rodar y del montaje³³, ya que el viaje se refleja a partir de dos espacios y de los movimientos de cámara, que se traducen por un *ir* y un *venir* a un lugar y que deben tener en cuenta el orden de los planos, con la música como catalizador narrativo de un camino de la ciudad al campo. Al mismo tiempo, empieza a operar el trabajo de vestuario, diferenciando la ropa de los personajes en Coimbra y en el pueblo.

En este sentido, se hace necesario contextualizar la pertinente participación de Helena Roque Gameiro como diseñadora de vestuario en el cine. Esta labor no se puede aislar de las acuarelas, los bordados o los trajes. El trabajo de figurinista es la materialización, de todos los conceptos y gestos que hay detrás de ellos, en la estilización del vestuario cinematográfico.

En consecuencia, vemos como el discurso que soporta el vestuario es recogido a través de las ideas de Helena Roque Gameiro, siendo la secuencia de la llegada de Daniel al pueblo un ejemplo claro de su uso. Este momento de la película describe la llegada de Daniel desde la universidad de Coimbra al ámbito rural de su antiguo pueblo (00:20:00). En su llegada a caballo y su recorrer de las calles lentamente sobre el animal, Daniel es admirado por los campesinos, estando claramente diferenciada su imagen por la ropa de la ciudad. Su traje gris destaca sobre el contraste del blanco y negro de los aldeanos. La luz, al mismo tiempo, da nitidez a la presencia de Daniel, emergiendo de su vestimenta, claramente definitoria del personaje. Este contraste expresa la sencillez del espacio rural y su diferenciación con el cuerpo vestido de la ciudad.

³³ Debemos detenernos en la figura de montadora Emilienne Nelissen (no se conocen los datos de nacimiento y muerte), responsable del trabajo de edición de esta película, que vuelve a darnos una nueva pista sobre el trabajo de las mujeres en el cine portugués, hecho que pone sobre la mesa la labor de muchas profesionales extranjeras, sobre todo francesas, en los montajes de películas lusas.



El tema de la exaltación del espacio rural se despliega en una secuencia donde las mujeres cantan limpiando ropa en el río y los hombres segando en el campo. Es muy interesante hacer hincapié en cómo aparece esta secuencia, ya que es precedida por un plano en el que el cura del pueblo, interpretado por Joaquim Almada (1893)³⁴, dice “Vai cantar, rapariga, cantar é uma maneira de chegar a Deus” (00:12:11). Este contraste organiza una estética de la felicidad, donde parece que el mundo rural estuviera naturalmente organizado de forma artística. Los hombres segando y las mujeres limpiando confluyen con sus gestos rítmicamente en una coreografía del trabajo en el campo. El montaje unifica las prácticas cotidianas a través de la interpretación colectiva de una canción popular, con sus solistas y sus coros, dando la sensación de organicidad y orden del mundo rural.



³⁴ No hemos podido encontrar la fecha de fallecimiento de este actor.

El personaje del cura del pueblo volverá a ser quien introduzca una nueva secuencia de exaltación del mundo rural, pero en este caso lo hará a través de su pensamiento. El cura recuerda un hecho del pasado con su mirada perdida en plano medio, al cual da paso una cortinilla diagonal (00:16:30). El pensamiento nos lleva a un inocente encuentro entre los jóvenes protagonistas de la historia.

La secuencia empieza con planos de un rebaño, ilustrando la belleza de un grupo de ovejas. Esta idea de espacio bucólico vuelve a ser fortalecida por la canción que canta Margarida, interpretada por Leonor D'Eça (1905-1940), tumbada frente a Daniel en el campo. El cura se acerca a la pareja desde un primer término, mientras, ella canta y aparecen *travellings* sobre los cerezos en flor y sobre el rebaño. La intimidad de la pareja de jóvenes es interrumpida por la presencia del cura. Este los regaña, el chico sale corriendo, quedando el cura tirándole de la oreja a Margarida. La secuencia vuelve al cura en su ensoñación para ser finalizada, de nuevo en una cortinilla diagonal. Esta estetización de la naturaleza, hace que emerja una belleza romántica, fruto de la combinación de la imagen y el sonido. Al mismo tiempo, estos momentos interpretativos convierten la película en un musical de canciones populares, que conecta con la cultura compartida, donde la canción es un vehículo de conexión colectiva entre tema, tono y estilo.

Otro aspecto marcado por la película es el de la educación en el ámbito rural. En una secuencia (00:27:05), Margarida enseña las partes de las plantas a unas niñas, viendo que el campo permite ver las cosas directamente, de forma natural y explícita, ya que, en este caso, la planta esta presente en las manos de la maestra y ella se encuentra al aire libre.

Otra secuencia que muestra el romanticismo rural es cuando los habitantes del pueblo se reúnen sentados para pelar mazorcas (00:43:19). La escena comienza con un plano largo que se va acercando al grupo, quedando claro el carácter comunal y de armonía de la aldea, hecho que se muestra con una composición que encuadra el entorno rural de la acción.

Esta vuelve a ser una secuencia musical, insistiendo en una suerte de hermanamiento popular a través de la canción que, en este caso, protagoniza el personaje de Clara, interpretada por Maria Paula (1916-2004). Todo esto es observado por los ojos atentos de Daniel, ojos del que viene de la ciudad, que muestran una aceptación romántica de la felicidad del momento, cristalizada en un plano de acercamiento al rostro de este. Más adelante, se pasa a un *travelling* circular desde dentro del corro, hecho que enfatiza la idea de comunidad unida. La secuencia termina con un baile colectivo que da paso la coreografía de varias canciones, gestos de una puesta en escena de la felicidad de las tareas colectivas del campesinado. De este modo, diferentes planos, muestran en una puesta en escena cercana al documental, el desarrollo de estos bailes regionales compartidos por el colectivo.

La película se va interrumpiendo en su desarrollo narrativo, para introducir aspectos de la vida de campo con una secuencia musical. Un ejemplo es la vendimia (00:54:26), que se convierte en una práctica compartida, de tal forma que los modos de hacer rurales se muestran como acciones que estructuran y dan sentido a una colectividad feliz y bien organizada. El cambio de labores es acompañado por el cambio de vestuario de forma normalizada y armónica, como si emergiera de manera espontánea. La paz y salud que se comunica, que comienza en una romería, será interrumpida por Daniel, que viene del mundo moderno y tiene otras costumbres, reflejadas en sus gestos, ropas y modos de relación con los habitantes de la aldea. Vuelve a existir una coreografía del gesto productivo, del trabajo en común. Todo el proceso de producción del vino, desde la recogida de la uva hasta el momento de pisarla, es explicado bajo un colchón musical de cantos colectivos populares, que dan una integridad orgánica al proceso, hecho que vuelve a ensalzar el sentido de la vida en el campo. Esta secuencia tiene un carácter visual documental mixturado con los momentos de canto, sin perder, en un cuidado equilibrio narrativo, el pulso de la historia.

Existe, dentro de esta secuencia de explicación de la vendimia, un momento que remite, casi de forma subliminal, a las tradiciones y la historia portuguesa reivindicada por el Estado Novo. Durante toda la escena, se va trufando el montaje con imágenes de una barca que llega a una orilla. Reconocemos como uno de los viajeros de la barca la silueta de una reina, de nuevo el reconocimiento de la tradición a partir del vestuario, remitiendo a la peregrinación a Santiago de la Reina Santa Isabel. Este gesto artístico pone en juego los imaginarios colectivos, haciéndose cargo del interés por las tradiciones del mundo rural y como estos están conectados con la sangre y la tierra dentro de una construcción histórica del pasado de una nación.



La película termina con un *happy end* narrativo, al culminar la historia de amor, pero también un *happy end* rural, donde la comunidad celebra la felicidad de lo colectivo, bailando nuevamente, pero ahora recogido en una sola toma. En particular, en este último plano (01:32:20), de 30 segundos, se vuelve a una observación de estilo documental de la felicidad, dando realidad a una valoración de la vida en el campo en una imagen de conjunto picada, donde el pueblo baila celebrando su armonía arraigada en sus tradiciones, dando paso al título de “fim”.





Como resultado, la puesta en escena y el montaje de esta película están desplegando la construcción de una valorización de la ruralidad como espacio propagandístico. Lo más relevante es que la maestría de Leitão de Barros confiere a la película una calidad artística, un aspecto popular, que le permite conectar con el espectador portugués, pero además una función política que se cuela a través de un estilo filmico muy depurado³⁵. El talento de Leitão de Barros cristaliza en un discurso ideológico ya establecido, que no quita valor artístico y de éxito a la película. En una suerte de manifiesto audiovisual de los valores de la dictadura, la introducción de los diferentes estratos de interpretación y *disfrute escópico*, crean el gran triunfo de taquilla del cine de propaganda del Estado Novo.

Sin embargo, vestuario y dirección de arte, que es una parcela del cine que siempre queda desaparecida en la naturalización de su presencia por el espectador, toma un valor especial en esta película. Por este motivo explicamos este aspecto de forma más concreta en el siguiente epígrafe.

3. El vestuario como herramienta de propaganda en la construcción material y conceptual de la identidad

Así, el vestuario lo podemos reconocer dentro de una idea de transversalidad. Paradójicamente, al observar la obra de Helena Roque Gameiro como

³⁵ Vanda Maria Gonçalves de Sousa, *Filmes portugueses da década de quarenta e valores de nacionalidade*, Doutoramento em Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa – Teses de doutoramento, 1993, p. 41-42.

diseñadora de vestuario cinematográfico³⁶, resulta imposible distinguir entre su actividad artística principal como acuarelista y sus actividades paralelas y secundarias como profesora, bordadora y periodista.

De hecho, el oficio transversal de diseñadora de vestuario parece ser la unión visual de todas las actividades que han acompañado su vida. En la diferencia entre dirigir y materializar, el papel de la mujer a lo largo de la historia del cine ha sido, en efecto, sorprendentemente indispensable, sobre todo en la fase del cine mudo. En primer lugar, porque eran las mujeres las que realizaban las tareas técnicas y manuales en el proceso de creación de la película como productoras; y en segundo lugar, porque, al no tener fácil acceso a los oficios artísticos de dirección, la única forma que tenían de participar activamente en la producción de la película era como *materializadoras*³⁷.

Como en el caso de la aldea de la película, el vestuario también se construyó a partir de la indumentaria local que ya había sido mediada por una cierta estilización del fenómeno folclórico: el decorado y el vestuario se inspiran en la realidad para destacar los elementos que pueden atraer al público y poner de relieve un tipo de país en su aspecto campesino, vinculado a usos y costumbres típicos.

Diseñado y estilizado a su medida, para su construcción reunió a un equipo formado por el arquitecto Cristino da Silva (1896-1976), nieto del pintor del mismo nombre, al que nos hemos referido anteriormente, que se encargó de la decoración, con el mobiliario diseñado posteriormente por Móveis Olaio, y la propia esposa del director, la pintora Helena Roque Gameiro (1895-1986), que materializó los trajes de Minho y Douro ajustando los detalles a la pantalla bidimensional, para diseñar el vestuario y el atrezzo. Estos fueron confeccionados posteriormente por Paiva, y calificados inmediatamente como de “rigor y buen gusto”³⁸.

Muchos de los planos de la película muestran esta construcción material de un vestuario hecho para dar la idea de la alegría en el trabajo, la felicidad de vivir en el campo, eliminando así cualquier forma de negatividad e insatisfacción. Los bordados destacan en los trajes populares de los personajes femeninos, creando

³⁶ Helena Roque Gameiro firmó también el Diseño de vestuario de “Bocage” (1936) de José Leitão de Barros, co-producido en España con la versión titulada “Las tres gracias”.

³⁷ Trabajar en el vestuario o en el montaje de una película eran oficios que asumían el papel de una profesión secundaria en la vida de las mujeres, un ocio y un placer en la aplicación de fórmulas y reglas que provenían del bordado, el corte y la costura.

³⁸ Alfonso Manuel Freitas Cortez Pinto, *Portugal (1928-1968). Un filme de J. Leitão de Barros*, Doutoramento em História da Arte Contemporânea, FCSH, DHA – Teses de doutoramento, 2015, p. 255.

un vínculo visual directo con la obra acuarelística que realizó Helena Roque Gameiro. Mangas, chalecos, faldas largas y chales eran el cuidadoso resultado de una construcción no sólo visual, sino también estratégica, que acompañaría el programa conceptual del régimen salazarista a partir de esta misma película.

As Pupilas do Senhor Reitor inauguraba así la nueva vertiente audiovisual de la llamada política folclórica del Estado Novo, trazada por la recién creada Secretaría Nacional de Propaganda³⁹.



Esta adaptación cinematográfica⁴⁰ pretendía apostar por lo literario, sin descuidar la retórica que acompañaba a una película de época en la que la memoria del pasado se mezclaba con el énfasis en el presente. Esto es exactamente lo que se ha materializado en los trajes confeccionados por la casa Paiva: una idea de belleza que sólo reside en el pasado. Los trajes bordados, los

³⁹ Alfonso Manuel Freitas Cortez Pinto, *Portugal (1928-1968)*..., cit., p. 255.

⁴⁰ El guión de *As Pupilas do Senhor Reitor* parte de una adaptación de la novela homónima escrita por Júlio Dinis en 1857. La versión de José Leitão de Barros es la segunda de tres versiones cinematográficas que se han realizado de la novela: la primera versión muda fue dirigida por Maurice Mariaud y se produjo en 1923, sumándose a la versión de Leitão de Barros una tercera dirigida por Perdígão Queiroga en 1961.

conjuntos de camisa y corpiño, los diseños de los mantones son esa estetización que trae el presente a una pieza del pasado. Los gestos de los actores y actrices siguen de cerca esta construcción visual, que tiene su continuación natural en el vestuario. En el paso del cine como arte al cine como industria, que José Leitão de Barros consiguió con esta primera obra, queda claro cómo se acaba de establecer una construcción visual y material a través del vestuario confeccionado por Helena Roque Gameiro.

La construcción de una nueva identidad está visiblemente más ligada a los conceptos tradicionales de familia, trabajo y vida en el campo, presentándose el vestuario como una continuación estética directa de las prácticas cotidianas. Las diferencias entre materiales es una de las claves más evidentes en este tipo de construcción cinematográfica⁴¹: telas claras y ligeras para las jóvenes pupilas y materiales más oscuros y voluminosos que dificultan el movimiento para las mujeres mayores y chismosas.

Conclusiones

Las dictaduras europeas utilizaron el mundo rural como pieza imprescindible para la construcción de la idea de nación y, yendo más allá, como forma de cristalizar los conceptos de la raza y la sangre de un pueblo.

Este cine europeo de los años 30 y 40 está muy influido por las experiencias de manipulación y propaganda que se habían realizado. De manera que obtuvieron mucho valor las investigaciones soviéticas sobre el cine de los años 20 o la denominada *filmología*, ciencia, esta última, creada para estudiar el impacto del cine en los espectadores⁴². Los regímenes dictatoriales tomaron buena nota, ya que “la década de 1930 y el reciente conflicto mundial habían revelado, en la práctica, el poder de impacto emocional de las imágenes cinematográficas, de manera especial en el cine de propaganda”⁴³.

El análisis de un grupo de películas con características afines nos lleva hacia algunos temas recurrentes que definen los procesos narrativos. Pero para completar el análisis de un género, no debemos olvidar la parte de mito, puesta en juego a través del tono (humorístico, épico, dramático...), ya que se hace cargo de la emergencia de lo expresivo de la obra. Para completar los elementos,

⁴¹ Elena Trencheva, “Costume in early Finnish film (1921-31)”, *Studies in Costume & Performance*, 3, 1 (2018), p. 43-60. doi: 10.1386/scp.3.1.43_1

⁴² João Mário Grilo, *As Lições do Cinema*, Lisboa, Edições Colibri, 2010, p. 166-169.

⁴³ Jaques Aumont, Alain Bergala, Michel Marie y Marc Vernet, *Estética del cine*, Barcelona, Paidós, 1996, p. 235.

descubrimos cómo historia y mito se desenvuelven en un espacio que implica la geografía, desarrollando el estilo propio de la película también en un nivel estético: vestuario, dirección de arte y música entre los más relevantes.

Aplicando al *drama rural* o de *costumbres* estos parámetros, se encuentran temas que introducen la idea de ruralismo: las labores del campo, el conflicto entre la forma de vida urbana y la rural, la historia de amor, los modos de relación de los habitantes de poblaciones campesinas... El tono dramático de estas películas introduce tintes de realismo y conflictos vitales, los cuales toman el espacio rural como una suerte de resolución. El tono, también, recoge esa utopía rural de organización social, entrando en el mito romántico de una vida bucólica y orgánicamente ordenada. El estilo está marcado por la ropa del campesinado, por los paisajes bucólicos y decorados del mundo rural o en el uso de las canciones populares. Estos elementos hacen reconocibles a las películas que se sumaron a esta forma de explicar la idea de la ruralidad por el Estado Novo.

En consecuencia, el *drama de costumbres* se define claramente en esta película a través de la puesta en escena y demás recursos filmicos, ya que nos encontramos con los temas que introduce la idea tradicional de ruralismo antes explicada. También podemos sumar el tono dramático, con su característico carácter realista y la muestra de conflictos cotidianos, expresados estos en las estampas rurales que cristalizan en la película, dando a la sociedad mostrada una barniz de estética de la organización del campesinado en el Estado Novo. No podemos olvidar que el estilo está marcado por la ropa del campesinado, las costumbres representadas en los gestos cotidianos –Laborales en tareas del campesinado, lúdicos en sus bailes y canciones tradicionales, mezclándose en una suerte de musical orgánicamente social– y por el trabajo de dirección artística en la elección de escenarios.

Teniendo en cuenta que el ‘mundo rural’ de la narrativa de Júlio Dinis, y que Leitão de Barros replica, no corresponde al ‘mundo rural’ contemporáneo a la producción cinematográfica, la película adapta una narrativa que se ambienta a mediados del s. XIX, trasladando valores no solo en el espacio, de la ciudad al campo, sino también en el tiempo, del presente a un pasado glorificado. Como resultado, *As Pupilas do Senhor Reitor* juega con los recursos artísticos del cine, contando con la maestría de los diferentes equipos de trabajo, bajo la dirección de un preciso Leitão de Barros, que pone toda su habilidad al servicio de plasmar una idea narrativamente popular, estéticamente atractiva y políticamente eficaz como propaganda.

Female landscapes: the presence of women in the photographs and images of the Portuguese colonial exhibitions

Patrícia Ferraz de Matos

Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais

patricia_matos@ics.ulisboa.pt

<http://orcid.org/0000-0001-7322-3756>

Texto recebido em / Text submitted on: 18/12/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 17/06/2024

Abstract

The aim of this article is to reflect on the presence of colonized women in photographs and other representations, such as drawings, posters, postcards, exhibition catalogues, newspapers and magazines, which were disseminated in the context of the Portuguese colonial expositions, and in exhibition spaces conceived by the Portuguese with a colonial component. Generally speaking, the exhibitions sought to put forward the progress, taking into account land, rail and sea transport, but also roads, communications, trade, industry, arts, architecture, culture, and the most recent advances in science and medicine. The exhibitions were also places where the logic of colonial models was staged, showing a clear relationship between colonial domination and gender representation. The research includes several materials produced throughout the 1930s (a fertile period regarding the Portuguese participation in this kind of international events) intended to publicize these exhibitions or serve as a complement

to them. These materials may include art works or merely propagandistic works, or works that combine both components. The analysis will include materials associated with several exhibitions between 1931 and 1940, such as the International Colonial Exhibition of Paris (1931), the Lisbon Industrial Exhibition (1932), the Portuguese Colonial Exhibition in Porto (1934), the Exhibition of the Portuguese World in Lisbon (1940), and the Portugal of the Little Ones (*Portugal dos Pequenitos*) in Coimbra (1940). The contexts in which women appear and the way they are represented — as active beings (performing tasks), as contemplative beings (as in natural landscapes) or as objects of sexual desire, revealing the context of power (legislative, administrative, male and colonial) in which the images and the representations were produced — will be analyzed.

Keywords: women; photographs; images; Portuguese colonial exhibitions.

Introduction

My interest in analyzing the presence of women in photographs and images related to the Portuguese colonial exhibitions is not recent. However, in this article I systematize some of the information on this subject that I have gathered in recent years¹. The pertinence of coming back to this subject arose in 2019 when I was invited to participate in a joint anthology². The subject I was asked to write about, in two entries of this anthology, was the “Exhibition-Fair” of Angola, in Luanda, August 1938, based on two sources — the *Álbum Comemorativo da Exposição*³ and the official catalogue *Exposição-Feira de Angola*⁴. Since I was allowed only few words for each entry, I tried to be brief and made a global analysis of the images from both sources⁵.

The catalogue *Exposição-Feira de Angola* is a volume with a cardboard front cover presenting warm-coloured graphics — two shades of orange balanced with white and black details (Fig. 1). The cover shows an outline of a woman’s figure, stylized, slender, her arms stretched up and, on top, the symbol of the

¹ The first version of this text was written at the invitation of Filomena Serra (FCSH, NOVA University of Lisbon) to be presented at the colloquium *Quando a Fotografia Impressa faz a História* (When Printed Photography Makes History), as part of the project *Fotografia Impressa: Imagem e Propaganda em Portugal (1934-1974)* (Printed Photography: Image and Propaganda in Portugal [1934-1974]) [FCT PTDC/CPC-HAT/4533/2014], coordinated by Filomena Serra, which took place on May 21, 2019 at the National Library in Lisbon. A later version, revised and translated into English, was presented at the panel “World Fairs, Exhibitions, and Anthropology: Revisiting Contexts of Post/Colonialism” (of the Europeanist Network of the EASA – European Association of Social Anthropologists), organized by Hande A. Birkalan-Gedik (Goethe Universität), Patrícia Ferraz de Matos (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa), and Andrés Barrera-González (Universidad Complutense de Madrid), for the 16th EASA Biennial Conference (“New anthropological horizons in and beyond Europe”), which took place between 21 and 24 July 2020 online. The questions and suggestions made to me on both occasions were important in improving my text. On the phenomenon of world fairs, see: Patrícia Ferraz de Matos; Hande Birkalan-Gedik; Andrés Barrera-González and Pegi Vail, *World Fairs* (Special Issue), *Anthropological Journal of European Cultures*, 31, 2 (2022), p. 1-132.

² Filomena Serra (ed.), *Fotografia Impressa e Propaganda em Portugal no Estado Novo / Printed Photography and Propaganda in the Portuguese Estado Novo*, Gijón, Muga, 2021.

³ Portugal, *Álbum Comemorativo da Exposição – Feira de Angola*, Luanda, [s.n.], 1938.

⁴ *Exposição-Feira de Angola: Catálogo*, Luanda, Imprensa Nacional de Angola, 1939.

⁵ Patrícia Ferraz de Matos, “Commemorative Album of the Angola Exhibition-Fair” in Filomena Serra (ed.), *Fotografia Impressa e Propaganda em Portugal no Estado Novo / Printed Photography and Propaganda in the Portuguese Estado Novo*, Gijón, Muga, 2021, p. 321; Patrícia Ferraz de Matos, “Angola Exhibition-Fair: Official Catalogue” in Filomena Serra (ed.), *Fotografia Impressa e Propaganda em Portugal no Estado Novo / Printed Photography and Propaganda in the Portuguese Estado Novo*, Gijón, Muga, 2021, p. 352.

Portuguese shield (the *quinas*). Her nudity, her breasts, the undulating line of her head (suggesting curly hair), the ring-shaped earring, and bracelets on her arms and legs, suggest a young Angolan woman.



Fig. 1 – Cover of *Exposição-Feira de Angola: Catálogo Oficial* (Luanda, Imprensa Nacional de Angola, 1939).

The youth and the vigour implied in the cover drawing are suggested throughout the catalogue. It evokes the idea that anything planted in young soil would be able to germinate. In fact, the effective colonization of Angola, with pacification campaigns at least until the late 1930s, was recent. It explains the expression “new era of rejuvenation” used by the director of the exhibition Frederico Bagoro Sequeira (1891-1964)⁶. The investment had been great. It was not random that, Angola, and also Mozambique, were considered settlement colonies, being therefore the destination of a large part of Portuguese emigrants⁷ and the propaganda had an important role in encouraging the Portuguese to go to the African colonies instead of going to Brazil⁸.

⁶ Frederico Bagoro Sequeira in *Exposição Feira de Angola: Catálogo*, Luanda, Imprensa Nacional de Angola, 1939, p. 13.

⁷ Cláudia Castelo, *Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Porto, Afrontamento, 2007.

⁸ Valentim Alexandre, *Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Afrontamento, 2000. Patrícia Ferraz de Matos, “Entre el Mito y la Realidad: Desplazamientos

The images in this catalogue, in black and white, were printed on glossy photographic paper and are presented throughout the volume, interspersed with the text. They show the persons in charge of the exhibition (all men), landscapes (rivers, waterfalls and farms); and human figures, mainly men, on plantations and in diamond mines. In these photographs only two women appear, one in the province of Malange, with the caption “*Quioca* woman carrying corn”⁹, and another with the caption “*Quioca* woman”¹⁰, with bare breasts, taking two children with her, one about three years old, standing, and another on her back.

Therefore, despite the potential of the feminine figure revealed on the cover, the inside of the catalogue is inhabited by men — the organizers of the exhibition, political, business, religious and state representatives, giving the impression that the initiative was organized by men and for men with whom they shared ideas and will. The women who cooperated in the exhibition must have had a subordinate and servile role; the ones that visited it played a secondary role as observers/onlookers; and the ones depicted in the photographs are associated with agricultural and maternal tasks, as in similar events.

The presence of women was what most caught my attention and provided the reason to reflect on this subject. It is not actually a presence, but mainly an absence. When they are not absent, they occupy a subordinate place, even in spaces dominated by men. I then set out to analyze the images (I say images because, as well as photographs, I considered posters and drawings) that include women in the context of the Portuguese colonial exhibitions. This definition included those that were part of the exhibitions specifically dedicated to the colonial theme and the exhibitions with a non-colonial general subject, but where the colonial¹¹ component was included.

In the first section of the article, I will contextualize the phenomenon of international exhibitions. In the following section I will present and analyze several examples of representations of women in materials associated with various exhibitions between 1931 and 1940, such as the International Colonial Exhibition of Paris (1931), the Lisbon Industrial Exhibition (1932), the Portuguese Colonial Exhibition in Porto (1934), the Exhibition of the Portuguese World in Lisbon (1940), and the Portugal of the Little Ones (*Portugal dos*

de Personas, Propaganda de Estado y Imaginación del Imperio Colonial Portugués”, *Studia Africana*, 24 (2013), p. 11-28.

⁹ *Exposição-Feira de Angola...*, cit., p. 64-65.

¹⁰ *Exposição-Feira de Angola...*, cit., p. 67.

¹¹ On photography produced and inspired in the colonial field in the Portuguese case, see: Filipa Lowndes Vicente and Afonso Dias Ramos (eds), *Photography in Portuguese Colonial Africa (1860-1975)*, London, Palgrave Macmillan, 2023.

Pequenitos) in Coimbra (1940). At the end, I make a systematization of what was presented, the contradictions that the materials reveal and the challenges that these images continue to pose.

Exhibitions: history and context

As written in the catalogue *300 Anos do Cartaz em Portugal (Three Hundred Years of the Poster in Portugal)*:

An exhibition is, in a way, a theatre. Like a theatre, a place, a physical space limited within the physical space; (...) a social place and, mainly, (...), a place for social behaviour, i.e., which structures a relationship between two poles, that which exhibits itself and that which observes the one exhibited¹².

From the second half of the nineteenth century, the industrial world started to be exhibited and made known in the metropolises of the North Atlantic. Most of these exhibitions aimed at celebrating a special moment, historical or not, showing the latest industrial and technological innovations, for example. They were held in temporary, purpose-built spaces, and did not last more than six months. Universal exhibitions or world fairs were events that sought to give an account of what was considered the modern world, in terms of development and technology, architecture and arts, but also imperialism (including representations of some territories then colonized) and their systems of differentiation and hierarchy. There people could see raw materials from the colonies, archaeological artefacts, and the latest architectural styles or innovations, as well as arts in general. On every level, the idea was to emphasize progress, encompassing land, rail, maritime, and road transportation, communication, trade, industry, arts, architecture, culture, science and medicine.

The exhibitions were turned into spaces where the logic of colonial models was staged, and the so-called tribes were put on display — the “uses and customs” of those “tribes”. In this process, “cultures” were organized and exhibited as if they could be placed on an evolutionary scale. On that scale, which went from the savage to the civilized state, we would see examples of the least black to the blackest in distant Africa, and also of the yellow or almost white people from Asia. The evolutionary ideas, often associated with a scale

¹² Portugal, *300 Anos do Cartaz em Portugal*, Lisbon, Biblioteca Nacional, 1975, p. 9.

based on skin colour (chromatic spectrum), were reproduced in great exhibitions, in anthropological theory¹³ and in the popular conscience.

The practices connected to the great fairs, whether or not associated with religious festivities, originates from at least as far back as the Middle Ages. However, it is normally accepted that this phenomenon, which expanded to several metropolises, began with the 1851 International Exhibition held in the city of London at the Crystal Palace, designed by architect Joseph Paxton (1803-1865) for the Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations. This was followed by the 1853 Crystal Palace Fair in New York and then several others in the cities mentioned above and in Paris, Philadelphia, Chicago, St. Louis, Buffalo, San Francisco, Seattle, Atlanta, New Orleans, Nashville and many others. This phenomenon, which lasted until the post-war period (1945), included the cooperation of scientists, politicians, individuals connected to the Church, entrepreneurs/industry related persons, and other prominent figures. Some exhibitions — designated as “colonial” — had specific goals regarding the publicity of empires (both for natural and human resources). However, in other non-specifically colonial fairs, we find elements related to colonization, as well as the exploration of ideas on how to take civilization to other peoples and take economic advantage of the resources of remote places¹⁴.

The spaces where these exhibitions were held, such as zoos or botanic gardens, circuses and temporary or permanent exhibitions, can be compared to places of popular entertainment. They were addressed to a broad audience, not necessarily specialized, and held by missionary societies or natural history museums, in which other “races” and/or other species were represented¹⁵. These events made it possible to analyze several aspects, one of which is precisely gender: the representation, and the participation of women — as passive or active agents.

In the book edited by T. J. Boisseau and Abigail M. Markwyn, which started from a feminist perspective, gender is analyzed as an instrument of power and resistance, a category for thinking about the construction of national and

¹³ Patrícia Ferraz de Matos, *Anthropology, Nationalism and Colonialism: Mendes Correia and the Porto School of Anthropology*, Oxford and New York, Berghahn Books, 2023.

¹⁴ John Allwood, *The Great Exhibitions*, London, Studio Vista, 1977. Patrícia Ferraz de Matos, “Exhibiting the Empire, Imagining the Nation: Representations of the Colonies and the Overseas Portuguese in the Great Exhibitions” in Patrícia Ferraz de Matos, *The Colours of the Empire: Racialized representations during Portuguese Colonialism*, Oxford and New York, Berghahn Books, 2013, p. 149-236. Patrícia Ferraz de Matos; Hande Birkalan-Gedik; Andrés Barrera-González and Pegi Vail, “World Fairs” (Special Issue), *Anthropological Journal of European Cultures*, 31, 2 (2022), p. 1-132.

¹⁵ Pascal Blanchard; Stéphane Blanchoin; Nicolas Bancel; Gilles Boëtsch and Hubert Gerbeau (eds), *L'Autre et Nous: “Scènes et Types”*, Paris, Syros, 1995.

colonial identities. Gender is also the starting point for analyzing “the women’s activism, and the visual and spatial dimensions of fairgoers’ experience of fairs”¹⁶. Contributors to this book “critically analyze the significance of women as planners and visitors, organizers and administrators, performers and workers, guides, journalists, and pundits”¹⁷. This focus is different from mine in this article. Although regarding Portuguese participation in international events or events organized in Portugal, the organizers are mostly (not to say all) men and White, with women playing a mostly passive role — as visitors or as participants in the events, as happened with the women who came from the colonies, subject to the gaze of visitors (male and female) — there were also women present as interpreters and translators, assistants or journalists. Some examples of the presence of women in these events, as artists, writers, educators, artisans and workers, even without figuring among the organizers, have been analyzed in other works¹⁸. However, my analysis here is focused on colonized women represented in materials to publicize the exhibitions (and above all in images).

The 1893 Chicago World’s Fair conveyed an image of Japan as a modern nation that owed its place in the world to having a tradition-based past, the most revealing aspect of which was the fact that it was explicitly patriarchal. In other words, to represent Japan as an ancient nation, the organizers resorted to the presentation of a patriarchy that excluded women from the modern or contemporary moment, associating them with the domestic world, for example¹⁹.

Another example is the New York exhibition in 1939 where the “New Soviet Woman” was presented as equivalent to Soviet men, namely through souvenirs, educational booklets and other materials that promoted the existence of political rights and economic opportunities for women under Soviet socialism²⁰. But, as Boisseau and Markwyn point out and I claim in my argument, “women as agents are not isolatable from considerations of gender as an effect and producer of ideology. Neither are considerations of gender artificially separated from questions of racial, class, national, or colonial identity”²¹.

¹⁶ T. J. Boisseau and Abigail M. Markwyn, “World’s Fairs in Feminist Historical Perspective” in T. J. Boisseau and Abigail M. Markwyn (eds), *Gendering the Fair: Histories of Women and Gender at World’s Fairs*, Urbana, University of Illinois, 2010, p. 7.

¹⁷ T. J. Boisseau and Abigail M. Markwyn, “World’s Fairs...”, cit., p. 6.

¹⁸ Myriam Boussahba-Bravard and Rebecca Rogers (eds), *Women in International and Universal Exhibitions, 1876-1937*, New York, Routledge, 2018.

¹⁹ Lisa K. Langlois, “Japan – Modern, Ancient, and Gendered at the 1893 Chicago World’s Fair” in T. J. Boisseau and Abigail M. Markwyn (eds), *Gendering the Fair...*, cit., p. 56-74.

²⁰ Alison Rowley, “The New Soviet Woman at the 1939 New York World’s Fair” in T. J. Boisseau and Abigail M. Markwyn (eds), *Gendering the Fair...*, cit., p. 37-55.

²¹ T. J. Boisseau and Abigail M. Markwyn, “World’s Fairs...”, cit., p. 6.

And it is in the context of these exhibitions that a clear relationship emerges between colonial rule and gender representation. The colonial initiative was set forth mainly by men, and they, themselves, reproduced the relations of colonial violence in the scope of relationships among different genders²². The woman's body depicted in the images is often used in an erotic or sexualized way in colonial propaganda²³. The presence of women in this context is mostly not a contribution to their empowerment, but rather their objectification, since women are considered as objects, disregarding their emotions or their psychological status.

Often, what is impressive is not the image itself, but what it is said around it, as in the article published in the newspaper *Notícias Ilustrado*, with the title "The symphony of black breasts"²⁴, where colonized women are also associated with landscapes and to other instances that denote male power and male chauvinism. This association of colonized people with landscapes was also explored in the contemporary art exhibition *Botânica*²⁵, by Vasco Araújo, which took place at the National Museum of Contemporary Art in Lisbon in 2014; it exposed the predatory dimension of knowledge that reduced these people to natural specimens, that is, the focus on the exotic allowed their cultures and particular aspects to be distorted, which contributed to their submission to the colonial empire²⁶. Therefore, these kinds of images take us back to historical formulations, power relationships and racial and gender discrimination, and in the Portuguese case these elements were intensified by the myth of lusotropicalism²⁷. In this article, as in others²⁸, my option was to present a description of the content of the images, but not to include them in my text, thus avoiding the inconvenience that their dissemination (for the women themselves or their families) might cause.

²² Clara Carvalho, "'Raça', género e imagem colonial: representações de mulheres nos arquivos fotográficos" in José Machado Pais, Clara Carvalho and Neusa Mendes de Gusmão (eds), *O Visual e o Quotidiano*, Lisbon, Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p. 145-173.

²³ On the difference between contemplation, curiosity and gaze, when analyzing photographs, see, for example: Elizabeth Edwards, "Looking at Photographs: Between Contemplation, Curiosity and Gaze" in Tamar Garb (ed.), *African Photography from the Walther Collection. Distance and Desire: Encounters with the African Archive*, New York, Steidl, 2013, p. 48-54.

²⁴ Luiz Teixeira, "A sinfonia dos seios negros", *Notícias Ilustrado*, 311 (1934).

²⁵ The description of this exhibition can be seen in this video: <https://www.youtube.com/watch?v=JvvKaRDbwgQ> (accessed on June 2023).

²⁶ Vasco Araújo, *Botânica. Esculturas. Museu do Chiado*, Maia, Sistema Solar, 2014.

²⁷ Michel Cahen and Patrícia Ferraz de Matos (eds), "New Perspectives on Luso-Tropicalism/ Novas Perspetivas sobre o Luso-tropicalismo" (Special Issue), *Portuguese Studies Review*, 26, 1 (2018).

²⁸ On the exhibition of human beings in the Portuguese great exhibitions, see: Patrícia Ferraz de Matos, "Power and Identity: The Exhibition of Human Beings in the Portuguese Great Exhibitions", *Identities: Global Studies in Culture and Power* 21, 2 (2013), p. 202-218.

Behind the propaganda associated with the colonies were important organizations, such as the Secretariado de Propaganda Nacional, created in 1933, led by António Ferro (1895-1956), who had connections with Modernists inside and outside Portugal — both in Europe and in Brazil. These modernists were fond of forms of African art that were the inspiration for some representations and creations — in terms of drawings and sculptures, for example, which were also part of these great exhibitions.

António Ferro would develop what was called the “politics of the spirit”, associating popular culture with nationalism. This was achieved through the organization of events, such as exhibitions, theatre and cinema, but also through the press and radio. In this period, until 1974, there was also censorship, which made it possible to control what was produced, how and for whom in a country that had a low level of literacy (only 38 per cent).

Exhibitions from 1931 to 1940

On the poster of the Portuguese representation in the International Colonial Exhibition in Paris, the art deco style of which denotes the first European vanguard influences (Fig. 2), we merely see an African woman, and the other inhabitants of the Portuguese empire are not evoked. This may be due to the fact that, back then, the greatest colonial investment was being made in Africa. The author of the poster was Fred Kradolfer (1903–1968), a Swiss designer who had lived in Portugal since 1927.



Fig. 2 – Poster of the Portuguese representation in the International Colonial Exhibition, Paris, Fred Kradolfer, 1931. Biblioteca Nacional, Lisbon.

For the “Guinean village” at the Lisbon Industrial Exhibition, which took place in 1932, a space was built by the Guinean themselves who came to the event. While the men built the thatched huts, the women saw to the kitchen and other services. The village was named San Corlá, which was the name of their territory of origin in Guinea, and included eight “choças” or “palhotas” (thatched huts), in which 39 Guineans were distributed, separating women and men. In the captions of some photographs published by the newspaper *Indústria Portuguesa*, the word “beauties” is shown in inverted commas, as well as the word “prince” elsewhere, suggesting that we are not, in fact, in the presence of true beauties or true princes²⁹.

The photographic image of the son of one of the chieftains that came to the exhibition shows a group of women in the background, smiling. These and other women — visitors of the exhibition — were also talked about or criticized, since some of them invited the Guinean prince to come for tea at their homes, near King Edward VII Park, which was considered audacious on their part by some of the visitors I interviewed³⁰.

Shortly after, in 1934, The Portuguese Colonial Exhibition took place in the Crystal Palace (named Palace of the Colonies for the event) and its gardens, with the presence of about three hundred individuals from territories in the so-called Portuguese overseas³¹. In addition to being exposed, the women, representatives of the colonies, were fixed in images. “Casa Alvão”, a photographic studio in Porto run by Domingos Alvão (1895-1956), who has won several awards, had the exclusive privilege of photographing the exhibition. Alvão was used to photographing the so-called “types and customs” in the country — rural, peasant themes, with a certain naturalism. The images about the event evoke the past, but also have an orientation towards the future and seek to show a modern country. In Domingos Alvão’s photo album (with 101 photographic clichés) there is a contrast between photographic images that show modernity and progress and others that show the rustic character of the colonies.

These photographs (and proofs and negatives), now in the custody of the Portuguese Photography Centre in Porto, were published in *Notícias Ilustrado* and in the magazines *Civilização* and *Ilustração*. The photographs of Casa Alvão are often staged, representing supposed daily life. The presentation of the

²⁹ *Indústria Portuguesa*, 56 (1932) October; *Indústria Portuguesa*, 57 (1932) November.

³⁰ The interviews occurred in the early 2000s. On this subject, see: Patrícia Ferraz de Matos, *The Colours of the Empire: Racialized Representations during Portuguese Colonialism*, Oxford and New York, Berghahn Books, 2013.

³¹ On this exhibition, see Patrícia Ferraz de Matos, “Primeira Exposição Colonial Portuguesa (Porto, 1934) e desafios no presente” in Alexandra Balona; Melissa Rodrigues and Nuno Coelho (eds), *Um Elefante no Palácio de Cristal*, Porto, Galeria Municipal do Porto, 2023, p. 54-60.

people has an almost folkloric character, as they wear costumes, and ornaments that seek to distinguish essentialized types. The subtitles of the photographs are often “Indian type” or “Mozambican type”. The representatives of the colonies were also photographed at the Institute of Anthropology of the University of Porto³²; some of these photographs were published in the book *Raças do Império* by Mendes Correia³³ and can be consulted in the old collection of the Faculty of Sciences of the University of Porto (today in the custody of the Museum of Natural History). Sometimes, the captions of those photographs sought to identify the person or group to which they belonged and also some diseases or identifiable physical characteristics, as happens with the photograph that has this caption: “Bushman woman from Angola (Mucancala) with a child: steatopygia”³⁴.

All groups who came to represent the colonies included women in order to present their clothing and what was considered their native way of life. They also came to perform dances and songs, do manual work and some of them were responsible for feeding the groups and cleaning the places where the groups were staying. The Guineans were the first group to arrive in Lisbon, on 7 May 1934, made up of 18 Bijagós men, 24 Balantas, Mandingas and Fulas, of whom 14 were women and 20 men, five craftsmen, the régulo Mamadú Sissé (war chief, second lieutenant), his wife, two children — one of them was Abdulai Sissé (referred to as interpreter) and two servants. This group was followed by Alvão’s camera from their arrival in Lisbon. The women wore light dresses and headscarves, an outfit that we would also find in some women of the then metropolis. The men wore suits and ties or chose the Muslim bubu. However, in the exhibition site, their clothing changed or was removed, and their bodies are shown naked from the waist up, in stiff poses, as we can see in the photographs, some recalling erotic postcards of the early twentieth century.

The colonized women are also present in depictions of the work of missionaries, such as in the photograph in Fig. 3, based on which a postcard was created on the occasion of the exhibition, depicting a missionary woman teaching an African woman to sew with a sewing machine, with the caption: “Colonial Exhibition of Porto — A Missionary Sister of the Society of Mary teaching a black girl to work with a sewing machine”. Colonized women are also depicted in dioramas³⁵ on fighting disease, such as sleeping sickness.

³² Patrícia Ferraz de Matos, “*To see is to know?* Anthropological differentiations on Portuguese colonial photography through the work of Mendes Correia” in Filipa Lowndes Vicente and Afonso Dias Ramos (eds), *Photography in Portuguese Colonial Africa (1860-1975)*..., cit., p. 171-192.

³³ António Mendes Correia, *Raças do Império*, Porto, Portucalense Editora, 1943.

³⁴ António Mendes Correia, *Raças do Império*..., cit., p. 27.

³⁵ The use of the diorama (created in the 1820s), with life-sized figures, became common in history and natural science museums and in great exhibitions.



Fig. 3 – “Part of the Religious Mission Representation Overseas”³⁶.

These representations also contributed to women being associated with domestic work and highlighted the success of the work of evangelization, which could lead to assimilation. Women (and men) who took part in the Cape Verde representation are referred as “Indígenas”, although the *Indígena* status was not applied in that country³⁷. The clothing of this group — with women in dresses and men in suits — suggests however that the Cape Verdeans had a higher civilizational status than the Guinean described before.

Women were present in the “Portuguese India” representation, which included musicians and dancers (although the documentation analyzed elsewhere³⁸ does not specify whether they were remunerated or not to carry out these activities) and they were also depicted in drawings, as in some posters of the 1934 colonial exhibition, in the leaflet of this exhibition³⁹, and in a message used to announce

³⁶ *Álbum Fotográfico da Primeira Exposição Colonial Portuguesa: 101 Clichés Fotográficos de Alvão*, Porto, Litografia Nacional, 1934.

³⁷ According to colonial ministerial decree 16473 of 6 February 1929, “*Indígenas*” were “individuals of the black race, or descended from it, or who by their ornament and custom, are indistinguishable from the common type of that race”; “*não Indígenas*” were “those of any race who did not meet those conditions”. There were differences in rights and duties between the assimilated (*assimilados*) and the *Indígenas*. Those born in Cape Verde, Portuguese India and Macao had a special status. The 1954 “*Indígena* statute” of the Portuguese provinces of Guinea, Angola and Mozambique incorporated an integration policy, but continued to impose segregation. The “*Indígena* statute” was finally abolished in 1961.

³⁸ Patrícia Ferraz de Matos, *The Colours of the Empire...*, cit.

³⁹ *Guia Desdobrável da Exposição Colonial Portuguesa*, 1934.

it⁴⁰. They also appeared in postcards, in which some of the female participants are identified by name and origin, as is the case of Inês, from Guinea, Maria, from Angola, and Eugénia, from Timor, all drawn by Eduardo Malta (1900-1967).

Eduardo Malta created a commemorative album (also translated into French), with a foreword by Henrique Galvão (1875-1970), who was responsible for this exhibition⁴¹, and a postcard collection. The postcards aimed to represent each group that took part in the exhibition. The images would be distributed and made popular by the Portuguese in the metropolis, allowing them to remember the exoticism and the diversity offered by the “colonial empire”. Although, as a painter, Eduardo Malta⁴² was used to portraying Portuguese and Spanish high-society ladies (for example, he painted General Primo de Rivera, the Spanish dictator, and his family), in this event he painted African women, which was considered unexpected. In some of his works we can recognize some suffering, boredom and distance in the faces, which do not seem to perceive the exhibition as the “celebration” so often extolled in propaganda. This perception is mainly due to the realistic aspect of the drawings. The portraits by Eduardo Malta were incorporated into postcards and images that circulated in other exhibitions, such as the Paris Universal Exhibition in 1937, and the Exhibition of Portuguese World in 1940.

The photographs in newspapers and magazines, and the photographs of official catalogues or postcards less so, are those which offer the most eroticized images of women. Maybe due to the fact that newspapers and magazines were aimed at a more popular audience, their images are more susceptible to generate more comment; their aim may also be to attract more people to visit the exhibition. It is in this sense that a metaphor about gender is used to refer the colonial conquest and also a sexual conquest. The colonies were seen as landscapes with feminine features — beautiful, but savage, unexplored, aimed to be conquered, organized by the European man, who was virile and civilizing⁴³. An example

⁴⁰ “Aviso da Exposição Colonial Portuguesa”, *Portugal Colonial*, 38-39 (1934), April-May.

⁴¹ Although Galvão was one of the great enthusiasts of the empire and of exhibitions with a colonial component, in the late 1940s he became critical of António de Oliveira Salazar and his colonial policies. To escape arrest, he fled to South America and there joined other dissidents. He tried to create an opposition government in Angola and ended up in exile in Brazil where he died in 1970.

⁴² On Eduardo Malta, see: Ana Rita Rodrigues Duro, *Eduardo Malta: Director do Museu Nacional de Arte Contemporânea*, Master dissertation in Museology, Lisbon, Universidade Nova de Lisboa, 2012.

⁴³ On this subject, see also Nadia Vargaftig, “To See, to Sell: The Role of the Photographic Image in Portuguese Colonial Exhibitions (1929-1940)” in Filipa Lowndes Vicente and Afonso Dias Ramos (eds), *Photography in Portuguese Colonial Africa (1860-1975)*..., cit., p. 251-255.

of this is the cover photograph of the magazine *Civilização*⁴⁴, dedicated to the colonial exhibition, with a young Guinean woman (of the Balanta group) with her arms raised (in a position allowing the shape of her breasts to stand out).

In a context where most people coming to take part in the exhibition as representatives of the colonies are anonymous, and where this anonymity is related to their low social status in their communities of origin, some women were named and individualized. This was the case with the young women Rosinha (or Rosita) and Inês, for example, both from the Balanta ethnic group (in Guinea).

An interesting aspect of these names is the fact that the men of the Balanta group and of other African groups have kept their native or Islamic names and Rosinha and Inês are Christian-sounding names; this could imply influence of the Catholic Church (they may have been baptized or not) or at least Portuguese colonization, thus evidencing the success of the assimilation process. This aspect of the names is even more important because in a context in which most of the participants in these events are anonymous (their names are not known, unless they are people with high status in their places of origin), in these cases mentioned here — Rosinha and Inês, for example — their names are almost always given in the captions, which suggests a possible dissemination strategy.

Rosinha was highlighted in Alvão's album⁴⁵ and in the press. However, in Alvão's album, Rosinha's pose is more sober, while in the press her arms are raised most of the time, emphasizing her breasts and giving a sensual, and even erotic tone to the images, evoking the erotic postcards. It was as if African women, personified by Rosinha, represented the seduction of the colonies and the desire of the colonists to possess them⁴⁶. Still in the press, *Jornal de Notícias* organized a contest to elect the Queen of the Colonies. For a week, it published the images of the contestants, describing them as “ebony bodies” or “Black Venuses”⁴⁷.

The expression “Black Venus” may be associated with the poem of Isaac Teale (...–1764) “The Sable Venus: An Ode”, first published in Jamaica in 1765 and later included in Bryan Edward's *The History, Civil and Commercial, of the British Colonies in the West* (1793), as well as the illustration that accompanied it, by Thomas Stothard (1755–1834), author of *The Voyage of the Sable Venus from Angola to the West Indies* (1794), which was inspired by Sandro Botticelli's fifteenth-century masterpiece *The Birth of Venus*. This construction of the “Black

⁴⁴ *Civilização: Grande Magazine Mensal* (1934), June.

⁴⁵ *Álbum Fotográfico da Primeira Exposição Colonial Portuguesa...*, cit.

⁴⁶ Filipa Lowndes Vicente, “Black Women's Bodies in the Portuguese Colonial Visual Archive (1900–1975)”, *Portuguese Literary and Cultural Studies*, 30–31 (2017), p. 16–67.

⁴⁷ Leonor Pires Martins, *Um Império de Papel: Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875–1940)*, Lisbon, Edições 70, 2012, p. 179.

Venus” thus dates back to the eighteenth-century. It should be noted, however, that the black beauty that is invoked turns out to be inspired by a figure with a white woman, wherein beauty was supposed to lie, and whose proportions influenced much of the history of art in Europe⁴⁸, although a certain desire for these women, who were “undesirable” at the outset, could be registered. The term Venus was also used in the expression “Hottentot Venus” to designate a woman of one of South Africa’s ethnic groups, who was exhibited between 1810 and 1815 in London and Paris⁴⁹.

Women (Black and non-Black) were also in other exhibitions, and through them the organizers sought to highlight both the beautiful and the shocking. The erotic and shocking were also shown through the women, as when five Brazilian Botocudos were exhibited at Piccadilly Hall, a popular London theatre, in 1883. The group was measured and studied by scientists from the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, and performed daily for the public in London, Manchester and Sheffield, until they were sold to P. T. Barnum and joined the US tour of the Grand Ethnological Congress of the Bailey and Barnum Circus. An element that was considered exotic, although primitive, was the lip disc. For this reason, in a publicity image for the exhibition, the Botocudo woman who did not have a wooden lip disc was deliberately removed, which demonstrates the importance of the lip enlargement to the exhibition’s success⁵⁰. Another example is the performance of Balinese women at the International Colonial Exhibition of Paris in 1931, which sought to show Asian sensibility; women were associated with beauty, but also with their primitive character⁵¹.

Thus, the use of the expression “Black Venus” in the context of the election of the Queen of the Colonies, in parallel with the 1934 exhibition in Portugal, is not surprising. The president of the panel of judges of the contest was Henrique Galvão; the winner was the daughter of the soba Quipungo, from Angola, a 15-year-old girl (named the “Virgin of Quipungo” for the occasion), since she

⁴⁸ Umberto Eco (ed.), *História da Beleza*, Algés, Difel, 2004.

⁴⁹ On this case of the “Hottentot Venus”, see, for example: Itumeleng Daniel Mothoagae, “Reclaiming our Black Bodies: Reflections on a Portrait of Sarah (Saartjie) Baartman and the Destruction of Black Bodies by the State”, *Acta Theologica*, Suppl 24 (2016), p. 62-83; Robin Mitchell, *Vénus Noire: Black Women and Colonial Fantasies in Nineteenth-Century France*, Athens, University of Georgia Press, 2020.

⁵⁰ Marina Vieira, *Figurações Primitivistas: Trânsitos do Exótico entre Museus, Cinema e Zoológicos Humanos*, PhD thesis in Social Sciences, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

⁵¹ Juliana C. S. Ladeira, *Entre Mondes: Voyages Récits et Entrelacements de Pratiques Autour du Topeng Balinais*, PhD thesis in Esthétique, Sciences et Technologie des Arts, Saint-Denis, Université Paris 8, 2016.

received the longest ovation. Rosinha and another young woman were her maids of honour⁵².

Rosinha also inspired illustrations, such as the one published in the newspaper *O Comércio do Porto*, in which two Europeans are talking and one of them points to the young woman (with a sign saying: “Rosita, the beauty”), and says: “You can see that the future is in the Colonies!”⁵³. The beauty of the young woman must have caused envy among other women, and this was depicted, for example, in the cover drawing of the weekly humour paper *Maria Rita* with the following caption: “Maria Rita, tired of hearing people praise Rosinha, shows her impeccable curves to the noble organizer of the Exhibition”⁵⁴. The context of the time — a mainly reserved and conservative society, under the strong influence of the Catholic Church and of its Jewish-Catholic morality — may have contributed to this kind of formulation; that is, Rosinha personified a young colonial empire, available to satisfy desires and wishes that were not allowed or were ill-considered. On the other hand, in a context in which African women were mostly invisible or associated with servitude, the visibility (and even prominence) received by these young women is an aspect that deserves to be highlighted. However, praise for their beauty did not imply a stimulus to cultural miscegenation or to some sort of Portuguese engagement with African culture⁵⁵.

In 1940, Lisbon hosted the Exhibition of the Portuguese World. The report of the Mozambican representation’s delegate shows the ship that brought the representatives of Mozambique and Angola to the exhibition⁵⁶. Some of them were even photographed on board and their arrival in Lisbon generated great curiosity⁵⁷. These representatives were also photographed in the historical parade and in the exhibition, highlighting some of the tasks performed by women (Fig. 4). The photographs in this report must have been produced with the aim of documenting the travel and stay of the group of people who represented Mozambique in the exhibition. In other words, these images were not produced with the intention of being used in catalogs or in the context of

⁵² Leonor Pires Martins, *Um Império de Papel...*, cit., p. 180.

⁵³ *O Comércio do Porto* (1934), 10th June.

⁵⁴ *Maria Rita* (Special Issue) (1934), 4 August, Porto.

⁵⁵ Patrícia Ferraz de Matos, “Racial and Social Prejudice in the Colonial Empire: Issues Raised by Miscegenation in Portugal (Late Nineteenth to Mid-Twentieth Centuries)”, *Anthropological Journal of European Cultures*, 28, 2 (2019), p. 23-44.

⁵⁶ Guilherme Abranches Ferreira da Cunha, *Relatório da Actuação do Encarregado da Representação Indígena de Moçambique à Exposição Histórica do Mundo Português*, Ministry of Colonies, Minister’s Office – Arquivo Histórico Ultramarino, 1940.

⁵⁷ Guilherme Abranches Ferreira da Cunha, *Relatório da Actuação...*, cit.

colonial propaganda, which makes them especially interesting for this analysis. As in Fig. 4, the report includes several photographs in which people appear dressed and performing some tasks, although, in most cases, manual. Such images make it possible to demystify some of the ideas that were circulating in Portugal at the time – that Africans were always half-naked and that they were lazy or that they had no skills or abilities.



Fig. 4 – “Maconde women working with beads” (Guilherme Abranches Ferreira da Cunha, *Relatório da Actuação...*, cit.).

In the exhibition catalogue⁵⁸, women rarely have a name and are often referred to with the ethnic or racial “type”, or also the name of a group, as in the case of an Angolan woman and a Guinean woman. This ascription of “types” to designate a human group may be explicitly replaced by “races”, as we can see elsewhere⁵⁹. On the other hand, not only based on their clothing, but also on the way they were treated during the journey and on their accommodation on the exhibition site, we can infer that some of the women in representations, such as the Timorese and the Indian, possessed a different status from the Africans⁶⁰. The same can be inferred from the photographs in postcards, in which Angolan women, and African women in general, appear with their breasts bare. African people, and specifically women, are shown as examples of still savage humanity.

⁵⁸ Henrique Galvão, *Exposição do Mundo Português: Secção Colonial*, Lisbon, Neogravura, 1940.

⁵⁹ Henrique Galvão, *Exposição do Mundo Português...*, cit.

⁶⁰ Henrique Galvão, *Exposição do Mundo Português...*, cit.; Patrícia Ferraz de Matos, “Power and Identity...”, cit.



Fig. 5 – “Colonial Section of the Exhibition of the Portuguese World 1140 — Bicentenary — 1940. Negative by Cunha e Costa. King Pedro VII, the King, the Queen and the Princess of Congo”. Illustrated postcard, 1940 Exhibition.

The exception were the representatives from higher social strata, such as the Queen of Congo and her daughter (Fig. 5) or women from Macao — a territory where the Portuguese occupation was different and where, for example, the *Indígena* status was never applied. Colonized women from the places that were under colonial administration also appear in newspapers announcing the centennial celebrations⁶¹ and in paintings (Fig. 6).

⁶¹ “O Século, Suplemento dedicado ao Império Colonial Português e às Comemorações, nas Províncias Ultramarinas, dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal” (Special Issue), *O Século* (1940), June, p. 78.



Fig. 6 – “S. Tomé — native type”. Painting by Fausto Sampaio
(Henrique Galvão, *Exposição do Mundo Português...*, cit.).

Colonized women are also depicted in the edification Portugal of the Little Ones (*Portugal dos Pequenitos*⁶²) inaugurated in 1940. This theme park, idealized by Fernando Bissaya-Barreto (1886-1974) (doctor and responsible for several examples of social work) and designed by the architect Cassiano Branco (1897-1970), was aimed at children and can still be visited today. On the exterior, it showed the sculpture of a half-naked African woman by the Guinea Pavilion, near natural elements, that is, following a depiction that suggests to children her primitive character, previous to a state of civilization⁶³. On the other hand, outside the chapel representing the work of the missions it was possible to see the sculpture of an African woman with a child on her back, conveying the “good” sentiments generated by motherhood and, by analogy, the “good” sentiments of Portuguese missionaries who, with their effort and dedication, led the colonized peoples to a state of “civilization”⁶⁴.

⁶² For a deeper analysis of the history of this construction and its exhibition spaces until the mid-2000s, see Patrícia Ferraz de Matos, “A História e os Mitos: Manifestações da ideologia colonial na construção do Portugal dos Pequenitos em Coimbra” in *7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos – 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade*, Lisbon, CEI, 2010. Available at: <http://hdl.handle.net/10071/2194>, accessed in June 2024.

⁶³ Patrícia Ferraz de Matos, *The Colours of the Empire...*, cit., p. 227.

⁶⁴ Patrícia Ferraz de Matos, *The Colours of the Empire...*, cit., p. 228.

Closing Remarks

The way the women who came to the exhibitions were treated, from the moment they were chosen (the younger, healthier, those with a higher social status and also the most useful for the organization of the exhibitions being preferred), their anonymity or not, and the way they are represented denotes the status of each of them in the colonial territories (and among their inhabitants). We can therefore perceive a hierarchy (at a racial and socioeconomic level) among the individuals that inhabited the empire, despite the idea being conveyed that all were part of the same Portuguese world. Many of them, in fact, had *Indígena* status, which did not allow them access to full citizenship, and in order to achieve it they previously had to bear the assimilated status⁶⁵.

In the exhibitions, and particularly in the case of the representation of Africans, the exotic and erotic elements arose as “merchandise”⁶⁶. There was an implicit erotic connotation in the interest of white men in half-naked Black women and of Portuguese bourgeois white women in handsome and healthy Black men. Some of the visitors mentioned, when interviewed, that several visitors, male and female, stared and it was embarrassing⁶⁷.

My starting point was the analysis of the materials I consulted on the Exhibition-Fair of Angola, which took place in Luanda in 1938, based on which we can observe two worlds. One evoking industry, technology and the male world in general, and the other evoking the landscapes, the beauty and the exuberance of the natural world, where we can find rivers, waterfalls, the magnificent African sunset and also the female world, associated with the collection of products from nature and motherhood.

By widening my analysis to encompass other materials on the colonial context, and specifically some exhibitions, I concluded the following: the presence of colonized women, or women under Portuguese colonial rule, in the scope of the colonial publicity and propaganda is often marked by bodies as a metaphor for colonial rule. This occurs sometimes as a mere object of desire, sometimes with a practical character, and on yet other occasions associated with motherhood or with daily tasks with handmade artefacts or in rural activities. We also have depictions of women, the aim of which is apparently to highlight

⁶⁵ Patrícia Ferraz de Matos, *The Colours of the Empire...*, cit., p. 228.

⁶⁶ Curtis M. Hinsley, “The World as Marketplace: Commodification of the Exotic at the World’s Columbian Exposition” in Ivan Karp and Steven D. Lavine (eds), *Exhibiting Cultures: The Politics and Poetics of Museum Display*, Washington, DC, Smithsonian Institution Press, 1991, p. 354.

⁶⁷ Patrícia Ferraz de Matos, “Power and Identity...”, cit.

their social status or their origin in spaces that, despite being under Portuguese administration, held a distinguished status.

Therefore, although some images seem to extol the youth and the beauty of women through their nudity or half-nudity, others highlight their abilities in performing a task, even if only manual, and artistic skills. On the other hand, most of the time we do not know their names, only the designation of their groups of origin or their status in the community. It is certain that we must not see the colonized woman as a merely passive and subordinate subject, since women, in all places, can be agents of change or play a mediating role (as was demonstrated by Abu-Lughod⁶⁸), which they actually did in the colonial context as members or collaborators in the independence movements of the colonies⁶⁹. However, it is also certain that, in the case of the images produced in the scope of colonial propaganda, not only the photographs, but also the settings chosen, the framing, and the suggested pose, etc., reveal a lot more about the author of the photographs or those who ordered them than about the people they depict; and this reveals above all the context of power (legislative, administrative, male, colonial) in which they were produced and the ideas they sought to disseminate.

Acknowledgments

This work was supported by Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) [Portuguese Foundation for Science and Technology] under this project: DOI 10.54499/DL57/2016/CP1441/CT0001 (<https://doi.org/10.54499/DL57/2016/CP1441/CT0001>). The translation of this text was financed by national funds through the FCT, I.P., within the project UIDP/50013/2020. I would also like to thank the comments from the anonymous reviewers who helped to improve the different phases of this article.

⁶⁸ Lila Abu-Lughod, "The Romance of Resistance: Tracing Transformations of Power through Bedouin Women", *American Ethnologist*, 17, 1 (1990), p. 41-55.

⁶⁹ Patrícia Godinho Gomes, "Mindjeris di Guiné, ka bô m'pina, Ka bô burgunhu. Narrativas de mulheres na/sobre a luta de libertação na Guiné Bissau (trajetórias, construções e percursos emancipatórios)", *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, 6 (2021), p. 81-106.

Political Spectacle, Folklorist Practices, Visual Representations, and Print Media at the 1940 Portuguese World Exhibition

Filomena Serra

Universidade NOVA de Lisboa, Instituto de História Contemporânea, FCSH | INPAST 2

sfmc@fcsb.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-3011-2383>

Texto recebido em / Text submitted on: 22/12/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 19/07/2024

Abstract

Without ignoring the broader theoretical context that, since Walter Benjamin, has considered the “political spectacle” as the aestheticization of politics, this essay seeks to refocus the discussion on the social relationship mediated by images (Guy Debord, *La Société du Spectacle*, 1967) that visual propaganda produces as a political spectacle and spectacularization of everyday life. To this end, the article will discuss the cases of the Regional Centre of the 1940 Portuguese World Exhibition and its relationship with the illustrated album *Vida e Arte do Povo Português* (Life and Art of the Portuguese People, 1940), a lavish publication on ethnography produced by the regime’s propaganda organization, the National Propaganda Secretariat.

Trying, analytically, to bring together two propaganda devices – an exhibition and an illustrated book that reinforces the messages of the exhibition –, we will examine what role did they play as visual propaganda. We will explore the dialogue and

Resumo

Sem ignorar o contexto teórico mais vasto que, desde Walter Benjamin, considera o “espetáculo político” como estetização da política, o presente ensaio procura recentrar a discussão na relação social mediatizada pelas imagens (Guy Debord, *La Société du Spectacle*, 1967) que a propaganda visual produz, enquanto espetáculo político e espectacularização da vida quotidiana. Para tal, o artigo discutirá os casos do Centro Regional da *Exposição do Mundo Português de 1940* e a sua relação com o álbum ilustrado *Vida e Arte do Povo Português* (1940), uma publicação luxuosa sobre etnografia produzida pelo organismo de propaganda do regime, o Secretariado de Propaganda Nacional.

Procurando, analiticamente, aproximar dois dispositivos de propaganda – uma exposição e um livro ilustrado o qual reforça as mensagens da exposição – examinaremos o papel que ambos desempenharam enquanto propaganda visual. Exploraremos a interligação entre os dois suportes e com outras publicações,

the interconnection between the two media and with other publications, as well as the interplay between the exhibition's visuality and the graphic arrangements combining drawings, photographs, texts and manipulated symbols, the rhetoric of "Portugueseness" and the coincidence of those imagery discourses. In other words, how the "spectacle-politics" was formally reincarnated, as memory, instrument and images mediation, in this transmediatic process.

Keywords: Political Spectacle; Visual Propaganda; Folklorist Practices; Portuguese Estado Novo (New State); Propaganda Books.

bem como a interação entre a visualidade da exposição e os arranjos gráficos que combinam desenhos, fotografias, textos e símbolos, a retórica da "portugalidade" e a coincidência desses discursos imagéticos. Por outras palavras, a forma como o espetáculo político foi formalmente reencarnado, como memória, instrumento e mediação de imagens, nesse processo transmediático.

Palavras-chave: Espetáculo Político; Propaganda Visual; Práticas Folcloristas; Estado Novo Português; Livros de Propaganda.

Introduction

The *European* fascist dictatorships of the inter-war period regularly organised their propaganda through spectacles, be they political rituals, ceremonies, pilgrimages to new places of worship, exhibitions, public works, displays, plays, pageants, jousts making them the preferred media for cultural policy. As persuasive propaganda these spectacular events of power were carefully organised performances reimagining myths, and genealogies for the crowds of people who attended them, symbolizing and enhancing power or ideology. These entertainment programmes had great appeal. They were visual experiences with emotional impact: they needed to surprise, impress, and disturb minds. As “collective emotions” they represented “the synchronous convergence in affective responding across individuals towards a specific event or object”¹.

Guy Debord, a forerunner of the May 1968 movement, analysed the consumer society as the display of commodities as a huge accumulation of spectacles. According to him, the spectacle as “a material reconstruction of the religious illusion”² has blended into everyday reality and commands all the media. “The spectacle is not a collection of images”, he wrote, but rather, “a social relation among people mediated by images”³.

The staging of international exhibitions was one of the most powerful means of this mediation of images onto mass audiences. Attracting depoliticised mass crowds enacting “spectacle, fantasy and entertainment”⁴, and despite their pedagogical intentions, they had been the preferred tactic of political elites to reinforce national identities. Print media would be their main communicative supports. They enabled the rapid dissemination of images through illustrated and photographic books, catalogues, guides, posters, leaflets and magazines. That’s why exhibitions became a graphic laboratory and a job market for architects, artists and designers.

¹ Christian von Scheve & Sven Ismer, “Towards a theory of collective emotions”, *Emotion Review*, May (2013), p. 3.

² Guy Debord, *A Sociedade do Espectáculo*, Lisbon, Fernando Ribeiro de Mello Edições Afrodite, 1972, p. 11. In 1988, Debord published in Editions Gerard Lebovici, *Comments on the Society of the Spectacle*.

³ Guy Debord, *A Sociedade do Espectáculo...*, cit., p. 11.

⁴ For more information about world fairs and international exhibitions, with particular emphasis on the 1986 world exhibition in Vancouver, see D. Ley, K. Olds, “Landscape as Spectacle: World’s Fairs and the Culture of Heroic Consumption”, *Environment and Planning D: Society and Space*, 6, 2 (June 1988).

Visual propaganda of exhibitions played a spectacular role in the portuguese fascist regime, when António Ferro (1895-1956), the head of National Propaganda Secretariat (from now on the SPN)⁵, depending directly on Oliveira Salazar (1889-1970), the founder and ideologue of Estado Novo's dictatorship, had started to intervene, after 1933, in all aspects of the country's cultural life through the "Politics of the Spirit"⁶. This expression, coined by Paul Valéry, which Ferro adopted became the cultural policy in the early years. The aim was a moral and spiritual "resurgence" that should integrate the Portuguese into the nation, within its multisecular traditions. With a complex administrative structure, coordinated with the regime's censorship services, the SPN controlled all media.

The first years of the SPN's existence, were marked by a series of events that "reflect a progressive move toward the consolidation of an official aesthetic for the regime" bent on reaffirming traditional values and managing social contradictions. Salazar defended an ultraconservative ruralist ideology during his first decades in power, as Ellen Sapega rightly wrote: "many of the SPN's original ideological presuppositions were borrowed from cultural practices and discourses that had their roots in the nineteenth and early twentieth centuries", reproducing certain already existing notions of "portugalidade" (Portugueseness)⁷. With the contest to discover the "Aldeia mais portuguesa de Portugal" (The most Portuguese village in Portugal) (1938), and in the planning and execution of the Regional Center Pavilion (1940), during the Double Centenary of the *Portuguese World Exhibition* (1940), Ferro sought "to present an image of the nation as essentially humble and agricultural but at the same time historically destined for imperial greatness"⁸.

When Salazar announced the planning of the Centenary Celebrations in 1938, he stated an Official Note published in *Diário de Notícias*⁹. He wanted the festivities to be extended to the whole country in order "to give the Portuguese people a tonic of joy and self-confidence through the evocation of eight

⁵ After the Second World War, the SPN adapted to the new times by replacing "propaganda" with "information". Its services were reorganised in 1945 and renamed The National Secretariat for Information, Popular Culture and Tourism (SNI).

⁶ See Decree-law nº 23.054, *Diário do Governo*, 1ª Série, nº 218, 25.09.1933, where the main guidelines are established.

⁷ Ellen W. Sapega, *Consensus and debate in Salazar's Portugal. Visual and literary negotiations of the national text, 1933-1948*, p. 12.

⁸ Ellen W. Sapega, *Consensus and debate in Salazar's Portugal...*, cit., p. 14.

⁹ *Diário de Notícias*, "Nota Oficiosa do Presidente do Conselho", 27.03.1938. This Official Note was based on an António Ferro Report, in Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Salazar, Correspondência Oficial da Presidência do Conselho, Centenários 1938-1941, AOS/CO/PC-22, Relatório sobre as Comemorações de 24.02.1938.

centuries of history”¹⁰. According to him, it would be “a story told in pictures” through a vast programme of public ceremonies, parades, medieval-inspired tournaments, and dance shows by folkloric groups. For these achievements to be recorded for the future, the process of historicization had also to be confirmed through worthy and “memorable publications”. The celebrations mobilised the whole country and colonies and led to the production of a wide range of official print media relating to those events, part of which was also orientated towards the country’s tourism industry. The magazine *Revista dos Centenários* (Centenaries Magazine) was an exhaustive echo chamber of all that doctrinal and ideological promotion propagated during the exhibition. As a historical archive and bibliography of the Centenary Celebrations¹¹ that *Magazine* was the Executive Committee’s information tool, whose Secretary-General was António Ferro.

The planned “memorable publications” would be a book about the monuments and landscapes of Portugal; another about the Portuguese house; other about the Portuguese Primitive painters; a 1940 photographic album¹²; and a “folklore album of Portuguese customs and popular types”¹³.

Despite the constraints imposed by the course of the Second World War, the *Portuguese World Exhibition*, held in Lisbon between 23rd June and 2nd December 1940, celebrated the Duplo Centenário (Double Centenary) of the Foundation of Portugal in 1140, and the date of the Restoration of Portugal’s independence from Spanish rule (1640).

With over 3 million visitors, this interclassist tool¹⁴, transformed the country into an enormous spectacle of nationalist euphoria. Such historization was an important element of national cohesion, an “exhibitionary complex”¹⁵, a purposed display of national greatness and established an intricate network of origin myths linking the present to the past, fabricating memories to be venerated and, ultimately, creating both real and an imagined community¹⁶.

¹⁰ *Diário de Notícias*, “Nota Oficiosa do Presidente do Conselho”..., cit., note 8.

¹¹ With its twenty-four volumes, published between 31st January 1939 and 31st December 1940.

¹² About Salazar’s official note, the planned publications and this photographic album, see Natacha Revez, *Os álbuns Portugal 1934 e Portugal 1940. Dois retratos do país no Estado Novo*, Master’s dissertation in Art History, September 2012, p. 83.

¹³ *Diário de Notícias*, “Nota Oficiosa do Presidente do Conselho”..., cit., note 8.

¹⁴ Alexandre Oliveira, *Herança de António Ferro: o Museu de Arte popular*, Lisbon, Ed. Caleidoscópio, p. 11.

¹⁵ Tony Bennet, “The exhibitionary complex”, *The birth of the museum: history, theory, politics*, London, Routledge, 1995, p. 69.

¹⁶ Benedict Anderson, *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, London, New York, Verso, 1991.

The *Portuguese Exhibition* was in line with events previously held in other European fascisms, such as Germany, Italy and Franco's Spain in the 1930s and 40s. Both the head of SPN, António Ferro, and other elements of the regime were aware of *La Mostra della Rivoluzione Fascista* (The Fascist Revolution Exhibition) in 1932, the model for the Portuguese *Documentária* (Documentary) in 1934¹⁷ and future SPN exhibitions. However, the *1940 Exhibition* had, in general terms, more affinities with the fascist exhibitions *Mostra Augustea della Romanità* (Augustan Exhibition of Roman Times) (Roma, 1937-1938), and *La Expansión Española en el Mundo* (Spanish Expansion in the World Exhibition) organised in Madrid (October 1940), since these exhibitions commemorated the myths of origins of the historical past and its genealogies¹⁸.

Miriam Basilio observes that the rebel visual propaganda of Spanish Civil War circulated in various formats and media “to create cohesive propaganda imagery”. This kind of visual propaganda has largely been dismissed as “kitschy, derivative, mediocre, and objectionable political propaganda”¹⁹. The situation is similar in Portugal. Many studies have focused on the urban, architectural, colonialist, anthropological and folkloric aspects of the *1940 Exhibition*, but print media are often overlooked. However, I want to highlight in this article the contribution of Vera Marques Alves' book, which is focused on the SPN's initiatives in ethnography and folklore, as well as the Regional Centre discussion that supports our analysis. Another important study is Daniel Melo's approach to the perspective of ideological inculcation of the SPN's folklorist activities, which includes the activities of libraries and moving cinemas, or government bodies such as FNAT and the JCCP. Cândida Cadavez, on the other hand, describes how tourism played a vital role within the new political paradigm and argues that the representations of tourism were perfect arenas to display ideology²⁰. Heloísa Paulo, for her part, also addresses the standard image of “being Portuguese”, showing how

¹⁷ See Filomena Serra & João Parreira, “Usos e funções da fotografia impressa na exposição Documentária do I Congresso da União Nacional (1934)”, *Comunicação Pública* [Online], 12, 23 (2017).

¹⁸ Anaritta Gori, “Celebrate Nation, Commemorate History, Embody the Estado Novo: The Exhibition of the Portuguese World (1940)”, *Cultural and social history*, 15, 5 (2018), p. 705-706.

¹⁹ Miriam Basilio, *Visual propaganda, exhibitions, and the Spanish civil war*, Routledge, 2013, p. 4, 6, 129.

²⁰ Cândida Cadavez, *A bem da Nação – As representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*, Lisbon, Livraria Almedina, 2017.

the folklorist policy was subordinated to the Salazar ideology²¹. Margarida Acciaiuoli's contribution on the Estado Novo exhibitions²² and on António Ferro was also significant, as was Nuno Medeiros' studies about the history of the book and SPN/SNI publishing²³.

Visual narratives in print media have gained their own entity in recent decades, many about photobooks, photography and illustrated books and exhibition catalogues. One of these cases is Natasha Revez's work on the albums *Portugal 1934* and *Portugal 1940*²⁴, as well as the book edited by Filomena Serra about printed photography and propaganda in the Estado Novo²⁵. In this collective book, Javier Ortiz-Echagüe discusses and contextualises photography and the print media²⁶. Yet, none of the above-mentioned authors analysed the Regional Centre connecting the "political spectacle" and visual representations of the album *Vida e Arte do Povo Português*.

The first part of this article discusses the "spectacle politics" as an aestheticization of politics. The second section reflects on the SPN initiatives regarding folkloric practices as "spectacle politics" taken by António Ferro's SPN, which anticipated the folklorisation of the 1940 Regional Centre Exhibition. The third section synthesizes the visual propaganda folklorist practices of the Regional Centre Exhibition. Finally, we discuss the illustrated album, *Vida e Arte do Povo Português*, and we will seek to understand how the "political spectacle" was reincarnated and materialised on the book.

²¹ Heloísa Paulo, "Vida e arte do povo Português: uma visão da sociedade segundo a propaganda oficial do Estado Novo", *Revista de História*, 16 (1994), p. 105-134.

²² Margarida Acciaiuoli, *Exposições Estado Novo 1934-1940*, Lisbon, Livros Horizonte, 1998; and "O Centro Regional da Exposição do Mundo Português" in *Exposição do Mundo Português. Exposição de um lugar*, Lisbon, Fundação CCB, 2016.

²³ Namely by this author, "O SPN e o SNI na encruzilhada do livro: António Ferro e o campo oficial da edição no Estado Novo" in Filomena Serra, Paula André, Sofia Leal Rodrigues (ed.), *Projectos editoriais e propaganda. Imagens e contra-imagens no Estado Novo*, Lisbon, ICS, 2020, p. 41-77.

²⁴ Natasha Revez, *Os álbuns Portugal 1934 e Portugal 1940. Dois retratos do país no Estado Novo (The albums Portugal 1934 and Portugal 1940. Two portraits of the country under the Estado Novo)*, Master dissertation in Art History, September 2012.

²⁵ Filomena Serra (ed.), *Fotografia impressa e propaganda em Portugal no Estado Novo / Printed photography and propaganda in the Portuguese Estado Novo*, [Gijón], 2021.

²⁶ Javier Ortiz Echagüe, "Uma pátria de papel: a fotografia, a história e os media impressos no Estado Novo Português (A homeland on paper: photography, history and printed media in the Portuguese Estado Novo)" in Filomena Serra (ed.), *Fotografia impressa e propaganda em Portugal no Estado Novo...cit.*, p. 41-48, 293-307.

1. The spectacularisation of everyday life

According to Georg Simmel (1858-1918), the new urban individual is an atomised being, indifferent to and distant from the social environment²⁷, a consumer separated from his tools of production. In the late nineteenth century, the masses began to be represented in newspapers, illustrated magazines, news, programmes, and documentaries. Walter Benjamin (1892-1940) also foresaw this communicational metamorphosis when he wrote about this transformation and the close relationship between modernity and the spectacle as well as the emergence of a new aesthetic. Benjamin has described that the democratisation of the reception of visual images, was interwoven with the emergence of masses, urbanisation, and acceleration of the nineteenth-century industrial capitalism. A new type of media literacy began with the advent of image diffusion, made possible by the development of mechanical printing processes. This resulted in a change in the nature of the work of art and its cult value, replacing the aesthetic dimension with the spectacular dimension²⁸. He also discusses the language of the camera. The machine reveals an “optical unconscious”, a magical value that a painted image never possesses. Photography, and especially cinema, have contributed to the “aestheticization of life”. An experience that is gratified by the spectacle, making the viewer distracted and uncritical. A spectacle that doesn’t require reasoning, as Benjamin says. The politician assumes the role of the star and the citizen becomes a mere consumer-spectator. This is what happens with the political aesthetics practised by fascism²⁹.

In fact, the great transformation took place around 1927, with the advent of sound cinema and the first steps in the development of television³⁰. The

²⁷ “A metrópole e a vida do espírito”, translated by Carlos Fortuna in Carlos Fortuna (ed.), *Sociologia, cultura urbana e globalização*, Coimbra, CECS, p. 3-45.

²⁸ He wrote about the changes that technical reproduction brings to society and works of art. It takes away their aura, it calls in question their authenticity and authority. But it frees the work of art from the domination of tradition, giving her great autonomy and, through reproduction, allowing replacing its cult value with its “exhibition value”, replacing the aesthetic dimension with the spectacular dimension. This has resulted in a change in the nature of the work of art that no longer takes place as unique and unrepeatable occurrence to becoming constantly updated, in Walter Benjamin, “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica”, *Sobre arte, técnica e política*, Lisbon, Relógio d’Água, 1992, p. 75-13.

²⁹ Walter Benjamin, “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica”..., cit., p. 108-112.

³⁰ The great transformation occurred with the discovery of the principle of television in 1927, coinciding with the first sound film *The Jazz Singer* (1927), ‘signalling the arrival of the sound film and specifically synchronized sound’. See Jonathan Crary, “Spectacle, attention, counter-memory”, *October*, 50, Autumn (1989), p. 100-102.

spectacular will henceforth combine the optical model with sound and image, voice and figures, time, and narrative, in a decisive convergence imposing a new mode of attention and subjective experience. This new visibility will be inseparable from the re-organisation of public space and the perceptual consumption and attention demanded by the spectator³¹. It is in this context that the new concept of political propaganda became crucial for seducing both intellectual elites and artists as well as the general population, imbuing spectators with a single ideology that Gustave Le Bon's "psychology of crowds" attempted to explain³².

This picture of social control due to the spectacularisation of our lives, as Guy Debord pointed out, unifies and gives political power the possibility of using the spectacle³³. It is recognised that "spectacle" can take on different meanings depending on how it is situated historically³⁴. Other authors, closer to us, try to explain fascism's fascination with crowds. Simonetta Falasca-Zamponia addresses the field of aesthetics in Italian fascist politics and the construction of its self-identity through political spectacle as a form of "art for art's sake" movement³⁵. She claims that discourses, written words, and images autonomously compete for power to construct national history and identity, memories, and their interpretation. Previous works, such as those by Emilio Gentile³⁶ and George L. Mosse³⁷, considered the fascist political spectacle in

³¹ Jonathan Crary, "Spectacle, attention, counter-memory"..., cit., p. 100-102.

³² It's interesting to note that there are 50 works by Gustave Le Bon, *Psychologie des foules*, in the National Library of Portugal, with editions dating back to the 19th century. The first Portuguese edition is (1909) by the republican Agostinho Fortes, a professor at the Faculty of Letters (University of Lisbon) and its director between 1931 and 1933.

³³ Guy Debord, *A Sociedade do Espectáculo*... cit., p. 14-15.

³⁴ Many authors have addressed the notion of "spectacle". D. Ley and K. Olds also cite, among others, the contribution of Roland Barthes' post-structuralism and the notion of myth; Jonathan Crary draws up a genealogy of the term "spectacle" by quoting Henri Lefèvre as well as Jean Baudrillard and art historian T. J. Clark, inspired by W. Benjamin, when analysing consumer society and determining a modernity at the end of the 19th century. A "neat temporality" emerged, associated with a reformulation of economic and social life created a new societal dimension and Henry Lefèvre built his famous theory of alienation'. See Jonathan Crary, "Spectacle, attention, counter-memory"..., cit., p. 96-107.

³⁵ Simonetta Falasca-Zamponi, *Fascist spectacle: The aesthetics of power in Mussolini's Italy*, Berkeley and Los Angeles, California; London, England, University of California Press, 1997, p. 9.

³⁶ Emilio Gentile, "The theatre of politics in fascist Italy" in Günter Berghaus (ed.), *Fascism and theatre: comparative studies on the aesthetics and politics of performance in Europe, 1925-1945*, 1st ed, Berghahn Books, 1996.

³⁷ Georges L. Mosse, Emily Braun and Ruth Ben-Ghiat, *A estética do fascismo*, Lisbon, Edições Sá da Costa, 1999.

its ideological and aesthetic aspects. Focussing mainly on Germany, Mosse investigated the role of symbols and mass movements, introducing terms like “secular religion”, “political liturgy”, “national mystique”, “the new politics,” and “the aesthetics of politics”. Roger Griffin has written of a “palingenetic nationalism” regarding fascist political ceremonies³⁸, and Michel Lacroix³⁹ addresses how an aesthetic of beauty, violence and spectacle was used by French fascism as the cultural foundations for strengthening consensus.

Miriam M. Basilio’s work⁴⁰ is essential for understanding the way Spanish intellectual and political elites used, manipulated and interpreted images and propaganda during the Civil War (1936-1939) and the early Franco regime. She emphasises the visual circulation of images during and immediately after the conflict as well as the strategies artists employed to imbue their work with meaning, as well as the way in which rebel supporters and republicans reinterpreted national myths and historical events.

This excursus through the history of an idea seemed necessary in order to understand the spectacularisation of the 1940 *Exhibition* and the way in which the images were disseminated on a large scale by the Salazar regime’s political elite and consumed by spectators immersed in politically aestheticised information, propaganda and entertainment. Comparable to that of other fascist regimes in the 30s and 40s, the Portuguese fascists adapted however, the political spectacle of visual propaganda to the Portuguese context and gave it certain characteristics that came to define the ideology of “Salazarism”.

2. The SPN initiatives of folkloristic propaganda as “political spectacle”

Unlike Mussolini, Salazar did not command a large mass movement, nor had he any appetite for political spectacle in the public square. When Salazar came to power, he emerged as the fatherland’s financial saviour, his rhetoric as common sense and presenting himself as an example of the moral virtues of “salvation-sacrifice-rebirth”. He admired the art of oratory but detested improvisation, methodically preparing “the subject, the form,

³⁸ Roger Griffin, *Modernism and fascism. The sense of a beginning under Mussolini and Hitler*; London, Palgrave Macmillan, 2007.

³⁹ Michel Lacroix, *De la beauté comme violence. L’esthétique du fascisme Français 1919-1939*, Montréal, Presses de l’Université de Montréal, 2004.

⁴⁰ Miriam Basilio, *Visual propaganda, exhibitions, and the Spanish Civil War*, New York, Routledge, 2013.

the exposition” of speeches⁴¹. Having no interest in spectacles and crowds, he left this task to the journalist and writer António Ferro whom he invited to head the SPN, impressed by a series of articles in the *Diário de Notícias* in 1932.

Ferro did not hide his admiration for a political and cultural solution similar to that of Mussolini fascist Italy. In one of those articles entitled “O ditador e a multidão” (The dictator and the crowd)⁴², Ferro presented Mussolini’s thoughts on crowd psychology and recommended to Salazar a more direct contact with the people. He pointed to the country’s need to have a *metteur-en-scène*, someone who would mediate between the leader and the people. Ferro even suggests mitigating the effects of political repression through “joy, enthusiasm, faith” by means of “parades”, “parties”, “emblems” and “rites” that were indispensable to the dictator’s ideas would not fall into emptiness and boredom⁴³.

Ferro had been editor of the magazine *Orpheu* (1915) and as a young futurist an active promotor of the modernist movement⁴⁴. Nationalist and modernist⁴⁵, he was a cosmopolitan reporter who had interviewed the main European dictators of the time and some of the leading figures on the world political scene⁴⁶. It was not difficult for him to organise a “corporation” of artists able to renew the image of the nation. Salazar and Ferro defined very clearly the cultural policies to be undertaken. Essentially, a cultural programme was designed to offer State support to modern artists and presented itself as an alternative to the naturalist academicism of art academies, such as the SNBA (National Society of Fine Arts). At the *1940 Exhibition*, Ferro had already

⁴¹ Oliveira Salazar, *Discursos 1928-1934*, Coimbra, Coimbra Editores, 1935, vol. 1, p. XXVII-XXVIII.

⁴² António Ferro, “O ditador e a multidão”, *Diário de Notícias*, 31st October 1932.

⁴³ António Ferro, “O ditador e a multidão”..., cit.

⁴⁴ He was also presented at the *Brazilian São Paulo Modern Art Week* in 1922. After that, he presented for several times the conference, *A Idade do Jazz-Band*, in the most important Brazilian cities, in authentic declaimed and musical performances. Enthusiastic about Gabriele D’Annunzio, he interviewed as a journalist the poet and witnessed the nationalist rituals at Fiume.

⁴⁵ Manuel Villaverde Cabral has underlined the modernism (*Orpheu*, 1915) and futurism (*Portugal Futurista*, 1917), which he argues contributed significantly to the “attitude of mind” and “aesthetic politics” that gave Portuguese fascism of the 1930 its initial aura that attracted creators and intellectuals. See “A estética do nacionalismo: modernismo literário e autoritarismo político em Portugal no início do século XX”, *CEBRAP*, 98 (March 2014). There is an older version in English: “The aesthetics of nationalism: literary modernism and political authoritarianism in early twentieth-century Portugal”, *Luso-Brazilian Review*, XXVI, 1, 1984.

⁴⁶ As Mussolini, Primo de Rivera, Hitler and Mustafá Kamel. Those interviews were published in *Viagem à volta das ditaduras*, Lisboa, Empresa Diário de Notícias, 1927.

formed his main team (mostly men) with the painters Bernardo Marques (1898-1962), Carlos Botelho (1899-1982), Paulo Ferreira (1911-1999), as well as publicists and graphic artists: the Swiss. The Swiss, Fred Kradolfer (1903-1968), who had arrived in Portugal in 1928, was a key promoter of these new visual languages; as was José Rocha (1907-1982) and the Luso-Brazilian graphic artist, Tomás de Melo (Tom) (1906-1990) in Lisbon since 1926. There were also architects, like Jorge Segurado (1898-1990), and photographers, such as Mário Novais (1899-1967). Together with the painters, Maria Keil (1912-2012) and Estrela Faria (1910-1976), they all collaborated on the Regional Centre exhibition.

In addition to the aforementioned painters, António Ferro also sought to surround himself with a group of ethnographers and folklorists linked to his “Politics of the Spirit”⁴⁷: Francisco Lage (1888-1957), Luís Chaves (1889-1975) and Manuel Cardoso Marta (1882-1958)⁴⁸, among others. They worked for the SPN organising important ethnographic and folklore initiatives, such as the launch of the 1935 National Ethnography Commission⁴⁹. A *Exposição de Arte Popular* (Folk Art Exhibition) took place in 1936, with the same folkloric items used at the *International Exhibitions of Paris* (1937) *New York* and *San Francisco* (1939) (Fig. 1). In 1933, the Grupo dos Pauliteiros de Miranda (“pauliteiros”, or “stick wielders” being similar to English Morris dancers) performed at a festival organised by the *English Folk Song and Dance Society* at the Albert Hall in London and in 1935, an exhibition of Portuguese folk art was sent to Geneva.

⁴⁷ A fourth and new period in the development of Portuguese anthropology developed from the 1930s to the 1970s, with a diversity of actors and organisations: the *Junta Central das Casas do Povo* (Community Centres’ Central Board); the creation of ethnographic museums and folkloric dance groups in the *Casas do Povo* (“House of the People”, a type of community centre). There was also the *FNAT – Federação Nacional para a Alegria no Trabalho* (National Federation for Joy at Work) created in 1935, and other official corporate bodies. Academic ethnography figures such as Leite de Vasconcelos and Jorge Dias (1907-1973). João Leal, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional*, Lisbon, Publicações D. Quixote, 2000, p. 35-37.

⁴⁸ Francisco Lage would head the ethnographic services of the SPN; Luís Chaves was then curator of the *Museu Etnológico Leite de Vasconcelos*, and Manuel Cardoso Marta, who collaborated with them on ethnographic matters and founded several magazines during the 10s and 20s.

⁴⁹ Part of the general plan was to have theatre performances and show films in small villages where Parish Councils and *Casas do Povo* were installed as corporate bodies for the *Teatro do Povo* (People’s Theatre) in 1935, and *Cinema Ambulante* (Moving Cinema) created in 1937. This commission was supposed to promote interest in folklore and all that was truly Portuguese, disseminating the country’s ethnographic wealth among the Portuguese and foreigners.



Fig. 1 – Maria Keil decoration maquette for the monumental showcase on the façade of the Portuguese Pavilion. *New York International Exhibition, 1939*; Pavilion of Portugal. Popular Art Room. *Paris International Exhibition, 1937*. Col. Estúdio Mário Novais I FCG – Library and Archives.

In those events, popular art was transformed into spectacle. The folkloric organisation, for example, in 1937 *Paris Exhibition* included an *arraial minhoto* – a sort of folk festival – of Portuguese women from the Minho province in the far North of the country, parading in regional costumes. The women held “little arches, paper flowers, festoons of greenery [and] little bowls of various colours” lent by the country’s museums⁵⁰. The photographer Mário Novais accompanied Ferro and covered the event and all the decorations and panels of photographs.

Following the remarkable success of that exhibition, António Ferro organised one of the “Politics of the Spirit” most significant propaganda events – the contest for the *Most Portuguese Village in Portugal* in 1938. The quest to discover the “most Portuguese village [...] aimed to convince both urban dwellers and residents of the provinces themselves of the centrality of village life as a repository of national virtue”⁵¹. At the same time, he invested in the production of images showing rural life as fostering social harmony and stability to promote a picture of an essentially agrarian, bucolic, preindustrial

⁵⁰ Vera Marques Alves quoting Fernanda de Castro in *Arte popular e nação no Estado Novo. A política folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional*, Lisbon, ICS, 2013, p. 48.

⁵¹ Ellen W. Sapega, *Consensus and debate in Salazar’s Portugal...*, cit., p. 14.

Portugal'⁵². The aim was to celebrate a village of mainland Portugal with certain characteristics defined in advance, in order to recover an image of a specific ethnic type in its "purity and grace"; to find "the people of the villages, the anonymous artists who "have managed to keep intact, the traditional customs of their land". This image was to be inculcated and internalised psychologically, to build a specific picture of the Portuguese nation and the "Portuguese being".

At the 1940 Regional Centre's exhibition, inhabitants of the villages in the 1938 contest were invited to take part in the "living groups", bringing their domestic and work objects⁵³. There was the same idealisation of the rural world, as if it possessed a basic personality with ontologically psychological and symbolic qualities. A collective identity of the village and the peasantry as a model of "portugalidade": the true Portuguese spirit.

According to anthropologist João Leal, since the end of the nineteenth century, liberal and romantic intellectuals have been concerned with customs and popular traditions, spreading this knowledge as a civic action on behalf of Portuguese culture. The study of popular culture was carried out mainly through popular literature and popular traditions. The SPN propagandistic investment in folklore differed from this liberal republican civic culture and patriotism. At the turn of the nineteenth century, objects came to be considered in terms of their visual and plastic qualities, a shift that directed ethnographic research towards technologies and material culture⁵⁴. With the advent of the Estado Novo, folkloric practice was institutionalised and understood as a process of construction, a folklorisation⁵⁵. The cult of tradition, national regionalism and the objectification of culture were stimulated. Rustic objects were conceived as an idealised national decorative fine art, from which poverty was airbrushed out. Hence the insistence on staging reinvented traditions aimed at national and foreign spectators, such as folk-dance groups and the formation of the *Verde Gaio Dance Group* by the SPN⁵⁶.

⁵² Ellen W. Sapega, *Consensus and debate in Salazar's Portugal...*, cit., p. 15.

⁵³ Alexandre Oliveira, *Herança de António Ferro...*, cit., for an up-to-date bibliography on the Regional Centre and the history of the Popular Art Museum.

⁵⁴ João Leal, *Etnografias portuguesas...*, cit., p. 43.

⁵⁵ "While folklorism encompasses ideas, attitudes and values that exalt popular culture and the manifestations inspired by it, folklorisation is understood as a process of construction: an institutionalisation of performance practices, considered traditional, made up by fragments taken and decontextualised from popular art, usually rural", Salwa El-Shawan Castelo-Branco, Jorge Freitas Branco, "Folclorização em Portugal: uma perspectiva", in Salwa El-Shawan Castelo-Branco, Jorge Freitas Branco (ed.), *Vozes do povo. A folclorização em Portugal*, Lisbon, Etnográfica Press, p.1-2 e note 1.

⁵⁶ See Maria Luísa Roubaud, "Verde Gaio: uma política do corpo no Estado Novo" in Salwa El-Shawan Castelo-Branco, Jorge Freitas Branco (ed.), *Vozes do povo. A folclorização em Portugal*, Lisbon, Etnográfica Press.

3. The Regional Centre: “The Poetry of a Little Portugal”⁵⁷

There, in Empire Square, in the Lisbon quarter of Belém, lay the heart of the exhibition. In the adjacent spaces stood pavilions dedicated to the Foundation of the Nation, the Discoveries, Independence, the Portuguese in the World, the Portugal Pavilion. It was the “city of history”, as the empire’s capital, that the architect Cottinelli Telmo designed as a grandiose ephemeral construction⁵⁸. The other pavilions were the Colonial Section (today the Tropical Garden) which included indigenous African and Asian villages and even a Macau street where Portuguese could discover the whole Portuguese empire⁵⁹. Next to the Colonization Pavilion the Brazil Pavilion, the only foreign country invited to participate. By the river Tagus, on the right-hand side of the Monument to the Discoveries, the Regional Centre was created and organised by António Ferro and his artists.

Consisting of a series of pavilions the Regional Centre (Fig. 2) – the Metropolitan area – the heart of “Portuguese being”⁶⁰, was divided into sections: the Portuguese Villages, and the Popular Life Section. Mário Novais⁶¹ was the photographer called in by Ferro to shoot the *1940 Exhibition* and the historic pavilions’ interiors⁶².

⁵⁷ Expression inspired from the words of António Ferro at the opening of the New York Pavilion in 1938: “It is the claim of moral values, of these eternal values that constitutes the reason, that is the soul of the little Portuguese Pavilion at the New York World’s Fair, that Pavilion that should not be measures in surface but in spiritual depth”, in *A cultura portuguesa e o Estado*, Lisbon, Edições SNI, p. 30; and the article, “A geografia da saudade e da poesia. Aspectos inéditos dum Portugal pequenino”, *Diário de Lisboa*, 30.04.1940.

⁵⁸ Margarida Acciaiuoli, “O Centro Regional da Exposição do Mundo Português” in *Exposição do Mundo Português. Exposição de um lugar*, Lisbon, Fundação CCB, 2016.

⁵⁹ See Patrícia Ferraz de Matos, “Power and identity: the exhibition of human beings in the Portuguese great exhibitions”, *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 21, 2 (2014), p. 202-218, (https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22681/1/ICS_PFMatos_Power_ARI.pdf, accessed on 2024.07.05).

⁶⁰ *Roteiro do Centro Regional. Exposição do Mundo Português*, Lisbon, SPN, [1940].

⁶¹ Mário Novais was probably one of the most in demand by Ferro. He came from a family of great photographers. He started his professional career in the 1920s as a portrait photographer. In 1933, he set up the Novaes Studio in Lisbon, where he remained active for 50 years. He specialised in the photography of works of art and architecture, and also worked in photo reportage, advertising, commercial and industrial photography.

⁶² See Clara Pedro Serra et al., *Mário Novais: Exposição do Mundo Português 1940*, Lisbon, Calouste Gulbenkian Foundation, 1998, p. 19.



Fig. 2 – Metropolitan Ethnography Area. The Regional Centre. 1940 *Portuguese World Exhibition*, Lisbon, Portugal. Col. Estúdio Mário Novais I FCG – Library and Archives.

Of the countless photographs from Novais' collection made available online by the Calouste Gulbenkian Foundation, we can see that he photographed the Regional Centre and the exhibition's exteriors at night. In these night shots, the photo critic Jorge Calado sees an influence from Bill Brandt, *A night in London* (1938), but above all from Brassai's photobook *Paris de Nuit* (1933)⁶³. According to him, Novais is original "by his use of light and slanting perspectives". Indeed, Novais reinforced the contrasts of deep black and white through lighting, giving images an aura of timelessness; and he clearly shows the attractive decorations of this "Portugal in miniature", this "laborious and simple land"⁶⁴ of the Portuguese Villages Section – the representations of popular houses – ⁶⁵, according to the realities of their geography and reenactments of labourers working in their trades, craft shops, small courtyards and even vegetation representing each region (Fig. 3, 4).

⁶³ Jorge Calado, "Rectas e curvas" in *Mário Novais: Exposição do Mundo Português 1940*, Lisbon, Calouste Gulbenkian Foundation, 1998, p. 54-55.

⁶⁴ "Aldeias portuguesas. Exposição do Mundo Português", *Século Ilustrado*, nº 133, 20.07.1940; "A arte Popular. A exposição de Belém", *Século Ilustrado*, 135, 03.08.1940.

⁶⁵ Replicas of traditional houses from all the provinces – Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes, Beira Alta, Beira Litoral, Ribatejo and Beira Baixa, Estremadura, Alentejo and Algarve – and the islands of Madeira and the Azores.

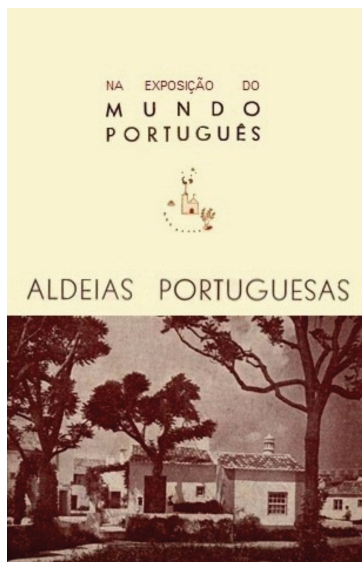


Fig. 3 – *Aldeias Portuguesas*, Lisboa, SPN, 1940 (catalog cover).



Fig. 4 – Portuguese Villages Section. The Regional Centre. *1940 Portuguese World Exhibition*, Lisbon, Portugal. Col. Estúdio Mário Novais I FCG – Library and Archives

Ferro was directly influenced by the *Pueblo Español* of the 1929 Barcelona exhibition, which he had visited as a journalist in 1931, where popular culture was promoted by presenting regional dances and a regional centre⁶⁶, as well

⁶⁶ Jordana Mendelson, “Josep Renau and the 1937 Spanish pavilion in Paris”, *Public photographic spaces, exhibitions of propaganda, from Pressa to the Family of Man, 1928-1955*, 209, Barcelona, MCABA, p. 313-349.

as by the French section of the *1937 Paris International Exhibition*, where the Front Populaire, created a National Museum of Popular Arts and Traditions⁶⁷. As it recognises Shanny Peer, the emphasis itself as a collective identity joined hands with commercial function and the nascent tourist industry, as well as the disenchantment with modernity. These events focused on the theme of the rural village and the “life groups” of the 1900 exhibitions and World Fairs⁶⁸. The sets were designed with real characters and the “life groups”, reconstituting the most varied peasant activities as a “living theatre”⁶⁹.

The illusion of authenticity and realism was an effect of these life performances, whether recreations of everyday scenes or formal stagings. This manipulated theatrical situation expected spectators to react emotionally – to be passive receivers of images or quoting Foucault “docile bodies”⁷⁰. The same method of rural life folklorisation would be followed in the Portuguese Exhibition Colonial Section⁷¹. In the Portuguese villages, people were also exploited as mere creatures, but here was added the “exoticism” of Africans and the erotic titillation of nude women⁷².

The Popular Life (Vida Popular) Pavilions were made up of the Prologue Pavilion, the Goldsmiths Pavilion, the Land and Sea Pavilion, the Arts and Industries Pavilion, the Transport, Weaving and Pottery Pavilion and the Confectionery and Bakery Pavilion, located next to the river Tagus on the other side of the railway line. Visitors discovered streets and courtyards where they could admire the peopled replicas of rustic houses and domestic interiors. Through the photographs of Mário Novais we see women lace-makers, weavers, confectioners, among others, huddled in a simulacrum of the intimate sphere, performing their assigned roles, while men were busy in their workshops exercising their professions (Fig. 5). Shepherds, fishermen, goldsmiths, potters, basket makers, cork makers and blacksmiths were seen dressed in reinvented

⁶⁷ See chapter 1, Shanny Peer, *France on display: peasants, provincials and folklore in the 1937 Paris World's Fair*, New York, State of University of New York Presse, 1988.

⁶⁸ Vera Marques Alves, *Arte popular e nação...*, cit., p. 73.

⁶⁹ *Diário de Lisboa*, 02.07.1940.

⁷⁰ Michel Foucault, *Surveiller et punir: Naissance de la prison*, Paris, Editions Galimard, 1975.

⁷¹ Henrique Galvão, *Exposição do Mundo Português: secção colonial*, Lisbon, Neogravura, 1940.

⁷² They were known as “Black Venuses”. See (in this issue) Patrícia Ferraz de Matos, “Female Landscapes: The presence of women in the photographs and images of the Portuguese colonial exhibitions”, *Revista Portuguesa de História*, 55 (2024); and Filipa Lowndess Vicente, “Black women’s bodies in the Portuguese colonial visual Archive (1900-1975)”, *Portuguese literary and cultural Studies*, 30/31 (2017), p. 16-67.

replica costumes of their region, staging work before the public. Scenes were also complemented by songs and folkloric dance groups. These stagings were images without context, the citizen becomes a mere consumer-spectator of an empty reality.



Fig. 5 – Portuguese Villages Section. The Regional Centre. 1940 Portuguese World Exhibition, Lisbon, Portugal. Col. Estúdio Mário Novais I FCG – Library and Archives.

Moreover, on the walls, there were panels painted with colourful designs and illustrated with popular quatrains. The “geography of saudade and the poetry” of this “little Portugal”⁷³ was so complete that it even had a post office and a railway station, with its train coming into the village.

The Salazarist aesthetic thus projected its normative ideal of labour, considering its social division as important as the economic one. Progress, order, discipline, an obedient mind, the commitment of men, the passivity of women, wives, and mothers, a “civic religion” supposedly led to a better future⁷⁴. Those “life groups” were also repeated in most of the Pavilions of the Popular Life Section, where many objects from the previous exhibitions in Geneva, Paris, New York, and San Francisco were displayed. Objects were presented, like the people of the “life groups” out of context, aestheticized as “museum” pieces. At the same time, other objects, animated by use, represented different rural and maritime activities. In the large, square space of the Prologue Room, one could see a gigantic carousel, where picturesque, animated puppets of the most varied types carried out their arts and industries⁷⁵.

⁷³ “A geografia da saudade e da poesia...”, cit.

⁷⁴ Georges L. Mosse, “Estética fascista e sociedade. Algumas considerações”, in Georges L. Mosse; E. Braun and R. Bem-Giat, *A Estética do fascismo*, Lisbon, Edições João Sá da Costa, 1999, p. 7-12.

⁷⁵ “A geografia da saudade e da poesia...”, cit.

The Popular Arts and Industries Pavilion, which painter Estrela Faria decorated, used a fresco technique. Meanwhile, the reenactments of traditions and customs contrasted with the large, modern exhibition spaces, the careful placement of objects and the modernist museographic composition guiding the gaze and interpretation.

Paradoxically, the “balanced modernity” propagated by the *SPN* was expressed by formal elements like the painted architectural interiors, the niches, showcases or mouldings, the use of iron for ceiling suspensions and the light emphasised their visual aspect. Naval decorations were made by Estrela Faria, Paulo Ferreira, Eduardo Anahory and Maria Keil. Fishing nets hung from the ceilings dividing the space in the Sea Room, where series of oars and miniature boats were arranged on the surface, high up on the walls. Alongside all this, there was an overabundance of lettering inscribed on the walls or on panels and murals, in a typography that reflected a modernist synthesis, together with lyrical figurations of colourful drawings that sought to represent a certain rurality.

In *O Diabo*, a left-wing magazine, the damning attack was by the historian and critic, Adriano de Gusmão. Deploring the failure of the painters, he wrote: “Mural painting was done because it is on the walls, but we have not learnt the intimate meaning of mural painting”. For him their activity had resulted in no pictorial revelation’ because “in the broad composition created by fantasy, they have failed”⁷⁶. These artists were transformed into official decorative artists of the regime. Ferro had shifted his initial modern intentions towards a sentimentalised and apologetic logic of the “national soul”. Painting in particular had been corrupted by a conception of history and a romantic historicism that created an official style. This was reinforced by the prizes awarded to their team at international exhibitions. In 1937, Portugal would win a Grand Prix and numerous gold medals, successes publicised in 1939. However, though most artists ended up aligning with the *SPN*’s paradigm, criticism of its folklorist action grew increasingly stronger.

4. *Vida e Arte do Povo Português*: a “realistic and poetic alphabet of images?”

It is now important to consider how an editorial object sought to translate, mediate and normalise the discourse of power. The book *Vida e Arte do*

⁷⁶ Adriano de Gusmão, “A exposição e a arte de Belém”, *O Diabo*, 09.11.1940.

Povo Português (Fig. 6 e 7) provides an artistic integration of drawing, painted figures and photography. It was a Secretariat edition on national ethnography, and one of the books portraying “the golden years” of Estado Novo. It can be considered an expanded edition of *Quelques images de l’art populaire portugais*, a book also published by the SPN. It was previously printed for the already mentioned *Exposição da Arte Popular Portuguesa*, held in Lisbon, in June 1937, as well as being publicised at the 1937 *Paris Exhibition* (Fig. 8 e 9).



Fig. 6 – *Vida e Arte do Povo Português* (Life and Art of the Portuguese People), Lisboa, SPN, 1940.

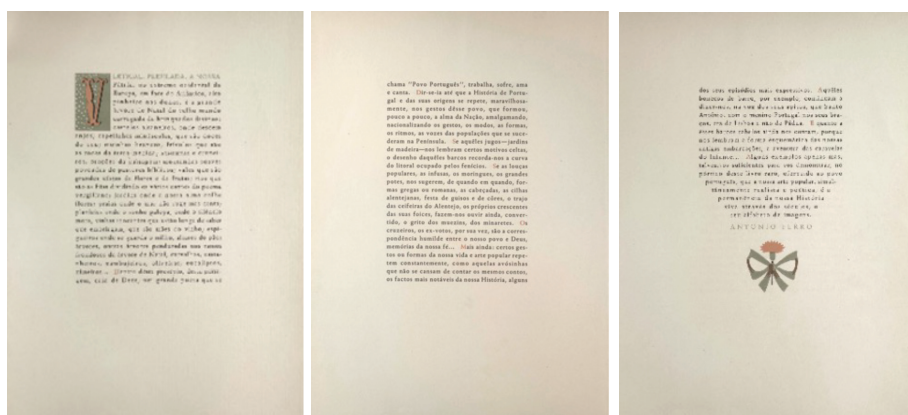


Fig. 7 – *Vida e Arte do Povo Português* (Life and Art of the Portuguese People), Lisboa, SPN, 1940.



Fig. 8 – *Quelques images de l'art populaire portugais*, [Porto],
Edition du Secretariat de la propaganda Nationale, 1937.



Fig. 9 – *Quelques Images de l'Art Populaire Portugais*, [Porto],
Edition du Secretariat de la propaganda Nationale, 1937.

Before moving on to analyse *Vida e Arte do Povo Português*, we will consider the imagery, form and content of the 1937 book *Quelques Images de l'Art Populaire Portugais* published in French, and with 34 pages⁷⁷, is a larger book (around 36x28.5 cm), than *Vida e Arte...*, which reproduces António Ferro's speech on the occasion of the *Exposição de Arte Popular*, followed by a text by the journalist Augusto Pinto. It had a print run of fifty numbered copies on Dutch paper and fifteen hundred on offset paper.

As *Vida e Arte ...* the themes and drawings centre around craft objects from different parts of the country. However, one realizes that without the texts of Ferro and Augusto Pinto the book could have been aimed at children, given the vibrant colours of Paulo Ferreira's drawings of miniature objects, and the human figures' costumes. One would think of a magical, fairy tale world (Fig. 9).

The characteristics of this book corresponded to what Vera Marques Alves considered to be the three aspects that usually defined the artefacts in all the SPN's folk art exhibitions, in particular at the 1940 Regional Centre: the exploitation of detail, excessive decoration and the miniaturisation of these artefacts⁷⁸, such as the 60 cm mannequins (dolls) representing workers, rural people or fishermen. At the same time, the accompanying discourse emphasises the "poetry" of rural man. A lyricism recognised by António Ferro: "aucun peuple possède un art populaire plus coloré, plus riche, plus heureux que le nôtre" (no people have a more colourful, richer, happier folk art than ours). Or according to Augusto Pinto, who found in Camões the lyricism perpetuated through the centuries in the Portuguese people. For the ethnographers of the Estado Novo and for Ferro, Portuguese workers were aesthetic creators and poets, or what Vera Marques Alves called "peasant aesthetes"⁷⁹.

Vida e Arte do Povo Português is also an artistic book, a refined graphic illustration of ethnographic themes and folkloric essays, regarded also today as

⁷⁷ The book was composed at the Imprensa Portuguesa in Porto and printed by the Tipografia Nacional in the same city.

⁷⁸ Vera Marques Alves offers clues to these characteristics by quoting various authors, especially Claude Lévi-Strauss, who associates reductions (Japanese gardens and miniature boats) with aesthetic pleasure. However, the aestheticization to which the SPN subjected popular objects is more likely to be linked to arousing emotion in visitors to exhibitions, due to their decorative impact and to practical aspects such as transportation. See Vera Marques Alves, *Arte popular e nação...*, cit., p. 174-175 e 180.

⁷⁹ Vera Marques Alves, *Arte popular e nação...*, cit., p. 180-187.

a “masterpiece”⁸⁰. From a formal and thematic point of view, it is an extension⁸¹ of the previous book, but its structure, organisation of themes and rigorous aesthetic design have been greatly improved by both Francisco Lage and Paulo Ferreira, with Ferro’s supervision.

If we try to apply the same characteristics pointed out by Vera Marques Alves and discussed above about *Quelques Images...* it is clear that the scale of the figures and objects has been increased in *Vida e Arte do Povo Português*, and miniaturisation is less noticeable (Fig. 10). On the other hand, photography has monumentalised the figures represented and the portraits introduce a realism that *Quelques Images...* does not possess. Ferro, now with a bigger budget for *Vida e Arte do Povo Português*, wanted to show a better work that was very seductive and captivating to promote and internationalise Portuguese popular culture. However, we find the same exploitation of detail and some excessive decorative features, despite the excellent print quality. The work’s readability would be also preserved in accordance with the practical and specific objectives of a balanced modernism, and so that it could be fully publicised for propagandistic-political purposes.

⁸⁰ Vasco Rosa, “Paulo Ferreira, vinte anos depois”, *Newsletter*, 15 (14th December 2019), Fundação António Quadros, Cultura e Pensamento, (<https://www.fundacaoantonioquadros.pt/newsletter/newsletter-preview.php?id=189>, accessed on 2024.06.30).

⁸¹ Maria Micaela D. de Barthez de Marmourieres de Bragança, *Francisco Lage, um intelectual: ideia e acção na etnografia e cultura popular (1935-1948)*, Tese de doutoramento, Lisbon, FCSH/NOVA, 2016, note 7, p. 457.



Fig. 10 – *Vida e Arte do Povo Português* (Life and Art of the Portuguese People), Lisboa, SPN, 1940.

To this end, *Vida e Arte do Povo Português* editorial planning was carefully prepared. It was one of the most important graphic works under the coordination of António Ferro and organised by the ethnographers Francisco Lage with the collaboration of Luís Chaves and the painter Paulo Ferreira, who was responsible for the artistic direction and illustrations. The Book has 32x24 cm, 259 pages, hardback in light green with a design, was composed and printed at Litografia Nacional of Oporto, with an edition of three thousand copies on ordinary paper. A print run of fifty copies was also made on “gateway offset” vellum paper.

The publication included the contributions of various authors and dealt with themes highlighting the plastic visuality of the objects approached which we recognise are those already covered in Regional

Centre Pavilions: “The People’s Costume” (Luís Chaves); “Looms and Weavers” (D. Sebastião Pessanha), “Lover’s Art” (Luís Chaves), “Boats of Portugal” (Rocha Madail), “Popular Art” (Luís de Pina), “Embroiderers and Lacemakers” (Maria Madalena de Martel Patrício), “The Rural Car” (Vergílio Correia), “Work in the Countryside” (Guilherme Felgueiras), “Shepherding and Pastoral Art” (Tude de Sousa), “Popular Lamps” (Cardoso Marta), “Calendar Festivities” (Padre Moreira das Neves), “Dance and Songs” (Armando Leça), “Fireworks” (Armando de Matos), “Potters and Pottery” and “Clay Dolls” (Santos Júnior), “Popular Gold Jewellery” (Luís Chaves).

All the texts are separated by illustrations and photographs. Ferro’s text is itself an image in which the words form a drawing in the space of the page with a very modernist style. Naïve and lyrical coloured drawings with expressionist and naturalistic features by Paulo Ferreira relate to each theme, as well as sixteen photographs by Mário Novais.

Photographs assign “realism” (a presumed “realism” in style) and reinforce the imaginative power of the observer along with the texts and the decorative drawings (Fig. 10, 11, 12). The images appeal to the reader’s aesthetic sense, inviting them to see and appreciate the objects drawn and photographed. This relationship, based on a “combination of mediums” and “intermedial references”⁸² in the perceptual dynamics of those who observe, constructs a permanent symbolic act⁸³. We find this “artistic ethnography” in some of the best SPN publications⁸⁴, with an abundance of iconographic and ethnographic material. This says a lot about the cooperation between ethnographers, photographers, and painters, as well as the connection between ethnography and the history of art and archaeology. From a formal point of view, these visual formulations, demanded by the new means of communication of those years, gave advantages to the languages of montage and photomontage.

⁸² Irina O. Rajewsky, “Intermediality, intertextuality, and remediation: A literary perspective on intermediality”, *Intermedialités*, 6 (2005).

⁸³ Hans Belting, *Pour une anthropologie des images*, Paris, Gallimard, 2004, p. 20.

⁸⁴ A recurrent expression in texts of the period, João Leal, *Etnografias Portuguesas...*, cit., p 46.



Fig. 11 – *Vida e Arte do Povo Português* (Life and Art of the Portuguese People), Lisboa, SPN, 1940.



Fig. 12 – *Vida e Arte do Povo Português* (Life and Art of the Portuguese People), Lisboa, SPN, 1940.

In presenting a thematic continuity in relation to the 1910s and 1920s, *Vida e Arte do Povo Português* was, according to Ferro, a “wonderful specimen of graphic arts”, because with “every page you turn” there is ‘a surprise that enchants us’⁸⁵. Ferro’s preface is all praise, and he argues that “our popular art, simultaneously realistic and poetic, is the permanence of our history alive through the centuries – its alphabet of images”. To reinforce the idea, he wrote that what were archived there, in rigorous photographic documentation, were

⁸⁵ António Ferro, *Vida e arte do povo português*, Lisbon, Secretariado da Propaganda Nacional, Edição da Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Nacional dos Centenários, 1940, p. 15-16. Ver também o artigo sem autor “Um livro maravilhoso”, *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*, 9 (1942), p. 4.

“masterpieces by Mário Novais”; and the “soberly stylized drawings” in which Paulo Ferreira tried to respect “the authenticity of the form and colour (...) the most characteristic and beautiful of our popular art”⁸⁶.

As we have already seen, the illustrations mark a continuity with the spirit of the representations of *Quelques Images...* resembling the dolls in regional costumes in the Popular Art Room produced for the 1937 Paris Exhibition, inspired by the French model of the same show. A vision and an aesthetic of the picturesque and of the graphic design of miniaturised figures, that the Estado Novo sought to perpetuate for example, at the *Exposição do Livro Português no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro Portuguese Book Exhibition) in 1941⁸⁷, where both books were on display; and others book exhibitions, as *1.ª Exposição Bibliográfica de Turismo e Propaganda de Portugal* (1st Bibliographical Exhibition on Tourism and Propaganda of Portugal) (July 1943) in Lisbon, Ateneu Comercial, as well as on the aesthetics of *Panorama*, the SPN’s propaganda magazine (1941-1974), specially on its magazine covers (Fig. 13).



Fig. 13 – *Panorama*: revista portuguesa de arte e turismo, Ano 1, 8, 1942.

⁸⁶ “Um livro maravilhoso”, *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*, 9 (1942), p. 4.

⁸⁷ The first exhibition following the Cultural Agreement signed by António Ferro in 1941 with Brazil. See Gastão de Bettencourt, “Exposição do livro português no Rio de Janeiro”, *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*, 8, abril (1942).

We know the dual role of photography as an instrument of power. Mário Novais' visual and graphic modernity is undeniable. Perhaps for that very reason, he was chosen to accompany António Ferro at the *Paris International Exhibition* in 1937, where his photomurals of enormous photomontages were outstanding. Novais also organised, at that exhibition, a collection of twelve postcards, on regional types of *Costumes Portugais*⁸⁸, in which he applied the stereotypes of rural nationalism⁸⁹.

In *Vida e Arte do Povo Português*, Mário Novais has a set of photographs illustrating the objectives of *Estado Novo* artistic ethnography, interpreting the aims of the head of the SPN and its ethnographers' cinematic conception, aestheticizing and highlighting the formal characteristics of the objects and the people photographed.

But if we look beyond the ethnographic and the artistic, what are these photos hiding? What is absent, but revealed by the presence of the figures and objects, carefully placed and posed just like those photographed? What were these people's lives like? Were they paid to pose for the photographer? We won't ever know the answers to many of these questions, but it is important to ask them.

Novais used all his skills as an artwork and portrait photographer⁹⁰ to give man portraits an image of virility and to women a dimension of submissive passivity. Simultaneously, these images also have a modernist sense of choreographic movement. A kind of spectacularisation of objects and people with the use of a sort of vorticism⁹¹, when he photographed from above and below. The low angle photos of the photomontage of a "campino", (peasant horsemen from the Ribatejo region) dancing the fandango and the music score are also good examples of the figures monumentalisation (Fig. 10). The monumental portrait of the dancer assembled with a graphic text confirms this photographer was aware of the narrative possibilities of Russian and German photomontage of the 1930s, as well as the exploitation of a fascist "photogeny"⁹²: costumes and

⁸⁸ São 12 postais: p&b; 14,5x9 cm. In *Costumes portugueses: Exposition de Paris 1937*, [Lisbon], S.P.N., 1937.

⁸⁹ Clara Pedro Serra et al., *Mário Novais: exposição...*, cit., p. 19.

⁹⁰ Mário Novais came from a family of great photographers. He started his professional career in the 1920s as a portrait photographer. In 1933, he set up the Novaes Studio in Lisbon, where he remained active for 50 years. He specialised in the photography of works of art and architecture, and also worked in photo reportage, advertising, commercial and industrial photography.

⁹¹ Jorge Calado, "Rectas e curvas", *Mário Novais: Exposição...*, cit., p. 52, 53.

⁹² The concept of "photogeny" applied to the Estado Novo seems to have been used by Leitão de Barros. See "O povo no cinema português", *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*, 3, August (1941), p. 9 and *José Augusto*, "Ala Arriba -novo filme nacional", 10, August (1942).

men's body special poses, the artificiality of the setting and its combination with symbolic objects like the fishing net. Women have been replaced by the domesticity of their objects of labour. This explains the foreground pictures of a loom fragment and cork objects (Fig. 11).

We find another similar picture of a man clearly posing. The "Malpiqueiro" of Tagus River (Fig. 10), wearing a hat and smoking a pipe, pretentiously dressed in folk clothes, he looks at us in an attitude of defiant masculine assertion. Or a staged shot of a labourer with his rural cart (Fig. 12). These are strong, highly contrasted black and white images highlighting Novais' professional skill, experienced as he was in advertising and industrial photography, modern architecture, portraiture, and photographing works of art.

The great graphic quality of this richly illustrated book was a strategy used to seduce the literate classes, educated elites and diplomatic entities, and above all to publicise the country's tourism internationally⁹³, as one could read in *Panorama* magazine in 1942 about the logic established by the strong impact generated by the *Exposição do Mundo Português*:

(...) it was no wonder, then, that the publication of books, leaflets and illustrated periodicals – which, as we know, are the most important and effective means of advertising tourism – is intensifying. Through words and images, people get an idea of what the land and urban centres have to offer, which is worth seeing and admiring⁹⁴.

The editorial project had some effect as it was featured in several international exhibitions, as already mentioned. Its graphic work was emphasised by the German literary and ethnographic studies magazine *Wolkstum und Kultur der Romanen*, which published an extensive article on the book by the philologist Fritz Krüger, as a reference work in the field of folklore⁹⁵.

⁹³ José Oliveira e Israel Guarda, "Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo" in Filomena Serra (ed.), *Fotografia impressa e propaganda em Portugal no Estado...*, cit., p. 131 e 336.

⁹⁴ Acácio Leitão, "Campanha do bom gosto", *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*, 9, (June 1942).

⁹⁵ Fritz Krüger (1889-1974) was a German academic and philologist, director of the Faculty of Letters in Hamburg. From 1948, he was Director of the Institute of Philology of the National University of Cuyo in Mendoza, Argentina. An expert in the field of Ibero-Romance studies, he spent part of the summer of 1939 in the Monchique Mountains, Algarve in Southern of Portugal, observing the preparation and manufacture of agave fibre into rope. These studies, photographs and sketches, and written notes were destroyed by fire during the Second World War. Krüger took part in the Centenary Commemorations in 1940 and participated in the National Congress

Closing remarks

Paulo Ferreira's illustrations and the photographic images by Mário Novais in this luxury edition of *Vida e Arte do Povo Português* intended to build a specific picture of the Portuguese nation and the "Portuguese being". Those images were disseminated on a large scale by the SPN and consumed by spectators immersed in politically aestheticised information, propaganda and entertainment. An iconography that would be repeated and circulated *ad nauseam* in Estado Novo publications like the aforementioned *Panorama*, the SPN propagandist publication⁹⁶. We find a similar iconography in SPN "pousadas" decorations or on wardrobes of *Verde Gaio Dance Group*. Concerning the Regional Centre, the objectification of the nation was targeted for national visitors and for tourists. Just like in the book, the aim was to portray what was called the "Portuguese soul" embodying an ideal of "Portugueseness" that would bring together the entire Portuguese population and its various regionalisms⁹⁷. The ethnographers' interpretations infantilised the discourse of popular art, as well its images. Over the years, the official face of the rural population had been inspired by illustrations of "elegant mannerism" and by decorative miniaturisations that the SPN would extend to publications and artistic and touristic activities, largely due to the "Good Taste Campaign"⁹⁸.

However, the models presented were not absolutely anti-modernist. Ferro and his collaborators intended to resolve the antithesis between the preservation of traditions, their invention and modernity, through a harmonious synthesis and aestheticization of old and new. This ambiguity is evident in *Vida e Arte do Povo Português* and even in *Quelques Images...* Beyond that,

of Population Sciences, with the paper "Der beitrage Portugals zur europäischen volkskunde (Portugal's contribution to European folklore)" in *Actas do Congresso Nacional de Ciências da População*, vol. 11, Porto, Imp. Portuguesa, 1940, note 13, p. 459. See Tanley Robe, "Homenage Fritz Krüger", *Romance Philology*, 9, 1 (August 1955), p. 79.70; and also Maria Micaela D. de Barthez de Marmourieres de Bragança, *Francisco Lage...*, cit.

⁹⁶ José Guilherme Vitorino, *Propaganda e turismo no Estado Novo. António Ferro e a revista Panorama, 1941-1949*, Lisbon, Aletheia Editores, 2018.

⁹⁷ Heloísa Paulo, in *Fotografia impressa...*, cit., p. 123, 335.

⁹⁸ The "Good taste Campaign" was an expression used by António Ferro in a lecture he gave on the national broadcasting station in August 1940. It was defined during the Centenary Celebrations and its purpose was associated with and continued the "Politics of the Spirit". Embracing very different interventions and initiatives its purpose was to create an aesthetic awareness among the Portuguese people. See Margarida Acciaiuoli, "As ambições da campanha e o mecanismo dos concursos" in António Ferro, *A vertigem da palavra. Retórica, política e propaganda no Estado Novo*, Lisbon, Bizâncio, p. 238-245.

we know that in 1947 a second edition of *Vida e Arte do Povo Português* was planned as were other initiatives that were not carried out ⁹⁹.

To conclude, the great graphic quality of this richly illustrated book was intended for the elites, diplomatic entities and governments, “contrary to what its dedication said”¹⁰⁰. Through international exhibitions its dissemination seems to have had some significance, as was the cases in Brazil, Spain and Germany.

In this closing remark, the story comes full circle, from the Regional Centre to the analysed book, the afterlife of the propaganda images of the regime. Perhaps we are now in a better position to define the folkloric practices of the Salazar regime politics as historicised performances of visual propaganda. In a country with a serious illiteracy rate, we have analysed fictional narratives and symbols of a happy rurality – a national fiction narrated in images in the Regional Centre and in *Vida e Arte do Povo Português*. A set of archetypes built around ideal models of life and domesticity; a picturesque aesthetic that praises rural life in permanent tension and contradiction with a staged and paradoxical modernism.

Some of these archetypes with new formal design and contemporary art values often still inspire today national touristic and advertising imagery¹⁰¹, such as the Barcelos rooster, the current re-appropriation of the sardine campaigns, the Nazaré dolls, and the imagery related to folkloric dances groups which have appropriated the costumes and dances reinvented by the ethnography of the Estado Novo¹⁰².

⁹⁹ Maria Barthez, “Etnógrafo sem cátedra, dramaturgo do folclore português: vida e obra de Francisco Lage, um homem de cultura integral”, *Bérose, Encyclopédie internationale des histoires de l’anthropologie*, 2021; “Etnógrafo sem cátedra, dramaturgo do folclore português: vida e obra de Francisco Lage, um homem de cultura integral” in *Bérose – Encyclopédie internationale des histoires de l’anthropologie*, Paris.

¹⁰⁰ Heloisa Paulo, “Vida e arte do povo Português...”, cit., p. 117.

¹⁰¹ See Eduardo Cintra Torres, *História ilustrada da publicidade em Portugal*, Lisbon, Principia, 2023, p. 183, 188, 222 and by the same author *História da publicidade em Portugal, com um estudo de caso do grupo Cuf*, Lisbon, Principia, 2023.

¹⁰² Even today, the “silver rooster”, the prize in the 1938 “Most Portuguese Village in Portugal” competition, is displayed as a symbol of the regional identity of the village of Monsanto. Also, in Peroguarda, Baixo Alentejo, the village that came second, there is now a “tacitly assumed way of linking the village to the competition”. This link is made through the maintenance of the mixed folk dances and the monograph published and re-edited for posterity. See Jorge de Freitas Branco, “Peroguarda: folclorização e memória” in Salwa El-Shawan Castelo-Branco; Jorge Freitas Branco (dir.), *Vozes do povo. A folclorização em Portugal*, Lisbon, Etnográfica Press, p. 409-418.

Recensões Críticas

Recensões

Ofelia Rey Castelao (coord.), *Conflictos y resistencias en la Edad Moderna. De los hechos a las palabras*, Santiago de Compostela, Alvarellos Editora, 2023, 445 p., ISBN: 978-84-18567-52-0.

Lo primero que sobresale de esta obra que ahora reseñamos es su estructura, muy original y desde luego muy efectiva. A cada capítulo le antecede una definición histórica de una voz relacionada en sí misma con el binomio temático del libro, explicitado desde el título: *motín, reyerta, falsedad documental, querella, pendencia, junta, clamor, agravio, alboroto, gavilla, escándalo y apellido*. Para ello, se ha acudido a los diccionarios de la época moderna, lo que ha permitido acercarse al significado que para sus contemporáneos tenían dichos términos; e incluso adentrarse en los cambios de significado que la voz habría sufrido a lo largo de los siglos, no solo modernos, sino en realidad hasta nuestros días.

Las doce voces que se han enumerado se corresponden con los doce capítulos que conforman la obra colectiva, y su elección no es desde luego aleatoria: su definición histórica sirve de presentación al contenido del capítulo que sigue, lo cual como se ha dicho configura una novedosa y estimulante forma de articular los capítulos del libro. Esta organización de contenidos se complementa con otra más clásica, la división en bloques, aglutinando cuatro capítulos por cada uno de los tres que lo componen: *conflictos en la sombra: mujeres, contrabando y falsedad; crisis y conflicto en el ámbito urbano y portuario; religiosidad y clero: transgresión, conflicto y formas de control*.

El primer capítulo del libro viene de la mano de Miguel Ángel Melón Jiménez, catedrático de Historia Moderna en la Universidad de Extremadura, con el título “La visibilidad de lo invisible. Mujeres y contrabando”, antecedido por el término *motín* (p. 19-40). El autor es uno de los investigadores españoles más reputados en el estudio del comercio ilegal y del contrabando, especialmente en la frontera terrestre castellana con Portugal y muy particularmente en la

zona extremeña. En esta ocasión, a su conocimiento profundo del fenómeno suma una variable más, la participación de las mujeres, que el maestro analiza a partir de tres momentos y espacios diferentes: el motín de Ceclavín de 1755, la *Real Instrucción de 29 de junio de 1784 expedida para la persecución de malhechores y contrabandistas en todo el Reyno* para lo ocurrido en Andalucía y el Cordón del Ebro; y *Los Libros de tomas de razón de causas de contrabando* de 1832 en la provincia de Cáceres. El relato de la participación de estas mujeres en dichos momentos y espacios se acompaña con una muy generosa oferta de datos numéricos tabulados, lo cual permite comprobar la importancia bruta y relativa de las mujeres tanto en las tareas necesarias para el contrabando –acumulación y ocultación de géneros, transporte, distribución– como en las averiguaciones de las autoridades policiales y las condenas de los jueces, lo cual permite en su conjunto seguir profundizando en el rol tanto económico como judicial que el colectivo femenino jugaba en las sociedades modernas y, especialmente, aquellas que vivían en espacios fronterizos y no *a pesar del*, sino *gracias al* contrabando.

Celia Enríquez Rubal, investigadora predoctoral de la Universidad de Castilla-La Mancha, es la autora de la segunda contribución: “La conflictividad femenina en la actual provincia de Albacete a lo largo del siglo XVIII” (p. 41-80), con la voz *reyerta* por bandera. A pesar de su juventud, desarrolla con solvencia el análisis de la litigiosidad en seis poblaciones de la actual provincia de Albacete: Tarazona de la Mancha, Ossa de Montiel, Albacete, Madrigueras, Munera y Tobarra, presentando los números brutos y relativos de los pleitos vistos en las justicias ordinarias de dichos núcleos, aglutinándolos en categorías temáticas y exprimiendo la información relativa a las mujeres. Para ello, con buen criterio, presenta previamente el contexto socioeconómico, así como la estructura demográfica, para poder ponderar las situaciones que aparecen tras los procesos judiciales con la realidad antedicha. De manera honesta y consecuente, la autora concluye que los datos estadísticos de su estudio no contradicen lo ya analizado en otros espacios peninsulares, especialmente el norte castellano, lo cual en sí es un resultado valioso de su investigación: a pesar de una configuración demográfica muy diferente, sobre todo a respecto de las mujeres y su estado civil –como condensador de dinámicas nupciales, sexuales y migratorias–, ellas acuden a la justicia en proporciones similares (17,5%) a lo que se ha analizado para otros tribunales al norte del río Tajo, de lo que se deduce que la configuración sociodemográfica no restringió en modo alguno su participación, como parecería pensarse –y la propia autora pensaba– en un principio.

Falsedad documental es el concepto que invita muy coherentemente a la lectura del capítulo de Daniel Mena Acevedo, reciente doctor por la Universidad

de Santiago de Compostela, “Falsedad y ocultación. La sucesión del marquesado de Santa Cruz de Ribadulla a mediados del siglo XVIII” (p. 81-110), donde se expone con inteligencia narrativa e incluso suspense contenido lo acontecido a la muerte del II Marqués de Santa Cruz de Ribadulla. El conflicto sucesorio enfrenta a don Antonio Jacinto Romay, sobrino del difunto, con don Juan Armada, hijo ilegítimo del marqués con su criada doña Ana García, pero legitimado antes del óbito de aquel a través del matrimonio morganático de los antedichos. La parte del sobrino peleará por su herencia haciendo valer un testamento a su favor atribuido supuestamente al marqués, el cual resultó ser falso. Además de las pruebas que condujeron a la resolución del proceso judicial, las cuales no desvelaremos aquí, es muy interesante el análisis de las personas que conspiran con el sobrino, finalmente condenado, porque muestra el capital relacional al que tienen acceso estas familias privilegiadas incluso –o especialmente– cuando se proponen actuar al margen de la ley.

Alberto Lago Rodríguez, investigador predoctoral de la Universidade de Santiago de Compostela, es el autor del último de los capítulos de este primer bloque, “Pleitos, fugas y monjas. La conflictividad en el convento de Vista Alegre de Vilagarcía de Arousa (siglos XVII-XIX)” (p. 111-142), el cual viene presentado por el término *querella*. De nuevo, muy apropiado. El trabajo pasa revista a los conflictos que protagonizaron las monjas de esta comunidad religiosa desde su fundación a mediados del siglo XVII hasta el siglo XIX, para lo cual se sirve de los fondos propios de dicho convento, de los procesos judiciales (7) y de los protocolos notariales donde aquellas aparecen directa o indirectamente (122). Como no podía ser de otra manera, el convento se vio involucrado en litigios de carácter económico, casi todos ellos por el cobro de foros y censos, pues no disfrutaban ni de participación en diezmos ni eran señoras de dominio jurisdiccional. El caso más interesante es sin duda el de sor Manuela de la Concepción Puga, por lo que refleja de las relaciones interpersonales dentro del claustro y por el hecho extraordinario –aunque cada vez menos– que la monja protagoniza: una fuga exitosa del convento. A respecto de las primeras, todo parece indicar que las desavenencias con la comunidad incitarían a sor Manuela al abandono del convento, sin que deba olvidarse en este análisis su muy probable reclusión forzada. La supuesta falta de fe, los problemas de convivencia, la reiteración en los intentos de fuga y la actitud de las autoridades eclesiásticas dentro y fuera del convento hacen del relato una historia con tintes novelescos pero que informa de lo que rara vez se tiene noticia –la cotidianidad dentro de un convento– y, sobre todo, de la triste vivencia, cuando no vida, de una de tantas mujeres enclaustradas en la España Moderna.

El segundo bloque tiene a ciudades y puertos como laboratorios espaciales de la componente conflictiva. La primera de sus contribuciones la realiza Álex Valledor Aróstegui, investigador predoctoral de la Universidade de Santiago de Compostela, cuyo texto se titula “Cabos navales, violencia y conflictos en el siglo XVII. Reflexiones y aproximación metodológica” (p. 145-189). El autor trata de adentrarse en la problemática de la violencia y sus usos por parte de los cabos navales en el Seiscientos, dividiendo su aportación en dos bloques bien diferenciados: por una parte, la mentalidad de este colectivo, analizada a través de su origen, del pensamiento y las experiencias de guerra de los marinos, allí donde fue posible, resultando inequívoca una violencia compartida por todos sus individuos que sin embargo no es única, pues conforman modelos de comportamientos también de las elites y la nobleza, y donde todavía cabe preguntarse sobre las causas —¿se brutalizan en el servicio o esta condición es previa?— y las consecuencias —¿se pueden estudiar trastornos u otras secuelas psicológicas en estos marinos tras episodios de guerra especialmente duros?—; por otra parte, los conflictos en los que participaron, tanto entre ellos como en el entorno civil, y donde de nuevo aparece fácilmente la huella de la violencia, bien con pendencias que buscaron rematar con la fórmula del duelo, bien con el porte de armas que fueron utilizadas incluso con otros individuos de la esfera civil.

En “La huelga de los cavadores de viñas de Betanzos en 1591” (p. 191-229), Antonio González López, investigador predoctoral de la Universidade de Santiago de Compostela, narra un hecho desde luego excepcional en Galicia y poco habitual en general antes de la Revolución Industrial, más si cabe a finales del Quinientos: la acción colectiva de un grupo de cavadores de viñas negándose a trabajar por menos de un jornal mínimo (un real). Obviamente, el concejo de dicha ciudad había ordenado que se pagase menos, hasta 24 maravedíes, a lo cual los jornaleros se resistieron con una estrategia siempre colectiva y que les llevó de la simple negativa a trabajar al ataque contra la normativa municipal —y por tanto a sus regidores y a quienes estos representaban— y, también, a la negociación con los propietarios de las heredades de vino, pues a fin de cuentas fueron contratados, dejando ver claramente que buena parte de su fuerza, sino toda, se subsumía en la necesidad y urgencia de su trabajo para el buen desempeño de la futura cosecha de vino. El autor va más allá del análisis del pleito por el cual se conoce este conflicto laboral, contextualizando con la meticulosidad propia de la escuela compostelana la realidad vitivinícola de la ciudad de Betanzos y sus arrabales, la producción de vino y su coyuntura a finales del siglo XVI, con especial interés en los precios, tanto del vino como de los salarios para sus jornaleros.

Que la voz que se define antes de este capítulo sea *junta* es una prueba más de la acertada selección y ubicación de estos términos a lo largo del libro.

También lo es *clamor*, que acompaña al texto de Tomás Manso Fraga, investigador predoctoral de la Universidade de Santiago de Compostela, “Penuria y orden público en una coyuntura de crisis: la villa de Ferrol en 1768-1772” (p. 231-259), en donde se analiza la conflictividad asociada a un momento especialmente crudo como lo fue en Galicia la crisis de subsistencia de 1769. El texto pasa revista a las acciones dirigidas por las autoridades locales, siempre con el objetivo de garantizar el suministro de pan para mantener el orden y el sistema, lo cual trataban de asegurar con aprovisionamientos desde fuera, el control de precios y la petición de auxilio a la Corona. Pese a estas labores, y aunque no estallaron episodios de especial violencia, una parte importante de la ciudad sufrió un empeoramiento de sus condiciones de vida, más graves cuanto más humildes, lo que normalizó durante dichos años situaciones de extrema miseria –alimento de conflictos– en una población muy particular del noroeste peninsular: urbana, con crecimiento demográfico explosivo en la segunda mitad del siglo XVIII y donde la mitad de sus efectivos eran hombres bajo jurisdicción privativa de la Intendencia de Marina.

Este segundo bloque urbano y portuario se cierra con la contribución de Iago Castro Táboas, reciente doctor de la Universidade de Santiago de Compostela, bajo el título “Los límites del patriotismo: los comerciantes de Vigo ante las contribuciones de guerra (1808-1814)” (p. 261-292). El contexto de la invasión francesa de Vigo y sobre todo su liberación da pie al autor a adentrarse en el comportamiento de las elites de dicha ciudad, muy especialmente cuando a finales de 1810, un año después de la expulsión de los franceses, dos de las principales fortunas de la ciudad se opusieron por la vía de la justicia ordinaria al cupo que se les había asignado para contribuir con los gastos de la antedicha guerra. La queja de don Buenaventura Marcó del Pont y de doña Isabel de Bustillo, viuda de don Manuel Antonio López, ponen de manifiesto las reticencias de la elite viguesa a participar como se esperaba en un acto patriótico de evidente propaganda social, donde esta advenediza pero muy potente burguesía marcaba su territorio en un tiempo nuevo y contradecía al mismo tiempo el relato que sobre ellas y su altruismo se trataba de difundir.

El tercer y último bloque, *Religiosidad y clero: transgresión, conflicto y formas de control*, se compone de otras cuatro aportaciones. En la primera de ellas, “Más allá de sagrado. Control y descontrol en las romerías de Galicia (siglos XVII-XIX)” (p. 295-325), Anxo Rodríguez Lemos, investigador posdoctoral de la Universidade de Santiago de Compostela, se interesa por la conflictividad que se originó en las romerías de la Galicia Moderna,

convertidas en centros de sociabilidad al nivel de ferias o mercados –a pesar de su carácter en principio religioso–, lo que condujo a desórdenes nunca graves pero recurrentes. De ahí que el concepto definido y previo sea *alboroto*. En el texto se hace relación de los conflictos más habituales, como los robos y expolios de bienes sagrados, la indisciplina de los asistentes ante las celebraciones litúrgicas, tanto misas como procesiones, pero sobre todo más allá de lo sagrado, con las pendencias, riñas, agresiones verbales e incluso físicas entre los asistentes, lo cual llevó a las propias autoridades eclesiásticas a la implementación de medidas para eliminar o al menos reducir lo que consideraban indecoroso en estos espacios donde lo sagrado y lo profano se definían por límites poco claros.

Otro recién doctor de la Universidade de Santiago de Compostela, Pablo Vázquez Bello, dedica su texto al “Escándalo, violencia y mediación. Conflictividad en la Venerable Orden Tercera franciscana de Galicia en la Edad Moderna” (p. 327-366), en el cual se analizan los pocos litigios de los que se tiene constancia para dicha institución en la Galicia Moderna (16, ante la Real Audiencia de Galicia). Además de esta fuente documental, se hace además relación de los casi 40 registros de mediación extrajudicial en los que esta institución participaba, así como de cinco escándalos, de los cuales se analizan en profundidad tres por su gravedad, siempre en términos de su universo simbólico. Todo lo anterior indica que la intermediación discreta, la búsqueda de acuerdos y el valor de la palabra parecen elementos capitales en la organización y el cometido de esta institución, si bien la discreción podía abandonarse en casos extremos, saltando ciertos casos singulares a la esfera pública.

Por su parte, en “La ley del rey a las puertas del convento. Críticas al clero regular, resistencias de los religiosos e intentos de reforma en la primera mitad del XVIII” (p. 367-400), Mario Sixto Puente, también investigador predoctoral de la Universidade de Santiago de Compostela, estudia los ataques recibidos por el clero regular en la primera mitad del Setecientos, al tiempo que analiza la reacción de estos últimos ante dichas críticas. La documentación de partida es una selección de 25 obras de literatura político-económica, la cual le permite al autor matizar el camino definido al inicio de la monarquía borbónica con respecto al clero regular. Si la autonomía jurisdiccional de la que aquellos disfrutaban les permitió frenar las acometidas reales desde 1714, la afirmación del derecho regio sobre las jurisdicciones privativas a mediados de siglo será una de las claves del sometimiento final al que se verán sometidos en el reinado de Carlos III.

Finalmente, Ofelia Rey Castelao, catedrática de Historia Moderna en la Universidade de Santiago de Compostela, nos instruye acerca de la “Superstición y profanación de sepulturas en la Galicia de la Edad Moderna”

(p. 401-445), a cuyo texto antecede, de nuevo con toda coherencia, la definición histórica de *apellido*. La documentación que permite a la autora introducirse en esta escabrosa materia son los procesos judiciales, específicamente tres, vistos por la Real Audiencia de Galicia y acontecidos a finales del siglo XVIII. Como llama la atención la propia historiadora, son muchos los elementos que comparten los casos, entre ellos el lugar donde tienen lugar estos actos –la iglesia parroquial–, el hecho de haberse enterrado los cuerpos previamente sin féretro, una latente superstición relacionada con la muerte y sus posibles efectos sobre la comunidad de vivos, el ejercicio de la violencia, ora física con los cadáveres, ora psicológica con sus familiares y, quizás lo más sorprendente a primera vista, que en ningún caso actuase la Inquisición. La riqueza de los procesos es tal que ha permitido secuenciar lo que perturbó la paz social en estas poblaciones de la Galicia de fines de la Edad Moderna, con inteligentes y complejas derivaciones de los hechos concretos hacia el universo religioso y mental de una sociedad extremadamente humilde, analfabeta y supersticiosa.

Salvo el capítulo que abre y el capítulo que cierra esta monografía colectiva, todos los demás han sido compuestos por investigadores/as jóvenes, lo que sin embargo no se percibe a ojos de quien lee, porque la solvencia metodológica, el rigor en la selección de fuentes, la oportuna bibliografía en cada caso y la adecuación de los escritos al formato y al estilo no permiten, por inexperiencia, encontrar fisuras en sus acabados capítulos. Esto es sin duda prueba de la buena salud de la que goza el relevo generacional en la investigación en Historia Moderna, de lo que el grupo de la Universidade de Santiago de Compostela, coordinado por Ofelia Rey Castelao, tiene mucho que decir todavía.

RUBÉN CASTRO REDONDO

Universidade de Cantábria

ruben.castro@unican.es

<https://orcid.org/0000-0002-5197-9920>

***Revista de História das Ideias*, “Culturas de Género”, vol. 41, 2ª Série, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2023, 386 p.**

Foi recentemente publicado o último número da *Revista de História das Ideias*, relativo ao ano de 2023, subordinado ao tema Culturas de Género. Constituindo uma das publicações mais antigas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e uma revista académica de impacto e de influência no panorama nacional das revistas de história, este 41º número trata de um tema de grande interesse e atualidade, sendo a problemática central colocada em perspetiva histórica, de longa duração, desde o século XVI ao século XXI. Coordenado cientificamente por Isabel Mota, docente da mencionada Faculdade, visa-se, neste volume, apreender “a natureza [...] complexificadora e problematizadora deste domínio de estudos e o modo como mobiliza alguns dos aspetos mais dinâmicos do desenvolvimento contemporâneo da História e da Historiografia” (p. 10). A questão assim colocada revela uma pertinente operacionalidade de análise e empenho em salientar os impactos históricos das questões de género.

Com efeito, o conceito de género, como categoria de análise, veio renovar a ciência histórica e alterar as formas da sua abordagem. Tendo surgido, de um modo desafiador, nos anos oitenta do século XX, impulsionado por movimentos de mulheres e perspetivas feministas que interrogavam a invisibilidade e a subordinação das mulheres ao longo da história, o conceito repousa na distinção entre o sexo como característica fisiológica e o género como o conjunto dos traços comportamentais e das convenções sociais, arbitrariamente construídas com base nas diferenças sexuais.

É precisamente a partir dessa década que, mercê sobretudo dos estudos e reflexões das historiadoras Joan Scott e Gisella Bock, entre outras, se inicia a aplicação do conceito de género à historiografia, passando a funcionar como uma grelha de leitura científica e fazendo avançar novas linhas de pesquisa, que obrigaram a reavaliar “as grandes questões da história”, conferindo espessura problematizante, partindo-se do pressuposto de que a diferença de sexos não é apenas um fenómeno natural mas uma construção cultural e histórica.

Numa obra relativamente recente, de 2019, intitulada *Women’s History at the Cutting Edge* (London, Routledge), as suas autoras, as historiadoras Karen Offen e Chin Yan, afirmam que a “história das mulheres e do género está na vanguarda da investigação porque permite um desenvolvimento revolucionário no conhecimento historiográfico”, sendo um dos setores mais dinâmicos da

investigação histórica à escala internacional. Esta área de estudos tem tido, nos últimos anos, grande desenvolvimento, como bem assinalou Isabel Mota, tendo o conceito de género passado a constituir uma categoria de análise tão importante para os estudos históricos quanto os conceitos de classe, de etnia e/ou de raça, de grupo etário e, segundo alguns historiadores dos nossos dias, também o de geração. Este impulso reflete-se no aumento de publicações em várias línguas, de grande heterogeneidade teórica, feministas ou outras, na sua expansão marcada pela abertura à história global e transnacional, em particular à forma de reler as relações entre colónias e impérios, metrópoles e subúrbios, como um meio de captar as “vozes e os corpos dos outros” e, sobretudo, as relações de dominação sob o prisma do género.

Este dinamismo abriu também caminho aos estudos da masculinidade, da transexualidade, sobretudo sob o impacto das teorias *queer*. A intersecção entre história do género, da sexualidade e do corpo, com perspetivas pós-coloniais ou transnacionais, tem permitido aprofundar os estudos, desconstruir categorias consideradas universais, e, muito em particular, alargar os espaços geográficos e as temporalidades de análise, incorporando-se nos trabalhos produzidos os impérios coloniais ou outros.

De um modo geral, os impérios foram mais tardios a serem estudados sob o ponto de vista da história das mulheres e do género, embora se trate, na atualidade, de uma área do conhecimento bastante aprofundada e vinculada aos rumos da história global. Tem-se assim avançado para dimensões comparativas e transnacionais que têm obrigado a problematizar a circulação de pessoas e de ideias, bem como a miscigenação de culturas e de políticas.

É, por conseguinte, sobre este dinâmico setor da investigação histórica que o volume da *Revista de História das Ideias* versa.

Com 386 páginas, o presente número, de 2023, da *Revista de História das Ideias* apresenta um dossier temático, constituído por dez artigos, redigidos por onze investigadores e/ou docentes universitários. Completa o volume uma secção intitulada *Vária*, com cinco estudos sobre temas diversos, o editorial e uma rubrica de recensões críticas. Neste número colaboram cerca de duas dezenas de especialistas vinculados a múltiplas universidades e instituições do ensino superior bem como a unidades de investigação nacionais e estrangeiras, de Espanha, do Brasil e do Equador. No volume optou-se pela pluralidade de perspetivas teóricas, pela interdisciplinaridade, pela multiplicidade de fontes historiográficas, pelas diacronias alargadas como forma de superar as visões de pequenas parcelas isoladas.

O dossier temático abre com um estudo de Ana Isabel Buescu sobre o processo de execução da rainha Ana Bolena, 2ª mulher de Henrique VIII, rei

de Inglaterra, no ano de 1536, acusada de traição, de adultério, de incesto e de feitiçaria, tendo por base uma carta-memorial de um português em Londres, que se transcreve na íntegra, cuja identidade não foi possível apurar. O autor dessa carta faz uma descrição circunstanciada dos acontecimentos, em particular da decapitação, a que demonstra ter assistido presencialmente, redigindo um texto de grande intensidade dramática e que constitui um relevante testemunho histórico. Esta morte teve grande impacto em toda a Europa, assistindo-se, “com assombro”, à decapitação de uma rainha e à rutura da monarquia inglesa com a Santa Sé, tendo sido, como afirma a autora do artigo, “um processo que contribuiu para transformar o rosto de Inglaterra na Época Moderna”.

Centrando-se no século XVII, o artigo de Ronaldo Vainfas intitulado “Misticismo, sexualidade e relações de gênero no quietismo radical de Miguel de Molinos” reflete sobre a doutrina do teólogo do século XVII que viu os seus escritos serem difundidos por Roma para depois serem condenados pela Santa Sé. Centra-se nas suas interpretações da fé, em particular em matérias de natureza sexual e na desculpabilização dos pecados, aspetos considerados heréticos. Distingue também a doutrina das práticas heréticas, tomando por base de pesquisa os processos inquisitoriais, de inícios do século XVIII, do chamado grupo molinosista de Viseu. A análise demonstra como as ideias-força do teólogo Miguel de Molinos “favoreceram as mulheres como diretoras de consciência” e, muito em particular, como a doutrina da desculpabilização foi valiosa para o sexo feminino, acusado, como diz o autor, “de serem lascivas desde Eva, na teologia cristã” (p. 60).

Érica Lopo de Araújo e Alexandre Rodrigues de Souza exploram a trajetória ascensional, no século XVII, do Conde de Óbidos, fortemente influenciada pelos elementos femininos do seu grupo familiar, no texto intitulado “Mães e esposas: gênero e relações familiares na ascensão política de D. Vasco de Mascarenhas (1635-1655)”. A partir do entendimento do casamento como “um contrato de investimento” e recorrendo aos meios de que dispunham, inclusive direitos de intervenção legal, em questões de propriedade, as mulheres do seu círculo familiar desenharam o futuro deste elemento da nobreza, o que permitiu a sua ascensão social, acesso a riqueza e a perpetuação da casa fundada pela família, como esclarecem os autores deste artigo (p. 84). Um texto que mostra, de forma inequívoca, a importância da cultura de gênero na condução do destino de um elemento da família, através de uma complexa inter-relação entre os objetivos sociais e políticos que se visavam alcançar.

Sob o título “Black pearls in little Africa: women of colour in Tejuco village, Brazil in the eighteenth century”, Junia Ferreira Furtado aborda o processo de organização do espaço geográfico do arraial de Tejuco, em Minas

Gerais, atualmente a cidade de Diamantina, sob o ponto de vista das categorias analíticas de género e classe, cruzando-as com questões de natureza colonial. Tomando por base de pesquisa mapas e recenseamentos setecentistas, a autora escalpeliza a localidade, acompanhando o seu povoamento rua a rua, casa a casa, reconstituindo a composição de cada agregado doméstico sob vários fatores diferenciadores (a cor, o género, o acesso à liberdade...). Marcado por uma grande heterogeneidade social, o povoado reflete, na sua geografia urbana, o processo ascensional de escravos à condição de libertos, o que determinou a forte presença de mulheres de cor, sobretudo africanas, como chefes de residência. Tal situação viria a influenciar, de modo decisivo, a trajetória do centro urbano, no tocante aos padrões de ocupação do solo e da posse da propriedade, e definindo, de uma forma precisa, o carácter do arraial de Tejuco como “a pequena África”.

Centrando-se no século XIX, Diana Tavares da Silva, no texto intitulado *A Gazeta das Damas (1822) e o estatuto ambíguo da cidadania feminina na 1ª metade do século XIX*, convida-nos a refletir sobre o conceito de cidadania feminina no alvor do liberalismo. Partindo de uma asserção mais alargada desse conceito, não o restringindo ao quadro da tradição liberal e republicana que o associa ao direito de voto, a autora avança para uma interpretação pouco convencional na investigação histórica e que se materializa em outras formas de intervenção na sociedade vintista. O seu estudo toma, como base de pesquisa, a análise discursiva de um periódico que foi criado com o propósito de “instruir as leitoras nos negócios políticos”, dando-lhes a conhecer os debates parlamentares e as discussões que dominavam a política nacional, já que, no nosso país, por ser considerado espaço masculino, a galeria pública da Câmara dos Deputados era interdita às mulheres. Embora o diretor do periódico, Caetano António de Lemos, tenha procurado criar com a revista um sugestivo marco inclusivo, não obstante circunscrever as mulheres ao papel de meras observadoras, como refere a autora deste estudo, os valores dominantes sobre a condição feminina votaram o periódico ao descrédito e à crítica social, tendo sido extinto. Tratou-se, no entanto, ao tempo, de uma singular e criativa etapa na construção da identidade feminina primo-oitocentista.

O texto redigido por Jacqueline Moraes de Almeida sobre *Limites e possibilidades do feminismo português na primeira década do século XX, a partir da análise de Alma Feminina*, avança em termos cronológicos e problematiza o feminismo da revista fundada, em 1907-1908, por Virgínia Quaresma, a carismática primeira jornalista profissional portuguesa. Procura também recuperar as vozes das autoras que publicaram no periódico, muitas das quais questionaram o binómio público-privado ou refletiram sobre a transgressão feminina. Embora a revista tenha começado por expressar pontos

de vista comuns ao feminismo reformista ou, de uma forma estratégica, tenha dado destaque a personalidades de relevo da “galáxia republicana”, o leque de questões tratadas vai-se alargando, avançando para formas plurais de pensamento utópico feminista ou para as suas interações com o anarquismo, focando a discriminação salarial ou a condição do operariado feminino, entre outros temas, mais ou menos fraturantes, da sociedade do tempo. Trata-se de um estudo que proporciona um leque amplo de referências e que recria um projeto de emancipação feminina que se declina, a várias vozes.

O texto de Isabel Drumond Braga subordinado ao título *O pouco e o muito à mesa na prosa de Irene Lisboa (1892-1858)* põe em diálogo a história com a literatura. Analisa, a partir de obras da mencionada escritora e pedagoga, o universo alimentar do Portugal estado-novista, partilhado entre criados e senhores, do período da 2ª Grande Guerra e dos anos imediatamente anteriores. Tendo vivido grande parte da sua vida no Estado Novo, a escritora conheceu bem a realidade material desse tempo que denuncia com sensibilidade nas suas obras. Neste texto, a autora do artigo recolhe testemunhos e vestígios sobre alimentação e/ou costumes alimentares que a escritora aborda em algumas das suas obras, sobretudo relativos aos criados das casas ou das quintas onde viveu, em ambiente urbano ou rural, para nos revelar os paradigmas e os contrastes sociais, desenhando um quadro realista da época. Em tempos de racionamento, de grande escassez de produtos alimentares, em que a palavra de ordem, ao nível do discurso oficial, era só uma – poupar, reutilizar, evitar o desperdício – a comida dos pobres era parca. Como refere a autora limitava-se a pão de milho, batatas e um bocado de conduto. Excelente conhecedora da problemática alimentar, Isabel Drumond Braga debruça-se sobre as refeições e dietas alimentares de vários grupos populares, das criadas e das mulheres a dias, em meio doméstico ou hospitalar, na cidade ou no campo, nas tabernas ou nas hortas alfacinhas, em idade ativa ou na velhice, detendo-se com maior pormenor no consumo do vinho e no problema do alcoolismo. “A criadagem, apresentada na obra literária de Irene Lisboa, é sinónimo de pobreza”, conclui a autora do artigo, sendo o vocábulo “pouco”, a palavra que melhor define a sua alimentação.

A literatura também é a fonte principal do texto de Manuela Sofia Silva, autora do artigo intitulado *Do homem a praça, da mulher a casa: denúncia e crítica social em Novas Cartas Portuguesas*, livro redigido a seis mãos por Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta. A autora analisa o contributo desta obra emblemática da luta das mulheres pela liberdade e igualdade de direitos, considerada por alguns autores como “o primeiro manifesto feminista português”, na denúncia e na crítica social da condição das mulheres ao tempo em que foi redigida, ou seja, o início dos anos 1970.

Partindo-se do princípio de que a literatura veicula valores, implícitos ou explícitos, a obra das três Marias, como também era conhecida, abre um debate em torno da dominação masculina, do poder e das relações entre público e privado, tendo sido utilizada como um instrumento político e uma forma de combate: “arma de luta” é a expressão utilizada por Manuela Sofia Silva (p. 205). A autora deste texto interroga, por conseguinte, a obra quanto à situação das mulheres portuguesas sob o ponto de vista profissional, da igualdade salarial, do acesso ao emprego e ao direito à carreira, mas também sobre a sua função biológica. Uma obra que constituiu, ao tempo, uma verdadeira pedrada no charco e foi fundamental, como conclui a autora deste artigo, para “romper com a mentalidade conservadora portuguesa” (p. 205).

O texto de Cristina Somolinos Molina sobre *Movilización política, organización sindical y continuidades de la lucha de las camareras de piso. Diálogo entre Camarera de cinco Estrellas (1984) de Teresa Pamiès y narrativas testimoniales de la actualidad*, aborda uma problemática pouco tratada em termos historiográficos: a condição laboral das empregadas de quartos de hotéis, recorrendo, como metodologia de trabalho, ao cruzamento de uma obra literária com registos memorialistas. A partir da situação das trabalhadoras espanholas emigradas no estrangeiro, nos anos sessenta do século XX, tema central da referida obra de Teresa Pamiès, são traçadas as grandes linhas de evolução do mercado de trabalho no setor da hotelaria, muito em particular, a feminização da área da limpeza, realizada sobretudo por trabalhadoras emigrantes, bem como os problemas com que estas se debatiam: salários inferiores, discriminações, assédio sexual... A autora capta as suas vozes, pondo em diálogo trechos literários com registos de testemunhos, e explora a construção da sua cultura política e das formas de mobilização adotadas, em países estrangeiros, contra o regime franquista. Questionando o estereótipo associado à emigração feminina dos anos sessenta, o estudo mostra a capacidade de ação, a luta pelo reconhecimento de direitos das empregadas de limpeza dos hotéis, ao mesmo tempo, como escreve Cristina Molina, “que se constroem como sujeitos que lutam, resistem e afrontam as dificuldades e as violências a que estão sujeitas no dia a dia” (p. 229).

O dossier sobre Culturas de género encerra com o contributo, de carácter teórico, de Adriana Bebian, sobre *Estudios feministas e estudios de género: interdisciplinaridade e reconhecimento*. Nesse texto, a autora debate e reflete, como afirma nas primeiras páginas, sobre os “problemas, soluções e paradoxos” colocados pela interdisciplinaridade, a qual se encontra no âmago dos estudos de mulheres, dos estudos feministas e dos estudos de género. Ao longo do seu estudo revê as várias discussões teóricas que este campo epistemológico tem

suscitado e desconstrói significados que lhe estão associados. Tomando como estudo de caso o texto literário, interroga a sua posição como “lugar de fronteira e de troca”, questão sensível aos historiadores sempre preocupados com as linhas separadoras entre história e ficção e entre verdade e falsidade na construção do saber histórico. Reconsidera também a sua importância nos estudos das humanidades e da literatura em particular e problematiza as dificuldades que se colocam à produção de investigação interdisciplinar. Conclui que esses estudos “tendo por objetivo o reconhecimento pleno, continuam procurando novas formas nas suas práticas quotidianas de investigação” (p. 247), ou seja, encontram-se ainda num processo em curso, sendo o seu quadro de fundo um conjunto de possibilidades em aberto.

O conjunto das contribuições que se inclui neste dossier temático mostra, pois, as múltiplas direções tomadas pela história das mulheres e do género, nos últimos tempos, bem como o impacto do diálogo da história com outras áreas do conhecimento. Complementam o volume cinco estudos que incidem sobre temas da história contemporânea, muito em especial da história política, da história das ideias e da história intelectual, colocando também em ação alianças disciplinares, sobretudo entre história e filosofia.

Este volume da Revista obedece também ao propósito de homenagear a sua diretora, a docente universitária e investigadora Ana Cristina Bartolomeu Araújo, que, ao longo dos últimos anos, tem dedicado um empenhado e indiscutível esforço ao progresso, à internacionalização e ao prestígio da *Revista de História das Ideias*. Num período marcado por contingências difíceis e vicissitudes várias, a revista abriu-se à interdisciplinaridade, a várias línguas, ao acesso aberto, à edição on-line, e foi adaptada aos parâmetros internacionais de revistas científicas, estando, na atualidade, indexada em prestigiadas plataformas digitais internacionais.

Este número da *Revista de História das Ideias* é um bom exemplo de como pesquisar a história de género. Constitui uma leitura aconselhada a todos quantos se interessam pelas questões da história das mulheres e do género, pelas suas explicações históricas, pela história da cultura e, no fundo, pela história global.

IRENE VAQUINHAS

Universidade de Coimbra, CHSC, Faculdade de Letras

irenemcv@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0003-1889-165X>

Esteban Mira Caballos, *El Descubrimiento de Europa. Indígenas y mestizos en el Viejo Mundo*, Barcelona, Crítica, 2023, 478p., ISBN 978-84-9199-534-0.

Esteban Mira Caballos é um dos nomes mais destacados da atualidade referente ao tema da investigação sobre indígenas americanos em território europeu, concretamente ibérico, durante a Idade Moderna. E o livro que agora se pretende sucintamente comentar e analisar é, até agora, o seu maior esforço de divulgação de resultados nesse domínio. Prolífico autor de obras históricas de grande calibre relacionadas com a expansão colonial espanhola, concretamente na América dos séculos XVI e XVII, é também investigador minucioso de arquivos regionais. Descrever o seu perfil profissional, tal como elencar as suas obras, é certamente desnecessário para recalcar a importância do seu trabalho, contudo (e mesmo assim) vale a pena notar quatro características – decisivas, a meu ver, para determinadas escolhas nesta sua redação – sobre a sua trajetória académica. Ser natural de Carmona, ter o doutoramento em História da América da Universidade de Sevilla, ser membro da Academia Dominicana de la Historia e ser hoje (principalmente) professor de ensino secundário (*bachillerato* em Espanha). Já descortinarei os motivos por detrás deste enaltecimento concreto, mas façamos antes uma leitura sumária dos conteúdos deste novo livro.

Os primeiros três capítulos procuram *lato sensu* abordar o contexto histórico do caso de estudo que se procura escrutinar. Se atendermos à natureza documental do material de trabalho dos historiadores destes temas, o direito (e particularmente a legislação) é a coluna vertebral para se apreender o porquê de “Indígenas y mestizos en el Viejo Mundo”. Portanto, são trabalhadas nesta parte inicial, por ordem, as quezílias legais sobre o comércio humano transatlântico – particularmente as reticências na abolição da escravatura indígena ainda na primeira metade do século XVI –, o contraste ideológico referente à dita escravatura posterior ao momento formativo da Monarquia Hispânica pluricontinental – materializada no debate Las Casas/Sepúlveda – e o suplício (nas suas variadas manifestações, incluindo económicas) que representavam as viagens oceânicas nesta época precoce.

Poderíamos chamar aos capítulos quatro e cinco a – realmente – primeira parte do conteúdo do livro, no sentido que é só a partir desse ponto que o autor começa, efetivamente, a cingir-se ao tema que pretendia estudar, adensando o texto com informação mais recente. Embora sejam estas secções iniciais as que se debruçam sobre a escravatura é perceptível para qualquer leitor que são estes indígenas, praticamente sempre sem dados biográficos, com meras referências lacónicas aos seus nomes (Mira Caballos refere inclusive

“historicamente silenciados” (p. 72)), os que constituem o grande volume de americanos no Velho Mundo. E, como tal, essa modalidade de indígenas permeará daí em diante todas as páginas do livro. Saltam à vista as estratégias dos comerciantes de escravos no limite da legalidade (ou, muitas vezes, fora dele) que, consequentemente, ocultavam perentoriamente os lugares de proveniência desses indígenas (e.g. p. 75). O autor igualmente chama a atenção a determinados aspetos económicos exclusivos dos escravos indígenas da América ou, pelo menos, diferentes comparativamente aos de África. A título de exemplo, de que os primeiros, embora muito mais baratos que os segundos, permitiam uma taxa de lucro bastante superior dada a diferença de preço entre a aquisição em terras americanas e a venda na Europa (e.g. p. 101-102).

O contributo mais valioso do livro encontra-se entre o capítulo sexto e o nono. Aqui abundam os exemplos e as histórias particulares. Sem se perder a noção de que eram os escravos a modalidade predominante, também se toma consciência da multiplicidade de formas com que um indígena americano dos séculos XVI-XVIII poderia chegar à Europa. Retomam-se proficuamente temas que nos últimos anos têm caracterizado os estudos americanistas: as consequências da mestiçagem, o indígena no imaginário europeu, os tentáculos oficiais do poder colonial estruturante vs. a realidade pluriétnica e multifacetada de um tecido social permeável a fissuras legais, os efeitos subjacentes à conquista acordada entre indígenas e europeus, o protagonismo de famílias indígenas influentes num mundo já integrado entre dois continentes.

Para coroar esta exuberância de casos, Mira Caballos oferece curtas sínteses biográficas daquelas personalidades historiograficamente mais proeminentes de indígenas ou mestiços na Europa. Anteriormente já tinha perscrutado a vida de Don Pedro Moctezuma e seu filho (p. 161-163), porém neste nono capítulo fala-se de Diego Colón (da ilha de Guanahani, integrante do primeiro grupo de indígenas americanos a pisar solo europeu, fundamental para Cristóvão Colombo a partir da sua segunda grande viagem), Francisco Tenamaztle (um dos líderes mais destacados das rebeliões “del Mixtón” que porventura terá tido contacto próximo com Las Casas), Martín Cortés (o célebre filho de Hernán Cortés e de Malinche), Francisca Pizarro Yupanqui (também insigne filha de Francisco Pizarro e daquela inca batizada como Inés Haylas Yupanqui – à vez filha de Huayna Capac) e *El Inca* Garcilaso (nome afamado da literatura mundial pelos seus “Comentarios reales de los incas”, obra com uma relação específica com Lisboa: relação essa que, entre outras glórias, também lhe valeu posteriormente um busto no atual Campo Mártires da Pátria na capital lusitana). É através desta última secção que, de facto, o leitor menos entranhado nos estudos de história colonial da Idade Moderna, mais se pode surpreender pela

amplitude planetária de circulação de seres humanos de culturas tão díspares. Basta pensar no verosímil encontro entre Martín Cortés e *El Inca* no contexto bélico das Alpujarras granadinas.

O capítulo décimo centra-se na herança cultural bidirecional ocorrida entre a América e a Europa, sendo que presta uma particular atenção a um tema relativamente familiar ao autor, tema esse que não costuma ser dos mais discutidos em relação com a troca transatlântica de produtos: as plantas medicinais (p. 226-227). Recuperando trabalho de Santiago Sebastián (p. 231), Mira Caballos procura igualmente nesta secção completar e confirmar que a imagem do indígena americano obtida iconograficamente no Velho Mundo obedecia a cânones que em nada se compatibilizavam com a presença significativa de indígenas nas cidades europeias.

Depois das conclusões, a obra encerra-se com uma adenda historiográfica onde o autor esclarece sobre o gérmen do seu texto tal como o meio académico que o circunda. Ainda faz constar um glossário muito sucinto, oitenta e cinco páginas de apêndices (dedicadas a tabelas e a transcrições de documentos cuja grande maioria se encontra no *Archivo General de Indias* de Sevilha: vale a pena enaltecer as informações extremamente ricas, do ponto de vista de tratamento social de indígenas nos primeiros anos em vários pontos da América espanhola, concedidas por Gregorio López em 1543 (Apêndice XX: p. 354-372)) e um índice onomástico que, numa obra tão recheada de casos particulares (e, portanto, obra que também pode ser útil para muitos através de consultas pontuais), é fundamental.

A leitura, globalmente, é muito acessível e o conteúdo é rico, pertinente e necessário. Oferece miríade de exemplos (alguns praticamente desconhecidos), utilíssimos e eficazes, para compor uma tese facilmente apreensível por qualquer público interessado em temas históricos e, ao mesmo tempo, ajudar no desenvolvimento do trabalho de especialistas. O debate que já tem suscitado nalgumas instituições e em *fora* alternativos (nomeadamente canais de *streaming* na Internet) é, de facto, expressivo daquela apreensão. E o livro é necessário, por um lado, porque chega – devido às características da editora – a um número muito importante de leitores que ainda conserva determinadas visões extremamente parciais da colonização europeia (fomentada por discursos populistas ou nacionalistas da “Leyenda Negra” ou, inversamente, da “Leyenda Rosa”) e, por outro, porque abre definitivamente à academia, pelo menos *castellanohablante*, um novo universo hermenêutico, de estudos de transversalidades, circulações e mentalidades. Com isto não quero sugerir que a obra seja pioneira no tema – porque não o é, como o próprio autor atesta. Desde os anos 90 que indígenas em solo europeu foram claramente identificados

e estudados por outros autores¹, sendo que também houve uma reanimação mais recente nesse sentido². Contudo, creio que não é excessivo afirmar que a envergadura desta obra permite colocar definitivamente um ponto final na novidade e surpresa deste nicho dos estudos coloniais na academia. Assim, e através da ampliação e solidificação da sua própria obra de 2000, Esteban Mira Caballos passou a sedimentar as bases para novas investigações que já contemplarão aquela realidade de indígenas em solo europeu, não como algo episódico ou marginal, mas como um processo histórico relevante que se terá sempre em conta.

No entanto, e apesar de secundárias se pensarmos no alcance pretendido, nem todas as características deste livro são exclusivamente positivas. Detenho-me aqui apenas nalgumas particularidades que – embora em nada desvalorizem o esforço hercúleo do autor em trabalho de arquivo, síntese e organização de dados – podem não contribuir para uma análise suficientemente crítica dos processos históricos por parte do leitor.

Comecemos por aspetos formais. Algo que já se suspeitaria com o título do livro (aliás, bastante sinedóquico), mas que se vai confirmando ao longo das páginas é que este tema é demasiado vasto para se poder condensar num só volume. Para se poder dar um contexto histórico apropriado aos diversos atores em jogo, de uma amplitude geográfica ciclópica e de uma cronologia nada modesta, Mira Caballos precisou fazer seleções, tentando separar subtemas em capítulos. Simultaneamente, contudo, é perceptível como essas separações são nitidamente forçadas e a maioria dos temas acaba por ser transversal às divisões. Se, por um lado, é algo natural, por outro também se tornou uma fragilidade e é patente como se recorreu à *παρέκβασις* frequentemente. Este estilo de escrita não complica a leitura, mas sim a consulta. Aquilo que se ganhou em leveza e fluidez, perdeu-se em capacidade de sistematização e acaba por funcionar menos como ferramenta de trabalho para investigadores daquilo que teria potencial

¹ Explicitamente Carlos Álvarez Nogal, “El Conde de Moctezuma en el reino de Granada” in *El Reino de Granada y el Nuevo Mundo V Congreso Internacional de Historia de América. Mayo de 1992*, t. II, Granada, 1994, p. 105-116; José Luis de Rojas, “De México a Granada: descendientes de Moctezuma en España” in *El Reino de Granada y el Nuevo Mundo V Congreso Internacional de Historia de América. Mayo de 1992*, t. II, Granada, 1994, p. 117-134; e José Luis de Rojas, “Boletos sencillos y pasajes redondos. Indígenas y mestizos que visitaron España”, *Revista de Indias*, LXIX, 246 (2009), p. 185-206.

² Principalmente com Ana Díaz Serrano “La República de Tlaxcala ante el rey de España durante el siglo XVI”, *Historia mexicana*, 61, 3 (2012), p. 1049-1107; Éric Teladoire, *D’Amérique en Europe. Quand des Indiens découvraient l’Ancien Monde (1493-1892)*, Paris, CNRS Édition, 2014; e Caroline Dodds, *On savages Shores. How Indigenous Americans Discovered Europe*, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2022.

para ser. Julgo também que poderia ter havido mais apurmo com a redação, pois parece existir em determinadas secções uma certa pressa na revisão do texto, acompanhada de um número de gralhas mais comum que o habitual (*e.g.* a nota 134 (p. 433) é uma repetição do texto da página 164; na página 178 (notas 240 e 241) citam-se obras diferentes para uma repetição de ideias e palavras, etc.).

Em segundo lugar, Mira Caballos ainda insiste em certas apreciações referentes ao mundo indígena baseadas em historiografia já datada. Há muito pouco tempo Natalia Moragas Segura³ manifestou-se laconicamente sobre este ponto, precisamente. Porque, principalmente para etnohistoriadores, antropólogos ou arqueólogos americanistas, é evidente que os “estados” culturais de Elman Service nas últimas décadas têm-se tornado categorias teóricas sem sustentação. Derivadas de uma visão evolucionista de Lewis Morgan, essas divisões hoje não encontram aprovação entre os especialistas, justamente porque os novos dados e estudos revelam como as sociedades são poliédricas, heterogéneas, mutáveis e altamente permeáveis, caracterizações que não se coadunam com a visão esquemática (*e.* aliás, *etic*) de Service. Mira Caballos, para além de deslizar várias vezes para digressões reducionistas da realidade americana pré-europeia (*e.g.* p. 147, 240), utiliza facilmente os qualificativos de culturas “primitivas” ou “avançadas” à Service (*e.g.* p. 68-69, 241). Para aqueles que estão a par da historiografia mesoamericana também choca o facto de que o autor tenha recuperado uma obra com mais de oito décadas para fornecer descrições da sociedade mexicana (o – já há décadas obsoleto na grande maioria dos temas – popular clássico de Vaillant, p. 115, nota 35).

Em terceiro lugar – e não tanto considerando um aspeto menos positivo mas sim como algo de que senti falta na obra e que muito a enriqueceria –, seria útil um aparato crítico mais consistente a propósito principalmente da terminologia utilizada, mas também da historiografia da mesma. Por vezes a generalização de um tema que pode ser sensível – como aquele trabalhado no livro – pode induzir a leituras contraditórias. Falamos essencialmente de “índios” e “indígenas” (*e.* por derivação “negros”, “mulatos” ou “zambos”), mas também termos já banalizados, como “elites” que, quando analisados nestes contextos coloniais, pouco têm de transparente. Para além dos dois pontos comentados *supra* que provavelmente estiveram imiscuídos nas razões desta simplificação terminológica, arrisco que possa ter havido um outro fenómeno duplo: uma transposição parcialmente literal do discurso das fontes antigas

³ Natalia Moragas Segura, recensão a “El descubrimiento de Europa. Indígenas y mestizos en el Viejo Mundo” [de Esteban Mira Caballos, Crítica, Barcelona, 2023, 478 págs], *Boletín Americanista*, LXXIII, 2, 87 (2023), p. 242-244.

para o texto final e, ao mesmo tempo, uma tentativa de evitar sobrecarregar o leitor com conteúdos excessivamente especializados. Aqui entra em cena uma das características do autor que destacava no início: ser professor de ensino secundário. Toda a redação apresenta um discurso claro e didático. Agiliza a leitura e camufla o tema complexo que é. Aparenta ser em muitas passagens uma oralidade transcrita, o que em muitos aspetos é ótimo. Infelizmente para mim, nessa oralidade perdem-se certos matizes e roçam-se as ambiguidades como, a título de exemplo, “La inmensa mayoría de los indígenas que habían llegado como esclavos permanecieron voluntariamente en la Península. (...) incluso algunos habían nacido ya aquí.” (p. 221). Falta perguntar: esses últimos ainda eram então “indígenas”? Deter-se um pouco mais nas questões geográficas face às sociais teria sido relevante, pois são estas discussões que permitem ter uma imagem mais clara do “mestiço” e de como essa entidade se vai diluindo tão facilmente em poucas gerações.

Finalmente, e não desvinculado dos pontos anteriores, senti uma outra carência que, no entanto, certamente ultrapassaria as capacidades – pelo menos, neste momento – de um qualquer investigador de arquivos. Honra seja feita a Mira Caballos pelo audaz e corpulento trabalho! Porém, algo que não se pode passar meramente por alto, é que a abundância de documentos de Sevilha e, em menor grau, terras andaluzas ou estremenas como Carmona ou Zafra, está desequilibrada em relação à documentação de outros lugares e, portanto, determina o rumo das conclusões. Para além disso, a um nível ainda mais difícil de evitar por parte do autor, em terras americanas surgiram essencialmente três focos que ofuscaram todo o restante território americano: os centros políticos da Nova Espanha e do Perú, tal como Santo Domingo nas Antilhas. Voltamos, de novo, ao princípio: aquelas três características restantes da trajetória académica do autor vinculam-se naturalmente com estes caminhos historiográficos. Seria mais que injusto denegrir a imagem da obra por estes fatores e esse também não é claramente o meu objetivo. O que é relevante é utilizar estas faltas como incitação para que novas investigações contemplem outras realidades documentais. É, de facto, também por isso que escrevo estas linhas em português e para um público lusófono. Ao longo da obra surgem várias vezes alusões a Portugal, principalmente em relação ao porto de Lisboa. Apesar das proibições castelhanas de escravatura indígena, surgiu, efetivamente, um fecundo comércio paralelo com o porto luso (p. 34 e seguintes) e acabamos por conhecer casos de indígenas forçados a declarar a sua falsa origem portuguesa (p. 82). Da mesma forma, exemplos de manifestações de poder com indígenas vindos dos domínios de D. João III – como o dos duques de Medina-Sidonia (p. 139) – deveriam encorajar novos trabalhos que estimem a voz de documentos de

arquivos de terras portuguesas. São portas abertas para um universo de acervos praticamente inexplorados neste âmbito.

Em suma, “El Descubrimiento de Europa” é uma obra importante que trilha um novo caminho na historiografia dos estudos coloniais da Idade Moderna e que, sobretudo, exorta por mais. Esperemos que o Doutor Esteban Mira Caballos não termine por aqui a sua incessante busca de indígenas americanos em território peninsular e que doravante, num diálogo comparado, seja possível integrar cada vez mais análises de investigadores tendencialmente mais afastados destes temas dos estudos americanistas: como aqueles que se debruçam sobre repositórios lusos – claro está – mas igualmente outros.

MAURO ALVES

Universidad Complutense de Madrid

maurojof@ucm.es

<https://orcid.org/0009-0007-1731-550X>

Manuela Parreira da Silva, *A Grande Guerra do Modernismo Português*, Lisboa, Documenta, 2023, 344 p., ISBN 978-989-568-024-5.

Acontecimento fundacional do “curto século XX”¹, a Primeira Guerra Mundial, ao tempo crismada de Grande Guerra, surgiu num momento de renovação literária e artística, tendo desencadeado ela própria novas visões e entendimentos. De resto, como se sabe, uma das frases mais citadas do influente *Manifesto Futurista*, publicado por Tommaso Marinetti (1876-1944), alguns anos antes, definia a guerra como “única higiene do mundo”. Do mesmo modo que também não passou despercebida, quando da sua polémica estreia em Paris, em 1913, a força “primeva” da violência sacrificial evocada pel’*A Sagração da Primavera*, de Igor Stravinsky (1882-1971), numa afirmação modernista que rompia os cânones do bailado finissecular, não obstante o tema ancestral. O próprio cubismo, em gestação desde os primeiros anos do século, teria em *Guernica*, a propósito de uma outra guerra que antecipou nova conflagração, um dos seus mo(nu)mentos mais decisivos. Daí que importe voltar a equacionar artistas e escritores, mais e menos conhecidos, assim como obras e realizações, mais e menos presentes no imaginário coletivo, e o modo como os conflitos (des)articulam vivências e expetativas, individualidades e grupos, numa complexa teia de solidariedades que mimetiza, ou nem tanto, o restante tecido social.

Estudiosa de Fernando Pessoa (1888-1935) e do modernismo literário português, docente e tradutora, Manuela Parreira da Silva propõe dar essa resposta, através de uma abordagem original que surgiu perante a “constatação de uma lacuna”. Nas palavras da autora, “pese embora a extensíssima bibliografia sobre a Grande Guerra [...] poucas são as páginas dedicadas à análise das suas incidências no plano literário e artístico em geral” (p. 7). Na verdade, ainda que se possa concordar com a escassez de estudos de maior fôlego, existe já um corpo razoável de trabalhos passando em revista o potencial literário das memórias², a

¹ Eric Hobsbawm, *The Age of Extremes. The Short Twentieth Century (1914-1991)*, London, Abacus, 1994.

² Ernesto Castro Leal, “Narrativas e Imaginários da 1.ª Grande Guerra: o ‘Soldado-Saudade’ Português nos ‘Nevoeiros da Morte’”, *Revista de História das Ideias*, 21 (2000), p. 441-460; António Ventura, *A Grande Guerra por Quem a Viveu. 36 Testemunhos Portugueses*, Lisboa, Temas e Debates, 2018; Sérgio Neto, “Portugal and the memory of the First World War in Africa” in Anne Samson; D. Gilfoyle e Ana Paula Pires (ed.), *There came a time 2: Essays on the Great War in Africa*, Rickmansworth, TSL Publications, p. 171-187.

questão dos escritores e dos intelectuais³, o teatro⁴, os contos e a poesia⁵, além dos usuais excursos em torno dos movimentos da *Renascença Portuguesa* e de *Orpheu*. Conforme se perceberá, um dos ângulos traçado por Parreira da Silva assenta justamente nas circulações entre estes dois movimentos e nas sombras e reflexos que projetaram noutras publicações, caso da *Ilustração Portuguesa*.

Por outro lado, cumpre acrescentar que o livro aqui revisitado, mais do que integrar capítulos sequenciais, se revela antes como uma quase antologia de ensaios versando diversos vultos ou iluminando, a partir dos mesmos, as diferentes artes que compuseram o mosaico maior do modernismo luso durante e logo após a contenda mundial. Ainda assim, a coerência interna e a lógica discursiva conferem um sólido sentido de unidade, mesmo se algumas temáticas, como a música, apenas sejam alvo de uma leitura um tanto lateral, fruto, também, da reduzida presença (modernista) no contexto do país. De igual modo, devem ser sublinhadas as relações estabelecidas com o panorama europeu, quer através da estadia de escritores/artistas portugueses em capitais europeias (Paris, sobretudo), quer através da influência que escritos e obras aqui granjearam.

Dez capítulos, ou ensaios, compõem *A Grande Guerra do Modernismo Português*. O primeiro, intitulado “As faces da guerra” (p. 9-49), faz as vezes de uma longa introdução, notando-se aqui, também, mais do que em qualquer outra parte do volume, o sopro ensaístico. Partindo do “prisma da decadência” e da “mudança radical de paradigma”, a autora afirma que “a Primeira Guerra Mundial desempenha um papel decisivo na eclosão e posterior progresso do chamado Modernismo” (p. 9). Entretecendo uma teia de autores que teorizaram, antes e depois, acerca da natureza da guerra, como Marinetti e Ernst Junger (1895-1998); Fernando Pessoa, heterónimos e Almada Negreiros (1893-1970); que nortearam o futurismo na Rússia, como Vladimir Maiakovsky (1893-1930); que pregaram, dadaisticamente, a paz a partir do Café Voltaire, em Genebra, como Tristan Tzara (1896-1963), ou nos raros escritos utópicos portugueses de Aquilino Ribeiro (1885-1963) – Parreira da Silva admite que a Grande Guerra

³ Luís Augusto Costa Dias, *Os Intelectuais Portugueses e a Guerra (1914-1918)*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2016.

⁴ Cláudia Figueiredo, “The Stage of Mars.”, *E-Journal of Portuguese History*, 11, 2 (2013) p. 74-92; Joana Miguel Moreira, *O Teatro no Porto no Período Entre-Guerras. Os Teatros Carlos Alberto e S. João (1914-1945)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2017; e Sérgio Neto, “Faith, Redemption and Saudade. Civil Religion and the sacred in Portuguese Theatre on the First World War”, *First World War Studies*, 12, 2 (2021), p. 111-129.

⁵ Maria Idalina Resina Rodrigues, “A Guerra – Revista na Sombra da Grande Guerra”, *Via Spiritus – Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, 23 (2016), p. 97-115; Luís Augusto Costa Dias, “Personagens Inventadas. Jornalismo e Ficção na I Grande Guerra Mediática (1914-1918)”, *Mediapolis*, 6 (2018), p. 41-59.

também funcionou como uma metáfora das lutas, “controvérsias e contradições” que marcaram os atores do meio literário-artístico. Veja-se a este propósito, mais do que todos, o percurso de António Ferro (1895-1956).

Por seu lado, o segundo capítulo, “Fogo cruzado” (p. 51-78), versa e desenvolve as dúvidas e os paradoxos do período que mediou a entrada oficial do país no conflito, com a declaração de guerra germânica, em março de 1916. Com efeito, os trinta e um meses de neutralidade lusa, pontuados por escaramuças em Angola, contra os alemães e contra os povos recentemente submetidos pelas chamadas “campanhas de pacificação”, e por intensos combates políticos entre intervencionistas e não-intervencionistas, geraram diversos debates na imprensa, dos quais avulta, no campo literário-artístico, o *Manifesto Anti-Dantas* e o lançamento de *Orpheu*. Ademais, à germanofilia de alguns intelectuais, como a subscrita por Pessoa, em torno do carácter “encoberto” da lenda de Frederico Barba Ruiva (p. 67), ou a suposta feição aristocrática da Alemanha do Kaiser *versus* o “plebeísmo” dos aliados, no dizer de Raul Leal (1886-1964) (p. 73-74), opunham-se ao argumento da fraternidade latina das elites francófonas e alinhadas com os democráticos de Afonso Costa (1871-1937), das quais João de Barros (1881-1960) é um bom exemplo (p. 51-56).

Todas estas elucubrações, e outras, encontram desenvolvimento nos capítulos seguintes. Em “O olhar d’Águia” (p. 79-106) a tónica é posta no número especial da revista dirigida por Teixeira de Pascoaes (1877-1952), vindo a lume na primavera de 1916, no qual muitos intelectuais saudavam a guerra e buscavam mobilizar os espíritos dos seus leitores neste sentido. Augusto Casimiro (1889-1967) e Jaime Cortesão (1884-1960), que rumariam às trincheiras da Flandres, depois escrevendo algumas das memórias mais importantes da participação portuguesa, assinavam aqui poemas que convocavam a terreiro o passado tardo-medieval de Aljubarrota e a “ditosa pátria d’argonautas” (p. 82-83). Tenha-se presente que, em 1921, seriam poemas destes dois autores – e de Júlio Dantas (1876-1962) – a integrar um tríptico sobre o Soldado Desconhecido, girando de novo os *leitmotiven* em torno de um passado e de um presente heroicizados, agora de mãos dadas no Mosteiro da Batalha⁶. Como quer que seja, este capítulo inclui, ainda, as visões de outros escritores, mais ou menos próximos do saudosismo de Pascoaes, como Leonardo Coimbra (1883-1936), Raul Proença (1884-1941) e António Sérgio (1883-1969), que dirimiram pontos de vista acerca da latinidade (portuguesa), da “guerra justa” e do binómio germanofilia/“aliadofilia” (p. 90-100).

⁶ Júlio Dantas; Jaime Cortesão e Augusto Casimiro, *Homenagem aos Soldados Desconhecidos*, Lisboa, Direcção dos Serviços Gráficos do Exército, 1921.

O capítulo “Fernando Pessoa no Templo de Jano” (p. 107-143), como o próprio nome indica, é gizado a partir da prática romana de deixar abertas as portas do edifício do deus bicéfalo em tempo de guerra, partindo de um artigo homónimo do autor de *Mensagem*. Repartindo com António Mora e Álvaro de Campos o essencial das suas impressões sobre o conflito, Pessoa é aqui analisado a partir de poemas mais conhecidos, como “Menino de Sua Mãe”, “Ode Marcial” ou “À Memória do Presidente-Rei Sidónio Pais”, ou menos, caso de “Salute to Sun’s Entry into Aries”, numa clara concessão ao esoterismo. Outras “máscaras” de Pessoa, como as alusões ao que parece tratar-se de uma prefiguração do Quinto Império, ou o registo literal de enunciar políticos e políticas, casos de Afonso Costa, Leote do Rego (1867-1923) e Norton de Matos (1867-1955), encontram-se, de igual modo, entre as suas contribuições deste período (p. 119-120). Em todo o caso, foi na ensaística que, segundo Parreira da Silva, Pessoa/Mora mais deram uso à pena, tendendo a mostrar-se favoráveis às razões alemãs (p. 133-139).

Se Mário de Sá Carneiro (1890-1916), objeto central do quinto capítulo (p. 143-161), que, à semelhança de outros vultos de *Orpheu*, não conheceu a experiência das trincheiras em primeira mão, é aqui chamado à colação, a partir das suas cartas, nas quais contrabalança a admiração pela Alemanha e pela França, já Alfredo Guisado (1891-1975) e António Ferro, protagonistas do capítulo seguinte, são interpretados à luz da sua atividade contemporânea e futura (p. 163-200). Sobretudo Ferro, editor de *Orpheu*, conhecido pela sua “viagem à volta das ditaduras”, nos Anos de 1920 e, depois, como propagandista maior do regime de Salazar.

Em “Almada Negreiros: o Nome-Guerra” (p. 201-236), um dos capítulos mais interessantes, cumpre sublinhar a discussão entre os futuristas italianos e os futuristas russos, quer dizer, entre Marinetti e Maiakovski, não enjeitando Almada seguir o primeiro, na sua “exortação à guerra. À bombástica asserção de Marinetti de que a guerra é a ‘única higiene do mundo’, responde Almada, no seu *Ultimatum*: ‘a guerra é a grande experiência’” (p. 203). E, no entanto, como se disse de outras figuras, o “poeta d’*Orpheu* e tudo” não chegou a participar diretamente no conflito. Dir-se-ia que muita desta exaltação, mais do que mero anseio patriótico (e platónico), residiria antes na ideia da luta literária e artística que o modernismo vinha travando. Aliás, Parreira da Silva destaca o aparente paradoxo de Almada Negreiros, no poema *A Cena do Ódio*, argumentar que “há tanta coisa para fazer, meu Deus! / e esta gente distraída em guerras!” (p. 210). Por último, o capítulo põe, ainda, em diálogo alguns escritos de Almada com autores relacionados com a Primeira Guerra Mundial, como Guillaume Apollinaire (1880-1918) ou T. S. Elliot (1888-1965) (p. 213).

Por sua vez, “Desaparecidos sem Combate (Amadeo, Santa Rita *et Alli*)” (p. 237-276) desloca o centro de gravidade da poesia/pintura para a pintura/música. Trata-se de um texto moldado ao jeito do argumento do “what if”, ou, nas palavras quase axiomáticas do próprio Pessoa: “morre jovem o que os Deuses amam”. Na verdade, todos estes artistas desapareceram precocemente: Amadeo de Souza-Cardoso (1887-1918), Santa Rita Pintor (1889-1918), David de Sousa (1880-1918) e António Fragoso (1897-1918). Enquanto Amadeo produziu um considerável conjunto de obras, sendo de reter, neste contexto, a sua estadia em Paris e o convívio com o mencionado Apollinaire e Blaise Cendrars (1887-1961) (p. 241-242), assim como um quadro com referências à guerra submarina (p. 250), Santa Rita e Fragoso apenas lograram esboçar algumas obras, quase todos morrendo vitimados pela gripe pneumónica (Santa Rita em resultado de tuberculose). Todavia, sendo escassa a obra de Sousa e Fragoso, a autora socorre-se de Rui Vieira Nery, a fim de enfatizar o impacto dos *Ballets Russes* na geração modernista, com destaque para Ferro e o futuro *Verde Gaio*, mas também a produção mais vanguardista de Luís de Freitas Branco (1890-1955). De facto, os poemas sinfónicos deste último, *Paraísos Artificiais* (1910) e *Vathek* (1913), refletem tanto o impressionismo musical quanto outros vetores modernistas (p. 268-269). Recorde-se que Freitas Branco militava à época nos meios do Integralismo Lusitano, vislumbrando-se similar posicionamento monárquico, mais e menos tradicionalista, noutros vultos do modernismo português.

O penúltimo capítulo, de seu nome “Violante e Judith” (p. 277-302), foca-se nas mulheres que participaram no primeiro modernismo português, mesmo que Violante de Cysneiros não passasse de um pseudónimo de Armando Côrtes-Rodrigues (1891-1971), ao passo que, conforme Parreira da Silva confessa: “não dispondo de quaisquer documentos nos quais Judith Teixeira [1880-1959] se refira explicitamente à Primeira Guerra Mundial, podemos apenas conjecturar que não teria pertencido ao grupo dos pacifistas” (p. 298). Ou seja, como já havia sucedido com o capítulo versando os músicos, a análise faz-se trilhando o campo da omissão, quer dizer, da falta de elementos concretos, podendo-se concluir que a grande guerra travada por Judith Teixeira passou, afinal, pelo reconhecimento da sua identidade literária e sexual (p. 300).

Não chegando a dispor de conclusão, o que reforça uma vez mais a mencionada natureza ensaística do volume, este conclui com um texto acerca de “José Pacheco [1885-1934], o ‘Contemporâneo’” (p. 303-326). Algumas linhas de pendor biográfico destacam a sua passagem por Paris e a ligação aos vultos da revista *Orpheu*. No entanto, também aqui as referências à contenda mundial passam mais pelos enfrentamentos literários e artísticos da época, pois,

tirando um texto de 1915, “não se conhece qualquer testemunho escrito ou oral de José Pacheco a propósito da Grande Guerra” (p. 319). Na realidade, este teria “encarna[do], por assim dizer, a clivagem do sujeito modernista”, pois que “ele é também *dois*: o José Pacheco, ávido da mudança no plano artístico e da educação do gosto dos portugueses [...] e o José Pacheco, pactuando politicamente com o anti-democratismo nacionalista”. Ainda segundo a autora, “nada que não seja comum a outros modernistas” (p. 310). Daí decorre que José Pacheco tenha desenhado a capa do número inicial de *Orpheu*, ao mesmo tempo que, a partir de 1916, se tornava diretor artístico de *Ideia Nacional*, revista dirigida por Homem Cristo Filho (1892-1928), mais tarde grande entusiasta de Benito Mussolini (1883-1945) e do seu regime.

Numa palavra, todas estas aparentes contradições – entre Monarquia e República, Democracia e Autoritarismo, latinidade e germanofilia, militarismo e pacifismo, assim como entre tradição e modernidade – encontram neste livro uma problematização aturada e pertinente que vale a pena (re)ler. No fundo, indo ao encontro da expressão muitas vezes associada a António Ferro: “fumar paradoxos”.

SÉRGIO NETO

Universidade do Porto; CITCEM⁷, Faculdade de Letras

sgdneto@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9737-0029>

⁷ <https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>.

José Mouraz Lopes, *No Rescaldo da Guerra. Alemães nas Caldas da Felgueira (1945-1948)*, Edições 70, 2024, 176 p., ISBN 9789724428642.

José António Mouraz Lopes é juiz-conselheiro no Tribunal de Contas e Doutor em Direito (Direito, Justiça e Cidadania) pela Universidade de Coimbra. É também investigador colaborador do Centro de Estudos Sociais dessa Universidade. Exerceu funções de docência no Centro de Estudos Judiciários e conta com dezenas de publicações na área do direito. Este livro trata-se da primeira publicação do autor na área da História, nomeadamente, na História Contemporânea, e aborda a presença, entre os anos de 1944 e 1948, em várias regiões de Portugal, nomeadamente na localidade termal de Caldas da Felgueira, na Beira Alta, de cidadãos alemães (não refugiados) com ligações, pessoais e profissionais, ao regime nazi. Ainda que tenham vindo até território nacional à guarda de um acordo de repatriamento (seriam trocados, em território neutro, por cidadãos argentinos que se encontravam na Alemanha), o Allied Control Committee (ACC), responsável pelo processo de desnazificação da Europa, face às dificuldades resultantes do conflito, que foram impedindo o processo, pressionou constantemente Salazar no sentido de acelerar a troca dos 284 diplomatas, funcionários da Legação e dos consulados alemães e suas famílias (mulheres, crianças e as suas amas – “niñeras”) procedentes da Argentina, aquando do corte de relações deste país com a Alemanha.

O livro, embora fundamentado numa metodologia quantitativa e de exposição cronológica dos factos, sendo por isso mais narrativo e menos crítico historiograficamente, tem relevância pois trata-se da primeira obra publicada sobre esta temática. O autor utilizou e cruzou, fundamentalmente, fontes impressas (periódicos e relatórios de arquivo) e espólios documentais de arquivos nacionais (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças), distritais (Arquivo Distrital de Viseu) e municipais (Arquivo Municipal de Nelas), além de ter recorrido à História oral e a documentos fotográficos. Com isso, pretendeu analisar o percurso interno desse grupo de alemães, a sua distribuição em localidades termais, a sociabilidade, o controlo da polícia política, bem como, as razões que levaram Portugal a subsidiar a sua estada ao longo destes anos, atitude radicalmente diferente da adotada para com os refugiados, judeus e não-judeus, poucos anos antes.

O livro encontra-se dividido e organizado em 8 capítulos, além do prefácio, da autoria de António Araújo, da introdução, fontes, bibliografia, 4 anexos documentais e agradecimentos. O grupo – “envolvidos no processo de troca

entre as autoridades argentinas, britânicas e norte-americanas, por um lado, e os países do Eixo por outro” (p. 19) – chegou a Portugal em agosto de 1944, munido com um visto coletivo e, em dois navios, sendo dividido entre Lisboa e a Curia, esperando pela concretização da troca.

O Capítulo 1 (“O Grupo da Argentina”) trata da operação logística que envolveu a acomodação, em território português, do grupo de cidadãos alemães, composto por 159 funcionários diplomáticos e as suas famílias, provenientes da Argentina. A Legação alemã, em Lisboa, requisitou veículos à Cooperativa Lisbonense de Chauffers, para o transporte e distribuição daqueles “súbditos pelos vários hotéis e pensões da capital” (p. 23). Todavia, a finalização do processo de troca não foi tão rápida quanto se previa, sendo adiada constantemente, devido fundamentalmente aos avanços e à evolução de posicionamento dos exércitos Aliados que dificultaram as deslocações entre a Alemanha e a Península Ibérica, o que determinou que essas pessoas, instaladas em Lisboa e no Estoril, passassem para regime de “residência fixa” na Curia, uma localidade termal da região Centro que, até há bem pouco tempo, tinha recebido um número considerável de refugiados em fuga de Hitler e do conflito (Capítulo 2).

O vapor *Río Jáchal* regressaria à Argentina, na data combinada

não com os diplomatas e cidadãos argentinos integrantes da lista de troca, que viriam da Alemanha através de portos da Suécia, mas com outros cidadãos argentinos provenientes de França e de outros países ocupados, que se encontravam refugiados em Vigo e Madrid e que eram já esperados pelas autoridades em Lisboa (p. 28).

No verão de 1944, além dos habituais aquistas, encontravam-se ainda na Curia alguns refugiados, contudo não tiveram contacto direto com este grupo de cidadãos, a maioria manifestamente ligada ao regime nazi. À PVDE (designada por PIDE, a partir de 1945) competia a vigilância e o controlo rigoroso dos alemães, acompanhando e fiscalizando o seu quotidiano e as suas eventuais deslocações, o que não evitou, ainda assim, que dois cidadãos tivessem conseguido escapar. O atraso no processo de troca implicou o prolongamento da permanência do grupo na Curia, que se pressupunha provisória, até ao primeiro trimestre de 1945.

Nos Capítulos 3 e 4, o autor aborda a crescente preocupação dos Aliados, nomeadamente de diplomatas norte-americanos e britânicos, “perante a passividade do governo português em relação aos cidadãos alemães que se encontravam no país, nomeadamente no sentido de um maior controlo por parte das autoridades portuguesas” relativamente às suas atividades no país (p. 45),

para além da sua estada em Caldas da Felgueira (p. 63-107). Os alemães que, entretanto, ainda permaneciam no país nos primeiros meses de 1945, e face à situação grave e caótica que se vivia na Alemanha, pediram para permanecer em Portugal e para não serem repatriados para território alemão, alegando razões humanitárias. A tolerância do governo português para com estes 163 cidadãos alemães, incluindo mulheres, crianças e doentes, autorizados a permanecer no país, apesar de estarem envolvidos no processo de troca, explica-se fundamentalmente pelas simpatias que Salazar tinha em relação à Alemanha. Os restantes elementos daquele grupo inicial viajaram, nove meses depois, para a Alemanha, a 3 de maio de 1945, a bordo do navio *Drottningholm*. Como indica o autor, “a separação do grupo inicial, chegado a Portugal em agosto de 1944, deixou na Curia um grupo de mulheres e crianças, constituído essencialmente pelas esposas e filhos dos diplomatas e funcionários alemães” (p. 53). Oliveira Salazar escreveu, inclusive, no seu diário, sobre os locais onde os alemães que “devem ou teimem em ficar” deveriam fixar residência, tendo as despesas de alojamento sido pagas pela PIDE. Contrariamente, o Estado português não concedeu qualquer apoio financeiro aos refugiados que passaram, em fuga, por Portugal, anos antes.

O autor aborda ainda as razões – disponibilidade hoteleira e localização – que levaram à fixação de residência de alemães, em Caldas da Felgueira, bem como, a sua instalação repartida nas pensões e no Hotel da localidade (Pensões Milocas, Maial e Grande Hotel), a sua condição de isolamento (que determinou pedidos de transferência para outros locais), as repercussões socioeconómicas e culturais na vida local, o quotidiano e a sociabilidade, além dos pagamentos de todas as despesas de alojamento, de deslocações autorizadas e médicas, assegurados pela PIDE “através de uma quantia disponibilizada pelos Aliados ao Governo português”, que, por sua vez, tinha um compromisso “em relação à entrega de cidadãos alemães objeto de investigação e procura pelos Aliados” (p. 82). À semelhança dos refugiados da Segunda Guerra Mundial, os alemães em residência fixa estavam proibidos de trabalhar e de exercer qualquer profissão não tendo, por isso, qualquer meio de subsistência. Por não existir, nessa localidade, uma delegação da PIDE, o grupo de alemães era vigiado por um agente da polícia política de Coimbra ou de outras delegações próximas, destacado para o efeito (p. 76).

Nos Capítulos 5 e 6 (“O repatriamento de alemães” e “As primeiras partidas”), e face ao alargamento da pressão dos Aliados em relação à presença de “alemães indesejáveis” em Portugal, José Mouraz Lopes analisa o repatriamento destes funcionários e agentes com ligações ao regime nazi. Na ótica do Allied Control Committee (ACC), a sua presença no estrangeiro representava “um perigo ao

renascimento futuro do esforço de guerra alemão” (p. 113) exigindo, desse modo, a Portugal, que efetivasse o seu retorno à Alemanha. Como indica o autor, “a situação de indefinição dos alemães não repatriados em Portugal, ou mesmo a ‘recusa’ em cumprir os pedidos de repatriação para a Alemanha determinada por Salazar, prolongou-se aliás por 1946” (p. 117), dando-se o primeiro repatriamento, com destino a Hamburgo, a 5 de março desse ano. No fundo, a permanência daqueles cidadãos em residência fixa, em território português, “era uma situação transitória em função das circunstâncias, nomeadamente questões de interesse político do governo de Salazar, razões humanitárias ou a impossibilidade legal ou financeira de quem se encontrava nessas circunstâncias ter condições para partir para os locais de destino” (p. 123) o que, evidentemente, atrasou todo o processo e levou a que o último grupo de alemães apenas partisse de Portugal, com destino à Argentina (de onde tinham saído, com vista a regressar a território alemão, quatro anos antes), em 1948. O receio de espionagem e de propagação da ideologia nacional-socialista (o programa de desnazificação da Europa estava em curso) tornaram a posição portuguesa intolerável, forçando Salazar a repatriar definitivamente os alemães que ainda se encontravam no país (Capítulos 7 e 8).

No final do ano de 1948, e após a saída de todos os cidadãos alemães – para a Alemanha, para a Argentina ou para outro país da América do Sul – a localidade de Caldas da Felgueira regressou à sua

pacata condição de zona termal no interior de um país essencialmente rural. A sua população retornava à economia de subsistência agrícola, temperada por uma condição de sazonalidade decorrente do afluxo de aqistas durante os meses de verão com a consequente alteração temporal da vida local (p. 153).

Trata-se, por conseguinte, de um livro que aborda uma temática praticamente desconhecida da historiografia portuguesa contemporânea, lança questões pertinentes e debate, com base no cruzamento de documentos de arquivo, periódicos e História oral, a temática dos alemães, com ligações ao regime nazi, a residir temporariamente numa pequena aldeia do interior da Beira Alta, com a anuência e a proteção do governo de Salazar, no período imediatamente após o término da Segunda Guerra Mundial. José Mouraz Lopes acabou, assim, com o “mistério dos alemães” nesta localidade, que não eram refugiados, nem prisioneiros de guerra, mas sim um grupo de cidadãos alemães envolvido num processo de troca com cidadãos argentinos que se encontravam na Alemanha. Contudo, e apesar de ser um interessante contributo historiográfico e de abrir novas linhas de investigação, seria conveniente que este livro fosse confrontado com outras fontes, nomeadamente de arquivos internacionais, e

outras leituras, que nos poderão fornecer diferentes interpretações, sobretudo comparativas. A obra mostra, claramente, a forma como Salazar apoiou, não apenas financeiramente, a estada de alemães com proximidade ao regime nazi em Portugal, atitude que não teve para com os refugiados que deles procuraram escapar tendo-os tratado, por outro lado, com desconfiança e até um certo desprezo. Seria, portanto, proveitosa uma análise comparativa e aprofundada destes temas como, também, da confrontação do tipo de tratamento proporcionado por outros países a cidadãos alemães, na mesma circunstância, no período que medeia o final do conflito e o pós-guerra.

CAROLINA HENRIQUES PEREIRA
Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura
carolinahenriques94@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7313-256>

Serhii Plokyh, *Átomos e Cinzas: uma história global dos desastres nucleares*, Lisboa, Editorial Presença, 2023, 359 p., ISBN: 9789722370561.

A obra *Átomos e Cinzas: uma história global dos desastres nucleares*, do professor ucraniano Serhii Plokyh, lançada em 2023 em Portugal pela Editorial Presença, busca a construção de um panorama dos principais acidentes nucleares que marcaram a sedimentação da indústria, desde os começos, na década de 1940, até o último grande acidente atômico, em Fukushima, Japão, em 2011. Por meio de seis casos específicos (os acidentes de Castle Bravo, Kyshtym, Windscale, Three Mile Island, Chernobil e Fukushima), Plokyh constrói uma narrativa cronológica dos avanços da indústria atômica, seus problemas inerentes (que ocasionaram os acidentes), e como o avanço nuclear estava conectado a contextos geopolíticos e econômicos mais amplos.

Serhii Plokyh, historiador ucraniano com experiência em temas de história nuclear, Guerra Fria, Ucrânia e Europa oriental, já havia publicado, em 2018, uma obra focada no acidente de Chernobil. Em *Átomos e Cinzas* ele buscou, de forma mais sintética, analisar os diferentes acidentes por meio dos agentes envolvidos neles, e como as cadeias de erros humanos, e também dos equipamentos dos reatores, pôde gerar eventos nucleares de grandes proporções que, em alguns casos, afetaram dezenas de milhares de pessoas.

Desde que a força do átomo começou a ser explorada consistentemente pelos cientistas, durante as décadas de 1930 e 1940, houve a crescente preocupação da população mundial pelos riscos do seu uso. O desfecho da Segunda Guerra Mundial, com as explosões de bombas atômicas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, imprimiu na opinião pública o temor do poder destrutivo de artefatos bélicos alimentados por cápsulas de urânio e plutônio. Esse é o pano de fundo que marca o início da obra de Plokyh, que constrói, de forma sintética, mas sólida, a cronologia do desenvolvimento da indústria nuclear.

O autor demonstra como o pesado investimento em propaganda das grandes potências, como os Estados Unidos, a União Soviética, a Inglaterra e a França, pelo emprego pacífico do átomo entre as décadas de 1950 e 1980, com a construção de usinas de geração de energia elétrica e o avanço do uso em tratamentos médicos, ajudou a mitigar temporariamente essa visão negativa. A sucessão de grandes acidentes em usinas atômicas ao longo das décadas, porém, trouxe críticas crescentes ao uso do átomo, tanto por movimentos socioambientais quanto por entidades governamentais e empresariais, com o boicote na construção de novas centrais.

Plokyh deixa claro como os acidentes nucleares são fruto de problemas que apareceram na indústria desde os anos 1940, e se tornaram mais evidentes

com a multiplicação descontrolada e baixa fiscalização das centrais. Desde políticos a engenheiros nucleares, a busca de corte de custos e maximização de lucros dos reatores levou ao uso de equipamentos e materiais mais baratos, e à constituição de uma cultura de falta de segurança, alimentada pela arrogância dos engenheiros e técnicos da indústria que julgavam pertencer à elite do avanço científico humano, o que afrouxou a fiscalização e os cuidados com problemas que poderiam ter sido resolvidos antes.

Mais do que uma obra sobre átomos e reatores, *Átomos e Cinzas* é, assim, um relato pungente sobre relações humanas e sua interação com a tecnologia. Por meio da escrita leve, mas bem construída de Plokhy, fica aparente o quanto, independentemente de tempo ou lugar, as respostas das autoridades (tanto governamentais quanto de cientistas e burocratas da indústria) nos primeiros dias após os acidentes foram bastante semelhantes no encobrimento de informações cruciais do público, que poderiam ter salvado muitas vidas.

A falta de articulação entre governantes, donos dos conglomerados empresariais que geriam os reatores, funcionários das usinas e cientistas para sanar as crises foi a mesma em países e modelos econômicos distintos que passaram por acidentes da indústria atômica. Fica aparente, em cada um dos capítulos, como em uma causalidade nuclear a lentidão da tomada de decisões importantes é o principal responsável pelo aumento da radiação emitida e seu impacto nas plantas, animais e humanos. O *lobby* para conter maiores perdas econômicas, porém, sempre impediu muitas das ações que teriam sido primordiais para sanar o mais rápido possível os acidentes.

Em tempos de discussão sobre novas fontes de energia limpa que fujam das emissões de efeito estufa geradas pelos combustíveis fósseis, a via nuclear continua sendo considerada, com a promessa de novos aparatos de segurança e melhor treinamento de funcionários. Mesmo assim, como fica aparente na obra de Plokhy, a conduta imprudente e os problemas da indústria cruzam fronteiras, e tornam o “elemento humano” o principal responsável pela inerente insegurança e incapacidade de impedir a ocorrência de acidentes em usinas nucleares, com a busca de lucros acima da segurança comprometendo a cautela e precauções.

A única crítica que pode ser feita ao trabalho de Plokhy é a consideração, no subtítulo, de que se trata de um exercício de história global. Muito em voga em trabalhos e eventos acadêmicos nos últimos anos, a História Global vem se afirmando enquanto um campo historiográfico que busca pensar de forma mais larga e interconectada processos de ampla dimensão e que atravessam fronteiras, temporalidades e fontes diversas. Isso, porém, não foi o que Plokhy fez na sua obra, que reúne seis estudos de casos individuais de cada acidente nuclear, mas com poucas conexões entre si além de um parágrafo introdutório. Se poderia

afirmar que a obra buscou, portanto, muito mais estudos de casos unidos pelo pano de fundo de acidentes nucleares do que um exercício globalizante que unificasse os eventos em uma narrativa totalizante dos avanços e retrocessos da indústria nuclear como um todo.

O valor da obra para pensar e discutir diversos acidentes ocorridos em décadas tão diferentes do ponto de vista geopolítico (o que influenciou definitivamente na construção e gestão de reatores nucleares), e o manejo de uma quantidade enorme de dados de forma agradável e simples deve ser ressaltado, e contribui para um melhor entendimento das relações entre governos, conglomerados empresariais, burocratas, cientistas e os combustíveis que alimentam os reatores, além dos problemas inerentes à indústria nuclear. A análise de Plokhly dos meandros da construção e gestão de usinas, além das ações tomadas pelos agentes em acidentes (e como evita-los) ajuda, em última instância, na demonstração do enorme potencial dessa fonte de energia para o futuro.

JEFFERSON ALDEMIR NUNES
Universidade Autónoma de Lisboa
jeffersonnunes.92@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5883-9464>

Sumário

Editorial	
Maria Antónia Lopes.....	5

Artigos

A Universidade de Coimbra: a instituição senhorial na longa duração	
Margarida Sobral Neto.....	9

O papel edificante dos sínodos portugueses e castelhanos (séculos XIV e XV)	
Leandro Alves Teodoro.....	47

O crédito dos 20 mil florins de ouro do rei D. João I e do infante D. Pedro no “Monte do Comum” de Florença	
Saul António Gomes.....	69

A epidemia de febre amarela e a atuação dos farmacêuticos (Rio de Janeiro, 1849-1850)	
Amanda Peruchi.....	111

O último lazareto <i>terrestre</i> de fronteira: Vila Real de Santo António na “segunda temporada colérica” (1885/1886)	
Laurinda Abreu.....	135

O itinerário tutelar do património em Portugal: Rumo à(s) arqueologia(s) da arquitetura histórica	
António Ginja.....	161

Legislação e censura na Sé7ima Arte em Portugal (1917-1974)	
Cristina Batista Lopes.....	189

<i>O Comércio do Porto</i> as a cross-border space between Portugal and Spain. Photographic portrait of the Spanish Civil War Beatriz de las Heras	221
La vie mystérieuse du cinéaste français Jean Noël Pascal-Angot et de sa société de production de cinéma franco-belge aux colonies portugaises (1960-1974) Alexandre Ramos.....	249

Caderno Temático

Politics and Practices of visual propaganda in Portuguese Estado Novo. An Introduction Filomena Serra e Paul Melo e Castro	281
La materia de la propaganda política en el diseño de vestuario de Helena Roque Gameiro: “As Pupilas do Senhor Reitor” (1935), <i>drama de costumbres fílmico</i> Jesús Ramé López e Caterina Cucinotta,.....	285
Female landscapes: the presence of women in the photographs and images of the Portuguese colonial exhibitions Patrícia Ferraz de Matos	305
Political Spectacle, Folklorist Practices, Visual Representations, and Print Media at the <i>1940 Portuguese World Exhibition</i> Filomena Serra.....	327

Recensões críticas

Rubén Castro Redondo	363
Irene Vaquinhas.....	371
Mauro Alves	379
Sérgio Neto	387
Carolina Henriques Pereira	393
Jefferson Aldemir Nunes.....	399

IU

12 90



FUNDAÇÃO
ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

 Santander Totta